

*Mensagem à Assembleia Legislativa*

2013



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO



**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

**TITULARES DO PODER EXECUTIVO**

**CARLOS ALBERTO RICHIA**

Governador do Estado

**FLÁVIO JOSÉ ARNS**

Vice-Governador do Estado

**REINHOLD STEPHANES**

Secretário Chefe da Casa Civil

**Coronel ADILSON CASTILHO CASITAS**

Secretário Chefe da Casa Militar

**MARISA ZANDONAI**

Procuradora Geral do Estado

**CARLOS EDUARDO DE MOURA**

Controlador Geral do Estado

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**

Secretário de Estado de Governo

**CASSIO TANIGUCHI**

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

**DINORAH BOTTO PORTUGAL NOGARA**

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

**JOZÉLIA NOGUEIRA**

Secretária de Estado da Fazenda

**MARCELO SIMAS DO AMARAL CATANI**

Secretário de Estado da Comunicação Social

**NORBERTO ANACLETO ORTIGARA**

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

**JOÃO CARLOS GOMES**

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**PAULINO VIAPIANA**

Secretário de Estado da Cultura

**FLÁVIO JOSÉ ARNS**

Secretário de Estado da Educação

**EVANDRO ROGÉRIO ROMAN**

Secretário de Estado do Esporte e do Turismo

**CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR**

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

**FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHÁ**

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

**JOSÉ RICHÁ FILHO**

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

**RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS**

Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul

**MARIA TEREZA UILLE GOMES**

Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

**LUIZ EDUARDO CHEIDA**

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

**MICHELE CAPUTO NETO**

Secretário de Estado da Saúde

**CID MARCUS VASQUES**

Secretário de Estado da Segurança Pública

**LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI**

Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

**UBIRAJARA SCHREIBER**

Secretário Especial de Relações com a Comunidade

**EDSON LUIZ CASAGRANDE**

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

**DEONILSON ROLDO**

Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

**EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES**

Secretário Especial do Cerimonial e Relações Internacionais

**AMAURI ESCUDERO MARTINS**

Escritório de Representação do Governo (respondendo)

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados

Encaminho a essa egrégia Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 87, inciso X, da Constituição Estadual, a Mensagem referente à prestação de contas do exercício de 2013.

Muito obrigado. E que Deus nos ilumine a todos.

Curitiba, fevereiro de 2014.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado



# *Sumário*





## SUMÁRIO

<b>A Economia Paranaense em 2013</b> .....	19
<b>1 Casa Civil</b> .....	31
1.1 Gabinete do Chefe da Casa Civil .....	31
1.2 Diretoria Geral.....	32
1.3 Coordenadoria de Gerenciamento dos Contratos de Gestão .....	32
1.4 Coordenadoria de Projetos Estratégicos.....	33
<b>2 Casa Militar</b> .....	37
2.1 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC).....	37
<b>3 Secretaria de Estado de Governo</b> .....	49
3.1 Gabinete do Secretário.....	49
3.2 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude.....	49
3.3 Diretoria Geral.....	50
3.4 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE).....	50
3.5 Núcleo Jurídico da Administração (NJA) .....	51
3.6 Núcleo de Informática e Informações (NII).....	51
3.7 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA).....	52
3.8 Centro de Apoio Operacional (CAO).....	52
3.9 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI).....	52
3.10 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP).....	53
3.11 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL) .....	54
3.12 Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) .....	54
3.13 Agência Reguladora de Serviços Públicos de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR) .....	55
<b>4 Companhia de Habitação do Paraná</b> .....	59
4.1 Diretoria de Projetos (DIPR) .....	59
4.2 Diretoria de Programas e Obras (DIPO) .....	60
4.3 Diretoria Administrativo-Financeira (DIAF).....	61
4.4 Diretoria de Regularização Fundiária e Relações com a Comunidade (DIFC) .....	63
4.4.1 Programa Morar Bem Paraná - Regularização Fundiária e Titulação.....	63
4.4.2 Regularização Fundiária por meio de obras de Urbanização e Reassentamento.....	63
4.4.3 Programa Morar Bem Paraná - Titulação .....	64
4.5 Superintendência de Tecnologia de Informação e Comunicação (SUTI).....	65
4.6 Superintendência de Urbanismo (SUUR).....	66
4.6.1 Programa Família Paranaense .....	66
4.6.2 Caução.....	67
4.6.3 Programa Papel Passado .....	67
4.6.4 Programa Fundo de Arrendamento Residencial Municípios .....	69
4.7 Superintendência Jurídica (SUJU) .....	69
4.8 Departamento de Parcerias (DEPA) .....	69
<b>5 Companhia de Saneamento do Paraná</b> .....	77
5.1 Mercado e Investimentos .....	77
5.2 Concessões .....	78
5.3 Fontes de Financiamento .....	78
5.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) .....	78
5.5 Outras Fontes de Recursos.....	79

5.6	Resultados Financeiros .....	79
5.7	Meio Ambiente .....	79
5.8	Tarifa Social .....	79
5.9	Metas .....	79
5.10	Indicadores Institucionais .....	80
<b>6</b>	<b>Companhia Paranaense de Energia</b> .....	<b>83</b>
6.1	Destaques de 2013 .....	83
6.2	Modelo de Excelência da Gestão.....	83
6.3	Acompanhamento dos Projetos Corporativos.....	84
6.4	Geração de Energia Elétrica.....	84
6.4.1	Operação e Manutenção de Usinas.....	84
6.4.2	Expansão da Geração de Energia .....	85
6.4.3	Complexo Hidrelétrico do Tapajós.....	85
6.4.4	Participação em Leilões de Energia Nova .....	86
6.4.5	Petróleo e Gás .....	86
6.4.6	Outras Fontes de Energia Renovável .....	86
6.5	Transmissão de Energia Elétrica .....	87
6.5.1	Novos Empreendimentos .....	87
6.5.2	Operação e Manutenção da Rede Básica .....	88
6.6	Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica .....	89
6.7	Distribuição de Energia Elétrica .....	89
6.7.1	Mercado de Energia Elétrica .....	89
6.8	Telecomunicações.....	91
6.9	Regularização Fundiária .....	92
6.10	Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais .....	92
6.11	Administração.....	98
6.11.1	Gestão de Pessoas .....	98
6.11.2	Tecnologia da Informação.....	99
6.11.3	Outros Destaques .....	101
6.12	Resultados Econômico-Financeiros .....	102
6.13	Reconhecimentos .....	103
<b>7</b>	<b>Controladoria Geral do Estado</b> .....	<b>107</b>
7.1	Coordenadoria de Controle Interno.....	107
7.2	Coordenadoria de Transparência, Controle Social e Prevenção à Corrupção .....	108
7.3	Coordenadoria de Corregedoria .....	109
7.4	Coordenadoria de Ouvidoria .....	110
<b>8</b>	<b>Procuradoria Geral do Estado</b> .....	<b>115</b>
<b>9</b>	<b>Secretaria de Estado da Administração e da Previdência</b> .....	<b>125</b>
9.1	Ações Estratégicas .....	125
9.1.1	Gestão de Recursos Humanos.....	125
9.1.2	Escola de Governo .....	126
9.1.3	Seguridade Funcional .....	127
9.1.4	Assistência à Saúde dos Servidores.....	127
9.1.5	Gestão dos Processos Licitatórios .....	128
9.1.6	Gestão da Frota Oficial .....	129
9.1.7	Gestão Administrativa.....	129
9.1.8	Gestão do Patrimonial.....	130

9.1.9	Arquivo Público.....	130
9.2	Ações Operacionais .....	131
<b>10</b>	<b>Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.....</b>	<b>139</b>
10.1	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO) .....	139
10.2	Departamento de Economia Rural (DERAL).....	141
10.3	Departamento de Florestas Plantadas (DEFLOP).....	142
10.4	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) .....	142
10.5	Instituto Paranaense de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER).....	144
10.6	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) .....	148
10.7	Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) .....	149
10.8	Centrais de Abastecimento do Paraná S/A (CEASA/PR) .....	154
10.9	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR).....	154
<b>11</b>	<b>Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.....</b>	<b>159</b>
11.1	Sistema Estadual de Ensino Superior .....	160
11.2	Principais Realizações .....	162
11.3	Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) .....	166
11.4	Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).....	166
11.5	Fundação Araucária.....	167
11.6	Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) .....	168
<b>12</b>	<b>Secretaria de Estado da Comunicação Social.....</b>	<b>171</b>
12.1	Coordenadoria de Marketing.....	171
12.2	Coordenadoria de Imprensa.....	171
12.3	Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE).....	172
12.3.1	Jornalismo.....	172
12.3.2	Central de Produção Cultural.....	173
12.3.3	Rádio .....	173
12.3.4	Canal da Música .....	174
12.3.5	Setor Administrativo .....	174
12.3.6	Setor Financeiro.....	174
12.3.7	Atividades Técnicas .....	175
<b>13</b>	<b>Secretaria de Estado da Cultura.....</b>	<b>179</b>
13.1	Administração Direta .....	179
13.1.1	Coordenação de Ação Cultural (CAC) .....	179
13.1.2	Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM) .....	180
13.1.3	Coordenação de Incentivo à Cultura (CIC) .....	181
13.1.4	Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) .....	182
13.1.5	Museu da Imagem e do Som (MIS) .....	183
13.1.6	Museu Paranaense (MP).....	184
13.1.7	Casa Andrade Muricy (CAM).....	184
13.1.8	Museu Alfredo Andersen (MAA) .....	184
13.1.9	Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP) .....	185
13.2	Administração Indireta.....	185
13.2.1	Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG).....	185
13.2.2	Biblioteca Pública do Paraná (BPP) .....	186
<b>14</b>	<b>Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano .....</b>	<b>193</b>
14.1	Administração Direta .....	193
14.2	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) .....	195

14.3	Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.....	196
<b>15</b>	<b>Secretaria de Estado da Educação.....</b>	<b>203</b>
15.1	Recursos Humanos.....	203
15.2	Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN).....	203
15.3	Diretoria de Tecnologia Educacional.....	205
15.4	Diretoria de Políticas e Programas Educacionais.....	206
15.5	Departamento de Educação Básica (DEB).....	208
15.6	Legislação Escolar.....	210
15.7	Departamento de Educação e Trabalho.....	211
15.8	Superintendência de Desenvolvimento Educacional.....	212
15.9	Departamento da Diversidade (DEDI).....	214
15.10	Colégio Estadual do Paraná.....	216
<b>16</b>	<b>Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.....</b>	<b>221</b>
16.1	Ações de Esporte.....	221
16.2	Ações do Turismo.....	222
16.3	Ações da Copa.....	226
16.3.1	Câmara Temática da Transparência.....	227
16.3.2	Câmara Temática do Turismo.....	227
16.3.3	Câmara Temática do Esporte e Ação Social.....	227
16.3.4	Câmara Temática de Educação e Cultura.....	227
16.3.5	Câmara Temática de Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	228
16.3.6	Câmara Temática da Segurança.....	228
16.3.7	Câmara Temática da Saúde.....	228
16.3.8	Câmara Temática da Infraestrutura.....	228
16.3.9	Câmara Temática Comercial e Tecnológica.....	229
16.3.10	Câmara Temática Interior.....	229
16.4	Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE).....	229
16.5	Cursos e Capacitações.....	231
16.6	Paraná Turismo.....	233
16.7	Centro de Convenções de Curitiba.....	235
<b>17</b>	<b>Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.....</b>	<b>239</b>
17.1	Coordenação de Gestão do SUAS (CGS).....	239
17.2	Coordenação de Proteção Social Básica (CPSB).....	240
17.3	Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE).....	243
17.3.1	Programas e Serviços de Média Complexidade.....	243
17.3.2	Programas e Serviços de Alta Complexidade.....	244
17.3.3	Acompanhamento e Monitoramento.....	245
17.3.4	Assessorias e Capacitações.....	245
17.4	Coordenação de Renda de Cidadania (CRC).....	246
17.4.1	Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico).....	247
17.4.2	Programa Bolsa Família.....	247
17.4.3	Índice de Gestão Descentralizada Estadual e Municipal.....	247
17.4.4	Programa Luz Fraterna.....	247
17.4.5	Capacitações.....	247
17.5	Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTPPF).....	249
17.5.1	Modalidades de Adesão.....	249
17.5.2	Famílias Atendidas.....	250

17.5.3	Investimentos do Programa nos Municípios.....	250
17.5.4	Capacitações e Eventos.....	251
17.5.5	Demais Atividades .....	251
17.6	Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente (UTPCA).....	252
17.7	Coordenação de Medidas Socioeducativas (CMS).....	255
17.7.1	Educação .....	255
17.7.2	Profissionalização.....	256
17.7.3	Esporte .....	256
17.7.4	Cultura.....	256
17.7.5	Programa de Apoio às Famílias.....	256
17.7.6	Convênio com Comunidades Terapêuticas.....	257
17.7.7	Investimento em Obras.....	257
17.8	Conselhos e Comissões .....	257
<b>18</b>	<b>Secretaria de Estado da Fazenda.....</b>	<b>261</b>
18.1	Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE).....	261
18.1.1	Divisão de Análise Técnica Financeira (DATF) .....	262
18.1.2	Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública (DIRED) .....	262
18.1.3	Divisão de Controle da Despesa (DIDEP) .....	263
18.1.4	Divisão de Contabilidade Geral (DICON) .....	263
18.2	Coordenação da Receita do Estado (CRE).....	264
18.2.1	Inspetoria Geral de Tributação (IGT).....	264
18.2.2	Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA).....	264
18.2.3	Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF).....	265
18.2.4	Assessoria e Gerência da Tecnologia de Informação (AGTI).....	266
18.2.5	Assessoria e Gerência de Recursos Humanos (AGRH).....	266
18.2.6	Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira (AGAF).....	267
18.2.7	Escola de Administração Tributária (ESAT) .....	267
18.2.8	Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) .....	267
18.2.9	Corregedoria (COR).....	268
18.2.10	Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN) .....	268
18.2.11	Delegacia de Julgamento (DJ).....	268
18.3	Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC) .....	268
18.3.1	Assessoria Econômica.....	268
18.3.2	Divisão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	270
18.4	Coordenação de Orçamento e Programação (COP) .....	270
18.5	Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF).....	272
18.6	Entidades Vinculadas .....	273
18.7	Gestão Financeira e Tributária .....	274
<b>19</b>	<b>Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul.....</b>	<b>281</b>
19.1	Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC).....	281
19.2	Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) e Coordenadoria de Assuntos do Mercosul (CAM).....	283
19.3	Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI) .....	284
19.4	Ambiental Paraná Florestas S/A (AMBIENTAL) .....	285
19.5	Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) .....	287
19.6	Minerais do Paraná S/A (MINEROPAR) .....	289
19.6.1	Diretoria Executiva.....	289

19.6.2	Diretoria Técnica .....	289
19.7	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) .....	291
19.8	Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) .....	293
<b>20</b>	<b>Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística</b> .....	<b>297</b>
20.1	Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP).....	297
20.2	Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) ....	298
20.2.1	Modal Rodoviário.....	298
20.2.2	Modal Aeroviário.....	299
20.2.3	Programa Caminhos do Desenvolvimento - Sucroalcooleiro .....	299
20.3	Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO).....	300
20.4	Departamento de Estradas de Rodagem (DER) .....	301
20.4.1	Patrulhas do Campo: Atendimento às Estradas Rurais .....	303
20.4.2	Conservação da Malha Rodoviária .....	303
20.4.3	Ações Emergenciais .....	303
20.4.4	Programa de Concessões.....	303
20.5	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) .....	304
20.5.1	Projetos Estruturantes.....	305
20.5.2	Programa de Manutenção da Infraestrutura Marítima .....	306
20.5.3	Programa de Manutenção da Infraestrutura Terrestre .....	306
20.5.4	Programa de Investimentos em Tecnologia.....	307
20.5.5	Programa de Gerenciamento Ambiental .....	307
20.5.6	Porto de Antonina .....	308
20.5.7	Movimentação de Cargas .....	308
20.6	Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE).....	308
20.6.1	Produção.....	309
20.6.2	Atividades realizadas.....	309
20.7	Paraná Edificações (PRED) .....	310
<b>21</b>	<b>Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos</b> .....	<b>315</b>
21.1	Principais Realizações.....	317
21.1.1	Termos de Cooperação.....	317
21.1.2	Convênios.....	318
21.2	Unidades Paraná Seguro (UPS) .....	319
21.3	Departamento de Execução Penal (DEPEN).....	319
21.3.1	Ampliação de Vagas.....	320
21.3.2	Obras .....	320
21.3.3	Ampliação dos Índices de Inclusão Social.....	322
21.3.4	Monitoração Eletrônica .....	323
21.3.5	Gestão de Pessoal .....	323
21.3.6	Patronato Central do Estado.....	323
21.3.7	Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (COPEN).....	324
21.3.8	Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH) .....	324
21.3.9	Qualificação Profissional dos Apenados.....	324
21.4	Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) .....	325
21.5	Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR).....	328
<b>22</b>	<b>Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b> .....	<b>333</b>
22.1	Ações da Agenda 21 Paraná .....	333
22.2	Coordenadoria de Educação Ambiental e Jardim Botânico.....	334

22.3 Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA).....	334
22.4 Coordenadoria de Mudanças Climáticas .....	335
22.5 Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos .....	335
22.6 Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas (CBIO).....	336
22.7 Assessoria de Planejamento e Projetos.....	337
22.7.1 Oficinas de Trabalho de Planejamento .....	337
22.7.2 Aquisição de Equipamentos.....	337
22.8 Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) .....	338
22.8.1 Geociências.....	338
22.8.1.1 Zoneamento Ecológico Econômico .....	338
22.8.1.2 Cartografia .....	338
22.8.1.3 Geodésia e Reordenamento Territorial .....	339
22.8.2 Regularização Fundiária.....	340
22.8.2.1 Titulação de terras públicas.....	340
22.8.2.2 Terras particulares (Programa Pró-Rural).....	340
22.9 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ).....	341
22.9.1 Programa Paraná Sustentável.....	341
22.9.2 Outras Ações .....	342
22.9.3 Embalagens Vazias e Agrotóxicos.....	343
22.9.4 Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.....	343
22.9.4.1 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).....	343
22.9.4.2 Câmaras Técnicas do CERH/PR.....	344
22.9.4.3 Comitês de Bacia Hidrográfica .....	345
22.9.5 Diretoria de Gestão de Bacias Hidrográficas .....	345
22.9.5.1 Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.....	345
22.9.6 Operação Verão .....	346
22.9.7 Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI) .....	346
22.10 Instituto Ambiental do Paraná (IAP) .....	346
22.10.1 Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP).....	347
22.10.2 Diretoria de Monitoramento Ambiental e Controle da Poluição (DIMAP).....	349
22.10.2.1 Licenciamento.....	349
22.10.2.2 Qualidade Ambiental.....	349
22.10.2.3 Resíduos Sólidos Urbanos.....	349
22.10.3 Diretoria de Restauração e Monitoramento da Biodiversidade (DIREB).....	350
22.10.4 Diretoria Administrativa e Financeira (DIAFI) .....	351
<b>23 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.....</b>	<b>355</b>
23.1 Coordenação de Modernização Institucional (CMI).....	355
23.2 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA).....	356
23.3 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG).....	357
23.3.1 Projetos e Programas em Desenvolvimento e Negociação .....	358
23.3.2 Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais .....	359
23.3.3 Ações em Desenvolvimento Regional .....	359
23.4 Coordenação de Parcerias Público-Privadas (CPPP).....	361
23.5 Unidade de Coordenação Estadual de Programa Nacional de Apoio à Modernização do Planejamento e Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE).....	362
23.6 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).....	363
23.6.1 Diretoria do Centro de Pesquisa .....	363

23.6.2	Diretoria do Centro Estadual de Estatística (CEE) .....	364
23.7	Serviço Social Autônomo Paraná Projetos.....	365
<b>24</b>	<b>Secretaria de Estado da Saúde</b> .....	<b>371</b>
24.1	Ações Estruturantes do Programa Saúde para todo Paraná .....	372
<b>25</b>	<b>Secretaria de Estado da Segurança Pública</b> .....	<b>383</b>
<b>26</b>	<b>Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária</b> .....	<b>403</b>
26.1	Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (DETER)....	403
26.1.1	Programa Intermediação de Mão de Obra .....	403
26.1.2	Programa de Orientação Profissional .....	404
26.1.3	Programa Jovem Aprendiz .....	404
26.1.4	Programa Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho.....	404
26.1.5	Programa Habilitação ao Seguro Desemprego.....	404
26.1.6	Programa Qualificação Social e Profissional.....	405
26.2	Departamento de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN) .....	406
26.2.1	Política de Segurança Alimentar e Nutricional.....	406
26.2.2	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) .....	406
26.2.3	Programa Leite das Crianças (PLC).....	408
26.3	Departamento de Políticas Públicas de Fomento à Economia Solidária, ao Microcrédito e Empreendedorismo (DESME) .....	408
26.3.1	Programa Banco do Empreendedor.....	409
26.3.2	Fomento ao Empreendedorismo e Geração de Trabalho e Renda .....	409
26.3.3	Programa do Artesanato Paranaense .....	410
26.4	Departamento de Políticas Públicas de Relações do Trabalho (DERT).....	410
<b>27</b>	<b>Secretário Especial para Assuntos Estratégicos</b> .....	<b>413</b>
27.1	Telecentros - Espaço Cidadão .....	413
27.2	Parcerias .....	413
27.3	Cursos e Capacitações.....	414
27.4	Webconferências .....	414
27.5	Espaço Cidadão Móvel.....	415
27.6	Encontro com Prefeitos e Vereadores .....	415
27.7	Programa Rede 399 - Internet para Todos.....	415
27.8	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) .....	415
<b>28</b>	<b>Secretário Especial de Relações com a Comunidade</b> .....	<b>421</b>
<b>29</b>	<b>Escritório de Representação do Governo</b> .....	<b>427</b>

*Economia Paranaense*

2013





## A Economia Paranaense em 2013

---

Os indicadores econômicos do Paraná, levantados predominantemente para o intervalo de tempo compreendido entre janeiro e setembro de 2013, confirmam o caráter essencialmente dinâmico da estrutura produtiva paranaense, descolada da pífia *performance* nacional, decorrente dos desdobramentos do fraco crescimento econômico global, com o retrocesso na região do euro, o aperto da política financeira americana e a redução do crescimento das demais economias emergentes e China.

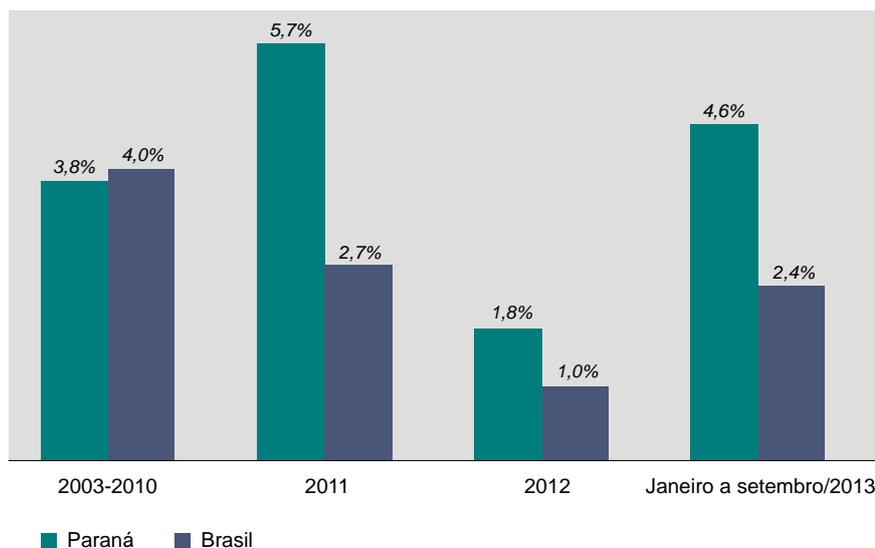
A instabilidade que norteia a conjuntura internacional, em especial no segundo semestre deste ano, é consequência das incertezas em relação ao posicionamento do Federal Reserve Bank (FED) quanto ao fim dos estímulos monetários (*quantitative easing*) nos Estados Unidos. Com tal programa, a autoridade monetária norte-americana vem adotando estímulos monetários que contabilizam compras mensais de US\$ 85 bilhões em títulos do tesouro e dos papéis lastreados em hipotecas.

No fim de 2010, quando os EUA deram início à segunda rodada do afrouxamento monetário, as economias emergentes enfrentaram dificuldades em lidar com os intensos ingressos que o acompanharam. Após três anos, com as expectativas decorrentes da melhora da economia americana, as moedas dos países emergentes começam a desvalorizar. Acoplado a isso, há um temor quanto a uma crise de liquidez na China e à previsão de uma diminuição do ritmo de crescimento deste país, deflagrando uma onda de migração de recursos de mercados mais arriscados rumo ao dólar e aos papéis do tesouro americano, com forte predominância de saída de recursos tanto da renda fixa quanto das bolsas dos países emergentes.

O real, nesse cenário, tende a um grau maior de volatilidade e desvalorização, com pronunciados desequilíbrios nas contas externas agravadas pela debilidade das finanças públicas e pelos focos inflacionários domésticos, apesar dos sucessivos pacotes de benesses oficiais, lançados de forma improvisada pelas autoridades federais, para setores selecionados por critérios pouco transparentes.

Contudo, diante da conjuntura internacional desanimadora e das respostas equivocadas do governo central, as estimativas preliminares preparadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) revelam expansão de 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) paranaense entre janeiro e setembro de 2013, frente a igual intervalo de 2012, contra incremento de 2,4% para o País, conforme inferências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ E BRASIL - 2003 -  
JAN-SET 2013



FONTES: IBGE, IPARDES

O desempenho brasileiro esteve ancorado na agropecuária (8,1%), tendo serviços e indústria crescido 2,1% e 1,2%, respectivamente. Pela ótica da utilização final, houve acréscimo de 9,6% nas importações, beneficiadas ainda pela valorização do real, 6,5% nos investimentos, 2,4% no consumo das famílias e 1,8% nos gastos do governo. Já as exportações registrarão variação de apenas 1,4%, em face da diminuição da demanda mundial.

Na verdade, os dados levantados indicam que a conjuntura econômica do País vem sendo prejudicada pela combinação entre a retração da competitividade da indústria – causada pela mudança de patamar da matriz de custos, puxada por juros, tributos, salários e burocracia, exceto para aqueles ramos detentores de vantagens comparativas, especialmente os fabricantes de *commodities* – e aceleração da inflação, que deprime a capacidade de consumo dos segmentos sociais.

Além disso, é oportuno admitir um visível enfraquecimento da operação da economia brasileira, associado à exacerbação das expectativas negativas do setor privado em relação ao futuro, provocada pelo panorama global adverso e, notadamente, pelo abalo da confiança no governo, derivado do caráter confuso e contraditório, na maioria das vezes, da retórica e das ações oficiais que resultaram na acentuação dos desequilíbrios das contas externas e finanças públicas e na resistência da inflação em níveis mais próximos do teto (6,5% ao ano) do que do centro (4,5% a.a.) da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Já o diferencial positivo do ritmo de crescimento da economia do Paraná, quando comparado com a média nacional, foi sustentado primordialmente na harmonização entre dois vetores virtuosos: a impulsão da renda do agronegócio e a pujança do mercado de trabalho regional. No primeiro eixo, a combinação entre preços internacionais de alimentos ainda favoráveis, pronunciado aumento da safra de grãos e efeitos da depreciação cambial gerou expressivos impactos multiplicadores dinâmicos nas cadeias produtivas direta e indiretamente atreladas ao setor rural.

De fato, a produção agrícola paranaense está em franca recuperação após os efeitos da estiagem da soja no início de 2012 que, inclusive, naquele momento foram amenizados pela conjuntura favorável das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Na prática, o que elevou os

preços de soja em grão naquele ano foram os valores recordes do farelo, devido ao aumento da demanda e aos baixos níveis da estocagem mundial. Já em 2013, segundo o *United States Department of Agriculture* (USDA), a responsabilidade de recompor os estoques globais de 2012/2013 ficou novamente para a América do Sul, que responderá por 69% do estoque mundial, uma vez que a safra americana deverá ser reduzida devido ao clima seco no Meio-Oeste (Iowa, Illinois e Indiana).

Diante da pressão sobre os estoques internacionais, o preço da soja disparou na Bolsa de Valores e Mercadorias de Chicago. Os contratos futuros com vencimento em novembro fecharam com valorização de 2,62%, a US\$ 13,9650 por *bushel*, já que os fundos voltaram a comprar *commodities* diante da possibilidade de a safra ser ainda menor do que a estimada pelo USDA.

Tais constatações indicam que na temporada 2013/2014 a produção de soja no Estado do Paraná deverá ser novamente favorável aos produtores, com boa produtividade e remuneração acima da média. Tanto é assim que, segundo o índice ESALQ/BM&FBovespa, no mês de outubro a média da cotação da soja foi de US\$ 33,7 a saca de 60 kg, embarcada em Paranaguá, ante US\$ 32,43/sc na média de fevereiro, representando ganho médio de 3,9% no período.

Além disso, segundo o levantamento da produção agrícola do IBGE, o Paraná deverá colher 36,37 milhões de toneladas de grãos, representando um acréscimo de 17,7% frente ao ano anterior, sendo as variações mais expressivas identificadas nas lavouras de soja (46%) e milho (5,9%), entre as safras de 2012 e 2013 (tabela 1).

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2012-2013

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		
	Safra 2012	Safra 2013	Var. (%)
Milho	16.515.836	17.489.163	5,89
Soja	10.924.321	15.921.479	45,74
Trigo	2.098.673	1.710.677	-18,49
Feijão	700.371	690.836	-1,36
Arroz	177.841	175.277	-1,44
Cevada	158.445	162.569	2,60
Café arábica	90.520	96.014	6,07
Aveia	173.613	68.622	-60,47
Triticale	47.212	36.149	-23,43
Amendoim	5.951	6.706	12,69
Centeio	1.964	1.662	-15,38
TOTAL	30.894.747	36.359.154	17,69

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Se o cenário em relação à soja é positivo, na atual safra de milho os ganhos dos produtores dependerão do comportamento da produção dos Estados Unidos (EUA), que, segundo as estimativas do USDA, vão colher 351,64 milhões de toneladas do grão neste ano, dois milhões acima do estimado em agosto, representando o crescimento de 77,8 milhões de toneladas em relação à safra do ano passado. Com esse resultado, calcula-se que o estoque norte-americano será de 47,11 milhões de toneladas.

Já a produção mundial de milho deve totalizar 956,67 milhões de toneladas, aumentando em 96,6 milhões de toneladas em relação ao ciclo de 2012/2013. Em Chicago, o milho para entrega em dezembro caiu 1,3%, a US\$ 4,6625 por *bushel*.

Cabe destacar que as culturas de aveia, trigo e centeio registraram queda de 60,5%, 18,5% e 15,4%, respectivamente, em relação à safra de 2012, devido às intempéries climáticas ocorridas no Estado, em meados deste ano.

Diante desses resultados, é inegável que a recuperação da produção de grãos paranaense em 2013 contribuiu de forma expressiva para o crescimento do PIB do Estado. De fato, segundo estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Valor Bruto da Produção agrícola (VBP) do Paraná alcançará R\$ 35,19 bilhões neste ano, com crescimento real de 15% em relação a 2012, confirmando a permanência do Estado na terceira colocação no *ranking* nacional.

No caso, é proeminente a influência da soja no faturamento da agricultura, crescendo 31,93% em relação à safra anterior e mantendo-se como carro-chefe do setor. Adicionalmente, é relevante a contribuição do fumo, com 12,4%, e da mandioca, com 11,66% (tabela 2).

TABELA 2 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - PARANÁ - 2012-2013

PRODUTOS	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R\$)		
	2012	2013	Var. (%)
Soja	11.667.058.651,40	15.391.803.202,97	31,93
Milho	6.985.349.117,78	6.988.666.491,77	0,05
Cana-de-açúcar	3.166.326.772,68	3.243.365.187,13	2,43
Trigo	1.590.451.875,22	1.573.836.460,96	-1,04
Feijão	1.668.256.665,43	1.538.510.142,70	-7,78
Fumo	1.102.399.766,78	1.239.107.857,60	12,40
Mandioca	1.006.502.129,51	1.123.908.024,93	11,66
Outros produtos	3.395.423.592,03	4.096.474.247,33	20,65
TOTAL	30.581.768.570,83	35.195.671.615,39	15,09

FONTE: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

NOTAS: Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV - agosto/2013.

Média anual de Preços Recebidos pelos Produtores para os anos fechados; para 2013, preços médios de janeiro a junho.

Passando à avaliação do setor secundário, observa-se que a produção industrial do Estado avançou a uma taxa de 4,04% no acumulado dos nove primeiros meses do presente exercício, de acordo com o IBGE, não deixando dúvida quanto à recuperação do nível de atividade fabril no Estado, frente ao baixo crescimento da média nacional em 1,64%, no mesmo período. O referido crescimento foi sustentado principalmente pelos ramos de veículos automotores, máquinas e equipamentos, e produtos químicos, que apresentaram alta de 15,53%, 15,01% e 14,25%, respectivamente (tabela 3).

TABELA 3 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2013

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Indústria geral	4,04
Alimentos	0,74
Bebidas	-7,08
Madeira	3,26
Celulose, papel e produtos de papel	-3,37
Edição, impressão e reprodução de gravações	-15,14
Refino de petróleo e álcool	3,07
Produtos químicos	14,25
Borracha e plástico	0,45
Minerais não metálicos	7,10
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-2,80
Máquinas e equipamentos	15,01
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10,46
Veículos automotores	15,53
Mobiliário	6,90

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Por outro lado, cabe destacar a influência negativa em alguns produtos, imposta pela exaustão da política de incentivo ao consumo via desoneração tributária adotada pelo governo federal. Esses fenômenos foram bastante perceptíveis e localizados, com quedas de produção em edição e impressão (-15,14%), fabricação de bebidas (-7,1%), celulose e papel (-3,37%) e produtos de metal (-2,80%).

Os resultados da produção física industrial no Paraná estão em sintonia com as estatísticas do mercado de trabalho na indústria, que também têm se revelado bastante favoráveis, refletindo a expectativa positiva dos agentes privados estabelecidos no Estado, mesmo diante da instabilidade mundial e das incertezas na condução da economia brasileira.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), também do IBGE, o contingente de trabalhadores na indústria do Paraná apontou expansão de 0,5% no acumulado do ano, de janeiro a setembro de 2013, o que revela uma situação bastante favorável, com o descolamento do movimento ascendente em relação ao decrescente de -0,9% do Brasil. Os setores que mais influenciaram o crescimento do emprego industrial no ano de 2013 foram têxtil, fumo, alimentos, produtos químicos, máquinas e equipamentos e fabricação de meios de transporte (tabela 4).

TABELA 4 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - JANEIRO-SETEMBRO 2013

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%) <sup>(1)</sup>
Indústria geral	0,50
Indústrias extrativas	-0,09
Indústria de transformação	0,51
Alimentos e bebidas	3,29
Fumo	11,71
Têxtil	13,89
Vestuário	-2,76
Calçados e couro	-5,59
Madeira	-3,87
Papel e gráfica	1,17
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	-0,31
Produtos químicos	2,81
Borracha e plástico	0,16
Minerais não metálicos	-0,44
Metalurgia básica	-1,97
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	-4,76
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	2,42
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	-8,63
Fabricação de meios de transporte	0,97
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	2,75

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Em comparação a janeiro-setembro de 2012.

Já no que se refere ao setor de serviços, mais precisamente ao comércio varejista, vem sendo registrada elevação significativa do volume de vendas, assim como das receitas nominais. De janeiro a setembro de 2013, o volume de vendas do comércio varejista paranaense cresceu 6,80%, enquanto as receitas nominais, sem a exclusão do efeito inflacionário, evoluíram 12,35%. Já a média nacional registrou crescimento de 3,55% e 8,66% no volume de vendas e na receita nominal, respectivamente.

Para o comércio, a ascensão do agronegócio e a maior disponibilidade de renda da população em face do crescimento do mercado de trabalho regional, com a geração de empregos,

em sua maioria no interior do Estado, explicam o salto nas vendas reais de combustíveis e lubrificantes (11%), artigos farmacêuticos e cosméticos (10,49%), artigos de uso pessoal e doméstico (10,09%), eletrodomésticos (9,38%), veículos, motocicletas e peças (8,79%), livros, jornais, revistas e papelaria (8,21%) e material de construção (7,49%).

Já o faturamento nominal dos estabelecimentos comerciais do varejo do Paraná, no acumulado do ano, registrou expansão de 12,35% frente à aceleração de 8,66% para o Brasil, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), realizada pelo IBGE. No índice acumulado de janeiro a setembro de 2013, o desempenho do Estado foi puxado pelo dinamismo nas vendas de artigos de uso pessoal e doméstico (17,65%), artigos farmacêuticos e cosméticos (16,36%), combustíveis e lubrificantes (16,18%), hipermercados e supermercados (14,62%), material de construção (13,74%) e eletrodomésticos (13,49%) – tabela 5.

TABELA 5 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS E DA RECEITA NOMINAL DO COMÉRCIO VAREJISTA - PARANÁ - JANEIRO-SETEMBRO 2013

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%) <sup>(1)</sup>	
	Volume de Vendas	Receita Nominal
Combustíveis e lubrificantes	11,00	16,18
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,37	14,62
Hipermercados e supermercados	4,26	14,50
Tecidos, vestuário e calçados	-1,27	8,11
Móveis e eletrodomésticos	2,51	10,05
Móveis	-5,85	6,52
Eletrodomésticos	9,38	13,49
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,49	16,36
Livros, jornais, revistas e papelaria	8,21	10,98
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-5,01	0,01
Artigos de uso pessoal e doméstico	10,09	17,65
Veículos, motocicletas, partes e peças	8,79	9,48
Material de construção	7,49	13,74
Comércio varejista	6,80	12,35

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio  
(1) Em comparação ao mesmo período de 2012.

No que tange ao comércio externo paranaense, segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a pauta de exportação do Estado demonstra o substancial peso das *commodities* agropecuárias no total comercializado. Os grãos e as carnes representam 40% e 13%, respectivamente, do valor total, o que indica a forte predominância dos produtos primários nas vendas externas do Estado, entre janeiro e outubro de 2013. Os resultados das exportações do Paraná apontam o crescimento de 3% em relação ao acumulado de janeiro a outubro de 2012, em face dos resultados estertorantes da média nacional, que registraram declínio de -0,9% em igual período.

É oportuno destacar que os resultados paranaenses vêm na contramão da média nacional, mesmo diante das condições de deterioração do comércio externo brasileiro. Tais constatações ocorrem em paralelo à alta volatilidade do câmbio e às incertezas com relação às decisões do Federal Reserve Bank (FED), quanto à política monetária a ser adotada nos Estados Unidos.

Com a intensificação do movimento de alta do dólar ante o real, as exportações de soja em grão cresceram em 17,7%, parte devido à valorização da *commodity* no mercado internacional, resultado dos baixos níveis do estoque mundial. As vendas externas de adubos e fertilizantes cresceram 32,3%; couro, 26,9%; produtos químicos, 17,8%; e madeira, 16,2%, no acumulado do ano até outubro em relação a igual período do ano passado (tabela 6). Além disso, entre os bens de conteúdo tecnológico mais elevado, merecem destaque as partes de motores para veículos (17,8%), automóveis (9,7%) e motores para veículos (5,1%).

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO-OUTUBRO 2012-2013

PRODUTO	JANEIRO-OUTUBRO DE 2012		JANEIRO-OUTUBRO DE 2013		VAR. (%)
	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	
Soja em grão	3 280 765 583	21,6	3 860 259 103	24,7	17,7
Carne de frango <i>in natura</i>	1 494 707 408	9,9	1 646 572 652	10,6	10,2
Farelo de soja	1 223 806 027	8,1	1 319 827 498	8,5	7,8
Açúcar bruto	995 915 648	6,6	861 767 569	5,5	-13,5
Cereais	893 069 372	5,9	791 050 838	5,1	-11,4
Automóveis	703 149 475	4,6	771 672 186	4,9	9,7
Óleo de soja bruto	509 324 144	3,4	423 235 157	2,7	-16,9
Papel	387 281 942	2,6	396 741 094	2,5	2,4
Autopeças	266 545 110	1,8	270 411 054	1,7	1,5
Café solúvel	274 395 801	1,8	261 367 911	1,7	-4,7
Madeira compensada ou contraplacada	239 486 255	1,6	249 625 649	1,6	4,2
Couro	187 310 970	1,2	237 643 204	1,5	26,9
Adubos e fertilizantes	177 617 510	1,2	234 965 892	1,5	32,3
Veículos de carga	259 223 057	1,7	212 799 540	1,4	-17,9
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	278 942 028	1,8	210 897 961	1,4	-24,4
Tratores	200 289 460	1,3	207.264.084	1,3	3,5
Demais madeiras e manufaturas de madeira	178 071 335	1,2	206 969 899	1,3	16,2
Compressores e bombas	173 712 808	1,1	140.144.644	0,9	-19,3
Motores para veículos	127 440 592	0,8	133 897 633	0,9	5,1
Partes de motores para veículos	108 435 994	0,7	119 239 627	0,8	10,0
Carnes salgadas	105 991 944	0,7	114 047 844	0,7	7,6
Demais produtos químicos	92 616 807	0,6	109 146 623	0,7	17,8
Produtos químicos orgânicos	106 889 277	0,7	107 535 244	0,7	0,6
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	99 566 889	0,7	102 526 359	0,7	3,0
Açúcar refinado	88 806 563	0,6	101 917 997	0,7	14,8
Demais produtos	2 702 059 661	17,8	2 514 135 437	16,1	-7,0
TOTAL	15 155 421 660	100,0	15 605 662 699	100,0	3,0

FONTES: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Variação superior a 1.000%.

No lado negativo, o destaque é a retração das vendas de óleos e combustível para consumo de bordo (24,4%), o que pode ser atribuído à PETROBRAS, que vende combustível no mercado doméstico com cerca de 20% de desconto na comparação com os preços internacionais, fato agravado pela alta volatilidade da moeda nacional, segundo analistas do setor. Já o açúcar em bruto registrou queda de -13,5%, devido à baixa liquidez do mercado internacional, resultado da pífia demanda internacional pelo produto. O fato é que o declínio de preços da saca negociado em São Paulo, segundo a cotação da ESALQ/CEPEA, foi de -0,73% em relação à média de janeiro de 2013. Os cereais contabilizaram queda de -11,4% no acumulado do ano até outubro em relação a igual período do ano passado. Esse resultado é imputado à recuperação do estoque mundial do milho, uma vez que os EUA registraram safra recorde, confirmando a recuperação diante da estiagem que dizimou a cultura em meados de 2012.

Finalmente, no que tange ao emprego, segunda vertente expansiva regional, os números são expressivos. Segundo estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criadas 116.602 vagas formais no Paraná até setembro, representando um acréscimo de 4,52% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2012. Já em relação ao acumulado em doze meses, o crescimento foi de 3,24% (tabela 7).

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - JANEIRO-SETEMBRO 2013

SETOR	EMPREGO FORMAL	
	Saldo	Varição (%)
Extrativa mineral	221	3,40
Indústria de transformação	32.112	4,70
Serviços industriais de utilidade pública	655	2,42
Construção civil	9.906	6,34
Comércio	20.867	3,33
Serviços	45.433	4,86
Administração pública	1.676	4,63
Agropecuária	5.732	5,22
TOTAL	116.602	4,52

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

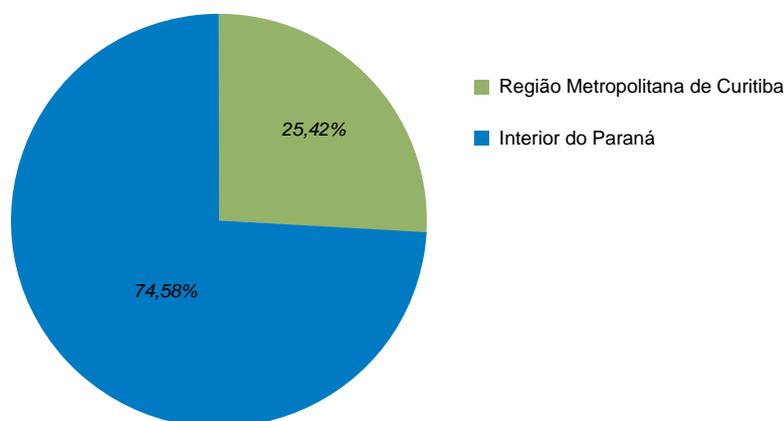
NOTAS: Resultados acrescidos dos ajustes.

A variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1.

As estatísticas do mercado de trabalho apontam que, no ano, os setores que registraram maior crescimento no saldo de empregos foram a construção civil (6,34%), agropecuária (5,22%) e a indústria de transformação (4,70%). Ademais, no emprego incremental da indústria de transformação há apreciável influência dos empreendimentos estabelecidos no interior do Estado, dedicados principalmente às atividades relacionadas à agroindústria, os ramos têxteis e confecções, calçados e minerais não metálicos e indústria de material de transporte.

Não por acaso, os dados de emprego do MTE ainda apontam que o interior do Paraná foi responsável pela criação de 74,58% dos empregos formais, nos dez meses de 2013, ante 25,42% da Região Metropolitana de Curitiba, em igual período (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - INTERIOR DO PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - JAN-SET 2013



FONTE: CAGED

Para fins de conclusão, os dados analisados indicam as notáveis *performances* dos níveis de atividade do Estado do Paraná, para o ano de 2013, refletindo, especialmente, o dinamismo econômico do interior do Estado e que estão relacionados às operações dos principais setores, especialmente o agronegócio – fruto da safra recorde e dos preços elevados no mercado internacional – e insumos para a construção civil. Tais constatações são corroboradas pelos resultados apresentados pela PIM-PF e PIMES, confirmando o estágio do acentuado dinamismo da agroindústria paranaense, da produção de bens de capital e de setores intensivos em mão de obra.

Em síntese, não obstante a permanência da crise externa e as incongruências da orientação macroeconômica do governo federal, o prosseguimento do quadro de consistente recuperação dos níveis de produção e rentabilidade financeira do agronegócio; a maturação da carteira de mais de R\$ 25 bilhões de empreendimentos industriais privados nacionais e internacionais do Programa Paraná Competitivo; e a aceleração das obras de restauração e ampliação da competitividade da infraestrutura, por parte do executivo estadual, devem sustentar a continuidade da expansão da economia paranaense neste ano.

Diante da desaceleração dos níveis de atividade verificada no País, refletindo a interferência de variáveis exógenas e não passíveis de controle por parte dos agentes locais, a economia do Paraná delinea uma trajetória estrutural animadora que, ao lado da restauração de um clima de confiança para a realização de negócios no Estado, busca a interiorização do crescimento econômico.



01

*Casa Civil*





# 1 Casa Civil

---

O campo de atuação da Casa Civil (CC), de acordo com as Diretrizes do Governo, envolveu atribuições, tarefas e responsabilidades diretas, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível hierárquico da administração pública estadual, típicas de assessoramento político e administrativo de vinculação direta ao Chefe do Poder Executivo.

As atividades executadas entre o período de 1º de janeiro de 2013 a 15 de março de 2013 abrangeram, inclusive, tarefas de apoio, conforme determinava a legislação vigente à época, às unidades e órgãos desprovidos, ou providos apenas parcialmente, de estrutura própria, entre eles o Secretário Especial de Relações com a Comunidade, o Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, o Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo 2014, o Secretário de Controle Interno, o Secretário Chefe de Gabinete do Governador e o Escritório de Representação do Paraná em Brasília.

Com a sanção da Lei nº 17.522, de 15 de março de 2013, que criou a Secretaria de Estado de Governo (SEEG) e adotou outras providências, foi alterado o âmbito de atuação da Casa Civil da Governadoria, que passou a ter as seguintes atribuições: representação civil e organização do relacionamento do Poder Executivo Estadual com o Poder Executivo Federal, bem como outras esferas de Governo, no âmbito de sua atuação; coordenação, articulação e avaliação da execução dos programas, projetos e ações elencados como prioritários pelo Governo do Estado; realização de atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações foco da atuação da Casa Civil; coordenação da execução e avaliação dos resultados dos contratos de gestão firmados entre o Governador do Estado e os Secretários de Estado.

Deste modo, as tarefas de cunho administrativo e de apoio ficaram a cargo da SEEG, com fulcro no art. 1º da referida Lei.

## 1.1 Gabinete do Chefe da Casa Civil

A atuação do Gabinete do Chefe da Casa Civil envolveu o planejamento, a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais, inclusive com o Poder Executivo Federal, a prestação de assistência direta e imediata ao Governador do Estado, o relacionamento com as lideranças políticas do Governo, o atendimento a Deputados Federais, Estaduais, Secretários de Estado, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Partidos e de Câmaras Municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral.

## 1.2 Diretoria Geral

Realizou as atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações foco da atuação da Casa Civil; manteve-se em constante contato com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Fazenda (SEFA) e Procuradoria Geral do Estado (PGE), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do Governo e as novas atribuições da Casa Civil. Ademais, se fez presente nas reuniões do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado, instituído pelo Decreto nº 7.599, de 18 de março de 2013, para apoio administrativo ao Secretário Chefe da Casa Civil.

## 1.3 Coordenadoria de Gerenciamento dos Contratos de Gestão

No ano de 2013 foram introduzidas modificações na metodologia de acompanhamento dos contratos de gestão, firmados pelos Secretários de Estado e pelo Presidente da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) com o Governador do Estado. Também foram introduzidas ferramentas digitais que permitiram melhorar o monitoramento das ações necessárias para a execução dos diversos projetos.

Foram contratados 70 projetos com 266 metas para o ano de 2013, alguns com previsão de conclusão apenas em 2014. Os projetos acompanhados são das seguintes áreas: 12 de Desenvolvimento Econômico, 21 de Desenvolvimento Social, 09 do Direito e da Cidadania, 23 da Gestão do Território e 05 de Gestão e Planejamento.

A metodologia de acompanhamento dos projetos contratados foi modificada. Para 2013, com o objetivo de simplificar o acompanhamento e possibilitar a alimentação por meio de sistema informatizado, os projetos foram divididos em metas quantificadas a serem atingidas. Cada uma das metas foi subdividida em etapas e para cada uma das etapas foram estabelecidas quantidades a serem alcançadas e datas para a sua realização. Até o final do primeiro semestre, todos os projetos foram formatados com a nova metodologia.

Concomitante a este trabalho e seguindo as demandas estabelecidas pela equipe gestora dos contratos de gestão, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), desenvolveu um sistema informatizado para o acompanhamento dos projetos em que foram incluídos os contratos com suas metas e etapas. A partir da validação dos Diretores Gerais, o sistema passou a ser alimentado pelos gerentes de projeto e acompanhado pelos supervisores de cada área de atuação.

Foi desenvolvido, também pela CELEPAR, um sistema de gerenciamento de projetos (*Business Intelligence*) que permite o acompanhamento de cada um dos 70 projetos contratados, com a verificação dos percentuais alcançados e a posição dos mesmos em relação a uma tabela de desempenho (superou o previsto, adequado, atraso menor que 30%, atraso entre 30% e 70% e atraso superior a 70%).

Os projetos e as respectivas metas e quantitativos regidos pelo Plano de Trabalho de 2013 que não tiveram sua execução concluída no corrente ano tornaram-se automaticamente parte integrante do Plano de Trabalho de 2014, constante do Anexo I do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Os projetos estão em constante acompanhamento pela equipe de Gerenciamento dos Contratos de Gestão para que se viabilize uma solução para cada caso, seja modificando o projeto ou até mesmo substituindo-o por outro de igual relevância.

## **1.4 Coordenadoria de Projetos Estratégicos**

É atribuição da Casa Civil a coordenação, articulação e avaliação da execução dos programas, projetos e ações elencados como prioritários pelo Governo do Estado. Para atender essa finalidade, procedeu-se à articulação entre as diversas Secretarias e órgãos envolvidos em cada programa ou projeto de caráter multissetorial, por meio da realização de reuniões entre as partes, onde são estabelecidas responsabilidades e prazos para a construção individualizada (de cada um dos atores) de soluções que serão compartilhadas e integradas periodicamente.

Como ferramenta de apoio à implementação das ações de coordenação e avaliação de programas e projetos, criou-se uma sistemática de acompanhamento dos assuntos estratégicos da pauta governamental, visando à celeridade e à simplificação do processo decisório.

Destaca-se o acompanhamento dos seguintes programas sob a responsabilidade de várias Secretarias ou Órgãos do Estado:

- Obras com crédito outorgado: a) duplicação da Rodovia dos Minérios - PR-092 - Curitiba - Almirante Tamandaré - Rio Branco do Sul e; b) obras de infraestrutura em Ortigueira e municípios do entorno.
- Parcerias público-privadas: a) duplicação do corredor Norte Central (PR-445) - Trecho Londrina - Mauá da Serra - 67,69 km; b) duplicação do corredor Norte Pioneiro (PR-092) - Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina - 134,86 km; c) duplicação da PR-323, trechos: Paiçandu - Umuarama, 142,38 km, e Umuarama - Francisco Alves - 70,90 km; d) ampliação da rede de distribuição da Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS) - gasoduto ligando Curitiba, Araucária e Paranaguá. Construção de um complexo de gás no Litoral.
- Complexo Portuário de Pontal do Paraná.
- Caminhos do Desenvolvimento Sucroalcooleiro; Pedras irregulares/Caminho das pedras.
- Duplicação: PR-445 - trecho Londrina - Cambé - 16,9 km; PR-415 - Pinhais - Piraquara - 13,9 km; PR-323 - Trecho Maringá - Paiçandu - 3,82 km.
- Obras em execução no Anel de Integração, pelas empresas de pedágio.
- Obras do Porto de Paranaguá e do Aquário de Paranaguá.
- Obras de melhoria no Teatro Guaíra e construção do Cine teatro Ouro Verde.
- Programa Paraná sem lixões; e Programa Rede 399 - Internet para todos

- Medidas para equilíbrio da gestão fiscal, redução de gastos, obtenção de aprovação nos pedidos de operações de crédito e eliminação de pendências de governos anteriores junto ao CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias).
- Apoio e acompanhamento das atividades do Movimento Brasil Competitivo.
- Buscas de fontes alternativas de ingresso de recursos ao Estado e acompanhamento criterioso da posição do caixa do Estado.
- Ações para viabilização de financiamentos provenientes do Banco do Brasil - PROINVEST, Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Credit Suisse.

02

*Casa Militar*





## 2 Casa Militar

---

### 2.1 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC)

Em 2013, a Coordenadoria atuou em diversas frentes de trabalho para desempenhar seu mister tanto nas fases que antecedem um desastre (preparação, mitigação e prevenção) quanto nas fases de recuperação e reconstrução do local atingido. Tais ações encontram-se balizadas na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Suas principais ações foram:

- Distribuição de Material de Ajuda Humanitária - com o objetivo de minimizar os danos experimentados pela população atingida por desastres, a CEDEC realizou o encaminhamento de materiais de ajuda humanitária, como telhas de fibrocimento, cestas básicas e cobertores, dentre outros artigos, aos municípios atingidos por eventos cujos danos e prejuízos extrapolaram sua capacidade de resposta, sendo esta classificação realizada com base em critérios técnicos e legais. A tabela a seguir demonstra os quantitativos de material de ajuda humanitária distribuídos ao longo de 2013:

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Cesta básica	Cesta	1.674
Lona plástica	Bobina	4.047
Telhas de fibrocimento	Telha	357.825
Pregos (telheiro)	Prego	337.240
Alimento (Primeira Alimentação Emergencial)	Quilo	530
Cobertor	Unidade	933
Colchonete de Espuma	Unidade	933

- Aquisição de veículos - adquiridas 12 camionetes 4x4 para equipar as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil, visando o melhoramento do serviço de apoio aos municípios, agilizando o deslocamento de pessoal e material de ajuda humanitária no caso da ocorrência de desastres.
- Encontros com as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - no intuito de alcançar a sintonia necessária para bom andamento dos trabalhos no momento do desastre, foram realizados dois encontros com os responsáveis regionais de Defesa Civil, sendo um Francisco Beltrão (23 e 24 de abril) e outro em Umuarama (27 e 28 de junho). Foram estabelecidas metas, apresentados resultados, bem como padronizadas as formas de atuação nos mais diversos desastres que acontecem no Estado.
- Capacitação do Efetivo da Defesa Civil Estadual - visando o constante aprimoramento do trabalho desempenhado pela Defesa Civil estadual, foi capacitado o efetivo por meio de cursos e eventos.

EVENTO	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
Primeira intervenção em eventos terroristas	Maio	Brasília	1
Curso de Intervenção e emergências com produtos perigosos	Abril	a distância	1
Curso de sistemas de comandos de incidentes	Abril	a distância	1
Curso de Gestão de Estresse e Primeiros Socorros Psicológicos	Maio	Curitiba (Faculdade Evangélica)	1

- Capacitação do Público Externo - aprimoramento dos demais órgãos integrantes do Sistema de Defesa Civil, objetivando o estabelecimento e padronização de ações no período da Copa do Mundo FIFA. Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

EVENTO	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
Curso Básico de Defesa Civil – parte I	Março/Abril	a distância	72
Curso Básico de Defesa Civil – parte II (presencial)	Maio/Junho	Paraná (sede das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil)	401
Curso de Capacitação da Rede Estadual de Rádio Amadores - REER	Maio	Curitiba	37
I Curso de Capacitação de Voluntários	Junho	Curitiba	85
Curso de Sistema de Comando de Incidentes (SCI)	Setembro/Agosto	Curitiba	150
II Curso de Capacitação de Voluntários	Novembro	Cascavel	88

- Apoio aos municípios na obtenção de recursos federais - o Setor Técnico e de Convênios da Divisão de Defesa Civil da Casa Militar, é responsável, dentre outras atribuições, pelo auxílio aos municípios vitimados por algum desastre na confecção e organização da documentação exigida pelo Governo Federal para análise da necessidade de envio de recursos destinados à recuperação do município. O Setor Técnico, além do apoio individualizado aos municípios afetados, também realizou palestras sobre a forma de acessar recursos federais para representantes de municípios atingidos, visando a disseminação do conhecimento. Como exemplo, pode-se destacar a reunião ocorrida em 8 de julho, decorrente das fortes chuvas que atingiram o Estado e que culminaram com a Decretação Estadual de Situação de Emergência em 78 municípios afetados pelo desastre. Em decorrência das necessidades apontadas pelos prefeitos participantes, houve o repasse de recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), no valor de R\$ 3,1 milhões, para repasse aos Fundos Municipais de Assistência Social, em observância aos critérios inicialmente levantados pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e ajustados e validados pela SEAB, possibilitando desta forma o rápido apoio do Estado do Paraná nas ações de restabelecimento das vulnerabilidade social instalada nos municípios.
- Grupo de Apoio Estadual a Desastres (GAEDE) - em continuidade aos trabalhos iniciados em 2011, conta com especialistas do SIMEPAR, AGUASPARANA e MINEROPAR, além dos integrantes da CEDEC.
- Desenvolvimento do Sistema Estadual de Defesa Civil - a Defesa Civil Estadual conta com um sistema informatizado destinado ao cadastro e acompanhamento das ocorrências de Defesa Civil, e também como uma ferramenta de gerenciamento das rotinas de trabalho da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Foram implementadas as seguintes funções

no sistema: a) criação do Plano de Contingencia *Online*, tendo como resultado 102 Planos de Contingência Gerados (um por município), 185 cadastros de ações operacionais, 177 cadastros de recursos, 2.624 cadastros de residências, 359 cadastros de abrigos e 610 cadastros de áreas de atenção; b) criação da plataforma para inserção de alertas do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), qualificando o envio de alertas para questões radiológicas no Estado; c) sistematização dos alertas meteorológicos cadastrados diretamente no sistema pelos meteorologistas do SIMEPAR no sistema da defesa civil com envio de e-mail automático para as autoridades envolvidas; d) mudança no conteúdo dos dados dos usuários e instituições preparando as informações para uso de maneira geoespacializada; e) criação do controle de estoque contendo as etapas de entrada, transferência e entrega de materiais, que atuará nos níveis de Estado, regionais e municipais, com o objetivo de saber em tempo real a quantidade e a localização de materiais.

- Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola - planejamento iniciado em março de 2011, com os trabalhos em conjunto com a SEED. Em 04 de junho de 2012, foi assinado o Decreto Estadual n 4.837, com o objetivo principal de oferecer segurança nas escolas sob o prisma da Defesa Civil. Em 2013, foram realizadas as seguintes ações: a) capacitação de 6.444 gestores das escolas públicas estaduais na modalidade presencial, com carga horária total de 16 horas aula; b) capacitação de 2.135 Brigadistas Escolares na modalidade Ensino a Distância, com carga horária total de 60 horas aula, realizada pela Escola de Governo; c) capacitação de 487 Brigadistas Escolares na modalidade Presencial, com carga horária total de 16 horas aula, realizada pelas COREDEC em conjunto com os representantes dos Núcleos Regionais de Educação; d) revisão dos seis módulos do Curso de Brigadistas Escolares na modalidade Ensino a Distância; e) mudança do ambiente virtual do Moodle da Escola de Governo para o ambiente da SEED; f) atualização dos 60 tutores EAD (bombeiros); g) capacitação de 60 novos tutores EAD; h) aquisição e distribuição de 25.711 extintores tipo pó ABC para as instituições estaduais de ensino, investimento de R\$ 2,7 milhões; i) aquisição e distribuição de 31.185 blocos de iluminação de emergência para as instituições estaduais de ensino, investimento de R\$ 1,3 milhão; j) aquisição e distribuição de 81.153 placas de sinalização de emergência para as instituições estaduais de ensino, investimento de R\$ 2,4 milhões; k) capacitação dos supervisores de obras dos NREs, visando o dimensionamento dos equipamentos de segurança adquiridos, bem como a correta instalação.
- Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres (Banco Mundial) - parceria com duração prevista para três anos, possibilitou a realização de várias ações com o objetivo de melhorar a atuação estadual da Defesa Civil. Foram implementadas as seguintes ações: a) Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; b) criação do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil; c) alteração de legislação da Defesa Civil, reestruturando a arquitetura

institucional; d) confecção de termo de referência para a contratação de empresa para a construção de salas de gerenciamento fixas e móveis devidamente equipadas.

- Ações Específicas para o Litoral do Estado - atuou de forma articulada com diversos órgãos estaduais visando a prevenção de desastres nas áreas afetadas pelo evento de 11 de março de 2011, onde destacam-se: a) mapeamento das áreas definidas como Sistema de Monitoramento, Alerta e Alarmes (SISMAAR) localizadas nas áreas com suscetibilidade e vulnerabilidades a desastres; b) acompanhamento do processo de adensamento da rede hidro meteorológica desenvolvido em parceria com o SIMEPAR; c) acompanhamento das ações desenvolvidas pela MINEROPAR visando o mapeamento do litoral em escala de detalhe; d) preparação e cadastramento dos abrigos nos sete municípios do litoral; e) elaboração dos planos de contingência dos sete municípios do litoral e mapeamento dos pontos de recorrência a desastre; f) o Instituto Tecnológico SIMEPAR desenvolveu uma página exclusiva para operação da Defesa Civil no litoral, disponível em [www.simepar.br/defesacivil](http://www.simepar.br/defesacivil) que mostra dados em tempo real relativos a precipitações acumulada, dados *online* do radar metrológico, emissão de Boletins Específicos, geração de Gráficos de Precipitação Acumulada, mapa das estações pluviométricas, hidrológicas e meteorológicas e Consulta Geral aos dados atualizados de 15 em 15 minutos, com previsão para dois dias.
- Municípios atingidos por desastres - quadro com os municípios atingidos por desastres no ano de 2013, e aqueles que devido à magnitude do evento, tiveram a situação de emergência ou estado de calamidade pública decretada.

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2013

continua

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE EVENTOS DURANTE O ANO	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Abatiá	1	
Adrianópolis	1	
Agudos do Sul	1	
Almirante Tamandaré	2	
Altônia	1	
Alto Paraiso	2	
Alto Piquiri	1	
Alvorada do Sul	1	
Amaporã	2	Sim
Ampére	3	Sim
Andirá	2	
Antonina	1	
Apucarana	1	
Arapongas	2	
Arapuã	1	Sim
Araruna	1	
Araucária	6	
Assaí	2	
Assis Chateaubriand	3	

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2013

continua

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE EVENTOS DURANTE O ANO	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Bandeirantes	1	
Barbosa Ferraz	1	Sim
Barracão	4	
Barra do Jacaré	2	Sim
Bela Vista da Caroba	2	Sim
Bela Vista do Paraíso	2	
Bituruna	2	Sim
Boa Esperança do Iguaçu	2	Sim
Boa Ventura de São Roque	1	
Bom Jesus do Sul	1	Sim
Bom Sucesso	1	
Braganey	2	
Brasilândia do Sul	2	Sim
Cafelândia	2	
Cafezal do Sul	1	Sim
Cambé	1	
Campina da Lagoa	4	Sim
Campina do Simão	2	
Campina Grande do Sul	5	
Campo Largo	2	Sim
Campo Mourão	4	Sim
Cândido de Abreu	1	
Candói	1	Sim
Cantagalo	3	Sim
Capanema	3	Sim
Capitão Leônidas Marques	2	
Carambeí	2	Sim
Cascavel	3	
Centenário do Sul	1	Sim
Céu Azul	2	
Chopinzinho	3	Sim
Cidade Gaúcha	1	Sim
Civelândia	1	
Colombo	1	
Colorado	3	Sim
Corbélia	1	Sim
Cornélio Procópio	1	
Coronel Domingos Soares	3	Sim
Coronel Vivida	3	Sim
Corumbataí do Sul	1	
Cruzeiro do Oeste	2	Sim
Cruzmaltina	1	Sim
Curitiba	49	Sim
Diamante do Norte	2	Sim
Diamante do Oeste	2	
Dois Vizinhos	4	Sim
Douradina	1	Sim
Doutor Camargo	1	Sim
Enéas Marques	1	Sim
Engenheiro Beltrão	2	Sim
Espigão Alto do Iguaçu	1	Sim
Farol	1	

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2013

continua

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE EVENTOS DURANTE O ANO	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Fazenda Rio Grande	2	
Fênix	1	
Flor da Serra do Sul	1	
Floresta	1	Sim
Florestópolis	1	
Formosa do Oeste	1	
Foz do Iguaçu	5	Sim
Foz do Jordão	1	
Francisco Alves	4	Sim
Francisco Beltrão	8	
General Carneiro	6	
Godoy Moreira	1	Sim
Goioerê	3	Sim
Goioxim	1	
Grandes Rios	1	Sim
Guairaçá	1	
Guapirama	1	
Guaporema	1	Sim
Guaraniaçu	2	Sim
Guarapuava	10	Sim
Guaraqueçaba	8	
Guaratuba	7	
Honório Serpa	3	Sim
Ibaiti	1	
Ibema	1	
Ibiporã	2	
Imbaú	1	
Imbituva	1	Sim
Indianópolis	1	Sim
Ipiranga	1	Sim
Iporã	4	Sim
Irati	5	Sim
Iretama	2	Sim
Itapejara do Oeste	4	Sim
Itaperuçu	1	
Itaúna do Sul	2	Sim
Ivaté	1	Sim
Ivatuba	1	Sim
Jaguapitã	1	
Japurá	3	Sim
Jardim Alegre	1	
Jataizinho	2	Sim
Jesuítas	1	
Jussara	1	
Lapa	3	
Laranjal	1	Sim
Laranjeiras do Sul	2	Sim
Lidianópolis	1	
Lindoeste	1	Sim
Londrina	5	
Mallet	3	
Mamborê	3	Sim

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2013

continua

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE EVENTOS DURANTE O ANO	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Mandaguari	2	
Manfrinópolis	2	
Mangueirinha	2	
Manoel Ribas	3	Sim
Maria Helena	3	Sim
Marialva	3	
Marilena	2	Sim
Maringá	6	
Marmeleiro	1	
Marquinho	2	Sim
Matelândia	1	
Mato Rico	1	Sim
Mauá da Serra	2	
Medianeira	1	
Mercedes	1	
Mirador	1	Sim
Miraselva	1	
Missal	1	
Moreira Sales	3	
Morretes	3	
Nova Aliança do Ivaí	1	
Nova Aurora	1	
Nova Cantú	1	Sim
Nova Esperança	1	
Nova Esperança do Sudoeste	3	Sim
Nova Laranjeiras	1	Sim
Nova Londrina	2	Sim
Nova Olímpia	1	Sim
Nova Prata do Iguaçu	2	Sim
Nova Santa Rosa	1	
Nova Tebas	2	Sim
Ortigueira	3	Sim
Paçandu	2	Sim
Palmital	2	Sim
Palotina	1	
Paraíso do Norte	2	Sim
Paranacity	1	
Paranaguá	3	
Paranavaí	2	Sim
Pato Branco	3	
Paula Freitas	1	
Peabiru	1	
Pérola do Oeste	3	
Pinhão	5	Sim
Piraí do Sul	1	Sim
Piraquara	2	Sim
Pitanga	2	Sim
Planaltina do Paraná	1	Sim
Planalto	1	
Ponta Grossa	4	Sim
Pontal do Paraná	1	
Porecatu	1	

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2013

continua

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE EVENTOS DURANTE O ANO	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Porto Amazonas	1	Sim
Prado Ferreira	1	
Pranchita	3	Sim
Primeiro de Maio	1	Sim
Prudentópolis	5	Sim
Quatro Barras	4	
Quedas do Iguaçu	2	Sim
Querência do Norte	14	Sim
Quinta do Sol	2	
Quitandinha	1	
Ramilândia	1	Sim
Realeza	5	Sim
Rebouças	1	Sim
Reserva	3	Sim
Reserva do Iguaçu	1	
Rio Azul	1	Sim
Rio Bonito do Iguaçu	2	Sim
Rio Branco do Ivaí	2	Sim
Rio Branco do Sul	2	
Rio Negro	3	Sim
Rolândia	1	
Roncador	1	
Rondon	3	Sim
Rosário do Ivaí	1	Sim
Salgado Filho	1	
Salto do Lontra	5	Sim
Santa Cecília do Pavão	1	Sim
Santa Cruz de Monte Castelo	3	Sim
Santa Fé	1	
Santa Helena	2	
Santa Inês	1	
Santa Isabel do Ivaí	1	Sim
Santa Izabel do Oeste	2	Sim
Santa Lúcia	4	
Santa Maria do Oeste	3	
Santa Mônica	1	Sim
Santana do Itararé	1	
Santa Tereza do Oeste	4	Sim
Santa Terezinha de Itaipu	1	
Santo Antônio da Platina	5	
Santo Antônio do Sudoeste	6	Sim
São Carlos do Ivaí	1	Sim
São João	3	Sim
São João do Caiuá	1	
São João do Ivaí	1	Sim
São João do Triunfo	1	Sim
São Jorge do Ivaí	1	Sim
São Jorge do Oeste	3	Sim
São Jorge do Patrocínio	1	Sim
São José dos Pinhais	4	Sim
São Miguel do Iguaçu	5	Sim
São Pedro do Paraná	1	

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2013

conclusão

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE EVENTOS DURANTE O ANO	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
São Tomé	2	
Saudade do Iguaçú	2	Sim
Sengés	1	
Sertãoópolis	1	
Siqueira Campos	5	Sim
Sulina	1	Sim
Tamboara	1	
Tapejara	1	
Tapira	1	Sim
Teixeira Soares	2	Sim
Telêmaco Borba	2	Sim
Terra Rica	4	Sim
Tibagi	7	Sim
Tijucas do Sul	1	
Turvo	2	Sim
Umuarama	3	Sim
União da Vitória	2	Sim
Uraí	2	
Vera Cruz do Oeste	3	Sim
Verê	2	Sim
Virmond	1	
Vitorino	3	
Xambrê	2	Sim
TOTAL DE EVENTOS	582	
TOTAL DE MUNICÍPIOS ATINGIDOS	250	



*Secretaria de Governo*





## **3 Secretaria de Estado de Governo**

---

Criada pela Lei 17.522 de 15 de março de 2013, a Secretaria de Estado de Governo (SEEG) tem como campo de atuação, atribuições, tarefas e responsabilidades diretas, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível hierárquico da administração pública estadual, típicas de um órgão de assessoramento e apoio administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo, em conformidade com o que determina a legislação vigente, a unidades e órgãos desprovidos, ou providos apenas parcialmente, de estrutura própria.

### **3.1 Gabinete do Secretário**

A atuação do Gabinete envolveu o planejamento, a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a prestação de assistência direta e imediata ao Governador; o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo, bem como, o relacionamento com as lideranças políticas do Governo; o atendimento a Deputados Federais, Estaduais, Secretários de Estado, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Partidos e de Câmaras Municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral.

### **3.2 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude**

Voltada exclusivamente para atender a população jovem entre 15 e 29 anos, atuou no levantamento dos 44 programas que efetivamente atendem aos jovens. Tendo sido realizadas 102 visitas técnicas em vários municípios durante o exercício. Para um aprofundamento do conhecimento da juventude paranaense em suas diversidades e suas demandas, optou-se por realizar audiências públicas, onde os jovens tiveram a oportunidade de se expressar, participar, promover, reivindicar, colaborar como protagonistas na elaboração e discussão de políticas públicas em busca da tradução dos direitos básicos enquanto jovens cidadãos paranaenses.

Nesse contexto, foram realizadas quatro audiências, nos municípios de Tunas do Paraná (29/06), Foz do Iguaçu (10/08), Japira (24/08) e Irati (12/09), atingindo diretamente mais de 1.500 jovens de 40 municípios e envolvendo representantes de instituições que trabalham com juventude, tais como grêmios estudantis, universidades e igrejas, elevando o alcance das informações debatidas durante as audiências; também foram realizadas 26 palestras em 16 colégios estaduais atingindo aproximadamente 7.000 estudantes, nas cidades de Curitiba, Pinhais, Colombo, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Paranaguá, Pontal do Paraná e Antonina.

Atuou na criação de canais nas redes sociais, focando as principais plataformas que os jovens buscam informação com cerca de 15.000 pessoas mensalmente e na implantação do Território da Juventude, um grande portal na internet que agrega todos os programas do governo, voltados para os jovens, além de concentrar *links* para central de estágios, eventos, redes sociais, cursos e reportagens voltadas exclusivamente para os jovens. O Território da Juventude recebeu mais de 12.000 visitantes, tendo em média 2.000 visitas únicas semanais, consolidando-se como uma importante ferramenta de comunicação entre o Governo do Estado e a juventude paranaense.

Importante destacar que estão sendo desenvolvidas outras medidas de política pública para os jovens, como a criação do Comitê Intergestor de Políticas para a Juventude e o lançamento de edital para a criação de um grupo de trabalho que formulará o projeto para a criação do Conselho Estadual da Juventude.

### **3.3 Diretoria Geral**

A Diretoria Geral acompanhou os processos de nomeação de pessoal do Estado e atendeu demandas apresentadas por diversos órgãos. Manteve-se em contato principalmente com as secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP); do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Fazenda (SEFA), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do Governo. No âmbito interno, desenvolveu suas atribuições envolvendo a coordenação técnica e administrativa das unidades que compõem a Secretaria, mantendo contato permanente com os responsáveis dos setores; a promoção da administração geral do órgão, em estreita observância aos dispositivos legais e normativos da administração pública; a manutenção do Palácio Iguazu e das residências oficiais; a elaboração de minutas e análises, bem como o controle e encaminhamento dos documentos submetidos ao Secretário de Estado de Governo e ao Governador do Estado. Acompanhou várias reuniões na Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) para a estruturação de cases de BI para o Governo do Estado. Coordenou também grupo de trabalho para elaboração de Relatório Executivo para subsidiar o Chefe do Poder Executivo nas viagens aos municípios do Paraná, com informações sobre ações, obras e investimentos destinados a todas as regiões do Estado.

Destaca-se o trabalho realizado visando à elaboração, organização e padronização dos relatórios gerenciais da Secretaria, inicialmente intitulado de Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) da SEEG que será concluído quando da definição de indicadores de Gestão, tanto quantitativos quanto qualitativos, estimada para 2014, e que servirá como referência para elaboração de um *Business Intelligence* (BI) específico para a Gestão Estratégica da Secretaria.

### **3.4 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE)**

O CEE prestou assessoramento ao Governador, Secretário e Diretoria Geral, ao Chefe da Casa Civil e às unidades da Secretaria na preparação das matérias que necessitaram de formalização documental. Atendeu também outros órgãos ligados diretamente ao Palácio Iguazu, tais como, o Gabinete do Vice-Governador e a Assessoria Especial do Governador. Também foram

atendidos a Coordenadoria do Cerimonial e Relações Internacionais, o Núcleo de Informática e Informações, a Coordenadoria Técnica-Legislativa e a Coordenadoria de Assuntos Políticos, entre outros. Expedientes circulares da Chefia do Poder Executivo foram enviados aos Secretários de Estado, aos titulares dos órgãos vinculados do Poder Executivo, parlamentares, e outras lideranças nacionais e internacionais. Todas as solenidades e eventos realizados no âmbito da Governadoria tramitaram pelo CEE. No exercício de 2013 foram elaborados e expedidos 435.808 expedientes, entre ofícios, cartas, telegramas, fax, e-mails, cartões e mensagens, bem como efetuados o registro e a guarda dos documentos.

### **3.5 Núcleo Jurídico da Administração (NJA)**

Prestou serviço de assessoramento jurídico, objetivando subsidiar decisões governamentais mediante exame, instrução e emissão de pareceres em processos submetidos à apreciação do Chefe do Poder Executivo e os de competência do Secretário da SEEG, Chefe da Casa Civil, Casa Militar, Secretários Especiais e à Vice-Governadoria. Em 2013, realizou a análise de aproximadamente 12.000 manifestações técnicas entre despachos, informações, ofícios, anteprojetos de lei e minutas de mensagens legislativas.

### **3.6 Núcleo de Informática e Informações (NII)**

Promoveu a manutenção da estrutura de informática da Governadoria no Palácio Iguazu, preservando a segurança e a integridade dos dados e equipamentos e permitindo a utilização de mais de 450 estações de trabalho; o suporte aos usuários na utilização de software básico, rede local, internet e recursos multimídia; a administração e atualização do Cadastro de Autoridades (CAU) por meio do Sistema de Cadastro de Autoridades (GCAU), publicação na internet e atendimento ao público; implantação, operacionalização, otimização e disponibilização de ferramentas de consulta GEO e BI, no sistema de Gestão Governamental (G-GOV), em conjunto com os Órgãos da Administração Estadual; ajustes operacionais no sistema de Controle de Processos GCC Workflow; análise, encaminhamento e resposta aos pleitos endereçados ao Chefe da Casa Civil e SEEG, consolidando o Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias (SIGO) como sistema de Ouvidoria e controle de solicitações; administração dos servidores de arquivo da rede local, Windows Server e servidores virtuais hospedados no Datacenter da CELEPAR; integração do sistema G-GOV com o sistema SIGAME, com o objetivo de contribuir com informações gerenciais ao sistema SAPM; manutenção de equipamentos de informática; desenvolvimento de estudos em conjunto com o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) sobre a questão de arquivística, culminando com objeto técnico e minuta de edital para contratação dos serviços necessários à digitação de documentos depositados no DEAP e no Palácio das Araucárias; participação na produção e aprovação de objetos técnicos e editais relacionados com as atividades de Tecnologia da Informação e Telecomunicações; manutenção e adequações dos sites da Casa Civil, da SEEG e outros, atendendo

as características especificadas pela Secretaria da Comunicação Social (SECS) e Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR); apoio técnico e operacional aos Secretários Especiais que dependem da estrutura administrativa da SEEG; instalação, configuração e manutenção da rede Wireless da Governadoria; treinamento e liberação de acesso aos usuários indicados aos sistemas de informações gerenciados pelo NII/CC (Legislação, G-GOV, GCAU, GCC e SIAP).

### **3.7 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA)**

Manteve atualizado o controle dos cargos de provimento em comissão de todas as Secretarias de Estado e de suas vinculadas, assim como o controle de legislação (leis e decretos) de cada órgão, inclusive dos Conselhos para consultas e informações. Manteve atualizado o Sistema de Legislação do Estado, bem como promoveu durante o exercício de 2013, a lavratura de 2.914 decretos, 28 resoluções e quatro circulares e a devolução aos órgãos de origem de aproximadamente 300 protocolados que continham propostas de Decreto de nomeações e/ou exonerações.

### **3.8 Centro de Apoio Operacional (CAO)**

Promoveu a entrada de documentos oriundos das Secretarias de Estado, suas autarquias e vinculadas, e demais documentos endereçados ao Governador, Chefe da Casa Civil, Secretário de Estado de Governo e assessores do Governador direcionados às unidades responsáveis pelo atendimento das solicitações, bem como, após finalização, procedeu à devolução para remessa à origem ou ao destino solicitado.

### **3.9 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)**

As ações desenvolveram-se por meio de planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo na organização de recepções, eventos e festividades.

Cabe destacar na atuação da Coordenadoria as seguintes atividades realizadas em 2013:

- Apoio às viagens oficiais do Governador, Primeira Dama e Vice-Governador ao Exterior.
- Apoio ao Governador nas 06 visitas da Presidente da República, Dilma Rousseff.
- Apoio ao Governador e aos Embaixadores de países estrangeiros em visita oficial ao Estado; e a outras autoridades estrangeiras e brasileiras em visita ao Estado.
- Apoio ao Governador do Estado em viagens realizadas a todos os municípios do Estado, e nos compromissos em que participou na Capital, em viagens realizadas a outros Estados e ao Distrito Federal.
- Apoio a 161 eventos realizados na Capital com lideranças políticas e com a presença do Governador do Estado e a outros 241 eventos realizados.

### **3.10 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)**

Tem como objetivo estreitar o relacionamento do Governo do Estado com as Câmaras Municipais, prefeituras, Poder Legislativo Estadual e entidades de representação da sociedade civil organizada.

Em 2013, promoveu as seguintes ações:

- Atendimento às solicitações dos Outros Poderes e segmentos da sociedade, nas mais abrangentes áreas, em conjunto com a chefia de gabinete da SEEG.
- Relacionamento do Governo do Estado com as lideranças políticas outras esferas de Poder.
- Acompanhamento dos eventos e fatos políticos de interesse do Estado. Contatos para reforço de convites a Prefeitos, Deputados, Vereadores e demais Lideranças.
- Acompanhamento e articulação da agenda política do Governador, Vice-Governador, Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social e SEEG.
- Coleta e manutenção de informações dos sistemas de cunho político, de uso exclusivo do Governador, com o apoio do NII, além da articulação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, responsáveis pela geração de dados.
- Manutenção e prestação de informações relativas ao acompanhamento das reivindicações junto ao Governador.
- Coordenação, em consonância com a Casa Militar e a Coordenadoria do Cerimonial das atividades afetas às viagens do Governador.
- Orientação às entidades assistenciais paranaenses que reivindicaram auxílios ou subvenções sociais ao Governador.
- Orientação e encaminhamento de solicitações às diversas Secretarias de Estado e entidades vinculadas.
- Apoio e atendimento às Prefeituras e Câmaras Municipais, como também o acompanhamento nas demais Secretarias.
- Atendimento médio diário em torno de 30 pessoas, perfazendo um total de 600 pessoas por mês.
- Acompanhamento dos processos das Emendas do Legislativo.
- Acompanhamento e assessoramento junto às Secretarias de Estado e Vinculadas de Projetos de Descentralizações Regionais.
- Agenda Integrada e Sistema de Informação.
- Indicações de representantes do Governo em eventos que o Governador não pode comparecer.
- Acompanhamento das coordenadorias regionais e dos núcleos regionais.
- Acompanhamento do Plano de Apoio aos Municípios coordenado pela SEEG.
- Desenvolvimento de materiais (gráficos, mapas, planilhas, relatórios) para análises políticas.

### **3.11 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL)**

Realizou, na sua área de competência o exame, a informação e a instrução de expedientes oriundos da Assembleia Legislativa; promoveu a análise e o preparo de projetos de lei e a elaboração das respectivas leis; o encaminhamento de expedientes entre escritórios, informações e pareceres à Assembleia Legislativa, publicações no Diário Oficial, entre outras atividades correlatas.

### **3.12 Agência Paraná de Desenvolvimento (APD)**

A execução das atividades da APD nos oito meses de efetiva operacionalização apresentou resultados expressivos:

- 185 empresas atendidas; 22 segmentos atendidos; valor estimado de investimentos de R\$ 6,5 bilhões.
- Realização e recebimento de Missões Internacionais e que trouxeram resultados tais como: a) potencial de 10 empresas investidoras; b) Termo de Cooperação SETI e Departamento de Educação de Utah; c) cooperação para o desenvolvimento de Veículos Não Tripulados.

Ressalta-se que a Paraná Desenvolvimento estruturou e disponibilizou para o seu público-alvo Estudos Setoriais das cadeias produtivas dos seguintes setores: Automotivo, Químico, Plástico, Petróleo e Gás, Papel e Celulose, Minerais Não Metálicos, Gráfico, Madeireiro, Moveleiro, TIC, Saúde, Construção Civil, Alimentos e Bebidas, Sucroalcooleiro, Eletro metal mecânico e Químico. Além de estudos específicos nas áreas de: Infraestrutura, Cadeia Produtiva do Leite, Saúde no Paraná, bem como sobre custo de mão de obra, inova auto e comparativo entre as 10 cidades mais competitivas na atração de investimento estrangeiro.

O Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento, tão logo instalados seu Conselho de Administração e Diretoria, centrou esforços na elaboração dos seus documentos de gestão: Estatuto Social, Regimento Interno, Plano de Cargos e Salários, Plano Orçamentário e Plano de Ação, que foram submetidos e aprovados em reunião do Conselho de Administração. Também foram definidas como áreas de atuação: Programas Estruturantes (Projetos), Acordos (Cooperação Técnica e Operacional), Parcerias (Entidades Nacionais e Internacionais), Informações Estratégicas (Dados Socioeconômicos, Áreas para localização de investimentos) e Atendimentos (Recebimento e Suporte a Empresas).

A APD atua na estruturação e execução das atividades de Atração de Investimentos (Suporte e Informação/ Ações Prospectivas, Reativas e de divulgação); Central de Informações Estratégicas (Banco de Dados); Identificação dos Gargalos de Infraestrutura (Projetos e Estudos) e Adensamento de Cadeias Produtivas (Mapeamento, Identificação de Elos complementares e Produção de Estudos Específicos).

Considerando seu papel de agente de promoção do desenvolvimento, estuda, propõe e executa projetos estruturantes, em que se destacam: Setor Automotivo, Paranaéreo, Pró-Hardware Paraná, Plataforma Logística, Setor Lácteo e Mobilidade Elétrica.

Nas ações de Prospecção de Investimentos, a APD disponibiliza as empresas os seguintes produtos: a) Informações Estratégicas sobre o Paraná e Cadeias Produtivas; b) localização de áreas para a instalação de novas plantas; c) informações sobre Financiamento e Recursos Humanos; d) apoio junto às Secretarias, municípios e demais órgãos governamentais; e) demonstração do Sistema Fiscal e Benefícios Fiscais do Estado; e f) conexões com Instituições e Associações Empresariais.

Para atingir seus objetivos, atuou em rede, tendo contatos firmados com: órgãos públicos (Secretarias de Estado, TECPAR, IPARDES, IAP, ADAPAR, Fomento Paraná, Prefeituras, Universidades, BRDE, BNDES, FINEP, MDIC, RENAI, ABDI e Itamaraty); órgãos privados (FIEP, FAEP, FACIAP, FECOMÉRCIO, OCEPAR, ACP, SEBRAE, APEX, ADRs, Agências Municipais de Desenvolvimento); órgãos internacionais (UKTI, JICA, JETRO, USTAD, Consulados e Câmaras de Comércio); e Consultorias Internacionais (KPMG, OCO Global, China Invest, PWC, E&Y, Deloitte, ACA Holland).

### **3.13 Agência Reguladora de Serviços Públicos de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR)**

Criada em 2002, a Agência foi regulamentada apenas em novembro de 2012. A AGEPAR é responsável pela regulação, normatização, controle, mediação e fiscalização dos serviços públicos de infraestrutura concedidos no Paraná, como rodovias, transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros e o de travessias, a exemplo do transporte por *ferry-boat* de Guaratuba a Caiobá. É uma autarquia de regime especial, tem independência financeira e a autoridade administrativa e decisória. O mandato de seus dirigentes é fixo e não coincide com o mandato de governador.

De fato passou a operar a partir de 23/09/2012, quando da nomeação da primeira diretoria e desde então vem operando em três frentes prioritárias:

- Desenvolvimento da sua estrutura organizacional.
- Estudo dos contratos vigentes, apoiada por consultoria da FIPE e acompanhamento do processo de revisão que acontece entre o DER e as concessionárias.
- Ações iniciais de regulação e fiscalização – a) estrutura organizacional: organograma e primeira versão do Plano Estratégico, proposta de revisão da Lei de Criação da Agência, anteprojeto de criação do Quadro de Pessoal, definição da missão da instituição e principais metas e instalação da Ouvidoria; b) estudos e revisões dos contratos de concessão: contratação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) para análise técnica, econômica e jurídica dos contratos de concessão rodoviária vigentes; encaminhamento do processo de revisão dos contratos das concessões rodoviárias e homologação do cálculo do reajuste e valores das tarifas básicas de pedágio (dezembro de 2013 a novembro de 2014) nos seis contratos de concessão do Paraná; c)

regulação e fiscalização: acompanhamento junto ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) no planejamento do Transporte Intermunicipal de Passageiros para a licitação de todo o sistema no Paraná; d) reuniões com a SEIL, DER/PR, Prefeitura de Guaratuba e concessionária da Travessia da Baía de Guaratuba para melhorias nos serviços, vistorias técnicas nos locais e serviços de travessia da Baía de Guaratuba; e) atos do Conselho Diretor como a Resolução que dispõe sobre a implantação de sinalização de identificação da AGEPAR nas rodovias concedidas, postos de pedágio e ônibus do transporte intermunicipal de passageiros, Resolução que dispõe sobre o sistema de monitoramento de tráfego (contagem de veículos) em serviços delegados de infraestrutura do Paraná e Resolução que determina que todas as modificações ou alterações de contratos de concessão firmados com entes regulados sejam formalizados por meio de Termos Aditivos.

*Companhia de Habitação do Paraná*





## 4 Companhia de Habitação do Paraná

A COHAPAR, fundada em 1965, é uma empresa de economia mista que atua na viabilização e execução dos programas habitacionais do Governo do Estado do Paraná.

Com a certeza de que o trabalho é de suma importância para as famílias paranaenses de menor poder aquisitivo, a COHAPAR vem realizando suas atribuições como órgão responsável pela execução da Política Habitacional no Estado.

Por meio do Programa Morar Bem Paraná, a Companhia implantou inúmeras ações visando à redução do déficit habitacional no Estado. Desta forma, os esforços estão sendo concentrados em prol do cumprimento da meta definida pelo programa: atender 100 mil famílias até o ano de 2014.

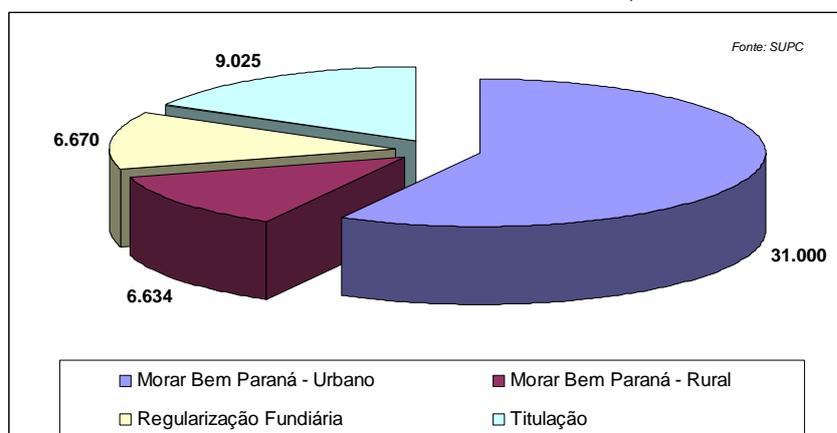
Com o objetivo de efetivar as táticas e estratégias previstas, encontram-se em processo 93,8 mil novas unidades habitacionais, sendo 53,3 mil em fase de projeto, e 40,5 mil em fase construtiva. Assim que estiverem concluídas, estas novas moradias deverão beneficiar mais de 375 mil paranaenses.

Foram ainda desenvolvidas ações que ultrapassam a simples execução da unidade habitacional, ampliando os serviços para atendimento da população de menor renda com infraestrutura de qualidade, equipamentos urbanos e assistência jurídica no que se refere à posse da terra. Nesse sentido, em um importante resgate de dignidade, a COHAPAR atendeu, por meio de obras e serviços, 4.240 famílias moradoras de áreas irregulares.

### 4.1 Diretoria de Projetos (DIPR)

Responsável pela viabilização técnica dos empreendimentos habitacionais produzidos pela COHAPAR, participa desde a escolha da área, o desenvolvimento de projetos, o envio para os agentes financeiros até a sua contratação.

GRÁFICO 1 - NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS EM PROJETO, EM NOVEMBRO



## 4.2 Diretoria de Programas e Obras (DIPO)

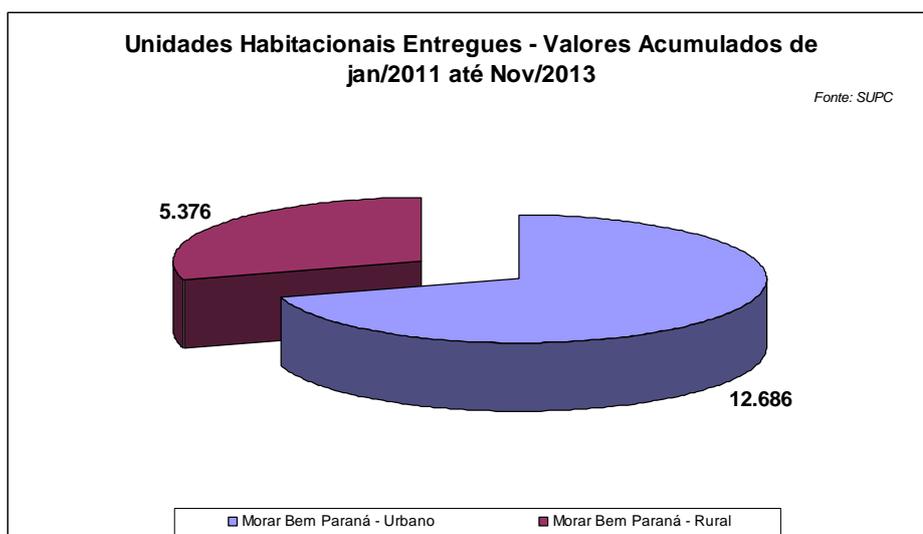
Segmento responsável pelo desenvolvimento de programas, planos, estudos de viabilidade técnico-econômica, bem como de pré-dirigir as atividades de execução e supervisão das obras, baseando-se na programação estabelecida.

Entre projetos concluídos e em execução a DIPO administrou 759 empreendimentos que totalizaram 40.952 novas unidades habitacionais, conforme tabela a seguir (quantidades atualizadas em 22/11/2013).

TABELA 1 - EMPREENDIMENTOS E UNIDADES POR PROGRAMA/MODALIDADE EM 22/11/13

PROGRAMA/MODALIDADE	CONTRATADAS - NÃO INICIADAS		EM EXECUÇÃO	
	Empreendimentos	Unidades	Empreendimentos	Unidades
I. P. Parceria	02	102	87	4795
I. P. Construtora	01	120	31	1965
Fomento / Parceria	11	2868	60	15992
Caução	01	30	01	18
SUB-50	33	1299	100	3745
Parceria COHAB	05	421	04	487
PAC	01	09	02	666
FNHIS	00	00	03	184
Emergencial	00	00	03	137
APPA	00	00	01	131
Rurais	27	422	248	3715
Quilombolas	00	00	01	22
Indígenas	00	00	00	00
Cooperativas	00	00	03	1637
*Melhorias	44	2187	00	00
TOTAL	125	7458	544	33494

GRÁFICO 2 - NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES



### 4.3 Diretoria Administrativo-Financeira (DIAF)

Possui como atribuição a promoção das atividades relacionadas à Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária.

Na área financeira, os recursos recebidos, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Caixa Econômica Federal, totalizaram R\$ 171,1 milhões, assim distribuídos:

- Habitação Urbana: a) repasses do Tesouro do Estado de cerca de R\$ 110,3 milhões (PAC, Convênios, Implantação dos Programas Morar Bem Paraná Urbano, Titulação, Urbanização, Reassentamento e Dívida Imobiliária - Lei 8727/93); b) repasses da União de cerca de R\$ 19,4 milhões (PAC); c) liberações de recursos da Caixa Econômica Federal de cerca de R\$ 41,5 milhões (Programas Imóvel na Planta e Associativo).
- Habitação Urbana - os repasses de recursos realizados pela COHAPAR alcançaram R\$ 122,14 milhões, sendo: a) Associações Comunitárias, Convênios, Prefeituras, cerca de R\$ 54,6 milhões; b) Contratos de execução de obras do PAC, cerca de R\$ 25,9 milhões; c) Prestações habitacionais na fase de execução das obras, cerca de R\$ 530 mil; d) dívida imobiliária com a União - Lei nº 8727/93, cerca de R\$ 41,1 milhões.

Na área imobiliária foram obtidos os seguintes resultados:

- Comercialização - atividades desenvolvidas na Divisão de Comercialização e Contratos até o final de outubro: a) realizadas 3.630 transferências, revendas, substituições, transferência com recálculo, transferência parte ideal, prorrogações Vila Rural e alterações contratuais e cadastrais; b) implantadas 284 vendas; c) 25 caixas de documentos digitalizados com aproximadamente 25.500 dossiês, sendo que 2.000 foram importados para o Sistema de Controle de Créditos Imobiliários (SCCI); d) feitas 6.175 montagens de dossiês para atendimento das diversas áreas da companhia e; e) realizados 39.600 cadastros e controles de documentos.
- Arrecadação - o resultado financeiro apresentado não contempla os efeitos do programa de recuperação de créditos contemplado pela Lei Estadual n.º 17.627/13: a) em janeiro, fevereiro, setembro e outubro, foram atingidas as metas de arrecadação estabelecidas; b) nos meses de janeiro, abril e agosto, foram batidos os recordes históricos de arrecadação, com destaque para o mês de janeiro, historicamente período em que a Companhia encontra dificuldades em atingir as metas de arrecadação; c) em média foram atingidos 110,9% do potencial de arrecadação existente para o período; d) valor médio arrecadado de cerca de R\$ 3,6 milhões, porém com tendência a queda devido à redução da carteira; e) visando maior celeridade o serviço de teleatendimento atendeu a 24.950 ligações.
- Recuperação de Créditos - nos termos da Lei Estadual nº 17.627/2013, foi criado o programa de recuperação de créditos, que tem como objetivo a recuperação de

R\$ 50,0 milhões. Iniciada a operacionalização do programa pela Companhia, foram arrecadados R\$ 3,4 milhões.

- Certificados de Quitação e Liberações de Hipoteca - emissão de 5.877 Certificados de Quitação e emissão de 2.485 ofícios de solicitações de Liberações de Hipoteca à CAIXA até o final de outubro.
- Seguros - de janeiro a outubro, as faturas pagas pela COHAPAR às Seguradoras totalizaram R\$ 2,6 milhões. O que significa uma redução de 3,8% em relação ao mesmo período de 2012. Também foram quitados por Ata de Reunião de Diretoria (RD), sinistros por Morte e Invalidez Permanente (MIP) e Danos Físicos (DFI) no valor de R\$ 99,2 mil, valor este absorvido pela COHAPAR. Em relação ao ano anterior, houve um acréscimo de 14,5% nas quitações por Ata de RD. Foi recebido a título de indenização das Seguradoras (CAIXA e Cia. Excelsior de Seguros) o equivalente a R\$ 1,9 milhão referentes a 475 processos de sinistro. Os valores do seguro pagos pelos mutuários em suas prestações mensais, de janeiro a outubro, considerando somente a adimplência, totalizam R\$ 3,1 milhões. Ressalta-se que estes valores estão inclusos no valor total da arrecadação do referido período. Ao comparar com o que pago às Seguradoras, sem contar as indenizações recebidas das mesmas e considerando que houve aproximadamente 32% de inadimplência, obteve-se R\$ 483,3 mil de lucro, ou seja, as mensalidades recebidas cobrem as faturas pagas. Foram respondidas até outubro, 2.192 solicitações de Advogados (CAIXA Centralizadora do Fundo de Compensação de Variações Salariais, Superintendência Jurídica, Contencioso, Cia. Excelsior de Seguros, Rueda Advogados, Liberty Seguros e escritórios diversos), totalizando 12.072 pesquisas de autores.
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - operacionalizados junto à CAIXA 38 processos de utilização do FGTS dos mutuários visando à liquidação do financiamento ou abatimentos nos valores das prestações mensais, gerando uma receita de cerca de R\$ 132,1 mil. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma diminuição de 37,1% na utilização do FGTS por parte dos mutuários. Tal situação deve-se à redução dos atendimentos realizados pela área imobiliária nos Escritórios Regionais (redirecionamento de atividades) e a diminuição de mutuários com possibilidade de utilização do FGTS.
- Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) - efetuou-se habilitação e entrega de 1.788 contratos nos novos moldes do FCVS, com documentação retirada de microfilmes e autenticada pela própria COHAPAR.
- Contratações - foram assinados por meio do Departamento de Correspondente Imobiliário (DECI), 1.244 contratos, em 22 empreendimentos, nos Escritórios Regionais de Umuarama, Campo Mourão, Ponta Grossa, Maringá, Apucarana, Cascavel, Paranavaí, Cornélio Procópio e Guarapuava. Estão em fase de contratação mais 2.088 unidades, em 30 empreendimentos, conduzidas pelos Escritórios Regionais de Guarapuava, Cornélio Procópio, Francisco Beltrão, Apucarana, Campo Mourão, Ponta Grossa, União da Vitória, Cascavel, Curitiba, Londrina e Umuarama.

## **4.4 Diretoria de Regularização Fundiária e Relações com a Comunidade (DIFC)**

### **4.4.1 Programa Morar Bem Paraná - Regularização Fundiária e Titulação**

O Estado do Paraná, por meio da COHAPAR, está atuando com diversos programas habitacionais, buscando não somente a remoção de habitantes localizados em assentamentos precários, como também evitar que novos assentamentos precários se desenvolvam, mediante ações que englobam a urbanização de áreas carentes, execução de obras de infraestrutura e a titulação de imóveis irregulares.

Para tanto os programas visam atingir as mais diversas necessidades de moradia nas diferentes comunidades existentes no Estado.

Na parte de regularização fundiária que engloba a urbanização e execução de obras de infraestrutura foram beneficiadas 4.240 famílias com processos concluídos e outras 8.145 famílias estão sendo beneficiadas com programas de regularização em andamento. Somente em 2013, foram beneficiadas 3.439 famílias pelo programa de regularização fundiária. O programa de titulação, por sua vez, contemplou 9.704 famílias, sendo que 2.635 famílias foram contempladas em 2013. Outros 9.704 processos de titulação estão em processo de execução e outros projetos de titulação estão sendo contratados ou conveniados.

### **4.4.2 Regularização Fundiária por meio de obras de Urbanização e Reassentamento**

Regularizar as ocupações irregulares urbanas e recuperar as áreas de proteção ambiental degradadas promovendo o reassentamento é prioridades do Governo do Estado do Paraná.

A Regularização Fundiária executada pela COHAPAR consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares de maneira a adequar os imóveis irregulares as normas urbanísticas, ambientais e imobiliárias da cidade.

O objetivo do programa é atender, 16.000 famílias residentes em assentamentos precários até 2014.

A COHAPAR atuou em vários projetos de urbanização e realocação que atendem a mais de 4.300 famílias, viabilizando importantes obras que deram melhores condições de infraestrutura e urbanização às famílias residentes nestas localidades carentes.

Nas ações de Regularização Fundiária - Titulação - sob responsabilidade direta da COHAPAR/Governo do Estado foram realizados os seguintes atendimentos:

- PAC-Piraquara/Guarituba: 4.637 famílias em atendimento.
- PAC-Colombo/Vila Liberdade: 371 famílias em atendimento.
- PAC-Colombo/Jardim Contorno: 56 famílias em atendimento.
- PAC-Colombo/Jardim Marambaia: 188 famílias em atendimento.
- PAC-Pinhais-Moradias Bonilauri: 636 famílias em atendimento.

- PAC-Pinhais-Jerivá: 634 famílias em atendimento.
- PAC-Campo Magro-Jardim Viviane: 78 famílias em atendimento.
- Moradias Timbu-Campina Grande do Sul: 172 famílias em atendimento.
- Vila Zumbi - Colombo: 493 famílias em atendimento.
- Moradias Trevisan - São José dos Pinhais: 380 famílias em atendimento.

A regularização de empreendimentos próprios, decorrentes de equívocos e falta de fiscalização em administrações anteriores, e que geraram situações que impediam ou dificultavam a titulação dos imóveis financiados pela COHAPAR tem recebido especial atenção. Um dos projetos que atendem a esta demanda é o chamado Mutirão das Escrituras - com atendimento a 23.900 famílias.

O projeto tem 03 objetivos principais: a) titular os imóveis quitados pelos mutuários da COHAPAR, mas ainda não escriturados; b) regularizar os chamados contratos de gaveta; c) manter a destinação social dos empreendimentos executados pela COHAPAR.

Dentre várias ações que visam atender os objetivos do projeto, destacam-se as que visam incentivar a regularização dos imóveis quitados, a parceria com os municípios e Cartorários para a diminuição das custas e impostos, bem como a substituição (quando viável) da Escritura Pública de Transmissão pelo Contrato Particular com Força de Escritura Pública (eliminando os custos de Escrituração) o que reduz significativamente o custo total de transmissão para o beneficiário.

O projeto também busca regularizar os chamados contratos de gaveta, mediante ações que esclareçam e estimulem à transferência formal junto à COHAPAR. A COHAPAR também passou a realizar mutirões específicos visando atender aos mutuários que receberam o certificado de quitação e a liberação de hipoteca, bem como aqueles que possuem direito a ela, mas ainda não a solicitaram e, ainda, regularizar os contratos de gaveta e efetuar diligências visando resguardar a finalidade social dos empreendimentos. Referido projeto atenderá mais de 2.000 famílias em 2013.

#### **4.4.3 Programa Morar Bem Paraná - Titulação**

O Governo tinha como meta titular mais de 8.000 famílias que vivem sem documentação de propriedade, em cerca de 300 municípios do Paraná. A meta foi atingida e trabalha-se para atender 20.000 famílias até 2015.

Titulação é o conjunto de medidas jurídicas e sociais que visam garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, podendo ser precedida de processo de regularização fundiária.

Em 2013, foram realizados:

- Convênios de Cooperação Técnica com os municípios - visa assessorar os municípios do Estado do Paraná para a titulação de imóveis irregulares, sendo que em 2013 a COHAPAR tinha: 18 municípios com atendimento em andamento de 16.296 famílias; 86 municípios em tratativas para formalização de Convênio para atender 35.427 famílias. A obrigação de fazer a regularização é do município, sendo missão da Superintendência de Regularização Fundiária (SURF) apoiar técnica e juridicamente e junto aos CRI.

- Projeto Papel Passado - em conjunto, a SURF, o Departamento de Desenvolvimento Social (DEDS) e a Superintendência de Urbanismo (SUUR) foi elaborado o projeto Papel Passado e enviado ao Ministério das Cidades, visando à obtenção de cerca de R\$ 5,7 milhões para o atendimento de 4.459 famílias em 18 municípios.

#### **4.5 Superintendência de Tecnologia de Informação e Comunicação (SUTI)**

A SUTI planeja, organiza, avalia e orienta as atividades de tecnologia da informação e comunicação nas áreas da COHAPAR, promovendo estudos prévios de viabilidade de desenvolvimento de sistemas informatizados, e quando necessário à aquisição, contratação ou locação de recursos de tecnologia da informação e comunicação. Suas funções estão relacionadas ainda à manutenção de informações gerenciais, de forma a propiciar análises, avaliações e relatórios sobre atividades, metas e indicadores de desempenho. Na área de TI, dentre os serviços que atualmente estão sendo executados, pode-se enumerar:

- Conclusão das instalações de 300 licenças de uso do software utilitário MS-Office 2010 e de 15 licenças de uso do software utilitário Corel Draw.
- Aquisição e instalação de uma licença de uso do software utilitário Autodesk Revit; uma licença de uso do software utilitário SketchUp Pro; uma licença de uso do software utilitário Creative Cloud.
- Atualização de 30 licenças de uso do software utilitário AutoCAD 2014; quatro licenças de uso do software utilitário Google Earth e de uma licença de uso do software utilitário Eberick Personal.
- Conclusão das substituições de todos os 570 microcomputadores antigos e da instalação de impressoras corporativas.
- Aquisição e instalação de equipamento Workstation para edições de vídeo; 82 *tablets*; 04 controladores de rede – Switches.
- Mapeamento, reestruturação identificação e documentação de toda a rede de dados e melhoria na rede de comunicação de dados sem fio, no Edifício Sede.
- Implantação da solução de videoconferência Wibex e de sistema utilitário de inteligência do negócio (*Business Intelligence*) TOTVS BI.
- Conclusão da migração dos dados do sistema aplicativo SIGPE para o sistema ERP TOTVS RM - módulo Obras e Projetos (em implantação).
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Relacionamento com Municípios; do sistema aplicativo SISPEHIS; do Portal RH Online no sistema ERP Protheus.
- Desenvolvimento de consultas dinâmicas no Portal da Transparência da COHAPAR, que será disponibilizado para uso da população; e do portal de relatórios gerenciais para acompanhamento de projetos e obras, em uso por todas as áreas, SANEPAR e COPEL.

- Automação dos procedimentos de envio de informações para o Sistema de Acompanhamento da Gestão Governamental (GGOV), do Governo do Estado.
- Customização e implantação do sistema aplicativo de gerenciamento de projetos GPWEB e desenvolvimento do sistema de automação das medições de obras SISMOB, em uso nos Escritórios Regionais.
- Implantação (em andamento) do sistema utilitário Enterprise Content Management/Gerenciamento Eletrônico de Documentos (ECM/GED) e migração de algumas aplicações do sistema Lotus Notes para o sistema Expresso - módulo Fluxo de Processos.

## **4.6 Superintendência de Urbanismo (SUUR)**

Elabora os planos estratégicos de ação nas áreas de intervenção para regularização, propõe, à Diretoria Executiva, uma política social de terra urbana e aplicação de instrumentos de acesso a ela, com vistas a orientar os municípios paranaenses quanto à provisão de terra urbanizada e bem localizada para fins de habitação de interesse social, além disso, subsidia a Diretoria competente na captação de recursos visando o desenvolvimento das atividades de urbanização nos empreendimentos executados pela Companhia.

As ações da SUUR em 2013 foram as seguintes:

### **4.6.1 Programa Família Paranaense**

Realizada, em janeiro, visita técnica a 10 municípios, verificando todos os territórios no que tange as questões ambientais, definição da poligonal e condições de moradias e infraestrutura. Tendo sido elaborado o Relatório de Avaliação Ambiental dos Territórios e realizada Audiência Pública no dia 08 de março.

Realizada, em abril, Reunião Técnica com todos os técnicos dos 10 municípios para apresentação do Plano de Reassentamento Involuntário do Programa. De maio a agosto foram realizadas viagens aos municípios/territórios com a finalidade de cadastramento das famílias e selagens das moradias, para realização dos Planos Específicos de Reassentamento, que estão sendo integrados com o Plano de Ações realizado pelo Comitê Local do Programa, em cada município, com as famílias inseridas no Sistema do Programa.

Iniciado procedimento para licitação visando a contratação de empresa para execução de projetos técnico-executivos de urbanização e regularização fundiária, visto que o recurso no valor de R\$ 1,4 milhão foi liberado.

Em setembro, foi realizada reunião entre o Superintendente e os agentes do Governo Federal, BID, juntamente com os técnicos da SEPL e SEDS, com a finalidade de fechamento das cláusulas do contrato com o BID.

Em outubro, foi aprovada a Lei do Programa - Lei nº 17.223/2013, e em dezembro realizada a abertura da licitação, para contratação de empresa para executar projetos de urbanização e regularização fundiária dos 11 assentamentos precários do Programa Família Paranaense.

#### **4.6.2 Caução**

Programa Carta de Crédito FGTS - Operações Coletivas - Garantia Caução de Depósitos - destina-se ao público com renda mensal familiar bruta de R\$ 200,00 a R\$ 900,00.

Possui cinco modalidades distintas, porém foram utilizadas duas: aquisição de terrenos e construção - Coletivas - em Terreno da Entidade Organizadora e construção em terreno Próprio - Coletivas.

Para ambas as modalidades apresentaram-se projetos aos municípios, de acordo com a população, menor do que 20.000 habitantes. Nesse Programa o subsídio/desconto é de R\$ 8.425,00 por família.

A COHAPAR/Governo do Estado entra com uma subvenção/contrapartida de R\$ 6.000,00 por Unidade Habitacional, conforme Decreto estadual nº 5132/2012, enquanto a prefeitura colabora com a mão de obra necessária para a construção das unidades habitacionais e a infraestrutura do loteamento.

Protocolados, em dezembro, 26 projetos, conforme a região, nas respectivas Superintendências Regionais da Caixa, Representação de Desenvolvimento Urbano (REDUR) para a análise, visando à contratação pelo Programa Carta de Crédito Associativo - Operações Coletivas - CAUÇÃO. Esses projetos totalizam 374 unidades habitacionais.

Foram contratados dois projetos: Teixeira Soares 18 unidades habitacionais - Escritório Regional de Ponta Grossa e Bituruna 30 unidades - Escritório Regional de União da Vitória. Conforme orientação da DIPO, terão continuidade nesse Programa:

- Os projetos contratados nos municípios de Bituruna e Teixeira Soares.
- O projeto protocolado no município de Santa Tereza do Oeste.
- Os projetos a serem protocolados nos municípios de Ângulo - 10 unidades e Pinhalão - 30 unidades, sendo que foram suspensos os demais projetos protocolados para esse Programa.

#### **4.6.3 Programa Papel Passado**

Durante o segundo semestre, a SUUR esteve envolvida na elaboração das propostas deste Programa, instituído pela Portaria nº 451/2013, do Ministério das Cidades.

O programa tem como objetivo, apoiar ações de regularização fundiária em assentamentos precários localizados em área urbana, assegurando à população residente a segurança jurídica da posse do imóvel.

A fim de identificar os assentamentos do tipo favelas e loteamentos clandestinos que demandam esse tipo de ação no Estado do Paraná, foi realizado levantamento preliminar dos assentamentos que possuem perfil condizente com a proposta do Programa, com base em dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná. Levou-se em conta o tempo de existência do loteamento, suas condições de localização, a existência de riscos sociais e ambientais, a necessidade de reassentamento total e/ou remanejamento da população e a possível existência de processo de regularização fundiária em andamento.

Foram elaboradas as cartas-consulta com descrição detalhada de cada assentamento e a proposta global da COHAPAR, ambas cadastradas no portal do Ministério das Cidades e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (SICONV) - Proposta nº 069325/2013.

Foram cadastrados 26 assentamentos, com 4.459 domicílios, localizados em 16 municípios do Estado do Paraná, conforme tabela a seguir:

N.º	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	UNIDADES
01	Joaquim Távora	São Roque do Pinhal	250
02	Santa Amélia	Conj. Hab. José Galdino da Costa	249
03	Castro	Loteamento Cantagalo II	220
04	General Carneiro	São João 3ª e 4ª Parte	204
05	Lapa	Lot. Nosso Chão 1, 2, 3, 4 e 5	219
06	Colombo	Loteamento Jardim Monza	150
07	Imbituva	Vila Nova	140
08	Colombo	Vila Campo Alto	115
09	Sertãoópolis	Conjunto Casagrande	108
10	Castro	Colônia Santa Clara (Oscar Marfut)	80
11	Wenceslau Braz	Vila da Saudade	78
12	Carambeí	Loteamento Vila Banana	77
13	Colombo	Loteamento Araújo	70
14	Wenceslau Braz	Vila Matadouro	70
15	Rio Negro	Vila Emma (Antônio Hors)	67
16	Cascavel	Loteamento Madevani	54
17	Colombo	Jardim Ouro	50
18	Rio Negro	Loteamento Cruz Vermelha	50
19	Colombo	Jardim Carvalho/ Roça Grande	48
20	Imbituva	Loteamento São Luiz	34
21	Mato Rico	Lot Patrimônio Novo	30
22	Apucarana	Loteamento Jardim Figueira	30
23	Wenceslau Braz	Vila Los Angeles	12
24	Sengés	Lot São Pedro	1.144
25	Sengés	Ouro verde	814
26	Adrianópolis	Vila Bela	96
TOTAL			4.459

Com isso, concluiu-se uma proposta no valor global de R\$ 5,7 milhões, com contrapartida do Governo Estadual de cerca de R\$ 574,3 mil e repasse de cerca de R\$ 5,1 milhões do Governo Federal (considerando o valor unitário de R\$ 1.288,12 por lote).

#### **4.6.4 Programa Fundo de Arrendamento Residencial Municípios**

Instituído pela Portaria nº 3.623 do Ministério das Cidades e destinado à construção de moradias em municípios com até 50.000 habitantes.

Em novembro, o Departamento de Programas Habitacionais (DEPH) solicitou à SUUR apoio técnico, a fim de agilizar os processos de contratação, e a responsabilidade de acompanhar o Escritório Regional de Umuarama na definição de áreas junto aos 32 municípios da regional e a obtenção da documentação necessária para agilizar o processo de contratação e assinatura de contratos.

Foi designado funcionário para realizar os trabalhos junto às prefeituras dos municípios e os demais técnicos estão elaborando os Projetos Urbanísticos e realizando contatos com os municípios com o objetivo de solicitar a agilidade no envio da documentação.

Ocorreu a compatibilização da relação dos municípios do Programa FAR - Municípios, com a relação dos municípios que aderiram ao Programa Família Paranaense, pois as famílias inseridas deverão ser beneficiadas com moradias, de acordo com a seleção do Programa.

As ações resultaram na definição de oito áreas passíveis de implantações de loteamentos habitacionais nos respectivos municípios e 17 municípios encaminharam a documentação faltante.

#### **4.7 Superintendência Jurídica (SUJU)**

Zela pelo cumprimento da legislação e pela salvaguarda dos interesses da COHAPAR, em juízo ou fora dele, procede à análise de documentos e profere pareceres, elaborando minutas, convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos em que a COHAPAR seja parte, promove a defesa da Companhia perante órgãos públicos e demais entidades, oferece respostas a consultas verbais, comparece a reuniões e participa de comissões em que se faça necessário acompanhamento técnico-jurídico.

Em 2013, foram elaborados: 1.476 pareceres, 898 minutas de contrato/convênio, 1.078 análises e vistos em contratos/convênios, 1.167 vistos em contratos/convênios e aprovação de pareceres, 36 declarações de advogado em processos licitatórios, 29.480 despachos administrativos, 16.320 procedimentos diversos, 7.069 consultas/análises, 7.560 pesquisas, 900 respostas a ofícios, 4.699 petições/recursos, 2.306 reuniões internas/externas, 16.320 procedimentos adversos, 105 procurações, 187 certidões, 2.981 respostas a ofícios, 3.041 expedições de memorandos e ofícios, 33.408 lançamentos administrativos, 275 audiências, 4.290 prazos judiciais, 11 projetos especiais e 494 solicitações de pagamentos judiciais.

#### **4.8 Departamento de Parcerias (DEPA)**

Coordena e implementa os processos de parcerias para solucionar o déficit habitacional como um todo, com o propósito de aumentar o rol de parceiros com o objetivo comum ao da Companhia.

Executa a política habitacional no Estado do Paraná, utilizando-se de programas habitacionais existentes e do Programa Morar Bem Paraná. Este opera em conjunto com os

programas federais, tais como Imóvel na Planta/Associativo (recursos do FGTS), Operações Coletivas/Parcerias (recursos do FGTS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR), Fundo de Desenvolvimento Solidário (FDS), Apoio à Produção, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Orçamento Geral da União (OGU), Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS), Fundo Nacional da Saúde (FUNASA), SUB-50, cada um com seus critérios de enquadramento de renda e localidade, que tem recursos oriundos de diversas fontes/fundos.

O Estado do Paraná possui déficit habitacional, bem como constantes aumentos nos custos de produção envolvendo materiais, mão de obra e terreno. Assim, como forma de solucionar tal situação, a COHAPAR tem sido demandada por associações de moradores, cooperativas habitacionais, construtoras e/ou municípios, que buscam auxílio para a viabilização de empreendimentos habitacionais de interesse social.

Especificamente nos casos onde são aplicados recursos do FAR, as famílias beneficiárias possuem renda de até R\$ 1.600,00. Logo, como forma de viabilizar a construção dos mencionados empreendimentos, o Estado do Paraná sancionou a Lei nº 17.194/2012, regulamentada pelo Decreto nº 5.132/2012, que se possibilita a concessão de subvenção por parte do Governo Estadual.

Ademais, a Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, prevê que, em havendo aporte de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, por parte da União, do ente federado ou terceiros, o valor correspondente poderá ser utilizado para: a) viabilização do empreendimento; b) aumento da área da unidade e número de cômodos e; c) equipamentos comunitários. Segundo a Portaria, em seu item 3º, destaca como participantes no processo de produção de unidades habitacionais com Recursos do FAR o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal, as instituições financeiras oficiais federais, o Distrito Federal, os Estados, municípios ou os respectivos órgãos das administrações direta ou indireta e empresas do setor de construção civil interessadas em participar do programa sendo que, para este último, as atribuições são: a) apresentar às instituições financeiras oficiais federais projetos de produção de empreendimentos para alienação dos imóveis; b) executar os projetos aprovados pela instituição financeira oficial federal e; c) realizar a guarda dos imóveis pelo prazo de sessenta dias após a conclusão e legalização das unidades habitacionais.

No que se refere a participação das Empresas do Setor da Construção Civil, não existe critério específico para sua escolha, sendo que, quaisquer empresas interessadas poderão apresentar às instituições financeiras oficiais federais projetos para produção de empreendimentos para alienação dos imóveis e executar os projetos aprovados pelas mesmas. Desta forma, quaisquer empresas poderão apresentar propostas de produção de empreendimentos para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com Recursos do FAR.

A participação do Governo do Estado na composição dos recursos necessários à produção dos empreendimentos habitacionais é de substancial importância, sem ela inviabilizaria a construção, tendo em vista que os valores máximos de financiamento, por unidade, exceto para operações com recursos do FGTS, são definidos pelo Ministério das Cidades para o Programa, não permitindo acrescê-los, exceto, por participação de recursos de entes públicos ou terceiros. A não participação do governo com o aporte de recursos deixaria de atender as famílias que necessitam de casa própria e consequente redução do déficit habitacional existente nos municípios paranaenses.

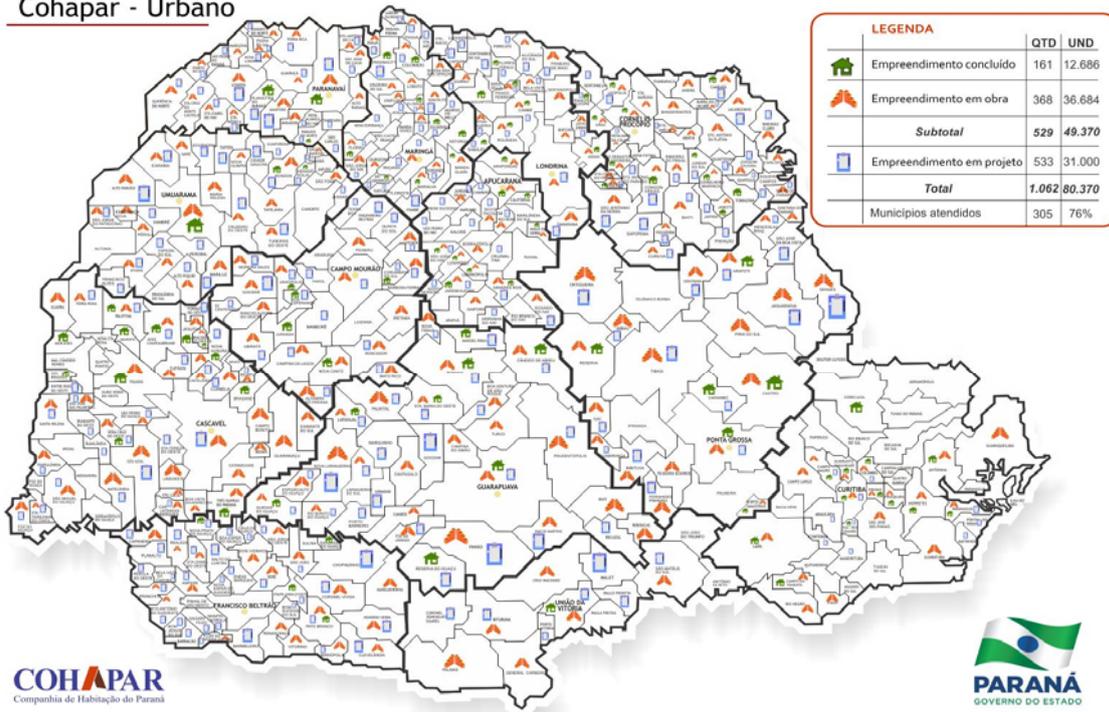
Dessa forma, o repasse de recursos do Governo do Estado tem como objetivo, entre outros, atender o disposto na Portaria nº 168, não configurando lucro para as empresas proponentes. Não se trata de subsídio direto, com a finalidade específica de baratear o custo do empreendimento para o beneficiário final, mas de um benefício indireto indispensável à consecução do fim que se almeja, tendo em vista que, independente de aporte de recursos extras, as prestações da família beneficiada não alteram, pois, conforme normas do Programa sempre corresponderão a 5% da renda familiar apurada pela Instituição Financeira.

Foi encaminhada relação dos empreendimentos contratados no período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2013, pelo DEPA.

MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	AGENTE FINANCEIRO	CONSTRUTORA	DATA CONTRATO	UNIDADES HABITACIONAIS
Apucarana	CH Sumatra II	CAIXA	Bonora & Costa	01/03/2013	515
	Res. Jaçanã	CAIXA	Bizantina	22/03/2013	300
Arapongas	C.R.Piacenza ARAPONGAS	Banco do Brasil	Piacentini	28/06/2013	340
Cambe	Jardim Campos Verdes III	CAIXA	Terra Nova	31/10/2013	18
	Jardim Campos Verdes IV	CAIXA	Terra Nova	31/10/2013	28
Campo Mourão	C.R. Fortunato Perdocini I	CAIXA	Construtora Piacentini	30/09/2013	824
Cascavel	C.H. Cascavel II - Gralha Azul	CAIXA	Cidade Bela	28/06/2013	497
	Parque Residencial Pazinatto	CAIXA	Cidade Bela	28/06/2013	60
	Residencial Jaborá	CAIXA	Cidade Bela	28/06/2013	280
	Residencial Quebec	CAIXA	Cidade Bela	28/06/2013	128
Castro	C.H. Alvorada I	CAIXA	Piacentini	28/06/2013	300
	C.H. Alvorada II	CAIXA	Piacentini	30/09/2013	400
Curitiba	Residencial Assaí	CAIXA	Kuerten	31/10/2013	28
Foz do Iguaçu	C.R. Grande Lago	Banco do Brasil	Yapó	28/06/2013	296
General Carneiro	C. H. Novo São João IV	CAIXA	Engemass	21/03/2013	113
Ibiporã	Mustapha Issa	CAIXA	Bonora & Costa	21/10/2013	256
Irati	C.H. Jardim das Américas	CAIXA	Prestes	30/04/2013	310
Lobato	C.H. Lobato FGTS	CAIXA	CCP	17/05/2013	202
Londrina	Flores do Campo	CAIXA	Fórmula	24/07/2013	1.218
	Residencial Quatro Bairros	CAIXA	Terra Nova	10/04/2013	230
Marialva	Damaceno	CAIXA	Brassul	28/06/2013	133
	Zambaldi	CAIXA	Brassul	28/06/2013	378
Maringá	Conj Resid. Pion. JOSE ISRAEL FACTORI	CAIXA	Provectum	13/05/2013	50
Palmas	Bom Pastor	CAIXA	Palmas	28/06/2013	175
	Residencial Madrid	CAIXA	Piacentini	28/06/2013	400
Paranaíba	Moradias Labra PAC	CAIXA	Fórmula	31/10/2013	67
Paranavaí	C.R. Luiz Lorenzetti	Banco do Brasil	LBX	30/08/2013	580
	CR Francisco Luis de Assis	CAIXA	Monolux	28/06/2013	269
Pato Branco	Res. Vila Nova II	CAIXA	Empremac	28/06/2013	187
	Res. Vila São Pedro	CAIXA	Palmas	28/06/2013	181
Piraquara	RESIDENCIAL VISTA DA SERRA	CAIXA	Village Construções Ltda.	28/06/2013	341
Ponta Grossa	C. R. Buenos Aires	CAIXA	Piacentini	28/06/2013	404
	C.R. Esplendore - 1ª Fase	CAIXA	ARENA	28/06/2013	200
	Itapoá - Equipamento Comunitário	CAIXA	Prefeitura	30/08/2013	500
	Jardim Amália I	CAIXA	Arena	04/04/2013	99
Rolândia	Res. Nicola Brunozi	Banco do Brasil	LBX	31/05/2013	47
São José dos Pinhais	Moradias Netuno I	CAIXA	F Klas Obras e Saneamento Ltda.	28/06/2013	26
	Moradias Netuno II	CAIXA	FKLAS	28/06/2013	86
	Residencial Amazonas	CAIXA	F KLAS	22/03/2013	132
	Residencial Nápoles	CAIXA	Piacentini	22/03/2013	147
Sarandi	Residencial Vila Verde	CAIXA	FMM	12/03/2013	352
	Parque Res. Governador José Richa	CAIXA	Monolux	22/03/2013	470
União da Vitória	Equipamento Comunitário		Prefeitura	30/08/2013	210
	Horst Waldraff II	CAIXA	Piacentini	01/02/2013	244
Vitorino	Loteamento Pe. Luiz J. Basso	CAIXA	Center Sudoeste Ltda.	01/02/2013	134

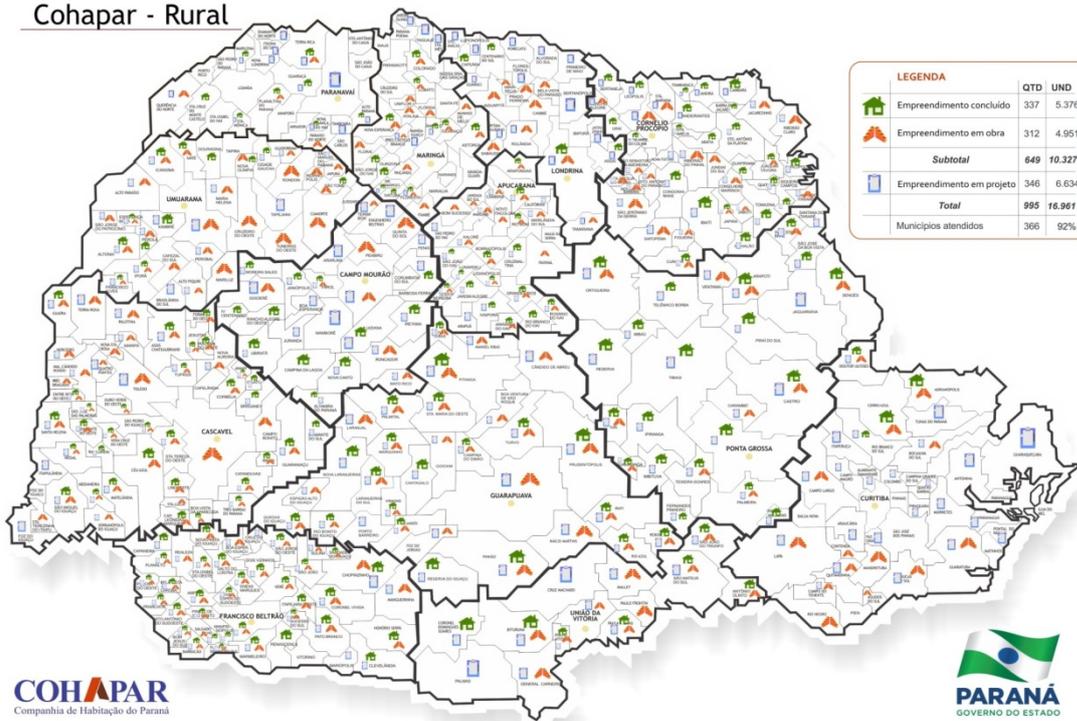
# Anexo 1

## Cohapar - Urbano



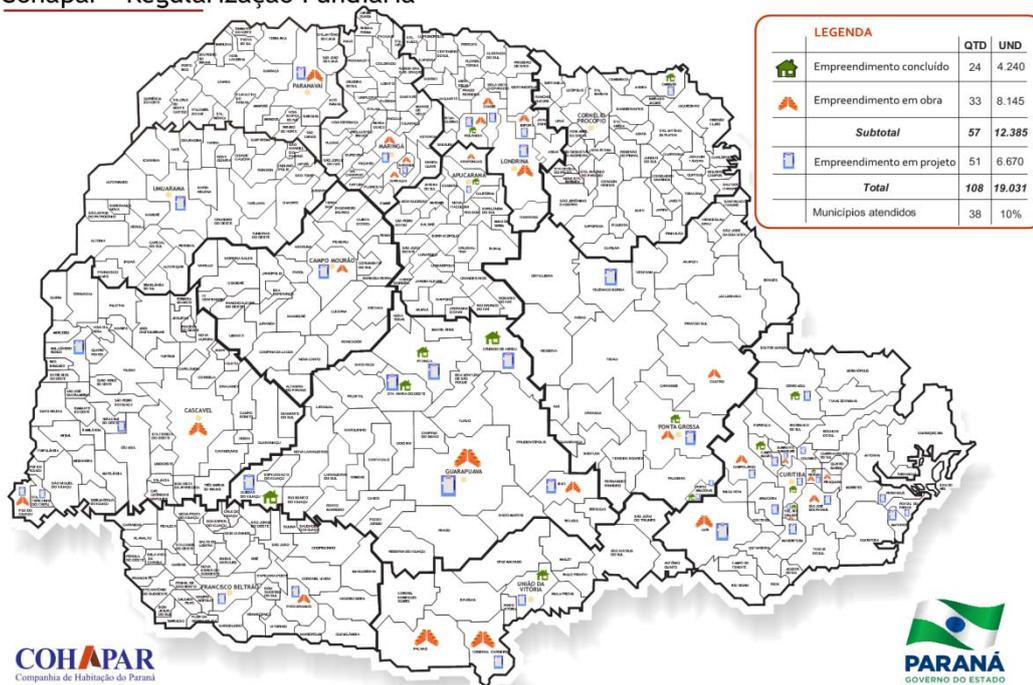
# Anexo 2

## Cohapar - Rural



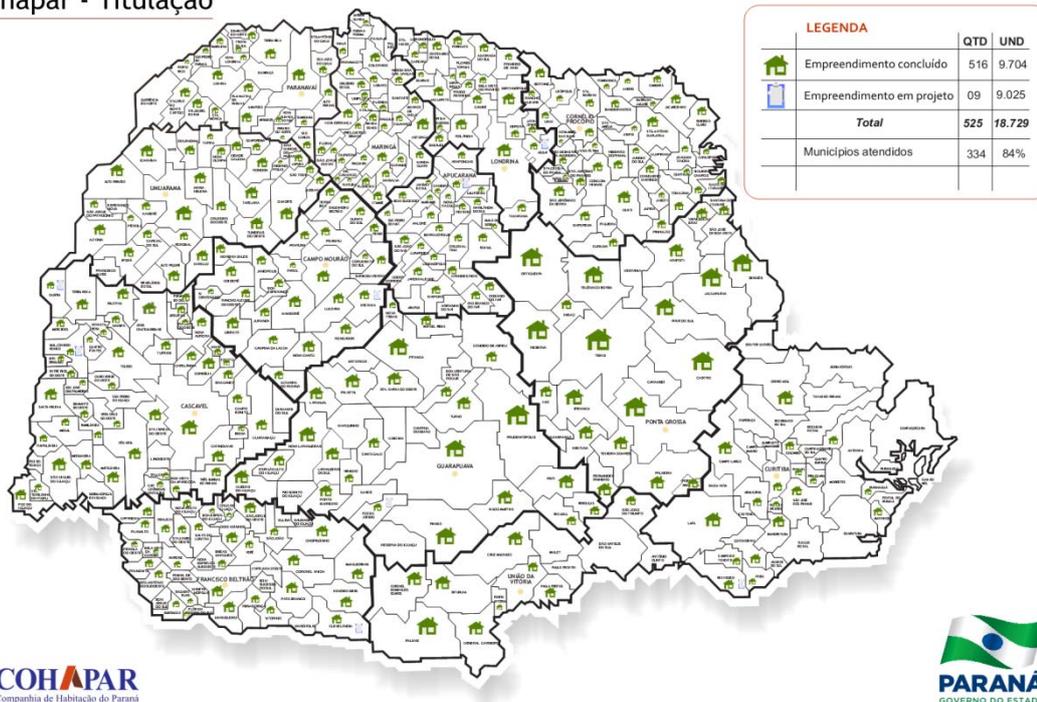
## Anexo 3

### Cohapar - Regularização Fundiária



## Anexo 4

### Cohapar - Titulação





*Companhia de Saneamento do Paraná*





## 5 Companhia de Saneamento do Paraná

---

A atuação da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) em 2013 demonstra o firme propósito da sua direção na manutenção do crescimento sustentado, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná.

A SANEPAR obteve uma receita operacional de R\$ 1,9 bilhão e um resultado líquido de R\$ 314,9 milhões para remunerar os acionistas e aplicar em novos investimentos (até setembro).

Os esforços operacionais seguem ampliando a abrangência dos serviços de saneamento básico, fator essencial para garantir saúde e qualidade de vida à população. Mantendo toda a população urbana atendida com água tratada, vem cumprindo da mesma forma as metas de expansão dos serviços de esgoto.

A responsabilidade social é visível na ampliação dos serviços de saneamento básico e nos esforços para garantir a qualidade da água distribuída à população, além da preocupação com a preservação do meio ambiente. A Companhia mantém uma série de programas com o objetivo não só de eliminar o passivo ambiental, mas acima de tudo, adequar seus processos a práticas sociais justas e ambientalmente adequadas.

### 5.1 Mercado e Investimentos

Em relação à água tratada, a SANEPAR atende 100% da população urbana nos municípios em que atua. Ou seja, em torno de 10,3 milhões de pessoas consomem a água produzida e distribuída pela Companhia.

Para manter esse índice, com qualidade na prestação dos serviços, os investimentos até setembro chegaram a R\$ 240,8 milhões nos sistemas de abastecimento de água. Houve o incremento de 64,9 mil novas ligações e o volume de água faturado cresceu 1,9% nesse período. Os sistemas de água compreendem 168 estações de tratamento, 238 captações superficiais, 986 captações subterrâneas, 44,9 mil km de redes de água e 2,7 milhões de ligações totais.

Em relação ao esgotamento sanitário, a prestação desse serviço vem apresentando uma evolução constante, considerada prioridade pela Companhia. Ao todo 6,5 milhões de pessoas têm acesso à rede de coleta de esgotos. Ou seja, 63,4% da população urbana atendida pela SANEPAR conta com serviços de esgotamento sanitário. Houve o incremento de 70,6 mil novas ligações e o volume de esgoto faturado cresceu 4,6% nesse período. Os sistemas de esgoto compreendem 230 estações de tratamento, 27,5 mil km de redes coletoras de esgoto e 1,6 milhões de ligações prediais. A Companhia trata 100% do esgoto coletado, destaque entre os melhores índices nacionais.

Até o fechamento do terceiro trimestre de 2013, foram investidos R\$ 553,9 milhões. Deste total R\$ 240,8 milhões foram aplicados nos Sistemas de Abastecimento de Água, R\$ 243,0 milhões em Sistemas de Esgotamento Sanitário, R\$ 891,0 mil em Resíduos Sólidos e R\$ 69,2 milhões aplicados em bens administrativos, immobilizações, estoques e outros. São estimados cerca de R\$ 2,1 bilhões, no triênio 2013-2015, em Investimentos.

## 5.2 Concessões

A SANEPAR, por meio de contratos de concessões e/ou programas junto às prefeituras, presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário e coleta e destinação resíduos sólidos. Por meio desses, a SANEPAR atua em 345 municípios paranaenses, além de Porto União, em Santa Catarina. Nas regiões em que atua, atende 100% da população urbana com água tratada, aproximadamente 10,3 milhões de pessoas e, 63,4%, aproximadamente 6,5 milhões de pessoas, com coleta e tratamento de esgoto. Esses índices mostram que a SANEPAR está à frente dos esforços para universalizar os serviços de água e esgoto no país.

Até o fechamento do terceiro trimestre, no ano de 2013, foram assinados 11 Contratos de Programa, perfazendo um total de 52 contratos desta modalidade formalizados com municípios para a prestação de serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. A SANEPAR mantém 01 Contrato de Concessão e 04 Contratos de Programa para a prestação de serviços de Resíduos Sólidos Urbanos, sendo: Cianorte, Apucarana, São Tomé, Terra Boa e Cornélio Procópio. No Município de Cornélio Procópio os serviços são de coleta, tratamento, transbordo e destinação de resíduos.

Das 346 sedes municipais em que a SANEPAR presta serviços, aproximadamente 16,8% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos (58 contratos de concessão) 6,9% vencem de 2013 a 2020 (24 contratos de concessão) e 76,3% estão vigentes, sendo 52 contratos de programa e 212 contratos de concessão, com seus vencimentos após 2021.

## 5.3 Fontes de Financiamento

As fontes dos recursos investidos são: R\$ 9,3 milhões do Banco do Brasil (PSI/13), R\$ 75,5 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF), R\$ 25,6 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 20,0 milhões do BNDES PAC2 e R\$ 59,3 milhões de debêntures, totalizando R\$ 189,7 milhões de Empréstimos e Financiamentos. Outros R\$ 364,2 milhões foram investidos com recursos próprios.

## 5.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

- PAC fase 1 - 111 empreendimentos no valor total de R\$ 1,0 bilhão, assim distribuído: a) 53 empreendimentos com recursos do FAT/BNDES, 29 concluídos (R\$ 363,7 milhões); b) 98 empreendimentos com recursos do FGTS/CEF, 26 concluídos (R\$ 654,6 milhões); c) 02 empreendimentos com recursos do OGU (R\$ 13,8 milhões).
- PAC fase 2 (cidades com população menor que 150 mil habitantes), serão investidos mais de R\$ 121,0 milhões, recursos assegurados via BNDES, em fase de elaboração dos projetos e execução das obras.
- BNDES 2012 - 14 empreendimentos no valor de R\$ 86,0 milhões.
- CAIXA 2012 - 22 empreendimentos no valor de R\$ 46,0 milhões.
- CAIXA 2013 - 20 empreendimentos no valor de R\$ 436,4 milhões.

## 5.5 Outras Fontes de Recursos

Mediante a emissão de Debêntures pelo BNDES, foram garantidos recursos na ordem de R\$ 464,8 milhões, compreendendo 166 empreendimentos.

## 5.6 Resultados Financeiros

A SANEPAR fechou o terceiro trimestre de 2013 com um Patrimônio Líquido de R\$ 3,4 bilhões e com um Resultado Líquido de R\$ 314,9 milhões no ano.

## 5.7 Meio Ambiente

Na SANEPAR todas as ações devem obedecer a uma visão sistêmica para a construção de uma gestão integrada. Por meio dela, a operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário está perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade ambiental, ou seja, do mesmo modo que pesquisa soluções técnicas para racionalizar o uso dos recursos hídricos, a Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais decorrentes das ações de saneamento.

## 5.8 Tarifa Social

A SANEPAR mantém o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgotos, cuja tarifa é de R\$ 6,20 até 10m<sup>3</sup> de água por mês e R\$ 3,10 pelo esgotamento sanitário (água + esgoto = R\$ 9,30). O programa está em constante revisão para que apenas as famílias carentes sejam atendidas.

Em setembro, em torno de 162 mil famílias estavam cadastradas no programa o que resultou no semestre o subsídio proporcionado de R\$ 40,0 milhões.

## 5.9 Metas

- Manter em 100% o Índice de Atendimento com Rede de Distribuição de Água.
- Ampliar o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto para 64%.
- Acrescentar 87.116 novas Ligações de Água.
- Acrescentar 94.124 novas Ligações de Esgoto.
- Manter o Programa da Tarifa Social.
- Alcançar o patamar de R\$ 1,5 bilhão ao final do triênio 2011-2013 em Investimentos.

## 5.10 Indicadores Institucionais

N.º	INDICADOR	SENTIDO	META 2013	REALIZADO ATÉ SET/2013
1	IARCE- Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto (%)		64,00	63,39
2	IARDA- Índice de Atendimento com Rede de Água (%)		100,00	100,00
3	ICP - Índice de Conformidade ao Padrão de Potabilidade (%)		99,80	99,81
4	ICE - Índice de Conformidade de Esgoto Tratado (%)		90,50	90,93
5	IPL - Índice de Perdas por Litros/Ligação/Dia		245,00	240,04
6	IME - Margem EBITDA (%)		40,00	42,45
7	IML - Margem Líquida (%)		16,00	18,05
8	Índice de Evasão de Receitas II (%)		1,50	0,89
9	Índice de Produtividade (Ligação / Empregado)		600	608

06

*Companhia Paranaense de Energia*





## **6 Companhia Paranaense de Energia**

---

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade e sua visão é ser simplesmente a melhor da década.

### **6.1 Destaques de 2013**

Merece destaque o programa de investimentos, da ordem de R\$ 2,6 bilhões, e o alinhamento dos principais objetivos da atual gestão: simplificar e tornar mais ágil o atendimento à população, investir em tecnologia para melhorar os serviços prestados ao público, reduzir custos e buscar novos investimentos em geração e transmissão de energia elétrica.

O Planejamento Estratégico Integrado da COPEL foi revisado em 2013 observando os novos cenários nacionais e internacionais em especial em relação à Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012 que dispõe sobre concessão de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, sobre redução de encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Também foi considerada nessa revisão, a reestruturação da Companhia que ocorreu em outubro e contou com a participação de profissionais de todas as Diretorias da empresa.

Este planejamento visa levar à conquista de sua Visão de ser “Simplesmente a Melhor da Década” nos negócios que compõem seu core business: Geração, Transmissão, Distribuição e Telecomunicação.

### **6.2 Modelo de Excelência da Gestão**

A Diretoria da Companhia adotou o Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que tem o objetivo de promover a melhoria da gestão empresarial, tendo como referência os fundamentos de excelência, reconhecidos internacionalmente e que são encontrados em organizações líderes de Classe Mundial.

Em 2013, a COPEL Distribuição elaborou o relatório de gestão em consonância com os requisitos solicitados pelo Modelo de Excelência da Gestão para participação no Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ 2013). A participação da COPEL Distribuição no Prêmio Nacional da Qualidade tem como consequência melhorar sua classificação no Prêmio ABRADÉE, que é uma das metas para se atingir a Visão da Companhia.

## 6.3 Acompanhamento dos Projetos Corporativos

Por meio do Escritório de Projetos Corporativos (EPC) a Companhia efetuou o acompanhamento físico e financeiro de 17 Projetos Corporativos e 09 Projetos de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) nas quais a COPEL tem participação.

## 6.4 Geração de Energia Elétrica

### 6.4.1 Operação e Manutenção de Usinas

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontra-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico como um todo. Dentre eles, destacam-se:

- Reforma dos equipamentos de elevação e transporte, pórticos rolantes de 800 e 135 toneladas da Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto.
- Desenvolvimento do projeto de Modernização de Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), que está na etapa de elaboração da especificação técnica do Sistema de Supervisão e Controle, em conjunto com consultoria especializada, com previsão de lançamento de edital de licitação para junho de 2014.
- Ainda em relação ao COGT, a operação da geração e da transmissão passou a funcionar, desde 16 de outubro, efetivamente unificada. Foi uma mudança bem coordenada para que os trabalhos não fossem afetados. Assim, os centros que atuavam fisicamente separados foram integrados, o que resulta na otimização dos processos e amplia as oportunidades de conhecimento técnico. Nos próximos anos o plano da COPEL Geração e Transmissão S.A. (GeT) é unificar também a plataforma tecnológica de operação. Os empregados do COGT são responsáveis pela operação remota do parque de 21 usinas (além de seis de parcerias que a COPEL opera), 32 subestações de rede básica e 2.173,5 km de rede básica de linhas de transmissão, bem como a supervisão dos ativos da COPEL em parceria, dentro e fora do Estado.
- Início da execução da modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Guaricana, por meio da substituição de equipamentos em final de vida útil, além dos rotores das turbinas.
- Conclusão da modernização da UHE Governador Parigot de Souza - foram modernizados os sistemas de resfriamento e o sistema de serviço auxiliar de corrente alternada/corrente contínua de todas as unidades geradoras e o sistema digital de supervisão e controle SDSC da unidade geradora 1.
- Otimização da estrutura física corporativa de Curitiba - foram contratados os projetos dos três novos edifícios da Companhia (Polo Bosque COPEL) e também consultoria em sustentabilidade ambiental e eficiência energética visando sua certificação como construções de alta qualidade, além de um projeto do centro de dados de altíssima disponibilidade.

## 6.4.2 Expansão da Geração de Energia

- UHE Mauá - em janeiro, com a entrada em operação comercial das unidades geradoras 4 e 5, a UGE Mauá PASSOU a funcionar com força total. A construção do empreendimento começou em 2008. Localizada no Rio Tibagi, é constituído por uma casa de força principal de 352 MW (com três unidades geradoras de energia) e outra complementar de 11 MW (com duas unidades geradoras), totalizando 363 MW de potência instalada. O projeto absorveu investimentos da ordem de R\$ 1,4 bilhão. A concessão da Usina Mauá pertence às empresas COPEL Geração e Transmissão S.A. (51%) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (49%).
- Pequena Central Hidrelétrica Cavernoso II (PCH Cavernoso II) - localizada no Rio Cavernoso entre os municípios de Virmond e Cândói, foi inaugurada em 16 de agosto e opera a plena capacidade desde 4 de julho, com potência instalada de 19 MW, divididos em três unidades geradoras. O investimento total foi de R\$ 120,0 milhões. A PCH Cavernoso II teve sua energia comercializada pela COPEL no leilão de energia nova promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em agosto de 2010.
- UGE Colíder - localizada no Rio Teles Pires, entre os municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, no Mato Grosso, teve as obras iniciadas em 2011 e deve absorver R\$ 1,6 bilhão em investimentos. O empreendimento terá 300 MW de capacidade instalada, com previsão de entrar em operação comercial em 2015. Cerca de 68% das obras estão concluídas. Em outubro foi realizado o desvio do Rio Teles Pires, um dos principais marcos na construção da usina, possibilitando dar continuidade à construção da barragem até a margem esquerda. A COPEL Geração e Transmissão S.A. (GeT) conquistou a concessão para implantação e exploração da UHE Colíder por 35 anos no leilão de energia realizado pela ANEEL em 30 de julho de 2010.
- UGE Baixo Iguaçu - em 19 de junho, o Conselho de Administração da COPEL aprovou a constituição de parceria com a empresa Neoenergia para construção da UGE Baixo Iguaçu. Com o acordo firmado, a Companhia passa a deter 30% de participação no empreendimento sob forma de consórcio. Os trabalhos no canteiro de obras foram iniciados em julho, com a escavação do circuito de geração, a terraplanagem do canteiro e a construção das áreas de alojamento. A hidrelétrica terá potência instalada de 350 MW e será construída no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, no sudoeste do Paraná. Com investimento total estimado de R\$ 1,6 bilhão, a entrada em operação está prevista para abril de 2016.

## 6.4.3 Complexo Hidrelétrico do Tapajós

A COPEL participa com outras oito empresas do Consórcio Tapajós, constituído para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na região Norte do Brasil. Os estudos previstos compreendem a avaliação ambiental da Bacia do Rio Tapajós e estudos de viabilidade do

Complexo do Rio Tapajós, composto por cinco usinas que somam 10.682 MW de capacidade instalada. Os trabalhos foram iniciados pela maior das usinas, São Luiz do Tapajós, com 6.133 MW.

O relatório de engenharia do estudo de viabilidade da primeira usina – UHE São Luiz do Tapajós – está na etapa final de correções pelos consorciados, prevendo-se sua entrega à ANEEL no início de 2014.

#### **6.4.4 Participação em Leilões de Energia Nova**

Encontra-se em desenvolvimento estudos de viabilidade técnica, socioambiental, institucional e econômica para subsidiar decisões sobre a participação nas disputas de concessões para implantação e exploração das usinas hidrelétricas que serão licitadas nos próximos leilões de novos empreendimentos de geração a serem promovidos pela ANEEL.

#### **6.4.5 Petróleo e Gás**

A COPEL arrematou quatro blocos para a exploração de gás no Paraná no leilão realizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 28 de novembro. A Companhia entrou no leilão com 30% de participação no consórcio Petra, que reúne ainda as empresas Petra Energia (30%), Bayar (30%) e Tucumann (10%). Os blocos de exploração vencidos pelo grupo ficam nas regiões de Pitanga e de Pato Branco. O investimento do consórcio será de cerca de R\$ 100,0 milhões na primeira fase da prospecção, com duração de quatro anos, em que serão aprofundados os estudos para identificar a capacidade de produção dos blocos.

#### **6.4.6 Outras Fontes de Energia Renovável**

Aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável, é uma das importantes diretrizes estratégicas estabelecidas para o negócio de geração da COPEL. Neste sentido, a Companhia vem pesquisando e prospectando novos negócios relativos a estas fontes de energia.

Principais projetos e ações: estruturação de carteira própria de projetos eólicos, projetos solares fotovoltaicos, biomassa, microalgas e Resíduos Sólidos Urbanos.

Em 2011, a COPEL adquiriu, da Galvão Energia, 49,9% nos parques eólicos: Farol (20 MW), Olho d'água (30 MW), São Bento do Norte (30 MW) e Boa Vista (14 MW), cuja construção foi concluída em agosto, porém a operação comercial ainda não iniciou devido à falta de condições para conexão na Rede Básica. Apesar disso, a obra foi concluída dentro dos prazos e, de acordo com os contratos, faz jus ao recebimento das receitas, mesmo não gerando energia.

Juntamente com os parques em construção adquiridos da Galvão Energia, a COPEL adquiriu 49,9% de participação na SPE Cutia que congrega cinco projetos de parques eólicos, com

aproximadamente 120 MW de potência, inscritos nos leilões regulados para comercializar a futura energia que será produzida.

Em 01/08/2013, a COPEL adquiriu 100% dos parques eólicos Santa Maria (29,7 MW), Santa Helena (29,7 MW), Santo Uriel (16,2 MW), Asa Branca I (27 MW), Asa Branca II (27 MW), Asa Branca III (27 MW) e Euros IV (27 MW), que se encontram em fase de construção, com previsão de conclusão e entrada em operação em julho de 2014 (1ª etapa) e março de 2015 (2ª etapa).

## **6.5 Transmissão de Energia Elétrica**

Em 10 de outubro foi colocado em operação um terceiro banco de autotransformadores (com três autotransformadores monofásicos de 200 MVA cada) que ampliou em 600 MVA a potência de transformação da Subestação Cascavel Oeste (500 kV). A ampliação representa um importante reforço para o sistema elétrico do Sudoeste do Estado, e proporcionará à COPEL uma receita anual de R\$ 4,3 milhões.

Também estão sendo ampliadas as subestações Ponta Grossa Norte, Londrina e Maringá, que recebem novos autotransformadores, num total de 600 MVA de potência, sendo que a conclusão dos empreendimentos está prevista para dezembro de 2013.

Outra obra importante iniciada em 2013 é a da Subestação Cerquilha III (230 kV), no Estado de São Paulo. A obra começou em fevereiro e está praticamente pronta. O investimento previsto para o projeto é de R\$ 44,0 milhões e a receita anual para a COPEL está estimada em R\$ 3,3 milhões a partir da entrada em operação, que deve ocorrer no início de 2014.

### **6.5.1 Novos Empreendimentos**

Em 25 de fevereiro, foi assinado o contrato de concessão do lote B, conquistado isoladamente pela COPEL Geração e Transmissão S.A., composto pela subestação Paraguaçu Paulista II, que será construída no município de mesmo nome e vai operar na tensão de 230 kV, e por uma linha de transmissão com 37 km de extensão que irá conectá-la a outra subestação existente no município de Assis. Esse empreendimento deve receber R\$ 57,8 milhões em investimentos e proporcionar à COPEL uma receita anual de aproximadamente R\$ 5,9 milhões quando entrar em operação, o que está previsto para dezembro de 2014.

No dia 02 de maio, foi assinado o contrato do lote G, referente à linha de transmissão em 500 kV Barreiras II – Pirapora II, com 960 km de extensão que passará pelos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás. Este empreendimento pertence à Paranaíba Transmissora de Energia S.A, SPE integrada por COPEL Geração e Transmissão S.A. (com 24,5% de participação), State Grid Brazil Holding S.A. (51%) e Furnas Centrais Elétricas S.A. (24,5%). A linha deve receber investimentos da ordem de R\$ 960,0 milhões e proporcionar cerca de R\$ 100,5 milhões de receita anual permitida ao entrar em operação, o que deve ocorrer em 2016.

Em 14 de novembro, a COPEL conquistou no Leilão 007/2013 da ANEEL, dois lotes de empreendimentos de transmissão:

- Lote A - o maior do certame, por meio do Consórcio Mata de Santa Genebra, em que a COPEL Geração e Transmissão S.A. é majoritária com 50,1% de participação e tem como parceira a estatal federal Furnas, com 49,9%. Composto por 847 km de linhas de transmissão no PR e SP de extra-alta tensão (500 kV), uma subestação nova e duas ampliações, o conjunto de obras vai demandar R\$ 1,6 bilhão e proporcionar R\$ 174,4 milhões de receita anual.
- Lote F - arrematado de forma isolada pela COPEL Geração e Transmissão S.A., que inclui uma subestação e uma linha de transmissão com 33 km de extensão, em tensão 230 kV a serem instaladas na Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná. O investimento total previsto para o projeto é de R\$ 69,0 milhões e a receita anual permitida está estimada em R\$ 6,6 milhões.

Em 2013, também foram assinados os contratos de concessão dos dois lotes de empreendimentos de transmissão conquistados no leilão 007/2012 da ANEEL.

No segmento de transmissão de energia, a COPEL integra ainda outras sete SPEs, que estão com obras em andamento para instalação de nove subestações e 3.075 km de linhas de transmissão em sete estados brasileiros, com investimentos que somam cerca de R\$ 4,0 bilhões.

### **6.5.2 Operação e Manutenção da Rede Básica**

Nas atividades de operação e manutenção das instalações da COPEL na Rede Básica (acima de 230 kV), foram implementadas melhorias e novas tecnologias, visando garantir os índices de disponibilidade dos 2.173,5 km de linhas de transmissão e 32 subestações.

Nesse contexto, destacam-se:

- Conclusão da modernização do sistema de proteção, supervisão e controle das subestações Londrina, Ponta Grossa Norte, Ibiporã, todas em 230 kV, e Londrina Eletrosul, em 500 kV.
- Instalação de localizadores de faltas em linhas de transmissão com tecnologia de “ondas viajantes” nas subestações Cascavel Oeste, Mauá, Jaguariaíva, Ibiporã, Figueira e Pilarzinho. Esta tecnologia proporciona maior precisão na localização de defeitos e agilidade no restabelecimento de ocorrências em linhas de transmissão.
- Instalação piloto de transformadores de corrente ópticos na subestação Posto Fiscal, que é uma nova tecnologia em equipamentos de transformação para sistemas de proteção e medição.
- Realização de inspeção aérea nas linhas de transmissão 230kV e 500kV visando maior confiabilidade do sistema de transmissão.
- Desenvolvimento de novas técnicas de manutenção de linha viva de transmissão de modo a minimizar os desligamentos para manutenção.

## 6.6 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica

A COPEL realiza o fomento e a gestão de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Inovação Tecnológica dos negócios geração, transmissão e distribuição de energia, aplicando, em especial, os investimentos obrigatórios definidos pela Lei nº 9.991/2000 para as empresas concessionárias de energia.

Encontram-se em execução 33 projetos de P&D, sendo nove projetos nos quais a COPEL participa de forma cooperada com outras empresas e cujos temas são considerados relevantes, sendo estabelecidos pela ANEEL ou demais concessionárias.

Como resultado de projetos de pesquisa e desenvolvimento, foram protocolizados sete pedidos de patentes de produtos, totalizando 14 pedidos solicitados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) desde início do Programa de P&D da Companhia.

## 6.7 Distribuição de Energia Elétrica

No âmbito de distribuição de energia, a Companhia apresenta, em relação aos anos anteriores, crescimento no número de consumidores de todas as classes.

O incremento de ligações previsto para 2013 é 126,7 mil consumidores, sendo 101,4 mil residenciais, 5,8 mil industriais, 9,2 mil comerciais, 8,5 mil rurais e 1,8 mil das demais classes de consumo.

Desta forma, estima-se que ao término do ano serão faturados 4.164,2 mil consumidores, número 3,1% superior ao verificado em 2012.

### 6.7.1 Mercado de Energia Elétrica

A tabela a seguir apresenta o mercado realizado em 2012, o estimado para 2013 e as respectivas taxas de crescimento:

CLASSE	CONSUMO POR CLASSE (GWh)			NÚMERO DE CONSUMIDORES (x mil)		
	2013 <sup>(1)</sup>	2012	VAR. (%)	2013 <sup>(1)</sup>	2012	VAR. (%)
Residencial	6.864	6.559	4,7	3.298	3.196	3,2
Industrial	6.621	7.405	-10,6	93	87	6,7
Comercial	5.059	5.048	0,2	336	327	2,8
Rural	2.081	2.025	2,8	381	373	2,3
Outros	2.268	2.211	2,6	56	55	3,2
TOTAL	22.892	23.248	-1,5	4.164	4.038	3,1

(1) Estimativa.

Em 2013, foram implementadas ações e projetos visando modernidade e agilidade no atendimento ao cliente, com redução do impacto ambiental.

Com vistas a manter as conquistas alcançadas e maior aproximação com o cliente, foram realizados inúmeros serviços por meio dos canais de atendimento disponíveis. Entre esses projetos, serviços e ações destacam-se:

De março a novembro foram realizadas visitas a escolas, empresas, entidades de classes e associações. A COPEL também participou de feiras e exposições, ministrando palestras e realizando atendimento por meio das suas unidades de atendimento móvel. Estes eventos representam uma oportunidade para o cliente solicitar serviços comerciais além de obter orientação sobre o uso seguro e eficiente da energia, direitos, deveres e programas sociais. Na Região Metropolitana de Curitiba foram programados 58 destes eventos, para 2013, dos quais se realizaram 55, de março a novembro, com a participação de 15.912 pessoas e a realização de 894 atendimentos.

- Implantação total do Sistema de Leitura com Impressão Simultânea da nota fiscal/conta de energia elétrica, envolvendo 100% dos consumidores urbanos atendidos em baixa tensão. Isto proporciona economia na impressão de faturas em folhas especiais e a utilização de envelopes com janela plástica para aproximadamente 3.600.000 unidades consumidoras.
- Início do serviço de envio de SMS aos clientes para: a) aviso de conclusão de serviços de ligação nova, desligamento a pedido, vistoria de unidade consumidora, sendo que foram enviadas 57.437 SMS em outubro e novembro (primeiros meses de implantação do serviço); b) aviso de cobrança tendo sido enviadas 45.842 SMS em outubro e novembro.
- Início do envio de reaviso de vencimento e da fatura por e-mail, para os Grupos A e B - com isto, as faturas deixam de ser impressas no momento da leitura, ou posteriormente, reduzindo o impacto ambiental. Ao optar por esta modalidade, o cliente recebe todo mês uma mensagem com link para a Agência Virtual da COPEL, onde a fatura poderá ser visualizada e impressa. São aproximadamente 11.700 unidades consumidoras cadastradas.
- Continuidade no atendimento a clientes por meio dos diversos canais disponíveis, dentre os quais se relaciona: a) 410 agências e postos de atendimento na área de concessão da COPEL - responsáveis por 2,4 milhões de atendimentos presenciais realizados entre janeiro e outubro; b) Site COPEL - com uma média mensal de 506.401 serviços e; c) COPEL Mobile - que possibilita informar falta de energia, consulta débitos, desligamentos programados e locais onde estão situadas as agências e postos de atendimento. O serviço também possibilita a atualização do cadastro de telefone e e-mail do cliente, a escolha de uma data fixa de vencimento da fatura de energia, a solicitação de religação e a consulta ao código de barras para pagamento da fatura. Entre janeiro e outubro foram realizadas 162,8 mil consultas e solicitações de serviços pelo COPEL Mobile.
- Investimentos de aproximadamente R\$ 800,0 milhões para as obras de expansão, melhoria, renovação, automação e desenvolvimento de redes de distribuição, sendo R\$

200,0 milhões para a construção de subestações e linhas de transmissão de alta tensão, R\$ 600,0 milhões para as redes de distribuição de média e baixa tensão sendo que nestes valores estão inclusos R\$ 250,0 milhões em obras para ampliação e reforço do sistema relacionados com o atendimento e fornecimento de energia para o evento da Copa do Mundo.

- Realização de estudos e execução de projetos nas áreas de novas tecnologias de redes de distribuição, ferramentas computacionais de apoio aos processos, automação, proteção e controle do sistema elétrico, desenvolvimento de materiais, equipamentos e dispositivos que preparam o sistema da COPEL para as aplicações futuras de uma rede inteligente (Smart Grid). Este conjunto de ações constitui o Programa de Smart Grid da COPEL, que visa planejar e desenvolver tecnologias para implantação a curto, médio e longo prazo, no âmbito da distribuição de energia elétrica, visando atender às exigências do consumidor e do órgão regulador, proporcionando a melhoria na qualidade da energia fornecida aos consumidores, a redução de custos operacionais, o aumento da segurança das atividades desenvolvidas e a otimização dos recursos e processos. Em 2013, estas ações foram integradas ao Programa Paraná Smart Grid que é uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná e, além do Projeto Piloto na Fazenda Rio Grande para testes de novas tecnologias, foi proposto e está em execução um novo projeto denominado de Paraná Smart Grid que a COPEL coordena com a participação da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia Paranaense de Gás (COMPAGAS), Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC), Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e as Secretarias de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Neste novo projeto estão sendo testadas novas tecnologias de automação de rede, automação da medição, telemetria integrada de eletricidade, água e gás, além de tendências no futuro como a automação residencial, a geração distribuída e a utilização de veículos elétricos.

## 6.8 Telecomunicações

Aceleração na expansão da rede de fibras ópticas (anel principal) - a COPEL chegou com sua fibra óptica em todos os 399 municípios paranaenses.

Principais dados técnicos da COPEL Telecomunicações em 2013:

- Cabos ópticos instalados no anel principal (backbone) - 397 km (acumulado: 9.442 km).
- Cabos ópticos auto sustentados (FTTX e Acesso) instalados - 4.181 km (acumulado: 14.877 km).
- Número de cidades atendidas - 399 no Paraná e 02 em Santa Catarina.
- Número de novos clientes - 4.533 (acumulado: 7.674).
- Número de escolas estaduais ligadas até 2013 - 2.294.

- Número de atendimentos definitivos ao Governo - 956 (acumulado: 5.197, sendo 2.221 do Paraná Digital e 2.976 da RedeGov).
- Índice de disponibilidade média dos serviços – 99,98%.
- Novos projetos: a) início da comercialização do produto BEL Fibra-Internet - para clientes corporativos em Banda Extra Larga junto com telefonia da Sercomtel em bairros de Curitiba e no município de Irati, início das vendas do BEL em Ventania em 01/06/2013, início das vendas do BEL em Ponta Grossa em 01/07/2013, início das vendas do BEL em Reserva do Iguaçu em 01/08/2013, início das vendas do BEL em Telêmaco Borba em 05/11/2013 e; b) fornecimento de acesso sem fio à internet (serviço wireless) durante a temporada no litoral do Estado e durante o ano em feiras e exposições no interior do Estado.

## 6.9 Regularização Fundiária

Encontra-se em andamento a regularização de 10 fazendas dos reassentamentos decorrentes da construção da UGE Governador José Richa. As famílias foram relocadas para viabilizar o empreendimento e os títulos estão sendo entregues aos respectivos ocupantes.

Foi concluída a regularização do título da terra em nome de 88 famílias do Reassentamento Fazenda Refopas, no município de Cascavel, onde foram entregues 68 títulos de propriedade aos reassentados desta fazenda.

Está sendo concluída a regularização de mais quatro reassentamentos: Flamapec, Barater, Centenário e Boa Esperança. A previsão de entrega de títulos em 2014, para 331 famílias.

A COPEL, em parceria com o município de União da Vitória, removeu e realocou aproximadamente 50 famílias, para casas construídas pela COHAPAR. Estas famílias ocupavam irregularmente área da COPEL na região chamada São Bernardo, localizada no reservatório da Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto.

## 6.10 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais

- Programa Luz Fraterna - em 2013, uma média de 145 mil famílias carentes foram beneficiadas com o pagamento mensal da conta de energia pelo Governo do Estado, envolvendo recursos na ordem de R\$ 12,5 milhões (até setembro). Em 01/09/2013, o critério de consumo máximo de energia para inclusão no programa passou de 100 para 120 kWh, conforme Lei Estadual nº 17.639/2013.
- Universalização Rural e o Programa Luz para Todos - iniciado em 2004, beneficiou mais de 380 mil pessoas no Paraná, por meio da ligação de 77.962 domicílios rurais, superando em mais de 110% a meta inicialmente estabelecida. As famílias, além de contarem com a construção gratuita das redes, foram beneficiadas com a entrada de serviço e a instalação elétrica no interior da residência. O Programa entra agora em sua

fase final com a ligação de mais 2.179 domicílios paranaenses até o final de 2014. Paralelamente a COPEL Distribuição se declarou universalizada, passando a atender a todos os demais pedidos de ligação de acordo com os prazos e condições estabelecidos nas Condições Gerais de Fornecimento. Ícone da universalização rural, o atendimento das comunidades isoladas do Estado, notadamente as localizadas nas ilhas e no litoral, começa a se tornar realidade por meio de redes especiais e sistemas solar fotovoltaico. Até o momento, 232 unidades consumidoras estão ligadas e até o 1º trimestre de 2014, mais 85 famílias serão beneficiadas com energia elétrica, totalizando 317 atendimentos. Para estas ligações, além dos benefícios do Programa Luz Para Todos, cada família receberá uma geladeira, um sistema de aquecimento solar para água e lâmpadas a LED, patrocinados pelo Programa de Eficiência Energética (PEE) da COPEL. Desta forma, a soma dos esforços da COPEL e dos governos estadual e federal propiciará a conclusão do processo de universalização do acesso ao serviço de energia elétrica em todo o Estado do Paraná.

- Programa de Irrigação Noturna/Programa Tarifa Rural Noturna - estes Programas são realizados em conjunto entre a COPEL, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), entre outros órgãos. Visam incentivar o aumento da produtividade, mediante desconto de 60% a 70% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21h30 e 06h00. O resultado esperado desses Programas é o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida para o produtor rural. Atualmente, encontram-se cadastrados 3.580 agricultores no Programa de Irrigação Noturna e 7.823 consumidores rurais no Programa Tarifa Rural Noturna.
- Programa de Eficiência Energética (PEE) 2013 - anualmente, a COPEL desenvolve o PEE, em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei nº 9.991/2000, por meio deste são aplicados recursos financeiros em projetos que têm a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica, como objetivo. Em 2013, foram aplicados cerca de R\$ 30,0 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, hospitais sem fins lucrativos, prédios públicos, estabelecimentos comerciais, sinalização semafórica, entre outros projetos.
- Telemedição Grupo A - em 2013, a COPEL intensificou a instalação de telemedições para os seus maiores clientes, os consumidores pertencentes ao grupo A. Até novembro, foram mais de 11.000 pontos telemedidos, correspondendo a quase 85,0% do total destes consumidores. Os dados deste faturamento são obtidos automaticamente, sem a necessidade de deslocamento de um leiturista. Isto melhora a qualidade do processo, elimina erros e agrega valor, com a disponibilidade de dados para os processos internos e, via internet, para os clientes. Este sistema tem ainda a

capacidade de monitorar o uso da energia elétrica, emitindo alarmes, quando situações anômalas ocorrem, contribuindo para a detecção de defeitos e procedimentos irregulares na medição e reduzindo as perdas comerciais da COPEL. A previsão da COPEL é concluir o projeto até março de 2014, completando a instalação em todo o grupo A, composto por cerca de 13.500 clientes atendidos em média e alta tensão, que representam em torno de 48,0% do faturamento da empresa.

- Estudos Ambientais - o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), para a fase de Licenciamento Prévio, têm por objetivo: a) diagnosticar a situação local quanto aos meios físico, biótico e socioeconômico; b) identificar e avaliar os potenciais impactos socioambientais positivos e negativos das etapas de planejamento, construção e operação de um empreendimento e; c) propor medidas para minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos. Na fase de licenciamento de instalação e obtenção de autorização para supressão de vegetação, novos estudos são desenvolvidos, como o Inventário Florestal e Projeto Básico Ambiental (PBA), este último objetiva detalhar os programas, as medidas preventivas, mitigadoras e reparadoras apresentadas nos estudos ambientais iniciais e atender aos requisitos estabelecidos pelo órgão ambiental. Em 2013, foram elaborados estudos ambientais (em suas diferentes fases de licenciamento) para 04 Subestações e 19 Linhas de Transmissão. Além disso, foram analisados quanto aos riscos e viabilidade ambiental os empreendimentos de interesse da Companhia para participação em 03 leilões de empreendimentos de transmissão e 02 leilões de empreendimentos de geração da ANEEL e os empreendimentos inscritos nas chamadas públicas da COPEL para novas oportunidades de negócio.
- Projeto Básico Ambiental da UHE Mauá - composto por 21 programas e 13 subprogramas ambientais, cujo desenvolvimento permite prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos decorrentes da construção da UHE Mauá, bem como potencializar e otimizar os impactos positivos. Até outubro, foi realizado 94% do PBA. As principais realizações foram: a) conclusão dos Programas de Salvamento e Conservação da Flora, Salvamento e Conservação da Fauna e Programa de Proteção às Abelhas Melíferas e Nativas do Médio Tibagi; b) no resgate de fauna, foram resgatados 12.675 animais, sendo 5.098 durante a supressão da vegetação (2.390 anfíbios, 1.454 répteis, 147 aves e 1.107 mamíferos) e 7.577 durante o enchimento do reservatório (4.667 anfíbio, 568 répteis, 934 aves e 1.408 mamíferos), e do total de animais resgatados, 69,5% foram devolvidos à natureza após serem atendidos no Centro de Triagem montado para o resgate de fauna da UHE Mauá; c) no resgate de flora, foi registrado um total de 1.027 espécies da flora local, tendo sido resgatadas 5.130 plantas herbáceas de 98 espécies, 233.292 plantas epífitas de 148 espécies e 3.085 kg de frutos e sementes, e foram coletadas 361 peças de madeira

(xiloteca) de 67 espécies arbóreas e 1.643 exsicatas (amostras de plantas para armazenamento em herbário) de 774 espécies.

- Projeto Básico Ambiental da UHE Colíder - a Usina está sendo construída na região norte do Mato Grosso, nos municípios de Colíder, Nova Canaã do Norte, Itaúba e Cláudia. A obra é integrante do Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, e será o primeiro de cinco aproveitamentos hidrelétricos previstos para serem instalados no Rio Teles Pires. O empreendimento terá potência instalada de 300 megawatts, o suficiente para atender ao consumo de uma cidade com 850 mil habitantes. A Licença Prévia foi emitida em 2009 pela SEMA-MT e a Licença de Instalação, emitida em 2010, após aprovação do Projeto Básico Ambiental (PBA). A COPEL está implantando o PBA, que possui 32 Programas, contemplando os meios físico, biótico e socioeconômico. Em 2013, estão em execução 28 programas socioambientais, os demais se encontram em processo de contratação ou tratativas com os órgãos competentes. Até outubro, foi realizado 44% do PBA.
- Projeto Básico Ambiental da PCH Cavernoso II - composto por 17 programas ambientais, tendo sido realizado 96% do PBA, até outubro. Foram concluídos os programas de observação das condições hidrossedimentológicas, indenização e remanejamento da população atingida, saúde pública, apoio à população migrante, comunicação social, resgate do patrimônio arqueológico e estabilidade de taludes marginais.
- Projeto Básico Ambiental da Linha de Transmissão (LT) 500kV Araraquara - Taubaté em São Paulo – esta LT é considerada obra prioritária do PAC e fundamental para escoar a energia proveniente das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), no Estado de Rondônia para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O futuro empreendimento projeta-se sobre 28 municípios no Estado de São Paulo. A Licença Prévia do empreendimento foi emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) em agosto de 2012 e em abril deste ano foi solicitada a Licença de Instalação, que está em análise. O PBA elaborado para subsidiar a solicitação da Licença de Instalação é composto por 09 programas e 11 subprogramas socioambientais.
- Licenciamento Ambiental - a COPEL protocolou, junto ao Órgão Ambiental, 129 solicitações de licenças ambientais, para os empreendimentos de Geração, Transmissão e Distribuição. Até novembro, foram emitidas 79 licenças. Permanecem em análise no Órgão Ambiental 76 processos de licenciamento, incluindo solicitações protocoladas em anos anteriores a 2013.
- Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – Regularização do Licenciamento Ambiental - com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental das Linhas de Transmissão e Subestações que iniciaram sua operação antes de 01/02/1986 (225 empreendimentos), a COPEL firmou com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) um TAC. Até novembro, a Companhia protocolou os 225 processos junto ao Órgão Ambiental, recebendo 126 Licenças Ambientais. Os 99 processos restantes aguardam parecer do IAP.

- Auditoria Ambiental Compulsória (AAC) - no Estado do Paraná, conforme a tipologia do empreendimento, a AAC pode ser pré-requisito para renovação das Licenças de Operação. Em 2013, a COPEL concluiu a contratação de empresa especializada na execução de Auditorias Ambientais Compulsórias, que realizou um total de 15 auditorias entre maio e novembro, sendo seis em Pequenas Centrais Hidrelétricas, uma na UGE Governador Parigot de Souza, duas em Subestações e seis em Linhas de Transmissão.
- Gestão Socioambiental de Reservatórios - programa que visa melhorar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas da COPEL, bem como prover seu uso múltiplo e promover ações em prol da sustentabilidade. Principais ações: a) levantamento de ocorrências ambientais e fundiárias no reservatório da UHE GPS; b) finalizado o SIGSAM-GR, ferramenta para gestão de ocorrências nos reservatórios e Áreas de Preservação Permanente (APPs) da COPEL; c) articulação com instituições dos três setores da sociedade (governo, sociedade civil e empresas) para elaboração do Programa de Gestão do Aporte de Nutrientes na Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi.
- Programa Florestas Ciliares - tem como objetivo a recuperação dos ambientes naturais no entorno dos reservatórios das usinas que, de acordo com a posição fitoecológica, deve ser essencialmente feita por meio de plantios florestais, em atendimento a Resolução CONAMA nº 302/2002 e ao novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012. Em 2013, foram plantadas 158.423 mudas, o que corresponde a uma área recuperada de 105,52 hectares e realizado o cercamento de 18.578 metros, para proteção das áreas reflorestadas.
- Programa de Arborização Urbana - incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da COPEL, por meio de ações junto as prefeituras, visando a convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. Em 2013, foram finalizados sete convênios, continuada a execução de três e firmados dois novos convênios com prefeituras, contemplando a substituição de 1.470 árvores que ofereciam riscos às redes de energia e o fornecimento de 5.089 mudas adequadas à arborização de vias públicas e ao convívio com as redes de energia.
- Hortos Florestais - situam-se nas Usinas Hidrelétricas Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto, Gov. Ney Aminthas de Barros Braga, Gov. José Richa, Mourão, Mauá e Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza. A produção de mudas inclui mais de 130 espécies arbóreas nativas, abrangendo os diversos tipos de vegetação do território paranaense, inclusive várias espécies ameaçadas de extinção, como o palmito-juçara, o buriti, o xaxim, a canela-sassafrás, a peroba-rosa e outras. Em 2013, foram produzidas 291.583 mudas de espécies nativas (134 espécies) e 45.181 mudas de espécies exóticas (10 espécies) nos seis hortos florestais, visando o atendimento aos plantios do Programa Florestas Ciliares, do Programa de Arborização Urbana e o fornecimento de mudas para atendimento de condicionantes ambientais em razão de diversos empreendimentos e ações da COPEL.

- Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna – o monitoramento da ictiofauna, que atende a condicionantes ambientais, visa observar mudanças na fauna de peixes dos reservatórios e possíveis influências da operação de nossas usinas nestas comunidades. Com o repovoamento, o Programa atende às demandas de órgãos ambientais e governamentais em eventos promovidos em prol do meio ambiente. Entre os peixes produzidos está o surubim-do-Iguaçu, maior peixe do Rio Iguaçu e ameaçado de extinção. Em 2013, teve continuidade o monitoramento da fauna de peixes em reservatórios e o repovoamento com 152.400 indivíduos, dos quais 65.000 foram liberados nos reservatórios, 86.000 liberados em eventos ambientais e 1.400 cedidos a Universidades como apoio de pesquisas científicas.
- Programa de Gestão Corporativa de Resíduos - o objetivo principal é implantar, padronizar e sistematizar as melhores práticas de gestão de resíduos. Realizadas as seguintes ações: a) implantação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) em 06 instalações da Companhia (SE Posto Fiscal, Almoxarifado de Paranaguá, Oficina de Manutenção Eletromecânica do Litoral, Polo Administrativo de Paranaguá, Polo Administrativo e Almoxarifado de Paranaíba e UHE Mauá), complementarmente aos 45 implantados no ano anterior; b) publicação da Chamada Pública Permanente COPEL DMC 001/2013, visando o cadastramento de Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual nº 4167/2009; c) destinação final de resíduos: seis toneladas de pilhas e baterias inservíveis; 54 toneladas de sólidos contaminados para coprocessamento em fornos de cimenteira; d) descontaminação de 100 mil litros de óleo mineral isolante contaminado com Bifenilos Policlorados (PCB), popularmente conhecido como Ascarel, em atendimento a legislação pertinente e, e) Incineração de 7,6 toneladas de piso contaminado com PCB.
- Agenda COPEL de Mudanças Climáticas - o Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas tem como objetivos definir o posicionamento da COPEL frente ao tema, identificar oportunidades e riscos relacionados aos negócios da Companhia e incentivar a inovação em tecnologias e processos para promover a redução de emissões de gases de efeito estufa da Companhia. Em 2013, para demonstrar o comprometimento em assegurar a transparência e a validade das informações dos inventários realizados pela Companhia, a COPEL contratou uma empresa verificadora de inventários, que percorreu as instalações contendo fontes de emissões e validou as informações contidas no inventário de Gases de Efeito Estufa da Companhia. Além disso, a COPEL foi homenageada pelo Programa Brasileiro GHG Protocol por realizar e divulgar ininterruptamente seus inventários, desde a criação do Programa em 2008.
- Programa Corporativo de Acessibilidade - tem o objetivo de tornar a Companhia rigorosamente adaptada nas questões de acessibilidade, por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, para que seus empregados e partes

interessadas, com algum tipo de deficiência, tenham pleno acesso às suas instalações, informações e serviços. Entre as ações executadas estão a adaptação de 81% das agências e postos de atendimento, obras arquitetônicas em prédios administrativos, emissão de demonstrativos de fatura de energia em Braille, adaptação do site da Empresa para acessibilidade a deficientes visuais e realização do COPEL Inclusiva, um programa abrangendo treinamento, capacitação e palestras sobre o tema voltado a lideranças, áreas de RH, Pessoas com Deficiência e funcionários em geral.

## **6.11 Administração**

### **6.11.1 Gestão de Pessoas**

- Quadro de empregados - admitidos mediante concurso público, 338 empregados, dos quais 221 na carreira profissional de nível médio; 112 na carreira técnica de nível médio; 05 na carreira profissional de nível superior, sendo que deste total 30 foram desligados neste ano.
- Programa Aprendiz - contratados 29 jovens de 14 a 18 anos, dos quais 16 se desligaram. Desde 2005, foram atendidos 865 adolescentes. O Programa de Aprendizagem da COPEL foi ampliado em 2012, tendo 241 adolescentes entre 14 e 16 anos.
- Programa de Estágios - 366 estagiários, sendo 237 técnicos de nível médio e 129 de nível superior, distribuídos nas diversas unidades da empresa em todo o Estado.
- Universidade COPEL (UniCOPEL) – criada em 2012, como uma superintendência da Diretoria de Gestão Corporativa da COPEL, tem por objetivo atuar no conhecimento e no empreendedorismo inovador, para a melhor execução das estratégias corporativas. Seu desafio estratégico é ser referência no desenvolvimento das pessoas, agregando valor aos negócios corporativos e à sociedade. Até outubro, foram registradas 27.086 participações em 2.741 treinamentos. Considerando o total de 9.577 empregados, estas participações equivalem a 2,8 participações por empregado da COPEL. Novos programas educacionais, inovadores no âmbito da companhia, foram executados a partir da criação da UniCOPEL, como Método do Caso (estudos de casos práticos reais), Aprendizagem Significativa (discussão de livros visando a aplicação de seus conteúdos no ambiente da Companhia) e Transformação da Liderança (programas de T&D voltados à alta gestão). Foram também formatados os projetos Midiatização do Conhecimento (e-learning) e Academia de Executivos (vários módulos de T&D voltados a todo o corpo gerencial).

## 6.11.2 Tecnologia da Informação

- Atualização do parque de TI - a atualização tecnológica das estações de trabalho da empresa alterou a relação que era de 82% de desktops e 18% de notebooks, para 63% de desktops e 37% de notebooks, trazendo aumento de produtividade pela mobilidade que determinados processos e funções exigem. O parque tecnológico da empresa foi renovado com 2.750 novos notebooks, 1.029 smartphones e 1.075 tablets. O uso de recursos de mobilidade como smartphones, notebooks e tablets, com plena conectividade e funcionalidade, garantem produtividade, agilidade e melhor qualidade de atendimento. Aquisição e implantação de nova solução de impressão descentralizada, renovando todo o parque de impressão da empresa e otimizando os custos com o novo serviço.
- COPEL Mobile - Solução de TI para clientes que utilizam smartphones com sistema operacional Android e IOS. A solução compreende funcionalidades tais como consulta débitos de faturas, consulta desligamentos programados, consulta às agências de atendimento da COPEL, atualização de dados cadastrais de clientes, registro de falta de luz, solicitação de religação, informação de autoleitura e consulta de histórico de consumo. Esta solução permitiu a disponibilidade de um novo canal de relacionamento com os clientes da COPEL; a redução de custos operacionais de atendimento em outros canais existentes, tais como envio de SMS e atendimento telefônico e reconhecimento da COPEL como empresa alinhada às novas tendências tecnológicas de mobilidade.
- Geofis - aplicativo utilizado para realizar a fiscalização em campo das obras realizadas na rede elétrica, verificando diferenças entre os materiais indicados no projeto e os materiais aplicados em campo, com a possibilidade de indicação dessas discrepâncias nos aplicativos, aumentou a produtividade das equipes de campo e agilizou o processo.
- GPS COPEL - software utilizado nos tablets dos eletricitas, que executa a função de navegador GPS. O diferencial é que o GPS COPEL contém os dados da rede elétrica e dos consumidores da Companhia. Quando o eletricitista deseja se deslocar para atender um chamado em um equipamento da COPEL ou em um consumidor, ele precisa apenas digitar o código do equipamento ou o número do consumidor, não é necessário saber o endereço. O aplicativo permite mais agilidade para os eletricitas na localização de unidades consumidoras e equipamentos da rede elétrica da COPEL, trazendo rapidez no deslocamento de equipes e conseqüentemente diminuindo o tempo de atendimento aos consumidores.
- Sistema de Operação da Distribuição Móvel (SOD Móvel) - esta aplicação integrada com o Sistema de Operação da Distribuição permite envio e recebimento de mensagens às equipes de campo por meio de conexões APN com operadora de telefonia celular. A troca de informações entre equipes de campo e Centros de

Operação e Despacho de Serviços é feita de forma on-line. Além da mobilidade a solução aumenta a segurança do trabalhador e garante o rastreamento do atendimento de forma instantânea.

- GEOPRO para Terceiros – A COPEL Distribuição definiu a tecnologia de geoprocessamento como uma das ferramentas de apoio às suas operações, nessa tecnologia, entre outras aplicações tem o aplicativo GEOPRO que é utilizado para a elaboração de projetos de ampliação e manutenção de redes elétricas e que possibilita aos projetistas a simulação de cálculos elétricos, relatórios de qualidade de fornecimento, a verificação da consistência da rede e também o desenho do projeto, garantindo a mobilidade e dando maior agilidade que resulta em aumento de produtividade para a COPEL. Com o ambiente virtualizado e com adequações no aplicativo GEOPRO, foi disponibilizado para as empreiteiras terceirizadas o acesso à aplicação de modo controlado, o que agiliza o desenvolvimento de projetos pelos terceiros trazendo ganhos de produtividade para a COPEL.
- Implantação da solução de virtualização de desktops e aplicações - para 100% dos usuários do geoprocessamento da Distribuição e geoprocessamento da Telecomunicação, para home office e equipe de medição da COPEL, disponibilizou acesso aos sistemas com perfil gerencial à diretoria e superintendência.
- Implantadas soluções para gerenciamento remoto das estações de trabalho que apresenta recursos para aperfeiçoar tarefas essenciais como distribuição de software e atualizações, verificação de conformidade com políticas de segurança, inventário completo de *hardware* e *software* com histórico, controle remoto e gerenciamento de computadores de forma centralizada dando maior agilidade e aumentando a produtividade.
- Downsizing do Mainframe - visando reduzir custos e com a entrada das soluções de CIS e ERP a STI iniciou o programa para desativação do mainframe, tendo como meta de conclusão em 2015 e uma redução anual no custeio de R\$ 1,5 milhão.
- Atualização do ambiente de virtualização de servidores - aquisição de novos servidores para atualização tecnológica do ambiente de virtualização responsáveis pela execução de mais de 300 servidores virtuais que atendem diversos serviços corporativos como, por exemplo, ERP, CIS, correio eletrônico e servidores de arquivos. A implantação dos novos servidores proporcionou um ambiente de virtualização quatro vezes maior que o atual, mais estável, seguro, eficiente e com capacidade para absorver novas demandas a custos reduzidos de manutenção e de consumo de energia, apoiando o crescimento da empresa e, ao mesmo tempo, otimizando recursos com sustentabilidade ambiental. Esta ação resulta em melhoria da qualidade dos serviços com maior disponibilidade dos aplicativos.
- Consolidação de servidores - foram adquiridos dois servidores em tecnologia RISC, com 128 núcleos de processamento e 1,5TB de memória; e para armazenamento foi adquirida solução de armazenamento de dados com capacidade total de 632TB, esta ação permitiu a substituição de equipamentos obsoletos, ampliou a capacidade da

infraestrutura para suportar o crescimento vegetativo dos próximos cinco anos e trouxe alta disponibilidade, redução de consumo, redução de custos com manutenção de hardware e licenças de software.

- Implantação do novo 4800web e Solution Manager (SolMan) - implantação de nova solução para gestão de serviços e incidentes de TI, composta pela versão mais recente do 4800web e pelo Solution Manager (módulo do SAP), em substituição ao HD3. A nova solução dispõe de infraestrutura mais robusta, tecnologia atualizada e novas funcionalidades, que agilizarão os atendimentos de TI. A substituição da ferramenta de gestão de incidentes e serviços exigiu a revisão e a adequação do Processo Gerenciar Atendimento e Serviços de TI.
- Designação otimizada de serviços comerciais - solução para otimizar a execução dos serviços comerciais da distribuição, além de proporcionar o acompanhamento em tempo real da execução destes serviços. Considera a escala das equipes de trabalho, juntamente com suas habilidades, o rol de serviços a serem executados, diferenciando a prioridade e urgência dos mesmos, desse modo ocorre um balanceamento na distribuição dos serviços para as equipes. Com base nas coordenadas dos serviços determina a melhor rota para atendimento, garantido assim agilidade, aumento da produtividade e a eficiência no atendimento ao consumidor. Alertas são emitidos quando há serviços próximos do seu vencimento, além de alertas quando não existem equipes suficientes para a realização dos serviços. Permite também a análise visual da rota no mapa, possibilitando ao usuário do sistema a tomada de decisão imediata.
- Gestão da rede arrecadadora - solução corporativa para gestão da rede arrecadadora alternativa. Visa facilitar o acompanhamento dos contratos e dos documentos necessários ao credenciamento e controlar a inadimplência, também está integrado com o sistema de georreferenciamento possibilitando a localização dos estabelecimentos reduzindo o índice de inadimplência da própria companhia.
- Gestão de procedimentos irregulares – solução para acompanhar e controlar os processos de procedimento irregular desde a suspeita à conclusão, aumentando a confiabilidade das informações no controle de prazos regulatórios, garantindo que a companhia obtenha o máximo retorno das perdas não técnicas identificadas.

### **6.11.3 Outros Destaques**

Na logística de serviços, dentre as inúmeras ações que continuam sendo realizadas visando a racionalização e melhoria da produtividade no segmento de contratação e gestão de suprimentos e serviços de apoio logístico, destacam-se: a) Projeto de Otimização da Ocupação dos Imóveis Administrativos - trata da realocação física dos postos de trabalho nas instalações

administrativas e operacionais; b) Otimização dos Serviços de Condomínio, tais como vigilância, copa e cantina, áreas verdes, entre outros, com foco na redução dos custos; c) Implantação dos Serviços de Manutenção Predial - nova modalidade; d) Projeto de Segurança Patrimonial Integrada - visa a redução de custos por meio da implantação de novas tecnologias de monitoramento.

## 6.12 Resultados Econômico-Financeiros

De janeiro a setembro, a receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 9.334,0 milhões, montante em linha com o apresentado no mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 1.633,0 milhões, com variação negativa de 10,8%, representando uma redução de R\$ 197,1 milhões.

Neste mesmo período, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 1.567,1 milhões, montante 5% superior ao apresentado no mesmo período do ano anterior (R\$ 1.492,5 milhões).

O lucro líquido da COPEL totalizou R\$ 923,2 milhões nos nove primeiros meses de 2013, montante 12% superior aos R\$ 824,0 milhões apurados no mesmo período de 2012. Esse resultado é explicado, basicamente, pelo crescimento nas receitas de fornecimento e suprimento de energia e pelo menor custo com encargos de uso da rede e com pessoal no período.

O programa de investimentos, nos primeiros nove meses de 2013, considerando suas subsidiárias integrais e as SPEs, foi de R\$ 1.398,0 milhões, dos quais R\$ 687,9 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia; R\$ 663,1 milhões em obras de distribuição e R\$ 47,2 milhões em telecomunicações. Dos R\$ 687,9 milhões investidos na geração e transmissão, R\$ 205,6 milhões foram na UGE de Colíder, R\$ 19,6 milhões na PCH Cavernoso II e R\$ 328,2 milhões nas linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e em outros oito estados.

Quanto ao desempenho das ações da COPEL, de janeiro a setembro, as ações ordinárias nominativas (ON) estiveram presentes em 99% dos pregões da BM&FBovespa e as ações preferenciais nominativas classe "B" (PNB) em 100%. As ações ON encerraram o período cotadas a R\$ 22,60 e as ações PNB a R\$ 31,45 com variações negativas de 10,3% e 0,8%, respectivamente.

As ações PNB negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) também estiveram presentes em 100% dos pregões e registraram desvalorização de 9,1% no período, cotadas a US\$ 13,96. A Companhia também lista suas ações PNB na Europa, via Mercado de Valores Latino-Americano em Euros (Latibex), vinculado à Bolsa de Valores de Madri. Nesse mercado, as ações da COPEL estiveram presentes em 99% dos pregões, e registraram variação negativa de 11%, fechando o período em € 10,34.

## 6.13 Reconhecimentos

- Prêmio Abradee 2013 - em agosto, conquistou o Prêmio Abradee 2013 na categoria Atendimento ao Cliente entre as concessionárias com mais de 500 mil habitantes. O prêmio é um dos mais importantes do setor elétrico, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia (ABRADEE).
- Prêmio CIER 2013 - conferido pela Comisión de Integración Energética Regional - América Latina, ganhou a medalha de bronze, em novembro. Um reconhecimento às melhores distribuidoras de energia elétrica da América Latina entre as empresas com mais de 500 mil consumidores. A premiação levou em conta os resultados de pesquisas feitas em cada país e empresa participante. Na edição de 2013 participaram 57 empresas de 14 países da América Latina.



*Controladoria Geral do Estado*





## 7 Controladoria Geral do Estado

---

A Controladoria Geral do Estado (CGE) tem por finalidade, dentre outras, o acompanhamento e observância pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual dos limites legais e constitucionais de gastos em áreas afins; a realização de inspeções e auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas; a fiscalização quanto ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, especialmente em relação à legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e à moralidade administrativa e, também na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões cometidos pela Administração Pública Estadual; a investigação de fatos tidos como irregularidades no âmbito do Poder Executivo Estadual, o recebimento e a apuração de reclamações ou denúncias fundamentadas que lhe forem dirigidas, em especial à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público estadual, velando por seu integral atendimento e resolução, inclusive às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público do Estado, recomendando, quando constatada omissão da autoridade competente, a instauração de sindicâncias, procedimentos e processos administrativos pertinentes aos Órgãos e Entidades respectivos e a avaliação da economia, eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela Administração Pública, por meio de processo de acompanhamento realizado nos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais pertinentes à Administração, bem como o acompanhamento sobre a observância dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins.

### 7.1 Coordenadoria de Controle Interno

- Atualização do Sistema Integrado de Avaliação de Controle (SIAC), utilizado na atividade de avaliação dos controles institucionais dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual.
- Emissão de relatórios contendo recomendações a serem observadas pelos dirigentes da administração pública estadual, referentes às atividades de avaliação dos controles existentes nos Órgãos e Entidades referentes ao exercício de 2012.
- Elaborou e encaminhou ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio de peticionamento eletrônico nos processos de Prestação de Contas dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, o Relatório do Controle Interno relativo às ações de cada Órgão e Entidade durante o exercício de 2012, compreendendo a análise da execução orçamentária, da execução dos Contratos de Gestão pactuados com o Chefe do Poder Executivo e do relatório emitido por meio do SIAC, que visa à avaliação das ações desempenhadas pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo no nível operacional.

- Encaminhou aos dirigentes dos Órgãos e Entidades o Relatório do Controle Interno, relativo às ações do exercício de 2012, solicitando informações acerca das medidas implementadas e a implementar, visando o saneamento das desconformidades apontadas.
- Avaliação dos controles existentes em 89 órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo, por meio do SIAC, com 356 Formulários de Avaliação, segregados por categoria (Direta, Autárquica, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Serviço Social Autônomo) e indexados por objetos específicos (normas e regimento interno, frota de veículos, locação de imóveis, licitação, entre outros).
- Manifestação processual acerca de procedimentos licitatórios, aquisição de bens e serviços, realização de despesas, reestruturação organizacional e com a propositura de decretos normativos de ordem administrativa, orçamentária e financeira.
- Encaminhou ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná a documentação comprobatória e as providências tomadas pelos Órgãos e Entidades, visando atender aos apontamentos que integram o Acórdão de Parecer Prévio nº 306/2013, referente às Ressalvas, Determinações e Recomendações da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2012, bem como o acompanhamento e monitoramento das medidas e providências tomadas no acatamento das determinações exaradas pela Corte de Contas.
- Monitoramento as ações dos Órgãos e Entidades referentes ao atendimento das Ressalvas, Determinações e Recomendações contidas nos Acórdãos de Parecer Prévio nº 176/11 e nº 290/12, dos exercícios de 2010 e 2011, respectivamente.

## **7.2 Coordenadoria de Transparência, Controle Social e Prevenção à Corrupção**

- Monitoramento dos Portais de Transparência e realização de ações para a implantação dos mecanismos necessários ao cumprimento do disposto na legislação que trata do Acesso à Informação e Controle Social na Administração Estadual; e acompanhou, monitorou e desenvolveu atividades relativas à Lei de Acesso à Informação, regulamentada pelo Decreto nº 8.020/2013.
- Manutenção e avaliação no Sistema Integrado de Ouvidoria (SIGO) realizada pelos Agentes de Informação.
- Desenvolveu, em conjunto com a CELEPAR, o Portal da Transparência do Poder Executivo visando o cumprimento às determinações legais, com a adaptação dos sítios dos órgãos ao padrão definido pela Coordenação de Controle Interno e posteriormente a Controladoria Geral do Estado, bem como, o acompanhamento e monitoramento das alterações requeridas.

- Treinou e capacitou servidores públicos designados para atuar como Agentes de Informação dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual, objetivando o acompanhamento das atividades inerentes ao acesso à informação.
- Realizou estudos de aproveitamento dos Espaços Cidadão, de responsabilidade do Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, para a utilização como Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) nos municípios, assim como, para capacitação dos Agentes de Informação e do Cidadão.
- Formulação do ciclo de atividades para 2014, junto às universidades estaduais, visando sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade civil quanto ao tema Transparência e Controle Social, com base nos resultados da 1ª Conferência Nacional Sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL).
- Regulamentação da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- Participação na Rede de Gestão Pública do Estado do Paraná em conjunto com diversos entes públicos.

### **7.3 Coordenadoria de Corregedoria**

- Realização do Curso de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, com o apoio da Escola de Governo da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, tendo como objetivo capacitar os servidores da administração pública estadual. Além de um curso, em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), voltado exclusivamente aos servidores da autarquia.
- Inspeções: a) em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos diversos Órgãos e Instituições da Administração Pública Estadual; e b) inspeções pontuais em procedimentos, por provocação de autoridades e cidadãos ou por iniciativa do titular desta Pasta.
- Acompanhou os atos relativos à instauração, processamento e conclusão de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, a partir da leitura dos Diários Oficiais do Estado e das comunicações enviadas pelos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, em cumprimento ao Decreto nº 1.195/11, totalizando, assim, no período de janeiro a outubro, aproximadamente 2.212 atos.
- Estudou e revisou o Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar expedido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e, tendo como produto, a confecção da minuta da 1ª Recomendação Conjunta, apresentada ao órgão, nos termos do art. 33 do Decreto nº 5.792/12, com sugestões de alteração ao texto do manual.
- Confecção da minuta da 2ª Recomendação Conjunta que sugere que os órgãos e entes da administração pública forneçam os dados e as informações, com conteúdo integral

e pormenorizado, solicitados pela PGE, para possibilitar a defesa judicial e extrajudicial dos direitos e interesses do Estado do Paraná.

- Prestou orientações informais a servidores, a respeito de dúvidas sobre procedimentos administrativos disciplinares, por telefone, correio eletrônico e pessoalmente. Além de colaborar com o Núcleo Jurídico da Administração na elaboração de informações concernentes a questões disciplinares.

## 7.4 Coordenadoria de Ouvidoria

- Realizou 5.381 atendimentos diretos pela Ouvidoria Geral, sendo: 1.743 denúncias, 1.907 reclamações, 1.540 solicitações, 139 sugestões e 52 elogios (quadros 1 e 2).

QUADRO 1 - COMPARATIVO DOS ATENDIMENTOS SEGUNDO A ÁREA DEMANDADA

ÁREA DEMANDADA	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO	
	Quantidade	%										
Administração - Geral	142	29,5	126	30,4	150	25,4	180	29,4	137	23,1	146	32,6
Agricultura	0	0,0	1	0,2	1	0,2	1	0,0	3	0,5	0	0,0
Cidadania	9	1,9	8	1,9	14	2,4	8	1,3	11	1,9	8	1,8
Cultura	6	1,2	1	0,2	1	0,2	0	0,0	0	0,0	2	0,4
Demanda Municipais	2	0,4	1	0,2	1	0,2	1	0,2	0	0,0	0	0,0
Educação	26	5,4	27	6,5	37	6,3	46	7,5	46	7,7	47	10,5
Energia Elétrica	5	1,0	7	1,7	10	1,7	6	1,0	9	1,5	8	1,8
Fazenda	17	3,5	13	3,1	14	2,4	11	1,8	12	2,0	21	4,7
Habitação	2	0,4	2	0,5	1	0,2	5	0,0	2	0,3	2	0,4
Indústria e Comércio	0	0,0	1	0,2	1	0,2	0	0,0	3	0,5	1	0,2
Meio Ambiente	8	1,7	19	4,6	13	2,2	19	3,1	26	4,4	8	1,8
Outros – (ausência de atribuições)	32	6,7	18	4,3	32	5,4	36	5,9	33	5,6	37	8,3
Assuntos Internos	25	5,2	12	2,9	21	3,6	17	2,8	14	2,4	12	2,7
Previdência Estadual	12	2,5	2	0,5	6	1,0	4	0,7	2	0,3	2	0,4
Saneamento	25	5,2	20	4,8	23	3,9	17	2,8	10	1,7	15	3,3
Saúde	18	3,7	18	4,3	30	5,1	27	4,4	25	4,2	13	2,9
Segurança	100	20,8	81	19,5	105	17,8	124	20,3	152	25,6	55	12,3
Insuficiência de elementos	38	7,9	50	12,0	112	19,0	86	14,1	96	16,2	58	12,9
Trabalho e Ação Social	1	0,2	1	0,2	4	0,7	3	0,5	0	0,0	3	0,7
Transporte - Trânsito	13	2,7	7	1,7	15	2,5	21	3,4	13	2,2	10	2,2
Turismo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total Geral</b>	<b>481</b>		<b>415</b>		<b>591</b>		<b>612</b>		<b>594</b>		<b>448</b>	

QUADRO 2 - COMPARATIVO DOS ATENDIMENTOS SEGUNDO A ÁREA DEMANDADA

ÁREA DEMANDADA	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Administração - Geral	176	29,3	181	34,1	113	26,0	136	20,2
Agricultura	2	0,3	1	0,2	0	0,0	0	0,0
Cidadania	9	1,5	10	1,9	9	2,1	16	2,4
Cultura	2	0,3	3	0,6	1	0,2	2	0,3
Demanda Municipais	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0
Educação	31	5,2	43	8,1	58	13,3	54	8,0
Energia Elétrica	4	0,7	6	1,1	6	1,4	9	1,3
Fazenda	10	1,7	15	2,8	21	4,8	13	1,9
Habitação	2	0,3	1	0,2	3	0,7	2	0,3
Indústria e Comércio	0	0,0	2	0,4	1	0,2	0	0,0
Meio Ambiente	20	3,3	13	2,4	14	3,2	64	9,5
Outros – (ausência de atribuições)	24	4,0	25	4,7	18	4,1	17	2,5
Assuntos Internos	20	3,3	16	3,0	12	2,8	17	2,5
Previdência Estadual	4	0,7	4	0,8		0,0	5	0,7
Saneamento	36	6,0	17	3,2	20	4,6	17	2,5
Saúde	28	4,7	26	4,9	21	4,8	28	4,2
Segurança	123	20,5	70	13,2	77	17,7	214	31,8
Insuficiência de elementos	87	14,5	60	11,3	47	10,8	71	10,5
Trabalho e Ação Social	4	0,7	4	0,8	2	0,5	0	0,0
Transporte - Trânsito	18	3,0	33	6,2	12	2,8	9	1,3
Turismo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total Geral	600		531		435		674	

- Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO) - coordenado pela Ouvidoria Geral, possui 1.864 usuários e registrou 49.136 atendimentos, de janeiro a outubro, realizados pelas 96 Ouvidorias Setoriais dos Órgãos e Entidades que integram a Rede de Ouvidores do Poder Executivo Estadual.
- Capacitação no SIGO dos novos ouvidores que foram integrados à ouvidoria setorial.
- Encaminhamento, suporte e gestão dos prazos de 662 requerimentos, formulados com base na Lei de Acesso à Informação, junto ao SIGO, no período de janeiro a outubro.



08

*Procuradoria Geral do Estado*





## 8 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) tem suas principais competências estabelecidas nos artigos 132 da Constituição Federal e 124 da Constituição Estadual, cabendo-lhe, em especial: I. a representação judicial e extrajudicial do Estado e a consultoria jurídica do Poder Executivo; II. a unificação da jurisprudência administrativa do Estado; III. a cobrança judicial da dívida ativa do Estado; IV. a realização dos processos administrativo-disciplinares, nos casos previstos em lei; e V. a orientação jurídica aos municípios em caráter complementar ou supletivo. Dentre as suas funções constitucionais exercidas, devido à diversificação de sua atuação, a quantificação numérica das ações da PGE não demonstra de forma adequada o volume e a importância das suas realizações.

No exercício de suas competências a PGE realizou os seguintes atos judiciais na defesa do Estado (dados extraídos do sistema de controle de processos SPJ de janeiro a outubro).

TRAMITAÇÃO	TOTAL
Entrada de autos judiciais	190.552
Saída de EF ao cartório	176.482
Petições diversas	168.357
Requer suspensão de EF por 6 meses	13.032
Requer penhora <i>online</i> Bacen	12.421
Ext. de proc/EF/devolução de carta precatória	9.915
Apelação/recurso ordinário	9.739
Contest.civil/resp.trabalhista/impug.embargos	9.584
ITCMD-requer pag/discorda de formal/alvará	8.909
Citação do Procurador-Geral	8.021
Requer suspensão por 1 ano	7.598
ITCMD-concorda c/ pagto efetuado/formal/alvará	7.242
Pedido de extinção de EF por remissão	6.569
Pedido de extinção de EF por pagamento	5.963
Inicial de exec. fiscal distribuída em juízo	4.816
Embargos de declaração/resposta a emb decla	4.728
Resposta em apelação/recurso ordinário	4.110
Manif. sobre contestação da parte contrária	2.685
Just colegiada de não rec aos tri superiores	2.337
Resposta em recurso aos tribunais superiores	1.894
Agravo interposto nos tribunais superiores	962
Informação em ms/adi/reclamação	764
Requer suspensão por 03 anos	258
Devedor/terceiro opos embargos	210
Recurso de revista	145
Exceção de pré-executividade pela PGE	115
Informação prévia em liminar ou acp (72 h)	87
Sustentacao Oral	50
Exc de incomp/susp/imped/impug valor da causa	33
Susp de liminar/antecip de tutela junto ao TJ	30

Merecem destaque algumas ações da Procuradoria no âmbito da representação judicial do Estado do Paraná no ano de 2013:

- Acompanhamento permanente da situação do Estado do Paraná perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), com imediata adoção de medidas judiciais necessárias para regularização de pendências.

- Obtenção de decisões do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/PR) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastando a responsabilidade subsidiária do Estado do Paraná em decorrência da efetiva fiscalização do ente público com relação às empresas terceirizadas.
- Provimento ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 854.664-1/01 - instaurado em razão da divergência entre a 6ª e a 7ª Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), no que concerne ao termo inicial do transcurso da prescrição da execução individual em ações coletivas. Foi editada súmula com a seguinte redação: "*A data do trânsito em julgado da sentença é o termo inicial do prazo prescricional para a execução individual de sentença proferida em ações coletivas*".
- Provimento ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 910.334-2/01 - favoravelmente à tese defendida pelo Estado do Paraná, no sentido da impossibilidade de incorporação da Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais prevista no Decreto Estadual nº 6.285/02, em razão da inconstitucionalidade do § 2º do art. 30 da Lei Estadual nº 13.757/02. O Incidente foi instaurado pela 2ª Câmara Cível, que entende que a Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais não poderia ter sido estendida a todos os servidores lotados na SEAB, pelo art. 30, §2º da Lei Estadual nº 13.757/2002, uma vez que este dispositivo fora declarado inconstitucional no Incidente de Declaração de Inconstitucionalidade nº 627.804-4/01, julgado pelo Órgão Especial, e, ainda, que não se pode considerar válido o pagamento da gratificação com base no Decreto Estadual nº 6.285/02, em razão do princípio da hierarquia das leis e da inexistência da figura do decreto autônomo no ordenamento jurídico brasileiro. Em virtude do posicionamento das 6ª e 7ª Câmaras Cíveis do TJPR, no sentido de que, inobstante a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 13.757/02, o Decreto nº 6.285/02 continua válido e plenamente eficaz, ensejando o acolhimento de diversas demandas de servidores inativos da SEAB que pleiteavam a incorporação da verba a seus proventos de inatividade, foi suscitado referido incidente, a fim de assegurar-se a isonomia entre servidores ativos e inativos.
- Extinção sem julgamento de mérito da ação civil pública nº 5002394-14.2013.404.7008/PR proposta pelo Ministério Público Federal contra o Estado do Paraná, a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), a Caixa Econômica Federal, o Instituto Ambiental do Paraná, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Ministério Público do Estado do Paraná - a ação pleiteava a declaração de nulidade do acordo homologado por sentença nos autos de ações civis públicas nº 2002.70.08.000261-1 e nº 0000041-91.2010.404.7008. Com a manutenção do acordo entabulado, será dada continuidade aos projetos socioambientais, com utilização dos recursos depositados pela PETROBRAS, na ordem de R\$ 100,0 milhões.

Quanto à cobrança judicial da dívida ativa, o número de execuções fiscais em andamento por unidade administrativa e os valores envolvidos (até outubro) foi:

PROCURADORIA	QUANTIDADE DE DÍVIDAS ATIVAS AJUIZADAS	VALOR EM COBRANÇA (R\$)
Curitiba	41.614	3.810.676.024,21
RMC	19.935	2.967.845.847,23
Maringá	12.416	2.434.638.198,62
Londrina	18.527	1.703.305.709,11
Ponta Grossa	6.405	916.354.766,52
Cascavel	5.083	800.921.428,42
Apucarana	4.552	777.885.231,66
Umuarama	4.481	733.892.632,05
Jacarezinho	2.334	655.949.288,81
Foz do Iguaçu	4.833	517.516.282,12
Guarapuava	3.672	497.104.811,04
União da Vitória	3.786	342.565.321,85
Paranaguá	3.149	295.808.906,21
Cornélio Procopio	2.375	277.303.312,55
Campo Mourão	1.820	261.513.141,32
Paranavai	1.860	257.716.808,38
Francisco Beltrão	1.845	190.496.499,77
Pato Branco	2.089	141.753.451,92

Na recuperação da dívida ativa, a atuação da PGE, por meio da Coordenadoria da Dívida Ativa Ajuizada, teve como destaques a implementação do projeto piloto de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa objetivando recuperar o crédito público de forma mais célere e eficiente, bem como reduzir as demandas judiciais que são caras, demoradas e abarrotam o Poder Judiciário. Para tanto, firmou Convênio com o Instituto de Estudos de Protesto de Título do Brasil – Seção Paraná (IEPTB/PR), visando a remessa eletrônica a protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa estaduais por falta de pagamento, sem quaisquer custos aos cofres públicos, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 8.789/2013.

Além da parceria com o IEPTB/PR, também participaram da operacionalização do protesto extrajudicial de certidão de dívida ativa, a SEFA, por meio da adequação do seu sistema de dados a esta nova forma de cobrança, bem como a CELEPAR, por meio da produção de sistema de remessa eletrônica de Certidões de Dívida Ativa a protesto e integração de informações entre sistemas da PGE e SEFA.

O procedimento de remessa eletrônica a protesto de certidões de dívida ativa estaduais foi estabelecido por meio da Resolução nº 178/2013-PGE e a primeira remessa foi encaminhada a protesto em novembro, como projeto piloto.

Por intermédio da PGE, o Estado do Paraná firmou Convênio de Cooperação Técnica com a União, por meio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF), para intercâmbio de informações cadastrais da base de dados das duas instituições, propiciando a localização dos contribuintes de forma mais célere, informação imprescindível para o andamento das ações executivas, e para a cobrança judicial da dívida ativa do Estado com a recuperação dos créditos públicos e o encerramento das demandas judiciais.

A PGE, junto com a SEFA e com o TJPR, participou da Semana de Nacional de Conciliação Judicial, com a finalidade de receber créditos tributários, reduzir as demandas judiciais e possibilitar a regularização fiscal dos contribuintes.

Para maior adesão dos contribuintes à Semana de Conciliação Judicial e Extrajudicial foi sancionada a Lei Estadual nº 17.772/13, que possibilita o parcelamento de débitos de ICMS e de ITCMD em até 84 e 36 parcelas, respectivamente, bem como dispensa a apresentação de garantia e reduz a incidência da verba honorária para 5% para o parcelamento dos débitos ajuizados.

Medidas proativas foram tomadas em prol dos interesses da SEFA, tais como: a) ajuizamento de Ações Cautelares Fiscais e Ações de Desconsideração de Grandes Grupos Econômicos; b) defesa judicial dos atos e procedimentos administrativos de cancelamento da inscrição do CAD/ICMS de determinadas empresas atuantes no ramo do petróleo (desde que preenchidos os requisitos legais); c) atuação em demandas envolvendo aumentos ilícitos do capital social de certas empresas; d) o protocolo de Pedidos de Suspensão de Liminar junto à Presidência do Tribunal de Justiça, principalmente em desfavor das grandes devedoras do petróleo.

Dentre as ações propostas com o objetivo de recuperar créditos no setor de comércio e distribuição de combustíveis, destaca-se a Ação de Desconsideração de Grupo Econômico nº 0009911-20.2012.8.16.0026 (1ª vara da Fazenda de Campo Largo), ajuizada com vistas a obter a desconsideração do maior grupo econômico devedor de tributos no setor de comércio e distribuição de combustíveis do Estado, com um passivo superior a R\$ 700,0 milhões; o cancelamento da inscrição das empresas no Cadastro de Contribuintes de ICMS (CAD/ICMS); e a indisponibilidade total de bens dos réus, tendo sido deferidos todos os pedidos liminares. Em sede de agravo de instrumento, manteve-se a decisão que determinará a indisponibilidade de bens dos réus e a desconsideração provisória da personalidade jurídica das empresas integrantes do grupo, com a penhora de diversos bens.

A atuação do núcleo de grandes devedores realiza ampla atividade de busca e investigação de bens integrantes do acervo patrimonial das grandes empresas e de seus sócios. Trata-se de uma fase administrativa investigativa necessária para o sucesso da fase judicial, de modo a instruir adequadamente as ações cautelares de indisponibilidade de bens e a ações de reconhecimento de grupo empresarial.

A otimização da atuação da Procuradoria na cobrança da dívida ativa do Estado decorreu de medidas implementadas ou reforçadas neste período, tais como: a) manutenção de um procurador para atuação exclusiva junto aos grandes devedores, sem distribuição ordinária; b) atuação em conjunto, em todas as demandas, com os demais procuradores competentes para atuação nas comarcas em que estão localizadas as grandes devedoras; c) realização de reuniões com a SEFA, com atuação conjunta na busca de informações da recuperação do passivo tributário; d) manutenção das medidas de acompanhamento monitorado desde a distribuição da inicial, diligências do Oficial de Justiça, ficha de acompanhamento, apensamentos, busca diferenciada de bens para penhora e a interposição de medidas judiciais estratégicas.

Entre janeiro e outubro, foram recuperados em dívida ativa R\$ 33,0 milhões em pagamentos integrais e R\$ 37,0 milhões em pagamentos parcelados.

No âmbito da consultoria jurídica, o papel da PGE tem se tornado cada vez mais fundamental na orientação jurídica da execução das políticas públicas e no apoio à tomada de decisões governamentais, especialmente por meio da atuação dos Núcleos Jurídicos da Administração junto às secretarias de Estado e da Coordenadoria Jurídica da Administração.

Impossível relatar todos os avanços da atuação da PGE neste sentido, mas o destaque de alguns pontos específicos revela a importância do trabalho desenvolvido:

- Coordenadoria Jurídica da Administração Pública - prestou atendimento ao Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná (FASPM) no tocante a análise de contratações emergenciais e indenizações em razão da absorção pelo Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM) do atendimento dos servidores civis do Estado; destacando-se ainda a Informação nº 021/2013 - Alteração do Perfil Profissiográfico do cargo de agente penitenciário; Informação nº 30/2013 - proposta de anteprojeto de lei, para a extinção da autarquia RTVE e a criação da empresa pública E-Paraná Comunicação.
- O Núcleo Jurídico da Administração na SEAP - destacou-se nos pareceres sobre: reserva de vagas em contratações temporárias para pessoas com deficiência; divulgação de remuneração no Portal da Transparência; projeto de lei de criação do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde (QPSS/SESA) e de reestruturação do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais (QPPO/IML); auxílio-transporte pago ao Quadro Próprio do Magistério (QPM), ao Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) e dos servidores públicos; implantação de banco de horas para os servidores públicos; implantação da Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico (GAST) aos servidores do DER; forma adequada e menos onerosa de realizar a manutenção/revisão de veículos oficiais em garantia de fábrica; elaboração do Edital de Concorrência Internacional nº 05/2012 referente aquisição de caminhões plataforma para o Corpo de Bombeiros; projeto de lei da Assembleia Legislativa do Paraná sobre a exigência de prova de certificação Forest Stewardship Council (FSC) para contratação de produtos e serviços que utilizem matéria-prima papel pelos órgãos e entidades da administração pública estadual.
- A atuação dos Núcleos Jurídicos da Administração não se restringe à consultoria jurídica, estendendo-se à atuação judicial quando necessário, como no Mandado de Segurança nº 000.1473-94.2013.8.16.0179, com a defesa judicial de ato praticado pelo pregoeiro da SEAP no Pregão Eletrônico nº 296/2012 na aquisição de 100 ambulâncias para a SESA, com a revogação da liminar concedida e a denegação da segurança pretendida. Destaque também para a atuação no Mandado de Segurança nº 000.5551-11.2012.8.16.0004, com a defesa judicial de ato praticado pelo pregoeiro da SEAP no Pregão Eletrônico nº 165/2011, que tratava da contratação de serviços contínuos de vigilância armada para diversos órgãos públicos, com a revogação da liminar e denegação da segurança pretendida.

- Núcleo Jurídico da Administração na SESP - atuou em cerca de 800 licitações para aquisição de combustíveis para abastecimento das viaturas da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Instituto de Criminalística e IML; 100 licitações para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros e Polícia Militar; no apoio jurídico à aquisição de 1.220 novas viaturas para os órgãos da SESP; à construção de novos prédios do IML em Curitiba, Paranaguá, Londrina e Maringá; à desapropriação de imóveis para a instalação dos Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente Víctima de Crimes (NUCRIAs) nos municípios de Londrina, Maringá e Cascavel, bem como as licitações visando a aquisição de mobiliários e equipamentos para estas novas unidades; na fixação compulsória do gozo de férias pelos Policiais Militares (aprovado pelo Procurador Geral do Estado); na reestruturação da Academia Policial do Guatupê, mediante a execução de diversos convênios firmados com a União, visando o treinamento dos policiais para atuarem na Copa do Mundo FIFA 2014; no aparelhamento do Laboratório de Genética do Instituto de Criminalística, possibilitando que o Estado do Paraná se torne o pioneiro no Brasil a implantar o Banco de Material Genético de Agressores Sexuais e o Banco de Dados de Perfil Genético, criados pelo Governo Federal; no apoio jurídico à aquisição de inúmeros armamentos e munições para a Polícia Militar e Polícia Civil, inclusive munições para treinamento dos policiais; à contratação da UEL para a realização do concurso público para Delegado da Polícia Civil; à contratação da FAFIPA para a realização do concurso público para novos Policiais Militares e Bombeiros; à aquisição de equipamentos para a modernização do Departamento de Inteligência do Estado; aos contratos de locação e licitações para a realização da Operação Verão 2013/2014.
- Núcleo Jurídico da Administração na SEIL - atuou na elaboração de dois volumes da Coletânea Cadernos de Orientações para a contratação de Obras e Serviços de Engenharia - Edificações; elaboração e coordenação jurídica do Termo de Cooperação celebrado pela SEIL, DER/PR, ALCOPAR e 73 municípios, partícipes como aderentes, para a implantação do programa Caminhos do Agronegócio Paranaense - Projeto Setor Sucroalcooleiro; na elaboração e coordenação jurídica de 78 convênios da SEIL com diversos municípios do Paraná; na elaboração e coordenação jurídica de 52 Termos de Cooperação Técnica da SEIL com diversos municípios do Estado do Paraná; no assessoramento na implantação da Autarquia Paraná Edificações e coordenação jurídica nos processos relativos à mesma. Destaca-se ainda a atuação no Grupo de Trabalho para Definição dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) adotado na área de edificações e parâmetros relativos aos Encargos Sociais a constar nos orçamentos de obras; na capacitação dos engenheiros e arquitetos, do quadro próprio e do Programa de Residência Técnica da SEIL e da Paraná Edificações para a fiscalização de obras; nas análises jurídicas dos processos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) para orientação ao Secretário da SEIL no sentido de manifestar sua aquiescência; atuação no Grupo de Trabalho para estabelecer critérios de sustentabilidade nas

contratações de projetos de engenharia e nas obras de edificações do Paraná; participação de comissão de estudos sobre a concessão ferroviária outorgada à FERROESTE e as implicações de sua expansão.

- Núcleo Jurídico da Administração na SEEG - foram emitidas até 21/11/2013, incluindo as análises feitas junto à Coordenadoria Técnico Legislativa, cerca de 12.000 manifestações técnicas.
- Núcleo Jurídico da Administração perante o Tribunal de Contas do Estado – destacou-se por meio da Consulta nº 211.458/12, que questionou a possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 7º, do Decreto nº 2391/208 entre órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e a possibilidade de adesão pelos municípios conveniados em Ata de Registro de Preços Estadual para aquisição de bem objeto de convênio para implementação de Programas e Projetos Governamentais. Foram realizadas reuniões junto aos gabinetes dos Conselheiros e Auditores, elaboração de memoriais, relatórios, acompanhamento das discussões em Plenário, vez que está em vias de ser julgado pelo Pleno, entre outros.
- Elaboração do Projeto de Resolução nº 457.852/11 - a partir do Acórdão nº 1.986/2011, com a regulamentação da formalização, da execução, da fiscalização, da prestação de contas, e encaminhamento ao TCEPR, das transferências de recursos estadual e municipal, da administração pública direta e indireta, repassados mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão ou outro instrumento congêneres celebrado em regime de colaboração, às entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive àquelas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS), à pessoa jurídica de direito público ou privado federal, estadual ou municipal e instituído o Sistema Integrado de Transferências (SIT), resultando na Resolução nº 28/2011. Em razão de ilegalidades e inconstitucionalidades de tal Resolução, o NJA/PGE propôs o Mandado de Segurança nº 943.273-5 junto ao TJPR, com realização de sustentação oral e apresentação de memoriais quando do julgamento dos Embargos de Declaração e Agravo Regimental, obtendo decisão liminar para suspender a imposição das penalidades previstas na Resolução aos gestores estaduais, permitindo o prosseguimento de repasses de verbas públicas para entes públicos e privados e viabilizando a continuidade de políticas públicas de amplo espectro social.
- Núcleo Jurídico perante o TCEPR - elaborou a defesa do Governador nas prestações de contas, tendo pela primeira vez, sido aberto o contraditório para que o Governador esclarecesse 27 apontamentos feitos pela Diretoria de Contas Estaduais. Deu-se especial ênfase à problemática de aplicação do índice de percentual mínimo destinado à prestação de serviços públicos de saúde, desenvolvendo tese diferenciada acerca da universalidade das ações de saúde levadas a termo pelo Estado do Paraná, acatada na integralidade pelo Parecer do Ministério Público de Contas, e parcialmente pelo Acórdão de Parecer Prévio nº 306/2013, em julgamento ocorrido em 15/08/2013, que concluiu pela regularidade com ressalvas.



*Secretaria da Administração  
e da Previdência*





## **9 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência**

---

No exercício de 2013, as ações da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) foram conduzidas para o fortalecimento do seu papel de gestora dos Sistemas de Recursos Humanos e de Administração Geral.

As ações da Secretaria foram agrupadas em:

- a) Ações Estratégicas - remete para a estrutura da SEAP com ações realizadas visando a melhoria do funcionamento do Estado.
- b) Ações Operacionais - apresenta o conjunto das atividades de caráter geral, sem discriminar cada área.

### **9.1 Ações Estratégicas**

#### **9.1.1 Gestão de Recursos Humanos**

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) é responsável pelo desenvolvimento e implementação das políticas e práticas de gestão de pessoas do Poder Executivo. As principais atividades realizadas foram direcionadas à modernização dos instrumentos de gestão de pessoal e estão apresentadas a seguir.

Após dez anos do início da implantação do Sistema de Gestão de RH (Meta4), utilizado na geração da folha de pagamento, encontra-se em andamento a atualização tecnológica do Sistema, com reestruturação de suas rotinas para atendimento a diversas necessidades. Contempla questões relativas à implementação e/ou melhoria das políticas de segurança da informação; auditoria e controle de acesso e usos, bem como maior interlocução entre os sistemas integrados que são fatores de cálculo, tendo como objetivo modernizar a Gestão de Recursos Humanos. Com esta atualização do software o Estado acompanha as ações mundiais da Tecnologia de Informação em Gestão de Recursos Humanos. Foi realizada a divulgação e apresentação das etapas/atividades da implantação da versão atualizada para as unidades de RH na Capital e interior.

Outra ação relevante foi a celebração de Contrato de Prestação de Serviços com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), tendo por objeto a realização de pesquisa consistente na Análise Econômica e Financeira da Folha de Pagamento do Poder Executivo do Estado do Paraná para Detecção de Outliers, que se pautou por serviços técnicos de análise econômica e financeira nos maiores quadros funcionais do Estado do Paraná, dentre os quais o Quadro Próprio do Magistério (QPM), Quadro dos Funcionários da Educação Básica (QFEB), Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE). O trabalho foi concluído, com a apresentação do Relatório Final

contemplando: a) Objetivo da Auditoria; b) Desequilíbrios Calculados; c) Observações Relevantes; e d) Recomendações.

Em atendimento as resoluções do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado, com vistas à redução de despesas, especialmente com pessoal, a SEAP elaborou os anteprojetos de lei para: a) instituir o Auxílio Transporte, que resultou na edição da Lei nº 17.657, de 12/08/2013; b) instituir o Regime de Compensação de Horas, com vistas a redução do pagamento de serviço extraordinário; c) Avaliação de Desempenho para o Estágio Probatório; d) proposta de alteração dos dispositivos da Lei nº 6.174/1970 que trata da concessão e fruição de férias relativa ao período aquisitivo.

Com a finalidade de melhorar a política do crédito consignado aos servidores públicos estaduais, militares e pensionistas do Poder Executivo, novas regras entraram em vigor em agosto com a edição do Decreto nº 8.471/2013. Entre as melhorias estão a ampliação do prazo de renegociação e o refinanciamento do empréstimo de 60 para 72 vezes, com Custo Efetivo Total (CET) máximo de 1,84% ao mês.

Com o objetivo de melhor qualificar o atendimento aos servidores do Estado e as condições de trabalho dos servidores da SEAP lotados no interior, encontra-se em andamento o Projeto Interiorização da Administração, que tem por objetivos: a) realizar visitas periódicas às unidades da Secretaria instaladas nos municípios distantes da Capital (JIMPs, SAS e PARANAPREVIDÊNCIA) para detectar dificuldades e soluções; b) intensificar o relacionamento interpessoal com os servidores da SEAP; c) desenvolver ações para a economicidade e eficiência na prestação de serviços; d) unificar os atendimentos em cidades pontuais de cada região; e) promover ações que resultem em melhor qualidade de serviços e condições de trabalho; f) criar oportunidade para o servidor do interior expor suas ideias, necessidades e dificuldades, muitas vezes geradas pela distância com a sede em Curitiba. A equipe percorreu 12 municípios e algumas ações foram realizadas, tais como a entrega de novos equipamentos de informática, móveis, utensílios, material de expediente e de higiene, entre outros.

As Juntas de Inspeção e Perícia Médica (JIPMs) estão sendo revitalizadas, tendo sido realizadas: inspeções para avaliação das condições físicas e de recursos humanos; informatização, integrando com a Divisão de Perícia na Capital; entrega de equipamentos e outros materiais, e instalação da Junta de Perícia Médica no município de Cianorte, proporcionando melhoria do atendimento aos servidores da região.

### **9.1.2 Escola de Governo**

No âmbito da Gerência Executiva da Escola de Governo (GEEG), as ações estiveram voltadas a valorização e desenvolvimento do servidor público, merecendo ressaltar as parcerias realizadas, com os resultados a seguir:

- Protocolo de Intenções entre SEAP/Escola de Governo, Universidade Tecnológica de Comiègne (França) e Região de Picardie, para desenvolvimento de ações conjuntas, na

área de desenvolvimento regional sustentável. Na etapa inicial serão atendidos 12 municípios paranaenses da região beneficiada pela implantação da empresa Klabin.

- Cooperação Técnica com a Fundação Getúlio Vargas e *London School of Economics and Political Science*, para implementação da política de capacitação dos servidores estaduais.
- Cooperação Técnica com as 07 Universidades Estaduais, para capacitação de servidores no interior do estado, com a realização de 26 cursos e capacitação de 670 servidores.
- Parceria com a Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (SETI) e Universidades Estaduais para oferta de curso de especialização na modalidade de Ensino a Distância (EAD) em gestão pública, com ênfase nas áreas de: gestão escolar; segurança e direitos humanos; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e desenvolvimento social, com bolsas integrais financiadas pelo governo do Estado. Foram disponibilizadas 560 novas vagas para servidores do Poder Executivo.
- Certificação de capacitação disponibilizada para o servidor, totalmente online, a qualquer hora e a qualquer lugar, para facilitar o processo de desenvolvimento de competências.

### **9.1.3 Seguridade Funcional**

O Departamento de Seguridade Funcional (DSF), na sua função de supervisão do Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, participou das seguintes ações:

- Reestruturado o novo Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012.
- Regulamentados os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária (Fundos de Previdência; Financeiro e Militar), de que trata a Lei nº 17.435, por meio do Decreto nº 7.084/2013, cabendo à PARANAPREVIDÊNCIA a gestão e a representação dos mesmos.

O destaque em 2013 foi a celebração do novo Contrato de Gestão entre a SEAP e o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA, publicado em 14 de novembro. Essa atualização foi objeto de estudos por Grupo de Trabalho, em face da Lei nº 17.435 e que desde a criação do PARANAPREVIDÊNCIA em 1998 não tinha sido revisto.

### **9.1.4 Assistência à Saúde dos Servidores**

O Departamento de Assistência à Saúde (DAS) é responsável pela gestão do Sistema de Atendimento à Saúde (SAS) e avaliação da qualidade da prestação de serviços. Por meio de médico auditor e equipe técnica, são avaliadas as ocorrências registradas pelo canal de atendimento ao usuário (fale conosco via sasweb e telefone).

Cabe lembrar que o SAS se constitui em benefício custeado integralmente pelo Governo do Estado, sem qualquer contrapartida do servidor, oferecendo gratuitamente, sem limites de utilização, consultas médicas, exames e internações hospitalares, inclusive em UTI.

Atualmente, o servidor público do Paraná conta com assistência médica regionalizada, em hospitais escolhidos mediante procedimento licitatório com critérios de qualidade técnica e capacidade instalada dentre os melhores de cada região. O Estado está dividido em 16 macrorregiões administrativas, em cujas sedes ficam os hospitais de referência, que podem terceirizar os serviços em sua cidade-sede para complementar sua capacidade instalada.

Desde o início desta gestão, aprimorar o SAS tem sido objeto de estudos. Vários modelos de atenção à saúde vêm sendo discutidos, inclusive com a participação dos servidores, que, em sua maioria, preveem contrapartida financeira do servidor.

Em 2013, o orçamento foi de R\$ 147,4 milhões para 433 mil beneficiários, sendo 223 mil servidores e 210 mil dependentes.

Na Gestão do Sistema, foram realizadas as seguintes ações:

- Implementado o sistema de auditoria para avaliação da qualidade e aprazamento dos serviços ofertados pelos hospitais contratados.
- Aprimorados os sistemas gerenciais de informações de procedimentos realizados a fim de verificar o índice de utilização por parte dos beneficiários do SAS, a acessibilidade destes ao atendimento médico-hospitalar e a continuidade de tratamento.
- Melhoria no sistema de comunicação direta entre o DAS e o paciente (beneficiário).
- Mantido o atendimento aos servidores civis e militares pelo Hospital da Polícia Militar (HPM) até agosto.

Considerando a dificuldade em prestar o atendimento previsto aos beneficiários civis por parte do FASPM/HPM devido a carência de estrutura para serviços médico-hospitalares, foi contratado o Hospital da Cruz Vermelha, que começou a atender dia 20 de agosto. O Hospital atendeu, em média, 12 mil usuários por mês, desde consulta e exames de rotina até procedimentos mais complexos, como cirurgias e UTI, atendendo a demanda reprimida no último ano.

### **9.1.5 Gestão dos Processos Licitatórios**

O Departamento de Administração de Material (DEAM) é responsável pela realização dos procedimentos licitatórios dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.

Para agilizar e manter a transparência da gestão de materiais e serviços, o DEAM prioriza o Sistema de Registro de Preços, mediante termo de cooperação firmado entre o Governo do Estado e o Banco do Brasil, por meio eletrônico, realizando pregões via Web e presenciais, proporcionando a realização de melhores compras e contratos, além de estimular a competitividade e tornar o procedimento licitatório mais célere, o que proporciona o suprimento dos órgãos, com eficiência e economicidade. Ainda que esse seja o sistema prioritário, sempre que necessário, o Departamento adota as demais modalidades previstas em lei para licitar.

Com o intuito de padronizar e uniformizar o processo de compras e contratação de serviços e aquisição de bens, foi desenvolvido o Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), com a consolidação dos módulos implantados, para a completa Gestão do Processo de Suprimento e Contratações, desde as requisições demandadas pelos usuários, passando por todas as etapas de aprovação, pesquisas de preços, licitação, empenho, até o acompanhamento do recebimento dos produtos, com avaliações da performance dos fornecedores.

O investimento na capacitação integral das equipes que realizam os procedimentos licitatórios, principalmente dos pregoeiros designados, propiciou uma melhora de aproximadamente 10% no percentual global de economicidade.

### **9.1.6 Gestão da Frota Oficial**

As atividades realizadas pelo Departamento de Transporte Oficial (DETO) focaram a melhoria dos padrões de controle, eficiência e redução de custos, destacando-se:

- Instaurado procedimento administrativo com foco na modernização do modelo de gerenciamento de abastecimento, inovando o processo de contratação para fornecimento e controle do uso de combustíveis na frota pública, por meio do uso de cartão de abastecimento.
- Definido novo modelo de manutenção veicular e instaurado o processo licitatório para contratação de empresa gerenciadora da frota.
- Efetuado levantamento da viabilidade de revitalização de 26 postos e desmobilização de 54 postos internos.
- Desenvolvidos novos padrões de informação objetivando melhorar o acompanhamento de desgaste da frota e conseqüente planejamento de sua renovação.
- Contratado projeto-piloto de rastreamento dos veículos da Central de Transporte por Sistema de Posicionamento Global (GPS).

### **9.1.7 Gestão Administrativa**

A Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS), responsável pelas atividades inerentes às unidades administrativas, ministrou treinamento aos chefes e assistentes de Grupos Administrativos Setoriais (GASs) da administração direta e responsáveis pelas unidades da indireta, destinado à atualização das rotinas administrativas dos serviços meio, com ampla discussão sobre procedimentos de compras e/ou serviços, conceitos, princípios constitucionais, legislação aplicável, formas de aquisição e/ou contratação, atos e fases da compra e/ou contratação de serviços, contratos e uniformização de processos, e aplicabilidade nas atividades pertinentes.

Para a modernização da Gestão Documental, o sistema de Protocolo Integrado, conhecido como AAX, concebido na década de 1990, foi revitalizado e passou a denominar-se E-Protocolo. Possui interface mais amigável, disponibilizando melhorias, principalmente na questão

de segurança, numeração automática e permite o acesso a todos os usuários por meio da *Web*. A versão contempla três etapas: tramitação de processos; inclusão de novos processos, já em implantação nos órgãos usuários; e anexação de documentos digitais, em desenvolvimento.

Encontra-se em processo de homologação o Módulo de Contratos no Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), servindo como ferramenta de controle e acompanhamento dos contratos administrativos e permitirá, em uma única ferramenta, aglutinar os lançamentos de todos os contratos firmados com a administração pública. Estima-se a implantação no primeiro trimestre do próximo exercício.

Por iniciativa da SEAP, encontra-se em desenvolvimento um projeto que deverá reduzir ou eliminar a logística de compra e entrega, com um modelo criativo e inteligente de compras *online*, propiciando menores custos, quantidade de pessoal e espaço para estoque em almoxarifado. Como projeto-piloto deverá atender as áreas de Educação, Segurança, Justiça, Administração e PGE, que mantém unidades descentralizadas no interior. O processo se encontra na fase de cotações de preços para estabelecer o valor máximo do certame e atenderá primeiramente os grupos de materiais de expediente, informática, higiene e limpeza e descartáveis.

### **9.1.8 Gestão Patrimonial**

Atividades realizadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE):

- Analisados e emitidos pareceres técnicos em processos de cessão, doação, permuta e transferência de uso de imóvel de propriedade do Estado, usucapião, locações de imóveis, doações de bens móveis inservíveis, entre outros.
- Concluído o projeto-piloto de atualização cadastral dos imóveis pertencentes ao Estado, com recursos do PNAGE.
- Realizado cadastramento dos imóveis do Estado, em Curitiba e RMC por meio do sistema informatizado denominado Gestão Patrimonial de Imóveis do Paraná (GPI), tendo sido disponibilizado aos diversos órgãos da administração direta e autárquica do Estado.
- Elaborada proposta de alteração do decreto que rege as locações de imóveis.

### **9.1.9 Arquivo Público**

O Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), além de reunir a documentação referente à memória do poder público, tem a responsabilidade de executar a administração da política relativa ao patrimônio documental do Estado.

O Programa de Gestão de Documentos do Estado (PGD) tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da ação governamental, mediante a racionalização e o tratamento adequado da massa documental acumulada pelas instituições do Poder Executivo Estadual. A informação contida nesses documentos é instrumento estratégico para a administração pública, pois fornece dados para o planejamento, tomada de decisões, acompanhamento, controle e visibilidade das

atividades de governo. Os documentos gerados pelos órgãos públicos servem, ainda, para comprovar direitos e obrigações e garantir aos cidadãos o pleno exercício da cidadania. Além disso, a implantação do PGD coloca o Paraná na vanguarda do desenvolvimento de tecnologias da informação. Com o Programa, foi ampliado o alcance de criação de Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSAs) para 54 comissões implantadas.

A organização dos arquivos públicos físicos e digitais contribui diretamente para a eficiência do fluxo de trabalho e para a agilidade do trâmite da documentação nos órgãos, como também reflete na resposta à sociedade com relação ao acesso às informações e documentos.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo DEAP, merecem destaque:

- Assessoramento técnico a órgãos estaduais da administração direta e indireta, e municípios do Estado, em suas demandas para implantar o programa de gestão documental e sua metodologia, com ênfase na preservação do patrimônio histórico.
- Inaugurada a Biblioteca MBÁ de Ferrante, em outubro, com exposição sobre a vida e a obra do homenageado, que esteve à frente do Arquivo por 30 anos ininterruptos.
- ARQUIVOTUR - visitas guiadas com monitores, para a comunidade acadêmica e para a sociedade civil, estudantes, pesquisadores, professores, funcionários públicos e todos os interessados, que puderam conhecer o Arquivo ou participar de atividades culturais e educativas como exposições, palestras, oficinas, cursos e debates, legitimando a noção de que o patrimônio público pertence a uma cidade, Estado e Nação.
- Revisão e ampliação do Manual de Gestão Documental, em concordância com o Arquivo Nacional, Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos e Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).
- Participação de projetos em parceria com instituições de ensino e pesquisa, além de comissões representativas da sociedade civil.

## **9.2 Ações Operacionais**

As atividades desenvolvidas pela SEAP, em razão de sua natureza instrumental, são voltadas à gestão de pessoal, serviços e patrimônio, dando suporte e orientação às demais pastas e cujas principais ações de caráter geral estão elencadas a seguir.

- Elaboradas minutas dos seguintes atos: a) Lei do Reajuste Geral Anual, índice de 6,49%, que resultou na edição da Lei nº 17.580/2013 e Decreto nº 8.745/2013, que publicou as Tabelas Salariais; b) Regulamentação das Disposições Funcionais (Decreto nº 8.466/2013); c) Regulamentação de Concursos Públicos (Decreto nº 7.116/2013).
- Participação em Grupos de Trabalho e Comissões: a) de elaboração do Plano de Demissão Voluntária do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); b) de regulamentação da aposentadoria especial; c) elaboração do Plano de Carreira da APPA; e d) Comissão de Licitação para aquisição de mobiliário para a DIMS e as Juntas do Interior.

- Coordenação das Unidades de Recursos Humanos.
- Realizado treinamento às Unidades de Recursos Humanos, sobre os procedimentos para instrução e trâmite de processos de autorização para concurso e contratação temporária.
- Efetuados estudos de Impacto Financeiro na Folha de pagamento com a aplicação do índice inflacionário para a Revisão Geral Anual.
- Elaborada Nota Técnica de Gestão de Recursos Humanos - 2013, para a Secretaria do Tesouro Nacional.
- Elaborada proposta para maior agilidade na atualização dos dados do RH na ferramenta de *Business Intelligence* (BI).
- Implantado o novo modelo de consulta das informações de Pessoal, no Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná.
- Gratificações: a) SEIL - Função Privativa Transitória (FPT), acompanhamento dos estudos para a regulamentação das concessões de acordo com a Lei nº 17.430/2012; b) DETRAN - Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais (GEE), instituída pela Lei nº 17.466/2013; c) criação de código e implantação em folha de pagamento da FPT, GEE e da Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais (GEEE) das Secretarias do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da Agricultura e do Abastecimento.
- Publicada Resolução SEAP nº 8.461, de 13/02/2013 - perfil profissiográfico do cargo de Agente Penitenciário.
- Acompanhamento e retificação da aplicação dos institutos de desenvolvimento nas carreiras do QPPE, do QPM e do QFEB.
- Jornada diferenciada – elaborados estudos para definição das funções a serem regulamentadas (com legislação federal) e minuta de decreto.
- Prestada assessoria para a elaboração do Plano de Carreira do IAPAR.
- Elaborados estudos para a concessão de reajuste ao Adicional de Atividade Penitenciária.
- Elaborada proposta de nova lei de carreira do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais (QPPO).
- Efetuados ajustes em relatórios, folha de pagamento e SIAF em cumprimento a Lei nº 17.435/2012 e Decreto nº 7.555/2013, para atender os novos critérios dos Fundos Previdenciários.
- Gestão da Central de Estágio (médias mensais) - 5.300 pagamentos; 700 contratados; 600 rescisões; 100 contratos e 70 rescisões de contratos.
- Análise de protocolos: a) solicitações dos órgãos da administração direta e autárquica de suprimento de recursos humanos em caráter permanente e temporário; b) nomeação de servidores; c) pedidos de remoção e disposição funcional; d) análise de processos oriundos das Instituições de Ensino Superior.

- Cumprimento de determinações judiciais referentes a diversos concursos públicos, assim como prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado referente aos concursos públicos e respectivas admissões sob a responsabilidade da SEAP.
- Autorização/anuência para abertura de concursos públicos e/ou testes seletivos, homologação de concursos, propostas e nomeações.
- Ofertadas 210 novas vagas de residência técnica nas áreas de psicologia, pedagogia, serviço social, direito, ciências contábeis, jornalismo, ciência da computação e análise de sistemas, em parceria com a SETI e as Universidades Estaduais.
- Capacitados cerca de 400 técnicos de 178 municípios, para a elaboração do PPA 2014-2017, em parceria com a SEDU e SEPL.
- Formalizada cooperação técnica com a Assembleia Legislativa para capacitação de seus servidores efetivos e comissionados, com 26 cursos e 584 horas.
- Reestruturado o programa Servir com Arte com ofertas de oficinas artísticas e culturais nas áreas de música; dança; teatro; fotografia; cinema; canto-coral; desenho e musicoterapia aos servidores, em seus locais de trabalho, em parceria com a FAP, EMPAB e patrocínio da CAIXA. Realizadas 27 oficinas, em 16 secretarias e órgãos, com a participação de mais de 600 servidores.
- Firmada parceria com a SETI e UEM para oferta da terceira turma do curso de mestrado profissional em políticas públicas. Foram disponibilizadas 30 vagas para servidores, com bolsas integrais financiadas pelo governo.
- Implantada a Câmara Técnica para assuntos de graduação, pós-graduação e residência técnica, com representantes dos Centros Formadores do Paraná.
- Programa de Desenvolvimento de Competências: a) Modalidade Presencial - realizados 95 cursos e expedidos 2.600 certificados; b) Modalidade a Distância - realizados 18 cursos com expedição de 6.550 certificados, e 08 palestras com 610 certificados expedidos.
- Programa de Desenvolvimento Gerencial - realizados 15 cursos totalizando 610 certificados expedidos.
- Programa de Educação Continuada Pós-Graduação: a) especialização - 197 alunos de curso em andamento e 560 em processo de seleção; b) mestrado - 30 alunos de curso em andamento e 30 em processo de seleção.
- Analisados 2.088 processos de abono de permanência pelo DSF, atendendo aos servidores ainda em atividade, mas com requisito para aposentadoria.
- Atendido ao disposto nos Decretos nº 6.264/2012 e 8.476/2013, mediante a racionalização de instauração de procedimentos licitatórios em relação ao ano anterior, conforme tabela a seguir.

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	ABERTOS 2013	ABERTOS EM 2011 CONCLUÍDOS EM 2013	ABERTOS EM 2012 CONCLUÍDOS EM 2013	REGISTRO DE PREÇOS	AQUISIÇÕES/ CONTRATAÇÕES
Pregão Eletrônico	108	1	52	121	40
Pregão Presencial	16	5	03	8	16
Concorrência Pública Internacional	01	0	0	0	01
Tomada de Preços	01	0	0		01
TOTAL	126	6	55	129	58
	187				

FONTE: DEAM

- Gerada economia na ordem de R\$ 43,8 milhões, em razão da redução de 26,9% do montante licitado comparado ao arrematado.
- Ampliado em 3.916 o número de cadastros de fornecedores, novos e renovados, perfazendo um total de 12.159.
- Cadastrados 2.534 novos itens no catálogo de materiais e serviços, passando a contar com 11.834 itens.
- Ministrados os cursos de GMS - Fase Interna e Compras Diretas, com 11 turmas para 151 servidores, visando a consolidação do sistema em 148 unidades.
- Integrado o Portal Compras Paraná com o Sistema GMS.
- Permitido aos fornecedores que informem diretamente no cadastro as certidões de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, digitalizadas.
- Incorporados 10 veículos na Central de Transportes do DETO, totalizando 347 viagens em atendimento aos órgãos/unidades governamentais do Estado; adquiridos 25 veículos, incorporados na frota oficial; efetivadas 850 doações de veículos a municípios e entidades filantrópicas; instaurados e homologados três leilões públicos, para venda de 796 veículos, totalizando R\$ 3,2 milhões.
- Atendidas 27.629 solicitações de manutenção de veículos oficiais; e executadas 2.341 revisões de veículos em garantia diretamente nas oficinas credenciadas do DETO, perfazendo uma economia de R\$ 1,5 milhão.
- Realizada a triagem de 205.526 documentos, em atendimento a 92 órgãos públicos pelo Setor de Malote.
- Fornecido suporte a 218 unidades integradas ao Sistema de Central de Viagem, totalizando 59.627 atendimentos.
- Instalado o Sistema de Central de Viagens em mais 60 unidades regionais.
- Adequação da contratação dos serviços de telecomunicações - Sistema de Telecomunicações do Paraná (STP), ao Decreto nº 9.128/2013, para garantir a utilização e continuidade dos serviços. Foi prorrogado o contrato com a Copel Telecomunicações S/A.

- Sugeridas medidas para redução de despesas, buscando soluções mais eficientes, tendo sido substituídos os postos de vigilantes com atribuição de recepção, por postos de trabalho de controladores de acesso, porteiros e recepcionistas, mantidas as condições de segurança nos prédios públicos, com uma redução estimada na ordem de 20% com os contratos.
- Efetuada a instrução para abertura de novo processo licitatório para a telefonia móvel pessoal, exclusivamente para atender aos órgãos que encontraram dificuldades com a operadora, na cobertura do sinal, além de atender unidades recém-criadas e as Universidades não contempladas no processo anterior.
- Iniciada a instrução para abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC), para atender a realização de chamadas locais e de longa distância com destino a telefones fixos e móveis, originadas de linhas analógicas ou fluxo E1 e recepção de chamadas em linhas analógicas ou diretamente nos ramais (DDR), para atender os órgãos que não efetuaram contratação em tempo hábil, com uma economia nas despesas estimada em 30%.
- Ofertado treinamento para 84 servidores das unidades administrativas visando a atualização de rotinas de serviços meios.
- Realizados cursos e treinamentos referentes ao Programa de Gestão Documental, em parceria do DEAP com a Escola de Governo, tendo como objetivos trabalhar a prática de classificação, o arranjo de documentos e a montagem de termos e códigos da tabela de temporalidade documental das atividades-fim de cada órgão. Participaram desses cursos servidores produtores de documentos, integrantes das comissões e interessados em desenvolver a gestão documental junto às Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSAs), que produzem e trabalham diretamente com documentos de arquivo. O curso é a primeira etapa de um trabalho permanente, com os encaminhamentos iniciais para elaboração de manual de arquivo específico e conceituação de termos de transferência, eliminação, digitalização e/ou microfilmagem e tramitação de documentos híbridos via *workflow*.
- Atendidas 1.151 pessoas pelo DEAP e realizadas 53 visitas guiadas atendendo à demanda de instituições de âmbito federal, estadual e municipal.
- Exposições nacionais e estaduais do acervo do DEAP: a) Arquivo Nacional - Memória do Mundo/UNESCO com acervo do fundo documental PB 004 - DOPS/PR, tema Movimento Estudantil; b) Instituto Tomie Othake - 'Um olhar sobre o Brasil: A fotografia na construção da imagem da nação' tema Integralismo, com foto pertencente ao acervo DOPS-PR, nas edições em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília; c) Colégio Estadual do Paraná - exposição de material tridimensional, fotos e documentos pertencentes ao acervo Professor Germano Bayer; d) Tribunal Regional do Trabalho (TRT/PR), exposição de material tridimensional, fotos e documentos também do acervo Professor Germano

Bayer e Professora Cecília Westphalen, cujo material exposto compôs a exposição intitulada: Os Professores e a Justiça do Trabalho.

- Projetos e Parcerias - o DEAP realizou oficinas sobre os projetos: a) UFPR - sobre a escravidão no Paraná e sobre o Conselho Regional de Desportos; b) IFPR - arquivística, conservação e descrição de documentos e fotos, desenvolvida para o Curso de Fotografia; c) UniBrasil - sobre a Instrução Pública no Paraná - Legislação; d) Universidade Tuiuti - sobre a Escravidão no Paraná; e) Secretaria Municipal de Educação (SME)/DEAP/UFPR-LAPEDHU - com o tema Literacia Histórica, desenvolvidas pela UFPR junto aos professores de História, com visitas guiadas das escolas envolvidas; f) acompanhamento técnico permanente nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Estadual da Verdade (CEV), atendendo demandas de pesquisas referentes ao acervo da extinta DOPS/PR; g) disponibilizado material do acervo da DOPS/PR à CNV/Coordenadoria de Mortos e Desaparecidos e Comissão de Anistia, de forma presencial e virtual.





## **10 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento**

---

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), na sua missão de promover o desenvolvimento rural sustentável, garantindo alimentos saudáveis, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente é composta pela administração direta com os Departamentos de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO), Economia Rural (DERAL), Florestas Plantadas (DEFLOP) e 22 Núcleos Regionais; administração indireta, com as autarquias Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER); pela sociedade anônima, Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA) e pela sociedade de economia mista, Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR). Possui dois Conselhos ativos, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) e o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (CONESA).

As principais realizações no exercício de 2013 estão descritas a seguir.

### **10.1 Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO)**

Coube ao DEAGRO, entre outras ações desenvolvidas, a realização, a coordenação e a execução dos programas e projetos na área da agropecuária, com ênfase àqueles voltados para a agricultura familiar, sendo suas principais atividades realizadas:

- Cadastramento de 159 propostas de famílias, com área de 1.085 ha envolvendo R\$ 10,9 milhões referente ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
- Elaboração de 90 planos de ação nas microbacias do Estado, envolvendo cerca de 5.500 famílias de agricultores familiares, que necessitaram de apoio financeiro na ordem de R\$ 6,0 milhões, em atenção ao Projeto Gestão de Solo e Água em Microbacias, com financiamento parcial do Banco Mundial.
- Elaboração do edital de credenciamento de usinas de beneficiamento de leite pasteurizado, realizando toda alocação das cotas regionais de demanda da compra do leite, possibilitando a contratação de 55 usinas de beneficiamento de leite pasteurizado.
- Execução do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – Renda e Cidadania no Campo – Pró-Rural, decorrente de financiamento parcial do Banco Mundial.
- Realização de: a) 22 eventos de capacitação dos técnicos do EMATER e da iniciativa privada; b) 150 eventos de capacitações para as lideranças municipais e territoriais; c) 278 eventos de capacitações para os agricultores familiares e d) 23 conferências intermunicipais e territoriais e uma conferência estadual sobre desenvolvimento rural sustentável envolvendo 3.000 participantes da sociedade civil e poder público (federal, estadual e municipal).

- Apoio na execução do projeto de formação de agentes de desenvolvimento junto aos jovens das Casas Familiares Rurais visando capacitações de 70 educandos das Casas Familiares Rurais nas temáticas do cooperativismo e agroecologia.
- Pecuária Leiteira: a) repasse de recursos financeiros para aquisição de 14 tanques de resfriamento de leite por expansão direta para atender três municípios, com aporte de R\$ 129,5 mil; b) repasse de recursos financeiros para aquisição de 03 kits para inseminação artificial, para atender três municípios, com aporte de R\$ 65,9 mil e c) repasse de recursos financeiros para aquisição de 06 implementos agrícolas, tais como: ensiladeiras, carretas forrageiras basculantes, plataformas de aveia e arado escarificador, para atender quatro municípios, com aporte de R\$ 165,0 mil.
- Apoio ao fomento e melhoramento genético da ovinocultura de corte, para atender quatro municípios, com aporte de R\$ 1,2 milhão e à reforma do abatedouro municipal de Ângulo no valor de R\$ 100,0 mil.
- Execução do projeto de apoio ao manejo e fertilidade dos solos, com repasse R\$ 33,4 milhões para os 399 municípios do Estado para aquisição de 300.000 toneladas de corretivos agrícolas (calcário, fósforo e gesso).
- Contratação da CODAPAR (baseado em decreto estadual emergencial) para execução de 18,1 quilômetros de estradas rurais nos municípios de Santa Inês e Centenário do Sul, com investimento na ordem de R\$ 465,6 mil.
- Formação e/ou fortalecimento de 26 consórcios intermunicipais ou dos grupos de municípios em processo de organização em consórcios em 199 municípios para a participação do projeto Patrulha do Campo.
- Repasse de R\$ 168,0 mil à Associação de Cooperativas Agrícolas e da Reforma Agrária (ACAP) para aquisição de sementes para desenvolvimento dos assentamentos e de R\$ 200,0 mil ao município de Barracão, devido à situação de calamidade pública para aquisição de insumos agrícolas e horas máquinas.
- Elaboração e execução do projeto de Melhoria da Trafegabilidade das Estradas Rurais para que os municípios adquiram óleo diesel para reformar 2.300 km de estradas rurais em 335 municípios, com aporte de R\$ 10,8 milhões.
- Elaboração e execução do projeto de pavimentação de estradas rurais com pedras poliédricas em 614 quilômetros de estradas rurais em 93 municípios, com aporte de R\$ 28,2 milhões referente à primeira, dentre as três parcelas do projeto.
- Apoio à cafeicultura paranaense com implantação de 08 unidades demonstrativas de café em 08 municípios, com aporte de R\$ 376,0 mil.
- Repasse de R\$ 3,0 milhões para aquisição de 16 implementos agrícolas a 08 municípios para investimento das estradas rurais.
- Investimento de R\$ 269,0 mil para a realização de 03 feiras nos municípios de Guaratuba, Curitiba e Foz do Iguaçu, em atenção ao Programa Fábrica do Agricultor, com a participação de 65.000 pessoas, com a comercialização de R\$ 1,6 milhão em produtos oriundos da agricultura familiar.

## 10.2 Departamento de Economia Rural (DERAL)

Programaticamente, por meio de análises de conjuntura agropecuária, estatística básica e planejamento agropecuário, foram realizados trabalhos de pesquisa, avaliação e pareceres técnicos, tais como:

- Elaboração e disponibilização na internet de 220 boletins informativos referentes à situação conjuntural dos principais produtos agrícolas, silvícolas e da pecuária de corte e leite além de 18 revistas digitais (prognósticos).
- Elaboração de informes técnicos e pareceres sobre preços de produtos agrícolas e pecuários para o setor público e privado.
- Elaboração, junto com entidades representativas da agricultura paranaense, de proposta de política agrícola para as culturas de inverno.
- Ministradas 12 palestras para entidades, agricultores e estudantes.
- Elaboração mensal de boletim técnico para a página da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), conforme convênio.
- Participação na elaboração e análise dos dados estatísticos do IBGE.
- Elaboração trimestral de pesquisa de café em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), conforme Carta de Acordo/2009.
- Informativo SIMA, que registra diariamente os dados e disponibiliza-os na rede mundial no próprio dia da pesquisa, captando as oscilações dos produtos.
- Pesquisas sobre preços recebidos pelo produtor, no atacado e no varejo, com frequência semanal (mensal no caso do varejo).
- Pesquisas sobre os preços pagos pelos produtores e custos de produção de frequência trimestral.
- Previsão subjetiva de safras que visa fornecer um panorama semanal a respeito da situação de diversos produtos agrícolas.
- Levantamento da produção agropecuária e da silvicultura, objetivando traçar um mapa do meio rural paranaense e fornecer dados para o cálculo do Valor Bruto da Produção (VBP), que é um indicador publicado anualmente.
- Pesquisa de preços de terra realizada anualmente, que mostra o preço das áreas na zona rural.
- Participação no Programa Fundo de Aval (FAR/PR), em que o DERAL participa analisando cadastros dos produtores enviados pelo EMATER, dos interessados em usufruir do programa.
- Participação no programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR), em que foram analisados cadastros dos produtores enviados pelo EMATER, resultando em financiamentos de 952 unidades no valor total de R\$ 58,8 milhões. Beneficiados 952 agricultores familiares diretamente e mais de 2.000 propriedades de forma indireta, considerando que um trator pode atender até mais de uma propriedade de forma solidária.

- Participação no Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR/PR), em que, foi realizado novo aporte de recursos pelo Tesouro do Estado – via Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), no valor de R\$ 6,4 milhões, para atender a ampliação do Programa, para mais 23 novas culturas.
- Orientações aos produtores rurais, aos estabelecimentos e às empresas de comercialização, industrialização e beneficiamento, enquadrados na categoria tanto de fornecedores de insumos, como de produtos de uso final na agropecuária (educação fiscal), em atenção à atividade fiscal Tributária: Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO) - atrelado à política da SEFA - RICMS.

### **10.3 Departamento de Florestas Plantadas (DEFLOP)**

Coube ao DEFLOP o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Colaboração na elaboração do Plano de apoio à seringueira no Estado do Paraná, em parceria com o EMATER, IAPAR e COCAMAR, planejado em 11 municípios da região noroeste, com um público de 110 produtores rurais, previsão de aquisição de R\$ 800,0 mil em mudas e repasse aos municípios.
- Participação em palestras técnicas a produtores rurais, em dia de campo sobre seringueira e treinamento de sete viveiristas da região noroeste, capacitados em produção de mudas de seringueira.
- Apoio à difusão e capacitação de 5.587 produtores e técnicos nas tecnologias aderentes ao programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).
- Mapeamento das florestas plantadas do Estado com interpretação visual e delimitação das florestas plantadas sob uma área de seis milhões de hectares em imagens RAPID-EYE.
- Organização e apoio ao Simpósio Internacional de Arborização de Pastagens (SIAP) para 175 participantes, com custo de R\$ 8,0 mil.

### **10.4 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR)**

Atua de forma descentralizada, em 22 Unidades Regionais de Sanidade Agropecuária (URS) e 132 Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSA) e possui um laboratório de análises denominado Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti (CDME) e tem a missão de executar o serviço oficial de Defesa Agropecuária no Paraná, promovendo a saúde animal e a sanidade vegetal, a inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a qualidade dos insumos agropecuários e o adequado uso do solo agrícola.

As principais atividades executadas pelo Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti foram:

- 43.620 ensaios laboratoriais em bacteriologia, parasitologia e virologia, para certificação semestral das granjas de Reprodutores de Suínos do Paraná, além de

atender às demandas de algumas integrações nos Estado de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.

- 943 análises microbiológicas de alimentos subsidiando o trabalho de Fiscalização realizado pelo GIPOA-PR em carne e produtos cárneos, leite e seus derivados para o consumo geral.
- 3.000 análises laboratoriais de fitossanidade atendendo à demanda de Fiscalização e Sanidade Vegetal.
- Diagnóstico de todas as amostras de animais oriundas dos estados do Paraná no atendimento ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros.
- Atendimento ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose (PNCEBT), processando as amostras de soro sanguíneo colhidas para certificação de propriedades, assim como isolamento bacteriano de amostras de órgãos e lesões suspeitas de Tuberculose oriundas de linhas de abate.

As principais atividades executadas pela Gerência de Saúde Animal foram:

- Orientação a 10.755 criadores, 181 fiscalizações em abatedouros SIM e SIF, 15.929 fiscalizações em comerciantes de vacinas contra febre aftosa, resultando em 12.956 animais com vacinação assistida, em atenção ao programa contra febre aftosa.
- Orientação a 6.782 produtores, 5.834 fiscalizações em revendedores (comerciantes) de vacina, resultando em 403.163 bezerras vacinadas, 106 bovinos sacrificados em atenção ao Programa Contra Brucelose.
- Fiscalização em 1.391 propriedades produtoras, sendo 130.945 animais (fêmeas) examinados e 219 bovinos sacrificados em atenção ao Programa Contra Tuberculose.
- Orientação a 3.723 produtores e em 197 estabelecimentos que comercializam vacinas resultando em 36 animais sacrificados, em atenção ao Programa de Saúde de Equídeos.
- Fiscalização a 1.180 propriedades comerciais avícolas, em atenção ao Programa de Sanidade Avícola.

Coube a Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal, as seguintes atividades:

- Fiscalização a 1.230 estabelecimentos (matadouros, fábricas de conservas, laticínios, etc.), sendo avaliados 160 projetos, interditados ao comércio 37 toneladas de produtos impróprios ao consumo, emitidos 902 relatórios em auditorias em atenção ao programa de inspeção de produtos de origem animal.

A Gerência de Sanidade Vegetal teve como principais resultados:

- Fiscalização a 1.703 propriedades produtoras, 25 unidades de beneficiamento de frutas, 423 estabelecimentos produtores de mudas e 419 centrais de abastecimento resultando em 628 autorizações para plantio e 2.068 mudas interditadas ao comércio em atenção ao programa da citricultura e outras espécies.

- Fiscalização a 3.433 comerciantes do comércio e uso de agrotóxicos, receituário agrônomo resultando em 1.557 fiscalizações em propriedades rurais e interdição de aproximadamente 35.000 litros de agrotóxicos irregulares.
- Fiscalização a 2.950 comerciantes de fertilizantes sendo 450 fiscalizações em propriedades rurais, em atenção ao Programa de Qualidade de Fertilizantes.
- Fiscalização de sementes e mudas resultou em 1.886 comerciantes de fertilizantes, sendo 477 fiscalizações em propriedades rurais.
- Fiscalizações do vazio sanitário da soja resultando em 138 notificações para eliminação de plantas remanescentes e 6.823 hectares notificados.
- Fiscalizações do uso do solo agrícola, resultando em 1.270 propriedades fiscalizadas e 05 notificações para projetos de conservação de solos.

A Gerência de Trânsito Agropecuário apresentou os seguintes resultados:

- Realizadas 52 fiscalizações volantes sobre o trânsito de animais, vegetais e insumos agropecuários.
- Fiscalização em 724 eventos agropecuários e aproximadamente 113.000 animais fiscalizados nesses eventos.

Coube à Gerência de Apoio Técnico:

- Correção de 60.000 cadastros de explorações pecuárias em janeiro e fevereiro.
- Lançamento do comprovante de vacinação *online* em maio.
- Implantação do Sistema de Registro de Comerciantes de Produtos Veterinários em outubro.
- Análise e publicação de aproximadamente 1.850 autos de infração.
- Registro e análise de 339 novos comerciantes de agrotóxicos e manutenção de registro de 637 comerciantes e de 387 novos comerciantes de fertilizantes e manutenção de registro de 936 comerciantes.

## **10.5 Instituto Paranaense de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER)**

Atua de forma descentralizada com um escritório local em cada município do Estado e tem por missão promover o desenvolvimento rural sustentável, coordenando, articulando e executando assistência técnica e extensão rural em benefício da sociedade paranaense.

Em 2013, o EMATER prestou assistência, para 144,4 mil pessoas do meio rural paranaense, sendo 102,4 mil agricultores familiares, 1.600 trabalhadores rurais, 1.050 pescadores artesanais, 4.160 jovens rurais, 12.340 mulheres rurais e 4.230 agricultores patronais. A prioridade foi para o agricultor familiar com 70,9% dos atendimentos. Foram realizados 147,2 mil atendimentos individuais e 9.190 eventos grupais além de um trabalho referencial nos diversos projetos.

Demais atividades desenvolvidas:

- Desenvolvimento de projetos e ações de inclusão social que promovem o conhecimento e estímulo à participação social das mulheres, ampliando sua participação em espaços de decisão nos conselhos municipais, fóruns territoriais e outras organizações da agricultura familiar, para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos femininos.
- Desenvolvimento de projetos e ações de inclusão social que focam no apoio a organização de grupos formais e informais, incentivo e ampliação à participação de jovens nos espaços de decisão sobre as políticas públicas, como Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e outros. Destaca-se o projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento, realizado em parceria com a SEED, SEAB, EMATER e ARCAFAR, em 10 Casas Familiares Rurais, atingindo 70 jovens e aproximadamente 900 famílias.
- Participação na seleção das famílias para participarem do Programa de Moradias Rurais (PNHR–COHAPAR). O número de unidades habitacionais protocoladas para contratação foi de 4.688 em 258 municípios, com 886 unidades contratadas, beneficiando 55 municípios. Referente a reformas e melhorias de moradias foram formalizados 2.965 termos de cooperação em 153 municípios. Todas as moradias em fase de contratação e contratadas apresentam solução de energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário e todas as famílias beneficiadas são orientadas para o saneamento básico e produção de hortas para subsistência.
- Participação no projeto de organização rural, ou seja, gestão organizacional e de pessoas, finanças e custos, comercialização e marketing, gestão industrial e gestão ambiental junto a 30 cooperativas no Estado do Paraná com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- Participação em ações de segurança alimentar e nutricional, implantação de pomares caseiros, cultivo de lavoura para autoconsumo junto às comunidades tradicionais rurais, que são, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, faxinalenses e pescadores artesanais. Foram beneficiadas com uma ou mais ações 744 famílias, sendo 165 de povos indígenas, 417 de comunidades quilombolas, 90 de comunidades de faxinalenses e 72 de comunidades de pescadores artesanais.
- Participação no Programa de Crédito Rural (PRONAF) no Paraná, em parceria com sindicatos, agentes financeiros e prefeituras. Na safra 2012/2013 foram aplicados, nas diferentes linhas do crédito do PRONAF, R\$ 2,7 bilhões, beneficiando 175.170 contratos. Segundo a Agência Brasil, o Paraná será o segundo maior tomador de Crédito Rural para a Agricultura Familiar na Safra 2013/2014, com R\$ 3,0 bilhões, o equivalente a 14,3% disponibilizados ao PRONAF.
- Participação no Programa Trator Solidário, que objetiva o financiamento solidário de tratores, implementos e equipamentos para agricultores familiares beneficiários do PRONAF, com o benefício da equivalência produto na pactuação da dívida.

- Participação no Programa Nacional de Crédito Fundiário, com compromisso de acompanhar 1.242 pessoas com crédito e orientação técnica.
- Assistência técnica, com recursos conveniados junto ao INCRA, a 216 assentamentos rurais, beneficiando 11.837 famílias assentadas, em atenção ao programa de assistência técnica a agricultores assentados da reforma agrária.
- Participação no Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – Pró-Rural, atuando em 14.365 Unidades Produtivas Familiares (UPF), realizando 26.643 visitas aos titulares e integrantes destas UPF e 2.433 eventos grupais.
- Divulgação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, junto aos agricultores familiares, com a aquisição de produtos da agricultura familiar a cargo da SSEED e prefeituras.
- Assessoramento a 1.200 clientes, com objetivo e foco principal na agregação de valor aos produtos da Agricultura Familiar, em atenção ao Programa de Agroindústria Familiar do Paraná Fábrica do Agricultor.
- Capacitação e profissionalização para 1.250 agricultores empreendedores familiares em boas práticas de produção agrícola e em boas práticas de fabricação e manipulação de produtos destinados à alimentação e ao consumo humano.
- Capacitação de 750 famílias no segmento de gestão e mercado para operação com as 75 gôndolas da agricultura familiar, nas principais redes de supermercados paranaenses, fruto do convênio entre a Associação Paranaense de Supermercados (APRAS) e o Governo do Estado.
- Realização de 14 feiras nas diversas regiões administrativas do Estado, auferindo totalmente aos agricultores familiares participantes, cifras próximas a R\$ 6,5 milhões e inserindo 42 novas agroindústrias no cenário comercial do Paraná.
- Elaboração do projeto de olericultura, que objetiva organizar a produção e o produtor, visando contribuir para a segurança alimentar e o aumento da oferta de alimentos seguros com qualidade e rastreabilidade. O Projeto está presente em 212 municípios, concentrando-se nas regiões de maior população do Estado.
- Assistência a 14.732 produtores de olericultura.
- Capacitação de 8.315 produtores em diferentes eventos tecnológicos de diversas culturas.
- Assistência a 37.900 produtores familiares na atividade leiteira em todos os municípios. Foram priorizadas ações para os pequenos e médios produtores com capacidade de produção menor que 150 litros por dia com o projeto Leite Integrado a Lavoura e o Bem Estar.
- Orientação de 2.726 pessoas em atenção à piscicultura e a pesca, sendo mais de 1.579 piscicultores e 761 pescadores artesanais.

- Atuação na bovinocultura de corte, objetivando propiciar ao produtor um maior retorno econômico, financeiro e social, por meio da implantação, nas propriedades, de um sistema intensivo de produção de carne bovina com qualidade.
- Repasse de 1.000 animais fêmeas e machos melhorados e 5.000 doses de sêmen de animais melhorados, aos criadores da agricultura familiar de caprinos.
- Capacitação a 300 produtores rurais, voltadas à comercialização de caprinos, o que viabilizou 3.500 animais comercializados.
- Apoio técnico a cinco cooperativas de produtores da ovinocultura e assessoria na comercialização de 5.000 animais.
- Parceria com IAPAR, EMBRAPA, SYNGENTA, SEAB, MDA, FEBRAPDP, Forquímica, Prefeituras, Fundação ABC, IAP e Fundação Terra para a operacionalização do projeto de grãos Projeto Centro Sul de Feijão e Milho, sendo realizados 260 eventos, com abrangência de 12 mil agricultores, e que contribuiram para o aumento da produtividade média das áreas demonstrativas de feijão, que foi 1,7 vezes superior à média do Estado e 2,5 vezes superior à média nacional; produtividade média das áreas demonstrativas de milho foi 1,5 vezes superior à média do Estado e 1,7 vezes superior à média nacional; mantendo o Estado do Paraná como o maior produtor nacional de feijão e o segundo maior produtor de milho, contribuindo para o abastecimento alimentar da população.
- Assessoramento a 10,5 mil agricultores familiares em 15 espécies de frutas, com atendimento individual, nos eventos Dias de Campo e Encontros de Produtores. Atuação em 21,0 mil ha, representando 33% da área total do Estado. Destacam-se nos projetos de fruticultura ações de estruturação de polos de produção: a) região Norte do Estado - produção de banana (municípios de Andirá e Novo Itacolomi); b) região Noroeste - produção e comercialização (município de Nova América da Colina) e produção e beneficiamento de maracujá (município de Corumbataí do Sul); c) Litoral - produção de banana (municípios de Guaratuba e Morretes); d) Norte Pioneiro - produção de goiaba (município de Carlópolis) e produção de morango (os municípios de Pinhalão e Ibaiti) e; e) regiões Oeste e Sudoeste - produção de uva e fabricação de vinho.
- Cadastramento de 169 microbacias em 165 municípios, correspondendo a 14.457 produtores rurais e 723.000.000 ha. Em 88 destas microbacias foram elaborados, em conjunto com os agricultores, o plano das ações que serão realizadas. Foram capacitados 4.258 produtores para a implementação de novas técnicas e alternativas de produção agropecuária visando à sustentabilidade social, ambiental e econômica do processo produtivo rural.
- Participação em diversos programas estaduais de preservação de recursos ambientais, tais como Programa Patrulha do Campo, Projeto de Recuperação da Trafegabilidade, Patrulhas Rurais do DER, Pavimentação com Pedras Irregulares (Poliédricas) e Programa de Gestão de Solos e Água em Microbacias os principais papéis do Instituto EMATER

variam, conforme as especificidades de cada programa/projeto, ou seja: participar, em conjunto com os Conselhos Municipais e Prefeituras, da seleção dos trechos e no levantamento da malha rodoviária rural, elaborar ou auxiliar na elaboração dos projetos técnicos e planos de trabalho, orientar os produtores rurais das áreas lindeiras para a devida conservação de solos e água. Durante o ano de 2013, foram elaborados pelo EMATER, 328 projetos de repasse de recursos para melhoria de estradas rurais, num total previsto de 2.400 km.

- Realização juntamente com parceiros da Campanha Plante seu Futuro, para a adoção de boas práticas de produção no campo. Uma das ações é o Manejo Integrado de Pragas (MIP) na soja que tem por objetivo a quantificação a campo das pragas e inimigos naturais. Resultados na safra 2012/2013, nas 51 propriedades acompanhadas em MIP pela EMATER em aproximadamente 600 ha foram necessárias 2,3 aplicações de inseticidas na média contra cerca de cinco aplicações no Estado. Importante também foi de que no MIP, o tempo da entrada da primeira aplicação foi na média aos 42 dias após a emergência da cultura e cerca do dobro do tempo da média do Estado.
- Reforma de 130 escritórios do Instituto no interior do Estado e obras em andamento de construção de sete novos escritórios tendo sido investidos o montante de R\$ 1,7 milhão.

## **10.6 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)**

Tem como missão promover e apoiar ações de capacitação, pesquisa, ensino, comunicação e articulação entre pessoas e organizações, voltadas à produção agropecuária e ao consumo sustentável, baseados nos preceitos da agroecologia.

As principais atividades desenvolvidas em 2013 foram:

- Recebimento de 1.923 pessoas, em eventos de capacitação e divulgação de referências nas áreas temáticas de produção e bem-estar animal (produção de leite em bases agroecológicas, sistema de pastoreio racional Voisin, integração ovinocultura de corte e fruticultura, manejo de dejetos e resíduos orgânicos); produção vegetal integrada (olericultura orgânica, plantas medicinais, aromáticas e condimentares, sistemas silvipastoris e agroflorestais); recursos naturais (meliponicultura e educação ambiental) e engenharia alternativa (uso sustentável do bambu em bioconstruções rurais).
- Participação em eventos externos tais como: dia de campo em Tunas do Paraná e capacitação em agroecologia promovido pela ARCAFAR, SEED, SEAB, CPRA e EMATER-PR no município de Barracão.
- Apoio às ações de pesquisa em sistemas silvipastoris, junto à EMBRAPA-CNPFlorestas, apresentados no Terceiro Congresso Latinoamericano de IUFRO San Jose, Costa Rica, dias 12 a 15 de junho; apresentação do trabalho Morfometria da copa de espécies arbóreas

nativas em Sistema Silvopastoril, no 1º Simpósio Internacional de Arborização de Pastagens em Regiões Subtropicais, de 08 a 10 de outubro, em Curitiba.

- Apoio à pesquisa sobre elaboração de estratégias adequadas de manejo e a redução do impacto danoso causado pelas capivaras, que resultou no Diagnóstico e Manejo da população de capivaras *Hydrochoerus hydrochaeris* apresentado no entorno do Reservatório do Iraí no município de Pinhais.
- Realização do evento Paraná Agroecológico, com o objetivo de contribuir com a consolidação e ampliação da agroecologia no Paraná propondo estimular o interesse pela agroecologia entre os professores e estudantes.
- Parceria junto a SEED para promoção da agroecologia no Estado, por meio da inserção e/ou ampliação do debate e da prática sobre o tema nas Instituições de Ensino Agrícola e Florestal (IEAF) do Paraná.
- Debate e articulação de ações agroecológicas referente ao projeto bambu, junto ao IAPAR, UTFPR (Curitiba, Dois Vizinhos e Pato Branco), EMATER e EMBRAPA.
- Participação em eventos técnicos ministrando palestras e capacitando técnicos, estudantes e agricultores em oficinas e cursos.

## **10.7 Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)**

Na sua missão de prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio do Estado, o Instituto conduziu atividades consubstanciadas em 14 programas de pesquisa (agroecologia, agroenergia, manejo de solo e água, sistemas de produção, recursos florestais, produção animal, cereais de inverno, feijão, milho, algodão, café, fruticultura, culturas diversas e propagação vegetal), envolvendo 286 projetos de pesquisa. Contribuiu com serviços consolidados e reconhecidos, apoiando o avanço da agropecuária paranaense por meio da disponibilização de novas variedades de plantas, sementes genéticas e básicas de qualidade, novos métodos e processos para melhoria no manejo de culturas e recursos produtivos e equipamentos para uso agrícola, entre outras atividades para a produção paranaense, com destaque para:

- Cursos de capacitação, treinamentos e atividades de difusão (dias de campo, excursões técnicas e outros) envolvendo 450 eventos, atendendo aproximadamente 11.000 pessoas. A área e o Centro de Difusão de Tecnologia (CDT) foram responsáveis pelo auxílio e suporte na organização e na cessão de espaços para as atividades.
- Celebração de convênio MDA/IAPAR Redes de Referência (total R\$ 530,0 mil) para trabalhar em 80 propriedades, conduzir 10 UTVs, capacitar 80 técnicos e 500 agricultores e investir para equipes mesorregionais e laboratórios.
- Continuidade do projeto FINEP/Sustagri5 em 80 propriedades de leite e fruticultura com participação de bolsistas.
- Execução do projeto Erva-mate, com recursos CNPq-MCT/CNPq/MDA/SAF/Ação Transversal.

- Convênio com a ITAIPU para análise do condomínio energético na microbacia Ajuricaba, com investimento na ordem de R\$ 49,0 mil.
- Formação de profissionais de assistência técnica para atender 600 produtores familiares de 06 cooperativas e laticínios de Umuarama, Cianorte e Laranjeiras do Sul.
- Articulação externa com projetos que envolvem parcerias com mais de 30 instituições: EMBRAPA, EPAGRI, EMPARN, Institut de L'Élevage, CPRA, EMATER-PR, Cooperativa de técnicos Biolabore, IEEP, Ecoaracária, ICMBio, CAPA, COOPLAF, COOMAPER, COOPELER, COOPAVEL, UEL, UEPG, UTFPR, UNOPAR, UNIFIL, UENP, prefeituras de Tamarana, Santa Helena e Inácio Martins, MDA, CNPq, SETI, Itaipu Binacional e FAO.
- Realizado curso de capacitação tecnológica em produção de mudas de seringueira, para viveiristas.
- Participação e palestra técnica a produtores rurais, em dias de campo sobre seringueira, em Indianópolis.
- Desenvolvido novo equipamento, em parceria com a FINEP, para caracterização do perfil do solo (perfilógrafo) e método para avaliação da cobertura do solo por meio de fotos digitais.
- Realizadas pesquisas com aplicação de resíduos oriundos de dejetos líquidos de suíno e contra erosão, que visa o correto manejo e conservação dos recursos naturais, usando as bacias hidrográficas como unidade de referência.
- Disponibilização de material genético e informações técnicas para o desenvolvimento da pecuária de corte, fortalecendo a Associação de Criadores de Purunã.
- Divulgação e repasse dos conhecimentos gerados em integração lavoura, pecuária e floresta (ILPF), aos agricultores na forma de tecnologias aplicáveis, contribuindo para o fortalecimento da agricultura de baixo carbono (ABC) para redução de emissões de gases de efeito estufa (Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, Lei nº 12.187/09).
- Elaborados projetos regionais com leite, caprinos e forrageiras. Foram iniciadas atividades com gado de leite na Unidade de Pesquisa Sudoeste, em Pato Branco.
- Lançamento das cultivares: a) de aveia preta forrageira – IPR 190 Cabocla; b) IPR 181 Andorinha, de ciclo precoce que proporciona a inserção da cultura do feijão em diferentes sistemas de produção de grãos; c) de triticale - IPR 194 - Aimoré, em atenção a cultura de cereais de inverno.
- Divulgado Boletim Técnico nº 79, que orienta os técnicos e produtores na escolha de cultivares. Durante a safra de verão foram avaliadas, abrangendo todo o Estado, 10 cultivares de milho Bt Superprecoce, 24 cultivares de milho Bt Precoce e 15 cultivares convencionais (sem evento Bt).
- Obtido Certificado de Proteção junto ao MAPA da variedade de milho IPR 164, sendo este o primeiro material de milho do IAPAR a obter tal certificado.
- Obtenção de 849 linhagens promissoras de feijão, codificadas como LP13-01 a LP13-849, com grandes possibilidades de serem registradas como novas cultivares.

- Identificadas as principais doenças que ocorrem na cultura do feijoeiro, como antracnose, mancha angular, ferrugem, murcha de fusarium, murcha de curtobacterium, crestamento bacteriano comum e mofo branco, publicados no livro intitulado Melhoramento Genético do feijoeiro comum e prevenção de doenças, cuja pesquisa foi realizada em parceria com EMBRAPA, EPAMIG, IAC, IAPAR, UFLA e UFV.
- Colaboração na elaboração das Normas para Produção Integrada do Feijão, a ser publicada pelo MAPA.
- Cultivo de campos de produção de semente genética, com uma produção em quantidade suficiente para suprir a demanda de elevada pureza física e genética de sementes para atender a produção de semente básica, foram estabelecidos para as cultivares, IPR Bem-te-vi, IPR Quero–quero, IPR Curió e IPR Maracanã.
- Identificados marcadores moleculares ligados a resistência a Ramulária, com o projeto Identificação de marcadores moleculares (SSR e SNPs) fortemente ligados a gene(s) de resistência a Ramulária areola em algodoeiro brasileiro.
- Contribuição para aperfeiçoar Sistema de Manejo Integrado de doenças para um cultivo eco-amigável e sustentável do algodoeiro.
- Continuidade do projeto cafeeiro Alerta Geada, que completou 19 anos atendendo os cafeicultores paranaenses com previsões de temperaturas baixas para as regiões cafeeiras e prevenções para proteção de lavouras jovens com o enterro das mudas e chegada de terra no tronco de plantas formadas para proteção de gemas vegetativas.
- Realizados estudos no campo da biotecnologia, fitopatologia e entomologia com resultados promissores para as principais doenças e pragas que afetam a citricultura.
- Realizado em parceria com a EMBRAPA-CNPMP estudo da doença HLB, problema que representa uma ameaça à citricultura de todo o Paraná.
- Continuidade do projeto que vai realizar os estudos preliminares visando à implantação de estações de aviso fitossanitário para cultura da maçã no município de Palmas e que, a partir deste ano, está sendo ampliado para região da Lapa.
- Retomada das pesquisas com melhoramento genético de fruteiras temperadas e de citros.
- Implantação de experimentos no Vale do Ribeira dentro de projeto em parceria com o MDA que prevê várias ações em fruticultura (abacaxi, maracujá, tangerina, amora e mirtilo).
- Continuidade nas pesquisas com uva rústica com a introdução de novas variedades de copa e porta-enxerto; e nas pesquisas com abacaxi na região da Costa Oeste.
- Finalização de publicação técnica sobre a cultura do maracujá e da primeira etapa de projeto para avaliação de novas variedades de abacaxi na região noroeste do Paraná.
- Avaliação e seleção de espécies oleaginosas anuais de outono-inverno; e de espécies que resultaram que cártamo e canola podem ser registrados como cultivares.

- Registro e lançamento de cultivares de batata BRS IPR Bel e IPR Cris e de mandioca IPR Upira e IPR União.
- Produzidas aproximadamente 733 toneladas de sementes, na safra 2012/2013 tanto das categorias Genética e Básica de cultivares IPR (cujo obtentor é o IAPAR) para o Sistema de Certificação, quanto de outros materiais para uso nos diversos programas/projetos de pesquisa do IAPAR, como também, para intercâmbio institucional e validação/difusão. Conta-se com 441 campos de produção de sementes em parcerias com a iniciativa privada, por meio de contratos distribuídos pelos Estados do PR, RS, SC, GO, SP, MS, MT, MG, e, no Paraguai (foram iniciados contatos com produtores do Uruguai), das seguintes espécies: adubos verdes, arroz, aveias forrageiras, café, centeio, feijão, milho, trigo e triticale.
- Apresentado relatório final à Petrobrás do projeto Tratamento de Sementes com Pós de Rocha e Subprodutos do Xisto; efetuado o registro no MAPA da cultivar de batata IPR CRIS, adaptada ao sistema orgânico de produção e instaladas duas parcelas de monitoramento em longo prazo de Sistemas Agroflorestais Sucessionais.
- Publicados os seguintes trabalhos: Modificações ambientais causadas pela implantação de sistemas agroflorestais em áreas de preservação permanente: marco zero; a identificação de plantas potenciais na Serra da Esperança: Embrião de Gestão Participativa e Conservação pelo Uso; Estratégias de produção e renda: a diversificação sustentável de uma família de agricultores agroecológicos no Paraná e prestação de serviço tecnológico – Serviço de Alerta Geada: Ativação do Serviço Alerta Geada 2013 em seu 19º ano de funcionamento. O serviço também pode ser enviado aos usuários cadastrados por meio de SMS no celular.
- Elaboração e manutenção de programa para captação de colaboradores com a finalidade de promover o desenvolvimento de atividades de estudo, pesquisa e treinamento profissionais, nas modalidades: aperfeiçoamento técnico científico (mestrandos e doutorandos), bolsista, consultor, estudante estrangeiro, residência técnica, treinamento curta duração para estudantes, serviço voluntário, treinamento profissional e visitante (pesquisador/professor/técnico).
- Participação de pesquisadores como instrutores de curso intensivo para agrônomos, sobre uso e conservação de solos e águas, promovidas pela Associação de Engenheiros Agrônomos de Londrina (AEA), com apoio do Ministério Público e do Grupo Estadual Plantio Direto com Qualidade.
- Realizado curso sobre Equação Universal de Perdas de Solo (USLE) para alunos do Mestrado em Agricultura Conservacionista da instituição e do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em parceria com UEL, IAC e EMBRAPA Soja no âmbito das Redes Nacionais de Pesquisa em Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Agropecuária (Repensa), fomentadas pelo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para estimular estudos com enfoque na agrobiodiversidade e sustentabilidade da agropecuária.

- Apoio ao curso sobre registro e proteção de cultivares (legislação de sementes e mudas, zoneamento agrícola, propriedade intelectual e exigências legais para o registro de cultivares), evento organizado pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a cerca de 90 pesquisadores, vários deles provenientes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Rio de Janeiro.
- Lançamento e publicação de diversos produtos editoriais, sendo 15 fôlderes (cultivares de feijão, agroecologia, amônia, plantio de mandioca, cultivares de mandioca, raça Purunã, cultivares de batata e aveias), boletins técnicos, anais de eventos promovidos pelo IAPAR ou de que a instituição foi parceira. Destacam-se oito livros publicados tratando temas como: avaliação de cultivares de milho, erva-mate, trigo e triticale, solos e programas de iniciação científica.
- Publicação dos Anais da Reunião Paranaense de Ciência do Solo, com 575 páginas, que tratou de temas como química e fertilidade do solo, nutrição de plantas, biologia do solo, física do solo, uso, manejo e conservação do solo, ambiente e sociedade, além dos processos de transferência de tecnologias voltados, principalmente para os solos do Estado do Paraná.
- Realização ou promoção em parceria com outras instituições de 110 eventos, entre congressos, seminários, dias de campo, reuniões técnicas e outros, com objetivo de alcançar a missão institucional.
- Recebidas na Sede do IAPAR em Londrina, aproximadamente 1.600 pessoas e 150 visitantes de grupos técnicos internacionais e diversos membros da sociedade, como políticos e formadores de opinião. Entre os visitantes internacionais, o IAPAR recebeu delegações dos Estados Unidos, China, Itália, Espanha, Canadá, Alemanha, Suíça, Austrália e Colômbia.
- Realizados 22 eventos de difusão de tecnologia no CDT dentre os quais: cursos ao público externo, treinamentos e visitas envolvendo mais de 1.200 participantes e 06 cursos sobre o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) em parceria com o SENAR e MAPA na região de Londrina.
- Ofertado curso de mestrado acadêmico em agricultura conservacionista. O programa visa à produção culturalmente aceitável, socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável. O curso foi aprovado em 2012 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), sendo o primeiro curso de pós-graduação do IAPAR, em nível de Mestrado.

## **10.8 Centrais de Abastecimento do Paraná S/A (CEASA/PR)**

A CEASA tem a finalidade de apoiar a comercialização de hortigranjeiros, promover capacitações de comerciantes e produtores e promover o atendimento às famílias de baixa renda.

As cinco CEASAS do Estado, movimentaram 1,1 milhões de kg de hortigranjeiros, com valor estimado de R\$ 1.767,0 milhões, envolvendo cerca de 1.000 produtores e 638 comerciantes que atuam nas Centrais Atacadistas.

Aplicou-se R\$ 448,0 mil em obras relacionadas com construções, ampliações, recuperações e adequação nas unidades atacadistas e foram capacitados 638 comerciantes e 1.000 produtores.

Por meio do programa Banco de Alimentos, a CEASA/PR realizou doações num montante de 5,4 mil kg de hortaliças, frutas e cereais, com valor estimado em R\$ 9,0 milhões, beneficiando 156 mil pessoas carentes, por meio de 447 entidades assistenciais do Estado.

## **10.9 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)**

A CODAPAR, atuando na armazenagem de produtos diversos, recebeu, processou e armazenou mais de 410 mil toneladas de produtos, entre agrícolas, industrializados, frutas e congelados.

Por meio de suas 13 Unidades Armazenadoras de grãos localizadas em diversos pontos do Estado, contribuiu no beneficiamento (limpeza e secagem) e armazenamento da produção.

Os armazéns frigorificados, localizados nos municípios de Palmas e Guarapuava, têm função estratégica para o desenvolvimento da fruticultura, especialmente da maçã, bem como para conservação de batatas, semente dos produtores regionais, além de malte para cooperativas.

Atende, na Unidade Armazenadora de Pinhais, Guarapuava e Paranaíba, ao Programa de Distribuição de Merenda e suprimentos escolares, armazenando alimentos da merenda escolar, móveis e livros escolares, destinados aos 399 municípios paranaenses, e o benefício atinge mais de um milhão de alunos em 2.970 escolas públicas.

Em 2013, foi assinado o contrato com a empresa Moinhos Iguaçu objeto de uma concorrência pública referente ao arrendamento de uma área da CODAPAR no Porto de Paranaguá para a construção de um terminal portuário, com investimento previsto na ordem de R\$ 50,0 milhões.

Administra também o Porto Seco de Cascavel, situado junto ao terminal da FERROESTE, importante mecanismo no desembarço aduaneiro nos processos de importação e exportação, e o entrepostamento de mercadorias. Em parcerias com cooperativas e empresas da região, atuou no despacho aduaneiro na exportação no segmento de frangos congelados (aproximadamente 200 contêineres/mês) via FERROESTE com destino a Paranaguá e tem recebido para desembarço na importação cargas de fertilizantes entre outros produtos.

Por meio do Corredor de Exportação Oeste, composto pelas unidades armazenadoras da CODAPAR dispostas ao longo no corredor – Cascavel (Porto Seco) / Guarapuava / Curitiba – Araucária, no principal canal de escoamento dessas regiões produtoras e também das safras agrícolas dos países vizinhos, foi implantada, em forma de projeto piloto, a primeira etapa dos corredores em Guarapuava, possibilitando o escoamento nos modais ferroviário e rodoviário. Este projeto piloto está em fase de preparação para abertura de processo licitatório com investimentos previstos de R\$ 3,7 milhões.

O Corredor Norte, composto pelas unidades armazenadoras da CODAPAR, dispostas no corredor Maringá / Ponta Grossa / Curitiba – Araucária, deverá formar o complexo que interligará ao Corredor Leste, no seu principal canal de saída o Porto de Paranaguá, por meio de um sistema de armazenagem e expedição, coração desse sistema logístico de exportação.

Teve participação no Projeto Patrulha do Campo e nos demais programas e/ou projetos desenvolvidos no âmbito do Sistema da Agricultura, tais como o Programa de Manejo de Água, Solos e Biodiversidade em Microbacias, o Pró-Rural - Adequação de Estradas Rurais, Patrulhas Rurais do Estado, Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais e Pavimentação com Pedras Irregulares.

Na área da engenharia rural, atuou principalmente na execução de serviços de melhoria, manutenção e adequação de estradas rurais, procurando dar uma melhor trafegabilidade no meio rural. Realizou obras nos municípios de Santa Inês (6,40 km) e de Centenário do Sul (7,67 km).

Na área de classificação, em atendimento ao controle de qualidade dos produtos destinados à exportação, trabalhou no Porto de Paranaguá aproximadamente 16,2 milhões de toneladas de produtos diversos. Foram realizadas auditagens do processo de classificação em 63 mil vagões transportados pela ALL e FERROESTE, embarcados em todo o interior do Estado.

Nas operações de internalização de produtos agrícolas, quando da importação pelos portos, aeroportos e fronteiras, realizou a classificação de 2,8 milhões de toneladas em apoio técnico operacional e laboratorial ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Na área de Qualidade dos produtos destinados diretamente à alimentação humana, classificou e certificou 650 mil toneladas, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.972/2000. Por meio da Associação dos Produtores de Fumo (AFUBRA), acompanhou a comercialização da safra do produto, atuando como árbitro nas transações comerciais do produto. Ainda na área de classificação aplicou treinamentos e cursos aos interessados ligados ao agronegócio e realizou prévias de classificação principalmente em atendimento a pequenos produtores e agricultura familiar em geral.

Em julho, efetivou-se a entrega do relatório de consultoria realizado pelo TECPAR, em que, apresentou o novo modelo de gestão para a CODAPAR, que contempla o Planejamento Estratégico, Mapeamento e redesenho de processos, alinhados ao modelo de gestão Balanced Scorecard (BSC).

Implantado em junho o Plano de Cargos e Salários (PCS) para a nova CODAPAR, uma reivindicação histórica do corpo funcional.

Também, por meio de estudo técnico, foram reestruturadas as unidades da extinta CLASPAR e as unidades da CODAPAR, das 56 unidades existentes, entre unidades armazenadoras, unidades de mecanização, postos de classificação, postos de atendimento a embarques para exportação, laboratórios químicos e de sementes, ficaram 34, distribuídos estrategicamente no Estado, permitindo a CODAPAR uma gestão mais eficiente e efetiva.

*Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*





## 11 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

---

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) foi criada em 1987, com a missão de definir, coordenar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Tem sua estrutura composta por Coordenadorias, Assessorias, Grupos Setoriais e Setores, e ainda conta com órgãos e entidades a ela vinculados, quais sejam:

- Instituições de Ensino Superior (IEES) - sete Universidades Estaduais, com atividades de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e cooperação técnico-científica presencial em 38 municípios.
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) - empresa pública, criada em 1940, dedicada à pesquisa, desenvolvimento e produção de bioenergia, imunobiológicos, antígenos e química fina, além de prestação de serviços tecnológicos.
- Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - Organização Privada de Interesse Público, destinada ao apoio à pesquisa.
- Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) - instituído pela lei nº 17.709, de 15 de outubro de 2013, como pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, tendo sido extintos o Instituto Tecnológico SIMEPAR e o Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia. O SIMEPAR tem por finalidade prover a sociedade de informações de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental, bem como conceber, desenvolver e executar projetos de pesquisa científica e tecnológica, formação e capacitação profissional.
- Dentre os setores internos da SETI, além dos grupos setoriais, cabe destacar: a Coordenadoria de Ciência e Tecnologia (CCT), a Coordenadoria de Ensino Superior (CES) e a Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF).

A SETI integra também mais de 60 Conselhos Estaduais, assim como participa de diversos fóruns, colegiados e câmaras técnicas, mediante atuação de membros titulares e suplentes no campo da Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, além de colaborar com outros órgãos dos setores público e privado.

O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia, presidido pelo Governador do Estado, é o responsável pela definição das áreas prioritárias a serem apoiadas com recursos do Fundo Paraná. Para atuar em consonância com as metas de Governo, foram definidas as seguintes áreas estratégicas: Ciências Biológicas e Biotecnologias (agrícola, avícola, florestal, saúde); Indústria Alimentar; Energias Renováveis; Metalomecânica; Tecnologias da Informação e Comunicação; Ciências e Tecnologias Ambientais; Polos, Parques Tecnológicos e outros habitats de inovação;

Ciências e Tecnologias Agrárias; Mobilidade; Fortalecimento dos ativos portadores de desenvolvimento tecnológico; Melhoria do Ensino Superior e Tecnologia Assistiva.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses (CRUEP) reúne-se periodicamente para tratar de assuntos de interesse comum entre a SETI, as IEES e demais órgãos e entidades relacionadas ao ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

A ciência, tecnologia e inovação estão intrinsecamente ligadas ao ensino superior e tem experimentado avanços consideráveis nos últimos anos. A publicação da Lei nº 17.314, de 24 de setembro de 2012, Lei de Inovação, viabilizou o Projeto Tecnova, em fase inicial de execução, que receberá o aporte de R\$ 15,0 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e uma contrapartida de R\$ 7,5 milhões do Estado do Paraná, para financiamento, a título de subvenção econômica, de projetos inovadores na área de ciência e tecnologia, para micros e pequenas empresas e empresários individuais. Os valores por projeto variam de R\$ 180,0 mil a R\$ 600,0 mil. Inicialmente serão beneficiadas 75 empresas.

## **11.1 Sistema Estadual de Ensino Superior**

Ao longo dos últimos trinta e cinco anos, a Educação Superior - competência do governo federal - tem recebido especial atenção do Governo do Estado do Paraná, o que resultou na significativa expansão da oferta deste grau de ensino público. Neste mesmo período, impulsionado em parte pela ausência de vagas públicas, iniciou-se o crescimento do número de instituições privadas de ensino superior no Estado, repetindo o fenômeno que ocorre no Brasil como um todo.

No Paraná, as 07 Universidades Estaduais são mantidas pelo Governo do Estado, sendo que a SETI atua em dois Programas:

- Excelência no Ensino Superior - que objetiva melhorar os indicadores acadêmicos na graduação e pós-graduação e consolidar a excelência das Universidades no ensino, na pesquisa, na extensão e na cooperação técnico-científica.
- Paraná Inovador - voltado ao incentivo ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, mediante parcerias com o setor produtivo, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, organizações não governamentais e governos municipais, Estadual e Federal.

Em 2013, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o Sistema Estadual de Ensino Superior que está estruturado em dois eixos: missão acadêmica e compromisso social.

O Sistema Estadual de Ensino Superior oferece ensino de graduação gratuito nas mais diversas áreas do conhecimento; ensino de pós-graduação lato e stricto sensu; desenvolve tanto a pesquisa básica como a aplicada e promove a extensão, a cultura e a cooperação técnico científica institucional, nacional e internacional.

O Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação, de 2011, mostra que é boa a qualidade das universidades que compõem o Sistema Estadual de Ensino Superior. A Universidade

Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) obtiveram nota quatro, em um universo de cinco, e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) obteve nota três. Este índice sintetiza a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado. Além disso, divide as instituições por valores contínuos de 0 a 500 pontos e em faixas que de 1 a 5.

As Universidades Estaduais também se destacaram no Ranking da Folha de São Paulo 2013. Quatro universidades estaduais estão entre as 50 melhores do País. Este Ranking leva em conta indicadores nas áreas de ensino, pesquisa, inovação, internacionalização e inserção no mercado de trabalho.

Os dados relativos ao Sistema Estadual de Ensino Superior e sua estrutura organizacional resumida estão apresentados a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	N.º
Cursos de Graduação	346
Cursos de Especialização	302
Cursos de Mestrado	150
Cursos de Doutorado	56
Número de Alunos	123.000
Número de Docentes - 85% com Mestrado e Doutorado	7.000
Número de Agentes Universitários	8.600
Campus Universitários	30
Polos de Ensino à Distância, em 47 municípios	83
Colégios de Aplicação Pedagógica	03
Hospitais Universitários	04
Hospitais Veterinários	06
Escritórios de Aplicação Jurídica	05
Centros Odontológicos	05
Clínica de Fisioterapia	02
Laboratórios de Análises Clínicas	04

Os quatro hospitais universitários existentes têm dupla função: acadêmica, como hospitais-escola e como importantes polos de atendimento regional à saúde do Estado.

O Paraná tem uma ampla estrutura de ensino superior mantida pelo Estado. A meta da SETI, em termos gerais, é consolidar a estrutura existente, buscando meios para o alcance da excelência dos cursos e programas institucionais. Além disso, as Universidades Estaduais são importantes locais de produção de conhecimento científico e inovação tecnológica, sendo outra meta, a de disseminar essa produção, ampliando parcerias e atraindo investimentos de diferentes órgãos de financiamento.

Além das suas atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão, as IEES prestam inúmeros serviços à comunidade por meio dos hospitais universitários e veterinários, das Clínicas Escolas de Fisioterapia e Reabilitação, de Fonoaudiologia, Psicologia, Nutrição, da Farmácia Escola e laboratórios de análises, das clínicas odontológicas, dos Escritórios de Aplicação de Ciências Jurídicas, projetos de extensão universitária, entre outros.

Desenvolvem também importantes atividades junto às comunidades carentes Indígenas, Quilombolas, Faxinalenses e outras, por meio de atividades para implementação de políticas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

Com a manutenção e consolidação do Sistema Estadual de Ensino Superior não resta dúvida de que se está colaborando para o desenvolvimento do Estado com a finalidade de melhoria na qualidade de vida das pessoas e, desta forma, cumprindo o previsto nas metas do Governo. As universidades, como representantes dos níveis superiores acadêmicos, estão habilitadas e têm a responsabilidade de fomentar as diretrizes, metas e estratégias para impulsionar o desenvolvimento do Estado.

Para a manutenção do sistema em 2013 o Governo despendeu em torno de R\$ 2,4 bilhões.

Como citado anteriormente, a responsabilidade pelo ensino superior é do Governo Federal, todavia, este não aporta recursos para a manutenção do sistema e, dessa forma, todos os recursos ficam por conta do tesouro estadual que, como se sabe, tem inúmeras demandas para atender em todas as áreas de atuação do governo. Isso tem feito com que o orçamento das IEES seja aprovado de forma insuficiente, levando à necessidade de suplementação orçamentária durante o exercício. Poucas emendas ao orçamento da União para as IEES foram liberadas, não obstante as gestões nesse sentido pelo titular desta pasta e dos Reitores das IEES.

## **11.2 Principais Realizações**

- Universidade Sem Fronteiras - manutenção e ampliação do programa com o lançamento de quatro novos editais em 2013. O Programa foi concebido como o maior programa de extensão universitária, em investimento financeiro e de capital humano para o desenvolvimento dos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em andamento os seguintes projetos: a) Programa Bom Negócio - 14 projetos em parceria com a Secretaria de Indústria e Comércio, a Fomento Paraná e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), visando a capacitação em gestão empresarial de pequenos empreendedores para geração de emprego e renda, por meio da capacitação, consultoria e acompanhamento, melhorando a gestão de suas empresas, visando o desenvolvimento dos municípios de populações vulneráveis. Em 2013, atuou em 120 municípios com 15.708 horas/aula, com aproximadamente 6.000 empreendedores capacitados, além da realização de dois encontros de capacitação para bolsistas na Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras de Paranaíba (FAFIPA) e na UEPG; b) 55 projetos para apoio a saúde, licenciaturas, agricultura familiar, diálogos culturais e incubadoras sociais, voltados ao desenvolvimento em extensão, pesquisa, capacitação e produção tecnológica; c) oito projetos do Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), atuando no atendimento jurídico para crianças e adolescentes em situação

de risco, com aproximadamente 5.000 casos no ano, em parceria com o Ministério Público do Paraná e SEJU; d) 14 do Patronato, em parceria com a SEJU, para atendimento de egressos do sistema penal para cumprimento de penas alternativas e reinserção social e no mercado de trabalho; e) realização de encontros, em diversas regiões do Paraná, para capacitação das equipes atuantes nos projetos citados, assim como com os Conselhos envolvidos nas Políticas Públicas, tais como: Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), Conselho Estadual da Criança e Adolescente (CEDCA), Grupo Gestor Estadual do Programa Família Paranaense da SEDS; Comitê Estadual para a Construção do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

- Oficialização do grupo de trabalho entre a SETI e a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), com o objetivo de diagnosticar, acompanhar e monitorar as ações dos hospitais universitários, relativas às gestões de pessoal, patrimonial, orçamentária e financeira.
- Coordenadoria de Ensino Superior - responsável pelo encaminhamento, junto aos órgãos responsáveis, dos processos relativos ao credenciamento, renovação de credenciamento, alterações curriculares, entre outros, de todo o Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná, incluindo, além das IEES, as Faculdades e Centros Universitários Municipais. Principais realizações: a) autorizado o funcionamento dos cursos de graduação em Pedagogia, Administração e História na UNICENTRO, nas extensões de Coronel Vivida, Pitanga e Chopinzinho e um curso de Ciências da Computação na Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana; b) obtida autorização para a Faculdade Estadual de Paranaguá ofertar vestibular em 2014 do curso de Pedagogia na extensão de Matinhos; c) reconhecidos 28 cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior; d) processo de Renovação do Reconhecimento de 19 cursos, tanto nas Universidades e Faculdades Estaduais como nas Instituições Municipais, sendo que a ampliação levou em conta o custo/benefício, priorizando as unidades que tinham instalações e capital humano para tanto; e) constituídas 29 Comissões Verificadoras para verificação *in loco* das condições de funcionamento dos cursos de graduação nas universidades e faculdades estaduais e municipais, além de comissões especiais para credenciamento da Escola Superior de Saúde Pública do Paraná e credenciamento da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná; f) analisado o pedido de dilação do prazo de 180 dias para o Credenciamento da Escola Superior da Polícia Militar do Guatupê; g) análise técnica dos processos de nomeação dos Dirigentes da Reitoria da UNESPAR, da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), da FAFIPA, e a posse do Reitor da UEPG.
- Comitê de Gestão do Parque Tecnológico Virtual – criação do comitê que reunirá em uma única plataforma os ativos tecnológicos do Paraná.
- Lei de Inovação - publicação do regulamento.

- Feiras de Tecnologia e Inovação Regionais – realização, em parceria entre a SETI, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e IEES, com participação de estudantes, pesquisadores e empresários, nas cidades de Londrina, Maringá, Guarapuava, Ponta Grossa, Toledo e Jacarezinho.
- 26º Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia - entregue no dia 11 de novembro de 2013.
- Universidade Virtual do Paraná - assinatura do decreto de criação, em parceria entre SETI, IEES e vários órgãos governamentais para oferta de ensino a distância a baixo custo, para um grande número de alunos.
- Projeto Paraná Fala Inglês - início do projeto envolvendo as sete universidades estaduais com o objetivo de preparar a comunidade acadêmica para obter êxito nos editais que exigem a proficiência na língua inglesa, assim como a internacionalização das nossas IEES por meio de cursos presenciais, com duração de três semestres, com início previsto para março de 2014.
- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - iniciativa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com o objetivo de popularizar a ciência, subsidiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para envolvimento das universidades estaduais, abrindo espaços para a comunidade e os estudantes da rede pública conhecerem as pesquisas nas universidades. Seis universidades estaduais desenvolveram vasta programação para a semana, com abrangência de praticamente todo o Estado.
- Residência Técnica - implementação de dois programas, totalizando 407 vagas, sendo um em parceria com a SEIL (200 vagas), com objetivo de preparar e qualificar recém-formados nas áreas de Engenharia e Arquitetura, e outro em parceria com a SEDS (207 vagas), em várias áreas do conhecimento como, Contábeis, Direito, Assistência Social e outros. Pelo programa, durante dois anos os residentes participam de atividades junto às secretarias e entidades estaduais e de curso de pós-graduação, e recebem bolsas pagas pela SETI. Ao final da residência recebem o título de pós-graduação.
- Projeto Capacita SUAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) - participação das Universidades Estaduais, em parceria com a SEDS.
- Plano de Capacitação para Servidores Estaduais - desenvolvimento do plano compreendendo: a) elaboração de Projeto Pedagógico para os cursos de graduação em Tecnólogo em Gestão Pública, de especialização em Hemoterapia, em Projetos e Obras Públicas de Edificações, e em Gestão Pública com ênfase em várias áreas; b) oferta da terceira turma de mestrado profissional em Políticas Públicas; e c) mestrado profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável.
- Programa Smart Energy - criação do Programa, coordenado pela SETI/TECPAR, visando desenvolver novas tecnologias para geração de energia “limpa” e inteligente. Os primeiros equipamentos estão sendo instalados na sede do TECPAR.

- Programa de Acesso à Informação PAI Social - intermediação e apoio, em parceria com o Tribunal de Contas do Paraná e as IEES, para a efetivação do programa em que professores e estudantes participam junto com o TCE-PR na fiscalização da aplicação da lei de acesso à informação.
- Aprovação da lei que transfere a sede da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) para Paranavaí e do Decreto de Credenciamento da mesma.
- Conclusão das ações para doação do Patrimônio da antiga Universidade Católica de Palmas (UNICS) e dos imóveis desapropriados da Associação Senhor Bom Jesus da Coluna e outros em Barracão para o Instituto Federal do Paraná (IFPR).
- Programa Nacional de Educação Fiscal - participação das universidades estaduais na realização dos seguintes eventos de extensão: a) IX Concurso de Redação Cidadania Fiscal e Ciclo de Eventos de Educação Fiscal e Controle Social dos Gastos Públicos, em Maringá; b) XI Seminário Paranaense de Educação Fiscal, em Cianorte; c) I Simpósio de Educação Fiscal e Controle Social, em Curitiba; e d) II Prêmio SINDAFEP de Educação Fiscal e Cidadania do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná para os participantes do Curso *On-line* de Disseminadores de Educação Fiscal.
- Comissão Universidade para os Índios (CUIA) – a Secretaria auxiliou a preparação do Encontro de Educação Superior Indígena e a organização do Vestibular de Educação Superior Indígena, realizado anualmente. Em 2013, foi realizado o Seminário Interno de Educação Superior Indígena do Paraná, em Curitiba e o IV Encontro de Educação Superior Indígena, em Guarapuava.
- Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos - executado em nove núcleos, com investimentos na ordem de R\$ 3,1 milhões.
- Cine e Teatro Universitário Ouro Verde - UEL - iniciados os procedimentos para reconstrução, com investimentos na ordem de R\$ 15,9 milhões.
- Ampliação da infraestrutura do centro de tecnologia do Campus de Umuarama – UEM – iniciados os procedimentos, com investimentos na ordem de R\$ 4,1 milhões.
- Melhoria da Infraestrutura – iniciados os procedimentos para melhorias nos quatro Hospitais Universitários, com investimentos na ordem de R\$ 2,0 milhões; e nos Laboratórios de Ensino das IEES, com investimentos na ordem de R\$ 3,5 milhões.
- Centro Cultural Denise Stocklos (Fase 01), UNICENTRO/IRATI - apoio à construção com investimentos na ordem de R\$ 1,5 milhão (contrapartida).
- Curso de Medicina da UNIOESTE, em Francisco Beltrão - investimentos na ordem de R\$ 7,2 milhões em infraestrutura.
- Apoio à RTVE para aquisição de Sistema Digital em Alta Definição, dotando-a de equipamentos atualizados, com investimentos na ordem de R\$ 15,5 milhões.
- Apoio logístico ao Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC), que regulamenta a distribuição de cadáveres cedidos ou não reclamados às IES/PR, para

fins de ensino e pesquisas. Em 2013, foram doados quatro cadáveres, sendo uma doação voluntária e três pelos Institutos Médicos Legais.

- Desenvolvimento, em parceria entre a SETI/IEES/CELEPAR, de uma interface *webservice* para coleta de informações sobre todas as atividades inerentes às áreas de pessoal, custeio e investimentos das IEES.

### **11.3 Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF)**

Tem como função principal a gestão executiva dos recursos do Fundo Paraná, atendendo os eixos e programas estabelecidos pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR).

Em atendimento à Lei nº 12.020/98, alterada pela Lei nº 15.123/06, o atual sistema de fomento à Ciência e Tecnologia no Estado prevê que 2% da receita tributária estadual sejam transferidos ao Fundo Paraná, metade dos quais para financiamento de pesquisas nas IEES, TECPAR e Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e a outra metade, ou seja, 1%, na forma de recolhimento direto e automático à conta especial do Fundo. Desse montante, são deduzidos 3% para Manutenção da UGF, no valor de R\$ 4,3 milhões e o saldo, R\$ 141,6 milhões, destinados 50% para Projetos Estratégicos da UGF (R\$ 70,8 milhões), 30% para a Fundação Araucária (R\$ 43,2 milhões) e 20% para o TECPAR (R\$ 29,0 milhões).

### **11.4 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)**

Dentre as várias ações desenvolvidas pelo TECPAR, em 2013, cabe destacar:

- Desenvolvimento de soluções tecnológicas nas áreas de Saúde, Alimentos, Meio Ambiente, Agroindústria, Tecnologia de Gestão, Construção e Estradas.
- Criação do Parque Tecnológico da Saúde em Curitiba e Parque Tecnológico do Norte Pioneiro, em parcerias com os ativos tecnológicos regionais.
- Assinatura: a) de convênio para criação do consórcio de empresas para pesquisa, desenvolvimento, transferência de tecnologia, produção, controle da qualidade de medicamentos e produtos para saúde, estruturado no Parque Tecnológico da Saúde; b) de convênio com a UNIOESTE visando desenvolver as condições institucionais de manutenção, funcionamento e gerenciamento do Centro de Referência em Nutrição e Piscicultura; c) de acordo de parceria entre TECPAR e UEPG para a produção de medicamentos básicos, de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS); d) do termo de compromisso para a instalação do Centro de Inovação da Microsoft concretizando as ações decorrentes do protocolo de intenções assinado pelo Governo do Paraná com a Microsoft Brasil para a utilização, pelo Estado, de soluções tecnológicas para capacitação de pessoas em tecnologia da informação (TI) e uso de plataformas de aprendizagem virtual.

- Expansão da instalação de um novo laboratório com o recebimento de escritura para transferência de um imóvel de 108 mil metros quadrados, da Prefeitura de Maringá, para expandir as atividades na região e produção do medicamento biológico *Bevacizumabe*.
- Parceria Público-Privada entre o TECPAR e a Biocad para a produção local do *Bevacizumabe*, princípio ativo cuja marca comercial era patenteada e que deverá render uma economia de aproximadamente R\$ 67,0 milhões anuais aos cofres públicos.
- Reinício da produção, com nova tecnologia, da vacina antirrábica.
- Recebimento do Prêmio Paranaense da Qualidade em Gestão (PPrQG), Nível II – Rumo a Excelência, sendo a única empresa pública laureada.
- Lançamento do Parque Tecnológico Virtual do Paraná (PTV-PR) para atração de empresas de base tecnológica, desenvolvendo novos empreendimentos. - o projeto do governo do Estado, coordenado pelo TECPAR, foi apresentado a um público de mais de 300 pessoas, formado por pesquisadores, estudantes universitários, profissionais e empresários da região dos Campos Gerais.
- Realização do III Workshop Internacional sobre Testes de Diagnóstico com Qualidade Assegurada e Acessíveis para Programas de Saúde Pública, com realização conjunta com a Câmara Brasileira de Diagnóstico In Vitro (CBDL) e a London School of Hygiene and Tropical Medicine.
- Realização de 409 atendimentos tecnológicos a empresas de diversos setores industriais, por meio da Rede de Extensão Tecnológica do Paraná (SIBRATEC), distribuídas em todas as mesorregiões do Estado do Paraná.

## 11.5 Fundação Araucária

Dentre as ações realizadas pela Fundação Araucária, destaca-se a consolidação da política de parcerias, mediante acordos de cooperação com diversas entidades, tais como: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Ministério da Saúde, Departamento de Ciência e Tecnologia (MS/DECIT); SESA; SANEPAR; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Financiadora de Estudos e Projetos (MCTI/FINEP); Fundação Grupo Boticário de Conservação à Natureza (FGB); Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI); Ministério das Comunicações (MC/SID); Instituto Nacional de Pesquisa em Informática e Automação – INRIA, França; e Estado de Baden Wutemberg, na Alemanha).

Durante o exercício, a Fundação lançou 21 Chamadas Públicas, totalizando investimento superior a R\$ 95,0 milhões, sendo que destes 62% dos recursos advindos de parcerias estaduais e federais e 38% do governo estadual por meio da SETI/UGF. A finalidade foi a de financiar pesquisas científicas e tecnológicas, apoiar a verticalização do ensino superior e formação de pesquisadores e a disseminação da ciência e tecnologia.

A Fundação é o agente operador do Programa Tecnova, sendo a responsável por toda a sua operacionalização, desde o lançamento do edital, análise e seleção dos projetos, acompanhamento dos mesmos até a prestação de contas.

Outra ação marcante foi o financiamento de bolsas de pós-doutorado em empresas, com a finalidade de estimular a inserção de doutores em empresas sediadas no Estado do Paraná, para desenvolver Projetos de Inovação Tecnológica em interação com programas de pós-graduação stricto sensu do Paraná recomendados pela CAPES.

## **11.6 Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR)**

Dentre as várias ações desenvolvidas pelo SIMEPAR, em 2013, cabe destacar:

- Implantação de novo radar meteorológico do Oeste do Paraná, em Cascavel, orçado em aproximadamente R\$ 10,0 milhões.
- Rede Paranaense de Monitoramento Hidrometeorológico (RePAMH) - em fase de implementação no litoral e de projeto técnico para as demais regiões do Estado, orçado em R\$ 7,5 milhões.
- Consolidação do grupo de apoio técnico à Defesa Civil do Paraná, com participação institucional do SIMEPAR, do Instituto das Águas do Paraná, da Minerais do Paraná S.A. (MINEROPAR) e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG).
- Participação no Projeto Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres (FGRD), cuja meta central é criar uma Plataforma Estadual de Defesa Civil com o objetivo de evitar a ocorrência de desastres, de causas naturais e antrópicas, e reduzir as suas consequências.

*Secretaria da Comunicação Social*





## **12 Secretaria de Estado da Comunicação Social**

---

A Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS) cumpre a função de organizar, planejar, coordenar a execução e dirigir as ações relativas à comunicação do Governo do Paraná, atendendo a todas as unidades da administração direta e indireta.

Neste sentido, desenvolve suas tarefas a partir da distribuição de atividades entre as áreas de Coordenação de Marketing e Coordenação de Imprensa e como unidade indireta a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE).

Salienta-se que a RTVE, vinculada à SECS pela Emenda Constitucional nº 31/2012, encontra-se em fase de regularização das atividades administrativas, tornando-a mais eficaz em suas ações, por meio da Lei nº 17.762, de 19 de novembro de 2013, que autorizou a instituição da E-Paraná Comunicação.

Ao longo do ano de 2013, a Secretaria executou suas tarefas, conforme relato a seguir.

### **12.1 Coordenadoria de Marketing**

Responsável pela gestão da publicidade legal e propaganda do Estado, pelo planejamento de campanhas e elaboração de peças de interesse social e de utilidade pública.

As principais ações da Coordenadoria foram para divulgar nos meios de comunicação do Estado, campanhas que demonstram as ações de Governo nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e obras em todas as regiões, atendendo a administração direta e indireta do poder executivo estadual, incluídas as empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista e seguindo o compasso do exercício anterior. Além de coordenar, juntamente com as empresas, a realização de campanhas para educação no trânsito para o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN), da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Agência de Fomento do Paraná, da Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS) e da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

### **12.2 Coordenadoria de Imprensa**

Ocupa-se da produção jornalística de material editorial veiculado na Agência Estadual de Notícias e distribuído a centenas de meios de comunicação do Paraná e do Brasil em versões para mídia impressa e eletrônica (rádio e televisão). Além da produção de textos e fotos jornalísticas para a mídia impressa, matérias jornalísticas para rádio e registros em vídeo para as emissoras de televisão. Todas as atividades de distribuição de informação são realizadas tendo como foco as ações das diversas esferas da administração pública estadual.

A Agência Estadual de Notícias publicou no ano de 2013 uma média de 16 textos de notícias a cada dia, ou 490 reportagens por mês, para divulgar ações, programas, projetos e

serviços de utilidade pública do Governo do Paraná. Ao longo dos últimos três anos, 16.367 matérias foram produzidas, expondo as diversas iniciativas do Executivo.

No período de janeiro a novembro, o site [www.aenoticias.pr.gov.br](http://www.aenoticias.pr.gov.br) foi acessado 1.956.196 vezes. Ou seja, diariamente 5.875 visitantes buscaram informações sobre o Governo do Paraná nesta página. Importante destacar que cada acesso levou a pelo menos outras duas páginas de informações. Paralelamente, foram veiculadas 511 notícias em áudio e cerca de 1.900 imagens fotográficas, em média, a cada mês.

## 12.3 Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)

A RTVE tem como missão a produção e divulgação de programas com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas, visando ser referência na programação educativa do Estado e na promoção cultural e artística paranaense. Consiste na união da TV, das rádios FM e AM e do Canal da Música. As principais realizações foram:

### 12.3.1 Jornalismo

A RTVE produz o seu conteúdo baseada na missão da emissora de promover a cidadania e difundir a cultura no Paraná. As produções focam, principalmente, a melhoria da qualidade do conteúdo oferecido. Investiu-se na produção de séries de reportagens e materiais especiais, que têm como tema principal o Estado do Paraná.

Compõem a grade fixa os seguintes programas:

GÊNERO DE PROGRAMA	NOME	PERIODICIDADE DE EXIBIÇÕES
Jornais	Boletim éParaná	05 edições semanais
	Jornal éParaná	05 edições semanais
Esportes	Boletim éEsporte	05 edições semanais
	Programa éEsporte	01 edição semanal
Cultura	Programa éCultura	05 edições semanais
	Cena de Cinema	01 edição semanal
	Fragmentos	01 edição semanal
	Programa éEspetáculo	02 edições semanais, em média
Política	Programa Conexão Paraná	01 edição semanal
Agricultura	Programa Marca Paraná	01 edição semanal
Talk-show	Programa Gente.com	04 edições semanais
Variedades	Boletim Informativo éImportante	03 edições diárias, em média

Além da grade fixa, a programação foi enriquecida com gravações e transmissões de shows, programas de auditório e eventos cívicos e culturais, como Carnaval, desfile de Sete de Setembro, Virada Cultural, celebrações religiosas, etc. No período de janeiro a novembro foram realizadas 178 transmissões.

### 12.3.2 Central de Produção Cultural

A Central de Produção Cultural é responsável por elaborar, produzir e gravar programas que tenham relevância artística e cultural, priorizando a divulgação das artes paranaenses, cultura popular ou erudita, clássica ou contemporânea, alternativa ou *mainstream*.

Os produtos gerados pela Central de Produção Cultural englobam as diversas manifestações artísticas do cenário estadual e nacional. Foram produzidos os programas: éDocumentário, Éespecial, Éespetáculo, Éshow, Replay, Terra Canção, Um Escritor na Biblioteca, Café com Mistura e Vida em Foco.

Em 2013, de janeiro a novembro, o Núcleo de Criação executou 374 produções e 14 transmissões.

### 12.3.3 Rádio

Desde o início de 2011, desenvolve-se um plano de radiodifusão que atende públicos distintos. As duas emissoras de rádio, 97.1 FM e AM 630, orientam-se pelo princípio “música e informação de qualidade”, assegurando a exibição dos conteúdos específicos e pertinentes a cada uma. Em virtude da readequação da programação, há compartilhamento de conteúdo entre as rádios AM e FM.

Mesmo com as mudanças promovidas em julho, manteve-se no ar uma variada gama de programas, cobrindo um amplo espectro da produção musical mundial e nacional, que abrange música italiana, portuguesa, erudita, trilha sonora de filmes, jazz, samba, seresta, tango, rock, cenário alternativo, entre outros.

Os novos programas incluídos na grade de programação a partir de julho estão relacionados na tabela a seguir:

EMISSORA	GÊNERO DE PROGRAMA	NOME	PERIODICIDADE DE EXIBIÇÃO
FM	Jornais	Jornal éAgora	05 edições semanais
	Musicais	Primeiros Acordes	05 edições semanais
		Brasil de Todos os Cantos	05 edições semanais
		Distribuição Nacional	05 edições semanais
	Variedades	Música com Surpresa	05 edições semanais
AM	Esportes	Bola na Rede	05 edições semanais
	Variedades	Conexão	05 edições semanais
	Diversos	Hora Marcada	05 edições semanais
		Justiça para Todos	05 edições semanais
		Revivendo	01 edição semanal
		Nossa História	01 edição semanal
		Brasil Caboclo	01 edição semanal
Só Saudade	01 edição semanal		

### **12.3.4 Canal da Música**

O Teatro Canal da Música recebe um público estimado em 30 mil visitantes por ano e promove eventos com atrações variadas de música, dança, teatro, exposições de diversos tipos de arte, além de palestras, eventos corporativos e promovidos por secretarias do município e do Estado. Conta com um grande auditório, com capacidade para 900 pessoas, e um médio auditório, que comporta 120 lugares, além de quatro salas de apoio, sendo que a maior abriga 54 lugares e as demais, 30. Em 2013, esta estrutura recebeu 68 eventos.

### **12.3.5 Setor Administrativo**

A fim de melhorar a infraestrutura disponível, ao longo de 2013 foram realizadas as seguintes atividades: a) retirada das antenas do terraço do prédio da RTVE; b) troca da antena retransmissora em Guaratuba; c) construção de sapatas para colocação de antenas; d) pintura do muro, do almoxarifado administrativo, da sala de arquivo inativo e de coxia; e) troca de piso das instalações do jornalismo e da área administrativa; f) compra de um gerador móvel a diesel, com carreta rodoviária; g) entrega de equipamentos referentes ao transmissor digital do Pilarzinho; h) troca de calhas e conserto de infiltrações no teto; i) reforma na torre do Pilarzinho, para readequação dos equipamentos da TV digital; j) pintura e colocação de fitas adesivas nas saídas de emergência, adequação às normas vigentes para caso de incêndios e criação de brigada de incêndio; k) aquisição e colocação de placas de sinalização de segurança no prédio; l) aquisição de 05 notebooks e 25 computadores, para renovação do parque tecnológico; e m) instalação de estantes no arquivo inativo.

### **12.3.6 Setor Financeiro**

Para 2013, a RTVE, dentro das metas previstas no PPA 2012 a 2015, elencou dois grandes planos:

- Implantação de sistema de transmissão externa - foram concluídas as instalações dos novos transmissores para as rádios FM e AM, adequando a emissora ao Sistema Digital, tendo atingido 90%.
- Modernização da administração da RTVE - além de adquirir equipamentos para melhorar a qualidade de produção e transmissão da TV, foram instalados *nobreaks* com maior capacidade e ar-condicionado, necessários ao funcionamento nos padrões estabelecidos, tendo atingido 70%.

Foram firmados convênios com a Paraná Edificações e com a SETI, este para dar suporte financeiro ao Projeto E-Paraná Sistema Digital em Alta Definição. Foi lançado também o edital para aquisição de parque técnico completo para produção de materiais audiovisuais em alta definição.

### 12.3.7 Atividades Técnicas

Atividades desenvolvidas no ano e os avanços na modernização do parque técnico:

- Foram instalados: a) novos transmissores da rádio FM, de 30KW (principal) e 10KW (reserva), incluindo antenas e acessórios, prontos para transmissão digital; b) transmissores de TV Digital, de 5KW (principal) e 2KW (reserva), incluindo antenas, sistema de processamento de áudio e vídeo e acessórios; c) duas ilhas de edição de alto processamento; d) novo módulo de transmissão via satélite móvel, compatível com sinais SD e HD; e) equipamentos condicionadores de ar, para climatização do ambiente onde estão os transmissores; e f) sistema de legenda oculta (*closed caption*), para acessibilidade de deficientes auditivos à programação.
- Reforma elétrica da estação de transmissão do Pilarzinho, para a instalação dos novos equipamentos, incluindo *nobreaks* e licitação para reforma da entrada de energia do local, com aumento da capacidade; e reforma geral do transmissor da rádio AM.
- Finalização do projeto da produção de conteúdo em alta definição da TV Digital.
- Aquisição de um grupo gerador de 80KVA, para suprir alimentação de energia em eventos externos; e de duas *camcorders* digitais híbridas (SD e HD), visando à migração para alta definição.
- Diversas transmissões ao vivo, com destaque para a cobertura da Operação Verão no litoral, Carnaval de Curitiba e Antonina, *Corpus Christi*, Dia da Independência e Virada Cultural; bem como gravações externas de vários eventos culturais.
- A RTVE possui 01 canal analógico (Curitiba e Região Metropolitana – Canal 09), 01 canal digital (Curitiba e Região Metropolitana – Canal 36), 45 Repetidoras no interior do Estado, além de 110 pedidos de outorga para repetidoras em tramitação, 46 pedidos de manifesto de interesse em outorgas digitais no interior, 06 Canais pareados aguardando outorga digital.



*Secretaria da Cultura*





## 13 Secretaria de Estado da Cultura

---

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) atua de forma a fortalecer a Cultura em suas três dimensões essenciais: a) manifestação da identidade coletiva; b) ferramenta de inclusão e; c) valor de mercado. Para tanto, desenvolve projetos, estratégias e ações que reconheçam, valorizem, fomentem, incentivem, promovam, difundam e garantam a perpetuação dos bens culturais - materiais e imateriais do Paraná.

Em 2013, todos os projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria e suas unidades vinculadas tiveram como base essas premissas, conforme definido nas metas de governo para a área da Cultura.

### 13.1 Administração Direta

#### 13.1.1 Coordenação de Ação Cultural (CAC)

- Biblioteca Cidadã - tem por objetivo oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento. Foram inauguradas 02 bibliotecas, totalizando em todo o Estado do Paraná, 300 unidades.
- Bibliopraia - cinco bibliotecas-móveis, com acervo de 1.200 livros cada, disponíveis para empréstimo, instaladas em Caiobá (Praia Brava e Praia Mansa), Guaratuba, Pontal do Paraná (Ipanema) e Paranaguá, na temporada de verão 2012/2013, tendo sido realizados 11.000 empréstimos para um público de 21.000 pessoas.
- Encontro de Gestores Municipais de Cultura do Paraná - direcionado aos novos representantes de cultura dos municípios do Paraná, em que as coordenações e espaços vinculados da SEEC apresentaram a estrutura, programas e ações à disposição dos municípios. Realizado em 15 de abril, no Museu Oscar Niemeyer, contou com a presença de representantes de 184 municípios.
- Apoio às ações culturais nos municípios - foram 11 solicitações atendidas pelos municípios e entidades para o desenvolvimento de ações nas áreas das artes cênicas, artes visuais, música, dança, festas populares e outras, todas envolvendo a promoção e a difusão da cultura nas suas formas de manifestação local, entre elas, o Carnaval de Antonina, a Mostra Paranaense de Dança (realizada em Paranavaí) e o Festival de Música de Londrina.
- Projeto Virada Cultural Paraná 2013 – em sua segunda edição, realizada pelo Governo do Estado. Fruto de uma parceria da SEEC com o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR), e apoio do Serviço Social da Indústria (SESI-PR), Serviço Social do Comércio (SESC/PR), e prefeituras, foi realizada em 12 municípios paranaenses,

simultaneamente, nos dias 26 e 27 de outubro. Uma das novidades foram as atividades de arte-educação que aconteceram nas cidades do interior, de 21 a 26 de outubro. A programação da semana foi feita em conjunto com os municípios e parceiros, e o foco foi a educação no trânsito por meio de ações culturais. Ao todo foram mais de 500 atrações, entre shows e atividades culturais variadas e gratuitas, que atingiram um público de mais de 270 mil pessoas. Todos os municípios participantes da Virada em 2013 (Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Toledo e Curitiba) receberam o Palco Conexões, estrutura montada pela SEEC, onde mais de 100 bandas paranaenses e ícones da música nacional se apresentaram. Além dos grupos que subiram ao palco Conexões, algumas cidades montaram palcos alternativos com programações que contemplaram bandas de diversas regiões do Estado. Em Curitiba, a Virada Paraná integrou a Corrente Cultural, realizada de 03 a 10 de novembro, sendo o ponto alto a programação dos dias 09 e 10. A edição homenageou um dos grandes nomes da música paranaense: o mestre Waltel Branco. Nesta etapa contou com apoio da Fundação Cultural de Curitiba, SANEPAR, COMPAGAS, Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio/PR) e o Paço da Liberdade. Mais de 300 mil pessoas participaram da Corrente Cultural que durante uma semana espalhou diversas atrações por toda a cidade em vários palcos e espaços.

- CulturAção - foram ministradas oficinas culturais para os adolescentes dos 18 Centros de Socioeducação e das seis Casas de Semiliberdade vinculadas à SEDS, pelos artistas e educadores credenciados por edital em 2012.

### **13.1.2 Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM)**

- Museus Paraná - plano de gestão museológica do Governo do Estado, que atuou junto a dezenas de municípios, levando mecanismos dinâmicos para organizar, sistematizar e potencializar a área museológica do Estado. O plano, formado por sete eixos programáticos, inclui programas e projetos de gestão, informatização, apoio técnico, intercâmbio, capacitação e treinamento de recursos humanos, práticas curatoriais e expositivas, política de acervos, mediação cultural e ação educativa em museus, entre outros temas relacionados às áreas multidisciplinares da museologia.
- Programa de Exposições Itinerantes de Acervos Museológicos - foram nove exposições de acervos dos museus da SEEC que circularam por todas as regiões do Estado descentralizando informações e o livre acesso da população aos bens culturais sob guarda dos museus oficiais. Peças do acervo do Museu Oscar Niemeyer, Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu Paranaense, Museu da Imagem e do Som, Museu Alfredo Andersen, além de material ilustrativo de bens culturais cadastrados como Patrimônio Cultural do Estado do Paraná, foram exibidas em 19 cidades paranaenses: Paranaguá, Rio Negro, Morretes (dois eventos), Curitiba, Porecatu, Foz do Iguaçu,

Cascavel, Francisco Beltrão, Araucária, Irati, São Mateus do Sul, Cambará, São José dos Pinhais, Cascavel, Tibagi, Dois Vizinhos, Guaíra, Assis Chateaubriand e Marechal Cândido Rondon, atingindo um público de 17.500 visitantes.

- Apoio Técnico e Capacitação de Pessoal nas áreas de Museografia - para os municípios que receberam curadoria de exposições, catalogação e conservação de acervos, entre outras medidas de preservação e valorização de obras e coleções representativas da arte, cultura e história do Paraná. Destacam-se os projetos de criação e instalação de museus históricos, como o de Catanduvas - Memorial da Revolução de 1924 e União da Vitória, além de revitalização de museus como os de Guaíra, Irati e São José dos Pinhais. Outros 28 municípios receberam orientação técnica de especialistas na área para desenvolver melhores condições em seus museus.
- Sistema Pergamum Museus - inédito no país, o Governo do Estado/SEEC desenvolveu, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), um novo sistema de banco de dados para gestão de acervos: o PERGAMUM MUSEUS, em pleno processo de implantação em museus da SEEC, bem como em algumas unidades municipais. O software foi lançado nacionalmente no 12º Encontro Nacional dos Usuários da Rede Pergamum, realizado na PUC-PR em junho.
- Programa de Exposições nas Unidades da SEEC: a) Casa Andrade Muricy (CAM) com 06 exposições e 16.413 visitantes; b) Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP) com 13 exposições e 1.045 visitantes; c) Museu Alfredo Andersen (MAA) com 19 exposições e 3.427 visitantes; d) Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC) com 09 exposições e 24.586 visitantes; e) Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS) com 03 exposições e 3.662 visitantes; f) Museu Oscar Niemeyer (MON) com 26 exposições e 340.000 visitantes; g) Museu Paranaense (MP) com 23 exposições e 14.051 visitantes; h) Sala do Artista Popular (SAP) com 06 exposições e 2.310 visitantes e i) Museu do Expedicionário (MEXP) com 03 exposições e 31.437 visitantes.

### **13.1.3 Coordenação de Incentivo à Cultura (CIC)**

- Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE) - constituída a Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (CPROFICE), composta por representantes das dez áreas culturais estabelecidas na Lei nº 17.403/11. Foram realizadas sete reuniões, que debateram e analisaram as demandas das diferentes áreas artístico-culturais possibilitando reflexões sobre a descentralização cultural, estudos e sugestões para a elaboração do primeiro Edital do Programa na modalidade renúncia fiscal. Para a apresentação de projetos artístico-culturais dentro da plataforma digital, foi firmada parceria com a CELEPAR para a criação do Sistema do Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (SISPROFICE), que possibilitará a inscrição, a análise e a prestação de contas dos projetos.

- Conta Cultura - tem por objetivo facilitar a parceria entre os empreendedores culturais e as empresas incentivadoras de projetos na área cultural, utilizando-se da Lei Rouanet. Participaram do Programa as estatais COPEL e SANEPAR. Foram inscritos 215 projetos, destes 149 foram habilitados e 45 foram selecionados. Os recursos na ordem de R\$ 3,5 milhões foram disponibilizados entre projetos selecionados, por área: 17 de Artes Cênicas, 07 de Audiovisual, 04 de Artes Visuais, 01 de Patrimônio Cultural, 05 de Humanidades e 11 de Música.
- Conselho Estadual de Cultura (CONSEC) - seis reuniões ordinárias e uma extraordinária, que pautaram as seguintes questões: mais verba para a cultura/PEC 150; Sistema e Plano Estadual de Cultura; Gestão de Políticas Públicas; legislação e elaboração do Regimento Interno do CONSEC; PROFICE; Comissão do Programa de Fomento e Incentivo à Cultura; SISPROFICE; Conferências municipais, intermunicipais, estadual e nacional; Editais e comissões de avaliação e seleção.
- Elaboração do Plano Estadual de Cultura (PEC/PR) - criado Grupo de Trabalho para elaboração do Plano e realizada parceria entre a SEEC, o Ministério da Cultura (MINC) e a Universidade de Santa Catarina (UFSC), que possibilita que a Universidade oriente quanto a metodologia a ser aplicada para a elaboração do Plano Estadual de Cultura do Paraná, para os próximos dez anos.
- Sistema Estadual de Cultura - em decorrência do acordo firmado entre a SEEC e o MINC para adesão ao Sistema Nacional de Cultura foi apresentado o Plano de Trabalho que permite a realização de ações para a criação do Sistema Estadual de Cultura.
- 3ª Conferência Estadual de Cultura (CEC) – realizada em Guarapuava, nos dias 21 e 22 de setembro, 274 municípios do Paraná participaram de conferências municipais ou intermunicipais preparatórias. Participaram 158 delegados representantes da Sociedade Civil; 127 representantes da área governamental; 08 convidados e 108 observadores. Além das propostas apresentadas pelos participantes inscritos nos quatro eixos previstos foram eleitos para participar da 3ª Conferência Nacional: 19 delegados representantes da sociedade civil, 09 delegados representantes da área governamental e 02 delegados natos escolhidos pelo Conselho Estadual da Cultura.

#### **13.1.4 Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC)**

- Tombamentos homologados em 2013: a) Mural em Mosaico denominado Monumento ao Tropeiro, de Poty Lazarotto, na Lapa; b) Colégio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa, em Curitiba; c) acervo da Rádio Educativa do Paraná, em Curitiba; d) Sítio Arqueológico da Redução Jesuítica de Santo Inácio; e) Sítio Arqueológico da Redução Jesuítica de Nossa Senhora de Loreto, em Itaguajé e f) Igreja Luterana, em Curitiba.
- Processos em andamento de tombamento dos seguintes bens: a) Sítio Paleontológico de Cruzeiro do Oeste; b) Centro Histórico de Castro; c) Conjunto das Obras de Poty

Lazarotto, no Paraná; d) Colégio Cristo Rei, em Jacarezinho; e) Colégio Padre Cláudio Morelli, no Umbará, em Curitiba; f) Colégio Santa Clara, em Mandaguari; g) Paisagem e Ecossistemas da Escarpa Devoniana dos Campos Gerais; h) Imóvel na Rua Riachuelo, em Rio Negro; i) Salto Paiquerê, em Mariluz e Alto Piquiri.

- Pesquisas, projetos e obras - o Setor de História da CPC realizou um arrolamento de documentos, iconografia, mapas, depoimentos e projetos relativos ao Parque Histórico do Mate, bem tombado, em Campo Largo, com o objetivo de fornecer informações aos pesquisadores e visitantes do local.

### **13.1.5 Museu da Imagem e do Som (MIS)**

- Implantação do Projeto Cinematográfico, Sessão Sabedoria - a SEEC e o Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR), com apoio do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), lançou a Sessão Sabedoria. O projeto teve início em maio e acontece toda primeira segunda-feira do mês, no Auditório Brasília Itiberê. Foram realizadas oito sessões com exibição comentada de filmes com temática relativa à terceira idade.
- Exibição de Filmes e Mostras de Cinema - o MIS também realizou oito exposições de filmes e mostras de cinema como: José Penalva, o mestre da música; A Sagração da Primavera; Mostra HQ nas Telas; Cinema Surrealista; Festival de Cinema Indiano; Freud e Jung no Cinema; Mostra Marcel Proust; Olhar Compartilhado - Peter Kubelka (MIS-Bienal); Vinicius de Moraes e Franz Kafka no Cinema.
- Apoio a projetos e pesquisas - de janeiro a novembro, o MIS realizou 177 atendimentos a pesquisadores e também apoiou projetos importantes de preservação da memória audiovisual do Paraná. No projeto Memória e História: a fotografia construindo nossos passados, feito em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), as 3.600 fotografias da coleção Guilherme Glück estão sendo digitalizadas e serão historiadas, além de acondicionadas e higienizadas. Já no projeto Iconografia Paranaense, em parceria com o Departamento de História da UFPR, as 363 imagens da Coleção Dario Vellozo foram digitalizadas pelo MIS e serão contextualizadas historicamente.
- Projeto de Digitalização do Acervo do MIS - assinado convênio com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), referente ao Projeto Inventário, Digitalização e Conservação Preventiva do Acervo do MIS, tendo por objeto digitalizar e higienizar 13.000 itens do acervo iconográfico e documental do MIS e viabilizar o acesso à pesquisa.
- Oficinas de Capacitação Audiovisual - projeto realizado em parceria com SEDS, com recursos da Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente. Foram oito oficinas com a participação de 96 professores de Artes dos Núcleos Regionais da Secretaria da Educação.

### **13.1.6 Museu Paranaense (MP)**

- Reestruturação do acervo - com recursos próprios e da Lei Rouanet, dedicou-se a um trabalho de reestruturação interna, com apoio da Sociedade de Amigos. Intensificou a melhoria das condições de guarda e conservação dos objetos do patrimônio cultural sob responsabilidade do MP. Foi iniciado o processo de inventário dos acervos de objetos históricos e antropológicos do Museu Paranaense, que deve se estender até o final de 2014.
- Exposições e eventos - foram montadas oito exposições em sua sede, além de quatro exposições itinerantes, em Campo Largo, Francisco Beltrão, Irati e Marechal Cândido Rondon. Participou da curadoria do Memorial da Revolução de 1924, inaugurado em Catanduvas, em julho. Foram incorporados importantes acervos do extinto Museu do Matte Leão, da Impressora Paranaense e da Indústria Todeschini, grandes empresas que encerraram suas atividades recentemente, depois de mais de um século de funcionamento em Curitiba, representando ao todo cerca de 3.000 novos itens ao acervo do Museu. Foram realizados 26 eventos no Museu, entre apresentações teatrais, musicais, reuniões técnicas, cursos, palestras, oficinas e mesas redondas, além de 11 palestras e reuniões realizadas por técnicos do museu a convite de municípios ou entidades em eventos diversos. Foram lançados 03 livros: Personagens da História do Paraná e 02 volumes da Coleção Teses do Museu Paranaense. Por fim, foi repassada à Prefeitura de Campo Largo a administração do Parque Histórico do Mate.

### **13.1.7 Casa Andrade Muricy (CAM)**

- Bienal Internacional de Curitiba - evento que traz aos espaços culturais da cidade, uma seleção de 150 artistas nacionais e internacionais que se destacaram nas artes visuais contemporâneas, dentre estes, a obra do artista Chinês Ai Weiwei.

### **13.1.8 Museu Alfredo Andersen (MAA)**

- 4º Salão Nacional de Cerâmica - o Governo do Paraná e a SEEC, por meio do Museu Alfredo Andersen e da Sociedade Amigos de Alfredo Andersen realizou o 4º Salão Nacional de Cerâmica com a participação de 30 artistas selecionados. No total foram inscritos 200 trabalhos de diversos estados do Brasil. Dos artistas participantes, dois foram premiados e seis receberam Menções Honrosas concedidas pela Comissão de Seleção. Os trabalhos integraram a exposição que ocupou a Casa Andrade Muricy.

### **13.1.9 Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP)**

- Comemoração 60 Anos do Centro Juvenil de Artes do Paraná (CJAP) - em 2013, o CJAP completou 60 anos de existência. Esta história está ligada ao idealismo de Guido Viaro, educador e artista que tinha por meta estimular a criança a gostar da arte e assim despertar a criatividade com perspectiva de contribuir para o desenvolvimento e formação do caráter humano. Ele desejava que a arte fosse não só privilégio de alguns, mas de crianças de toda a comunidade, por isso durante todos esses anos o CJAP voltou-se ao ensino da arte para alunos de 06 à 17 anos, de escolas públicas e particulares. Atende aproximadamente 300 alunos por semestre. Neste ano comemorativo aconteceu a exposição Primeiros Traços onde foram exibidos trabalhos dos alunos das primeiras turmas, e a exposição Arquitetura e Memória, que representa em desenhos, pinturas e esculturas os locais por onde este Centro de Artes passou. Em comemoração à data, algumas atividades foram programadas no decorrer do ano como a visita dos alunos ao Museu Guido Viaro, para conhecer mais sobre a obra do artista. Dois momentos também marcaram as comemorações: o lançamento, pelos CORREIOS, do selo alusivo aos 60 anos do CJAP e a palestra da doutora em arte Mirian Celeste Martins, sobre Cultura Arte e Educação.

## **13.2 Administração Indireta**

### **13.2.1 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)**

O Centro Cultural Teatro Guaíra tem por finalidade promover o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança e a apresentação de espetáculos artístico-culturais. Além de suas próprias produções, o CCTG viabilizou a realização, em seus três Auditórios e no Teatro José Maria Santos, de 509 apresentações de espetáculos e eventos de produções locais, nacionais e internacionais dos mais variados gêneros artísticos. Tais apresentações atingiram um público somado de 244.381 espectadores.

No período de janeiro a meados de novembro, desenvolveu também as seguintes atividades por meio de seus corpos estáveis e outras produções:

- Balé Teatro Guaíra - realizou 23 apresentações com as obras do programa Experiências Urbanas: "Visita Guiada", "Encontros", "Ontem Também é Hoje", "Conversa Silenciosa", "A Céu Aberto" e "Suporte para Violetas" (09 apresentações); "A Sagração da Primavera" (06 apresentações); "Predicativo do Sujeito" e "Desvio" (06 apresentações); e "Caixa de Cores" (02 apresentações). Elas aconteceram em Curitiba (18 apresentações), Telêmaco Borba (01 apresentações), Joinville (01 apresentações), Fortaleza-CE (02 apresentações) e Paracuru-CE (01 apresentações). Essas apresentações atingiram um total de 16.821 espectadores.

- Orquestra Sinfônica do Paraná - realizou 25 concertos com repertórios diversos, apresentando-se 20 vezes em Curitiba, 01 em Foz do Iguaçu, 01 em Maringá, 01 em Apucarana, 01 em Londrina e 01 em Ponta Gross. No total, os concertos foram prestigiados por um público de 20.364 espectadores.
- G2 Cia de Dança - realizou 13 apresentações, sendo 09 da obra "Blow Elliot Benjamin" e 04 da coreografia "O Banquete". As apresentações se deram em Curitiba (07 apresentações), Fortaleza-CE (03 apresentações) e Brasília-DF (03 apresentações). Um público de 2.627 pessoas prestigiou essas apresentações.
- Projeto Piás e Gurias - realizou 48 apresentações de 36 diferentes espetáculos, sendo: 42 apresentações em Curitiba, 01 em Loanda, 01 em Cruzeiro do Oeste, 01 em Guaratuba, 01 em Altamira do Paraná, 01 em Rio Bonito do Iguaçu e 01 em Santa Isabel do Oeste. O público alcançado foi de 5.788 espectadores.
- Escola de Dança Teatro Guaíra - mantida pelo Centro Cultural Teatro Guaíra, está voltada essencialmente ao ensino da dança clássica para alunos de 06 a 21 anos. Mantém cerca de 270 alunos em 10 diferentes níveis de formação. Como resultado das atividades didáticas, realiza apresentações públicas e participa de festivais de dança pelo país, por meio dos grupos artísticos formados pelo seu corpo discente nas diferentes faixas etárias. Ocasionalmente os alunos participam, também, das montagens de óperas e de coreografias pelo Balé Teatro Guaíra. Nessa condição a Escola participou de 23 eventos, sendo 15 em Curitiba, 02 em Colombo, 01 em Ribeirão Preto-SP, 03 em Pinhais, 01 em Joinville-SC e 01 em Florianópolis-SC, atingindo um público estimado de 19.111 espectadores.
- 19º Festival Espetacular de Teatro de Bonecos - realizado no período de 06 a 14 de julho, a 19ª edição do festival levou a diversos espaços da cidade 70 apresentações de 32 diferentes espetáculos realizados pelos 31 grupos locais, nacionais e internacionais participantes, atingindo um público de 10.481 espectadores.

### **13.2.2 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)**

Desde 2011, a Biblioteca Pública do Paraná realiza um trabalho de atualização do acervo, promoção de eventos culturais e modernização da instituição. Nos últimos três anos, a Biblioteca trabalhou na consolidação de projetos como o jornal literário Cândido, que se tornou uma referência entre periódicos culturais do país. Igualmente bem-sucedidos foram eventos culturais como o bate-papo Um Escritor na Biblioteca, que traz, mensalmente, grandes nomes da literatura para conversar sobre suas experiências de leitura com os frequentadores da BPP. A criação de um núcleo de edições dentro da Biblioteca possibilitou a execução de iniciativas como o Prêmio Paraná de Literatura, a edição dos livros vencedores do concurso e a confecção da revista trimestral Helena, além de outros títulos, como as edições, em livro, das entrevistas do projeto Um Escritor na

Biblioteca. O resumo desses e de outros projetos, como as oficinas de criação literária e as atividades para o público infantojuvenil, pode ser visto a seguir:

- Internet e melhorias – deu-se início ao projeto de modernização da BPP. O arquiteto Manoel Coelho entregou, ainda em 2012, o projeto de reforma do prédio. No mesmo ano ocorreu a troca da rede lógica e elétrica da Biblioteca, o que possibilitou que em 2013 os antigos fichários (fichas em papel) fossem substituídos por computadores para pesquisa do acervo. Os usuários também ganharam uma sala com nove computadores com acesso à internet, chamada Biblioteca Online.
- Biblioteca Pública Mário Lobo (BPML) - iniciou suas atividades na cidade de Paranaguá, em agosto, como a primeira sucursal da Biblioteca Pública do Paraná no Estado. Instalada em um edifício histórico, que até 2007 abrigava a Santa Casa da cidade, o novo espaço recebeu um acervo de 10 mil volumes, que inclui livros de literatura, artes visuais, história e geografia, entre outras áreas do conhecimento. O prédio foi completamente reformado, ganhou mobiliário, equipamentos de informática, auditório e espaço para exposições. A biblioteca possui área interna de 850 m<sup>2</sup> e é um espaço de convivência, leitura, pesquisa e interação com a comunidade. Também disponibiliza o Espaço Cidadão, que oferece aos usuários serviços de referência digital. Possui ainda uma sala com títulos infanto-juvenis e uma hemeroteca (jornais e revistas atuais). Também tem intensa programação cultural, como as edições do projeto Um Escritor na Biblioteca e oficinas direcionadas ao público infantil.
- Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELL) - a Lei do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL), que define os rumos das políticas públicas na difusão da leitura no Estado, foi sancionada em 17/04/2013 - Lei nº 17.547. O bate-papo Um Escritor na Biblioteca (levado para diversas cidades do interior), a Contação de Histórias (que acontece em outros espaços da cidade, além da BPP) e as Oficinas BPP de Criação Literária, são alguns dos projetos previstos pelo Plano.
- Jornal Cândido - com tiragem de 10.000 exemplares e edição mensal, o Cândido teve sua primeira edição em agosto de 2011. O jornal é distribuído em diversos pontos de cultura da cidade, como museus (da SEEC), cafés, livrarias e Faróis do Saber. Sua linha editorial é voltada para a difusão do livro, leitura e literatura. Em 2013, o Cândido passou a ser distribuído também em todas as escolas de ensino médio do Paraná, em uma parceria entre a BPP e a SEED.
- Um Escritor na Biblioteca - é a releitura do projeto homônimo realizado pela BPP na década de 1980, em que grandes escritores falam sobre suas experiências com a leitura e seu envolvimento com as bibliotecas. Em 2013, os convidados foram Ignácio de Loyola Brandão, Roberto Gomes, Ronaldo Correia de Brito, Bernardo Carvalho, Luci Collin, Marcelo Backes, Paulo Scott e Michel Laub. Os depoimentos do evento são gravados em áudio e vídeo e transcritos no jornal Cândido mensalmente. Também são

transmitidos pela RTVE, que grava os bate-papos e os transforma em programas com uma hora de duração.

- Prêmio Paraná de Literatura - criado pela SEEC, por meio da BPP, o Prêmio Paraná de Literatura surgiu com o objetivo de valorizar a produção literária brasileira e criar mais um espaço para a discussão e divulgação de livros. Em sua primeira edição, em 2012, o concurso selecionou obras inéditas, de autores de todo o Brasil, em três categorias que homenageiam figuras importantes da literatura paranaense: Romance, com o prêmio Manoel Carlos Karam; Contos, com o prêmio Newton Sampaio; e Poesia, com o prêmio Helena Kolody. Cerca de 900 trabalhos foram inscritos e analisados por uma comissão julgadora que escolheu um vencedor em cada categoria. Os três livros vencedores (Papis et circensis, de José Roberto Torero, As maçãs de antes, de Lila Maia, e Sergio Y vai à América, Alexandre Vidal Porto) foram editados pela Biblioteca Pública e distribuídos para as principais bibliotecas do país. Além da edição do livro, cada vencedor ganhou a premiação de R\$ 40 mil. O anúncio dos vencedores da segunda edição do Prêmio aconteceu na segunda quinzena de dezembro de 2013.
- Oficinas de Criação Literária - as oficinas aconteceram mensalmente desde março de 2011. Aliando teoria e prática à experiência dos convidados, elas colocam o público em contato com diversos gêneros de escrita. Ao longo de três anos, foram mais de 25 cursos, sempre com duração de três dias, iniciando em março e encerrando em novembro. Alguns dos principais escritores brasileiros contemporâneos estiveram lecionando em cursos sobre Romance (Luiz Ruffato, Milton Hatoum e José Castello), Conto (Miguel Sanches Neto, João Carrascoza e Antonio Carlos Viana), Crônica (Humberto Werneck, Antônio Torres e José Roberto Torero), entre outros gêneros literários e escritores.
- Coral da Biblioteca Pública do Paraná - criado em 2013, o Coral faz parte das atividades culturais oferecidas à comunidade pela Biblioteca Pública do Paraná. A coordenação do projeto é das professoras Júlia Saggin (pianista) e Paula Harada (violinista), com orientação da regente Cristiane Alexandre. Os ensaios, que começaram em abril, contaram com crianças de sete a 16 anos, e também procuram aliar o estudo da música com textos de autores consagrados da literatura brasileira. Em sua aula inaugural, as crianças tiveram noções básicas de música e criação musical, trabalhando a voz como um instrumento singular, com o músico Hermeto Pascoal, que esteve acompanhado da cantora Aline Moreno. A primeira apresentação se deu no mês de outubro.
- Oficina BPP de Ilustração - focam em vários gêneros do desenho e contaram com grandes nomes da ilustração nacional. Realizadas a cada dois meses, artistas se revezam em cursos sobre Cartum, Roteiro para Quadrinhos, Ilustração Editorial, Tiras, etc. Em 2013, participaram dos cursos o artistas Rafael Coutinho, Caco Galhardo, Ramon Muniz e Paixão.

- Semana Nacional do livro e da Biblioteca - sempre no mês de outubro, a BPP realiza uma série de eventos, como mesas-redondas, palestras e oficinas, que marcam a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca. O evento ocorreu entre 23 e 29 de outubro, na Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba, na Biblioteca Pública Mário Lobo, em Paranaguá, e na Biblioteca Pública Municipal Professor Bruno Enei, em Ponta Grossa.
- Uma noite na Biblioteca V - a Biblioteca Pública do Paraná realizou cinco edições do projeto que leva crianças, de 7 a 13 anos, para um divertida noite dentro da BPP. O evento sempre é realizado como parte da programação da Virada Cultural, mas também acontece em outras datas ao longo do ano. Em 2013, houve eventos nos meses de julho e novembro. As atividades iniciaram às 18 horas do sábado e acabaram somente na manhã de domingo. Em cada Seção da Biblioteca, uma atividade diferente foi realizada. Neste ano o projeto também foi realizado no município de Campina Grande, sob a supervisão da BPP.
- Aventuras Literárias e Hora do Conto - reúne autores infanto-juvenis para um bate-papo com o público jovem. Nomes como Heloisa Prieto, Ilan Brenman, Liana Leão, Célia Cris Silva e Alexandre Leocádio já participaram do evento. Também voltado ao público infantil, a Hora do Conto é um evento consolidado e que reúne grande número de crianças diariamente, de segunda a sábado, em dois horários, com o grupo de contação de histórias da Biblioteca Era uma vez.
- Repasse de Livros e Doações Recebidas - visando contribuir com a manutenção do acervo das bibliotecas públicas municipais, foram repassados às bibliotecas públicas e para algumas instituições do Paraná de diversos municípios, 4.059 livros usados, 8.023 livros novos, 3.422 fascículos de periódicos, 36 DVDs e 142 CDs. Em 2013, começou-se também a totalizar os materiais bibliográficos novos recebidos por doações, por meio da Lei de Incentivo a Cultura e/ou outros. Ao final do ano, foram recebidos, por doação, aproximadamente 5.000 livros, que, aos poucos, foram repassado para as bibliotecas públicas municipais.
- Projeto Caixa Estante – destaca-se a importante atualização do Projeto, por meio da compra de 330 novos livros e também a aquisição de 15 novas caixas de aço (para o suporte dos livros). Atendeu, preferencialmente, Curitiba e Região Metropolitana. Em 2013, o atendimento a instituições públicas e privadas totalizou 80 caixas estantes emprestadas. Circularam 7.634 volumes, como mais uma opção para o incentivo à leitura. Desde 2012, a Divisão de Extensão participa do Projeto Remissão pela Leitura em parceria com a SEJU com o Projeto Caixa Estante, com 12 unidades penais atendidas.
- Cursos e Treinamentos - faz parte da rotina de trabalho da Divisão de Extensão a realização de Eventos como Encontros, Cursos e Treinamentos para atendentes de bibliotecas públicas dos municípios. Foram realizados 06 Encontros Regionalizados em Jacarezinho, Ponta Grossa, Paranavaí, Cascavel, Campo Mourão e Curitiba. O total de participantes foi de 162 atendentes de bibliotecas, representando 65 municípios

paranaenses. Foram realizados 04 treinamentos em Curitiba com um total de 44 participantes, representando 18 municípios.

- Música na Biblioteca - toda semana, músicos locais se apresentam no Hall Térreo da BPP. A cada edição, um gênero musical é escolhido, como MPB, música barroca, chorinho, música indiana, tango e samba. As apresentações acontecem sempre às sextas-feiras, às 17h30. Mais de 100 músicos locais já se apresentaram no palco da BPP, que valoriza a música autoral da cidade. Em 2013, aproximadamente 40 músicos/grupos se apresentaram no hall térreo da Biblioteca.
- Ilustração para os pequenos - voltada ao público infanto-juvenil, a oficina de História em Quadrinhos acontece todos os sábados e é ministrada pelo arte-educador, cartunista e designer Rodrigo Gusmão Belato. O curso acontece das 10h às 12h, na Sala de Reuniões da BPP, ao longo de todo o ano. O objetivo principal da oficina é aproximar o aluno da linguagem e dos conceitos essenciais utilizados na produção de revistas em quadrinhos, fanzines (revista editada por um fã), tiras e charges para jornais. No encerramento do curso, as crianças, sob a supervisão de Belato, produzem o gibi Boing!, que tem tiragem de 1.000 exemplares e é distribuído gratuitamente na BPP.
- Revista Helena - criada em maio de 2012, é uma revista cultural que debate temas paranaenses, levando o leitor à reflexão e à ação. Publicação trimestral idealizada pela SEEC passou a ser produzida pelo Núcleo de Edição, estabelecido na BPP. Com tiragem de 5.000 exemplares e distribuição gratuita, a quarta edição da revista aborda temas variados sobre a cultura paranaense. Com a quinta edição em dezembro.
- Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - ponto de apoio às iniciativas de criação e efetivação de funcionamento das bibliotecas públicas municipais do Paraná. É composto pelo conjunto de bibliotecas públicas do Estado e coordenado pela BPP, cabendo sua operacionalização à Divisão de Extensão. Com o Projeto Biblioteca Cidadã pode-se afirmar que cada um dos 399 municípios do Paraná possui pelo menos uma biblioteca pública. Objetivos do trabalho do Sistema Estadual de Biblioteca Públicas, dentro das atividades desenvolvidas pela Divisão de Extensão: a) coordenar e incentivar as ações referentes ao cumprimento da política estadual para as bibliotecas públicas; b) promover práticas de incentivo à leitura para dinamização das bibliotecas como espaços de informação e cultura; c) manter o cadastro das bibliotecas públicas municipais e encaminhá-lo para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas quando solicitado; d) oferecer assessoria técnica às bibliotecas públicas municipais no que se refere à qualificação de recursos humanos; e) realizar oficinas, organizar levantamentos para compor o acervo de aquisição; f) atender os pedidos de doação de livros e outros materiais.

*Secretaria do Desenvolvimento Urbano*





## 14 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) tem como missão: definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes.

Foram desenvolvidas as seguintes ações:

### 14.1 Administração Direta

- Elaboração e atualização do Manual do Servidor da SEDU, com direitos e deveres dos servidores públicos, bem como a divisão setorial da Secretaria e suas atribuições.
- Desenvolvimento, em conjunto com estagiários do curso de Psicologia da PUC-PR, de mapeamento de competências, análise e descrição de cargos, avaliação de desempenho, avaliação de necessidade de treinamento, avaliação de eficácia de treinamento.
- Participação de servidores da SEDU em diversos eventos e cursos.
- Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM) instituído pelo Decreto nº 7.933/2014 e Auxílio aos Municípios/Transferências voluntárias, envolvendo recursos estaduais, para execução de obras de infraestrutura urbana e recapeamento asfáltico, da ordem de R\$ 130,0 milhões, com 510 convênios, atendendo 352 municípios.
- Primeira fase do Projeto Calçadas Paraná, convênios com 31 municípios, totalizando R\$ 9,3 milhões.
- Manutenção da oferta dos cursos de Curso de Pós Graduação em Gestão Pública, desencadeado em parceria pelo Governo do Estado do Paraná (SEDU, SETI, SEAP-Escola de Governo) com o Instituto Federal do Paraná, no contexto do Programa de Qualificação de Servidores Municipais (PQSM), instituído pelo Decreto nº 6.822/2006, que apresenta os números a seguir:

PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS

REGIÃO	PLANO PLURIANUAL MUNICIPAL (PPA)		GESTÃO PÚBLICA PARA RESULTADOS		PÓS-GRADUAÇÃO TURMA I E II	
	Alunos	Munic.	Alunos	Munic.	Alunos	Munic.
MSR-01-Noroeste Paranaense	41	19			87	6
MSR-02-Occidental Paranaense	16	11			35	1
MSR-03-Norte Central Paranaense	54	28	5	2	71	4
MSR-04-Norte Pioneiro Paranaense	52	25	8	3	97	6
MSR-05-Centro Oriental Paranaense	17	8	18	4	97	7
MSR-06-Oeste Paranaense	43	20			261	9
MSR-07-Sudoeste Paranaense	39	13			152	7
MSR-08-Centro Sul Paranaense	23	13			55	4
MSR-09-Sudeste Paranaense	29	13			37	3
MSR-10-Metropolitana de Curitiba	65	20			599	5
TOTAL	379	170	31	9	1491	52

FONTE: Coordenadoria de Relações Institucionais e Qualificação (CRIQ/SEDU)

- Realização de Palestra Um novo olhar para o papel do gestor público, com a participação de 122 servidores dos municípios de Pinhais, Piraquara, Colombo e Curitiba.
- Acompanhamento e supervisão, com o apoio do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, da elaboração dos Planos Diretores Municipais (PDMs) pelos municípios, conforme segue (situação em novembro de 2013):

PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDMs)

PDMs	MUNICÍPIOS
Aprovados/concluídos	375
Lei do PDM aprovada	362
Lei de Perímetro Urbano aprovada	375
Lei de Parcelamento do Solo aprovada	357
Lei de Uso e Ocupação do Solo aprovada	357
Lei do Sistema Viário aprovada	350
Código de Posturas aprovado	354
Código de Obras aprovado	354
Em elaboração	15
Faltantes (convênios assinados para elaboração do PDMs)	09

FONTE: PARANACIDADE

- Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo - mecanismo de gestão, controle e integração de informações e indicadores por meio de um sistema de informações georreferenciadas, referente à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços públicos, com vistas a subsidiar a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná, assim como a alocação de recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado. As ações desenvolvidas em parceria com o PARANACIDADE foram as seguintes: a) implantação e configuração de infraestrutura de hardware, software e internet; b) levantamento e cadastramento de equipamentos urbanos (na área da saúde, educação, infraestrutura urbana, segurança, entre outros, nos três níveis de Governo – Municipal, Estadual e Federal) para 36 municípios (os 32 municípios acima de 50 mil habitantes e no escritório regional de Guarapuava os municípios acima de 30 mil habitantes); c) levantamento e cadastramento de infraestrutura urbana de pavimentação, iluminação e drenagem para 247 municípios (152 municípios não repassaram as informações); d) levantamento da estrutura administrativa municipal de urbanismo, planejamento e obras para os 36 municípios; e) georreferenciamento do perímetro urbano, dos bairros, dos distritos municipais, das áreas verdes significativas, elementos de transposição e cruzamentos semaforizados para os 36 municípios; f) elaboração de metodologia para aplicação da classificação viária e de propostas dos sistemas viários municipais e minuta da lei de sistema viário para os 36 municípios; g) modelagem e implementação do banco de dados; h) realização de 52 videoconferências com os técnicos dos escritórios regionais do Paranacidade, entre outros.
- Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES) - propiciou condições para o seu funcionamento, mediante suporte administrativo e técnico aos Conselheiros e realização

das reuniões; acompanhamento e alimentação do site do Conselho, custeamento de despesas, tendo sido realizadas: 04 reuniões ordinárias – Plenárias; 09 reuniões da comissão preparatória para a 5ª Conferência Estadual das Cidades; 04 reuniões das quatro Câmaras Técnicas; 04 reuniões dos cinco Grupos de Trabalhos; a 5ª Conferência Estadual das Cidades – Foz do Iguaçu 13 a 15 de agosto, com a participação de 3.042 pessoas; 03 reuniões da Comissão de Mobilização para a 5ª Conferência Estadual das Cidades; 03 reuniões da Comissão Estadual de Recurso e Validação da 5ª Conferência Estadual das Cidades; 342 Conferências Municipais das Cidades - apoio técnico, mobilização, administrativo, divulgação, participação de palestras em diversas Conferências Municipais no Estado; participação na 5ª Conferência Nacional das Cidades em Brasília/DF nos dias 20 a 24 de Novembro, com os Delegados representantes do Estado do Paraná (80 Delegados do Paraná), sendo que todas as propostas do Paraná apresentadas na conferência nacional foram aprovadas.

## **14.2 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)**

A COMEC tem por objetivo coordenar as ações de interesse público e planejar soluções conjuntas para as necessidades da Região Metropolitana de Curitiba.

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- PAC da Mobilidade/COPA 2014 - tem como objetivo melhorar as condições de modalidade no Núcleo Urbano Central da RMC, criando vias radiais entre Curitiba e Pinhais, Curitiba e Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, além de melhorias na circulação viária de transporte coletivo pelas Avenidas das Torres, Salgado Filho e Marechal Floriano Peixoto, tendo sido assinado em 02/09/2010 o Contrato de Empréstimo entre o Governo do Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal. Foram concluídos os estudos e os projetos de engenharia viária do Corredor Metropolitano – Lote 01 / Contrato 2011/006, no valor de R\$ 908,5 mil, Lote 02 / Contrato 2011/007, no valor de R\$ 2,7 milhões e Lote 03 / Contrato 2011/011, no valor de R\$ 2,0 milhões. Encontra-se em andamento o Serviço de Apoio Tecnológico e Gerencial/Contrato 2012/002, para a supervisão dos projetos e auditoria de quantidades e de controle de qualidade na implantação de obras de vias a serem contratadas e previstas no Contrato de Empréstimo com a CEF, no valor de R\$ 7,9 milhões. Encontram-se em execução: a) Corredor Marechal Floriano Peixoto – Requalificação da Avenida das Américas (Av. Mal Floriano) entre a divisa municipal de Curitiba/São José dos Pinhais – 3,5 km; b) Corredor Aeroporto/Rodoferroviária – Requalificação da Av. das Torres entre a divisa municipal de Curitiba/São José dos Pinhais – 10km; c) Avenida da Integração – Requalificação – entre os municípios de Curitiba e Pinhais – 5 km; d) Rua da Pedreira – Requalificação - entre os municípios de Curitiba e Colombo – 5,5km; e) Sistema Integrado de Monitoramento

Metropolitano no Sistema Viário Principal da RMC (SIMM); f) Alça da Salgado Filho – Implantação, com edital de licitação homologado, aguardando contratação.

- PAC-2 Drenagem - com recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União: a) Parque Ambiental do Palmital – Projeto Básico Executivo (Contrato 09/2012 – R\$ 104,3 mil), em fase final de elaboração; b) Parque Ambiental Piraquara – Estudo de Concepção (Contrato 08/2012 – R\$ 147,7 mil), concluído; c) Plano Diretor da Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu / Parque Natural do Iguaçu – Estudo de Concepção (Contrato 15/2012 – R\$ 487,2 mil), em fase final de elaboração; d) Parque Ambiental do Itaquí – Estudo de Concepção (Contrato 07/2012 – R\$ 191,9 mil), concluído; e) Parque Metropolitano do Iguaçu – Estudo de Concepção (Contrato 14/2012 – R\$ 290,9 mil), em fase final de elaboração.
- Participação no Conselho Gestor dos Mananciais - órgão consultivo, deliberativo e normativo, responsável por elaborar políticas acerca da qualidade ambiental das áreas de mananciais da RMC.
- Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC: a) Controle do Uso e Ocupação do Solo – efetuada análise de projetos de parcelamento do solo (loteamentos e subdivisões) em áreas urbanas; b) emissão de autorização para registro de imóveis em partes ideais (condomínios), de acordo com o Ofício Circular 04/1995 da Corregedoria da Justiça, e consulta prévia à implantação de indústrias e/ou empreendimentos imobiliários, como parte do processo de licenciamento ambiental; c) regularização de loteamentos; d) análise de processos de usucapião; e) atendimento ao público em geral e orientação aos municípios da RMC nos procedimentos de parcelamento do solo (512 processos analisados).
- Gestão do Transporte Coletivo Metropolitano: a) análise e encaminhamento de solicitações, em conjunto com a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS), nas atividades de gestão do Sistema de Transporte Coletivo por ônibus da RMC; b) contratação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) para a elaboração de modelagem para concessão do sistema de transporte público de passageiros metropolitanos, incluindo a execução da pesquisa origem e destino, auxiliando também o cálculo das indenizações das empresas que estão operando atualmente e acompanhamento da licitação; c) manutenção do convênio e subsídio à URBS para manutenção da integração do transporte metropolitana; e d) aplicação e acompanhamento da isenção do ICMS do óleo combustível.

### **14.3 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**

Tem por missão fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios e administrar recursos provenientes de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU).

As atividades desenvolvidas estão relacionadas a seguir.

- Infraestrutura: a) renovação da frota de veículos da Entidade; b) adaptações aos dispositivos legais relativos a implantação de alterações nas normas do PARANACIDADE, trazidas pela Lei nº 15.211/2006, pelo novo Estatuto e pela revisão do Plano de Cargos, Salários e Benefícios; c) certame seletivo para suprir as necessidades de pessoal; d) leilão dos veículos usados; e) atualização das centrais de telefonia da Sede e Escritórios Regionais; f) elaboração do Plano de Gerenciamento de Processos e Modelagem Organizacional.
- Tecnologia, Informação e Controle: a) definida nova plataforma de sistemas e realizado treinamento da equipe da CTI; b) atualização dos softwares de automação de Escritório; c) migração dos serviços, dados e sistemas executados pelos Servidores do PARANACIDADE para a CELEPAR; d) reestruturação dos Sistemas de Informações, principalmente o SAM para adequá-lo às demandas da Entidade; e) aquisição e implantação do Sistema Integrado de Gestão (ERP), contemplando o fornecimento dos Subsistemas e Programas Integrantes da Solução (Recursos Humanos, Compras, Estoques, Contas a Pagar, Finanças, Contabilidade, Controle de Viagens e Relatórios Gerenciais); f) implantação de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos; g) estudos para a implantação de Sistema Geral (corporativo) que contemple o acompanhamento e monitoramento das ações ao nível externo (municípios e outros) e interno (digitalização, acompanhamento e trâmite de toda documentação, integrando sistemas de GED e de Gestão); h) implantação de Sistema para registro e controle de atividades – com acesso via *web*.
- Urbanização Planejada - auxiliar os municípios na elaboração do Plano de Ação e de Investimento.
- Sistema de Financiamento Municipal - proposta de Instituição do SFM por Lei.
- Implementação de Programas: a) em cooperação com o BRDE, fomento de maquinários aos municípios – PROVIAS, modernização da administração tributária e da gestão dos setores, Caminhos da Escola, readequação urbana, Mais Paraná - construção, ampliação, reabilitação ou reforma de obras de infraestrutura básica urbana, industrial, rural e turística; b) Programa Paraná Urbano III, desenvolvimento urbano integrado, mobilidade urbana e projetos ambientais (financiamento do programa/projetos em municípios acima de 50 mil habitantes), revitalização urbana e modernização da gestão municipal.
- Ações de Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal: a) Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo; b) preparação do Programa Paraná Urbano III; c) Termo de Cooperação Técnica com a UFPR para definição de convenções de representações cartográficas de mapas temáticos urbanos; d) parcerias com entidades públicas e privadas, conforme tabela a seguir:

OBRAS	CONTRATOS/MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VALOR (R\$)
Unidade de Atenção Primária – Saúde da Família (antigo)		
Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança)	20	8.344.233,99
Centro de Referência de Assistência Social	06	1.019.474,13
Centros da Juventude (SECJ)	06	3.206.722,34
Escola Municipal (SEED)	04	11.081.289,62
Posto de Bombeiro Comunitário	02	523.934,82
RECAP (2011)	07	1.593.343,71
RECAP (2012)	03	630.184,10
PAM (2012)	13	4.500.777,05

- Programa Sistema de Financiamento aos Municípios PARANÁ URBANO (SFM) – financiamento de 381 obras urbanas em 138 municípios, valor total de investimentos de R\$ 357,2 milhões, sendo:

PARANÁ URBANO (SFM)	AÇÕES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO (R\$)	QUANTIDADE	UNIDADE
Pavimentação Asfáltica	109	56	173.162.442,74	207,93	Km de Ruas
Recape Asfáltico	37	32	37.564.655,49	133,99	Km de Ruas
Pavimentação – Pedra Irregular e Lajota					
Sextavada	15	12	11.231.216,99	26,06	Km de Ruas
Estradas Vicinais	01	01	1.179.719,81	6,04	Km de Estrada
Urbanização de Vias Urbanas	11	10	11.624.355,79	28,27	Km de Ruas
Bombeiro Comunitário	02	02	808.035,48	02	Edifícios
Barracões Industriais	07	04	3.074.824,76	07	Edifícios
Ginásio de Esportes	07	07	20.145.675,86	07	Edifícios
Escolas Municipais	05	05	7.346.961,37	05	Edifícios
Escolas Municipais – SEED	03	03	8.434.530,14	03	Edifícios
Hospitais	02	02	1.468.911,44	02	Edifícios
Postos de Saúde	02	02	1.333.164,47	02	Edifícios
Quadra de Esportes	03	02	320.286,14	03	Edifícios
Praça	04	04	1.388.424,52	04	Edifícios
Terminal de Transporte	01	01	286.282,46	01	Edifícios
Câmara Municipal	01	01	353.878,48	01	Edifícios
Paço Municipal	04	04	5.739.130,00	04	Edifícios
Obras Públicas (outras Edificações)	14	09	33.811.689,45	14	Edifícios
Equipamento Rodoviário	54	25	25.092.888,00	74	Equipamentos
Veículos para Saúde/Educação	02	02	471.658,00	02	Veículos
Outras Ações	97	10	12.385.010,82	97	Ações
GBAIS DO PARANÁ URBANO (SFM)	381	138	357.223.742,21	381	Ações

- Programa CRAS – análise de projetos e transferência a fundo perdido para a construção de Centros de Referência de Assistência Social, em 08 municípios, no valor total de R\$ 1,3 milhão.
- Programa Saúde da Família – análise de projetos e transferência a fundo perdido para a construção de Unidades de Atenção Primária – Saúde da Família em 18 municípios, no valor total de R\$ 6,2 milhões.
- Análise de projetos e transferência a fundo perdido para a construção de Centros da Juventude, em 06 municípios, no valor total de R\$ 14,5 milhões.

- Programa de Financiamento a Maquinários do PROMAP, em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A. - 43 máquinas financiadas para 26 municípios, com valor total de R\$ 12,8 milhões.
- Programa Pró-Transporte em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A. para repasse de recursos do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), para obras de infraestrutura e transporte aos municípios – um município atendido, com valor de R\$ 3,3 milhões.
- Programa de Intervenções Viárias (PROVIAS) em cooperação técnica com o Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) - para o financiamento de máquinas e equipamentos aos municípios paranaenses, com um município atendido, com valor de R\$ 300,0 mil.
- Programa de Recuperação Asfáltica de Pavimento (RECAP) – análise de projetos e transferência, a fundo perdido, para recapeamento asfáltico ou pavimentação poliédrica de vias urbanas em 31 municípios, com mais de 27 km executados.
- Programa de Auxílio aos Municípios / PAM – RECAPE – análise de projetos e transferência, a fundo perdido, para recapeamento asfáltico ou pavimentação poliédrica de vias urbanas em 26 municípios, com mais de 28 km executados.
- Programa de Auxílio a Municípios - Equipamento - financiamento, a fundo perdido, de 07 equipamentos (maquinários) a um município.
- Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM) – análise de projetos e transferência, a fundo perdido, a mais de 96 municípios.

Além das ações descritas, a SEDU recebeu R\$ 530,6 milhões em novas demandas dos municípios. Deste valor, em novos financiamentos aprovados, em análise, e em trâmite final de encaminhamento a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), projeta-se o valor de R\$ 352,4 milhões (SFM) e R\$ 50,6 milhões (PROMAP), totalizando R\$ 402,9 milhões de novas ações que serão operacionalizadas no PARANACIDADE, representando a aplicação de 95% dos recursos disponíveis no exercício para financiamentos.







## **15 Secretaria de Estado da Educação**

---

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) tem por objetivo a definição e a execução da política governamental no setor de educação básica e de educação profissional, visando à melhoria das condições de vida da população.

Compete à Secretaria adequar a oferta à demanda por escolaridade básica de forma prioritária e por escolaridade profissional, de acordo com a política governamental, de maneira autônoma ou em cooperação com os municípios, primando-se pela qualidade dos resultados. Nesse sentido, em 2013, foram realizadas as ações a seguir.

### **15.1 Recursos Humanos**

O Grupo de Recursos Humanos Setorial é responsável por toda a vida funcional do servidor público da SEED, desde sua nomeação até sua aposentadoria. Cuida da folha de pagamento, planejamento, auditoria, benefícios, realocação de servidores, concursos e promoções da Secretaria e dos Núcleos Regionais de Educação (NREs). Em 2013, foram concretizadas as seguintes ações:

- Demanda da necessidade de contratação de professores e funcionários dos 2.148 estabelecimentos ativos da Rede Estadual de Ensino; e solicitações de abertura de 36.571 contratações de professores e 12.500 funcionários em Regime Especial, por meio de Processo de Seleção Simplificada (PSS).
- Designação de 348 Agentes Educacionais I, Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB), por meio do Decreto nº 8.308 de 24/05/2013.
- Oferta de 13.771 vagas no Concurso Público 2013, para suprimento do cargo de professor do Quadro Próprio do Magistério, para as disciplinas da Matriz Curricular e Pedagogos, em andamento.
- Concessão de 10.129 licenças especiais, 851 licenças sem vencimentos, 701 licenças remuneráveis (para fins de aposentadoria) e 986 aposentadorias.

### **15.2 Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN)**

Responsável pela articulação de políticas educacionais intersetoriais para a qualificação e inclusão profissional dos alunos, público alvo da Educação Especial; pelo atendimento da pessoa idosa que frequenta a rede de ensino e necessita de atenção diferenciada; pela prestação de serviço de atendimento escolar a alunos internados na rede hospitalar ou afastados da escola por tratamento de saúde, serviço de atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH); pela representação da SEED no Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/PR) e no Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COEDE/PR); pela identificação e orientação dos

estudantes da Educação Especial inseridos no Programa de Benefício da Prestação Continuada (BPC), em consonância com as diretrizes do MEC. Para tanto, destacaram-se:

- Formação continuada de: a) 3.302 professores de salas de recursos multifuncionais - tipo I, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, altas habilidades/superdotação na modalidade educação a distância e presenciais; b) 75 professores que atuam na escolarização de alunos com deficiência física neuromotora, na modalidade educação a distância; c) 180 professores que atuam na rede de ensino na área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, na modalidade de educação a distância; d) reunião técnica dos Centros de Apoio Pedagógico Especializados (CAPs), para 40 participantes, em atendimento às pessoas com deficiência visual.
- Festival Nossa Arte - realizado no município de União da Vitória.
- Curso Auto defensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) - Federação das APAEs do Estado do Paraná.
- Aquisição de 110 ônibus, totalizando R\$ 19,9 milhões e distribuição de merenda escolar, totalizando R\$ 2,1 milhões.
- Obras descentralizadas - 110 unidades atendidas, totalizando R\$ 16,5 milhões.
- Aquisição de equipamentos e mobiliários para salas de aula, bibliotecas (fogões, fornos industriais, *kit* com colheres, canecas, garfos, pratos, liquidificadores, estantes e armários) e 400 máquinas Braille para instituições que atendem alunos com deficiência visual, no valor total de R\$ 5,5 milhões.
- Promoção de acessibilidade em 1.394 escolas da Rede Estadual de Ensino, pelo Programa Escola Acessível, Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Criação do Fórum Permanente de Discussão sobre Altas Habilidades/Superdotação, na modalidade educação a distância, com 85 participantes.
- Viagem à Costa Rica para apresentação Projeto Mão Biônica com Sucata.
- Realização da Banca de Proficiência em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, com 50 candidatos.
- Credenciamento e autorização de funcionamento de 16 novas Escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial, Educação Infantil, Ensino Fundamental - anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos - Fase I, com a oferta concomitante de Educação Profissional - Formação Inicial.
- Autorização de Termos Aditivos ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, no valor de R\$ 67,5 milhões para os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira; e de R\$ 15,1 milhões para custeio e investimento das escolas conveniadas com a SEED/DEEIN; ampliação de convênios do Serviço de Atendimento a Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH) - Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier, Hospital de Câncer de Londrina, Hospital de Câncer de Cascavel - União

Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer (UOPECCAN) e Hospital Cajuru de Curitiba; renovação dos Convênios com o Serviço de Atendimento a Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH).

- Realização de 290 avaliações psicoeducacional no contexto escolar.
- Discussão sobre a implantação do Art. 22 do Estatuto do Idoso com a participação do Departamento de Educação Básica (DEB), Departamento de Educação e Trabalho (DET) e do Departamento da Diversidade (DEDI), com 70 participantes.
- Construção da página sobre a Política da Educação para Pessoa Idosa no Portal Dia a Dia Educação – [www.educadores.diaadia.pr.gov.br](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br).
- Campanha da violência contra a Pessoa Idosa nas Escolas da Rede Pública Estadual.

### 15.3 Diretoria de Tecnologia Educacional

Responsável pelo planejamento, desenvolvimento e avaliação dos processos de tecnologias de informação e comunicação na educação básica. Os princípios norteadores de suas ações são: acesso universal às tecnologias educacionais; incentivo e valorização da produção docente; integração de mídias como suporte à prática pedagógica; ampliação da abrangência das ações de formação continuada utilizando alternativas tecnológicas.

Esses princípios serviram de base às ações, voltadas à comunidade escolar: produção, pesquisa e publicação de conteúdos em formato digital no Portal Dia a Dia Educação; produção e veiculação de programas educativos pela TV Paulo Freire e Rádio Web; implantação de laboratórios de informática e TV Multimídia em todas as escolas da rede estadual de ensino; formação continuada no apoio ao uso de tecnologias; suporte técnico a instalação de manutenção dos laboratórios de informática das Escolas da Rede Estadual de Ensino; implementação dos programas ProInfo Integrado e FormAção pela Escola, em parceria com o MEC.

Em 2013, destacam-se:

- Programa Sala de Aula Conectada - iniciado em janeiro, tendo executado: a) projeto piloto em 16 escolas com a participação de 327 professores, formados na oficina de uso dos *tablets*; b) distribuição de 30.000 *tablets* a professores do ensino médio; c) instalação de rede *wireless* para acesso a internet e processo licitatório da rede *wi-fi*; c) Registro de classe *online*; e d) formação continuada e avaliação permanente.
- Produção e veiculação de 174 programas educativos pela TV Paulo Freire.
- Portal Dia a Dia Educação - a) criação de 3.000 páginas com informações e inserção de conteúdos pedagógicos; b) disponibilização de aproximadamente 7.500 materiais didáticos e de apoio ao usuário; c) atendimento a 3.067 no *chat online*; d) encaminhamento e orientação a 18.350 via sistema SIGO; e) 9.525 atendimentos via *e-mail*; f) inserção de 9.913 documentos no sistema Casa Civil e de 407 solicitados por usuários externos.

- Formação continuada no apoio ao uso de tecnologias: a) implementação dos programas Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (PROINFO Integrado) e Formação pela Escola, em parceria com o MEC e FNDE; b) suporte técnico a instalação de manutenção dos laboratórios de informática das escolas da Rede estadual de Ensino por meio de 32 Coordenações Regionais de Tecnologia Educacional (CRTEs); c) formação tecnológica de 2.000 professores participantes do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) em oficinas presenciais; d) adesão de 53 novos municípios ao Formação pela Escola; e) 30.800 cursistas formados nos diversos módulos do Programa - Programas do Livro (PLI), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); f) 10.383 atendimentos de suporte técnico à instalação e manutenção do parque tecnológicos das escolas pelas CRTEs; g) 351 oficinas das CRTEs, para o uso do computador interativo com lousa digital na prática pedagógica, com 5.470 concluintes previstos.
- Reprodução e digitalização de conteúdos educacionais, criação e produção de recursos educacionais midiáticos, pesquisa e desenvolvimento de aplicativos e softwares educacionais livres, produções para *Web Rádio Escola* e *Web conferências* (produção e coordenação de multimeios).

## 15.4 Diretoria de Políticas e Programas Educacionais

Responsável por assegurar a integração entre as ações dos departamentos, coordenações e demais segmentos de atuação, articulando suas políticas e programas educacionais a fim de garantir uma educação básica pública com qualidade.

Tais políticas incluem cidadania e direitos humanos, educação ambiental, gestão democrática, formação continuada, avaliação educacional, combate ao abandono escolar, defesa civil, erradicação do trabalho infantil, prevenção ao uso indevido de drogas, e enfrentamento à violência nas escolas.

Em 2013, destacam-se as seguintes atividades:

- Formação continuada - realizados 9.087 eventos com 191.372 inscritos, sendo 182.161 participantes das Semanas Pedagógicas, que ocorreram em fevereiro e julho, nas Escolas Estaduais, com o objetivo de instrumentalizar todo o coletivo escolar sobre sua prática pedagógica oferecendo espaço e elementos para discutir suas necessidades, desafios e seu Projeto Político Pedagógico.
- Formação em Ação - realizados os eventos nos NREs, com 182.161 inscritos e 157.805 participantes (dados parciais), com o objetivo de propiciar aos professores da rede estadual de ensino fundamentação teórico-metodológica acerca da interdisciplinaridade

como instrumento de intervenção pedagógica; contribuir para que os Agentes Educacionais provoquem, reflitam, problematizem e incorporem, no ambiente escolar, questões relacionadas à vivência escolar e aos direitos e deveres das crianças e adolescentes, e possibilitar aos profissionais da Educação nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade de Educação Especial, momentos de reflexão sobre o currículo para melhoria do processo ensino aprendizagem.

- Atividades a distância - ofertados 24 cursos, monitorados pela equipe de EAD e propostos pelos diversos departamentos, diretorias e coordenações da SEED, com 44.502 concluintes.
- Programa Família Paranaense - participação de 130 municípios e 526 escolas; e Programa Escoteiros, com 20 municípios atendidos e 22 grupos formados.
- Programa Brigada Escolar: a) adequação das edificações escolares às normas de prevenção contra incêndio e pânico, com a formação 6.534 funcionários entre diretores, professores e agentes educacionais; b) distribuição de 25.711 unidades de extintores, 31.185 unidades de iluminação de emergência, 81.153 placas de iluminação; e c) 2.178 Brigadas formadas.
- Aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), com a participação de 500.000 alunos; e capacitação de 12.655 profissionais na modalidade Educação a Distância.
- Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) - a) encerramento 2012, com cerca de 1.774 professores; b) aproveitamento de Titulação Mestrado/Doutorado no Processo Seletivo PDE 2013, com 1.953 professores; c) processo seletivo para a Turma PDE 2014, com 8.675 professores inscritos e 2.000 vagas; d) aproveitamento de titulação Mestrado/Doutorado no Processo Seletivo PDE/2014 (1ª chamada), em andamento; e) elaboração e divulgação *online* dos Cadernos PDE, contendo materiais didáticos e artigos de professores participantes da turma 2009, com ISBN, em forma de revista eletrônica.
- Acompanhamento dos espaços de Curitiba (Instituto Federal do Paraná e Colégio Estadual do Paraná), recursos humanos e infraestrutura que atendem aos alunos da oferta especial do Curso de Pedagogia - Universidade Estadual de Londrina - egressos da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI), com aproximadamente 1.800 matrículas (conclusão da oferta no 1º semestre).
- Validação dos professores da rede inscrita no Plano Nacional de Formação de professores da educação básica (PARFOR), com o acompanhamento da plataforma junto ao MEC e envio dos documentos legitimados no Fórum de Apoio a formação de docente.
- Formação de Docentes do Paraná - realização de seminários e conferências municipais, com 51.000 participantes diretos.

- Acompanhamento e revitalização da infraestrutura física e tecnológica, bem como disponibilização de recursos humanos para oito Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), mantidas pelo Estado (Decreto nº 2.201).

## 15.5 Departamento de Educação Básica (DEB)

Responsável pelas orientações pedagógicas no que concerne à organização curricular disciplinar aos NREs, que assessoram diretamente os estabelecimentos de ensino, além da produção de materiais pedagógicos e formação continuada voltada aos profissionais da Educação Básica. Todas as ações desenvolvidas pelo DEB objetivam garantir a todos o direito à aprendizagem, a partir da melhoria da qualidade do ensino.

Destacam-se em 2013 as seguintes atividades:

- Oferta de Atividades de Ampliação de Jornada - visa ampliar as oportunidades de aprendizagem e de formação dos alunos por meio de atividades pedagógicas.

TABELA 1 - ATIVIDADE DE APLIAÇÃO DE JORNADA

ATIVIDADES	ALUNOS ATENDIDOS
Mais Educação	25.526
Atividades Complementares Permanentes	3.740
Atividades Complementares Periódicas	69.137
Ensino Médio Inovador	6.477
Salas de Apoio	45.825
CELEM	74.235
PRECUNI	887
Aulas Especiais treinamento esportivo	24.547
TOTAL	250.374

- Elaboração das oficinas de Formação em Ação, no 1º semestre, de todas as disciplinas da Educação Básica, com o envolvimento da Rede Pública de Ensino, realizada pelo DEB, DEDI, DEEIN e Diretoria de Políticas e Programas Educacionais (DPPE), com um total de 387 eventos, 60.927 inscritos, 56.346 participantes, nos 32 NREs.
- Realização de 107 eventos, com 10.871 vagas, 9.404 inscritos e 7.611 participantes.
- Elaboração de Simulados da Prova Brasil, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; e realização de simulados e web conferências para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- Publicação, no Portal Dia a Dia Educação, do Caderno de Orientações para Utilização do Laboratório Escolar de Ciências da Natureza da Rede Estadual de Ensino do Paraná.
- Programa Ensino Médio Inovador - orientações sobre a adesão para os anos de 2014/2015, com a participação de 518 estabelecimentos e acompanhamento nas escolas que aderiram ao Programa em 2012 e executaram em 2013, com 93 estabelecimentos atendidos.
- Distribuição de 11.000 exemplares do livro Modelos Didáticos de Gêneros.

- Editoração e impressão: a) 10.000 exemplares do Livro O Contexto do Futebol no Mundo - do Senso Comum à Crítica Pedagógica; e b) Orientações Pedagógicas da Educação Infantil: estudos e reflexões para organização do trabalho pedagógico – Volume I e Volume II, para as Redes Municipais e Estaduais.
- Livro Ensino Religioso - diversidade cultural e religiosa (material para o estudante), com a elaboração e distribuição de 200 mil exemplares para as escolas da Rede Estadual, que ofertam o Ensino Fundamental.
- Acompanhamento e orientação da Olimpíada de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro; e divulgação do concurso de redação e seleção do representante do Paraná para o Programa Jovem Senador.
- Programa Paraná Saudável - guia prático para professores e cartilhas para os alunos, em parceria com a SEET e SESA.
- Acompanhamento do Plano de Ações Descentralizadas (PAD), com a participação de 14 NREs.
- Formação e acompanhamento na implementação das ações do Pacto Nacional de Alfabetização da Idade Certa (PNAIC), nas escolas dos anos iniciais da rede estadual, com 147 professores alfabetizados.
- Produção de aulas de todas as disciplinas, com conteúdos trabalhados a partir da leitura e da resolução de problemas, para atender as demandas do PAD e elaboração de roteiros de discussão para a Equipe Pedagógica realizado com os docentes sobre: leitura e formação do leitor; sala de apoio; papel do pedagogo e interdisciplinaridade.
- Concursos - elaboração do regulamento, divulgação, seleção e premiação dos concursos Barão do Cerro Azul e sua relevância para a História do Paraná, Concurso Literário a Arte de Contar e Poetizar o Pão, Redação da Assembleia Legislativa do Paraná e a Arte do Calendário Escolar 2014.
- Participação de 180 atletas do Paraná, nos jogos da Juventude do Brasil e acompanhamento da equipe da SEED, como dirigente, na cidade de Natal/RN; Jogos Escolares do Paraná - 87.127 estudantes.
- Programa TOP Olímpico 2016 - 660 bolsas para os atletas do Top Formador e 64 bolsas para professores e técnicos dos Jogos Escolares do Paraná (JEPs) do Top Formador.
- Premiação Regional da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) - 294 medalhas incluindo as escolas estaduais, municipais e federais.
- Autorização de 130 cursos do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM).
- Oferta de Educação em Tempo Integral, com a participação de 2.736 alunos.
- Realizados, em parceria com a SEET, os JEPs com 66.266 participantes e custo total de R\$ 11,3 milhões (R\$ 220,1 mil para material esportivo, R\$ 414,0 mil em premiação, R\$ 8,4 milhões em alimentação e R\$ 2,3 milhões em pró-labore e encargos patronais); e os Jogos Escolares da Juventude, tendo a SEED efetuado o pagamento das despesas com transporte no valor de R\$ 952,8 mil.

## 15.6 Legislação Escolar

Tem por atribuição zelar pela legalidade dos atos regulatórios das instituições de ensino e validade da documentação dos alunos, dando suporte às equipes técnicas dos NREs, em conformidade com as normas exaradas pelo Conselho Estadual da Educação (CEE/PR) do Sistema Estadual de Ensino.

Em 2013, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Elaboração, diagramação e acompanhamento de 4.906 Resoluções Secretariais; e elaboração de 2.084 pareceres, referentes aos atos legais das instituições de ensino do Sistema Estadual de Educação (Redes municipais, estaduais e privadas).
- Atualização de 5.180 processos da vida legal das Instituições de Ensino; e análise de 7.557 processos (até 31/10/2013) referentes aos atos legais do Sistema Estadual de Ensino.
- Análise de 690 matrizes curriculares das Instituições de Ensino do Sistema Estadual.
- Regularização de 2.318 processos de vida escolar dos alunos do Sistema Estadual de Ensino.
- Atendimento a 22.000 pessoas via *e-mail* com referência a documentação escolar.
- Análise, acompanhamento e finalização de 406 solicitações da Ouvidoria, Núcleos Jurídicos de Administração e Ministério Público.
- Validação de 41.199 relatórios finais das Instituições do Sistema Estadual de Ensino.
- Registros *online* e *offline* de 39.097 diplomas dos cursos técnicos do Sistema Estadual de Ensino.
- Elaboração de 145 aplicativos e formulários da documentação escolar para o Sistema Estadual de Ensino.
- Realização de 32 visitas técnicas aos NREs e verificação e sindicâncias, em quatro Instituições do Sistema Estadual de Ensino.
- Capacitação dos Assessores técnico-pedagógicos da Diretoria de Legislação Escolar (DLE) via Grupo de Estudos, com três participantes.
- Fórum permanente, *online*, de discussão entre os NREs e SEED para atualização dos subsídios do Regimento Escolar.
- Estudo para elaboração de Resolução, Instrução e Calendário Escolar de 2014.
- Acompanhamento da implantação, no Sistema de Administração Escolar (SAE), da Matriz Curricular das instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino.
- Capacitação para técnicos do NREs dos Setores de Documentação Escolar Estrutura e Funcionamento.

## 15.7 Departamento de Educação e Trabalho

Responsável pela implantação e implementação de políticas públicas para a educação profissional no Estado.

As ações realizadas estão em consonância como o desenvolvimento do plano de trabalho proposto pela SEED denominado Qualifica Paraná, que tem por objetivo expandir a oferta da educação técnica-profissional no sistema público, propiciando o acesso à profissionalização e garantir a qualidade na oferta da educação profissional no sistema público.

Para o desenvolvimento desses objetivos foram realizadas as seguintes ações:

- Expansão de Cursos Técnicos de Nível Médio na Rede Pública Estadual de Ensino, com 83.827 alunos matriculados, em 355 estabelecimentos de ensino, de 184 municípios; e ampliação da oferta de 09 Cursos Profissionalizantes, de acordo com a necessidade regional.
- Ofertas de vagas para alunos do ensino médio, em parceria com o MEC: a) formação inicial ou continuada no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Formação Industrial e Continuada (PRONATEC FIC) - com 5.095 alunos matriculados, 56 municípios atendidos e 102 cursos, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), o SENAI, o SENAC e o SENAR; e b) PRONATEC Concomitante – 5.160 alunos matriculados, 36 municípios atendidos e 37 cursos, em parceria com o IFPR, o SENAI e o SENAC.
- Ofertas de vagas para alunos do ensino médio (formação inicial ou continuada), em parceria com: a) Cidade Junior - 301 alunos atendidos pela Lei da Aprendizagem; b) Escola Social de Varejo, Instituto Aliança e Instituto Walmart - 100 alunos atendidos; c) Ministério Público - 190 alunos atendidos; e d) Sociedade Filantrópica Semear de Medianeira - 500 alunos atendidos.
- Oferta de Programas em parceria com o MEC de cursos técnicos de nível médio: a) Profucionário - 5.056 matrículas; b) E-Tec-Brasil - 14.900 matrículas em cursos técnicos à distância.
- Acompanhamento da situação legal dos cursos técnicos em andamento - expedidos 98 pareceres de reconhecimento/renovação pelo CEE/PR e 11 pareceres de credenciamento ou renovação.
- Seguro de vida para alunos que fazem estágio obrigatório - atendimento de aproximadamente 30.611 alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Expansão da Educação Profissional - Programa Brasil Profissionalizado, por meio de convênios entre MEC, FNDE e Estado do Paraná.
- Aquisição de laboratórios, acervos e formação de professores da Educação Profissional - Programa Brasil Profissionalizado por meio dos Convênios firmados entre MEC, FNDE e Estado do Paraná: a) início da entrega dos 193 Laboratórios Padrão MEC - 46 de Biologia, 24 de Física, 28 de Informática, 33 de Matemática, 45 de Química, 01 de Análise Química, 03 de Marcenaria e Carpintaria, 01 de Manutenção de Computadores,

- 01 de Metrologia, 04 de Solos, 04 de Topografia, 01 de Soldagem, 01 de Canteiro de Obras, 01 de Cozinha; b) Aquisição de Laboratórios Específicos, Convênio nº 750018/2008 - 34 entregues e 135 entregues parcialmente; e c) Convênio nº 750018/2008 - Simpósio Formação de Docentes (600 participantes), Simpósio Educação Professor Técnico (600 participantes), Simpósio para Professores e Gestores dos CEEPA's (300 participantes); Formação Continuada - Simpósio Formação de Docentes (600 professores), Simpósio Eixo Tecnológico - Ambiente, Saúde e Segurança (600 professores), Simpósio Eixo Tecnológico - Recursos Naturais (600 professores); Encontros Técnicos nos Colégios Agrícolas e Florestais da Rede Estadual (participação de 38 diretores e 17 representantes dos NREs), Encontros Técnicos (14 NREs e 132 Casas Familiares Rurais), 04 Reuniões Técnicas com NREs (32 técnicos participantes), Formação em Ação (3.138 professores da Educação Profissional).
- Semana Pedagógica com a participação de 4.299 professores que atuam na Educação Profissional.

## 15.8 Superintendência de Desenvolvimento Educacional

Tem como objetivo administrar a política educacional do Estado, garantindo a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino e atendendo às especificidades e diferenças culturais de cada local, em busca de uma educação democrática no Paraná.

Sendo assim, em 2013, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Transporte Escolar - manutenção dos recursos repassados em 2013, em comparação com 2012. Em 2012, houve um repasse R\$ 80,0 milhões.
- Programa Estadual do Transporte Escolar (PETE) - adequação dos critérios de repasse dos recursos do Programa aos municípios; implantação do Manual de Normas do transporte escolar no Estado do Paraná; proposta de nova Lei do PETE, visando estabelecer o repasse de recursos automático aos municípios; e aprimoramento do Sistema de Gestão de Transporte Escolar.
- Plano de Transporte Escolar do Paraná - revisão e atualização dos documentos técnico-metodológicos do plano, com 75% concluído.
- Aquisição de alimentos da agricultura familiar - foram adquiridas 21,6 mil toneladas de alimentos perecíveis provenientes da agricultura familiar, carnes congeladas e demais gêneros alimentícios não perecíveis, no valor total de R\$ 90,1 milhões.
- Projeto Educação em Vigilância Sanitária (EDUCANVISA) - 1.112 profissionais capacitados, em parceria com o Ministério da Saúde e a SESA, nos 32 NREs.
- Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia - 100 profissionais capacitados, em 11 NREs, em parceria com o MEC/FNDE, SEAB, Pastoral da Criança e EMATER.
- Avaliação Nutricional de toda a clientela escolar.

- Obras escolares: a) 10 novas unidades concluídas e 39 unidades em andamento, 10 ampliações concluídas e 20 em andamento, 41 melhorias concluídas e 42 em andamento; b) 209 reparos descentralizados, em fase de procedimento licitatório, e 07 licitados; c) construção de 12 novos Centros Estaduais de Educação Profissional, com 02 obras concluídas e 10 em execução; d) ampliação e reforma de 09 Centros Estaduais de Educação Profissional, com 03 obras concluídas, 01 em execução e 05 em procedimento licitatório; e) construção de 06 novos Centros Estaduais de Educação Profissional, com 02 obras em execução e 04 em procedimento licitatório; f) ampliação de 14 Centros Estaduais de Educação Profissional, com 01 obra iniciada em 2013 e 13 obras previstas para iniciar em 2014; e g) construção de 02 novos Centros Estaduais de Educação Profissional, com 01 obra licitada, aguardando contratação de empresa, e 01 a licitar em 2014.

TABELA 2 - MATERIAIS PERMANENTES DISTRIBUÍDOS EM 2013

INVESTIMENTO TOTAL - R\$ 6,0 Milhões	
ATENDIMENTO - 900 Escolas	
MATERIAL	QUANTIDADE
Arquivos em aço	2.000
Banquetas	5.000
Cadeiras estofadas fixas	16.000
Cadeiras para Bibliotecas	20.000
Estante dupla face	4.000
Estante simples	2.000
Mesas para refeitórios	2.000
Mesas de reunião	1.000
Mesas especiais	1.000
Mesas para Bibliotecas	5.000

TABELA 3 - NÚMERO APROXIMADO DE PESSOAS E/OU ESCOLAS ATENDIDAS PELA AÇÃO, PROGRAMA OU PROJETO

ANO	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ATIVOS	ALUNOS MATRICULADOS
2007	9.029	2.730.270
2008	9.360	2.727.837
2009	9.262	2.706.018
2010	9.303	2.682.532
2011	9.193	2.624.940
2012	9.326	2.628.857
2013	9.413	2.593.356

NOTAS: Os dados de 2012 foram alterados para os resultados oficiais do Censo da Educação Básica publicados em dezembro de 2012 e 2013 correspondem aos dados preliminares do Censo de Educação 2013.

O Total de alunos matriculados considera as matrículas de todas as redes de ensino das modalidades regular, especial e educação de jovens e adultos.

## 15.9 Departamento da Diversidade (DEDI)

Atua na defesa e promoção dos direitos humanos dos sujeitos da diversidade, oferecendo formas de acesso à escola e de continuidade na formação escolar. Atende povos indígenas, ilhéus e ribeirinhos, trabalhadores rurais e sem terra, pequenos agricultores, cipozeiros, faxinalenses, pescadores, acampados e assentados, povos das comunidades remanescentes de quilombos e população negra, mulheres e homens (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e heterossexuais) discriminados pela sua cor, raça, etnia, orientação sexual, gênero, condição social e cultural.

Em sua missão de dar visibilidade aos sujeitos, despertando o interesse pelos temas da diversidade e desenvolvendo competências e valores de solidariedade, cooperação, respeito e união, o DEDI realizou, entre outras, as seguintes atividades:

- Discussão e elaboração de orientações curriculares para as temáticas do DEDI.
- PROJOVEM Urbano (PJU) - implementação do Programa, em parceria com o MEC/Governo Federal, no intuito de oportunizar aos jovens de 18 a 29 anos a conclusão do ensino fundamental e qualificação profissional. O programa tem duração de 18 meses (junho de 2012 a dezembro de 2013), com a realização da divulgação, matrículas, monitoramento, compra de material didático/pedagógico, merenda e contratação de 72 profissionais, 56 professores e 08 pedagogos. Na formação continuada foram realizados: a) encontro de 16 horas em julho e 30 horas em setembro; b) encontro de 160 horas em outubro, sendo 96 presenciais e 64 não presenciais; e c) encontros de 16 horas e de 30 horas em outubro.
- PROJOVEM Urbano (PJU) Prisional - Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) 01 e 02, com duas turmas de 40 alunos e uma turma com 20 alunos, respectivamente.
- Coordenação da Educação Escolar do Campo (CEEC) - a) mapeamento de 601 escolas do campo; b) elaboração de planilhas e levantamento de 125.325 estudantes; c) mudança de 449 nomenclaturas (escolas do campo); d) formação continuada para 150 profissionais, entre diretores, professores, agentes I e II das Escolas da Ilha; e) Convênio com ACAP/Escola Itinerantes, com a participação de 1.300 alunos; f) formação para 260 educadores e 84 pedagogos das Escolas Itinerantes.
- Coordenação da Educação Escolar Indígena (CEEI): a) evento de formatura de três turmas de Magistério Específico para 66 professores indígenas Guarani e Kaingang, em parceria com o Departamento de Educação e Trabalho; b) Encontro de Gestão Escolar, com a participação de 108 profissionais, entre Caciques, diretores das Escolas Indígenas e Técnicos da Diversidade no NREs; c) Encontro Xetá, em parceria com a SEJU, Ministério Público Estadual e Federal e FUNAI, envolvendo 100 pessoas; d) visitas técnicas a 28 escolas Indígenas; e) formação continuada voltada ao Programa de Ações, com a participação de 16 escolas e 392 profissionais formandos; f) formação continuada do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para 178 professores que trabalham nas escolas indígenas do 1º ao 3º ano do ensino

fundamental e anos iniciais; e g) Seminário de Educação em Direitos Humanos nas Sociedades Indígenas do Paraná, tendo sido realizados 03 eventos - São Jerônimo da Serra, Espigão Alto do Iguaçu e Piraquara, para 500 pessoas entre profissionais da educação, alunos e comunidade.

- Coordenação da Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial (CERDE): a) X Encontro do Fórum Permanente da Educação e Diversidade Étnico Racial do Paraná, com 700 participantes; b) I Seminário de Educação Escolar Cigana, com 200 participantes; c) X Encontro de Educadores Negros do Paraná, realizado de 11 a 14 de novembro, com 430 participantes; d) equipes multidisciplinares com a participação de 2.043 Escolas Estaduais do Paraná; e) *web* conferência voltada a orientações das práticas pedagógicas e ações das equipes multidisciplinares dos 32 NREs e Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual, bem como o monitoramento das ações.
- Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual (CERGDS) - Programa Saúde nas Escolas e Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (PSE/SPE), em parceria com a SESA.
- Plano Estadual LGBT - em parceria com as SEJU, SESA, SECS e Movimentos Sociais, com a participação de 200 pessoas.
- *Web* Conferências: Dia Contra a Homofobia, em 17 de maio; Violência, em 18 de maio; sobre o uso do Nome Social; I Seminário Estadual de Educação, Gênero e Diversidade Sexual; e IV Encontro Estadual LGBT, com os 32 NREs.
- Visita técnica ao Colégio Estadual Moisés Lupion - Antonina, envolvendo diretores, professores e comunidade escolar.
- Palestra para 70 estudantes do 8º e 9º anos sobre relações de gênero, violência contra a mulher, homofobia e diversidade sexual.
- Curso de formação continuada: a) para professores, voltado aos integrantes da equipe multidisciplinar sobre relações de gênero e diversidade sexual no Colégio Estadual Yvone Pimentel, NRE Curitiba; para pedagogos, realizado o curso Articulação de Fortalecimento da Rede de Proteção Social dos Direitos da Criança do Adolescente, em parceria com DPPE/CDS, com a participação dos NREs de Curitiba e Cascavel.
- Emissão dos Cadernos: da Copa, do Ensino Religioso, dos Cem Anos do Contestado; das Práticas da Educação Infantil; e do Caderno dos Sabores e Saberes das Escolas Paranaenses.
- Organização da Revista da Educação Profissional e implantação da Comissão de Análise de Livros.
- Emissão de 40 pareceres de análise técnica, subsidiando as diversas diretorias, departamentos e coordenações em suas aquisições.
- Projeto Minha Ilha Tem Escola - esteve presente no litoral paranaense oferecendo oficinas de capacitação para 50 professores em atuação nas escolas das ilhas do Paraná, incentivando à leitura por meio de Oficina de Manipulação de Bonecos, distribuição de 03 fantoches às escolas das ilhas, totalizando 30 bonecos.

- Projeto de Revitalização Resignificação do Parque da Ciência Newton Freire Maia.
- Caravana da Poesia - ação desenvolvida pela Coordenação de Estudos e Pesquisas Educacionais, no âmbito da Rede Estadual de Bibliotecas Escolares, inspirada nos objetivos estabelecidos pelo Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná, escrito pelas Secretarias de Estado da Educação e da Cultura, visando fomentar a circulação de textos literários, formar novos leitores e qualificar a atuação profissional dos mediadores de leitura, dos docentes e agentes de leitura que atuam nas escolas da Rede Estadual de Ensino Público. Foi homenageado o poeta Vinicius de Moraes, por ocasião do seu centenário de nascimento, em parceria com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Companhia das Letras. A Caravana da Poesia Vinicius de Moraes, mobilizou todas as 2.100 escolas públicas do Paraná e de Educação Especial. Alcançou um público aproximado de 1,7 milhão de pessoas, entre alunos e professores.

### **15.10 Colégio Estadual do Paraná**

- Eventos de capacitação - participação de docentes e técnico-administrativos, com um público de 15 servidores e valor de R\$ 4.940,39.
- Formação continuada dos profissionais da educação - A Função Social da Escola: limites e possibilidades ante as medidas pedagógicas, com a participação de 554 profissionais; I Seminário de Vivências e Histórias: o CEP a caminho da sustentabilidade, com a participação de 5.221 alunos.
- Oferta do Curso Preparatório para o Vestibular da UFPR (CURCEP), com 434 alunos e Preparatório para o ENEM, com 164 alunos.
- Equipagem dos Laboratórios: a) de Prótese Dentária e Saúde Bucal - no valor de R\$ 20.266,00, beneficiou 215 alunos; b) de Línguas Estrangeiras Modernas - no valor de R\$ 3.088,00, beneficiou 1.356 alunos; e c) de Física e Química, no valor de R\$ 9.673,40.
- Oferta de cursos modulados - artes visual, dança, música e teatro para alunos e comunidade em geral, atendendo 965 alunos.
- Participação em jogos: a) 60º Jogos Escolares do Paraná (JEPs) - despesas com transporte de 922 atletas, no valor de R\$ 2.016,90; b) Jogos Escolares promovidos pelas Ligas Esportivas - Curitiba e Região Metropolitana - despesas com inscrição e arbitragem, no valor de R\$ 3.060,00, com a participação de 96 atletas; c) 58º Jogos da Primavera - UEPG/Ponta Grossa - despesas com alimentação e transporte de 225 alunos, no valor de R\$ 55.781,13.
- Oferta de treinamento desportivo, nas modalidades de atletismo, basquetebol, futebol, futsal, ginástica rítmica, handebol, musculação, natação, voleibol, tênis de mesa e xadrez, com a participação de 1.141 atletas.
- Realização de sessões didático-pedagógicas no Planetário, atendendo 13.748 alunos; e visitação monitorada no Observatório Astronômico, atendendo 913 pessoas.

- Curso de Astronomia - capacitados 160 professores, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.
- Participação da Banda Sinfônica Bento Mussurunga no Campeonato Paranaense de Fanfarras e Bandas - despesas com alimentação e transporte para 80 músicos, no valor de R\$ 5.530,00; e no 1º Campeonato Aberto Conse-Sul de Bandas e Fanfarras - despesas com alimentação e transporte de 80 músicos, no valor de R\$ 7.720,00.
- Participação no 31º Festival de Dança de Joinville - despesas com inscrição, alimentação e transporte de 40 bailarinos, totalizando R\$ 3.302,00; e na Caravana da Poesia, com 40 bailarinos.
- Realização do 8º Festival de Música do Colégio Estadual do Paraná (MUSICEP), com 130 participantes.
- Realização: do evento Eu Sem Você... - Cem Anos de Vinícius, com 235 participantes; da Confraria Instrumental - Concerto Didático sobre a história do jazz e sua influência na música popular brasileira, com a participação de 120 alunos.
- Criação do Estúdio de Música.
- Apresentação do espetáculo Helena - Grupo de Dança Contemporânea do Colégio Estadual do Paraná (DANCEP), com um público de 5.000 espectadores.
- Participação no Projeto Educação Patrimonial - desenvolvido pelo SESC Paço da Liberdade, contou com 45 alunos.
- Aulas em campo - Museu Oscar Niemeyer, Parque Estadual Pico do Marumbi, Centro Histórico da Lapa, Cimento Itambé, Tigre - Tubos e Conexões, com a participação de 436 alunos.
- Realização da Semana Cultural 2013, com 5.221 alunos e da Semana de Educação Profissional 2013, com 1.269 alunos.
- Publicação do livro Sedução Poética 2013 - confecção de 800 exemplares.
- Grupo de Teatro do Colégio Estadual do Paraná - apresentação dos espetáculos Gruta, A Princesa, Lixívia e Noite de Barrela, com um público de 850 espectadores.



*Secretaria do Esporte e do Turismo*





## 16 Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo

---

A Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET), órgão da Administração Direta, criada em 30/10/2013, por meio da Lei Estadual nº 17.745, tem como finalidade: planejar e organizar o acompanhamento e manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o Esporte, Lazer e Qualidade de Vida; incentivar, apoiar e orientar a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais e amadores, quer no âmbito da Administração Estadual ou da iniciativa privada; entre outras.

O Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE), entidade autárquica, vinculada a SEET, tem como competência básica a execução dos programas e projetos definidos pela Secretaria e o acompanhamento dos projetos de detecção de talentos esportivos e atletas de alto rendimento.

A Paraná Turismo, entidade autárquica estadual, tem como papel executar a Política Estadual de Turismo, no que se refere às atividades relativas a eventos e promoções turísticas, publicidade e propaganda, e apoio aos municípios.

O Centro de Convenções de Curitiba, empresa pública inaugurada em 10/03/1991, tem como missão oportunizar à comunidade o acesso à cultura e à arte.

As atividades desenvolvidas em 2013 estão elencadas a seguir.

### 16.1 Ações de Esporte

- Festivais da Reforma Agrária de Esporte e Lazer - visa atender a diversidade social, cultural e étnica do Estado, oportunizando a prática de modalidades esportivas e atividades culturais. Foi realizado em dezembro nos municípios de Querência do Norte e Rio Bonito do Iguaçu, com público estimado de 2.000 participantes em todas as fases do evento.
- Prêmio Orgulho Paranaense - divulgar e premiar as ações no campo esportivo. A premiação destina-se a atletas, técnicos, dirigentes, pesquisadores e apoiadores do esporte em abrangência estadual, com a premiação de 08 categorias, 116 pessoas, com público aproximado de 1.000 pessoas e custo estimado de R\$ 200,0 mil, entre despesas com prêmios e organização do evento.
- Verão Paraná - visa proporcionar diversão com qualidade e fazer das temporadas de verão da região da Costa Oeste do Paraná momentos memoráveis de lazer. A realização da competição foi em janeiro, com investimento de R\$ 380,0 mil e público atendido de 110.000 pessoas.
- Lazer no Paraná - realizado em parceria com os municípios de população inferior a 5.000 habitantes, teve a participação de 38 municípios. Visa oportunizar a criação de uma cultura de esporte, lazer e atividade física para os cidadãos do Estado,

proporcionando uma melhor qualidade de vida. A Secretaria capacitou os profissionais dos municípios e distribuiu kits esportivos e recreativos.

- Programa Idoso Ativo - tem como finalidade estimular o idoso a participar de programas de atividade física adequadas. São realizadas aulas de ginástica nas dependências da SEET, como forma de promover a melhoria na qualidade de vida do idoso, com um número médio de atendimento de 100 pessoas.
- Academia - aberta à comunidade de forma gratuita, conta com a colaboração espontânea de doativos (lata de leite) mensais, que são repassados a instituições carentes. As turmas são formadas por 25 a 30 alunos, com um total de 100 alunos distribuídos em horários fixos. O custo é com manutenção e melhoria nas instalações da academia.
- Academia ao ar livre - destinada à prática de exercícios físicos e alongamentos, funciona nas instalações da SEET e atendeu em média 100 pessoas por dia.
- Aulas de Taekwondo - em parceria com a Federação Paranaense de Taekwondo, que disponibiliza o profissional para realizar as aulas e a Secretaria cede o espaço. Foram atendidas 160 crianças divididas em 06 turmas, com faixa etária de 05 a 16 anos.

## 16.2 Ações do Turismo

- Reuniões Ordinárias da Comissão de Turismo Brasil Sul (CTBS) do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) - realizadas em Belo Horizonte, São Paulo, Florianópolis, Foz do Iguaçu, Bonito, Porto Alegre e Brasília, visando o desenvolvimento e monitoramento de ações conjuntas.
- Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) - para a execução de ações conjuntas para a promoção e apoio à comercialização internacional dos roteiros integrados do Sul entre 2013-2014.
- Reuniões Ordinárias do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) - 03 em Brasília, São Paulo e Belo Horizonte, para discussões de projetos nacionais em prol do turismo.
- Benchmarking institucional - atendimento às secretarias de turismo dos estados de Pernambuco e Alagoas sobre o planejamento estadual e apresentação do Caso Paraná em Belém/PA em evento da Secretaria de Turismo.
- Consulta às Instâncias de Governança Regional (IGRs) para identificar o posicionamento das mesmas ante os novos critérios para regionalização do turismo durante Salão Paranaense de Turismo; e estruturação de seis convênios com IGRs visando atender ao processo de certificação em implementação, com formatação de Plano de Trabalho para elaborar o Planejamento Estratégico e o Plano de Ação das mesmas.

- Reuniões do MTur - participação em 04 reuniões em Brasília, para discussão das mudanças no Programa de Regionalização do Turismo, com novo remapeamento e definição de critérios para adesão, além de participação em reuniões institucionais.
- Reuniões Técnicas nas Regiões Turísticas - planejamento, operacionalização e execução entre julho e agosto visando informar sobre os critérios definidos pelo MTur para continuidade dos municípios e regiões no Programa de Regionalização do Turismo, com identificação dos interlocutores municipais e envio ao MTur.
- Mapa da Regionalização do Turismo - revisão e envio ao MTur com 14 regiões turísticas.
- Reuniões Ordinárias do Conselho de Turismo do Paraná - preparação e coordenação em Curitiba (02), Foz do Iguaçu e Matinhos, com atualização do banco de dados dos conselheiros.
- Banco de Dados dos Segmentos Turísticos - com levantamento e atualização dos atrativos e equipamentos existentes em cada região por segmentos priorizados, com confecção de mapas.
- Documento referencial: a) estruturação do Projeto Paraná MICE, Turismo de Negócio e Eventos, em parceria com o SEBRAE, Federação de *Convention & Visitors Bureaux* (FC&VB) e Federação do Comércio (FECOMERCIO) baseado na participação em capacitações realizadas; b) benchmarking promovido pelo SEBRAE para conhecimento das estruturas da cidade de São Paulo; c) coordenação e participação no Seminário MICE Estadual; d) participação em reunião na SEPL junto com Instituto Cerdá de Barcelona e SEBRAE visando definir Plano de Trabalho para estruturação do segmento no Estado.
- Projeto Técnico Indicadores de Turismo 2013: a) formatação e encaminhamento a empresas de software para tomada de preço; b) reuniões para construção do termo de referência juntamente com a CELEPAR e consultor do SEBRAE para iniciar o processo de licitação, visando à contratação de consultoria especializada.
- Relatório Técnico Estatístico sobre o Turismo no Paraná entre 1992-2012 - análise dos dados e construção.
- Projeto Técnico da Demanda Turística do Paraná - finalizado e encaminhado a empresas para tomada de preço visando licitação; confecção do Termo de Referência.
- Projeto para Definição do Impacto Socioeconômico do Turismo - estruturado a partir de reuniões de alinhamento entre SETI, IPARDES, SETU e Instituições de Ensino Superior (IES), com definição das responsabilidades dos envolvidos e agregação de projetos individuais das IES por região. Elaboração de minuta do Convênio e Plano de Trabalho a ser firmado entre SETU, SETI e IPARDES.
- Implementação do turismo social - participação em 11 reuniões ordinárias/extraordinárias do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA), dentro da Câmara de Capacitação.

- Participação na Comissão de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes, com estruturação de material de campanha de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes; definição das ações da SETU para integrar o Plano Decenal de Combate às Violências contra a Criança e o Adolescente.
- Realização de pesquisa de Demanda na Parada da Diversidade de Curitiba - definição do questionário e disponibilização da equipe de pesquisadores em parceria com a SEED, SEJU e Associação Paranaense da Parada da Diversidade (APPAD); consulta ao MTur para levantamento de dados sobre a atuação deste em relação aos segmentos de demanda (LGBT e Melhor Idade) e participação em Seminário Técnico sobre Turismo Social em Florianópolis.
- Inserção do Turismo no Ambiente Escolar - realizada reunião com representante do Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo 2014, da Câmara de Educação e da SEED, com definição de um plano de ação para 2014.
- Implementação do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no Turismo: a) desenvolvimento do PRONATEC Copa e do PRONATEC na empresa, com realização de oito reuniões com os municípios beneficiados, além de cinco reuniões com as entidades representativas: Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas (ABRABAR), representante do Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo 2014, e Rede Empresarial de Turismo do Centro Histórico de Curitiba com os ofertantes; b) apresentação de relatório no Conselho Estadual de Turismo; c) divulgação, identificação e organização da demanda, com 72 empresas interessadas, destas 69 foram inseridas no Sistema de Acompanhamento do PRONATEC Turismo (SIPROTUR), com realização de 72 pré-matrículas e envio da carta de encaminhamento as empresas; d) envio de planilha de identificação de demanda para o MTur e ofertantes; e) assinatura de Termo de Cooperação Técnica com MTur com o compromisso de atuar como demandante adjunto; f) participação em duas reuniões de alinhamento e capacitação no MTur.
- Convênio nº 774201/2012 entre MTUR e SETU para o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Paraná) tem por objeto a Avaliação Ambiental Estratégica, tendo sido constituída a Comissão Especial de Licitação para contratação de consultoria, elaborado o edital e feito o pedido de renovação do Convênio.
- Turismo e Copa FIFA 2014 - coordenação e participação em três reuniões da Câmara Temática de Turismo; acompanhamento do Plano de Trabalho; participação em reunião do MTur, em Brasília, em fevereiro, para discussão de ações voltadas à Copa das Confederações; participação em reuniões da Câmara Temática de Transparência para a elaboração do Caderno de Legados do Paraná, na área de turismo; participação na

décima edição do *Goal to Brasil* em Londres, onde Curitiba e Paraná foram anfitriões, como também nas edições de Madri, México, Nova York e Milão.

- Desenvolvimento do Paraná Fronteira: a) reunião com os municípios das regiões Oeste e Sudoeste, além da Itaipu e Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) para discussão sobre os projetos de desenvolvimento da região visando à elaboração de propostas para a viabilização de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) referente a associações produtivas; b) elaboração de projetos para a implantação de abastecedores comunitários; c) participação na organização e nas mesas de debate do I Seminário Latino Americano de Turismo de Fronteira realizado em junho em Foz do Iguaçu; d) reunião com o coordenador da federação argentina de municípios; e) elaboração de projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs), para os municípios, para apreciação do Ministério de Integração Nacional; f) gestão e implantação de projeto para os municípios de Toledo, Tupãssi e São Pedro do Iguaçu, com relação ao desenvolvimento sustentável (uso racional da água, coleta seletiva e geração de energia no aterro sanitário), com recursos da comissão europeia; g) participação em reunião do Tribunal de Contas da União (TCU) em Curitiba e do CODESUL - Comissão Núcleos de Fronteira, em Foz do Iguaçu.
- Convênio nº 774201/2012 entre MTur e SETU para o PRODETUR Paraná - tem como objeto a Avaliação Ambiental Estratégica. Houve constituição da Comissão Especial de Licitação para contratação de consultoria, elaboração do edital e pedido de renovação do Convênio.
- Convênio nº 779349/2012 entre MTur/SETU para o PRODETUR Litoral - tem como objeto a implantação de trapiches na Ilha do Mel, Vila das Peças e Superagui, readequação do terminal de embarque e desembarque em Pontal do Paraná, construção da Base Náutica de Guaratuba e implementação do sistema ciclovitário no litoral do Paraná. Ocorreu a formalização de parceria com a Paraná Edificações (PRED) por meio de Termo de Cooperação para viabilização das obras (a exceção da Ciclovía), foram realizadas diversas reuniões com os envolvidos - SETU, ECOPARANÁ, Paraná Edificações, IAP, Instituto das Águas e Capitania dos Portos, visando desenvolver os Termos de Referências bem como discutir e/ou avaliar os locais onde serão implantados os projetos. Foram envolvidos diversos órgãos municipais de turismo, assim como as Secretarias de Desenvolvimento e de Habitação e Assuntos Fundiários de Pontal do Paraná. Os projetos conceituais são do ECOPARANÁ e o Sistema Ciclovitário encontra-se em discussão do traçado.
- Centro de Atendimento ao Turista (CAT) em Foz do Iguaçu - convênio com o MTur com recursos oriundos da Copa FIFA 2014: a) elaboração de Termo de Referência para a contratação de projetos executivos para análise da Caixa Econômica Federal; b) definição dos locais para a execução das obras; c) formalização de parceria entre SETU e Paraná Edificações para execução do projeto conceitual; d) contratação da empresa

executora do projeto e realização de reuniões de alinhamento; e) reuniões com a Paraná Edificações em Foz do Iguaçu e com os órgãos COPEL, SANEPAR, Corpo de Bombeiros, Prefeitura, Secretaria de Obras, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Turismo visando alinhar competências, entre outros

- Parque Turístico e Ambiental da Integração (PTAI) em Barracão - com base no convênio firmado entre SETU e Prefeitura, foi formalizada parceria entre a SETU e PRED para dar apoio técnico nas medições da obra. Foram realizadas duas medições pela PRED.
- Apoio ao Projeto do Terminal de Passageiros do Porto de Paranaguá: a) acompanhamento da elaboração do projeto conceitual executado pela empresa ATKINS em parceria com o Instituto Hyogo; b) assinatura do Termo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre a Prefeitura de Paranaguá e Instituto Hyogo; c) reuniões da Câmara Técnica do Terminal de Navio e Passageiros com ECOPARANA, SETU e Instituto Hyogo para redefinir suas diretrizes e coordenação executiva da mesma.
- Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná - coordenado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) e tem a SETU no Grupo de Trabalho, sendo que os trabalhos estão em fase de diagnóstico e redação dos textos setoriais. Está sendo realizado estudo espacial da movimentação dos turistas evidenciando as concentrações na ocupação e uso dos territórios e levantamentos de dados quantitativos sobre os atrativos turísticos do Estado.
- Realização do Workshop Turismo e o Crédito Orientado, em Carambeí, Quatro Barras e Matinhos (Festival de Turismo do Litoral), publicado pela SETU e idealizado pelo SEBRAE.
- Estudo de Oportunidades em Turismo no Litoral do Paraná, com estruturação do material impresso, com base em pesquisa realizada pelo SEBRAE, e lançado em Matinhos, em agosto.
- Divulgação do Edital nº 01/2013 - Manual de Orientações para Obtenção de Crédito SETU e dos recursos disponíveis nos programas do MTur por meio do Sistema de Convênios (SICONV) aos órgãos municipais de turismo.
- Atualização da lista de municípios que possuem Lei de Incentivo ao Turismo e posterior envio ao MTur.

### **16.3 Ações da Copa**

A COPA não será apenas um megaevento centrado em Curitiba (cidade sede), mas uma alavanca para importantes melhorias de natureza tangível (possíveis de mensurar e analisar) e não tangível (ganhos culturais de conhecimento ou de valores) que se estenderão a todo o Estado.

Neste foco é importante destacar a união de lideranças e a articulação do Governo do Estado junto às entidades representativas de diversos segmentos que foram fundamentais para o alcance dos objetivos.

### **16.3.1 Câmara Temática da Transparência**

Desenvolve soluções para garantir publicidade às ações preparatórias para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. Para tanto se utiliza de ferramentas de acompanhamento da aplicação de recursos públicos e, também, das obras e projetos para o evento.

- Legados Tangíveis – tornar acessível à sociedade informações de um evento do porte da Copa do Mundo.
- Legados Intangíveis – integração dos órgãos governamentais, participação da sociedade civil e disponibilização das informações públicas.

### **16.3.2 Câmara Temática do Turismo**

A atividade turística no Estado é uma alavanca do desenvolvimento social e econômico, pois gera distribuição de renda, integração social e valorização da cultura. A Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 é uma oportunidade única de apresentar ao mundo novos produtos turísticos advindos da diversidade de paisagens e cultura do nosso Estado.

- Legados Tangíveis - aumento no número de visitantes (somente Curitiba deverá receber 160 mil visitantes), aumento nas arrecadações municipais e estadual, aumento de aproximadamente 42,0% no gasto médio de visitantes e incremento na participação do turismo no PIB estadual.
- Legados Intangíveis - aumento da visibilidade do Estado, fortalecimento da agricultura familiar por meio do turismo rural e evolução das oportunidades profissionais em decorrência da qualificação.

### **16.3.3 Câmara Temática do Esporte e Ação Social**

Faz o acompanhamento das obras e do cumprimento dos prazos, levantamento dos custos financeiros e alterações no Caderno de Encargos da FIFA.

- Legados Tangíveis - infraestrutura no Estádio Joaquim Américo (Arena da Baixada) e nos Centros de Treinamento (CT) de Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu.
- Legados Intangíveis - incentivo às práticas esportivas e atividades físicas nas escolas, aquisição de conhecimentos para organização de eventos similares e empregos temporários que poderão resultar na efetivação dos profissionais.

### **16.3.4 Câmara Temática de Educação e Cultura**

Prioriza ações nas escolas, capacitações, ofertas de cursos de idiomas, planejamento das festas e shows durante a Copa.

- Legados Tangíveis - obras em espaços culturais, revitalização em museus e recursos humanos qualificados.
- Legados Intangíveis - fortalecimento da identidade cultural local, construção da imagem de Curitiba como referência em música erudita antiga e acesso gratuito a cultura.

### **16.3.5 Câmara Temática de Meio Ambiente e Sustentabilidade**

Desenvolve ações para preservar o patrimônio natural - flora e fauna, água e solo.

- Legados Tangíveis - oportunidade de negócios com produtos orgânicos e sustentáveis, diminuição de geração de resíduos por meio de adoção de novos materiais e da coleta seletiva e incentivo à reutilização de embalagens.
- Legados Intangíveis - sustentabilidade ambiental com a inclusão social, proteção à biodiversidade brasileira, promoção do ecoturismo e incentivo aos “negócios verdes”.

### **16.3.6 Câmara Temática da Segurança**

Trabalha para implantar as ações de todas as unidades de segurança pública envolvidas na Copa de 2014. Tem por objetivo acompanhar os programas do setor, levantar informações e sugestões que envolvam a área e fazer o acompanhamento de projetos.

- Legados Tangíveis - delegacia móvel, kit antibomba, treinamento, câmeras de segurança e centros móveis.
- Legados Intangíveis - capacitação das polícias militar e civil e do corpo de bombeiros, fomento de uma cultura ética de gestão democrática e aperfeiçoamento no controle social.

### **16.3.7 Câmara Temática da Saúde**

Acompanha as principais ações para o controle de doenças e para a melhoria da estrutura de hospitais, prontos-socorros e do atendimento no estádio, aeroporto e outros.

- Legados Tangíveis - integração do SIATE, Samu, Central de Leitos e Ambulâncias, ampliação do hemobanco, Hospital do Trabalhador com nova ala e heliponto e ampliação da capacidade de regulação da assistência por parte do Estado.
- Legados Intangíveis - capacitação dos servidores da área da saúde, aprimoramento profissional da área de urgência e emergência e plano de ação para atuação em megaeventos.

### **16.3.8 Câmara Temática da Infraestrutura**

Os empreendimentos vinculados a essa ação são projetos e obras que modificam a infraestrutura urbana da cidade-sede e dos municípios próximos.

- Legados Tangíveis - aumento do número de permissões para táxis na cidade de Curitiba, reforma da rododferroviária (novas instalações facilitam o embarque e melhoram o entorno), implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Controle do tráfego de veículos na Região Metropolitana, melhoria nos aeroportos de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa.
- Legados Intangíveis - agilidade no trânsito, comodidade para motoristas e passageiros de ônibus e aumento na segurança no trânsito.

### **16.3.9 Câmara Temática Comercial e Tecnológica**

Tem como objetivo integrar e apoiar projetos de diversas entidades e organizações com foco na copa.

- Legados Tangíveis - ferramenta de gestão disponibilizada pelo Estado para acompanhamento de projetos e ações da Copa, Tecnologia 4G, ferramenta de gestão de projetos disponibilizada pelo Estado e melhoria competitiva para os profissionais capacitados.
- Legados Intangíveis - aumento das possibilidades de emprego, fomentar a indústria nacional e a cadeia produtiva do esporte e do lazer.

### **16.3.10 Câmara Temática Interior**

Tem como objetivo fortalecer os municípios do interior e fazer com que eles participem e apoiem a realização de eventos de grande porte como a Copa de 2014. Realizado em parceria com as Universidades Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Universidade Estadual do Norte do Paraná e Universidade Estadual do Paraná.

- Legados Intangíveis - fortalecimento da imagem dos centros de treinamento, estímulo ao desenvolvimento da cadeia produtiva do esporte, incremento de ações turísticas no interior, com benefícios à comunidade paranaense e ao visitante.

## **16.4 Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE)**

- Jogos Universitários do Paraná (JUPS) - fazem parte dos Jogos Oficiais do Estado e são promovidos e coordenados pela Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU) e pela SEET. Envolvem 40 IES que disputam 09 modalidades. Os campeões representam o Estado nas Olimpíadas Universitárias Brasileiras. A competição foi realizada em Campo Mourão de 19 a 25 de julho, com a participação de 1.807 atletas. O custo para a realização foi de R\$ 692,0 mil em despesas com repasse ao município sede, alimentação, premiação, material esportivo, pró-labore e encargos patronais.

- Programa Talento Olímpico do Paraná - TOP 2016 - maior programa já desenvolvido no Estado, visando torná-lo referência do esporte no Brasil até 2016, ano das Olimpíadas no Rio de Janeiro. As categorias são: escolar, formador, técnico, nacional, olímpico e internacional. Os recursos utilizados são de patrocínio da COPEL, Lei de Incentivo ao Esporte, SANEPAR, que conta com o apoio da FIEP, Sistema FECOMÉRCIO, SESC e SENAC. O número de contemplados com o recebimento das bolsas foi de 1.435 atletas.
- Jogos Escolares da Juventude - competição nacional onde são classificados para participar os alunos que conquistaram o 1º lugar na fase final dos Jogos Escolares do Paraná (JEP).
- Paralimpíadas Escolares - visam fomentar e ampliar a participação dos estudantes com excepcionais habilidades, foram realizadas de 24 a 29 de novembro em São Paulo, com uma delegação composta por 126 atletas. A SEED foi responsável pela liberação de recursos no valor de R\$ 952,8 mil para as despesas com transporte.
- Os Jogos Escolares da Juventude, divididos nas etapas: de 12 a 14 anos, realizada de 06 a 15 de setembro em Natal/RN, com a participação de 183 atletas e a etapa de 15 a 17 anos realizada em Belém/PA, de 07 a 16 de novembro, com a participação de 178 atletas.
- Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS) - visam fomentar a prática esportiva por meio das 17 modalidades esportivas. As fases regionais foram realizadas no período de 19 a 25 de julho em 12 sedes, as fases finais foram realizadas de 20 a 26 de setembro para a divisão B e de 18 a 27 de outubro para a divisão A, em Umuarama. O total de participantes considerando todas as fases do evento foi de 20.156 participantes, tendo um custo estimado de R\$ 5,2 milhões em despesas com: alimentação, repasse, material esportivo, premiação e pró-labore.
- Jogos Abertos do Paraná (JAPS) - visam o aprimoramento da qualidade técnica dos atletas, buscando o rendimento do Estado na competição nacional Jogos Abertos Brasileiros. As fases regionais foram realizadas no período de 13 a 16 de junho e de 20 a 26 de março, em 12 regionais. A fase final da Divisão B aconteceu de 23 a 29 de agosto em Arapongas. O número de participantes envolvidos na competição foi de 18.332 atletas. A fase final da divisão ocorreu de 22 a 30 de novembro em Cascavel. As despesas para a realização do evento foram com repasse aos municípios sede, alimentação, material esportivo, premiação e pró-labore.
- Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná (PARAJAPS) - visam promover a integração sócio esportiva, propiciar o desenvolvimento integral do cidadão com deficiência, interagir com os demais segmentos que contribuem para o desenvolvimento do paradesporto. A segunda edição foi realizada em Londrina no mês de dezembro.
- Jogos Estudantis da Primavera - visam proporcionar e desenvolver a prática desportiva em todos os segmentos sociais. Foi realizado na cidade de Ponta Grossa em parceria com a UEPG e ocorreu de 13 a 21 de setembro, com um público de 6.500 atletas e dirigentes divididos em 13 modalidades. O custo com o pagamento de pró-labore e encargos patronais que foi de R\$ 245,9 mil.

- Jogos Abertos do Vale do Ivaí (JAVIS) - visa proporcionar e desenvolver a prática desportiva em todos os segmentos sociais. Oficializado pelo Decreto nº 7.840 de 25/03/2013 e realizado em São Pedro do Ivaí, com 2.203 participantes, de 24 municípios, distribuídos em 14 modalidades. O custo foi de R\$ 565,8 mil, com fornecimento de alimentação, premiações, material esportivo, pró-labore e encargos patronais.
- Jogos Abertos do Cantuquiriguaçu (JARCANS) - visam proporcionar e desenvolver a prática desportiva e favorecer o intercâmbio entre os municípios da região do Cantuquiriguaçu. A formalização como evento oficial do Estado se deu por meio do Decreto nº 7.840/2013 e foi realizado em Laranjeiras do Sul, no período de 13 a 17 e novembro, com um público de 2.382 participantes. O custo foi para as despesas com alimentação, material esportivo, premiação, pró-labore e encargos patronais.
- Programa Paraná Saudável - trabalho de prevenção e controle da obesidade realizado nas escolas do Estado em parceria com a SESA e a SEED, que tem como objetivo orientar e estimular a prática de atividade física, combatendo o sedentarismo e os maus hábitos alimentares de crianças e adolescentes. Foram realizados 36.782 atendimentos, sendo 16.526 alunos, 16.526 pais e 3.730 professores.
- Projeto Formador na Escola e Kit Mini-Atletismo - capacitação dos profissionais e distribuição de kits especiais vindos da Federação Internacional de Atletismo (IAF), por meio da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAT), teve como compromisso realizar capacitações entre os professores buscando a massificação do programa. As capacitações atingiram um público de 4.300 professores de 2.136 escolas públicas do Estado, onde serão desenvolvidas as ações para 1.500.000 crianças em fase escolar.
- Jogos Escolares do Paraná (JEPS) - competição promovida pela SEET e SEED, é considerada o maior evento escolar da América Latina, com etapas municipais, regionais, macrorregional e final. O número total de atendimentos realizados foi de 66.266. Os jogos Escolares Bom de Bola totalizaram 15.738 atletas na fase regional, 3.136 na macrorregional e aproximadamente 1.500 atletas na fase final que aconteceu de 06 a 10 de dezembro. O custo para a realização da competição foi de R\$ 11,3 milhões, sendo R\$ 220,9 mil para material esportivo, R\$ 414,0 mil em premiação, R\$ 8,4 milhões em alimentação e R\$ 2,3 milhões em pró-labore e encargos patronais.

## **16.5 Cursos e Capacitações**

- Encontro de Gestores - I Fórum - realizado de 21 a 23 de março em Foz do Iguaçu, com a participação de 225 municípios. Teve como objetivo a apresentação de projetos da SEET, para discussão das prioridades demandadas bem como para o incentivo ao desenvolvimento de competências de gestão para alinhamento das políticas públicas municipais e estaduais.

- Audiência Pública - realização de reuniões e debates de propostas feitas pela população, que serão trabalhadas pela equipe da SEET.
- I Fórum entre gestores municipais do esporte - realizado de 10 a 14 de junho com a participação das 13 regionais, totalizando 162 municípios. Tem como finalidade ser uma ferramenta democrática essencial para o compartilhamento da identidade regional de cada município, para discussão em torno das prioridades demandadas, bem como para o incentivo ao desenvolvimento de competências de gestão para o alinhamento entre políticas públicas municipais e estadual.
- Reunião com representantes das regionais, no dia 26 de junho, no Palácio Iguazu, com a participação de 24 municípios, para a apresentação de todos os representantes que compõe a rede de responsabilidades do Plano de Desenvolvimento Integrado e os resultados alcançados.
- Capacitação - destinada aos gestores do esporte, com o objetivo de aprimorar a elaboração e o monitoramento de projetos. Realizada no dia 17 de setembro em Caiobá, com a participação das 13 regionais e 23 municípios.
- Capacitação Lazer no Paraná e Programa Segundo Tempo Modalidades - capacitação dos profissionais de lazer e esporte dos municípios que serão beneficiados pelos programas com cunho de atendimento para pessoas com risco social e com difícil acesso a práticas esportivas e de lazer. O programa Lazer no Paraná é uma ação conjunta entre a SEET e a SEDS, com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA). A capacitação dos profissionais de educação física e esporte dos municípios beneficiados foi realizada no período entre 16 a 19 de setembro e em sua programação foram previstas intervenções durante os períodos das manhãs, tardes e noites, por meio de mini cursos e oficinas com abordagens a temáticas como: Lazer, Captação de Recursos Públicos e Privados, Utilização de Espaços Públicos Esportivos, Modalidades Esportivas Individuais e Coletivas (Atletismo, Tênis de Quadra e de Mesa, Badminton, Voleibol, Vôlei de Praia, Basquetebol, Handebol e Rugby), Primeiro Socorros e Atendimento de Urgência.
- Circuito Universidades - realizado de 22 de outubro a 31 de novembro, em 17 Universidades, com a participação de 1.500 acadêmicos. Tem como finalidade, no universo acadêmico, o sentido de pertencimento junto ao sistema organizacional estadual do esporte por meio da compreensão da estrutura e da proposta de acesso por meio do espaço ofertado.
- II Fórum entre gestores municipais do esporte - realizado em 21 de novembro, em Cascavel, com a participação de 46 municípios. Trata-se de ferramenta democrática essencial para o desenvolvimento de competências de gestão específica em elaboração de projetos esportivos, organização de eventos esportivos e compartilhamento de procedimentos.

## 16.6 Paraná Turismo

- Mapeamento das principais entradas rodoviárias do Estado do Paraná, visando elaborar projetos para construções de Marcos Turísticos. Foram formulados critérios de seleção e hierarquização, para identificação das prioritárias, espacialização e mapeamento.
- Projeto Gastronomia do Paraná: a) definição do escopo do projeto, com a realização do Ciclo de Aulas e Debates Tradição e Modernidade na Gastronomia, em parceria com o caderno Bom Gourmet da Gazeta do Povo e Eflex, empresa de eventos da Universidade Positivo; c) escolha da marca do projeto durante a feira Mundo Gastronômico; d) participação com estande e exposição de produtos regionais nas principais feiras de turismo e gastronomia do país; e) inclusão do projeto na semana do Restaurant Week, na qual os restaurantes participantes incluíram no cardápio um prato com ingredientes paranaenses, ou fizeram uma releitura de um prato típico; f) realização do coquetel na entrega do Prêmio de Moda João Turin, que valoriza a cultura paranaense, onde seis chefs paranaenses apresentaram pratos com ingredientes locais e bebidas, cerveja, vinho e refrigerantes, produzidas aqui; g) participação na Première do Festival Mundial de Gastronomia realizando a curadoria da Roleta Talk Gastronomia, trazendo chefs, jornalistas, e historiadores para debater o tema.
- Posto de Informações Turísticas (PIT) Aeroporto Afonso Pena e PIT Móvel - viabilizados via convênio com o MTur com recursos oriundos da Copa FIFA 2014. Foram realizadas reuniões com a CEF e a Administração do Aeroporto, e pesquisas de valores dos serviços para aquisição do veículo adesivado.
- Cadastro de Empreendimentos Turísticos (CADASTUR) - divulgação do CADASTUR e do Sistema Brasileiro de Classificação Hoteleira (SBClass) no 19º Salão Paranaense de Turismo, em Curitiba, e no Festival de Turismo das Cataratas, em Foz do Iguaçu, com palestra e divulgação no estande do Paraná. Para Atualização do Banco de Dados foi encaminhada correspondência aos órgãos municipais de turismo do Paraná, visando pesquisar os prestadores de serviços turísticos existentes e participação no VII e VIII Encontro dos Coordenadores Regionais no Ministério do Turismo em Brasília.
- Estandes Promocionais em Eventos de Promoção Turística no mercado nacional e internacional: a) eventos nacionais - Salão Paranaense de Turismo/Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV PR), Mostra das Regiões Turísticas do Paraná (em Curitiba), Festival de Turismo das Cataratas (em Foz do Iguaçu), Festival de Turismo do Litoral (em Matinhos), 33º Congresso Brasileiro dos Guias de Turismo (em Curitiba), World Travel Market (WTM) América (em São Paulo), Bolsa de Negócios Turísticos Mercosul (BNT) (em Penha/SC), Associação das Agências de Viagens de Ribeirão Preto e Região/SP (AVIRRP), Jornada Mundial da Juventude/EXPOCATOLICA (no Rio de Janeiro), Feira Mundo Gastronômico (em Curitiba), 41ª Feira das Américas da ABAV (em São Paulo) e Festival de Turismo de Gramado (em Gramado/RS); b) eventos internacionais –

participação na Feira Internacional de Turismo (FITUR) em Madri/Espanha, Feira Internacional de Turismo do Paraguai (FITPAR) em Assunção, Feira Internacional de Turismo (FIT) em Buenos Aires/Argentina.

- Ferramentas de Mídia Digital (site e redes sociais) - reuniões com a SECS e empresas licitadas visando definição de ações e estruturação de projetos. Manutenção da Secretaria nas Redes Sociais e estudos para reestruturação do *website*.
- Material de Divulgação - impressão do Guia do Litoral e do Calendário de Mesa do Paraná. Coordenação do Termo de Cooperação Técnica com a SECS, por meio de reuniões, ajustes e discussões. Confecção de Arte Final do Calendário de Eventos 2013, folders e cartazes para eventos e municípios.
- Projeto Turismo Náutico - Navega Paraná: a) elaboração de pesquisa, alinhamento de objetivos e minuta do projeto para realização de Benchmarking nas Marinas de Angra dos Reis; b) planejamento e realização do II Workshop de Navegação em Águas Interiores em Londrina; c) participação institucional no Salão Paranaense de Turismo, reunião do Grupo de Trabalho do Turismo Náutico Nacional no MTur, Feira Internacional de Pesca Esportiva (FEIPESCA) e Festival de Turismo das Cataratas; d) apoio na elaboração dos Termos de Referência para subsidiar os projetos executivos das intervenções náuticas do PRODETUR Litoral; e) organização de duas Reuniões do Grupo de Trabalho (GT) Náutico Estadual em Porto Rico e Curitiba, e de três reuniões da Câmara Técnica do Terminal de Passageiros de Paranaguá; f) realizada Reunião entre o Consórcio Intermunicipal da Área de proteção Ambiental APA Federal do Noroeste do Paraná (COMAFEN) e o ECOPARANÁ em Curitiba e na região para elaborar plano de trabalho em consonância com o Protocolo de Intenções; g) realização de duas reuniões para a elaboração do estudo preliminar de infraestrutura náutica em Foz do Areia e para elaboração da minuta de projeto para o desenvolvimento de Guia Turístico de Navegação, Pesca e Mergulho do Litoral do Paraná.
- Projeto Turismo em Áreas Rurais - Viva Paraná Rural: a) participação na Feira de Sabores; b) reuniões com técnicos das prefeituras municipais da RMC, da SEAB e da EMATER e estudo de conceito e leiaute do estande; c) reunião técnica no DETRAN para implantação e/ou melhorias da sinalização em roteiros de turismo rural da RMC; d) pesquisa de conteúdo e estudo conceitual, visando a criação de identidade visual do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF/PR); e) reunião técnica com a Prefeitura de Guaratuba e órgão oficial de turismo e pesquisa de campo para coleta de informações e imagens, visando o desenvolvimento de Guia de Inverno de Guaratuba; f) elaboração de pesquisa e alinhamento de objetivos, visando projeto para viabilizar visitas técnicas com técnicos e agricultores em destinos nacionais de turismo rural consolidados.
- Projeto PARANATUREZA: a) contato com prefeitura de Ponta Grossa para o estabelecimento de parceria; b) apresentação do Diagnóstico Turístico e da Cadeia Produtiva do Turismo do entorno do Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) para a

gerência do mesmo; c) apresentação do diagnóstico turístico e da cadeia produtiva do entorno do PEVV para órgãos vinculados ao turismo do município de Ponta Grossa; d) apresentação do diagnóstico do entorno do PEVV no Conselho Gestor do PEVV visando informar os objetivos do Parana Natureza e articular parcerias; e) reunião com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para realinhamento de parceria e definição de objetivos do Parana Natureza; f) minuta de instrumento jurídico (termo de reciprocidade) para formalização entre as partes; g) Oficina de Validação do Diagnóstico Turístico e do Estudo da Cadeia Produtiva do Turismo no entorno do PEVV e visita técnica em empreendimentos e atrativos no entorno do Parque.

## **16.7 Centro de Convenções de Curitiba**

De janeiro a novembro, foram realizados 190 eventos, sendo: 147 cursos, palestras, encontros e seminários; 07 congressos; 22 formaturas; 11 socioculturais; duas feiras e exposições e um evento esportivo.



*Secretaria da Família e  
Desenvolvimento Social*





## **17 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social**

---

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), criada em junho de 2011 pela Lei nº 16.840, é responsável, conforme alterações instituídas pela Lei nº 17.045 de janeiro de 2012, pelas políticas da Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entre os objetivos da Secretaria, estão:

- Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o território do Paraná, fortalecendo os municípios na gestão da assistência social, na garantia da proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.
- Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Executar as medidas socioeducativas restritivas de liberdade.

Visando concretizar os objetivos propostos, a SEDS tem em sua estrutura programática sete coordenações e unidades técnicas, a saber: Coordenação da Gestão do SUAS (CGS); Coordenação de Proteção Social Básica (PSB); Coordenação de Proteção Social Especial (PSE); Coordenação de Renda de Cidadania (CRC); Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTFPF); Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente (UTPCA) e Coordenação de Medidas Socioeducativas (CMS).

No âmbito do controle social, a Secretaria se apoia nas deliberações e diretrizes elaboradas pelo Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS) e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), vinculados à sua estrutura.

Para o assessoramento eficaz aos 399 municípios paranaenses, a SEDS garante a territorialização da política por meio de 23 Escritórios Regionais (ERs), localizados nos municípios: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória. Além desses, a SEDS mantém integralmente 18 Centros de Socioeducação (CENSES) e 08 Casas de Semiliberdade.

São apresentadas a seguir as principais realizações da SEDS no período de janeiro a outubro, por unidade programática.

### **17.1 Coordenação de Gestão do SUAS (CGS)**

Responsável pelo aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social em âmbito estadual e municipal, com assessoria e apoio técnico em monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial, gestão do trabalho e fortalecimento às instâncias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); acompanha os ERs na mobilização e articulação com os municípios para preenchimento dos aplicativos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); gerencia o Cadastro de Entidades Sociais, cuja adesão permite descontos nas tarifas de luz e água de entidades; coordena a execução do Plano Estadual de Capacitação (PEC) dos Trabalhadores do

SUAS; fomenta a implementação, junto aos municípios, da Política Estadual de Capacitação para os trabalhadores, gestores e conselheiros da assistência social; coordena a Comissão de Gestão do Trabalho (COGET), com o objetivo de propor diretrizes e instrumentos a serem aplicados na gestão do trabalho em âmbito estadual e municipal, de monitorar e avaliar a execução da gestão do trabalho do SUAS no Paraná e de elaborar, revisar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS; articula as instâncias do controle social, compondo a secretaria executiva da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), promovendo o apoio direto aos processos de habilitação municipais, bem como o cumprimento das demandas pactuadas, e realiza o acompanhamento e apoio às Comissões do CEAS.

Nesse sentido, participou da organização da X Conferência Estadual de Assistência Social e realizou palestras magnas em 27 Conferências Municipais.

A seguir, o quadro síntese das atividades:

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE	EXECUTADO 2013
Comissão Intergestores Bipartite (CIB)		13
Reuniões Ordinárias e extraordinárias		07
Apoio - Secretaria executiva		03
Apoio - Câmara Técnica	Reunião	03
Reuniões COGET	Reunião	16
Construção do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação	Estudo	01
Assessoramento Técnico aos Municípios, quando necessário, referente aos procedimentos do preenchimento do Censo SUAS no âmbito municipal	Município	399
Assessoramento Técnico aos Escritórios Regionais quanto aos procedimentos do preenchimento do Censo SUAS no âmbito municipal	Escritório Regional	23
Mobilização e apoio técnico aos municípios no preenchimento dos aplicativos da Rede - SUAS	Município	399
Revisão do Plano Estadual de Assistência Social	Plano	01
Assessoramento Técnico para municípios na elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, em cumprimento ao art. 30 da LOA	Município	399
Iniciado processo para execução do Programa Capacita SUAS	Termo de Referência	01
Co-financiamento de serviços socioassistenciais: Fundo a Fundo, em fase de implantação	Município	22
Web conferência: Instrumentos de Gestão - ER e municípios	Capacitados	330
Web conferência: Gestão do SUAS	Capacitados	93
Web conferência: Monitoramento do SUAS	Capacitados	488
Vídeo conferência: Política Nacional de Educação Permanente	Capacitados	317
Web conferência: Plano Municipal de Assistência Social	Capacitados	330
Web conferência: Conferência Assistência Social	Capacitados	488
Capacitação: Desafios Contemporâneos do SUAS	Capacitados	94
Web conferência: Residência Técnica	Capacitados	110
Palestras - Conferências Municipais	Palestra	27
Capacitações - Trabalhadores e Conselheiros do SUAS	Capacitados	5.998

## 17.2 Coordenação de Proteção Social Básica (CPSB)

Atua na prevenção de situações de risco da população em situação de vulnerabilidade.

Em 2013, deu-se continuidade nas construções de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), cofinanciamento dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), implantação dos Territórios da Juventude, acompanhamento dos serviços tipificados e ofertados

nos CRAS, orientação, acompanhamento, apoio técnico e capacitação aos 399 municípios na implantação e implementação da proteção social básica, e suporte para diferentes programas, como Centros da Juventude, Adolescentes Paranaenses e Formando Cidadão.

Atividades realizadas:

- Centros de Referências de Assistência Social (CRAS): a) cofinanciamento estadual para construção de 32 CRAS inaugurados entre 2011 e 2013, 19 CRAS em fase de construção, 23 CRAS conveniados para início das obras e 09 CRAS em fase de conveniamento; b) monitoramento das metas de desenvolvimento dos CRAS, tendo sido encaminhados e acompanhados 453 Planos de Providências dos CRAS, sendo que 344 destes superaram as pendências.
- Equipes Volantes - equipes adicionais referenciadas a um determinado CRAS, responsáveis pela oferta dos serviços de PSB nas comunidades mais distantes. A coordenação acompanha e orienta a implantação dos serviços executados pelas 47 equipes volantes distribuídas em 44 municípios do Paraná.
- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) - assessoramento e acompanhamento de 504 CRAS que possuem cofinanciamento federal do PAIF segundo Relatório de Informação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social (RI/SAGI/MDS) e repasse de recursos para a implementação PAIF em 112 CRAS.
- Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - 379 municípios foram habilitados e realizaram o aceite para participar do reordenamento do SCFV, sendo que destes, 372 apresentaram ganho de recurso. Dos sete municípios que tiveram perda de recurso, três solicitaram ao MDS a revisão da capacidade de atendimento do SCFV e que se encontram em fase de validação.
- ProJovem Adolescente - assessoria ao programa que atende jovens cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social. São 510 coletivos (grupos de atendimento aos jovens) do ProJovem Adolescente em 201 municípios, com 12.750 vagas (Sistema de Acompanhamento e Gestão do ProJovem Adolescente - SISJOVEM/2013).
- Programa Centros da Juventude - foram investidos R\$ 74,7 milhões do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA) para obras e equipamentos. São previstos 29 espaços com capacidade de atendimento para até mil adolescentes em cada unidade. Continuidade na implantação de espaços destinados ao desenvolvimento integral de adolescentes e jovens. Em 2013, foram inaugurados 05 Centros da Juventude (Almirante Tamandaré, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Jacarezinho e Laranjeiras do Sul).
- Território da Juventude - espaços criados para promover o protagonismo juvenil (jovens de 15 a 29 anos), por meio da oferta de ações e serviços de convivência, planejados de forma participativa. Foram contemplados 09 municípios: Capanema, Coronel Vivida, Assis Chateaubriand, Medianeira, Carambeí, Ibituva, Arapoti, Goioerê e Santa Helena, sendo que todos assinaram o Termo de Ajuste (convênio) para início das obras.

- Programa Adolescentes Paranaenses - financiamento, desenvolvimento e fortalecimento de ações, em formato de coletivos (grupos) de 15 a 30 adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, com o objetivo de fortalecer as potencialidades e o protagonismo. Os recursos somaram um montante de R\$ 4,2 milhões, provindos do FIA, e abrangeram um total de 60 coletivos, distribuídos em 37 municípios, em três chamadas. Também foram orientados e apoiados tecnicamente os 37 municípios.
- Capacitações: a) videoconferência do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola para gestores e técnicos do município de Curitiba em abril; b) videoconferência sobre o Programa BPC para os ERs da SEDS, Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e Secretaria de Estado da Educação (SEED), realizada em maio; c) webconferência Orientação sobre Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizada em abril para 320 pessoas; d) seminário de Formação intersetorial dos Grupos Gestores e Técnicos do Programa BPC na Escola, em outubro, para 948 pessoas e previsão de realização de outro em dezembro, para aproximadamente 400 participantes.
- Programa BPC na Escola - contato e articulação com municípios para manterem as ações do programa, conseguindo que 99 municípios renovassem o compromisso com o Programa e 87 novos municípios aderissem ao mesmo, totalizando 186 municípios.
- Kits Emergência - 59 municípios declararam situação de emergência, destes 42 solicitaram e receberam os kits para as famílias atingidas em junho e julho. Foram entregues 3,5 mil kits de colchões, 3,3 mil kits de utensílios de cozinha e 3,7 mil kits de cama mesa e banho.

Quadro síntese de atividades:

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO 2013
Continuidade das Construções dos CRAS	CRAS	29 inaugurados 08 em fase construção
Processo de construção de novos CRAS Deliberação nº 15/2011 CEAS	CRAS	03 Inaugurados 05 em fase de construção 03 em fase de formalização
Cofinanciamento estadual para construção de CRAS Deliberação nº 033/2012 CEAS	CRAS	06 convênios em fase de licitação
Deliberações nº 048/2013 e 084/2013 CEAS/PR, construção de CRAS Expansão Estadual 20137	CRAS	23 municípios com Termos de Ajustes 06 em fase de formalização
Deliberação nº 057/2013 CEAS/PR, aprovação dos critérios de partilha de recursos para expansão de CRAS 2014 e publicação do Edital 015/2013 SEDS	CRAS	Municípios em fase de habilitação
Repasso de recurso à complementação do PAIF	Município	21 convênios formalizados 91 em fase de envio de documentação
Orientação e apoio técnico nos planos de trabalhos e de aplicação do Programa Adolescentes Paranaenses	Município	07 municípios aprovados 30 em fase de aprovação
Web Conferência	Evento	01
Vídeo Conferência	Evento	02
Seminários do Programa BPC na Escola	Evento	03
Kits de emergências	Município	42
Implantação do "Programa Território da Juventude"	Município	09 termos de ajuste assinados

## 17.3 Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE)

Tem como objetivo fortalecer e ampliar a Rede de Proteção Especial no Estado do Paraná por meio de assessoria técnica, capacitação continuada e apoio na execução dos serviços de Média e Alta Complexidade em consonância com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

### 17.3.1 Programas e Serviços de Média Complexidade

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - unidades públicas estatais, de abrangência municipal ou regional, que tem como papel construir-se em locais de referência de oferta de trabalho social especializado no SUAS às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, devido a violação de direitos. O Paraná conta com 137 unidades em 116 municípios, com capacidade de atendimento de 6.940 pessoas e suas famílias. O CEAS deliberou recurso para construções de CREAS em 12 municípios (Anahy, Antônio Olinto, Arapoti, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, Guaraniaçu, Janiópolis, Laranjal, Maria Helena, Ortigueira, Pontal do Paraná e Reserva) no valor de R\$ 550,0 mil cada unidade, no total de R\$ 6,6 milhões.
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - apoio, orientação e acompanhamento às famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as tornam vulneráveis e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Com prioridade ao atendimento à mulher vítima de violência, ao idoso vítima de negligência e/ou abandono, à população em situação de rua e situações de trabalho infantil.
- Programa Estadual Liberdade Cidadã - cofinanciamento e suporte técnico para execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Em desenvolvimento no Estado desde 2008, com 53 convênios vigentes.
- Programa Estadual de Aprendizagem - visa a profissionalização e a inclusão social de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas ou que tenham sido beneficiados com a remissão. Foram atendidos 200 adolescentes.
- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - executa exclusivamente o serviço especializado para pessoas em Situação de Rua, prioritariamente nos municípios de médio e grande porte. Pode também ofertar, dependendo do planejamento e avaliação local, o Serviço de Abordagem Social. O papel do Estado é acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido pelos municípios. O Paraná possui 17 unidades em 16 municípios, com capacidade para atendimento 2.100 pessoas e suas famílias.

- Centro Dia para Pessoa com Deficiência - tem como objetivo a oferta de atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos. O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Foi implantada uma unidade no município de Curitiba, em março, em parceria com as três esferas de governo, fazendo parte das ações do Programa Nacional Viver Sem Limite, voltado aos direitos das pessoas com deficiência, com recursos de cofinanciamento estadual de R\$ 240,0 mil por ano.

### **17.3.2 Programas e Serviços de Alta Complexidade**

- Programa Estadual Crescer em Família - Acolhimento de Crianças e Adolescentes - aprovada no CEDCA a Deliberação nº 22/2013, que prevê repasses de até R\$ 14,0 milhões para instituições e municípios que executam o serviço de acolhimento institucional, acolhimento familiar ou apadrinhamento afetivo e preparação para adoção para os anos de 2013 e 2014. Foram recebidos 143 projetos. Desses, 43 projetos foram aprovados e em fase de conveniamento, totalizando R\$ 4,9 milhões, e 100 projetos estão em diligência para adequações do Plano de Trabalho. O Programa possui 142 processos vigentes de outras deliberações (dados de setembro).
- Acolhimento de Idosos - tem por objetivo realizar atividades de acolhimento institucional para pessoas idosas advindas de municípios de pequeno porte I e II e médio porte, proporcionando ações de reinserção familiar e comunitária. O papel do Estado no programa é ofertar, financiar, acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido por entidades sociais conveniadas. Foram ofertadas 65 vagas de acolhimento, sendo que todas estiveram ocupadas no período.
- Acolhimento para Pessoas com Deficiência - tem por objetivo do programa é realizar atividades de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, em situação de risco, com vínculos familiares rompidos, e proporcionar ações de reinserção familiar e comunitária. O Serviço é voltado para municípios de pequeno porte I e II e médio porte. O papel do Estado no programa é ofertar, financiar, acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido por entidades sociais conveniadas com o Estado, tendo sido ofertadas 241 vagas.
- Acolhimento População em Situação de Rua - tem por objetivo realizar atividades de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua e proporcionar ações de reinserção familiar e comunitária.
- Residências Inclusivas - unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Trata-se de residências adaptadas, com estrutura física adequada, localizadas em áreas residenciais na comunidade. No

Paraná estão aptos a desenvolverem os serviços com cofinanciamento federal e estadual sete municípios, com 16 unidades, sendo: 02 em Cascavel, 06 em Curitiba, 01 em Foz do Iguaçu, 01 em Ponta Grossa, 01 em Toledo, 03 em Apucarana e 02 em Colombo. O cofinanciamento ocorre na modalidade de repasse fundo a fundo, com um valor total de R\$ 180,0 mil por ano para cada Residência, sendo R\$ 120,0 mil do governo federal e R\$ 60,0 mil do governo estadual. Tem capacidade para 10 pessoas, totalizando 160 pessoas atendidas.

- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências com repasse fundo a fundo - cofinanciado pelo FEAS, o serviço foi utilizado para minimização de danos ocasionados pelas chuvas e enxurradas ocorridas no mês de junho. Foram 78 municípios contemplados com um repasse total de R\$ 3,1 milhões.

### **17.3.3 Acompanhamento e Monitoramento**

Triagem, assessoramento e acompanhamento de pedidos de vaga para Serviços de Acolhimento Institucional. As solicitações de vagas de Acolhimento Institucional são enviadas pelos municípios à SEDS, sendo reportadas tanto à Coordenação de Proteção Social Especial, quanto ao Escritório Regional de referência do município. Foram desenvolvidas estratégias de atendimento visando assegurar os direitos da pessoa, promovendo seus vínculos familiares e/ou comunitários. O serviço de acolhimento pode ser oferecido pelo Estado ou pelos municípios, com assessoria das equipes estaduais.

### **17.3.4 Assessorias e Capacitações**

- Capacitação sobre o Programa Crescer em Família, para técnicos dos ERs, municipais e Rede, realizado em três macrorregionais (Foz do Iguaçu, Londrina e Curitiba), com duração de 32 horas e 450 participantes.
- Seminário para municípios que possuem Serviço de Centros Especializados para População em Situação de Rua (CENTROS POP), realizado em março.
- Videoconferência e webconferência sobre Serviços de Emergência e Calamidades, em agosto.
- Videoconferência: a) Atendimento à Mulher Vítima de Violência, em agosto; b) Roda de Conversa sobre Proteção Social Especial, uma compreensão necessária, em agosto, para escritórios regionais; c) serviço de medidas socioeducativas - realizado em meio aberto para equipes de ERs e dos CENSEs, em setembro; d) acompanhamento dos serviços da CPSE - para equipes dos ERs, em outubro.

A CPSE apoia ainda ações de mobilização, sensibilização e articulação para o enfrentamento à violação de direitos, tais como: trabalho infantil, negligências, abandonos, preconceito, discriminação ou os diversos tipos de violência contra crianças, adolescentes,

mulheres, idosos, pessoas com deficiência, ou grupos minoritários; campanha de comunicação para Garantia ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária; credenciamento de serviços de acolhimento institucional para crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência ou transtorno mental.

#### Quadro Síntese de Atividades

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO 2013
Cofinanciamento estadual para construção de CREAS Deliberação Delib. nº 62/13/CEAS/PR	CREAS	12 convênios em fase de formalização
Deliberação nº 057/2013 CEAS/PR, aprovação dos critérios de partilha de recursos para expansão de construções de CREAS 2014	CREAS	Nova Deliberação alterando e ampliando os critérios de partilha para construção de 14 CREAS
Deliberação nº 35/2012/CEAS/PR - Repasse de recursos financeiros aos municípios para execução de serviços de proteção social especial de média complexidade: Serviço de Proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos - PAEFI.	Municípios	Adesão de 70% dos municípios. Com 63 convênios formalizados 35 serão por meio de repasse de recursos modalidade fundo a fundo
Orientação e apoio técnico aos municípios contemplados com a expansão 2013	Municípios	Adesão de 91% dos 43 municípios aptos.
Vídeo Conferência	Evento	04
Encontro dos municípios que possuem o Serviço de Centros Especializados para População em Situação de Rua – CENTROS POPs. Fevereiro de 2013.	Evento	01
Capacitação do Programa Crescer em Família de fevereiro a abril/2013.	Evento	03 macros
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	Municípios	78
Programa Estadual Liberdade Cidadã	Municípios	53 conveniados
O Programa Estadual de Aprendizagem	Municípios	200 adolescentes atendidos
Centro Dia para Pessoa com Deficiência.	Municípios	01 unidade Implantada
Programa Estadual Crescer em Família – Acolhimento de Crianças e Adolescentes	Municípios	43 projetos aprovados. Atualmente possui 142 processos vigentes, dados de setembro de 2013.
Acolhimento de Idosos e Pessoas com Deficiência	Municípios	306 atendimentos
Residências Inclusivas.	Municípios e Estado	07 municípios contemplados com 16 unidades municipais, 22% dos aptos. As 02 unidades Estadual previsão de implantação para 2014.
Campanha de Comunicação para Garantia ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária	Municípios	Iniciada
Credenciamento de serviços de acolhimento institucional para crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência ou transtorno mental.	Municípios e Entidades	Iniciada

## 17.4 Coordenação de Renda de Cidadania (CRC)

Coordena, controla e normatiza ações e programas sociais de transferência de renda no Estado do Paraná, realiza capacitação e aperfeiçoamento técnico profissional no âmbito estadual e municipal e na gestão do Cadastro Único de Programas Sociais, promove e apoia a gestão municipal do CadÚnico, e articula com a União e prefeituras o acompanhamento e controle das condicionalidades do Programa Bolsa Família e dos demais programas estaduais e municipais de transferência de renda.

Em 2013, foram efetuados acompanhamentos, orientações e assessoramentos para os 23 Escritórios Regionais, atingindo os 399 municípios sobre o Cadastro Único e Programa Bolsa Família.

#### **17.4.1 Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)**

No mês de outubro, estavam inscritas no CadÚnico 1.237.581 famílias do Paraná, sendo: 80.598 famílias inscritas na faixa sem renda, 233.427 famílias inscritas na faixa de renda 00,01 a 70,00, 309.543 famílias inscritas na faixa de renda de 70,01 a 140,00 e 418.189 famílias inscritas na faixa de renda de 140,01 a 380,00.

#### **17.4.2 Programa Bolsa Família**

No Programa Bolsa Família, a média de famílias beneficiárias no Paraná foi de 420 mil famílias por mês. Dessas, 77.073 famílias receberam também o Benefício de Superação da Extrema Pobreza. No total foram R\$ 49,6 milhões repassados para o Bolsa Família e R\$ 5,8 milhões para o Benefício de Superação da Extrema Pobreza.

#### **17.4.3 Índice de Gestão Descentralizada Estadual e Municipal**

Os índices estaduais variam de 0 a 1, sendo 1 o valor máximo. O Paraná possui o IGD 1 para Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastros, e o IGD 0,74 para Taxa de Atualização Cadastral. A média mensal de recursos repassados pelo MDS para a Gestão Descentralizada do Estado foi de R\$ 66,0 mil.

Para 2013, foram depositadas as parcelas referentes aos meses de dezembro 2012 a agosto de 2013, totalizando R\$ 599,7 mil.

#### **17.4.4 Programa Luz Fraterna**

Acompanhamento da execução do Programa, que beneficia as famílias em situação de baixa renda com o pagamento da conta de energia elétrica, com média de 153 mil beneficiados por mês e investimento médio mensal de aproximadamente R\$ 1,5 milhão.

#### **17.4.5 Capacitações**

- Webconferência sobre Sistema de Condicionalidades e Acompanhamento Familiar, com o objetivo de difundir o Sistema de Gestão do PBF (SigPBF) e o registro do Acompanhamento Familiar.
- Capacitação de Operadores Municipais Masteres - realizada em Curitiba, com duração de dois dias, formando 14 turmas entre os meses de abril e junho, totalizando 305 pessoas de 205 municípios. A capacitação habilitou os operadores municipais na operacionalização do sistema de entrada e manutenção de dados.

- Capacitação de Entrevistadores - com duração de 24 horas, teve por objetivo capacitar para o preenchimento dos formulários do CadÚnico. Foram quatro turmas, totalizando 65 municípios e 102 participantes.
- Instrução em Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família - realizada em Curitiba, em agosto, com duração de 16 horas, em parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS) e Caixa Econômica Federal (CEF), visando difundir os sistemas relacionados à gestão do programa bolsa família. Participaram 195 pessoas de 154 municípios.
- Fortalecimento da Gestão Municipal - realizada em Laranjeiras do Sul, dia 17 de setembro, com duração de quatro horas, promovida pela Controladoria Geral da União, com a participação de 30 pessoas.
- Encontro Intersectorial - realizado em Laranjeiras do Sul, no dia 17 de setembro, com duração de quatro horas, com o objetivo de difundir aos municípios a importância da intersectorialidade e o papel de cada setor envolvido na gestão do programa. O evento contou com os 10 municípios da regional, totalizando 150 pessoas.
- Instalação do Fórum Regional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional - realizado em 11 mesorregiões, para os 399 municípios, com a participação de 3.190 pessoas, no período de 07 de junho a 24 de julho. O objetivo foi a divulgação e orientação sobre o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), incentivando a adesão e a importância de efetivação das turmas. O número de matrículas do PRONATEC aumentou 419% entre junho e outubro.
- Assessoria em Execução Orçamentária e Financeira Prestação de Contas - realizada em Curitiba, para auxiliar os municípios que não efetuaram a prestação de contas dos recursos relativos ao índice de gestão descentralizada. Realizada reunião com técnicos do SENARC, em setembro, além de reuniões com municípios: Santa Amélia, Itaperuçu, Santa Isabel do Ivaí, Guaraci e Doutor Ulisses.
- Encontro Operacional - nos municípios polos (Curitiba, Praia de Leste, Lapa, Castro, Ponta Grossa, Apucarana e Londrina), com duração de oito horas cada, para nivelar informações operacionais do Sistema de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único e Sistema de Gestão dos Benefícios do Programa Bolsa Família. Participação de aproximadamente 120 técnicos de 37 municípios.

#### Quadro Síntese de Atividades:

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE MEDIDA	EXECUTADO 2013
Capacitação de Operadores Municipais Mestres do Cadastro Único	Pessoas	305
Cadastramento das famílias indígenas	Famílias	3817
Cadastramento das famílias quilombolas	Famílias	1121
Utilização da ferramenta "Sistema de Condicionais"	Municípios	355
Atualização das informações da Coordenação de Renda de Cidadania no site da SEDS	Mensal	01
Acompanhamento das famílias com perfil saúde	Famílias	80%
Frequência Escolar das crianças, adolescentes e jovens do Programa Bolsa Família	Pessoas	93%
Cobertura qualificada do Cadastro Único (inserir famílias com renda de até ½ s. mínimo per capita)	Famílias	100%
Atualização Cadastral dos cadastros do CadÚnico	Famílias	74%

## **17.5 Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTPPF)**

Tem como finalidade articular as políticas públicas de várias áreas do governo, visando o desenvolvimento, o protagonismo e a promoção social das famílias que vivem em situação de alta vulnerabilidade social. Pretende-se, por meio da intersectorialidade, viabilizar o acesso aos direitos sociais e aos serviços que garantem tais direitos. Os eixos de intervenção são assistência social, saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, trabalho e habitação.

Em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) foi desenvolvido o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR) como ferramenta de apoio para a seleção de beneficiários dentro de municípios selecionados.

A Lei Estadual nº 17.734/13 criou o Programa Família Paranaense, tornando permanentes as ações intersectoriais propostas pelo Programa e seus Comitês de Gestão, e instituiu o IVFPR, como indicador oficial para a identificação das famílias. Além disso, a Lei também instituiu três projetos complementares: a) Implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); b) Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais, autorizando o pagamento de Aluguel Social às Famílias do Programa; e c) Bolsa-Agricultor.

Por fim, em seu artigo 19, autoriza o Governo do Estado a transferir renda diretamente às famílias em situação de vulnerabilidade social, preferencialmente de maneira complementar ao Programa Bolsa Família, para famílias com renda per capita inferior a R\$ 80,00.

O Programa Família Paranaense possui um grande benefício social, pois objetiva viabilizar às famílias residentes nos municípios do Família Paranaense acesso aos benefícios sociais estaduais (Tarifa Social da Água, Luz Fraterna e Leite das Crianças), proporcionando às mesmas recursos indiretos de transferência de renda. Também prevê a inclusão de outros benefícios de transferência de renda indireta que venham a ser criados pelo Governo do Estado.

### **17.5.1 Modalidades de Adesão**

- Municípios Prioritários – os 129 municípios foram selecionados pelos critérios de: a) Valor do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), que mede o desempenho da gestão e ações públicas dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e agropecuária, saúde e educação; b) Percentual de Extrema Pobreza do município e; c) valor do Percentil 75, que determina os 25% piores IVFPR - indicador calculado a partir da base de dados do CadÚnico - de cada município.
- Adesão Espontânea - 226 municípios que aderiram ao Programa de forma voluntária e não se encontravam dentro dos critérios de seleção dos Prioritários.
- Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por medida socioeducativa (AFAI) - ações com as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Houve adesão de 88 municípios.

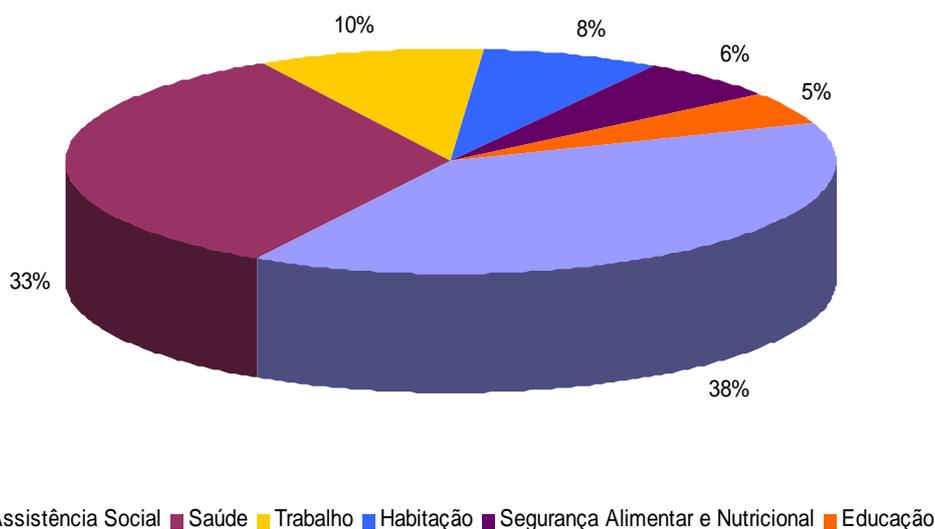
- Transferência Estadual de Renda Direta às Famílias - Renda Família Paranaense - tem como público-alvo famílias cuja renda familiar per capita é inferior a R\$ 80,00 mensais.

### 17.5.2 Famílias Atendidas

SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS	TOTAL
Selecionadas (1)	1.940
Incluídas (2)	16.566
Com diagnóstico finalizado (3)	13.141
Com planejamento intersetorial de ações elaborados (4)	10.814

- (1) É aquela que o Comitê Local considera potencial para fazer parte do programa.  
 (2) É a família que assinou o termo de compromisso e que é acompanhada pelo programa.  
 (3) É composto pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná – IVFPR e outras questões complementares sobre a situação da família, preenchidas pelo Comitê Local para descrever o contexto familiar.  
 (4) É o planejamento de ações específicas para cada família e/ou membro familiar necessário.

PERCENTUAL DE AÇÕES OFERTADAS SEGUNDO ÁREAS DE ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS INSERIDAS NO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE - NOV/2013



FONTE: SEDS - Sistema Informatizado do Programa Família Paranaense

### 17.5.3 Investimentos do Programa nos Municípios

- Incentivo Família Paranaense - cofinanciamento automático (fundo a fundo) para os 100 municípios da expansão 2013, que constam na Deliberação nº 068/2012 do CEAS, no montante de R\$ 3,6 milhões, para fortalecer as ações e serviços socioassistenciais dos municípios contemplados.
- Convênios - 28 municípios receberam recursos deliberados pelo CEAS, dentre os municípios prioritários de 2012, no montante de R\$ 1,1 milhão para investimento nos CRAS. Dois municípios estão em tramitação para pagamento. Houve repasse também

por meio da Deliberação nº 39/2012 do CEAS, para 15 municípios no valor de R\$ 394,9 mil para estruturação dos CRAS, sendo que os outros 15 processos estão em tramitação para pagamento.

- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – continuidade nas negociações junto ao BID, para o pleito de U\$ 100.000.000,00, tendo sido realizadas duas missões para definições do processo de aprovação do projeto.
- AFAI - prevê ações com as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Os 178 municípios foram selecionados de acordo com o critério de possuir pelo menos um adolescente internado nos anos de 2010, 2011 e 2012. O total de recursos do FIA solicitado por esses municípios foi de R\$ 5,5 milhões.

#### **17.5.4 Capacitações e Eventos**

- Seminário Internacional sobre Acompanhamento Familiar - apresentação do Programa Família Paranaense no Seminário Internacional sobre Acompanhamento Familiar, realizado em Quito, no Equador. E dois eventos de apresentação do Programa Família Paranaense, com carga horária total de 11 horas e participação de 782 pessoas.
- Webconferências: a) 02 do Programa Juro Zero, com carga horária total de oito horas, com participação de 130 municípios e os 23 ERs; b) 02 do Programa AFAI, com carga horária total de oito horas, com a participação dos 23 ERs e diversos municípios; c) 01 do Incentivo Programa Família Paranaense, com carga horária total de 04 horas e participação dos 23 ERs.
- Reuniões: a) 52 reuniões regionais, com carga horária total de 260 horas e 2.002 participantes; b) 07 reuniões técnicas, com carga horária total de 22 horas e 100 participantes.

#### **17.5.5 Demais Atividades**

- Linha Paraná Juro Zero em parceria com o Programa Família Paranaense – tem por objetivo incentivar as famílias envolvidas em programas de desenvolvimento social e da economia solidária a tornarem-se empreendedoras, podendo iniciar ou ampliar pequenos negócios, para melhorar a renda e a qualidade de vida. Foram concedidos 18 financiamentos no valor de R\$ 28,8 mil, 01 financiamento em fase de geração de contrato no valor de R\$ 3,0 mil e 06 financiamentos em fase de cadastramento no valor de R\$ 23,9 mil, totalizando R\$ 55,7 mil.
- Brincadeiras na Comunidade - ação relacionada ao Programa Família Paranaense deliberado pelo CEDCA/PR sob nº 097/2013 e publicado no DIOE de 20 de novembro. Prevê a disponibilização de brinquedotecas aos equipamentos da Rede de Proteção à Infância e tem por objetivo garantir o direito ao brincar e propiciar à criança a

oportunidade de socialização em ambiente lúdico. São 130 municípios selecionados que poderão receber equipamentos no valor de até R\$ 1,6 milhão.

- Renault - projeto em parceria com a Renault, que disponibilizará veículos para o deslocamento das equipes dos CRAS e profissionais que atuam no Programa para acessar, identificar, incluir e acompanhar famílias em situação de maior vulnerabilidade social residentes em áreas rurais e comunidades tradicionais. Foram contemplados cinco municípios (Nova Laranjeiras, Palmas, Lapa, Manoel Ribas e Ortigueira) a partir dos critérios de hierarquização: área territorial, número de famílias rurais com cadastro único, existência de comunidades indígenas e quilombolas, total de famílias com IVFPR acima do percentil 75 e inexistência de CRAS na área rural.
- Comunidades Indígenas - iniciou-se uma experiência piloto para o desenvolvimento de ações intersetoriais junto às comunidades indígenas. Foi priorizada a Terra Indígena Rio das Cobras, localizada no município de Nova Laranjeiras. Para sua implantação, as Secretarias e órgãos do Estado – Assessoria Especial para Assuntos Fundiários, SEDS, SEED, SESA, COHAPAR, Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, EMATER, COPEL, juntamente com o Prefeito, Secretaria Municipal de Assistência, representação da Câmara Municipal e lideranças Indígenas, reuniram-se para identificar as ações prioritárias, onde se definiu a construção de espaço para jornada ampliada para crianças e adolescentes, acolhendo também as mulheres indígenas que sobrevivem da produção e venda de artesanato, na Aldeia Sede. A proposta foi apresentada ao CEDCA, objetivando também pleitear recursos do FIA, para financiar a construção do espaço físico.
- Projeto Cultura Ancestral e Cultura Digital - elaborado pela instituição Centro Cultural Humaitá e objetiva multiplicar a cultura ancestral, de origem africana por meio da cultura digital, capacitando de três a cinco agentes para atuar como multiplicadores em suas próprias comunidades negras paranaenses. A proposta foi aprovada no CEDCA/PR no valor de R\$ 467,4 mil.

## **17.6 Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente (UTPCA)**

Articulação intergovernamental e intersetorial para garantir a proteção integral às crianças e adolescentes paranaenses, com a capacitação de conselheiros tutelares visando implementação do Sistema de Informações de Crianças e Adolescentes (SIPIA CT WEB), coordenação da elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, articulação das ações relativas ao enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, bem como àquelas relacionadas à erradicação do trabalho infantil e regularização do trabalho adolescente, e coordenação do Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim.

- Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná - coordenado pela UTPCA, em elaboração conjunta com a Gestão da Informação da SEDS, demais secretarias envolvidas e sociedade civil, traz princípio, eixos norteadores,

diagnóstico da realidade, plano de ação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, definindo diretrizes, ações, metas e indicadores de avaliação de eficiência e eficácia das políticas públicas direcionadas ao cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes para os próximos 10 anos (2014 a 2023). Em 25 de julho de 2013, o Plano Decenal foi aprovado pelo CEDCA, posteriormente enviado para revisão do IPARDES e encaminhado para SECS para diagramação e impressão. Encontra-se em processo de finalização para publicação.

- Curso de Formação de Conselheiros Tutelares no SIPIA CT WEB - o Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA CT WEB é um sistema da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Os conselheiros tutelares ao realizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, fazem o registro no sistema, identificando a violação de direito fundamental e as providências adotadas, possibilitando, assim, a elaboração de políticas públicas. Para implementação do SIPIA CT WEB nos 399 municípios paranaenses, foram oferecidas 2.065 vagas em curso de formação para conselheiros tutelares. O curso foi dividido em duas etapas, sendo a primeira a distância, e a segunda presencial, entre agosto de 2012 e maio de 2013. Concluíram as duas etapas 1.373 conselheiros tutelares. Foram previstos R\$ 821,0 mil, financiados pelo FIA, conforme Deliberação nº 48/2011 do CEDCA.
- Curso de Formação Continuada para Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente - em parceria com o CEDCA e com as Universidades Estaduais, visa capacitar os Conselheiros Tutelares e Conselheiros Municipais, com carga horária de 56 horas para cada um dos níveis, para o aperfeiçoamento e a atualização de conhecimentos quanto às suas atribuições e a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram disponibilizadas 5.247 vagas, sendo 2.065 para Conselheiros Tutelares e 3.182 para Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo sido disponibilizados R\$ 2,1 milhões para a realização do curso, produção e impressão do material didático. Foram finalizados os Cursos Iniciais para Conselheiros Tutelares e para Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, totalizando 1.876 inscritos e 1.133 concluintes. Os cursos avançados foram concluídos no final do mês de novembro e os encontros microrregionais foram finalizados até dezembro.
- Laboratório de DNA e Exames de DNA em Laboratório Credenciado - laboratório planejado para atender as demandas do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Paraná para a realização de exames de investigação de paternidade aos que comprovarem insuficiência de recursos. A ação totalizou o valor de R\$ 1,9 milhão do FIA, R\$ 216,0 mil da SETI e R\$ 128,3 mil da UEL. Até que o Laboratório Público do Governo do Estado esteja em pleno funcionamento, a SEDS contratou, por meio de processo licitatório, laboratório para realização de exames de investigação de

paternidade (DNA), para garantir o direito ao exame. O valor anual do contrato com o laboratório é de até R\$ 241,6 mil. De janeiro até novembro, foram realizados 506 exames de investigação de paternidade.

- Crianças e Adolescentes com deficiência - 186 projetos de instituições de todo o Paraná que atendem crianças e adolescentes com deficiência e que estão formalizando convênios para o recebimento de R\$ 7,6 milhões destinados por meio de deliberações do CEDCA. Outros 93 novos projetos, totalizando R\$ 3,9 milhões, foram submetidos à aprovação do CEDCA nas reuniões plenárias de novembro e dezembro.
- Censo do Sistema de Garantias de Direitos - processo de coleta de informações para caracterizar e acompanhar o funcionamento dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes. A coleta foi realizada por meio de um formulário eletrônico preenchido pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e pelos Colegiados de Conselheiros Tutelares. O diagnóstico servirá de subsídio para elaboração política estadual de fortalecimento destas duas instâncias do Sistema de Garantia de Direitos. O valor inicial de implementação do sistema foi de R\$ 31,1 mil.
- Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes Guarda Mirim - desenvolve atividades para a aprendizagem, com ações de incentivo à profissionalização de adolescentes entre 14 a 18 anos incompletos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Atendeu aproximadamente 550 adolescentes procedentes de Curitiba e Região Metropolitana. O programa é realizado em dois anos e meio, separado em Formação Cidadã no primeiro semestre e curso de aprendizagem realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com a duração de dois anos. Na Formação Cidadã, ministrado pela SEED, o adolescente recebe reforço escolar de língua portuguesa, matemática, além das disciplinas de artes e educação física. No curso de aprendizagem são encaminhados para atuar em empresas parceiras, sob a orientação e supervisão dos profissionais da Guarda Mirim. Em 2013, também foi liberado por meio da Deliberação nº 44/2013 CEDCA, o valor de R\$ 1,5 milhão para investimento na compra de novos uniformes que serão fornecidos gratuitamente a todos os adolescentes matriculados na unidade, em equipamentos e reforma da biblioteca, para modernização da Guarda Mirim.
- Enfrentamento às Violências e ao Trabalho Infantil: a) ações de mobilização e sensibilização da Campanha Viva Infância, lançada no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com investimento de R\$ 3,3 milhões; b) revisão do Plano Estadual de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes e planejamento das ações de 2014 com um olhar atento e prioritário ao período da Copa do Mundo de Futebol 2014, tendo sido reservados mais de R\$ 2,0 milhões para estas ações; c) fomento à formalização de seis Comissões Regionais de

Enfrentamento às violências contra Crianças e Adolescentes, com previsão de recursos para 2014 para seu fortalecimento; d) participação na organização e realização do Seminário Municipal e Estadual: Novos Desafios para o Enfrentamento do Trabalho Infantil, em razão das ações mobilizadoras do dia 12 de junho - Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil; e) viabilizado junto ao Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho Adolescente, a revisão do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, tendo sido reservados R\$ 3,0 milhões para as atividades previstas no Plano; f) viabilizada junto ao IPARDES a revisão e atualização do Mapa do Trabalho Infantil no Paraná, com divulgação prevista para dezembro.

## **17.7 Coordenação de Medidas Socioeducativas (CMS)**

Responsável pela Política de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei. Dentre suas ações, executou as Medidas Socioeducativas de privação e restrição de liberdade. Para o atendimento da medida de privação de liberdade, a SEDS, por meio da CMS, conta com 18 Centros de Socioeducação, que atendem a privação de liberdade provisória e definitiva no Estado do Paraná, com a existência de 998 vagas. Em 2013, foram atendidos 4.660 adolescentes, sendo 2.796 em medida de internação provisória e 1.594 em internação sentença. Para o atendimento da Medida Socioeducativa de Restrição de Liberdade, a SEDS realizou a manutenção de seis Casas de Semiliberdade, num total de 95 vagas e um número de 270 adolescentes atendidos. Também foram inauguradas mais duas Casas de Semiliberdade no segundo semestre, ampliando em 36 novas vagas o Sistema Socioeducativo no Paraná, que conta com 1.129 vagas.

### **17.7.1 Educação**

O Programa de Educação das Unidades Socioeducativas (PROEDUSE) tem como objetivo garantir a escolarização básica, no nível fundamental e/ou médio, aos adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa. Com vistas ao atendimento destes educandos, a SEDS e a SEED firmaram parceria para a prestação de serviços, de professores e funcionários, selecionados por meio de edital segundo as normatizações e a legislação determinada pela SEED.

O PROEDUSE funcionou com mais de 200 professores de docência, mais de 20 coordenadores pedagógicos e 12 administrativos. Foram atendidos mais de 2.400 alunos, com 32 conclusões de Ensino Fundamental - Fase I, 50 conclusões de Ensino Fundamental - Fase II e quatro conclusões de Ensino Médio.

Avanços obtidos:

- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a SEED - com a finalidade de garantir escolarização básica aos adolescentes em conflito com a lei, atendidos nos Centros de Socioeducação, mantido pela SEDS.
- Semana de Capacitação - específica para professores que atuam na socioeducação.

- Instituída a Comissão de Educação - visa elaborar as propostas pedagógicas e normatização dos procedimentos.
- Participação na Comissão Nacional do INEP - para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) no sistema socioeducativo.

### **17.7.2 Profissionalização**

É dever do Estado ofertar, no quadro de atividades das Unidades Socioeducativas, cursos de qualificação profissional, democratizando a oferta aos adolescentes privados de liberdade, de forma a oportunizar aos mesmos, condições de geração de renda ao serem desligados.

Foi assinado um contrato com a Associação Horizontes para prestação de serviços de qualificação profissional para os adolescentes atendidos nas 26 Unidades Socioeducativas. Foram 46 turmas, em 16 cursos, beneficiando 496 adolescentes, totalizando 2.760 horas de qualificação.

Também foi assinado um Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (PRONATEC/SINASE) para, por meio do SENAC/SENAI, ofertar 500 vagas em cursos profissionalizantes no Sistema S.

### **17.7.3 Esporte**

Estabelecido convênio com a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano e Social (ADDES) para desenvolvimento de atividades de Karatê nos CENSEs e Casas de Semiliberdade, totalizando 23 turmas que beneficiaram 161 adolescentes.

Realizado levantamento dos espaços físicos, para instalação de academias nos CENSEs e Casas de Semiliberdade. Iniciada a Copa de Futsal e Futebol de Campo entre as Unidades Socioeducativas.

### **17.7.4 Cultura**

Projeto CulturAção, em parceria com a SEEC, para ser desenvolvido no período de férias escolares, com oficinas culturais. Em 2013, foram 122 oficinas culturais e artísticas realizadas, totalizando 7.489 horas de atividades que beneficiaram 2.761 adolescentes.

### **17.7.5 Programa de Apoio às Famílias**

Viabilizou passagens e vale-transporte para que as famílias visitassem seus filhos, visando desta forma o fortalecimento dos vínculos familiares e responsabilização das famílias junto ao processo socioeducativo do adolescente. No ano de 2013, foi fornecido R\$ 32,6 mil em vale-transporte, além de 1.628 passagens, no total de R\$ 191,8 mil.

## 17.7.6 Convênio com Comunidades Terapêuticas

A SEDS, em parceria com o CEDCA, disponibilizou um total de 97 vagas, em oito municípios do Estado para atendimento em nove Comunidades Terapêuticas conveniadas. Foram atendidos 236 adolescentes, encaminhados por meio da Central de Vagas da SEDS.

## 17.7.7 Investimento em Obras

Realização de obras para construção, reforma, ampliação e qualificação das instalações nas seguintes unidades:

LOCAL	TIPO DE OBRA	INVESTIMENTO (R\$)
Centro de Socioeducação Cascavel II	Reforma	512.112,38
Centro de Socioeducação Curitiba	Reforma/ampliação	1.518.000,00
Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	Reforma	399.349,72
Centro de Socioeducação Foz do Iguaçu	Reforma	958.239,48
Centro de Socioeducação Joana Richa	Reforma/ampliação	508.451,42
Centro de Socioeducação Laranjeiras do Sul	Reforma	695.900,00
Centro de Socioeducação Londrina I	Reforma	588.400,62
Centro de Socioeducação Maringá	Reforma	545.930,04
Centro de Socioeducação Paranavaí	Melhorias	136.109,65
Centro de Socioeducação Ponta Grossa	Reforma	798.605,80
Centro de Socioeducação Umuarama	Reforma	42.200,00
Semiliberdade Cascavel	Reforma	43.989,48
Semiliberdade Londrina	Reforma	105.200,05
Semiliberdade Ponta Grossa	Melhorias	122.184,09
Semiliberdade Umuarama	Reforma	13.628,34
	TOTAL	6.988.301,07

## 17.8 Conselhos e Comissões

- Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS/PR) - realizadas 10 reuniões ordinárias e três reuniões extraordinárias. De janeiro a outubro, foram efetuados pagamentos no valor de R\$ 12,8 milhões, com recursos do FEAS (Fontes 148, 100, 147, 257 e 281).  
Atividades do CEAS:

ATIVIDADE	DATA/LOCAL	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO
Reunião Ampliada e Descentralizada do CEAS/PR.	11 e 12/07/2013. Auditório da UNIPAR, Cascavel - PR.	Reunir os conselheiros municipais de assistência social para discussão referente à organização das Conferências de Assistência Social no ano de 2013.	Conselheiros estaduais e municipais de Assistência Social do Estado do Paraná.
X Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná.	16, 17 e 18/10/2013. Centro de Convenções de Curitiba, Curitiba – PR.	Avaliar as deliberações das Conferências Estaduais de Assistência Social desde o ano de 2005 e deliberar novas propostas/diretrizes da política para o próximo biênio.	Trabalhadores e Usuários da Política de Assistência Social, Entidades Prestadoras de Serviço, técnicos e gestores municipais e estaduais da política de assistência social e conselheiros estaduais da assistência social.
Reunião do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social (FONACEAS)	27, 28 e 29/11/2013	Mobilizar e fortalecer os Conselhos Estaduais de Assistência Social no âmbito do Controle Social da Política de Assistência Social. Articular com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) demandas dos Conselhos Estaduais.	Conselheiros estaduais de Assistência Social dos Estados da Federação.

- Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR) - realizadas sete reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária.
- Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) - realizadas oito reuniões extraordinárias e 11 reuniões ordinárias. De janeiro a outubro, foram efetuados pagamentos no valor de R\$ 20,3 milhões, com recursos do FIA (Fonte 131).  
Eventos realizados em parceria com o CEDCA:

EVENTO	DATA	OBJETIVO DO EVENTO	PÚBLICO-ALVO
Lançamento da Campanha Viva a Infância	20/05/13	Conscientizar a população sobre o combate à violência contra crianças	População em geral
Ações de Mobilização da Campanha Viva a Infância	18/05/13	Alertar a sociedade para combater a violência, abuso e exploração sexual contra crianças	População em geral
VII Congressul – Conselho Tutelar, a Mídia e o Sistema de Garantia de Direitos	15 à 19/07/13	Proporcionar a formação continuada aos Conselheiros Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e refletir o papel da mídia na conscientização e defesa da garantia de direitos da criança e do adolescente	Conselheiros e ex Conselheiros Tutelares e Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente da região Sul
II Seminário de Ações pela Vida da Associação Fênix	03 à 06/10/13	Troca de experiências e novas informações sobre AIDS	Crianças, adolescentes, jovens, familiares e cuidadores vivendo e convivendo com DST/AIDS
Jogos da Integração e Inclusão 2013 (JOIN) da Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano	18 à 29/11/13	Oportunizar a participação, inclusão e integração social de crianças e adolescentes com deficiência, de todas as faixas etárias, ligadas às entidades de atendimento especializado, escolas de educação especial de Curitiba, associações e clubes que são responsáveis pelas atividades esportivas adaptadas às necessidades específicas de cada área de deficiência.	Alunos de escolas especiais, crianças e adolescentes com deficiência visual, física, auditiva, intelectual e transtorno global de desenvolvimento

*Secretaria da Fazenda*



## 18 Secretaria de Estado da Fazenda

---

Órgão da administração direta do Governo do Paraná, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e as entidades da administração indireta a ela vinculada têm como finalidade obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar à administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e ampliar os setores da economia.

Para a execução destas atribuições, a Secretaria está organizada em quatro coordenações: da Administração Financeira do Estado (CAFE); da Receita do Estado (CRE); de Assuntos Econômicos (CAEC) e de Orçamento e Programação (COP).

Os principais resultados e os avanços mais importantes alcançados no exercício de 2013, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, estão relatados a seguir.

### 18.1 Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE)

É responsável pelo planejamento, coordenação e controle das atividades ligadas à administração financeira dos recursos estaduais, promovendo ações necessárias à liberação de recursos financeiros do tesouro estadual e de todas as contas que integram a sistemática da Conta Única do Tesouro Geral do Estado e do Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná (SIGERFI PARANÁ).

A sua atuação tem como princípio a responsabilidade fiscal, o gerenciamento e a implantação de rotinas no sentido de garantir o equilíbrio das contas públicas, via cumprimento de metas e ações planejadas e transparentes para a prevenção de riscos.

Em cumprimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) foi implantada pelos Decretos Estaduais nº 7.088/06 e nº 176/07 no Sistema de Informações da Administração Financeira (SIAF) a Declaração de Disponibilidade Financeira (DDF), como forma de permitir ao Coordenador da Administração Financeira, o planejamento do fluxo de caixa e controle dos gastos públicos. Até outubro foram emitidas cerca de 10.000 DDFs.

A estrutura organizacional da CAFE compreende: Coordenador, Conselho de Ética, Divisão de Análise Técnico Financeira, Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública, Divisão de Controle da Despesa e Divisão de Contabilidade Geral.

Das principais ações de sua responsabilidade, ressaltam-se as que refletiram diretamente no cumprimento de todas as metas e princípios da boa gestão fiscal previstas na legislação vigente, tais como o recebimento e gerenciamento de recursos destinados ao Estado - provenientes de Receitas Tributárias, Transferências Financeiras da União, ingresso de recursos das operações de crédito realizadas com organismos financeiros nacionais e internacionais, e demais receitas públicas.

### **18.1.1 Divisão de Análise Técnica Financeira (DATF)**

Presta assessoramento técnico, financeiro e jurídico à Coordenação da CAFE e aos Grupos Financeiros Setoriais, bem como elabora pareceres, informações e demais documentos oficiais concernentes às áreas jurídica e financeira.

Atividades realizadas:

- Participação no Grupo de Gestores Financeiros dos Estados (GEFIN) e no Grupo de Assessoramento dos Secretários da Fazenda (CONFAZ), que tem por finalidade discutir e elaborar estudos técnicos de matérias relativas às políticas financeiras e a promoção de maior integração entre os gestores de cada Estado e a União.
- Elaboração, análise e acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), realizando avaliações da situação fiscal do Estado, pela coleta, tratamento de dados e organização de informações necessárias à realização de avaliação no cumprimento de metas fiscais.

### **18.1.2 Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública (DIRED)**

Realiza as previsões de receitas orçamentárias, centralizada e descentralizada, e o seu desdobramento em metas bimestrais da arrecadação conforme determina o disposto no art. 13 da LRF. Dentre as atividades desenvolvidas na Divisão, destacam-se:

- Elaboração da programação financeira de ingressos de receitas e suas reestimativas, estabelecendo fluxos diários e mensais, com o objetivo de assessorar a coordenação na programação financeira.
- Registro e controle da dívida pública dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.
- Projeção e análise da capacidade de endividamento e pagamento para fins de contratação de operações de crédito interna e externa pelo Estado, junto aos organismos nacionais e internacionais.
- Previsão de pagamento do Serviço da Dívida Pública do Estado.
- Participação na elaboração do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.
- Manutenção e controle do Cadastro de Inadimplência dos Municípios (CADIN Estadual) e distribuição de Certidões Negativas a todos os órgãos do Estado, que visam novas operações de crédito e convênios junto a órgãos da União.
- Participação no Grupo de Gestores Financeiros dos Estados (GEFIN), incluindo a Coordenação de Grupo Técnico.

### **18.1.3 Divisão de Controle da Despesa (DIDEP)**

Responsável pelo acompanhamento e a análise gerencial, do comportamento da execução financeira dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual. Atividades realizadas:

- Controle da movimentação de 68 contas bancárias, de instituições financeiras credenciadas como o Banco do Brasil S/A, Banco Itaú S/A e Caixa Econômica Federal e de 25 contas CEF-PAC referente ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
- Liberação dos recursos financeiros disponíveis e acompanhamento da programação financeira do Estado.
- Análise, monitoramento e informação do impacto financeiro de aproximadamente 107 processos que envolveram despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta do Estado.
- Acompanhamento do impacto financeiro decorrente do Limite Legal com gastos de pessoal do Poder Executivo e demais Poderes, conforme estabelece a LRF.

### **18.1.4 Divisão de Contabilidade Geral (DICON)**

Responsável pela padronização e a orientação normativa do sistema de contabilidade da Administração Pública Estadual, o controle, o acompanhamento e a execução da Contabilidade Geral do Estado. Atividades realizadas:

- Elaboração do Balanço Geral do Estado.
- Prestação de Contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
- Assessoramento contábil na elaboração de dados e de informações para a avaliação no cumprimento de metas fiscais.
- Manutenção dos Sistemas - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN).
- Estudos e emissões de pareceres relativos à execução contábil dos órgãos públicos estaduais, inclusive da aplicação dos recursos destinados aos Fundos.
- A consolidação da movimentação orçamentária e financeira da Assembleia Legislativa do Estado.
- Orientação normativa e supervisão técnica contábil dos Grupos Financeiros Setoriais (GFSs).
- Implementação das normas do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

## **18.2 Coordenação da Receita do Estado (CRE)**

Órgão de regime especial, tem sua estrutura formada pela Administração Central e por Delegacias Regionais da Receita, além da Delegacia de Julgamento, nos termos do Regimento aprovado pela Resolução SEFA nº 88/2005, que delimita seu escopo de atuação e suas atividades essenciais.

A Administração Central compreende o Gabinete do Diretor, a Assessoria Geral, os Inspectores Gerais (Tributação-IGT, Arrecadação-IGA e Fiscalização-IGF), as Assessorias (AGTI, AGRH, AGAF, EGP, AGSN), a Corregedoria (COR) e a Escola de Administração Tributária (ESAT).

As principais atividades desenvolvidas estão descritas a seguir, por unidade gerencial.

### **18.2.1 Inspeção Geral de Tributação (IGT)**

Responsável por cuidar da legalidade das questões tributárias, incluindo: propor uma legislação tributária simples, ordenada e eficiente e zelar pela sua correta aplicação.

Principais ações por setor:

- Setor de Processo de Natureza Tributária - 192 pareceres, 60 informações e 178 despachos.
- Setor Normativo - 40 pareceres, 163 informações, 94 decretos elaborados e 11 Anteprojeto de Lei.
- Setor de Processo Administrativo Fiscal - 43 ofícios, 511 informações, 717 PAFs copiados para o MP (cerca de 1.500 volumes, 350 mil páginas), 62 procedimentos referentes à elaboração, postagem e interação com demandas relativas ao Sistema PAF (Mantis).
- Setor de Administração da Base da Legislação Tributária - gerenciamento, atualização, consolidação e disponibilização da legislação tributária, auxílio na administração da comunicação entre a COTEPE/CONFAZ e as Inspetorias Gerais.

### **18.2.2 Inspeção Geral de Arrecadação (IGA)**

Os trabalhos estiveram voltados a estabelecer meios seguros e simplificados de controle e arrecadação dos tributos estaduais, mediante planejamento, coordenação e acompanhamento do fluxo de documentos e informações, em todas as suas fases, até o repasse do produto arrecadado ao tesouro estadual. Em decorrência da criação do Setor de Cobrança Administrativa, foram tomadas as seguintes ações:

- Criação de novos indicadores para monitoramento dos valores que estão sendo recuperados e valores que estão sendo inscritos em Dívida Ativa.
- Alteração nos sistemas visando integração da SEFA e da PGE no parcelamento eletrônico, de modo a automatizar a informação quanto ao pagamento de custas judiciais e honorários.

- Alteração da Lei nº 11.580/1996 aumentando o percentual da multa pelo não pagamento da GIA.
- Elaboração de Projeto e adequação dos sistemas para o Protesto de Dívida Ativa, projeto desenvolvido em parceria com a PGE.
- Projeto Prisma - de janeiro a outubro: a) inadimplência – redução para 1,3%; b) arrecadação - incremento de 12,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Inclusão, na rede de Arrecadação, do Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB).
- Disponibilização no Portal de Serviços da Receita - PR, para contabilistas ou responsáveis pela empresa, da possibilidade de alterações cadastrais via internet.
- Alterações no Sistema, visando atender à mudança do código do Renavam (de 09 para 11 dígitos).
- Iniciado processo para a inscrição em Dívida Ativa de IPVA dos devedores, cujo montante pode ser executado. Foram notificados em torno de 400 contribuintes que respondem por R\$ 60,0 milhões em débitos de IPVA.
- Regulamentação e implantação da imunidade para veículos de propriedade de entidades religiosas (Lei nº 17.400/2012 e Lei nº 17.562/2013).
- Elaboração do Projeto Doações RFB - com o objetivo inicial de orientar o contribuinte a declarar e recolher espontaneamente o ITCMD devido sobre doações declaradas à RFB e lançamento/cobrança, numa segunda fase.

### **18.2.3 Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)**

Suas principais atribuições são a investigação e a fiscalização, com o objetivo de averiguar o fiel cumprimento das disposições legais tributárias no que concerne ao lançamento e pagamento dos impostos estaduais devidos.

Principais ações:

- Serviços de fiscalização - 4.534 Ordens de Serviço de Fiscalização (OSF) emitidas e 4.418 encerradas; 251 Comandos de Auditoria Fiscal (CAF) emitidos e 218 encerrados. O resultado obtido foi a lavratura de autos de infração no montante de R\$ 1,7 bilhão.
- Atividades específicas em empresas do segmento de combustíveis: a) acompanhamento constante que resultou no cancelamento de cinco distribuidoras e lavratura de autos de infração no total de R\$ 52,0 milhões; b) operações volantes, carga/descarga e verificações em postos varejistas, lavrando-se autos de infração e pré-cancelando postos varejistas; c) verificação do correto recolhimento do ICMS-ST nas operações com etanol hidratado, com emissão de 233 notificações para defesa prévia; d) encerramento de auditoria com lavratura de 03 autos de infração no valor total de R\$ 31,0 milhões; e) verificação do repasse para o Paraná nas vendas interestaduais de etanol anidro - detectada a falta de repasse de ICMS em duas distribuidoras, totalizando cerca de R\$ 360,0 mil e; f) lavratura

de auto de infração no valor R\$ 419,0 mil pelo não pagamento do complemento do ICMS devido nas remessas de gasolina do Estado de São Paulo a destinatários paranaenses.

- Atividades específicas no ramo de Comunicação e Energia Elétrica: a) implementação das rotinas e validações dos arquivos eletrônicos do Convênio ICMS 115/2003; b) implementação das regras de substituição tributária para aquisição de energia elétrica no âmbito do mercado de contratação livre - DEVEC definidas pelo SECE, com previsão inaugural a partir de fevereiro de 2014.
- Atividades específicas do Setor de Gestão Fiscal: a) Projeto Autorregularização - identificação das inconsistências passíveis de serem sanadas pelo contribuinte, nos termos e condições estabelecidas na comunicação de que trata o § 7º do artigo 84 do RICMS/2012; b) atendimento de diversas solicitações do Ministério Público, Polícia Civil e GAECO; c) análise de pedidos de benefícios fiscais com o estudo de renúncia fiscal e medidas de compensação envolvidas; d) acompanhamento dos contribuintes qualificados como Devedores Contumazes; e) participação nos Grupos de Trabalho da COTEPE/CONFAZ, em Brasília.

#### **18.2.4 Assessoria e Gerência da Tecnologia de Informação (AGTI)**

Desenvolveu ações com o objetivo de prestar assessoramento ao Diretor da CRE, além de otimizar os recursos de tecnologia da informação disponibilizados, com destaque para:

- Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) - conclusão do desenvolvimento e início de produção no portal ReceitaPR.
- Serviço de recepção, carga e controle de entrega das informações provenientes das administradoras de cartão de crédito.
- Desenvolvimento do sistema DEVEC - Declaração do Valor de Aquisição da Energia Elétrica em Ambiente de Contratação Livre.
- Conclusão do desenvolvimento e homologação do sistema DEIM – Declaração de Exportação e Importação de Mercadorias.

#### **18.2.5 Assessoria e Gerência de Recursos Humanos (AGRH)**

No seu campo de atuação, que envolve a assessoria à Diretoria da CRE e a gerência dos assuntos relacionados a recursos humanos, as principais realizações foram:

- Gerência do sistema de controle de quotas de produtividade e sistema de cadastro de recursos humanos da CRE.
- Participação no Curso de Formação de Auditores Fiscais coordenado pela ESAT.
- Encaminhamento de pedido de nomeação dos 95 candidatos aprovados no concurso para Auditor Fiscal.

### **18.2.6 Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira (AGAF)**

Tem como principais atribuições assessoria ao Diretor da CRE, gerência dos assuntos relativos a questões financeiras e patrimoniais, formalização de procedimentos visando aquisições, licitações, controle do patrimônio, edificações, entre outros.

A AGAF investiu em práticas de gestão, com o objetivo de potencializar a qualidade e a produtividade, a saber:

- Ampliação da solução de *Datawarehouse* (DW) com o recebimento e implantação de equipamento com capacidade de 6TB e *nobreak*, incluindo a climatização adicional, redes lógica e elétrica e sistema de prevenção contra incêndios para o *Datacenter* da SEFA.
- Gerenciamento de 38 contratos de prestação de serviços continuados (vigilância, limpeza, reprografia, correios, telefonia fixa e móvel, serviços bancários e serviços educacionais), 02 contratos de prestação de serviços de processamento de dados, 02 contratos de locação de imóveis, 09 contratos de fornecimento de combustíveis e 09 contratos de fornecimento de bens.

### **18.2.7 Escola de Administração Tributária (ESAT)**

Tem por finalidade programar e conduzir treinamentos visando à capacitação e a atualização dos Auditores Fiscais em assuntos tributários e técnicos bem como promover a educação fiscal.

Suas principais realizações foram: Curso de Formação dos Novos Auditores Fiscais; Curso de Preparação de Facilitadores; diversos cursos voltados aos servidores das prefeituras, tendo como objetivo a operação do Sistema Produtor Rural; e XI Seminário do Fisco Paranaense em Cianorte.

### **18.2.8 Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP)**

Realizou ações objetivando a elaboração e o desenvolvimento de projetos de interesse do Fisco, cujas principais atividades destacam-se a seguir:

- Aprovação do PROFISCO/PR no BID.
- Realização da missão de Pré-negociação do contrato em Brasília, no Ministério do Planejamento (com participação da STN/COPEN, SEAIN, PGFN, SEFA/PR, PGE/PR).
- Avaliação dos requisitos técnicos da solução do e-Processo e sua aprovação pelo COSIT (SID nº 11.891.743-0).
- Implantação assistida do serviço Domicílio Tributário Eletrônico (DTE).

### **18.2.9 Corregedoria (COR)**

Tem como missão promover atividades de controle, orientação, ações preventivas e representativas de auditoria e de correição no âmbito da CRE.

Principais ações realizadas:

- Correições Ordinárias nas seguintes DRR - Maringá, Umuarama, Curitiba e Londrina. Acompanhamento da execução das recomendações expostas em cada relatório de correição ordinária. Cobrança da tramitação de processos pendentes.
- Informação ao Ministério Público, com esclarecimentos sobre os fundamentos do processo administrativo fiscal.

### **18.2.10 Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN)**

Na gerência dos assuntos relacionados à pequena empresa e empresa de pequeno porte - Simples Nacional, foram realizadas ações conforme segue:

- Representação no GT 38-COTEPE - Simples Nacional; e representação e Coordenação do Comitê de Acompanhamento Tributário do Fórum Regional Permanente da ME de EPP no Paraná.
- Representação da SEFA no grupo de trabalho da REDESIM, no Paraná.
- Participação na elaboração, discussão e revisão da minuta da Lei Geral Estadual da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, em conjunto com o Fórum Permanente Regional da ME e EPP do Paraná.
- Atendidas 930 ocorrências do SAC, sendo 917 referentes ao MEI e 13 do Simples Nacional.

### **18.2.11 Delegacia de Julgamento (DJ)**

Tem por atribuição julgar o PAF em 1ª instância, tendo como principais realizações:

- Decididos 1.872 processos, sendo 1.541 com decisões favoráveis (total ou parcial) ao Estado, representando o montante de 82,3%.
- Participação no projeto piloto do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), com a ciência eletrônica das decisões de 1ª instância de 799 processos, o que representa 42,7% do total.

## **18.3 Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC)**

### **18.3.1 Assessoria Econômica**

- Gestão dos programas de incentivo com regime de prazo de pagamento do ICMS diferenciado para empresas que realizam investimentos fixos no Estado (Paraná Mais Empregos, PRODEPAR, Bom Emprego e Paraná Competitivo), envolvendo orientação às empresas, análise dos processos, elaboração dos atos para o enquadramento,

acompanhamento e controle da utilização dos Programas. Em 18/10/2013 o Programa Paraná Competitivo tinha os seguintes indicadores: 122 pedidos formalizados junto à SEFA<sup>1</sup>; investimentos de R\$ 24,0 bilhões em parte realizados e em parte prospectados; 148.447 empregos previstos<sup>2</sup>, incluindo diretos, indiretos e efeito renda.

- Previsão de receitas do Governo do Paraná oriundas de transferências federais, para fins da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Recepção, processamento e tratamento das informações da Guia de Informação das Operações Interestaduais (GI/ICMS), com vistas à apuração da Balança Comercial Interestadual do Paraná e os respectivos estudos de repartição do produto da arrecadação do ICMS destas operações interestaduais.
- Participação em grupos de trabalho da COTEPE/ICMS e CONFAZ, sendo: GT08/Quantificação, GE44A/Alíquotas nas Operações Interestaduais, GEFPE/ Grupo de Estudos do Fundo de Participação dos Estados; Grupo de Trabalho do Fórum do Sul/Sudeste. Estes grupos assessoraram a tomada de decisão do Secretário e das respectivas bancadas no Congresso Nacional. Entre as tarefas com periodicidade anual, tem-se: a) consolidação das informações prestadas pelos estados para fins de cálculo de impacto financeiro decorrente de propostas de reforma tributária; b) cálculo dos coeficientes de participação dos estados nos valores das compensações relativas à Lei Kandir e ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores, na forma estabelecida no Protocolo ICMS 69/08; c) cálculo das perdas decorrentes da Lei Kandir para fins de negociação de valores a serem compensadas pela União; d) tarefas relativas ao cálculo dos coeficientes de participação dos estados no Fundo IPI Exportação, juntamente com a Secretaria de Comércio Exterior; f) consolidação da Balança Comercial Interestadual e cálculo do impacto de cenários alternativos para a repartição do produto da arrecadação do ICMS das operações interestaduais; estudo de alternativas para a reforma do Fundo de Participação dos Estados (art. 159 da Constituição Federal de 1988), pois a Lei Complementar nº 62/1989 (art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, bem como do Anexo Único) foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. O FPE envolveu em torno de R\$ 70,0 bilhões em 2013 e os novos critérios de partilha foram aprovados por meio da Lei Complementar nº 143/2013.

É oportuno registrar o assessoramento aos senadores e deputados paranaenses, bem como a atuação em conjunto com o Fórum do Sul/Sudeste para evitar perdas acentuadas no coeficiente de participação do Paraná no FPE. O coeficiente do Estado conforme LC 62/89 é de 2,8832%, sendo que após um longo período de transição foi estimado em 2,7205% com dados baseados em 2010. Com estes indicadores a perda financeira anual a partir do final da transição foi estimada em R\$ 119,0 milhões (inclui FUNDEB) a preços médios de 2013.

---

<sup>1</sup> Foram inclusos somente os pedidos com encaminhamento formal junto a SEFA, portanto, não estão relacionados os contatos de prospecção para realização de investimento no Estado.

<sup>2</sup> Empregos diretos, indiretos e efeito renda. Fonte: IPARDES/Matriz BNDES.

Também é relevante registrar a atuação e articulação intensa no Congresso Nacional, em conjunto com os estados do Fórum do Sul/Sudeste, a respeito das matérias que tramitam relacionadas à reforma do ICMS (guerra fiscal e redução das alíquotas interestaduais, convalidação dos incentivos fiscais inconstitucionais, criação de Fundo de Compensação de perdas de ICMS com a redução das alíquotas interestaduais, criação de Fundo de Desenvolvimento Regional para substituir guerra fiscal no ICMS, quórum do CONFAZ, comércio não presencial).

### **18.3.2 Divisão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**

- Análise, acompanhamento e implantação da recepção das informações socioeconômicas e fiscais, que antes eram prestadas na Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), para empresas submetidas ao Regime do Simples Nacional, agora declaradas anualmente por meio da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) e do Programa Gerador do Documento do Simples Nacional – Declaratório (PGDSAS-D). Estes documentos passam a ser utilizados, portanto, para o cálculo do Valor Adicionado Fiscal, critério integrante do Índice de Participação dos Municípios na arrecadação do ICMS.
- Cálculo dos coeficientes individuais de participação dos municípios na arrecadação do ICMS. Em 2013, o cálculo do Valor Adicionado Fiscal para fins de apuração do Índice Provisório envolveu a recepção, o processamento e a verificação de consistência de um conjunto de 340.369 documentos, sendo que destes 284.758 são de DEFIS.
- Recepção para análise e auditoria de Recursos de Impugnação das prefeituras ao Índice de Participação dos Municípios publicado em 28 de junho, lançamentos de complementação de valores concedidos pelos recursos no Relatório de Produtos Primários dos Municípios e complementação de valores não declarados em DFC referentes à produção primária no banco de dados da CELEPAR - mainframe. Emissão de parecer, elaboração da Resolução SEFA nº 79/2013 e publicação no Diário Oficial do Estado.
- Publicado os índices definitivos de participação dos municípios paranaenses, para aplicação ao produto da arrecadação do ICMS de 2014, via Decreto nº 8.817, de 29 de agosto de 2013.

## **18.4 Coordenação de Orçamento e Programação (COP)**

No eixo de suas atribuições de planejamento, coordenação da formulação e execução do acompanhamento e avaliação das políticas públicas, em 30 de outubro foi publicada a Lei nº 17.746, que transferiu as atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução das Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, fiscal e próprio da administração direta e indireta e de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) para a SEFA.

Até outubro, a COP/SEPL empreendeu decisivos trabalhos técnicos, articulações intersetoriais e intervenções de apoio técnico-institucional em diversos setores da Administração Estadual, relatados a seguir:

- Adaptação da Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012), de acordo com alterações decorrentes das emendas aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado (emendas à despesa, emendas ao conteúdo programático, emendas ao texto de lei e emendas de cancelamento de despesas).
- Emissão dos Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD) de todos os órgãos e unidades da administração pública estadual e dos Quadros de Detalhamento de Receita (QDR) das unidades da administração indireta, após a introdução das alterações decorrentes das emendas aprovadas pelo Legislativo, dando início a execução orçamentária do exercício de 2013.
- Elaboração das Programações Orçamentário-Financeiras para o exercício de 2013.
- Elaboração do Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.
- Participação na elaboração e apresentação dos Relatórios do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para a STN.
- Elaboração do Manual Técnico do Orçamento de 2014, dentro da nova metodologia do Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária.
- Atualização e manutenção do módulo de Consultas Gerenciais Orçamentárias e Financeiras, objetivando a agilização na geração de informações necessárias a tomada de decisão.
- Elaboração da Proposta da Lei Orçamentária para o exercício de 2014, com base nas Metas do Governo 2011-2014, alterando-se a forma de sua apresentação, bem como os ajustes necessários segundo as orientações normativas do Governo Federal.
- Desenvolvimento do processo de elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, que envolveu a coleta de informações, a elaboração do cenário de receita e despesa, o estabelecimento e distribuição dos tetos orçamentários, a introdução dos dados das propostas orçamentárias no sistema de elaboração, a análise e conferência das informações introduzidas no sistema, o fechamento da proposta orçamentária e a montagem do documento para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
- Elaboração de controles sobre: a) os percentuais de autorizações de ajustamentos orçamentários concedidos ao Poder Executivo pela Lei nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 – Lei Orçamentária Anual do exercício de 2013; b) as despesas mensais de Pessoal, custeados com recursos do tesouro; c) a Receita Corrente Líquida (RCL), Receitas Vinculadas para os Outros Poderes, para Ações e Serviços Públicos de Saúde, para Ensino Público e para Ciência e Tecnologia.
- Assistência técnica a todos os Órgãos da Administração Pública Estadual referente à elaboração, execução, acompanhamento e controle orçamentário.

- Foram procedidas, além dos créditos orçamentários normais, as alterações orçamentárias decorrentes das mudanças institucionais envolvendo diversos Órgãos/Unidades, tais como: a criação da Secretaria de Estado de Governo (SEEG).

## 18.5 Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF)

Órgão colegiado de direção superior, que tem por missão julgar em segunda instância recursos de decisões relativas a créditos tributários exigidos em Processos Administrativos Fiscais (PAF).

Para atingir esses objetivos, o Conselho adotou procedimentos de modernização tecnológica no transcurso de 2013, visando especialmente à transparência e alterações na legislação de esforço de produtividade, como segue:

- Alteração da Resolução de Produtividade para adequação à realidade atual de tramitação de processos, haja vista a significativa redução no estoque de processos pendentes de julgamento de recursos.
- Redução de 58,5% no estoque de processos existentes para julgamento de recursos - de aproximadamente 4.000 processos, em abril de 2011, para aproximadamente 1.660 processos, em outubro de 2013.
- Celeridade no julgamento de recursos com a aplicação de súmulas vinculantes (votadas e aprovadas em sessão plenária) e pautas temáticas que proporcionaram redução de tempo gasto para sua resolução, cujo prazo médio era de 851 dias (anteriormente a 2011) para 244 dias em 2013.
- Aplicação da transparência na disponibilização de informações eletrônicas aos usuários internos e externos, observado o sigilo fiscal (art.198 do Código Tributário Nacional), por meio de portais do CCRF na *web* (acesso público externo: <http://www.fazenda.pr.gov.br/>) e de painel eletrônico (acesso público interno: <http://10.14.1.82:8080/e-CCRF/index.jsp>).
- Utilização de sistema de controle gerencial informatizado na tramitação de processos para fins de cobrança de produtividade dos membros do CCRF.
- Participação da Presidência em eventos profissionais e acadêmicos visando divulgar ao público a estrutura e o funcionamento do CCRF: a) Encontro Tributário de Londrina em agosto; b) Semana Acadêmica do Curso de Direito da FAMEC, na Faculdade Metropolitana de Curitiba, campus de São José dos Pinhais, em setembro.
- Gravações (fase experimental) em áudio e vídeo de todas as sessões plenárias, sendo franqueado o acesso às sessões aos acadêmicos do curso de Direito das diversas faculdades, cuja participação é consignada como atividade extracurricular, resguardado o sigilo fiscal na presença dos acadêmicos.
- Realização de sete sorteios que totalizaram 1.753 processos para julgamento de recursos ordinários, recursos de reconsideração e pedido de esclarecimento.
- Julgamento de 1.762 recursos relativos a processos administrativos fiscais, no período de janeiro a novembro.

## 18.6 Entidades Vinculadas

Vinculadas à SEFA estão o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) em liquidação ordinária, e a Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR).

A Agência de Fomento é empresa de economia mista, onde o Estado participa com 99,9% do Capital Social e a CELEPAR participa com 0,1%, com o objetivo de viabilizar programas do Governo do Estado com foco no desenvolvimento econômico e social por meio de recursos financeiros, tendo por missão a promoção e o desenvolvimento sustentável mediante apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense. Em 2013, manteve constante evolução, consolidando ações junto ao público alvo e implementando novas ações que deverão trazer impactos para os exercícios de 2014 e 2015:

- Iniciou as atividades como agente repassador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em ações de mobilidade urbana.
- Intensificou as ações de repasse com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).
- Encontra-se apta a operar com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para projetos voltados a inovação.
- Obteve das agências classificadoras de risco FitchRatings e Moody's grau de investimento.
- Reforçou por meio de novos parceiros a ação junto ao público alvo proporcionando maior capilaridade.
- Iniciou tratativas com a Agência Francesa de Desenvolvimento para obtenção de recursos destinados a financiamentos aos municípios e instituições privadas para ações voltadas ao Programa Paraná sem Lixões.

Ainda, manteve suas atividades de financiamento e gestão de fundos, conforme relatado a seguir:

- O Programa Banco do Empreendedor que iniciou as atividades em 2012 realizou 239 operações colocando um total de R\$ 25,0 milhões em crédito a disposição dos empreendedores paranaenses.
- As operações de crédito com o Setor Público, divididas entre as linhas do Sistema de Financiamento de Ações aos Municípios (SFM) e do Programa de Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná (PROMAP), tiveram de 2001 até outubro de 2013, o desempenho demonstrado a seguir:

ITEM	SFM	PROMAP	TOTAL
Nº de contratos	2.194	580	2.774
Liberações – R\$	1.318 milhões	148 milhões	1,466 bilhão
Municípios Atendidos	351	220	

- Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná - concebido pelo Governo do Paraná para viabilizar empréstimos enquadráveis no Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), junto à rede bancária conveniada. Até setembro, honrou R\$ 15,1 milhões em avais e possibilitou ao Banco do Brasil contratar mais de R\$ 120,0 milhões em crédito rural utilizando esta ferramenta como garantia. Em 2013, o fundo não permitiu a contratação de novas operações visto que o mesmo passa por reformulação operacional na SEAB. Para o exercício de 2014 o Fundo voltará a operar em créditos a serem concedidos pelo BRDE e irá provisionar o montante de R\$ 1,5 milhão que possibilitará a realização de R\$ 15,0 milhões em novos financiamentos aos agricultores.
- Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) - concedeu financiamentos a empresas de segmento estratégico do Estado do Paraná.

## 18.7 Gestão Financeira e Tributária

Consiste em programar e realizar despesas levando-se em conta a disponibilidade financeira da administração e o cumprimento das exigências legais com base nos requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.

Serve para evidenciar os fenômenos que afetam as gestões orçamentária, financeira e patrimonial, decorrentes das decisões tomadas pelos gestores públicos, bem como para atender as exigências legais e técnicas das demonstrações contábeis da Administração Pública. O Balanço Geral do Estado integra a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado.

A análise da situação fiscal do Paraná tem evoluído positivamente e os resultados alcançados referendam uma gestão pública responsável.

A Receita Total até o mês de outubro atingiu o montante de R\$ 25.417,0 milhões, devendo encerrar o exercício financeiro em R\$ 31.182,0 milhões correspondendo a um crescimento nominal na ordem de 12% em relação ao exercício anterior.

Em relação à Receita Tributária, neste mesmo período totalizou R\$ 19.638,0 milhões. A expectativa é atingir o montante de cerca de R\$ 23.807,0 milhões, resultando em um índice de crescimento de 12,7% em termos nominais quando comparada ao ano de 2012.

Destas fontes tributárias, a receita mais significativa é aquela proveniente do produto da arrecadação do ICMS, que atingiu o valor de R\$ 16.352,0 milhões arrecadados até outubro, e uma previsão de arrecadação para o exercício financeiro de 2013 de R\$ 19.468,0 milhões. Este valor representará um crescimento de 9,7% em relação ao ano anterior, e atingirá 81,8% da Receita Tributária e 62,4% da Receita Total.

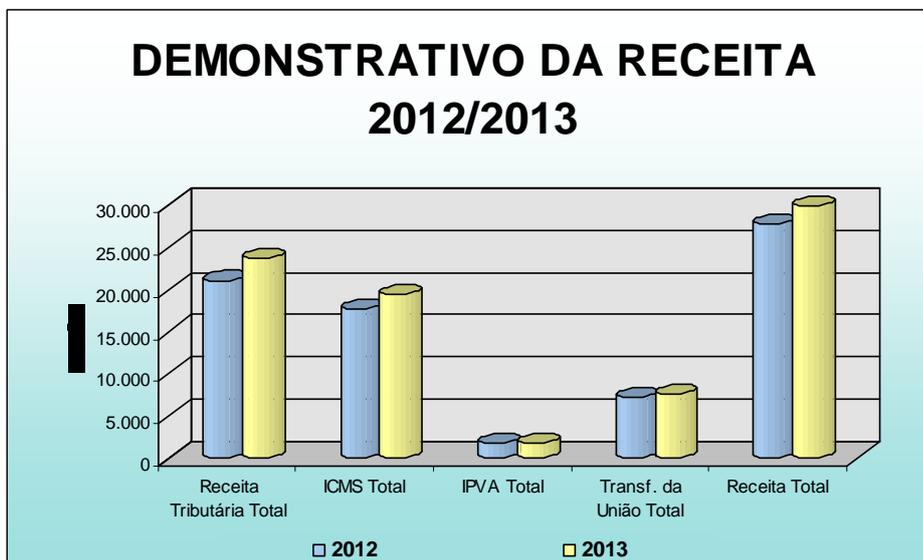
O IPVA deverá chegar ao montante de R\$ 1.864,0 milhões contra R\$ 1.735,0 milhões de 2012, atingindo um aumento nominal de 7,5% em comparação ao exercício anterior.

As Transferências da União, que compreendem as constitucionais e legais e as voluntárias, até outubro totalizaram em R\$ 6.269,0 milhões, representando 24,7% da Receita Total. A

expectativa é que se encerre o exercício financeiro em aproximadamente de R\$ 7.679,0 milhões, com uma variação nominal prevista de 6,9% em relação a 2012.

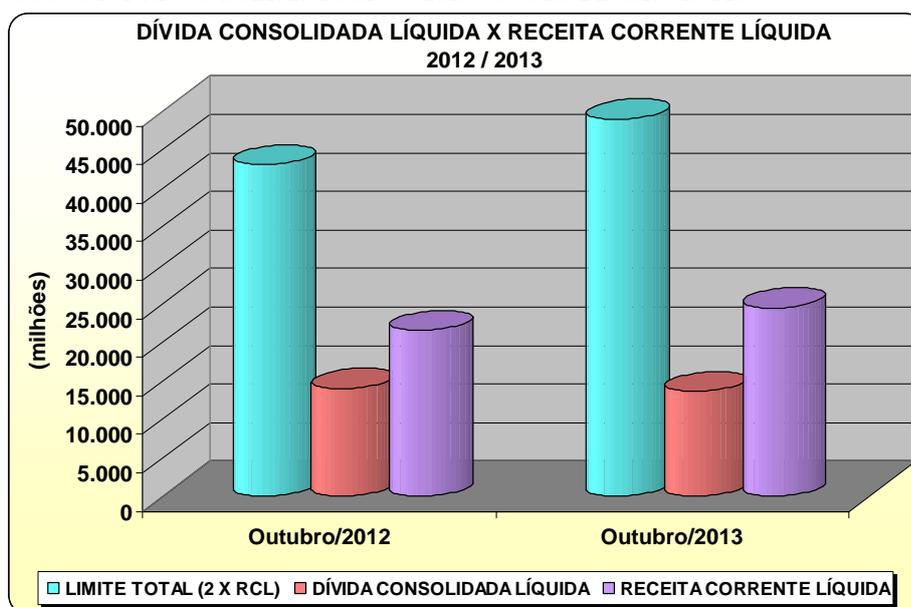
O direcionamento das ações do governo, com vistas ao equilíbrio das contas públicas estaduais e ao nível de endividamento, é demonstrado no gráfico 1.

GRÁFICO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 2012/2013



O gráfico 2 demonstra a Dívida Consolidada Líquida comparada com o limite legal definido na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal. O valor do limite é de duas vezes a Receita Corrente Líquida.

GRÁFICO 2 - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2012/2013



R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	OUTUBRO/2012	OUTUBRO/2013
Limite Total (2 X RCL)	43.018	48.956
Dívida Consolidada Líquida	13.991	13.624
Receita Corrente Líquida	21.509	24.478

R\$ milhões

SERVIÇO DA DÍVIDA	2013		
	Realizado até Out.	Previsto Nov. a Dez.	Total Realizado + Previsto
Interna	1.054	231	1.285
Externa	79	37	116
TOTAL	1.133	268	1.401

O Serviço da Dívida Pública Interna, com o pagamento de juros e encargos foi de R\$ 560,0 milhões, e a amortização de R\$ 494,0 milhões, totalizando R\$ 1.054,0 milhões.

O pagamento com juros e encargos da Dívida Pública Externa foi de R\$ 16,0 milhões e R\$ 63,0 milhões de amortização, totalizando R\$ 79,0 milhões até o mês de outubro.

No período de janeiro a outubro, foram liberados R\$ 127,0 milhões, pertinentes as Operações de Crédito Internas contratadas pelo Estado do Paraná (PAC Mobilidade Copa 2014 e Procopa Arenas).

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 62/09, a competência para o pagamento dos precatórios judiciais passou a ser do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Foi depositado até o mês de outubro o montante de R\$ 379,0 milhões, referente a 2% da Receita Corrente Líquida.

Todos os processos relacionados a precatórios, compensações, obrigações de pequeno valor e análogos, são avaliados no âmbito da Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais (CACP) e até outubro foram efetuados pagamentos na ordem de R\$ 5,0 milhões de Sentenças Judiciais, relativas a Obrigações de Pequeno Valor (OPV) devendo chegar a R\$ 6,0 milhões até dezembro.

A capacidade de implementar as despesas contempladas no orçamento para os mais de 70 órgãos do Estado, 26 da Administração Direta, 47 da Administração Indireta, 07 Universidades, 07 Faculdades Estaduais e Demais Poderes é um fator importante para apoiar a habilidade do governo em prestar serviços públicos para o ano conforme a política, os compromissos de produtos e planos de trabalhos.

Em relação à Despesa com Pessoal empenhada, os gastos foram de R\$ 10.621,0 milhões no período de janeiro a outubro.

Em cumprimento ao art. 158, incisos III e IV da Constituição Federal, os valores repassados a título de Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios até o mês de outubro, totalizaram R\$ 5.088,0 milhões.

A Despesa Total da Administração Direta e Indireta do Estado alcançou até outubro, o montante de R\$ 25.760,0 milhões.

A análise da situação fiscal do Estado do Paraná, tanto pelo fluxo de entrada e saída de recursos, como pela ótica do endividamento, evidencia de forma clara, condições favoráveis de crescimento do Estado, decorrentes da estabilidade e do equilíbrio das contas públicas, no ajuste das despesas e das receitas disponíveis.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA - RECURSOS TOTAIS

R\$ milhões

DESPESA	2012 JAN A OUT	2013 JAN A OUT	CRESCIMENTO (%)
Despesa Corrente	21.724	23.797	9,55
Despesa Capital	1.729	1.963	13,52
Total da Despesa	23.453	25.760	9,84

FONTE: SIAF

Considerando que o propósito da gestão orçamentária, financeira e tributária é declarar as intenções da política do governo, pode-se dizer que os resultados apresentados são relevantes para avaliar a habilidade do governo em implementar ações conforme aprovado em seu Plano de Governo.



*Secretaria da Indústria, do Comércio  
e Assuntos do Mercosul*





## **19 Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul**

---

A Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL (SEIM), constitui-se em órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, e tem por finalidade a articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado. Possui as seguintes unidades da Administração Direta: Gabinete do Secretário, Assessoria Técnica, Diretoria Geral, Núcleo de Informática e Informações, Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial, Coordenadoria de Assuntos Internacionais, Coordenadoria de Assuntos do MERCOSUL e Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial; e cinco entidades vinculadas da Administração Indireta: Ambiental Paraná Florestas S/A (AMBIENTAL), Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR), Minerais do Paraná S/A (MINEROPAR), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE/PR) e Instituto de Pesos e Medidas (IPEM).

As atividades programáticas realizadas em 2013 estão apresentadas a seguir:

### **19.1 Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC)**

O ano de 2013 foi bastante produtivo para o Programa Paraná Competitivo. Foram 15 protocolos de intenção assinados com grupos industriais nacionais e internacionais e 32 processos de enquadramentos de empresas no programa para receber benefícios fiscais.

A instalação dessas indústrias consolida também polos de desenvolvimento em diversos setores como alta tecnologia, agroindústria, papel e celulose, automotivo, minérios entre outros. Os investimentos previstos superaram R\$ 20,0 bilhões nesta gestão com a criação de mais de 150 mil empregos em todas as regiões.

Em Castro deverá entrar em operação no início de 2014 a unidade de beneficiamento de milho da multinacional Cargill que está criando um polo de processamento de cereais na região. O projeto da Cargill é semelhante ao existente no Estado norte-americano do Nebraska onde várias indústrias de beneficiamento do mesmo insumo estão instaladas na mesma planta industrial.

Seguindo essa linha, estão instaladas a alemã Evonik e pelos menos outras três empresas negociam se estabelecer também em Castro. O investimento programado para a Evonik e para a Cargill é superior a R\$ 1,0 bilhão com a criação de mais de 500 empregos diretos.

Em Adrianópolis, no Vale do Ribeira, um dos mais carentes municípios do Paraná, está em implantação um polo de processamento de minérios, concentrado na exploração das jazidas de calcário para a fabricação de cimento. Uma empresa está em fase final de obras e outras três devem anunciar investimentos em breve. A previsão é de que cerca de R\$ 1,6 bilhão seja aplicado nas unidades.

A Margem Mineração está em fase final de instalação, a Tupi em processo de licenciamento, a CVR negocia o financiamento da fábrica e a Golden Mix está em fase de projeto. Cada uma dessas empresas representa um investimento total de R\$ 400,0 milhões, criando cerca de 500 empregos diretos e indiretos sem contar os transitórios das obras, colaborando significativamente para a melhoria da realidade econômico-social da população.

Foi oficializada a instalação do polo de aeronáutica e defesa no município de Maringá, como parte do Programa ParanAereo, Lei Estadual nº 17.510/2013, que contempla um programa de incentivos para as indústrias aeronáutica e de defesa. Além da criação do curso de engenharia aeronáutica na UEM.

A empresa ítalo-suíça Avio assinou um protocolo de intenções, com o Governo e com a prefeitura de Maringá, para instalar uma fábrica de aviões e helicópteros de pequeno porte na cidade.

Outro aspecto importante é a retomada de investimentos no polo automotivo instalado no município de São José dos Pinhais e no eixo da Região Metropolitana de Curitiba/Ponta Grossa. Neste polo foi ampliada a linha de montagem da Renault, a Volkswagen anunciou o aumento da produção e a Audi a retomada da unidade no Paraná. A Volvo investiu na cidade de Curitiba, aproximadamente R\$ 200,0 milhões com a ampliação da fábrica para a produção de ônibus híbridos. E a unidade da empresa Hübner em Palmeira aplicou R\$ 12,0 milhões para a produção de peças automotivas.

Outros investimentos, em 2013, foram o início de operação da fábrica de caminhões DAF/PACKARD em Ponta Grossa; da fábrica de pneus SUMITOMO em Fazenda Rio Grande; da fábrica de motores da FIAT em Campo Largo; e o início das obras da fábrica de componentes para a CATERPILAR da CCS - Tecnologia e Serviços em Palmeira.

O total de investimentos programados para o polo automotivo é superior a R\$ 2,0 bilhões, com a criação de mais de mil empregos de qualidade. Segundo o SINDIMETAL, cada real investido pelas montadoras induz um investimento equivalente nas empresas fornecedoras.

Outro investimento importante foi para as atividades de exploração petrolífera com a instalação de uma nova unidade da Aker Solutions em São José dos Pinhais. A empresa construirá componentes pesados, complexos e de grandes dimensões, especiais para exploração petrolífera marinha em águas profundas, do tipo árvore de natal, manifolds, sistemas de montagem e sistemas de controle.

Para fomentar a instalação de unidades industriais no interior, sobretudo nos pequenos e médios municípios, a SEIM em conjunto com a FIEP elaborou uma cartilha para orientar administradores municipais a criação de Distritos Industriais nas cidades paranaenses.

Além dos investimentos diretos do setor industrial, a política de incentivos do Governo do Estado trabalha também em prol dos investimentos do setor do comércio e da agroindústria, sobretudo das cooperativas.

No comércio houve significativos investimentos em Centros de Distribuição, Shopping Centers e Hipermercados, bem como lojas de venda de bens semiduráveis em todo o Estado, mais de R\$ 1,0 bilhão ao ano.

As cooperativas também contam com o apoio do Estado, por meio de financiamentos do BRDE e aplicam mais de R\$ 1,2 bilhão todos os anos.

## **19.2 Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) e Coordenadoria de Assuntos do MERCOSUL (CAM)**

Conduziu os projetos desenvolvidos em parceria com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tais como:

- Plano Nacional da Cultura Exportadora - em continuidade a este plano foi realizado treinamento de capacitação de gestores públicos, empresários e profissionais do comércio exterior. No total foram 46 ações desenvolvidas, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora do Estado. Foram realizadas reuniões em Brasília com parceiros e coordenadores federais e repassados aos parceiros estaduais e locais. Em paralelo o plano de ação para 2014 foi criado e pactuado com o MDIC. Os parceiros estaduais são: SEBRAE, APEX, CIN/PR, BRDE, Banco do Brasil, SENAC, BNDES, Correios, MAPA, Caixa Econômica Federal.
- Projeto Primeira Exportação - tem como objetivo capacitar os agentes do comércio exterior das universidades e empresas interessadas com vocação para exportar. Em 2013, o projeto atendeu 10 empresas envolvendo seis agentes/alunos da FAE. Foi estabelecido um acordo de cooperação com a FAE, que disponibiliza alunos e estrutura acadêmica, supervisionando os alunos na parte teórica que envolve o projeto. Foram realizadas cerca de 30 visitas nas empresas de Curitiba e Região Metropolitana para acompanhamento das ações das empresas e a programação das próximas etapas.
- Comitivas Internacionais - foram recepcionadas as comitivas de: Angola, Rússia, África, Japão, EUA, Bélgica, França, Canadá, China, Síria e Egito que demonstram como o Estado do Paraná vem se abrindo para novos investimentos. Estas recepções visam atrair investimentos para o Paraná e estreitar laços comerciais com outros países. Algumas ações foram entabuladas e outras aguardam retorno para concretização nos próximos anos. Esta Coordenadoria acompanha junto ao Cerimonial do Governo os protocolos de intenções e futuros acordos de cooperação.
- Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Canadá - auxiliou na elaboração do acordo, onde o Estado estabeleceu protocolo de intenções que contempla um diagnóstico para identificar potenciais segmentos afins entre as partes.
- Protocolo de intenções com a região de Alexandria no Egito – em andamento. Após visita, demonstrou interesse em formalizar a parceria com o Estado do Paraná. A CAI auxilia na elaboração dos protocolos e acordos comerciais e cooperações técnicas, com o objetivo de conhecer a realidade de ambos os mercados e identificar setores passíveis de serem explorados e desenvolvidos, por meio da parceria de mútua colaboração.
- Realizadas reuniões e pesquisas como suporte às ações do Programa Paraná Competitivo em conjunto com a Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial.

- Acompanhamento de feiras e missões de todas as entidades do Estado, com finalidade de identificar as melhores oportunidades para o Paraná, a fim de divulgar os seus produtos ou mesmo atrair investimentos.
- Apoio na elaboração e divulgação do material *How to invest in Paraná* desenvolvido pela Câmara Americana de Comércio (AMCHAM). O material contempla informações estratégicas para atrair empresários e esclarecer dúvidas frequentes a respeito de benefícios e dados econômicos, e é disponibilizado na forma impressa e também no site da AMCHAM.

### **19.3 Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI)**

- Por meio do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FOPEME,) a CDI empenhou-se no sentido de aprovar a Lei Estadual de Tratamento Diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar 163) - sancionada em 29 de outubro. Para tanto realizou 27 reuniões em Curitiba e nas cidades sedes dos Fóruns Regionais, discutindo e aprimorando a sua redação. Foi iniciada fase de regulamentação da Lei, com discussões por meio de grupos de trabalho.
- Agenda Nacional de Desenvolvimento e Competitividade das Micro e Pequenas Empresas - Região Sul – realizada em Curitiba, no dia 07 de maio, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Nacional). Contou com 151 participantes representando todas as regiões do Paraná, além de outros 60 participantes oriundos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- Workshop Internacionalização das Empresas – realizado no dia 12 de novembro em Maringá, em parceria com a Rede Arranjos Produtivos Locais do Paraná (APL/PR) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE /PR) com a participação de 200 pessoas e a Sessão de Negócios com a participação de 51 empresários.
- Retomada da realização de Seminários de Capacitação de Servidores Públicos Municipais em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Associação dos Municípios do Paraná (AMP) para Compras Governamentais.
- Participação em eventos para atualização e troca de experiências - X Convenção Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais, realizado em Vitória-ES, nos dias 15 e 16 de agosto; 15º Encontro Nacional das Micro e Pequenas Empresas realizado em Curitiba no dia 27 de setembro e II Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local, realizado em Foz do Iguaçu no dia 30 de outubro.
- Acompanhou as deliberações da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, REDESIM, que trata de um sistema integrado que permite abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas, simplificando

procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário, no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

- Programa Integrar - realizadas reuniões de trabalho com o Comitê Gestor, atendendo o Decreto nº 4.798, de 30 de maio de 2012, buscando apresentar soluções para agilizar a implantação do sistema no Paraná. O SEBRAE/PR disponibilizou um consultor para acompanhar todo o procedimento, com a implantação de um piloto na cidade de Maringá, que dispõe de um programa local avançado.
- Programa Bom Negócio Paraná - realizado em parceria com Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e Agência de Fomento do Paraná S/A para capacitação de empresários em gestão. Atendeu 113 municípios abrangendo todas as mesorregiões do Estado sendo: 13 na Noroeste, 10 na Centro Ocidental, 17 na Norte Central, 05 na Norte Pioneiro, 12 na Centro Oriental, 13 na Oeste, 09 na Sudoeste, 08 na Centro Sul, 17 na Sudeste e 09 na Metropolitana.
- Executa a Rede APL em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). Em fase de conclusão às empresas do Médio Tibagi para que atendam as normas para enquadrar-se junto à Rede APL / PR, e as empresas de software de Ponta Grossa.

#### **19.4 Ambiental Paraná Florestas S/A (AMBIENTAL)**

Empresa de economia mista, com a finalidade de captar recursos oriundos de incentivos fiscais, objetivando a implantação de projetos e fortalecimento da atividade de reflorestamentos como meio de combater o desmatamento das florestas nativas.

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- Controle e Fiscalização de Áreas Próprias e de Terceiros – atuação no controle, fiscalização, prevenção de incêndio e vigilância nas áreas próprias e de terceiros sob a administração da empresa, em aproximadamente 45.000 hectares, sendo que está sendo finalizada a colheita da floresta de pinus do primeiro ciclo florestal, restando aproximadamente 1.000 hectares do total de 18.816 hectares de florestas de pinus plantadas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Inácio Martins, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul, permanecendo com 6.625,77 hectares de florestas de palmito e nativas, localizadas nos municípios de São José dos Pinhais, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba.
- Plantio e Manutenção do Novo Ciclo Florestal - a empresa conta com aproximadamente 12.550 hectares de florestas de pinus spp, perfazendo cerca de 20 milhões de árvores plantadas com idade entre zero a 12 anos, distribuídas nos

municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Inácio Martins, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul. Nesse novo ciclo florestal executa-se conforme a necessidade, duas ou três manutenções anuais.

PLANTIO DE FLORESTA DE PINUS NO EXERCÍCIO DE 2013

FILIAL	HECTARES
Inácio Martins	0,00
Castro/Ponta Grossa	250,00
Cerro Azul	200,00
Doutor Ulysses	100,00
TOTAL	550,00

- Manutenção de floresta de pinus – realizada manutenção de aproximadamente 4.000 hectares dos 12.550 hectares do novo ciclo florestal.
- Controle das Explorações das Florestas Comercializadas – controle da retirada da madeira explorada, por meio da medição das cargas dos caminhões, com emissão da respectiva Nota Fiscal. Foram retirados 273.439,58 estéreos de pinus até outubro e comercializadas 180,1 toneladas de goma resina de pinus.
- Conservação e Manutenção da Infraestrutura Viária e de Comunicação - além da manutenção de aproximadamente 3.000 quilômetros da malha viária interna das áreas da Ambiental, foi auxiliada a conservação das estradas municipais e estaduais que acessam as propriedades da mesma, visando o escoamento dos produtos de base florestal, mantendo também aproximadamente 500 quilômetros de aceiros. Nessas áreas foi mantido um sistema de radiocomunicação próprio, servindo também à comunidade local e eventualmente à Polícia Militar.
- Preservação Ambiental - considerando as áreas do Módulo Florestal do Litoral acrescidas das áreas dos demais módulos florestais não utilizadas para plantio, a Ambiental preserva aproximadamente 25.000 hectares de florestas nativas em estágio avançado de regeneração que se encontram em grandes blocos, como no caso do litoral e distribuídas nas áreas de plantio de florestas comerciais, formando um mosaico estruturado e com interligações com corredores internos de biodiversidade que garantem uma presença de vida selvagem em todos os níveis da cadeia alimentar.
- Investimentos realizados - de janeiro a outubro, foram investidos cerca de R\$ 6,8 milhões para manter as atividades de colheita, plantio e manutenção de suas florestas de pinus, bem como para preservação de suas florestas nativas e de palmito.
- Fluxo de Caixa - com vistas a fazer frente às suas necessidades de caixa, foram adotadas as seguintes providências: contenção de seus custos, com reflexos no desenvolvimento das florestas; do total do Capital Social da empresa a ser recomposto, obteve-se recomposição parcial no valor de R\$ 4,2 milhões.

## 19.5 Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR)

Vinculada administrativamente à SEIM, subordina-se tecnicamente ao Departamento de Registro Empresarial e Integração, órgão integrante da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, nos termos da Lei Federal nº 8.934 de 18 de novembro de 1994 e Decreto nº 1.800 de 30 de janeiro de 1996.

Principais ações realizadas:

- Descentralização do atendimento - ampliação da rede de agências no interior do Estado, com o objetivo maior de favorecer o empreendedorismo e interiorizar o desenvolvimento econômico do Paraná, facilitando a abertura de novas empresas e o registro de seu crescimento e ampliação. Esta descentralização ocorre há vários anos, por meio de convênios com Entidades Empresariais (Associações Comerciais) ou Sindicatos Patronais (Sindicatos de Contabilistas ou Sindicatos de Comércio Varejista) e com as prefeituras. Esses Convênios tripartite tem possibilitado a expansão do número de Agências Regionais da Autarquia, que passou de 42 unidades em funcionamento em janeiro de 2011, para 62 unidades em outubro de 2013 (crescimento de 32%). Foram inauguradas 04 novas Agências Regionais, em parceria com as prefeituras e Associações Comerciais, nas seguintes cidades: Bandeirantes em fevereiro; e Jandaia do Sul, Nova Esperança e Jaguaíva em agosto. Também estão previstas a criação de, pelo menos, outras cinco unidades no interior do Estado, cujos processos encontram-se em fase final de implantação. Estes pontos facilitam o processo de abertura, alteração e baixa de empresas nos diversos municípios do Paraná, levando o registro do comércio cada vez mais perto do empreendedor.
- Eventos de uniformização – realizado em Curitiba, em março, o III Seminário de Registro Empresarial da JUCEPAR, com a participação de aproximadamente 140 pessoas. Foram debatidos temas relacionados ao registro mercantil e às atividades realizadas pela Junta Comercial, com a participação de palestrantes da Junta Comercial de Minas Gerais, Receita Federal, COAF e de professores especialistas em Direito Empresarial, além de palestras proferidas por servidores da JUCEPAR.
- REDESIM/Projeto Integrar – sistema informatizado que integra os órgãos públicos envolvidos no Registro de Empresas, como Junta Comercial, Receita Federal, Secretaria de Estado da Fazenda e prefeituras objetivando a desburocratização dos processos de abertura, alteração e baixa de empresas, sendo a JUCEPAR o órgão denominado Integrador Estadual nesse processo. Seus princípios são compatibilizar e integrar procedimentos, evitar a duplicidade de exigências, garantir a linearidade do processo, oferecer entrada única para dados cadastrais e documentos, compartilhar informações entre os órgãos, entre outras medidas. O processo para a implantação da REDESIM no Estado do Paraná começou a tomar forma a partir da assinatura de Convênio entre o SEBRAE Nacional/Junta Comercial de Minas Gerais (JUCEMG) e o antigo Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC), em julho de 2012, visando disponibilizar e adaptar o software desenvolvido pela JUCEMG (Minas Fácil) para nove Estados da

Federação, entre eles o Paraná. O projeto Empresa Fácil será a porta de entrada para o registro mercantil e estará interligado aos demais órgãos de registro, fiscalização e licenciamento das empresas, tais como Receita Federal, Receita Estadual, prefeituras, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros entre outros, dependendo da atividade econômica a ser desenvolvida. Em abril, a JUCEPAR implantou a primeira ação do programa, a consulta de viabilidade de nome empresarial, com a possibilidade de reserva por até 30 dias. Até o mês de outubro, 60 mil usuários haviam feito a consulta no site da JUCEPAR, facilitando o processo de abertura de empresas. Outro ponto implantado pelo órgão foi o *check-list* – uma lista com todos os documentos necessários para abrir um empreendimento, o que evita mal entendidos e facilita o processo. Outro avanço no processo da REDESIM é a integração da JUCEPAR com a prefeitura de Maringá, com a implantação do programa-piloto no município. O convênio foi assinado, com previsão de implementação até o final 2013.

- Certidão Online - em fase de implantação da emissão de certidões simplificadas, específicas e de inteiro teor pela internet. O serviço vai facilitar o acesso destes documentos em qualquer parte do Estado e do País, garantindo mais agilidade e segurança aos empresários, contadores e demais usuários. Também vai diminuir o tempo de atendimento nas unidades da JUCEPAR e aperfeiçoar os serviços do órgão, com redução de custos. O sistema, denominado Portalflex, foi desenvolvido pela empresa Viamidia.
- Relatórios Estatísticos: a) protocolizados, de janeiro a outubro, 615.965 documentos (acréscimo de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior), sendo que cerca de 60% originou-se nas Agências Regionais do Interior; b) constituídas 45.997 novas empresas e filiais, sendo 17.055 empresas individuais, 3.276 Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI), 24.790 sociedades empresárias limitadas, 643 sociedades anônimas, 156 sociedades cooperativas e 77 empresas com outros tipos jurídicos. Além das novas empresas, foram registrados outros 47.831 registros de Micro Empreendedores Individuais, por meio do Portal do Empreendedor. Essa modalidade jurídica, criada por meio da Lei Complementar nº 128/2008, propicia a formalização de pequenos negócios, com faturamento anual de até R\$ 60.000,00 e que tenham no máximo 01 empregado; c) com relação às alterações de empresas, foram arquivadas, no período de janeiro a outubro, 144.574 documentos, sendo 22.040 empresas individuais, 4.034 EIRELI, 65.113 sociedades empresárias limitadas, 2.261 sociedades anônimas, 285 sociedades cooperativas e 225 empresas com outros tipos jurídicos. As extinções de empresas arquivadas no mesmo período alcançaram o número de 12.507 registros; d) foram emitidas 185.752 certidões simplificadas de empresas, 43.107 certidões de inteiro teor e realizado o registro de 149.391 livros mercantis. Os dados estatísticos completos, com o movimento total de documentos e serviços prestados, encontram-se disponíveis no site [www.juntacomercial.pr.gov.br](http://www.juntacomercial.pr.gov.br).
- Relatórios Financeiros: a) Receitas Totais - as receitas próprias da JUCEPAR (de janeiro a outubro) alcançaram cerca de R\$ 21,7 milhões, sendo que R\$ 1,3 milhão (6,2%)

correspondem às Receitas Patrimoniais e R\$ 20,4 milhões (93,8%) às Receitas de Serviços de Registro do Comércio; b) Despesas Totais - as despesas totais (de janeiro a setembro) alcançaram cerca de R\$ 13,1 milhões, sendo que R\$ 3,7 milhões (28,33%) correspondem a despesas de pessoal, R\$ 8.987.154,64 (68,80%) a despesas correntes e R\$ 375.120,00 (2,87%) a investimentos; c) Superávits Financeiros - o superávit financeiro (de janeiro a outubro) alcançou cerca de R\$ 8,7 milhões. Os Relatórios Contábeis e Financeiros do Exercício da Junta Comercial do Paraná encontram-se disponibilizados no site [www.juntacomercial.pr.gov.br](http://www.juntacomercial.pr.gov.br), na área Administração/Gestão Financeira.

## **19.6 Minerais do Paraná S/A (MINEROPAR)**

A MINEROPAR tem a função institucional de Serviço Geológico do Paraná. As linhas de ação incluem o fomento à indústria mineral, a geração de dados geológicos aplicados ao meio ambiente e planejamento urbano, a gestão de riscos com a Defesa Civil e o suporte técnico aos órgãos e projetos governamentais.

### **19.6.1 Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva desenvolveu as seguintes ações:

- Elaboração de projeto encaminhado à Casa Civil para readequação institucional da MINEROPAR.
- Acompanhamento da proposta do Marco Regulatório da Mineração, produzido pela Comissão Especial do Ministério de Minas e Energia, que deverá tramitar no Congresso Nacional.
- Participação conjunta com o Movimento Pró-Paraná nas ações sobre o mar territorial, buscando corrigir a delimitação atualmente desfavorável ao Estado e garantir royalties da exploração de petróleo e gás.
- Organização de dados para apoiar empresas com interesse em realizar investimentos, nas demandas da SEIM. Participação no grupo de trabalho de desenvolvimento governamental para o Vale do Ribeira, incluindo a atração de investimentos de empresas cimenteiras.
- Administração do arrendamento do direito de exploração de ouro em Campo Largo, efetivado pela MINEROPAR à Frontier Mining do Brasil Mineração Ltda.
- Repasse à iniciativa privada, por meio de processo licitatório, de uma jazida de argila para cerâmica situada no município de São Mateus do Sul (Processo DNPM 826.462/2000).

### **19.6.2 Diretoria Técnica**

A Diretoria Técnica desenvolveu as seguintes ações:

- Mapeamento e Defesa Civil: a) assessoramento à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil na prevenção e gestão de riscos e desastres, na elaboração de laudos geológicos

nos deslizamentos ocorridos em Bituruna, Campo Largo, Dois Vizinhos, Guaraqueçaba, Laranjeiras do Sul, Morretes, Quatro Barras, Reserva e Santa Lúcia; b) participação no Projeto de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres (FGRD), com a Casa Militar, a SEMA, o Instituto das Águas do Paraná e o SIMEPAR; c) conclusão do projeto e repasse de dados do mapeamento de riscos geológicos na área urbana de Antonina, à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e às equipes técnicas da Prefeitura, para elaboração de Plano de Contingência de Defesa Civil e revisão do Plano Diretor Municipal; d) conclusão do mapeamento da Bacia do Rio Sagrado, que abrange 58 Km<sup>2</sup> na Serra do Mar, em Morretes, para identificação e zoneamento de riscos geológicos e hidrológicos e elaboração de Plano de Contingência de Defesa Civil; e) avaliação de 12 setores do Litoral, prioritários para implantação de Sistemas de Monitoramento, Alerta e Alarme, em função do risco de deslizamentos, com vistas à Operação Verão.

- Mapeamento Geológico Básico: a) conclusão do Projeto de Mapeamento Geológico do Grupo Serra Geral sobre 60.000 km<sup>2</sup>, desde a divisa com Santa Catarina até o paralelo 24°, cujas rochas vulcânicas cobrem 90.000 km<sup>2</sup> do território do Paraná; b) conclusão do mapeamento geológico-geotécnico numa área de 234 km<sup>2</sup> na RMC, com foco no planejamento urbano e caracterização dos riscos geológicos.
- Geologia e Meio Ambiente: a) prestação de serviço técnico especializado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), subsidiando o órgão na avaliação dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, imobiliários, viários e de disposição de resíduos sólidos industriais, urbanos, de serviços de saúde e de armazenamento de combustíveis, com análise e emissão de pareceres técnicos, num total de 850 processos. Foram analisados EIAs-RIMAS de empreendimentos, atendidas demandas do Ministério Público Estadual e Promotoria de Justiça, além da participação nos Conselhos, Câmaras Técnicas e grupos de trabalho das APAs de Guaratuba, da Escarpa Devoniana e da Serra da Esperança; b) participação no Projeto do Zoneamento Ecológico-Econômico do Paraná (ZEE), coordenado pelo ITCG, que foca o zoneamento do Paraná (exceto Litoral), respondendo pelos temas de geologia, geomorfologia, riscos geológicos e mineração.
- Fomento à Mineração: a) Projeto de Unidades Móveis (PRUMO), de assessoria técnica para o desenvolvimento da indústria da cerâmica vermelha por meio de ensaios tecnológicos de matéria-prima e produtos acabados, visando potencializar a capacidade produtiva, tendo atendido 41 empresas em 20 municípios; b) projeto de avaliação de formações geológicas da RMC com potencial para fornecimento de areia e argila, como alternativa ao esgotamento das fontes de suprimento tradicionais, onde foram vistoriados e amostrados 90 pontos selecionados; c) Serviço de Laboratório (SELAB) realiza, tanto para projetos próprios quanto para terceiros, ensaios geotécnicos, ensaios de caracterização tecnológica de argilas para cerâmica vermelha e ensaios granulométricos de agregados, com o propósito de fomento à mineração e suporte aos projetos de mapeamento e avaliação de recursos minerais, com a emissão de 622 laudos em 2013.

- Gestão da Informação: a) o Programa de Geologia na Escola atendeu 11.644 alunos de 165 escolas, em visitas monitoradas à exposição de geologia da empresa, como atividade extracurricular de ensino das ciências da Terra para escolas de nível médio, além de atendimentos ao público na biblioteca, mapoteca, fototeca e no site da MINEROPAR; b) concluído o contrato de prestação de serviços firmado com a Acquasul Ltda. para a organização dos dados geológicos da região leste do Paraná e sua inserção no Sistema de Informações da MINEROPAR; c) continuidade ao desenvolvimento do Sistema Mina, com módulos e interfaces para os projetos da empresa.
- Recursos investidos nos Projetos e Atividades da Diretoria Técnica – a seguir apresenta-se um resumo dos recursos investidos por Gerência (despesas operacionais e de pessoal) nos projetos e atividades realizadas no âmbito da Diretoria Técnica da MINEROPAR.

GERÊNCIA	R\$
Geologia Aplicada à Produção Mineral (inclui SELAB)	1.032.958,00
Geologia Aplicada à Gestão Territorial e Ambiental	1.219.096,00
Gestão da Informação Geológica	781.880,00
Geologia Básica e Temática	1.152.602,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.186.536,00</b>

Obs.: Valores acumulados até outubro de 2013.

## 19.7 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

O BRDE tem como missão promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, por meio do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

As principais atividades e resultados do período compreendido entre janeiro e outubro de 2013 da Agência de Curitiba (AGPR), do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), no Estado do Paraná foram:

- Contratações por Segmento - realizados 2.449 novos contratos, sendo 2.318 no Estado do Paraná, que totalizaram contratações no valor de R\$ 947,1 milhões. Os segmentos econômicos de maior destaque foram o primário e terciário em termos de valor contratado.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTOS POR SEGMENTO - JAN/2013 A OUT/2013

SETOR	VL CONTRATO	PCT VL CONTRATO (%)	QT PARTICIPAÇÕES
Primário	348.197.317,98	34,84	2.036
Secundário	211.976.824,37	21,21	115
Terciário	386.885.808,40	38,71	169
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>947.059.950,75</b>	<b>100,00</b>	<b>2.318</b>

FONTE: BRDE

- Contratações por Porte das Entidades - na segmentação por porte das entidades observa-se a concentração em produtores rurais, corroborando com os números do setor primário apresentados.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES POR PORTE DAS ENTIDADES - JAN/2013 A OUT/2013

SETOR	PORTE ENTIDADE	VALOR CONTRATO	PCT VL CONTRATO (%)	QT PARTICIPAÇÕES	% QUANTIDADE PARTICIPAÇÕES
Primário	11-Mini-Produtor	13.570.957,80	1,43	92	3,97
	12-Pequeno Produtor	45.625.735,77	4,82	785	33,8716
	16-Outros Produtores	243.520.037,39	25,71	1.143	49,31
	21-Microempresa	1.755.350,00	0,19	04	0,17
	24-Pequena Empresa	4.675.159,02	0,49	04	0,17
	25-Média Empresa	2.856.600,00	0,30	03	0,13
	26-Grande Empresa	36.193.478,00	3,82	05	0,22
	Total	348.197.317,98	34,84	2.036	87,83
Secundário	21-Microempresa	8.050.411,90	0,85	28	1,21
	22-Empresa de Pequeno Porte	2.913.094,34	0,31	08	0,35
	24-Pequena Empresa	40.466.253,01	4,27	39	1,68
	25-Média Empresa	42.922.948,37	4,53	21	0,91
	26-Grande Empresa	73.904.113,15	7,80	12	0,52
	27-Média-Grande Empresa	43.720.003,60	4,62	05	0,22
	Total	211.976.824,37	21,21	113	4,87
Terciário	16-Outros Produtores	2.779.226,76	0,29	07	0,30
	17-Pessoa Física Outros	331.100,00	0,03	01	0,04
	21-Microempresa	19.317.860,61	2,04	64	2,76
	22-Empresa de Pequeno Porte	5.795.172,00	0,61	19	0,82
	24-Pequena Empresa	13.552.691,51	1,43	22	0,95
	25-Média Empresa	45.618.823,51	4,82	20	0,86
	27-Média-Grande Empresa	550.000,00	0,06	01	0,04
	31-Prefeitura Pequena	1.444.450,00	0,15	03	0,13
	Total	386.885.808,40	38,71	169	7,29
TOTAL GERAL	947.059.950,75	94,75	2.318	100,00	

FONTE: BRDE

### • Operações Contratadas por Região

TABELA 3 - OPERAÇÕES CONTRATADAS POR REGIÕES DO PARANÁ - JAN/2013 A OUT/2013

SETOR	MESORREGIÃO ENTIDADE	VL CONTRATO	PCT VL CONTRATO (%)	QT PARTICIPAÇÕES	QT PARTICIPAÇÕES (%)
Primário	Centro Ocidental Paranaense	46.039.532,45	4,61	265	11,43
	Centro Oriental Paranaense	11.654.449,04	1,17	29	1,25
	Centro-Sul Paranaense	26.142.992,38	2,62	278	11,99
	Metropolitana de Curitiba	7.499.960,85	0,75	25	1,08
	Noroeste Paranaense	40.414.837,78	4,04	59	2,55
	Norte Central Paranaense	48.675.352,03	4,87	309	13,33
	Norte Pioneiro Paranaense	9.536.007,32	0,95	39	1,68
	Oeste Paranaense	113.465.385,26	11,35	707	30,50
	Sudeste Paranaense	3.489.340,00	0,35	15	0,65
	Sudoeste Paranaense	41.279.460,87	4,13	310	13,37
	Total	348.197.317,98	34,84	2.036	87,83
Secundário	Centro Ocidental Paranaense	564.500,00	0,06	03	0,13
	Centro Oriental Paranaense	3.850.556,00	0,39	03	0,13
	Centro-Sul Paranaense	55.590.000,00	5,59	04	0,17
	Metropolitana de Curitiba	48.749.019,78	4,88	36	1,55
	Noroeste Paranaense	1.477.418,00	0,15	04	0,17
	Norte Central Paranaense	20.705.411,90	2,07	20	0,86
	Norte Pioneiro Paranaense	2.859.000,00	0,29	02	0,09
	Oeste Paranaense	59.043.730,19	5,91	25	1,08
	Sudoeste Paranaense	18.827.188,50	1,88	16	0,69
Total	211.976.824,37	21,21	113	4,87	
Terciário	Centro Ocidental Paranaense	82.035.824,05	8,21	08	0,35
	Centro Oriental Paranaense	77.688.288,30	7,77	09	0,39
	Centro-Sul Paranaense	3.686.386,00	0,37	10	0,43
	Metropolitana de Curitiba	28.081.142,16	2,81	26	1,12
	Noroeste Paranaense	5.303.800,00	0,53	12	0,52
	Norte Central Paranaense	78.299.937,96	7,83	34	1,47
	Norte Pioneiro Paranaense	1.164.916,35	0,12	05	0,22
	Oeste Paranaense	82.347.476,00	8,24	38	1,64
	Sudoeste Paranaense	28.288.037,58	2,83	27	1,16
Total	386.885.808,40	38,71	169	7,29	
TOTAL GERAL	947.059.950,75	94,75	2.318	100,00	

FONTE: BRDE

## • Repercussões Econômico-Financeiras

TABELA 4 - REPERCUSSÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS PELO BRDE JAN/2013 A OUT/2013

SETOR	INVESTIMENTO INDUZIDO (R\$)	GERAÇÃO DE EMPREGOS	INCREMENTO DE ICMS (R\$)	EXPORTAÇÕES (US\$)
Setor Primário	518.994.239,83	296	17.465.103,00	153.725.090,00
Setor Secundário	286.690.596,28	1.068	8.576.121,00	66.572.838,00
Setor Terciário	478.318.761,34	1.929	86.266.524,52	51.443.787,00
TOTAL	1.292.852.384,06	3.293	112.307.748,52	271.741.715,00

FONTE: BRDE

## 19.8 Instituto de Pesos e Medidas (IPEM)

O IPEM é uma Autarquia Estadual, subordinada administrativamente ao Governo do Estado do Paraná, por meio da SEIM, tecnicamente e financeiramente ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), de quem recebe a delegação para o exercício de suas atividades relativas à avaliação da conformidade, verificação metrológica, calibração e ensaios.

O IPEM presta serviços de avaliação da conformidade, verificação metrológica, calibração e ensaios que beneficiam todos os segmentos da sociedade envolvendo os setores comerciais, industriais e de defesa do consumidor e tem como missão atender às necessidades dos clientes e da sociedade, com inovação e desenvolvimento tecnológico, no âmbito da metrologia e da qualidade de bens. Atua em todo o Estado do Paraná, tem sede na cidade de Curitiba e possui Gerências Regionais nas cidades de Maringá, Londrina, Cascavel e Guarapuava.

Principais ações:

- Verificação metrológica - realizadas cerca de 262.000 verificações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação quantitativa em produtos pré-embalados - realizados cerca de 105.000 exames em produtos pré-embalados.
- Fiscalização de produtos têxteis - realizadas cerca de 3.300 ações de fiscalização em produtos Têxteis.
- Fiscalização de produtos e serviços com a conformidade avaliada - realizadas cerca de 60.000 ações de fiscalização em produtos com a conformidade avaliada.
- Calibração de instrumentos de medir e medidas materializadas - realizadas cerca de 2.450 calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação nos Processos de Registro de Empresas - realizadas cerca de 290 verificações em processos de registro de empresas.
- Ensaios Têxteis – realizados cerca de 12.350 ensaios em produtos Têxteis.



*Secretaria de Infraestrutura e Logística*





## 20 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

---

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) tem como missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a sua finalidade, de promover ações eficazes, com os objetivos de possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança, reduzir custos operacionais e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL conta com suas unidades programáticas: Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP), Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO).

Na estrutura descentralizada, atua por meio de suas unidades vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE) e Paraná Edificações (PRED).

### 20.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP)

Com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, a CGPP desenvolveu as seguintes atividades:

- Gestão do Modal Rodoviário - Revisão Anual do Sistema Rodoviário Estadual (SRE), com atualização do cadastro que compõe a rede rodoviária estadual e envio do documento oficial para o Ministério dos Transportes, visando compor a base do Sistema Nacional de Viação e elaboração de Edital de Licitação para a contratação de empresa responsável por elaborar o Mapa Rodoviário e Aeroportuário do Estado.
- Modelagem de Programa de Financiamento Externo - inclui a elaboração de Carta Consulta apresentada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), com investimentos na ordem de U\$ 680 milhões, sendo 60% recursos do BID e os 40% restantes do Governo do Estado do Paraná.
- Modelagem e coordenação de programas setoriais: a) Programa Caminhos do Desenvolvimento - Sucroalcooleiro, que envolveu a elaboração de Plano de Trabalho e do Termo de Cooperação, assinado pela SEIL, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e pela Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR), no valor de R\$ 168,0 milhões de investimentos públicos e privados; b) Programa Caminhos do Desenvolvimento - Agroflorestal, que teve seu marco inicial com a assinatura de Protocolo de Intenções assinado pela SEIL/DER e pela Associação

de Produtores de Base Florestal (APRE), e o desenvolvimento e a modelagem de Projeto Piloto na Região Extremo Sul do Estado.

- Atualização dos instrumentos de planejamento multimodal - acompanhamento e monitoramento do Plano Aeroviário do Estado do Paraná (PAE/PR) e do Plano Hidroviário Paranaense que envolveu ajustes contratuais e pesquisa piloto para a validação dos questionários a serem aplicados em campo.
- Elaboração de Termo de Referência - apresentado à SEPL como proposição de Proposta de Manifestação de Interesse (PMI) acerca da constituição de uma possível Parceria Público Privada (PPP) para o Programa de Monitoramento Eletrônico de Rodovias - Rede Ricei.

## **20.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL)**

O DFIL realiza, no campo da promoção de ações para o fomento municipal, em conjunto com os municípios e articulações com as entidades vinculadas, atividades para propiciar a melhoria das condições de trafegabilidade nas rodovias municipais com baixo volume de tráfego, nas vias urbanas dos municípios, por meio de recuperação de pavimentação, de execução de pavimentação de baixo custo, fornecimento de vigas, lajotas, guarda-rodas para pontes municipais, permitindo o escoamento da produção, destacando também facilidade de acesso a escolas e postos de saúde, resultando na melhoria da população local.

Além do fomento nas questões rodoviárias, o Departamento também atuou na melhoria da infraestrutura aeroportuária, em parceria com as Prefeituras e entidades ligadas ao modal aeroportuário, pois o aeroporto é um forte indutor do desenvolvimento, tendo também caráter estratégico, pois promove a integração da região com o País.

### **20.2.1 Modal Rodoviário**

- Fornecimento de Vigas para Pontes Municipais - foram atendidos 25 municípios com o fornecimento de vigas, placas, lajotas e guarda-rodas para a execução de 36 pontes. Encontra-se em andamento o fornecimento para 13 pontes em 10 municípios.
- Implantação de Pavimento - um município atendido em uma extensão de 0,684 km. Encontra-se em andamento 6,368 km de pavimentação em 03 municípios.
- Recuperação de Rodovias Pavimentadas - recuperação de 10,258 km de rodovias pavimentadas em 06 municípios. Encontra-se em andamento 15,020 km em 02 municípios.
- Pavimentação Poliédrica - concluídos 22,382 km de pavimentação poliédrica em 08 municípios. Encontra-se em andamento 447,737 km em 76 municípios.
- Pavimentação com Blocos de Concreto Sextavados - atendidos 05 municípios totalizando 13,700 km de extensão.

## 20.2.2 Modal Aeroviário

- Aeroporto de Londrina - desapropriação de 07 imóveis situados na face sul.
- Aeroporto de Cascavel - ampliação e recuperação da pista de pouso e decolagem, passando de 1.615 x 30 m para 1.780 x 45 m e resistência da pista de 25 para 36. Convênio com o Estado para fornecimento de agregados e ligantes betuminosos, concluído em janeiro.
- Aeroporto de Cascavel – encontra-se em fase de homologação da licitação para a construção de novo terminal de passageiros.
- Aeroporto de Maringá - ampliação da pista de pouso e decolagem, incluindo pista de táxi e uma saída rápida. Encontra-se em análise do projeto pelo Quinto Comando Aéreo Regional (V COMAR).
- Aeroporto Afonso Pena - levantamento cadastral dos imóveis para desapropriação das áreas do entorno da nova pista de pouso e decolagem. Encontra-se aguardando tratativas com o Governo Federal para viabilizar recursos necessários ao pagamento das desapropriações.
- Aeroporto de Foz do Iguaçu - em fase inicial de tratativas com o município de Foz do Iguaçu para celebrar convênio, visando o repasse de recursos para fins de desapropriação de áreas necessárias à ampliação do aeroporto. A área a ser desapropriada é de 558.586,10 m<sup>2</sup>, que pertencem a 05 imóveis. Aguarda-se a documentação do município para a celebração de convênio.
- Aquisição de Carros Contra Incêndio para aeroportos - aquisição de 03 Carros Contra Incêndio de Aeródromo (CCI) da Categoria Ataque Principal AP-2, sendo dois carros para o aeroporto de Maringá e um carro para o aeroporto de Cascavel. Convênio PROFAA, aguardando instruções da Secretaria da Aviação Civil (SAC-PR) para dar prosseguimento ao convênio.

## 20.2.3 Programa Caminhos do Desenvolvimento - Sucroalcooleiro

A SEIL e o DER/PR, em parceria com o setor sucroalcooleiro representado pela Associação dos Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR), estão executando o Programa Caminhos do Desenvolvimento - Sucroalcooleiro.

Em 20 de maio foi celebrado o Termo de Cooperação nº 005/2013-SEIL, tendo como objeto a execução de um conjunto de ações em rodovias municipais e estaduais, com vistas à criação de corredores alternativos para o transporte das cargas da indústria sucroalcooleira, desde a origem da matéria prima até o seu processamento.

O Programa prevê a construção de pontes, trincheiras e interseções e balsa, sendo que se encontra em execução:

- Construção de 03 trincheiras: Paranacity, Rondon e Ivaté - licitação pelo DER/PR, aguarda-se a Declaração de Disponibilidade Financeira (DDF) para homologação, assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço.

- Fabricação de vigas, placas, guarda-rodas pré-moldadas (execução de pontes de até 16,50 m de comprimento) - licitação pela SEIL para: a) Maringá, aguardando trâmites do processo licitatório para assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviços; e b) Umuarama, serviços contratados aguardando emissão da Ordem de Serviço.
- Construção de uma balsa, localizada em São Pedro do Ivaí, que contempla também a aquisição de dois rebocadores - aguardando orçamentos dos serviços para a celebração de convênio com o município.
- Projetos, de responsabilidade da Alcopar, em elaboração, sendo que os enviados ao DER/PR encontram-se em análise e/ou orçamentação visando iniciar os processos licitatórios para execução das obras. Prazo de execução de 24 meses, 75 municípios partícipes ou atendidos.

### **20.3 Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO)**

Ao DGPO compete planejar, regulamentar e implantar ações para a gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística e de edificações de prédios públicos, bem como definir em conjunto com os demais órgãos da administração estadual, o Plano Geral de Obras e Serviços de Arquitetura e Engenharia, inclusive edificações de prédios públicos.

Atividades realizadas:

- Gestão de Obras de Edificações de Prédios Públicos - continuidade na elaboração de cadernos orientadores para contratação de obras e serviços de engenharia - edificações, em parceria com a PGE. O conjunto conta com dez cadernos que orientam as etapas de estudo de viabilidade, termo de referência de projeto, licitação de projeto, contratação de projeto, licitação de obra, contratação de obra, pós-ocupação, convênios e fiscalização de obras, além de um caderno contendo a legislação relacionada a cada etapa.
- Capacitação de servidores para contratação de obras e serviços de engenharia - em parceria com a Escola de Governo, deu-se continuidade ao processo de capacitação de técnicos da administração direta e autárquica, para a adequada utilização das orientações contidas nos cadernos orientadores. As capacitações passaram a ser aproveitadas pelo Programa de Residência Técnica da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).
- Aferição de Composições de Serviços de Engenharia - contratação do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) no final de 2012, sendo que em 2013 foram iniciados os trabalhos de medição de consumos de materiais de construção e produtividade da mão de obra e equipamentos de 500 serviços utilizados na construção de edificações públicas, visando contribuir para a elaboração de orçamentos com melhor precisão.
- Realização de pesquisa de custos de materiais de construção - por meio de Cooperação Técnica com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES),

realizou pesquisas mensais de custos de materiais de construção, para contribuir no processo de gestão de custos de obras de edificações do Governo do Paraná.

- Atualização da Tabela de Custos de Edificações - a partir de 2012, o Departamento passou a monitorar a variação de custos de edificações e atualizar periodicamente a Tabela de Custos de Edificações do Governo do Paraná em sintonia com a Tabela SINAPI do Governo Federal. Em 2012, foram realizadas duas atualizações (março e setembro) e em 2013 foram realizadas mais três atualizações (março, junho e agosto).
- Plano de Obras Públicas do Paraná (POP) - início da elaboração do Plano de Obras Públicas do Paraná para os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, em conjunto com os órgãos da administração direta e autárquica do Governo do Paraná.
- Programa de Residência Técnica - em parceria com SETI, a SEIL, por meio do DGPO, participa da Coordenação Técnica do Programa de Residência Técnica do Governo do Paraná. Foram selecionados 196 profissionais de Engenharia e Arquitetura com até três anos de formatura para participar de um curso de especialização em Gestão de Projetos e Obras Públicas de Edificações com vivência prática nos órgãos da administração estadual.

## 20.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

O DER tem como missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual.

A malha rodoviária de jurisdição federal e estadual dentro do Estado do Paraná é composta por 15.880,09 km de rodovias, das quais 13.986,97 km são pavimentadas, conforme o quadro a seguir.

QUADRO RESUMO - REDE RODOVIÁRIA TOTAL NO ESTADO DO PARANÁ

RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMENTADA	PAVIMENTADA			EM OBRAS			TOTAL
		Pista Simples	Pista Dupla	Total Pavim.	Pista Simples	Pista Dupla	Total em Obras	
Federais mantidas pelo DNIT	69,70	1.352,14	116,80	1.468,94	139,80	-	139,80	1.678,44
Totais DNIT	69,70	1.352,14	116,80	1.468,94	139,80	-	139,80	1.678,44
Federais concedidas pelo Gov. Fed.		93,60	202,00	295,60	-	-	-	295,60
Totais Concessões Federais		93,60	202,00	295,60	-	-	-	295,60
Estaduais mantidas pelo DER	1.676,36	9.506,36	70,48	9.576,84	-	7,26	7,26	11.260,46
Federais delegadas ao Paraná e mantidas pelo DER		158,70	15,00	173,70	-	-	-	173,70
Totais DER	1.676,36	9.665,06	85,48	9.750,54	-	7,26	7,26	11.434,16
Estaduais concedidas pelo DER	-	472,89	198,70	671,59	-	-	-	671,59
Federais delegadas ao Paraná e concedidas pelo DER		1.425,74	374,56	1.800,30	-	-	-	1.800,30
Totais Concessões Estaduais	-	1.898,63	573,26	2.471,89	-	-	-	2.471,89
Totais Rodovias Federais	69,70	3.030,18	708,36	3.738,54	139,80	-	139,80	3.948,04
Totais Rodovias Estaduais	1.676,36	9.979,25	269,18	10.248,43	-	7,26	7,26	11.932,05
Totais Rodovias Municipais	95.025,17			6.353,09			1.347,74	102.726,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>96.771,23</b>	<b>13.009,43</b>	<b>977,54</b>	<b>20.340,06</b>	<b>139,80</b>	<b>7,26</b>	<b>1.494,80</b>	<b>118.606,09</b>

FONTE: Rodovias Federais - PNV 2012, consulta site DNIT em 19/nov./2012

## MALHA RODOVIÁRIA DE CONSERVAÇÃO A ENCARGO DO DER/PR - 2013

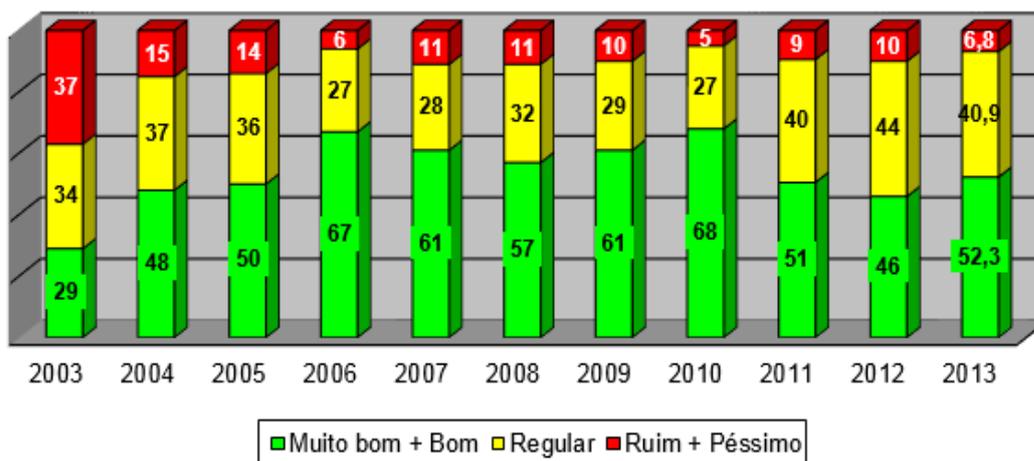
DESCRIÇÃO	NÃO PAVIMENTADA (km)	PAVIMENTADA (km)	TOTAL (km)
Rodovia Estadual	1.676,30	9.576,84	11.253,14
Rodovia Federal Delegada	-	173,70	173,70
TOTAL	1.676,30	9.750,54	11.426,84

O histórico da condição da malha rodoviária é apresentado a seguir.

## NÍVEL DE CONDIÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

CONDIÇÃO (%)	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Muito bom + bom	29	48	50	67	61	57	61	68	51	46	52,3
Regular	34	37	36	27	28	32	29	27	40	44	40,9
Ruim + Péssimo	37	15	14	6	11	11	10	5	9	10	6,8
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

## NÍVEL DE CONDIÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA EM PERCENTUAL



O Governo do Estado do Paraná investiu em obras rodoviárias, até setembro, o valor de R\$ 559,5 milhões, como demonstra o quadro a seguir.

## OBRAS RODOVIÁRIAS

OBRAS EXECUTADAS		
Ação	Valor Total (R\$)	Valor Executado (R\$)
Duplicação de Rodovia	178.983.758,99	41.198.755,78
Restauração	7.392.355,31	7.392.355,31
Conservação de Rodovias - PERC	836.000.000,00	449.862.837,30
Recuperação de Rodovias	34.950.857,45	29.200.039,40
Projetos	10.772.971,71	7.507.900,24
Patrulhas Rodoviárias	67.000.000,00	24.300.000,00
TOTAL	1.135.099.943,46	559.461.888,03

Os programas existentes têm como objetivo oferecer melhores condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações com ampliação de capacidade, pavimentação, serviços de conservação da malha rodoviária, restauração e adequação de estradas rurais.

#### **20.4.1 Patrulhas do Campo: Atendimento às Estradas Rurais**

Visa atender as estradas rurais, por meio de convênio firmado entre o DER/PR, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), os Consórcios e as Prefeituras para realizar os serviços de melhoria e cascalhamento em rodovias municipais com o objetivo de melhorar o escoamento da produção agrícola dos centros de comercialização e proporcionar melhor qualidade de vida ao trabalhador rural.

Até setembro, foram concluídos 848,0 Km em recuperação e melhoria das estradas rurais e municipais.

#### **20.4.2 Conservação da Malha Rodoviária**

Deu-se continuidade ao Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC), iniciado em julho de 2012, tendo sido investidos até setembro o valor de R\$ 432,0 milhões com serviços de reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros e outros, abrangendo toda a malha rodoviária. A extensão atendida foi: 7.985 km na Conservação Rotineira de Pavimentos (COP); 2.012 km na Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP); e 11.461,91 km Conservação de Faixa de Domínio.

#### **20.4.3 Ações Emergenciais**

Em 2013, foi concluída a implantação da Ponte na PR-542 no trecho entre Colorado e Itaguajé e a Ponte de Concreto Armado na PR-340, no Km 616,8, sobre o Ribeirão Santa Inês.

Encontra-se em execução na PR-482, entroncamento com a PR-680, entre Nova Olímpia e Maria Helena, a implantação de Bueiro Simples Celular e Concreto (BSCC) 3,0 X 3,0M, a pavimentação, o aterro e a terraplenagem. Também foi realizado o prolongamento de BSCC 2,0 X 2,0 M.

O valor dos investimentos em ações emergenciais foi de R\$ 4,9 milhões.

#### **20.4.4 Programa de Concessões**

O Programa é composto pelos sistemas: a) Rodovias Concessionadas; b) Travessia da Baía de Guaratuba - *Ferry-Boat*; e c) Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros.

- Rodovias Concessionadas - encontra-se em andamento: a) 9,90 Km de pista dupla do Contorno de Mandaguari; b) execução de 10,92 Km da duplicação da BR-369 entre Jandaia do Sul e Apucarana (do Km 219,089 ao Km 232,917); c) em estudo a possibilidade de implantar o contorno de Jandaia do Sul; d) duplicação Campo Largo, com a execução de 10,6 Km, da BR-376, do Km 114,20 ao Km 122,940, e da PR-423, no trecho de ligação entre a pista Norte e Sul da BR-376; e) duplicação de 6,18 Km da BR-277 entre Guarapuava e Relógio, do Km 342,48 ao 336,30; f) duplicação de 5,49 Km da PR-445, do Km 81,3 ao Km 86,79; e g) Viaduto da BR-277 - acesso à Morretes. No exercício de 2013 foi concluída a obra Medianeira - Matelândia, do Km 674,879 ao Km 660,500.
- Travessia da Baía de Guaratuba - foram transportados 872.587 veículos por *ferry-boat*, no período compreendido entre janeiro a setembro.
- Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros - a Coordenadoria de Transporte Rodoviário Comercial (CTRC), tem a finalidade de planejar, outorgar e fiscalizar o sistema intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, que engloba os seguintes sistemas: a) Rodoviário - operado por 37 empresas e 494 linhas, com uma frota de 1.970 veículos convencionais, leitos e executivos (dados de outubro), e até o mês de setembro realizou 403.173 viagens e transportou 13.915.363 passageiros; b) Metropolitano do Interior - operado por 28 empresas e 201 linhas, com uma frota de 694 veículos convencionais (dados de outubro), sendo que até setembro realizou 1.041.843 viagens e transportou 34.268.122 passageiros; e c) Fretamento - operado por 1.512 empresas e uma frota de 4.841 veículos, até outubro expediu 62.674 licenças de fretamento eventual.

## 20.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

Os Portos de Paranaguá e Antonina estão na constante busca de melhoria, para oferecer um sistema moderno e eficaz com infraestrutura e segurança às cargas e aos navios, transparência na gestão e nas operações, e proporcionar aos operadores portuários, agentes marítimos e à comunidade em geral, alternativa de movimentações de suas cargas, seja em terminal público ou privado, garantindo assim a isonomia a todos os usuários do Complexo Portuário do Paraná.

Os Portos de Paranaguá e Antonina visam prover condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga de mercadorias. A execução das ações descritas a seguir demonstra à comunidade a efetiva aplicação dos recursos oriundos de tarifas pagas pelos usuários, proporcionando a infraestrutura adequada, e assim, a continuidade das relações econômicas internacionais.

O volume de investimentos para os Portos do Paraná no exercício de 2013 foram expressivos. As ações em execução perfizeram valor de R\$ 193,4 milhões, somando-se ainda as ações em procedimento licitatório no valor aproximado de R\$ 54,2 milhões. São ações necessárias para que os Portos do Paraná possam alcançar a excelência em gestão e nível de serviço adequado oferecido a todos os usuários.

## 20.5.1 Projetos Estruturantes

O Porto de Paranaguá tem se demonstrado eficaz na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, onde disponibiliza um aparato de infraestrutura, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná, um grau de competitividade e qualidade exigível pelo mercado internacional, e para tanto, no ano de 2012 até outubro de 2013, a APPA focou inicialmente na gestão de Projetos Estruturantes de Infraestrutura com investimentos de aproximadamente R\$ 24,0 milhões.

Destacam-se alguns projetos em andamento, tais como:

- Projeto do novo Corredor de Exportação de Grãos (COREX) do Porto de Paranaguá - Píer em "T" - abrange a construção de novo píer avançado para atracação de 04 navios simultaneamente e tem como objetivo prover ao Porto de Paranaguá condições técnicas e operacionais para solucionar os problemas de congestionamento existentes, bem como, dar atendimento aos fluxos de carga projetados para os próximos anos. Este processo encontra-se em execução, com previsão de término em abril de 2014, com investimento de R\$ 4,7 milhões.
- Projeto Executivo de Engenharia - Píer em "F" no Corredor Oeste - abrange a construção de um novo píer avançado para atracação de 04 navios simultaneamente, com investimento de R\$ 5,9 milhões.
- Projeto Executivo de Engenharia - Píer em "L" para Granéis Líquidos – abrange a construção de um novo píer avançado para atracação de 02 navios simultaneamente e tem como objetivo prover condições técnicas e operacionais para solucionar os problemas de congestionamento existentes, bem como, dar atendimento aos fluxos de carga projetados para os próximos anos, com investimento de R\$ 5,0 milhões.

Os Projetos descritos possibilitarão viabilizar a expansão do aparato portuário por meio de Parceria Público Privada (PPP), mediante procedimento licitatório, que deverá ser executado pelo Governo Federal.

Iniciada a execução do Projeto de Recuperação e Proteção das Estacas e Estrutura Civil dos *Dolphins* e do Píer do Cais de Inflamável, visando à recuperação estrutural do píer atual (estacas, *dolphins*, etc), que proporcionará melhorias operacionais do sistema existente, com investimento de R\$ 1,7 milhão.

Outros projetos para a melhoria da infraestrutura terrestre também foram finalizados em 2013, tais como: iluminação de áreas e rede de dutos técnicos; prédio da Base de Prontidão; edificação que abrangerá a entrada dos trabalhadores e abrigará a Guarda Portuária e a Sessão de Segurança do Trabalho; novas portarias de acesso ao Cais e instalação de novas balanças; entre outros. Projetos estes, de extrema importância para a melhoria do desempenho operacional e da qualidade dos serviços e segurança no Porto de Paranaguá.

### **20.5.2 Programa de Manutenção da Infraestrutura Marítima**

Desde 2011, a APPA está se preparando para os próximos 20, 30 anos, tendo realizado a dragagem emergencial que restabeleceu a profundidade dos berços de atracação do Porto de Paranaguá, em 2011, pelo valor de R\$ 2,5 milhões. Em julho de 2012, uma segunda dragagem teve início. Desta vez foi a dragagem de manutenção dos pontos críticos do canal de acesso ao Porto de Paranaguá e de Antonina, finalizada em meados de junho de 2013, de onde foram retirados 2,7 milhões de metros cúbicos de sedimentos. O custo total da obra de dragagem foi de R\$ 37,9 milhões.

Foi iniciada em outubro a obra para a Dragagem de Regularização. Estão sendo dragados cinco milhões de metros cúbicos, incluindo o canal de acesso, bacia de evolução e berços públicos de Paranaguá e Antonina. O prazo de execução desta ação é de 12 meses, com investimento de R\$ 114,3 milhões.

### **20.5.3 Programa de Manutenção da Infraestrutura Terrestre**

No Programa de Manutenção da Infraestrutura Terrestre, que determina as condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga, a APPA concluiu ações no valor de R\$ 3,3 milhões, somando-se as ações em andamento (em execução e em licitação), no valor aproximado de R\$ 140,0 milhões, onde destacam-se:

- Aquisição de Novos Carregadores de Navios (Shiploaders) - Modernização e Expansão da Infraestrutura Portuária – tem por objetivo principal a modernização do Corredor de Exportação no Porto de Paranaguá. Os novos carregadores de navios substituirão os atuais e permitirá um aumento de produtividade na ordem de 33% nos embarques de navios. Os quatro novos carregadores e suas interligações com os transportadores de correia atuais serão instalados nos berços 212, 213 e 214. Este processo encontra-se em execução, com término previsto para 2015, no valor contratado de R\$ 59,5 milhões.
- Melhoria da segurança e acesso ao cais - foram abertos os certames para a construção de um novo prédio para os setores de segurança da APPA, onde funcionará o controle de acesso de trabalhadores avulsos ao cais, e a construção de duas novas portarias equipadas com novas balanças para acesso de caminhões ao cais. Somadas, as obras têm valor máximo de R\$ 15,6 milhões e serão pagas com recursos próprios da APPA. Com a proposta das edificações a serem construídas, somando-se a obra de adequação da portaria principal, as portarias de acesso ao cais passarão a ter 12 balanças rodoviárias, o que representa um aumento de 100% no número de balanças rodoviárias existentes, e uma nova estrutura de escritórios com melhores condições de trabalho para os funcionários, gerando maior velocidade do processo de entrada ao cais e em suas atividades de importação e exportação.

- Melhoria nas Vias de Acesso - assinado um acordo de cooperação com o município de Paranaguá para obras de recuperação nas vias de acesso ao porto, com investimentos de R\$ 2,4 milhões em recursos próprios da APPA.
- Modernização da iluminação das áreas dos portos - visando melhorar o aspecto operacional e a segurança do Complexo Portuário como um todo. Em 2013, a APPA finalizou o projeto e iniciou o procedimento licitatório para as obras de ampla magnitude, que totalizam R\$ 22,8 milhões.

#### **20.5.4 Programa de Investimentos em Tecnologia**

Em 2013, a APPA intensificou as ações ligadas a área de tecnologia, promovendo a padronização das atividades e operações, com o objetivo de facilitar os processos de implementação e gestão, buscando a excelência operacional. O volume de investimentos destinado às ações de melhoria contínua da infraestrutura foi de aproximadamente R\$ 56,0 milhões. Destaca-se o Projeto Internacional *Ship and Port Security Code* (ISPS CODE), com a recuperação e ampliação do sistema de segurança, realizando a instalação de novos equipamentos para controle de acesso de pessoas, veículos e cargas. Isso resultará na credibilidade e segurança do Porto de Paranaguá, reconhecida e certificada internacionalmente. A ação foi iniciada e deverá ser concluída em 2014, no valor de R\$ 31,1 milhões. Também foi iniciado o processo para aquisição de scanners para cargas, exigência da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 17 milhões, que será somado a todo o aparato de segurança necessário para a atividade portuária.

#### **20.5.5 Programa de Gerenciamento Ambiental**

Após 10 anos a APPA recebeu a Licença de Operação emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), resultado de um intenso Programa de Gerenciamento Ambiental que abrange uma série de ações destinadas na prevenção e apoio para qualquer acidente ambiental no Porto de Paranaguá. Algo inédito na APPA e nos portos do país como um todo. Estão sendo investidos aproximadamente R\$ 21,7 milhões neste programa.

Dentre as principais ações destacam-se:

- Monitoramento Ambiental – serviço contínuo, no valor de R\$ 5,9 milhões, que permitirá ter o diagnóstico em tempo real da situação da baía.
- Serviço da Base de Prontidão - visa disponibilizar uma equipe pronta, treinada e equipada, para resolver, mitigar ou prevenir os problemas de caráter ambiental, permitindo, de forma geral, melhorar a segurança, por meio de redução de riscos de acidentes. Foi iniciada a contratação, com um investimento de R\$ 9,4 milhões, além da execução do convênio técnico operacional com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia e Letras (FUNESPAR), no valor de R\$ 3,3 milhões, que cria uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização da fauna em caso de acidentes ambientais.

## 20.5.6 Porto de Antonina

Destaca-se a revitalização do Porto de Antonina, que após 40 anos sem qualquer investimento na melhoria da infraestrutura, o terminal público está passando por uma ampla reforma. O prédio administrativo e a guarita de controle foram recuperados, com investimento total de R\$ 614,0 mil de recursos próprios.

Entre os principais projetos para o terminal público Barão de Teffé, está a revitalização e a ampliação do cais, que possui cerca de 60 metros e os estudos preveem triplicar o seu tamanho. Para tanto, foi publicado em 2013 o Projeto para Remodelação do Cais de Antonina, no valor de R\$ 1,7 milhão.

## 20.5.7 Movimentação de Cargas

A movimentação total dos Portos de Paranaguá e Antonina, em 2012, foi de 44,5 milhões de toneladas. O segmento de Granel Sólido contribuiu com 70,9% da tonelage total movimentada, com uma variação de 17% acima comparada ao ano de 2011, consolidando a vocação do agronegócio no Paraná. O segmento de Carga Geral correspondeu a 16,9% e o de Granel Líquido a 12,1%, com uma variação expressiva de 31% em relação ao ano de 2011. Nota-se um acréscimo do total movimentado em 2012, frente ao ano de 2011, na ordem de 9%.

Para o ano de 2013, estima-se uma movimentação na ordem de 48 milhões de toneladas, com uma taxa de crescimento semelhante ao do ano anterior, de 9%.

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO 2011/2012
Carga Geral	8.347.973	8.972.810	8.277.262	8.079.837	9.702.675	9.955.032	7.558.320	-24%
Granéis Sólidos	20.354.132	25.357.488	20.518.211	19.317.143	24.426.813	26.987.939	31.612.558	17%
Granéis Líquidos	3.861.061	3.895.090	4.209.797	3.877.097	4.031.502	4.118.368	5.403.506	31%
TOTAL	32.563.166	38.225.388	33.005.270	31.274.077	38.160.990	41.061.339	44.574.384	9%

FONTE: APPA

## 20.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE)

A FERROESTE tem por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem. Detém concessão federal para construção, uso e gozo de estrada de ferro e ramais necessários à viabilidade da ferrovia. O capital autorizado é de R\$ 451,0 milhões, sendo R\$ 406,8 milhões integralizados.

A empresa possui bens operacionais próprios no valor de R\$ 358,9 milhões, com o custo de aquisição e de construção corrigidos até 1995, constituídos por terrenos, leito da linha, superestrutura, obras de arte especiais, instalações, edifícios e outros. A reavaliação desses ativos encontra-se em fase de conclusão.

Desde a retomada da concessão, em 18 de dezembro de 2006, a FERROESTE presta serviços de transporte ferroviário de carga, com gestão voltada à manutenção da atividade operacional e recuperação da empresa, com o apoio da SEIL.

## 20.6.1 Produção

O terminal ferroviário possui capacidade de armazenagem aproximada de cinco milhões de toneladas por ano, porém, enfrenta problemas de tração (capacidade total de transportar as cargas) devido ao tempo de ciclo, causado pela má conservação e poucos ativos no trecho da América Latina Logística S/A (ALL) e da capacidade operacional das locomotivas e vagões da FERROESTE. A ampliação da frota aumentará a capacidade de tração com redução de custos operacionais e incremento da receita.

Os principais produtos transportados são: grãos, cimento, fertilizantes, contêiner frigorificado, combustível e óleo vegetal, com totais anuais a seguir:

TRANSPORTE DE CARGA	2011		2012		2013	
	TU	VAGÕES	TU	VAGÕES	TU	VAGÕES
TOTAL	784.356,94	16.539	721.240,93	15.537	526.757,84	12.125

FONTE: Produção/ Faturamento

NOTA: TU = Toneladas Úteis - Valores de 2013 até outubro.

## 20.6.2 Atividades realizadas

- Aumento da frota - em negociação a aquisição/locação de 06 locomotivas, modelo MX620, com potência superior à frota atual, com o intuito de garantir maior tração e aumento do volume da safra escoada via férrea para o Porto de Paranaguá, dobrando a capacidade de transporte em curto prazo, beneficiando os produtores agrícolas e todos os envolvidos na cadeia logística.
- Investimentos em locomotivas - em fase de conclusão, os investimentos nas 06 atuais locomotivas, modelo G12, em tecnologia embarcada e sistema de freio, que objetiva maior segurança. Também foram adquiridos 04 motores de tração, com maior potência, aumentando a confiabilidade das locomotivas.
- Novo Modelo Operacional - para a entrada das locomotivas da FERROESTE na malha ALL até Ponta Grossa, acordou-se um novo Contrato Operacional Específico (COE) entre as concessionárias, que resultará em menor ciclo dos vagões, ganho em produtividade no ramal, aumento de produção aproximado de 28%, garantia de atendimento às fábricas de moagem de grãos em Ponta Grossa e otimização da cadeia logística.
- Melhoria operacional para redução de riscos e do *transit time* (tempo de transporte) - colocação de detectores de descarrilamento ao longo da via -sistema de segurança de operação ferroviária; colocação de placas de sinalização; instalação de novas bombas e tanques dos postos de abastecimento das locomotivas na área dos Terminais, para aumentar a vazão das bombas; e construção de areeiro para depósito de areia utilizada nas locomotivas.

Considerando o cenário logístico do Oeste paranaense, aliado ao volume estimado de carga a ser transportado nas próximas safras, as principais demandas dos clientes para garantia de transporte eficiente a um custo reduzido são: escoamento da safra no menor ciclo possível, redução do frete, maior volume de transporte via férrea e atendimento a mais pontos de carregamento e descarga.

## 20.7 Paraná Edificações (PRED)

A Paraná Edificações tem por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, centrada no desenvolvimento sustentável, e que sejam de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da SEIL.

Foram realizadas as seguintes atividades:

- Realizou e apoiou a elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná; conforme tabela a seguir.

ÁREA	QUANT.	VALOR AUTORIZADO	%
Justiça	39	169.559.095,53	24,07
Segurança	31	12.882.709,51	19,14
Saúde	18	10.266.666,08	11,11
Infraestrutura	01	7.071.729,60	0,62
Trânsito	15	4.605.740,90	9,26
Administração	26	2.991.032,34	16,05
Ambiental	05	2.820.750,68	3,09
Abastecimento	14	2.275.305,43	8,64
Social	04	890.562,05	2,47
Cultura	02	397.469,31	1,23
Agricultura	02	330.360,59	1,23
Tecnologia	01	129.739,42	0,62
Turismo	02	70.835,74	1,23
Comunicação	02	15.610,92	1,23
TOTAL	162	214.307.608,10	100,00

Principais obras em processo de licitação de acordo com o valor:

OBJETO	SITUAÇÃO	VALOR
Construção da Cadeia Pública de Ponta Grossa	Publicada	13.278.549,94
Ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP)	Publicada	12.321.602,14
Construção da Cadeia Pública de Campo Mourão	Publicada	11.432.488,95
Ampliação da penitenciária de Piraquara (PEP II)	Publicada	10.946.621,26
Ampliação da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF)	Publicada	10.213.353,95
Construção da cadeia Pública de Londrina	Publicada	10.163.579,23
Construção da Cadeia Pública de Foz do Iguaçu	Publicada	10.072.624,71
Construção da Cadeia Pública de Jovens e Adultos de Piraquara	Publicada	9.847.602,86
Ampliação da Penitenciária de Ponta Grossa	Publicada	9.745.769,86
Construção da Cadeia Pública de Guaira	Publicada	9.480.410,40
Ampliação Penitenciária Feminina Piraquara	Publicada	8.630.304,31
Ampliação da Casa de Custódia de Piraquara (CCP)	Publicada	8.480.899,54
Ampliação Penitenciária de Cascavel (PIC)	Publicada	7.212.088,18
Construção do novo Terminal Aeroportuário de Passageiros em Cascavel	Publicada	7.071.729,60
Construção da Sede do Complexo Regulador Metropolitano de Curitiba	No órgão	6.031.446,78

- Fiscalizou, monitorou e recebeu projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná.

AÇÕES	ÁREA	QUANT.	VALOR PREVISTO (R\$)
Executadas 2013	Agricultura	03	241.459,60
	Ambiental	04	824.455,91
	Cultura	01	228.796,79
	Educação	10	23.671.717,62
	Infraestrutura	05	6.361.555,72
	Justiça	03	1.115.013,41
	Saúde	08	2.816.923,45
	Social	05	12.024.933,45
	Trânsito	01	956.534,77
	Turismo	01	113.765,99
Executadas 2013 Total		41	48.355.156,71
Em Andamento 2013	Agricultura	07	1.965.904,01
	Educação	07	38.379.751,03
	Justiça	05	1.854.791,93
	Saúde	57	75.546.117,00
	Segurança	06	15.739.025,19
	Social	04	1.009.090,09
	Trânsito	02	707.556,47
	Turismo	02	10.361.294,43
Administ. Geral	04	4.593.908,58	
Em Andamento 2013 Total		94	150.157.438,73
Programadas 2013/2014	Agricultura	08	3.295.236,30
	Ambiental	01	27.700,00
	Cultura	04	632.045,09
	Educação	03	4.366.912,82
	Esporte	01	66.400,00
	Indústria e Comércio	01	1.030.852,95
	Infraestrutura	02	314.189,00
	Justiça	04	370.363,71
	Saúde	36	26.221.859,55
	Segurança	05	18.887.769,17
	Social	19	2.755.357,24
	Tecnologia	01	249.545,15
	Trânsito	03	53.070,00
	Turismo	04	4.590.155,62
Administração Geral	02	407.884,99	
Programadas 2013/2014 Total		94	63.269.341,59
TOTAL		229	261.781.937,03

- Plano de Obras Públicas do Paraná - elaboração do Plano para os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, em conjunto com o DGPO e com os órgãos da administração direta e autárquica do Governo do Paraná.
- Cadernos Orientadores para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia - Edificações - elaboração, em parceria com a PGE e a SEIL, de oito cadernos que orientam as etapas de estudo de viabilidade, termo de referência de projeto, licitação de projeto, contratação de projeto, licitação de obra, contratação de obra e pós-ocupação, além de um caderno contendo a legislação relacionada.

- Monitoramento da variação de custos de edificações e atualização periódica da Tabela de Custos de Edificações do Governo do Paraná, em sintonia com a Tabela Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Governo Federal.
- Programa de Residência Técnica - em parceria com a SETI, participou do desenvolvimento do Programa para os anos de 2013 e 2014. São profissionais de Engenharia e Arquitetura com até três anos de formatura que participarão de um Curso de Especialização em Gestão de Obras Públicas com vivência prática nos órgãos da administração estadual.

*Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos*





## 21 Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

---

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) constitui-se em órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, criada pela Lei n.º 13.986, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011 e pela Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012, tem por finalidade a definição de diretrizes para a política governamental focada no respeito à dignidade humana e no fortalecimento dos Direitos Humanos e a administração do Sistema Penitenciário Estadual.

As ações afetas à Pasta sintetizam as diretrizes governamentais adotadas para a consecução das políticas públicas definidas para a área, e desenvolvem-se harmoniosamente na coordenação dos assuntos penitenciários e daqueles relacionados à proteção, defesa e educação ao consumidor, aos direitos da cidadania, da pessoa com deficiência, da mulher, da pessoa idosa e das minorias, à prevenção, repressão e fiscalização do uso de entorpecentes.

No início da atual gestão, o Estado do Paraná possuía uma população carcerária total de 30.449 presos. Destes, 16.205 (53% do total da população carcerária do Estado) eram mantidos em Delegacias de Polícia superlotadas e 14.316 (47%) em estabelecimentos penais adequados, sem superlotação. A SEJU tinha sob sua responsabilidade 14.316 presos (47%) e atualmente são 24.300 presos, sendo 17.988 em Estabelecimentos Penais próprios e em algumas Cadeias Públicas assumidas como gestão plena, e mais 6.312 em carceragens de Delegacias de Polícia onde atua de forma compartilhada com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP).

A SESP, por sua vez, que no início da gestão tinha 53% dos presos sob sua responsabilidade, passou a cuidar com exclusividade de 3.843 presos.

A redução da população carcerária só foi possível graças a uma série de ações desenvolvidas a partir do trabalho integrado entre o Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Penitenciário e a Ordem dos Advogados do Brasil, mediante a celebração do Pacto Movimento Mãos Amigas Pela Paz, firmado em 27/04/2012, que simboliza um novo modelo de gestão da execução penal no Estado do Paraná e que tem por objetivo principal operacionalizar ações conjuntas visando o aprimoramento da gestão do Sistema Penal e o respeito à dignidade da pessoa humana. Além disso, em 2013, foram realizados cinco Mutirões Carcerários, totalizando 25 mutirões no período de janeiro de 2011 a setembro de 2013.

Destaca-se, ainda, a implementação da ferramenta Business Intelligence do Sistema Integrado de Gestão da Execução Penal (BI-SIGEP/PR), que tem por finalidade coletar informações para a integração e interoperabilidade com o Sistema Nacional de Segurança Pública Prisional (SINESP). Na área de gestão prisional, o uso da ferramenta de BI permitiu a integração de dados do Poder Executivo, com o Poder Judiciário e o Ministério Público Federal. É o único modelo do País com essa integração.

O Paraná é, assim, o primeiro Estado da Federação que consegue compatibilizar dados do Poder Executivo com o Judiciário, uma integração que permitiu a redução de 60% da superlotação carcerária nas Delegacias de Polícia.

O desafio mais importante a ser enfrentado é o de acabar com a superlotação em Delegacias de Polícia, implementando a monitoração eletrônica e criando 6.670 novas vagas com a ampliação de unidades penais existentes e a construção de novas unidades.

Nas ações de cidadania o destaque é o Pacto Pela Identidade Cidadã: RG Para Todos Os Paranaenses, firmado em 08/10/2013, com o propósito de direcionar ações conjuntas por meio de Mutirões Mensais da Cidadania e implementar a expedição do maior número possível de Carteiras de Identidade no Estado do Paraná, dando-se prioridade às pessoas encarceradas e aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social com o objetivo de facilitar-lhes o acesso aos programas oficiais de inclusão social, escolarização, qualificação profissional, moradia digna com acesso à água e saneamento; e no plano institucional, a interoperabilidade de dados com outros Poderes e Instituições, por ser o RG o documento mais próximo da fonte primária - certidão de nascimento - e apresenta maior grau de segurança, pois é dotado de dados biográficos e biométricos.

O Governo do Estado, por meio da SEJU, com o apoio técnico da CELEPAR, desenvolve o Projeto SIM-ODM, que tem como objetivo pautar os programas e ações do Plano de Metas do Governo (2011-2014) em programas que visam promover o desenvolvimento do Estado para a efetivação dos direitos humanos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. A proposta consiste em indexar o Plano de Metas nos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU), mostrando por meio de ferramentas de tecnologia da informação como monitorar as ações e seus resultados.

A SEJU está encaminhando duas parcerias com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, por meio de Memorandos de Entendimento, para a troca de experiências entre Estado e PNUD, para a promoção do desenvolvimento humano sustentável e, em especial, dos ODM e a modernização da gestão pública estadual, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos e oferecer à sociedade paranaense prestação de serviços com qualidade, nas áreas de saúde, educação, segurança pública, preservação do meio ambiente, cultura e outras áreas de comum interesse, (foco BIs de gestão pública visando efetivação dos ODMs). Será instituído o Projeto Paraná Competitivo Investindo em Cidadania, com objetivo de incentivar as empresas a realizarem doações aos projetos prioritários do Estado, e em contrapartida terão os projetos acompanhados pelo PNUD e receberão o Selo de Cidadania do PNUD/ ONU.

Para o desenvolvimento da ação institucional, a Secretaria atua por meio dos seguintes organismos: Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR), Departamento de Execução Penal (DEPEN), Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (COEDE), Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (CONESD), Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (COPEN/PR), Conselho Diretor do

Fundo Penitenciário do Paraná (CED/FUPEN), Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON), Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDM), Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA PARANÁ), Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CONDEF), Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT-PR) e Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR).

## **21.1 Principais Realizações**

### **21.1.1 Termos de Cooperação**

- Termo de Cooperação Técnica entre SEJU e SESP - com objeto de amparo técnico ao Sistema Penal do Estado do Paraná atinente a atividade de Papiloscopia e Identificação Cromática.
- Termo de Cooperação Técnica entre SEJU, Prefeitura de Curitiba, Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público (MPPR), Associação Paranaense do MP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Serviço Social da Indústria - para compatibilizar, no âmbito de interesse, competência e atribuições dos partícipes, o planejamento e a execução de ações integradas de desenvolvimento e cidadania nas Unidades Paraná Seguro (UPS), capazes de contribuir para a melhoria da segurança pública e da qualidade de vida das pessoas e paz social iniciando-se por Curitiba.
- Termo de Cooperação Técnica entre SEDS e SEJU - formação para mulheres mães do sistema Penal do Paraná, com recursos da Fundação para Infância e Adolescência (FIA/PR).
- Termo de Cooperação Técnica entre SEJU, PROCON e Associação Comercial do Paraná (ACP) - realização de campanha informativa e orientativa dos associados da ACP, da comunidade e consumidores, a respeito da legislação e direitos do consumidor, para diminuir o número de reclamações realizadas perante o PROCON e harmonizar as relações de consumo.
- Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre SEJU e SESA - visa implantar ações de saúde para população penitenciária previstas na Portaria Interministerial nº 1.777/2003.
- Termo de Cooperação Técnica entre SEJU e Paraná Edificações (PRED) - repasse de recursos para prestação de serviços referentes a obras e serviços de engenharia.
- Termo de Cooperação Técnica entre SEJU e UEL - realização de curso especial para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pré-vestibular aos apenados da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) e Penitenciária Estadual de Londrina II (PEL II).

- Termo de Cooperação Técnica entre SEJU, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) - para execução do Programa Agrinho no Estado do Paraná, por meio do desenvolvimento de ações nas escolas estaduais e municipais, que propiciem o despertar da consciência de cidadania, o acesso a informações relativas à saúde e a preservação do meio ambiente com vistas à melhoria da qualidade de vida.
- Termo de Cooperação Técnica entre SEJU e SESP - ofertar curso de formação pela ESEDH.
- Termo de Cooperação Técnica entre SEJU e Federação de Xadrez do Paraná (FEXPAR) - ofertas curso de jogo de xadrez objetivando qualificar os apenados dos Estabelecimentos Penais mencionados para o jogo de xadrez, proporcionando o acesso aos conhecimentos inerentes à modalidade e a ressocialização do apenado.
- Termo de Cooperação Técnica entre SEJU, PROCON, SESA, MP-PR e Associação Paranaense de Supermercados (APRAS) - estabelecer regras para a execução de campanha, especialmente no que se refere à imediata compensação para o consumidor, quando o mesmo encontra produtos com prazo de validade vencido nas lojas de supermercados associados à APRAS.

### 21.1.2 Convênios

A SEJU executa convênios firmados com o Governo Federal e contrapartida do Governo do Estado do Paraná no valor total de R\$ 7,0 milhões conforme segue:

- Convênio nº 755916/2011 - produção de materiais esportivos por pessoas inseridas em comunidades reconhecidamente carentes - Projeto Pintando a Cidadania.
- Convênio nº 764490/2011 - conscientização das famílias da RMC, sobre prevenção, efeitos e consequências do envolvimento com consumo e tráfico de drogas.
- Convênio nº 760181/2011 - implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Autores de Violência Doméstica.
- Convênio nº 759464/2011 - criação e implantação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Paraná (NET-PR).
- Convênio nº 009/2011 - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA,) com repasse de recurso à Associação para a Vida e Solidariedade.
- Convênio nº 759183/2011 - reestruturação da ESEDH.
- Convênio nº 022/2011 - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), com repasse de recursos à Associação para a Vida e Solidariedade.
- Convênio nº 773035/2012 - implantação e aparelhamento de Quatro Núcleos de Penas e Medidas Alternativas.
- Convênio nº 774508/2012 - implantação do projeto de capacitação profissional e implantação de oficinas permanentes no Estado do Paraná.

- Convênio nº 775602/2012 - dotar o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de estrutura essencial para suas ações e para mobilizar os municípios que compõem a RMC, visando à criação e/ou motivação de participação, mais efetiva, dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas.
- Convênio nº 781290/2012 - viabilização do curso de capacitação para Defensores de Direitos Humanos que atuam em diferentes regiões do Estado, previamente identificados como líderes em suas comunidades.
- Convênio nº 775913/2012 - viabilização e ampliação da atuação do Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência.
- Convênio nº 788236/2013 - apoio à implementação das Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do campo e da floresta, nos municípios integrantes do território da cidadania, no Estado do Paraná.

## **21.2 Unidades Paraná Seguro (UPS)**

A SEJU, designada como coordenadora do Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania (PDI-Cidadania), no âmbito das Unidades Paraná Seguro (UPS), por meio do Decreto nº 8.306 de 24 de maio de 2013, procedeu junto às instituições estaduais e prefeituras a identificação e o levantamento das intervenções direcionadas aos locais onde estão instaladas as UPS.

O Programa UPS-Cidadania tem como objetivo desenvolver ações de mobilização social na comunidade do bairro, visando a sustentabilidade e efetividade do Programa Paraná Seguro por meio da sensibilização e envolvimento das comunidades em ações de sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

## **21.3 Departamento de Execução Penal (DEPEN)**

A gestão da SEJU está focada na busca de soluções estratégicas para melhorar o funcionamento do Sistema Penitenciário, desafogar a superlotação, reverter a situação de precariedade das unidades prisionais e promover a ressocialização.

Estão sob a responsabilidade da SEJU, 38 Estabelecimentos Penais sendo: 18 Penitenciárias, 05 Casas de Custódia, 06 Semiabertos, 03 Patronatos, 02 Cadeias Públicas e 04 Centros de Reintegração Social, ocupadas por 17.072 homens e 985 mulheres.

Dentre as principais ações desenvolvidas, em 2013, destacam-se:

- Promoção da custódia e assistência material, educacional, social, religiosa e à saúde para prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade da população carcerária.

- Repasse de recursos por meio do Fundo Rotativo para cada um dos estabelecimentos penais e demais Unidades Administrativas Descentralizada da SEJU - Decreto nº 6.164, de 11 de outubro de 2012.
- Resolução Conjunta nº 003/12, de 27 de abril de 2012, firmada pelo Governo do Estado do Paraná, o Tribunal de Justiça do Estado, a Procuradoria Geral de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Corregedor Geral do Ministério Público, a Defensoria Pública e a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná – criou a Central de Vagas do Sistema Penal do Paraná e passou a disciplinar os procedimentos administrativos para inclusão de presos nos estabelecimentos penais do Estado do Paraná. Em complementação, foi editada a Resolução Secretarial nº 88/2013, de 25 de abril de 2013, que instituiu o Comitê da Central de Vagas para tratar dos assuntos relacionados à transferência de presos encarcerados em Delegacias de Polícia e Distritos Policiais da Capital, Região Metropolitana e Litoral, para Unidades Penais, obedecendo rigorosamente o critério de antiguidade na prisão.

### **21.3.1 Ampliação de Vagas**

- Vagas em Regime Fechado - ampliação de 271 vagas, sendo 165 camas adicionais entregues em fevereiro, que reduziu o número de celas de isolamento de 5% para 2% na Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste, e 106 treliches PFP entregues em dezembro de 2012.

### **21.3.2 Obras**

Dentre as várias ações voltadas à prioridade para operacionalização de ações que visem ao aprimoramento da gestão do Sistema Penal e ao respeito à dignidade da pessoa humana, com vistas a disseminar a cultura de paz e não violência e, ainda, considerando que a superlotação carcerária é um dos maiores desafios do sistema penal brasileiro, a SEJU vem envidando esforços no intuito de ampliar a estrutura e a capacidade dos estabelecimentos penais para absorver, gradativamente, os presos em Delegacias de Polícia, locais considerados inapropriados para sua custódia, equacionar a superlotação e o déficit de vagas no sistema carcerário do Estado.

Até o final da atual gestão, o sistema prisional do Estado deverá reduzir o problema com a construção de seis Cadeias Públicas e ampliação de oito unidades penais existentes, além da construção de seis Centros de Integração Social para o regime semiaberto, com financiamento do Ministério da Justiça, além da construção de dois Centros de Integração Social em Piraquara, bem como reformas de estabelecimentos penais com recursos do Governo Estadual.

A ampliação, reforma e construção de estabelecimentos penais sob a responsabilidade da SEJU estão distribuídas em diversos conjuntos arquitetônicos no valor total de R\$ 163,0 milhões, conforme segue:

- Construção de Cadeias Públicas.



- Projeto das Cadeias Públicas.

CONVÊNIO	UNIDADE	M²	VAGAS	SITUAÇÃO DOS PROJETOS
773998/2012	Cadeia Pública de Ponta Grossa	3.763,97	382	Processos licitatórios autorizados pelo Governador.
774002/2012	Cadeia Pública de Foz do Iguaçu	3.763,97	382	
773999/2012	Cadeia Pública de Campo Mourão	3.763,97	382	
774000/2012	Cadeia Pública de Guaira	3.763,97	382	
774001/2012	Cadeia Pública de Londrina	3.763,97	382	
704735/2009	PRONASCI – Jovens e Adultos	3.763,97	382	
TOTAL CONSTRUÇÃO			2.292	

- Ampliação de Estabelecimentos Penais

CONVÊNIO	UNIDADE	M²	VAGAS	SITUAÇÃO DOS PROJETOS
774019/2012	Casa de Custódia de Londrina	1.455,10	196	Processos licitatórios autorizados pelo Governador.
774022/2012	Penitenciária Estadual de Piraquara	3.201,38	501	
774023/2012	Casa de Custódia de Piraquara	2.166,05	334	
774020/2012	Penitenciária Estadual de Piraquara II	3.154,50	501	
774021/2012	Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu	2.967,08	501	
774022/2012	Penitenciária Estadual de Ponta Grossa	2.202,78	334	
774024/2012	Penitenciária Industrial de Cascavel	2.539,32	334	
774025/2012	Penitenciária Feminina de Piraquara	2.732,97	381	
TOTAL AMPLIAÇÃO			3.082	

- Centros de Integração Social (CIS) - Semiaberto.



- Projeto dos Centros de Integração Social

Nº SICONV	UNIDADE	M²	VAGAS	SITUAÇÃO DOS PROJETOS
774001/2012	CIS de Londrina	1.717,70	216	Processos licitatórios autorizados pelo Governador.
773999/2012	CIS de Campo Mourão	1.717,70	216	
774000/2012	CIS de Guaíra	1.717,70	216	
774002/2012	CIS de Foz do Iguaçu	1.717,70	216	
774002/2012	CIS de Foz do Iguaçu II	1.717,70	216	
774735/2009	CIS de Jovens e Adultos de Piraquara	1.717,70	216	
TOTAL CENTROS			1.296	

### 21.3.3 Ampliação dos Índices de Inclusão Social

O trabalho do preso inserido no Sistema Penal constitui-se em estatuto básico de garantias legais a ser tutelado pelo Estado. Conforme o art. 41, inciso II, da Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210/84, é direito do preso exercer atividade laboral e ser por ela remunerado. O trabalho, como direito social do preso, é de grande importância para sua inclusão social, pois colabora com a formação de sua personalidade, desenvolve o hábito da disciplina social e prepara-o para voltar à vida em sociedade.

Para o Governo do Estado do Paraná - SEJU, o trabalho é um dos mais importantes fatores no processo de inclusão social dos presos. Nessa perspectiva, dentre outras iniciativas, foi criado o Programa para o Desenvolvimento Integrado - PDI Cidadania, por meio do Decreto Estadual nº 4.021, de 09 de março de 2012, que objetiva promover a reinserção social dos apenados do Sistema Penal do Estado do Paraná em situação de vulnerabilidade social por meio do ensino profissionalizante para sua inserção em atividades de trabalho.

- Canteiros de Trabalho - dos 552 canteiros, 396 são próprios, onde trabalham 1.541 presos; e em 156 canteiros de empresas, trabalham 2.830 presos.

REGIÃO	NÚMERO DE PRESOS IMPLANTADOS		PECÚLIO DIF.	TOTAL DE PRESOS TRABALHANDO	TOTAL PRESOS NO SISTEMA	% PRESOS POR REGIÃO
	Próprio	Privado				
Centro Oriental	70	134	00	204	543	37,57
Centro Sul	57	316	00	373	541	68,95
Met. de Curitiba	785	1.114	108	2.007	8.514	23,57
Norte Central	271	388	14	673	3.263	20,62
Oeste	203	492	00	695	3.482	19,96
Sudoeste	19	350	01	370	1.053	35,14
Noroeste	13	36	00	49	661	7,41
TOTAL	1.418	2.830	123	5.168 <sup>(1)</sup>	18.057	28,62
% presos Implantados em Canteiros	7,85%	15,67%	0,68%	28,62%		

FONTE: DIPRO/DEPEN outubro de 2013

(1) + 797 presos, implantados em artesanato somente recebendo remissão.

- Total Geral de presos em atividade laboral - 4.371 referente a 24,20%, e mais 4,4% referente aos presos implantados em artesanato.

#### **21.3.4 Monitoração Eletrônica**

Encontra-se em trâmite processo para a contratação de serviços de monitoramento e rastreamento para 1.000 sentenciados, mediante locação de tornozeleiras eletrônicas.

#### **21.3.5 Gestão de Pessoal**

Iniciada a gestão com o propósito de dotar o Sistema Penal de pessoal qualificado e capacitado para o desempenho de suas funções. Somado à necessidade de encontrar soluções estratégicas para melhorar o seu funcionamento, desafogar a superlotação e reverter a situação de precariedade das unidades prisionais, foi realizado: a) Concurso Público para provimento de 423 vagas para o cargo/função de Agente Penitenciário, com expectativa de nomeação para março de 2014; b) nomeação de 50 profissionais da área de saúde para os Estabelecimentos Penais; c) solicitação de ampliação de vagas no Concurso Público em andamento, visando substituir os agentes penitenciários do sexo feminino contratados temporariamente; d) solicitação de ampliação de vagas para o cargo/função de Agente Penitenciário no Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), com vista a substituição de todos os servidores contratados temporariamente; e) prorrogação da contratação temporária de 123 agentes penitenciários do sexo feminino; f) prorrogação da contratação temporária de 200 Agentes de Monitoramento que atuam nas unidades de regime semiaberto; g) solicitação de prorrogação da contratação temporária de 1.235 agentes para atender as Cadeias Públicas absorvidas pela SEJU, para janeiro de 2014 e; h) solicitação de autorização para um novo Processo Seletivo Simplificado para a função de agente penitenciário, no total de 723 vagas, com vista a atender o Sistema Penal até a aprovação da lei que amplie o cargo/função de agente penitenciário no QPPE.

#### **21.3.6 Patronato Central do Estado**

Criado pelo Decreto nº 9.047, de 27 de setembro de 2013, o Patronato Central do Estado tem como ação primordial a implementação do Programa de Municipalização da Execução Penal em Meio Aberto (Programa Patronato), por meio da gestão, planejamento, articulação, acompanhamento e fiscalização das ações necessárias à execução das alternativas penais realizadas no âmbito dos Patronatos Municipais.

Estrategicamente delineado, o Programa Patronato encontra suporte nas diretrizes políticas estaduais, estruturando suas ações por meio da SEJU, por intermédio do Patronato Central do Estado e da SETI, em parceria com os municípios.

### **21.3.7 Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (COPEN)**

Para auxiliar o Sistema Penitenciário, o COPEN, órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, realizou as seguintes atividades no período de 10/01/2013 a 06/11/2013:

- Sessões Plenárias e de Turmas - 42 votações de processos.
- 27 Sessões de Livramento Condicional presididas.
- 805 Processos de Indulto apreciados.
- 1.243 Processos de Comutação de Pena apreciados.
- 92 Deliberações nos Processos provenientes dos Conselhos das Comunidades das Comarcas do Paraná.
- 1.660 Guias de Recolhimento apreciadas à luz da LEP.
- 10 Processos de Suspensão de Livramento Condicional apreciados.
- Pedidos de Providências (cartas de presos com solicitações diversas) autuadas e apreciadas.
- Diversas ações de fiscalização direta da execução da pena.

### **21.3.8 Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH)**

A ESEDH tem como objetivo desenvolver competências, habilidades e atitudes do servidor, visando otimizar os resultados das unidades penais e demais instâncias da SEJU/PR, a fim de atender às metas previstas no Plano Diretor do Sistema Penal e as estabelecidas pelo Governo Estadual. Visa contribuir com a efetividade dos serviços prestados pela SEJU na área de formação humana e de produção intelectual, buscando mecanismos de inovação para alcançar resultados efetivos na Gestão Pública, obrigação dos gestores e servidores públicos e direito do cidadão.

As ações educativas são desenvolvidas por meio de palestras, reuniões técnicas, seminários, sessões de cinema, cursos de curta ou longa duração. Os resultados parciais das ações educativas realizadas foram: 05 cursos para Diretores com 139 participantes; 04 cursos para agentes profissionais com 83 participantes e 01 evento com 15 participantes; 54 cursos para agentes penitenciários com 1.776 participantes e 01 evento com 20 participantes, e 48 cursos para o público em geral com 1.208 participantes e 01 evento com 100 participantes.

### **21.3.9 Qualificação Profissional dos Apenados**

De janeiro a outubro, foram realizadas 10 turmas de Curso Superior e ofertados 968 cursos de qualificação profissional, com o total de 13.225 concluintes.

## 21.4 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC)

O DEDIHC é unidade de execução programática da SEJU, que tem por competência: a) recebimento de representações que evidenciem a violação dos Direitos Humanos e a adoção das providências necessárias; b) proposição do aperfeiçoamento da legislação estadual e federal sobre a matéria; c) elaboração de planos, programas e projetos relacionados às questões de direitos humanos e cidadania; d) promoção de estudos sobre a eficácia das normas assecuratórias dos Direitos Humanos e; e) divulgação do conteúdo e do significado dos direitos da cidadania.

Os trabalhos desenvolvidos pelo DEDIHC contemplam ações voltadas para os direitos dos idosos, das mulheres, das pessoas com deficiência, de vítimas de discriminação racial, da população em situação de rua, da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), da política sobre drogas, proteção a crianças, adolescentes e testemunhas ameaçadas de morte, entre outras temáticas.

- Defesa dos Direitos Humanos e das Políticas Setoriais: a) participação no Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPEL), por meio do encaminhamento de denúncias de violação dos Direitos Humanos e no Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, no Grupo de Trabalho Ambiental, responsável pela elaboração do Pré-Projeto de Meio Ambiente para o Sistema Penitenciário de Curitiba e RMC; b) organização do Livro de Direitos Humanos - Coletânea de Artigos; c) atendimento e encaminhamentos de denúncias, solicitação de informações, reclamações, entre outros, via Fale Conosco - total de 414 mensagens recebidas; d) organização da composição do Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual, criado pela Lei nº 14.648, de 24 de fevereiro de 2005.
- Participação na Política de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: a) coordenação e gestão do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM); foram avaliados 59 casos em diversos municípios, dos quais 19 foram incluídos no Programa, totalizando 35 novas pessoas, e elevando para 76 pessoas em proteção durante o ano.
- Programa Estadual de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) - coordenação e gestão do Programa, tendo sido atendidas 49 pessoas, sendo: 08 casos do Estado do Paraná com 28 pessoas; 04 casos permutados (encaminhados de outros Estados da Federação para o Paraná) com 14 pessoas; 03 casos federais com 07 pessoas.
- Comissão Estadual da Verdade - criada pela Lei nº 17.362, de 27 de novembro de 2012 e a nomeação dos seus membros por meio do Decreto Estadual nº 7.128, de 28 de janeiro de 2013. Foram realizadas e acompanhadas 27 Reuniões Públicas com o total de 16 depoimentos perante a Comissão, 03 Audiências Públicas (em Foz do Iguaçu, Apucarana e Curitiba), totalizando 35 depoimentos.
- Comitê Estadual de Combate à Tortura - criação do Comitê Gestor do Plano de Ações Integradas para a Prevenção e o Combate à Tortura, com a nomeação de seus

membros pelo Decreto nº 8072 de 22 de abril de 2013; e elaboração da Proposta do Plano de Ação do Comitê e de Minuta de Decreto para criação de Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura.

- Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes - aprovação do Regimento Interno do Comitê e encaminhamento de proposta para a criação do curso de língua portuguesa junto à SEED, para atendimento a demandas de refugiados e migrantes.
- Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná (NETP) - realização da I Conferência Estadual do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nos dias 6 e 7 de outubro, em Foz do Iguaçu; atendimento no traslado e monitoramento de vítima de tráfico, recambiada em fevereiro, de Belém para Curitiba e acompanhamento da mesma para a sua cidade de origem, Pinhão-PR; providência para o recâmbio de vítima de tráfico encaminhada por entidade da Espanha, via Posto Avançado de Guarulhos/SP, originária de Umuarama/PR, em abril.
- Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua (CEDDHPSR) - atua em três eixos de ação fundamentais, dispostos em: Enfrentamento às Violações, Produção de Conhecimento e Sistematização de Dado, e Atividades de Formação e Ações Educativas. O Centro População de Rua organizou e participou de 04 eventos, 19 reuniões para articulação das políticas de defesa dos direitos da população de rua, 05 eventos de diferentes instituições, 02 cursos, além de ministrar palestras sobre o tema. O total de atendimentos realizados de janeiro a setembro foi de 264, sendo 213 atendimentos e 51 denúncias.
- Defesa dos Direitos da Mulher: a) criação da Câmara Técnica de Gestão Estadual, que integra as ações afirmativas do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, Decreto Estadual nº 7.554 de 06 de março de 2013; b) regularização do Conselho Estadual de Política para as Mulheres Lei nº 17.504/2013; c) repactuação para implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - Acordo de Cooperação Federativa assinado em 26/07/2013; d) criação da Comissão Executiva e reunião técnica com a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres para elaboração do Plano de Trabalho para a implementação do Programa Mulher Viver Sem Violência no Paraná; e) elaboração e publicação, em mídia digital, do Manual de Orientação sobre Políticas para as Mulheres, para os Estados membros do CODESUL; f) elaboração do Manual de Procedimentos para Criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, em análise pelo CEDM; g) trabalho junto ao Juizado de Violência contra a Mulher, por meio de encontro semanal com o grupo de mulheres vítimas de violência doméstica, para o estreitamento do vínculo com o Centro de Referência da Mulher; h) realização da Conferência Extraordinária Estadual de Políticas para Mulheres, em Curitiba, em julho; i) implantação do Centro Trinacional de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência da Região de Fronteira, em Foz do Iguaçu; j) promoção da Campanha Quando a Violência Contra a Mulher Acaba a Vida

Continua, em conjunto com o Tribunal de Justiça/Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), Governo do Paraná, SEJU, SECS, SESA, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Prefeitura de Curitiba/Secretaria da Mulher.

- Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRMulher) - de janeiro a outubro, prestou 2.972 atendimentos, acolhimentos, orientações jurídicas além de ações jurídicas em trâmite no Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná (PROJUDI), sendo: 459 atendimentos presenciais; 493 atendimentos telefônicos; 85 atendimentos psicológicos, incluso crianças e adolescentes filhos de usuárias; 13 atendimentos de Assistência Social; 342 acolhimentos, 430 atendimentos e orientações jurídicas e; 1150 ações judiciais em trâmite.
- Defesa dos Direitos do Idoso - gerenciamento, manutenção e apoio técnico administrativo ao Centro de Referência do Idoso e do Disque Idoso Paraná; organização, acompanhamento e encaminhamentos de 31 reuniões do CEDI/PR; participação no III Encontro Ibero-Americano dos Direitos das Pessoas Idosas da Região, no II Fórum Nacional de Gestores da Pessoa Idosa e no IX Encontro Nacional de Conselhos de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa. O Disque Idoso, de janeiro a outubro, atendeu 1.743 denúncias, sendo: 488 agressões verbais e psicológicas; 160 agressões físicas; 263 abusos financeiros e correlatos; 391 negligências/abandonos; 63 casos de cárcere privado e ameaça de morte; 240 casos de vulnerabilidade e; 165 casos de outros assuntos.
- Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência: a) participação em 05 reuniões técnicas com representantes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e com a Apoiadora Institucional do Plano Nacional Viver sem Limites e 25 reuniões com o Grupo de Trabalho (GT) Viver sem Limites; b) implementação da Central de Interpretação de Libras, tendo recebido 03 mesas, 03 cadeiras, 01 armário, 03 telefones headset, 01 automóvel e 03 computadores; c) atualização do Relatório Diagnóstico de Acessibilidade dos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta; d) coleta dos dados relacionados à acessibilidade dos órgãos da administração pública direta e indireta, elaboração de planilhas demonstrando o nível de acessibilidade de dos órgãos; e) participação na implantação do Sistema do Projeto Passe Livre, juntamente com o DER e do COEDE, com o objetivo de desburocratizar e tornar mais ágil e segura a tramitação do Passe Livre; f) gestão do Programa Passe Livre, com transporte gratuito nas linhas comuns de ônibus intermunicipais, de pessoas com deficiência e de pessoas com patologias crônicas, comprovadamente carentes, tendo sido recebidos 4.436 pedidos de passe livre, com 2.708 aprovados e 1.728 devolvidos, além de 4.000 atendimentos telefônicos pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) aos beneficiários e público em geral, 1.200 atendimentos presenciais e 1.568 cadastramentos.
- Políticas de Igualdade Racial: a) organização e realização da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, em Curitiba, em agosto, com a participação de aproximadamente 250 pessoas; b) gestão e acompanhamento de legislação para a

criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Lei nº 17.726 de 23 de outubro de 2013); c) elaboração e encaminhamento da Minuta de Decreto de criação do SOS Racismo, no âmbito do Estado do Paraná.

- Políticas Étnico-Culturais - Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: a) execução e apoio técnico administrativo ao Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (Lei nº 17.425, de 18 de dezembro de 2012); b) organização, acompanhamento e encaminhamentos de duas reuniões do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná; c) participação no Grupo de Trabalho sobre quilombolas, do Secretário Especial de Relações com a Comunidade, com 06 reuniões realizadas e mais 03 reuniões para discussão do Programa Brasil Quilombola, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR).
- Políticas LGBT - finalização do Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos da população LGBT do Paraná com lançamento realizado em 25 de novembro; e encontra-se em discussão a criação de um possível Comitê de Combate à Violência LGBT.
- Políticas Sobre Drogas - estímulo à criação e estruturação de Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas no Estado do Paraná; participação no Grupo de Trabalho Intersecretarial para acompanhamento da execução das Políticas Públicas de prevenção ao uso, abuso, tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas, bem como o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas; acompanhamento, desenvolvimento e execução do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, Decreto nº 7.067, de 21 de janeiro de 2013; participação no Comitê Intersecretarial de Saúde Mental do Estado Paraná (CISMEP); participação e assessoramento do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONESD); pesquisa do Núcleo de Pesquisa em Criminologia e Política Penitenciária (NUPECRIM) sobre quem são as mulheres encarceradas e sobre o tráfico e a quantidade de drogas para futura regulamentação e pesquisa da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) em parceria com a UFPR para verificar a quantidade de drogas apreendida.

## **21.5 Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR)**

O Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR) tem como objetivo principal atender o consumidor por meio das seguintes formas de atuação: a) desenvolvimento de ações pró-ativas, com foco na informação e educação do consumidor; b) fornecimento de orientações que possibilitem que o próprio consumidor seja capaz de resolver seus problemas de consumo; c) defesa dos direitos dos consumidores lesados nas relações de consumo com a abertura de processos administrativos de reclamação, bem como a propositura de

ações judiciais visando a defesa dos interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos. No ano de 2013, realizou as seguintes ações:

- Registros de Atendimento - 84.616 registros de atendimento, sendo: a) 36,1% referem a atendimento pessoal, com 17.724 orientações fornecidas, 11.408 processos administrativos registrados e 1.398 atendimentos de outros serviços; b) 63,9% de atendimento por telefone e internet, com 34.897 orientações fornecidas e 19.189 e-mails respondidos.
- Central de Resolução de Pequenos Conflitos - funcionando desde dezembro de 2010 a parceria entre o PROCON/PR e seis grandes grupos de empresas: Grupo Itaú (41 empresas), Grupo Oi (03 empresas), Grupo Bradesco (13 empresas), Grupo Santander (14 empresas), Grupo BMG (02 empresas), Grupo Banco do Brasil (02 empresas) e com adesão em 2013 da TIM Celular S/A. Juntas, representam 75 empresas atendendo diretamente o consumidor nas dependências do órgão, com o compromisso de resolver os problemas dos consumidores em, no máximo, cinco dias após o atendimento agendado. Essas empresas têm o compromisso de manter o índice de resolubilidade acima de 80%. De 9.880 registros de reclamações, 81,7% foram resolvidos (8.077), 0,2% não foram resolvidos (21), 17,1% foram encerrados (1.693) e 0,9% estão em andamento.
- Audiências realizadas - das 10.496 audiências, 3.880 foram finalizadas com acordo, 4.783 sem acordo e 2.283 por encerramento, prazo, entre outros.
- Processos Administrativos arquivados com decisão definitiva - do total de 11.465 processos, 36,8% foram resolvidos (4.214), 36,7% não foram resolvidos e 26,5% foram encerrados (3.043).
- Multas - foram emitidas/aplicadas 408 multas totalizando R\$ 13,2 milhões. Destas, foram recebidas 71 multas que totalizaram R\$ 263,9 mil e 246 multas foram inscritas em dívida ativa no valor total de R\$ 4,2 milhões.
- Atendimento dos PROCONS municipais integrados - dos 52 municípios com PROCON Municipal, 39 estão integrados ao Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (DPC). Foram realizadas 10.601 audiências e atendidos 69.018 consumidores, sendo 50.308 orientações fornecidas, 18.610 processos de reclamação e 100 outros serviços.
- Divisão Jurídica - emitidos 2.198 documentos entre pareceres jurídicos, decisões administrativas, pareceres técnicos e despachos. Concluiu a análise de admissibilidade de 1.984 processos de reclamação que passaram a constar no Cadastro de Defesa do Consumidor.
- Em conjunto com a Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), do Ministério da Justiça, foram realizados três ciclos do Curso Virtual para Jovem Consumidor, com a participação de 439 alunos, distribuídos em 101 municípios.

- Com o objetivo de informar a população sobre os seus direitos como consumidores, o Boletim PROCON foi enviado mensalmente pela internet e possui 2.259 assinantes. No twitter, são 1.219 seguidores e no facebook 4.902.
- Foram realizados seis treinamentos aos servidores de PROCONs Municipais e do PROCON Estadual, visando capacitá-los para atender ao cidadão consumidor em possíveis conflitos ocorridos nas relações de consumo. Participaram 31 PROCONs municipais.
- O PROCON/PR é o gestor estadual dos cursos oferecidos pela ENDC, do Ministério da Justiça. Foram oferecidos três ciclos de cursos de educação a distância aos técnicos do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

*Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos*





## **22 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**

---

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) tem como finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária, fundiária, controle da erosão, gestão de resíduos sólidos e de saneamento ambiental.

Em 2013, coordenou a proposição e a elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos relacionados a sua atuação específica, contribuindo para a definição e implementação da política ambiental do Estado.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto de Terras e Cartografias e Geociências (ITCG), Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP) estão detalhadas a seguir.

### **22.1 Ações da Agenda 21 Paraná**

As ações da Agenda 21 Paraná dão-se a partir de demandas e recomendações do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, criado pelo Decreto nº 2.547, de 04 de fevereiro de 2004, composto por representantes do Governo e da Sociedade, com a finalidade de construir e implementar a Agenda 21 no Paraná.

Em 2013, participaram 70 instituições, sendo 25 governamentais e 45 não governamentais, além de 09 instituições de ensino superior e 33 participantes ativos.

O Fórum deliberou pela alteração na composição de seus temas norteadores, passando de 10 para 06 temas fundamentais: Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida; Padrões de Produção e Consumo; Recursos Naturais e Biodiversidade; Infraestrutura e Integração; Pesquisa, Inovação, Ciência e Tecnologia; Governança e Empoderamento.

Principais atividades realizadas:

- 06 reuniões ordinárias e 03 reuniões extraordinárias.
- 06 Seminários Regionais Agenda 21 no Movimento Social, em abril, nos municípios de Curitiba, Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Paranaguá e Cascavel.
- Criou a Comissão Organizadora Estadual da I Conferência Agenda 21 do Paraná (COE) e iniciou o processo de viabilização da Conferência.
- Implantação da Semana Agenda 21, que deverá ser realizada anualmente na semana do dia 21 de setembro, a partir do ano de 2013, com o objetivo de dar visibilidade e conhecimento público do processo e do conteúdo da Agenda 21 e, ao mesmo tempo, incentivar que as instituições membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná realizem seus processos locais, propiciando o engajamento das instituições nas responsabilidades compartilhadas que levem ao êxito dos processos de Agenda 21.

- Realizou em agosto, em Cornélio Procópio, o 1º Seminário Regional para Elaboração da Política Estadual de Controle Ético de Cães e Gatos; e coordenou a realização do Ciclo de Seminários Regionais para Elaboração da Política Estadual de Controle Ético de Cães e Gatos em Curitiba (10/12) e em Londrina (16/12).
- Elaboração da minuta de Decreto que cria a Rede Estadual de Direitos Animais (REDA).

## **22.2 Coordenadoria de Educação Ambiental e Jardim Botânico**

- Coordenação da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - Resíduos Sólidos/ Conferência livre: Lixo Marinho - 300 participantes.
- Acompanhamento da 4ª Conferência Nacional Infanto Juvenil do Meio Ambiente - Escolas Sustentáveis - 700 alunos e 60 professores na etapa final.
- Parque Escola - definição de conteúdo das cartilhas, preparação e revisão da caderneta de campo atendendo alunos, monitores e professores.
- Regulamentação da Política de Educação Ambiental (Lei Estadual nº 17.505 de 11 de janeiro de 2013) - entre abril e junho foram realizadas consultas públicas por meio de 04 seminários (Política de Educação Ambiental do Paraná) nas cidades de Curitiba, Londrina, Cascavel e Paranaguá com público total de 700 pessoas, entre representantes de prefeituras, professores do ensino básico ao superior, pró-reitores das universidades, diversas entidades públicas e demais segmentos da sociedade ligados a educação.
- Efetivação de parceria com a Duke Energy para a implantação do Programa de educação ambiental no Jardim Botânico de Londrina (equipamentos, material impresso, vídeo e formação de profissionais no receptivo).

## **22.3 Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA)**

Criado no ano de 1984 o Conselho Estadual de Meio Ambiente é um órgão superior de caráter colegiado, consultivo, normativo e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, responsável, dentre outras coisas, pela formulação da Política Estadual do Meio Ambiente, de planos e programas governamentais e participação na elaboração, junto aos Poderes Públicos, de atos legislativos e regulamentares concernentes ao meio ambiente e aos recursos naturais.

O Conselho foi responsável pela coordenação de diversas reuniões ordinárias e extraordinárias, em que foram discutidos e encaminhados temas de interesse ambiental. As Resoluções mais importantes discutidas e aprovadas no Conselho foram:

- Resolução CEMA 088/13 - Descentralização do Licenciamento Ambiental - estabelece critérios, procedimentos e tipologias para o licenciamento ambiental municipal de atividades, obras e empreendimentos que causem ou possam causar impacto de âmbito local.

- Resolução CEMA 086/2013 - estabelece diretrizes e critérios orientadores para o licenciamento e outorga, projeto, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e dá outras providências.

## **22.4 Coordenadoria de Mudanças Climáticas**

- Inventário de Gases de Efeito Estufa - tem por objetivo promover o diagnóstico das emissões de GEE setorializadas no Estado do Paraná. Processo Licitatório concluído e contrato em execução desde setembro, com previsão de encerramento em setembro de 2014.
- Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei nº 17.133/2012) - regulamentada pelo Decreto nº 9.085, de 04 de outubro de 2013.
- Comitê Intersecretarial de Mudanças Climáticas - instituído após o Decreto nº 9.085/2013, recebendo ofícios das demais secretarias para sua formalização.
- Projeto Estradas com Araucárias - tem por objetivo reflorestar com araucária (*Araucaria angustifolia*) divisas entre propriedades rurais e faixas de domínio de estradas (federais, estaduais, municipais e particulares). Aguarda assinatura de cooperação técnica entre SEMA e EMBRAPA Florestas.
- Registro Público de Emissões de GEE - tem por objetivo estabelecer critérios mensuráveis, verificáveis e passíveis de ser informado, promover o acompanhamento dos resultados de medidas de redução e remoção de gases de efeito estufa, e auxiliar os agentes privados e públicos na definição de estratégias para o aumento da eficiência e produtividade. Plataforma *online* de reporte de inventários em desenvolvimento com a CELEPAR. Previsão de lançamento no primeiro trimestre de 2014.
- Cartilhas Educativas - Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Municípios de Pequeno e Médio Porte; Ecodicas Paraná; Projeto SEMA Carbono Zero. Encaminhadas pela ASCOM para editorial e publicação.
- SEMA Carbono Zero - tem por objetivo inventariar emissões de GEE na SEMA e promover sua compensação por meio de recomposição florestal em área degradada no Estado. Projeto concluído e aguarda editorial da cartilha para lançamento e ação de recomposição florestal.

## **22.5 Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos**

- Elaboração da proposta de Projeto de Lei da Política Estadual de Saneamento e Meio Ambiente e participação no Grupo de Trabalho do Conselho Estadual de Meio Ambiente para a sua discussão e implementação.
- Participação nas atividades do Comitê Interestadual da Bacia do Rio Paranapanema, em parceria com Governo do Estado de São Paulo e com a Agência Nacional de Águas. A Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema é composta por 247 municípios em uma área

de 105.921 Km<sup>2</sup> e integra os Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Tibagi, Pirapó, Cinzas, Itararé, Paranapanema I, II e III.

- Coordenação do processo de adesão do Paraná ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO) por intermédio da SEMA e AGUASPARANÁ com a Agência Nacional de Águas, contrato de gestão ANA/SEMA/AGUASPARANÁ nº 068.
- Elaboração da proposta do Programa O Rio da Minha Rua.
- Coordenação da Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas (ANA), do Programa Nacional de Qualidade das Águas (PNQA).
- Coordenação Técnica do processo de filiação do Estado do Paraná, por intermédio da SEMA, ao Conselho Mundial da Água e participação na 50ª reunião dos governadores do Conselho Mundial da Água, realizada em Budapeste, Hungria.
- Elaboração de propostas visando a adequação e/ou reformulação das Leis Estaduais nº 8.935/89 e nº 12.248/98.
- Revisão e atualização de dados para o livro O Paraná e suas Águas.

## **22.6 Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas (CBIO)**

Coordenou a execução do Programa Bioclima Paraná, atuando na busca por mecanismos para efetivar a política de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e a proposição para o desenvolvimento de mecanismos financeiros para sustentabilidade do Programa Bioclima, por meio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O referido estudo demanda uma análise de conhecimentos inovadores e complexos sobre vários aspectos, bióticos, abióticos, financeiros e de âmbito legal, o que tem provocado inúmeras reuniões com técnicos do Sistema SEMA, com outras secretarias afins e com o terceiro setor.

O FUNBIO está concluindo o sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), ferramenta que permite determinar o valor a ser repassado, referente às categorias biodiversidade, reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs) e conservação de recursos hídricos.

Como parte do Programa Bioclima, o Paraná está produzindo o inventário das florestas existentes no Estado. O estudo que acabou de entrar na segunda fase vai gerar informações detalhadas sobre as florestas paranaenses, com um diagnóstico de 550 pontos em diferentes regiões. O levantamento permitirá um diagnóstico qualitativo das florestas, biomassa e estoques de carbono, bem como a revisão da lista de espécies da flora ameaçadas de extinção no Paraná, já que a última foi realizada em 1995.

No que se refere a criação, ampliação e efetivação das Unidades de Conservação, o Paraná, apenas no ano de 2013, garantiu um aumento de 25% às Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), com a criação de cinco novas áreas. São 29 áreas, que totalizam 15,5 mil hectares. Além de garantir a preservação do ecossistema local, a criação das ARESURs gera renda aos proprietários rurais que passam a ser beneficiários do ICMS Ecológico - modalidade de imposto que visa beneficiar financeiramente os municípios que tem em seu limite territorial alguma Unidade de Conservação ou áreas protegidas.

## **22.7 Assessoria de Planejamento e Projetos**

### **22.7.1 Oficinas de Trabalho de Planejamento**

Visando a redução de Riscos de Desastres Ambientais, foram realizados:

- Workshop sobre Riscos de Enchentes em Paraná (28 e 29 de maio) - tem por objetivo discutir as terminologias e metodologias utilizadas sobre o tema risco de enchentes e os Termos de Referência que serão adotados pelo Estado do Paraná nos empréstimos junto ao Banco Mundial. Realizado com a presença de Consultor do Banco Mundial além de 40 profissionais, representando diversas instituições e empresas.
- Workshop sobre Estudos Prospectivos de Inundações (10 e 11 de julho) - tem por objetivo discutir as iniciativas necessárias para a gestão integral de inundações e a formatação de Termos de Referência. Realizado com a presença de Consultor do Banco Mundial e de 35 profissionais, representando diversas instituições e empresas.
- Concepção do Projeto de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida (P2R2/PR) a acidentes com cargas perigosas, em ação integrada com a Coordenadoria de Mudanças Climáticas. Negociação com o Banco Mundial e o MMA para o aporte de recursos, com valor estimado dos investimentos para 2014 de R\$ 9,0 milhões.

### **22.7.2 Aquisição de Equipamentos**

Visando a redução de Riscos de Desastres e a Modernização da SEMA, foram adquiridos:

- Imagens de satélite para a gestão da ocupação territorial do Paraná - R\$ 200,0 mil.
- Supercomputador para aumentar a acurácia e a rapidez na previsão de eventos climatológicos - R\$ 1,1 milhão.
- 100 estações pluviométricas e fluviométricas, telemétricas, para monitoramento da chuva e da vazão hídrica - R\$ 2,8 milhões.
- 15 estações meteorológicas telemétricas, para aprimorar os registros climáticos e a previsão de eventos climáticos - R\$ 600,0 mil.
- 09 sondas multiparamétricas para monitoramento da qualidade da água - R\$ 450,0 mil.
- 46 veículos tipo camionetas para apoiar a fiscalização e o monitoramento ambientais - R\$ 3,6 milhões.
- 14 barcos motorizados para apoiar a fiscalização e o monitoramento ambientais - R\$ 360,0 mil.
- Amplo conjunto de equipamentos para os laboratórios ambientais de Curitiba, Londrina e Toledo - R\$ 1,6 milhão.

## **22.8 Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG)**

O ITCG é o órgão executor das políticas agrárias, fundiárias, cartográficas e geodésia, no Estado do Paraná.

### **22.8.1 Geociências**

#### **22.8.1.1 Zoneamento Ecológico Econômico**

O Programa de Zoneamento Ecológico Econômico foi continuado, estabelecendo como área geográfica de atuação e atuação para 2013 o Estado do Paraná na escala 1:250.000 para elaboração do diagnóstico e pré-prognóstico.

Atividades realizadas:

- Renovação da Comissão Executora do ZEE, formada por técnicos das instituições membro da Comissão Coordenadora e de outras instituições que aderiram ao programa em 2011: SEMA, SEPL, SEAB, SEIM, SEDU, ITCG, IAP, AGUASPARANÁ, SEIL, IPARDES, EMATER, IAPAR, MINEROPAR, EMBRAPA, SIMEPAR, SETU, COPEL, SANEPAR, SFB, Defesa Civil e PGE. Incluídos na Comissão Executora em 2013 o INCRA e a SEEC.
- Reuniões mensais com a Comissão Executora em conjunto com o orientador técnico científico para ajustes no ZEE-PR fase litoral e elaboração do ZEE -PR demais regiões.
- Revisão da classificação do Uso e Cobertura da Terra de 33 folhas do mapeamento.
- Customização do Sistema TerraParaná para as condições regionais do Paraná – fase 2.
- Ajuste de bases temáticas, elaboração de textos e tabelas referente aos temas definidos pela comissão executora.
- Realizados 30 atendimentos ao público sobre informações do ZEE-PR.
- Estudo para Elaboração do Termo de Referencia para o Mapeamento do Uso e Cobertura da Terra ano referência 2013.
- Fiscalização do recebimento das imagens de acervo do Estado do Paraná com resolução de 10 metros no período de 2008 a 2010.
- Elaboração dos diagnósticos dos componentes da geodiversidade, da biodiversidade, da socioeconomia e do jurídico institucional do ZEE- PR; e do Pré-zoneamento orientativo para o Estado em escala genérica, a partir de dados secundários.

#### **22.8.1.2 Cartografia**

- Continuidade ao convênio entre ITCG e IBGE para desenvolvimento do Projeto Nomes Geográficos do Paraná, análise comparativa e levantamento de campo em 18 municípios para certificação dos nomes.
- Início de entendimentos para parceria com Itaipu, SANEPAR, IAP e Prefeitura de Curitiba.

- Revisão de 30 trechos de divisas municipais, com pareceres técnicos aos demandantes.
- Higienização e digitalização de fotos aéreas e mapas de acervo fundiário, impressão de mapas, com 5.265 atendimentos.
- 290 atendimentos ao público no setor de mapoteca, por solicitação via protocolo e por demanda do Fale Conosco.

### 22.8.1.3 Geodésia e Reordenamento Territorial

Atividades realizadas referentes ao georreferenciamento:

- Municípios de Boa Ventura de São Roque, Guaraguaçu e Cruzeiro do Oeste, andamento conforme segue.

IMÓVEL	MUNICÍPIO	TRABALHOS DE CAMPO	NÚMERO DE LOTES	PROCESSAMENTO DOS MARCOS	PLANTA GERAL
Fazenda Pink	Boa Ventura do São Roque	Concluído	80	Concluído	Concluído
Guaraguaçu	Paranaguá	Concluído	02	Em andamento	
Núcleo Cruzeiro	Cruzeiro do Oeste	Concluído	402	Concluído	Em andamento
TOTAL			484		

- Convênio IAP/ITCG – Unidades de Conservação: normatizar a descentralização de crédito, observados os limites de despesas funcionais programáticas, com referência a execução dos trabalhos de medições georreferenciadas do perímetro de 55 Unidades de Conservação (UCs) estaduais e dos imóveis que a compõe, elaboração de cadastro ocupacional e dominial das UCs estaduais e apoio na criação de novas UCs e na ampliação de áreas. Conforme tabela a seguir.

IMÓVEL	MUNICÍPIO	TRABALHOS DE CAMPO	NÚMERO DE LOTES	PROCESSAMENTO DOS MARCOS	PLANTA GERAL
Parque Estadual do Caxambu	Castro	Concluído	01	Concluído	Concluído
Parque Estadual do Guartelá	Castro / Tibagi	Concluído	01	Concluído	Concluído
Parque Estadual Mata São Francisco	Cornélio Procópio / Santa Mariana	Concluído	01	Concluído	Concluído
Parque Estadual de Ibiporã	Ibiporã	Concluído	01	Concluído	Concluído
Parque Estadual Rio da Onça	Matinhos	Concluído	01	Concluído	Concluído
E. E. Fernandes de Pinheiro	Fernandes Pinheiro	Concluído	01	Concluído	Concluído
Parque Estadual de Amaporã	Amaporã	Concluído	01	Concluído	Em andamento
Refúgio de Vida Silvestre de Jacarezinho	Jacarezinho	Concluído	01	Concluído	Em andamento
Estação Ecológica do Caiuá	Diamante do Norte	Concluído	01	Concluído	Concluído
Floresta Estadual do Passa Dois	Lapa	Concluído	02	Concluído	Concluído
Parque Estadual Mata dos Godoy	Londrina	Em andamento			

As áreas concluídas totalizam 5.360,70 ha de georreferenciamento.

- Programa Pró-Rural - Regularização Fundiária - contratação de empresa especializada para o georreferenciamento de imóveis Serviços de Medição e Demarcação Topográficas de Lotes Rurais. Totalizando 31.311,50 ha e 4.400 propriedades. Acompanhamento e fiscalização dos trabalhos das empresas contratadas.
- Atendimento a 130 processos de pessoas físicas ou jurídicas.

## 22.8.2 Regularização Fundiária

A prioridade de atendimento são os agricultores familiares e comunidades tradicionais, com situação dominial e possessória irregular e, conseqüentemente, sem acesso às políticas públicas de desenvolvimento agrário. O resultado das ações realizadas no exercício de 2013 culminou com a destinação da terra aos seus legítimos detentores mediante a outorga de Títulos de Domínio.

### 22.8.2.1 Titulação de terras públicas

O ITCG, por meio da Diretoria de Terras, após o levantamento ocupacional e medições georreferenciadas, com a elaboração de plantas e memoriais descritivos, expediu 343 títulos:

- 94 títulos de assentamentos - 80 em Boa Ventura de São Roque, Nove de Julho-Pink; 06 em Cândido de Abreu, Ilha das Flores e 08 em Tamarana (Colônia Penal).
- Demais municípios - 15 em Antonina, 50 em Boa Ventura de São Roque, 60 em Campo Largo, 72 em Itaperuçu, 11 em São Jerônimo, 08 em Sapopema, 05 em Guaratuba e 28 em Campo Largo.

### 22.8.2.2 Terras particulares (Programa Pró-Rural)

O ITCG deu continuidade a execução do Pró-Rural, que faz parte do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial, coordenado pela SEAB. O Instituto atua no item específico de Regularização Fundiária.

REGULARIZAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES, POR MEIO DE PROCESSO DE USUCAPIÃO -  
FASE FINAL AJUIZADOS

MUNICÍPIOS	BENEFICIÁRIOS/PROPRIEDADES	ÁREA (ha)
Campina do Simão-PR. Centro	154	1.377,9700
Cantagalo - Cantuquiriguaçu	267	2.687,6300
Foz do Jordão - Cantuquiriguaçu	174	1.481,7400
Sta. M. do Oeste - PR. Centro	257	1.980,9100
Turvo - PR. Centro	277	2.731,8700
Fechamento	1.129	10.260,1200

## MUNICÍPIOS ATENDIDOS EM 2013 - PRÓ-RURAL

MUNICÍPIOS	Nº PROPRIEDADES	ÁREA (ha)
Vale do Ribeira		
Cerro Azul	350	3.000,00
Doutor Ulysses	367	2.682,00
Itaperuçu	85	744,83
Rio Branco do Sul	36	382,45
Vale do Iguaçu		
Antonio Olinto	152	791,58
Cruz Machado	183	2.462,00
São João do Triunfo	214	677,00
Cantuquiriguaçu		
Marquinho	162	2.155,95
Pinhão	222	1.593,00
Reserva do Iguaçu	384	4.304,00
Paraná Centro		
Guarapuava	313	3.292,00
Iretama	328	110,00
Mato Rico	169	1.130,00
Nova Tebas	189	1.375,00
Pitanga	435	3.838,01

Dentre os municípios beneficiados com o Projeto, resta a contratação dos serviços de georreferenciamento apenas nos municípios de Pitanga, Reserva do Iguaçu e Cruz Machado. Os demais se encontram na fase de finalização do processo, que será enviado em 2014 à Defensoria Pública para o ajuizamento das ações.

## 22.9 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)

O Instituto das Águas do Paraná, um órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), tem por finalidade oferecer, em sua esfera de competências, suporte institucional e técnica a efetivação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR), instituída pela Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, observando seus fundamentos, objetivos e diretrizes gerais de ação.

### 22.9.1 Programa Paraná Sustentável

- Gestão de Água e Solo Rural em Microbacias - AGUASPARANÁ - BIRD - construído sistema de captação e abastecimento de água padrão de 1.000 m e capacidade de 150 m<sup>3</sup>/dia em 65 municípios e licitado para atendimento a 87 municípios.
- Controle de cheias e combate a erosão - em andamento: controle de cheias nas Bacias de retenção no Rio Palmital em Pinhais; execução de obras de combate à erosão em Loanda; execução de obra de drenagem, controle de cheias e recuperação e proteção de fundo de vale, limpeza e desassoreamento do Rio Pindalvinha em Ivaiporã; e concluída a execução de obra de drenagem e controle de erosão em Tapejara.

- Recuperação da Orla de Matinhos - em andamento a contratação de consultoria para execução do projeto executivo.
- Projetos de drenagem e erosão - em andamento a contratação de empresas de consultoria para execução dos projetos em 48 municípios.
- Contratada empresa de prestação de serviços para a execução de projeto de controle de cheias, na Barragem do Pedão em São José dos Pinhais.
- Obras de limpeza e desassoreamento de rios e canais executadas no litoral em 2012/2013: a) em andamento contratação de empresa de prestação de serviços para a execução de controle de cheias com limpeza e desassoreamento dos Rios Miranda, Pombas e Vermelho, em Paranaguá; b) concluída a contratação de empresa de prestação de serviços para realizar a execução de controle de cheias com limpeza e desassoreamento dos rios do município de Matinhos, dos rios Pequeno, Nunes e Cachoeirinha, em Antonina, dos rios Carvoeiro e Paus, em Guaratuba, dos canais urbanos dos rios Sambaqui, Sagrado e Sapitanduva em Morretes e dos rios e canais em Pontal do Paraná.

### **22.9.2 Outras Ações**

- Fabricação de Tubos de Concreto - fabricação de tubos de concreto para obras de drenagem e controle de erosão por meio das Unidades Industriais de Arapongas, Cruzeiro do Oeste Paranaíba, que visa o atendimento de obras de saneamento ambiental, com matéria-prima fornecida pelas Prefeituras. Foi realizada parceria, no período de janeiro a maio, com 10 municípios, que forneceram a matéria-prima para a fabricação de 5.850 metros lineares de tubos, nas Unidades Industriais de Arapongas, Cruzeiro do Oeste e Paranaíba.
- Fornecimento de Tubos de Concreto - fabricação de tubos de concreto para obras de drenagem e controle de erosão, por meio do Programa de Ressocialização e Combate à Erosão Urbana (PROCEU), em parceria do Governo de Estado do Paraná e municípios, onde o Governo fabrica os tubos e os municípios executam a obra. Foram atendidos 29 municípios e destinado R\$ 1,6 milhão para a produção de 30.419 tubos.
- Convênio - parceria entre a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) e a SEMA/AGUASPARANÁ, por meio de Termo de Cooperação de Prestação de Serviços de fabricação de tubos, com a finalidade de alcance social, visa a inserção dos apenados em regime semiaberto, no mercado de trabalho, nas fábricas de Arapongas, Paranaíba e Cruzeiro do Oeste. Foi repassado à SEJU cerca de R\$ 197,4 mil referentes à prestação de serviços dos detentos e cerca de R\$ 90,3 mil aguardam liquidação.

### 22.9.3 Embalagens Vazias e Agrotóxicos

No Projeto Destino de Embalagens Vazias de Agrotóxicos, convênio entre Estado do Paraná, INPEV e UFPR, foi realizado:

- Certificação de 77 pontos de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos no Estado.
- Criação de 17 associações de revendedores de agrotóxicos, onde estão reunidos praticamente todos os revendedores, em cada região do Estado.
- 05 treinamentos, com 111 treinados, atingindo 6.596 pessoas (no recebimento e trabalho em postos ou centrais de recebimento de embalagens e na coleta itinerante).
- Orientação e recebimento dos cadastros dos agricultores, com detalhes das propriedades e das embalagens entregues nas unidades, e inserção das informações no banco de dados do Programa de Destino das embalagens vazias de agrotóxicos e relatório anual.
- Entre 2003 e 2013, foram realizadas quatro pesquisas de campo e seis pesquisas nos cadastros, por meio da UFPR, para verificar se o agricultor está recebendo todas as informações adequadas e praticando o que é de sua responsabilidade perante as leis vigentes.
- Encaminhamento semestral dos cadastros com observações de erros praticados, não observando a obrigatoriedade por lei pelos usuários, às regionais do IAP para as devidas fiscalizações.
- Quantidades em quilogramas de embalagens de agrotóxicos recolhidas anualmente:

Histórico  
KG RECOLHIDOS/EMBALAGENS

ANO	KG
2003	2.012.338
2004	3.336.369
2005	4.006.932
2006	3.757.084
2007	3.647.156
2008	4.193.820
2009	4.563.270
2010	4.715.793
2011	4.516.645
2012	4.854.615
2013	4.053.000 <sup>(1)</sup>

(1) Período até setembro/2013.

### 22.9.4 Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

#### 22.9.4.1 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR)

- Indicação dos Conselheiros para o 6º mandato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como reuniões com Universidades e Organizações Não Governamentais para indicação de seus representantes no Conselho.

- Realização da 21ª e 22ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; encaminhamento aos Conselheiros de matérias a serem aprovadas nas reuniões do Conselho; e atualização do site do Conselho.

#### **22.9.4.2 Câmaras Técnicas do CERH/PR**

- Câmara Técnica de acompanhamento das ações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTCNRH) - acompanhamento das ações do CTCNRH para relato ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
- Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais (CTIL)
  - a) revisão do Decreto que dispõe sobre o regime de outorga de direito de uso de recursos hídricos; b) análise e aprovação das minutas de Resoluções que aprovam a proposta de instituição do Comitê das Bacias do Piquiri e Paraná 2, do Comitê dos Afluentes do Baixo Iguaçu e do Comitê da Bacia do Alto Ivaí; c) análise e aprovação de proposta de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o biênio de 2013 e 2014; d) análise e aprovação de minuta de Resolução que aprova proposição de atualização do enquadramento dos corpos de água superficiais de domínio do Estado do Paraná, na área de abrangência do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, em classes, de acordo com os usos preponderantes; e) análise e aprovação de minuta de Resolução que aprova mecanismos e homologa os valores a serem aplicados e a data de início da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos nas Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira; f) Análise e aprovação de minuta de Resolução que Institui a Câmara Técnica de Qualidade de Água - CTQUAL, de caráter temporário, e estabelece suas competências e composição; g) Análise e aprovação de minuta de Resolução que estabelece nova composição e define suplências para a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais - CTIL para o mandato de 28 de agosto de 2013 a 27 de agosto de 2017, e dá outras providências; h) análise e aprovação de Nota Técnica referente ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas; e i) análise e aprovação de minuta de Resolução que aprova o Quadro de Metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas (PROGESTÃO), no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Comunicação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos (CTEM) - análise e aprovação de Proposta de Termo de Referência referente à Capacitação de membros de Comitês de Bacia e demais segmentos da Sociedade Civil.

### **22.9.4.3 Comitês de Bacia Hidrográfica**

- Organização e participação de reunião do Comitê da Bacia Litorânea (aprovação regimento interno e eleição de Mesa Diretora).
- Participação de reuniões dos diversos Comitês de Bacia Hidrográfica; reuniões de mobilização para promover o debate de proposta de composição do Comitê da Bacia do Alto Ivaí; reuniões de posse do Comitê dos Afluentes do Baixo Iguaçu, do Comitê das Bacias do rio Piquiri e Paraná 2 e do Comitê do Alto Ivaí.
- Divulgação da Política e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como processo de implementação dos Instrumentos de Gestão instituídos pela referida Política.

### **22.9.5 Diretoria de Gestão de Bacias Hidrográficas**

- Participação no processo de elaboração do Plano da Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, incluindo estudos sobre o enquadramento dos rios e a cobrança pelo uso da água.
- Coordenação do processo de elaboração dos Planos de Bacia do Rio Tibagi e Rio Jordão.
- Realização das atividades pertinentes à Secretaria Executiva dos Comitês de Bacia: do Pirapó e Paranapanema 3 e 4; Paraná 3; Tibagi; Jordão; Comitê Norte Pioneiro; Baixo Ivaí/Paraná1 e Litorânea.
- Participação no processo de definição dos membros e instalação do Comitê Federal da Bacia do Rio Paranapanema.
- Realização das atividades pertinentes à Secretaria Executiva do Grupo Interinstitucional para Análise dos Planos Municipais para a Gestão de Recursos Hídricos e análise de 40 Planos.
- Acompanhamento do andamento dos trabalhos de elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, realizado pela UNIOESTE, com recursos da Itaipu Binacional.
- Participação: a) na instalação das Mesas Provisórias dos Comitês do Baixo Iguaçu e Piquiri/Paraná 2 e Alto Ivaí; b) na instalação do Comitê da Bacia Litorânea, do Comitê do Baixo Iguaçu, do Comitê do Piquiri/Paraná 2 e do Comitê do Alto Ivaí.
- Elaboração de termo de referência para contratação de serviços de capacitação da sociedade quanto a Gestão de Recursos Hídricos.

#### **22.9.5.1 Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira**

- Coordenação do processo de elaboração do Plano das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.

- Realização de 03 reuniões do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e Afluentes do Alto Ribeira.
- Realização de 14 reuniões da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano, com a finalidade de definir o Reenquadramento dos Corpos d'Água da Bacia em classes de qualidade, os mecanismos de cobrança pelo direito do uso dos recursos hídricos, o Plano de Ações para a Bacia.
- Elaboração da Proposta de Reenquadramento dos Corpos d'Água das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e do Plano de Efetivação do Enquadramento, e aprovação pelo respectivo Comitê de Bacia.
- Elaboração do Plano de Obras e Ações para as Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e do Relatório de Indicadores de Avaliação e Monitoramento, e aprovação pelo respectivo Comitê de Bacia.
- Implantação da Cobrança pelo Direito do Uso dos Recursos Hídricos nas Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira com arrecadação prevista de R\$ 945,0 mil relativo ao 3º trimestre de 2013.

### **22.9.6 Operação Verão**

Realizada na temporada de verão nos municípios de Morretes, Matinhos, Antonina, Guaratuba, Pontal do Paraná, Paranaguá e Ilha do Mel, além de Guaraqueçaba com atendimento extensivo às Ilhas Rasa, das Peças e Superagui, para execução da coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, limpeza de praias e varrição de vias públicas; resultando numa coleta total de 20.390 toneladas.

### **22.9.7 Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI)**

O Instituto de Águas do Paraná iniciou a movimentação do Fundo, com a implantação da cobrança pelo direito de uso da água no Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, com arrecadação de cerca de R\$ 229,2 mil.

As receitas oriundas da Compensação Financeira por Áreas Alagadas por Reservatórios do sistema hidrelétrico começaram a fazer parte dos recursos do Instituto das Águas do Paraná, mas sem entrar na conta do FRHI. Por disposição da SEFA, tais recursos estão disponíveis na Fonte 105. Com esses recursos se contratou o término do Plano das Bacias Hidrográficas do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.

## **22.10 Instituto Ambiental do Paraná (IAP)**

Entidade autárquica instituída em 1992, por meio da Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho, e o regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 1.502 de 04 de agosto de 1992, é responsável pela garantia da manutenção da biodiversidade e pela gestão ambiental do Estado do Paraná.

### **22.10.1 Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP)**

A DIBAP é responsável pela gestão e manutenção das 68 Unidades de Conservação estaduais além das atividades listadas a seguir:

- Entrega dos Planos de Manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel e Parque Estadual da Ilha do Mel (Paranaguá).
- Edital para concessão do Aquário Marinho de Paranaguá, e demais tratativas para a viabilização técnica e logística do mesmo (Paranaguá).
- Execução de obras de reforma das estruturas físicas para atendimento e suporte aos visitantes do Parque Estadual do Pico do Marumbi - paralisadas por problemas com a empresa executora - (Morretes).
- Implementação de internet - no Parque Estadual do Rio da Onça, em Matinhos, e no Parque Estadual do Guartelá, em Tibagi, para melhor gestão e atendimento ao público.
- Execução do Programa Parque Escola em 02 Unidades de Conservação do litoral, Parque Estadual Rio da Onça e Floresta Estadual do Palmito (Paranaguá e Matinhos).
- Termo de Convênio firmado com a Prefeitura de Curitiba para o repasse de R\$ 2,0 milhões com fim de implementação do Parque Vista Alegre.
- Execução de obras de revitalização das estruturas de atendimento ao público no Parque Estadual do Monge, paralisadas devido a problemas com a empresa executora (Lapa).
- Instalação de 30 km rede elétrica para atender a sede do Parque Estadual das Lauráceas (Adrianópolis) e instalação de rede elétrica para as estruturas de apoio ao Parque Estadual do Cerrado (Jaguariaíva).
- Encaminhamento de processo junto a CODAPAR para readequação de 12 km estradas internas ao Parque Estadual das Lauráceas (Adrianópolis).
- Procedimentos administrativos e jurídicos finais para ampliação do Parque Estadual das Lauráceas em cerca de 2.000 ha (Bocaiúva do Sul).
- Execução do projeto de erradicação de espécies exóticas invasoras no Parque Estadual de Vila Velha (Ponta Grossa).
- Contratação da ECOPARANÁ para a gestão do uso público no Parque Estadual de Vila Velha (Ponta Grossa).
- Revitalização e implementação de novas estruturas de apoio aos visitantes no Parque Estadual do Cerrado em parceria com a empresa Arauco Florestal (Jaguariaíva).
- Contratação de Laudo Técnico para apontar a situação estrutural do prédio construído com fins de abrigar um Museu no interior do Parque Estadual de Vila Velha (Ponta Grossa).
- Criação do Conselho Gestor da APA da Escarpa Devoniana (Lapa, Balsa Nova, Palmeira, Porto Amazonas, Ponta Grossa, Carambeí, Tibagi, Piraí do Sul, Castro, Sengés e Jaguariaíva).
- Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual da Mata São Francisco (Santa Mariana e Cornélio Procópio); do Parque Estadual de Amaporã; do Parque Estadual de

Ibiporã; do Parque Estadual de Ibicatu (Centenário do Sul); e do Parque Estadual do Rio da Onça (Matinhos).

- Aquisição das áreas de ampliação do Parque Estadual de Ibicatu, previstas no Decreto nº 5.181 de 30.07.2009, via TAC firmado entre IAP e Duke Energy, resultando em um acréscimo de 245,73 ha (Centenário do Sul).
- Execução de obras de revitalização das estruturas de atendimento ao público no Parque Estadual Lago Azul - paralisada devido a problemas com a empresa executora (Campo Mourão).
- Requisição a ECOPARANÁ, via convênio, para elaboração de projetos com vistas à implementação de estruturas físicas no Parque Estadual de Palmas.
- Trabalhos de medição e levantamento fundiário/ocupacional das propriedades inseridas no perímetro do Parque Estadual da Serra da Esperança, contratados via Tractebel Energia, como forma de apoio prevista para a implantação desta Unidade de Conservação (Prudentópolis, Turvo e Guarapuava).
- Contratação dos Projetos Arquitetônicos do Centro de Visitantes e Trilhas da Unidade de Conservação, Monumento Natural Salto São João, em nome do Estado do Paraná (Prudentópolis).
- Trabalhos realizados com as comunidades tradicionais (faxinais) via Departamento Sócio Ambiental/Gerencia da APA da Serra da Esperança (Pinhão e Prudentópolis), da APA da Serra da Esperança (Cruz Machado), da APA da Serra da Esperança (municípios de Inácio Martins, Mallet, Rio Azul, Rebouças, Irati e Fernandes Pinheiro) e da APA da Serra da Esperança (Boa Ventura de São Roque).
- Projeto de reforma/restauro em parceria com o IPHAN das estruturas da estação ferroviária Góes Artigas, tendo em vista sua utilização para a gestão da APA da Serra da Esperança e comunidade do entorno. (Município de Inácio Martins).
- Implementação do Programa Parque Escola com contratação de transporte especializado e lanche para os alunos da rede pública estadual: a) no Parque Estadual Cabeça do Cachorro (São Pedro do Iguaçu); b) no Parque Estadual São Camilo (Palotina); c) no Parque Estadual do Guartelá, (Tibagi); d) no Parque Estadual de Vila Velha (Ponta Grossa). E execução do Programa no Parque Estadual Amaporã, (Amaporã); no Parque Estadual Rio Guarani (Três Barras do Paraná); no Parque Estadual Mata dos Godoy (Londrina); na Unidade de Conservação Floresta Estadual Metropolitana (Piraquara).
- Convênio para construção de um Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), entre PUC-PR e IAP (Toledo).

## **22.10.2 Diretoria de Monitoramento Ambiental e Controle da Poluição (DIMAP)**

### **22.10.2.1 Licenciamento**

- Programa Paraná Competitivo - agilização nos processos de licenciamento: Projeto Puma Klabin Ortigueira LP e LI; DAF caminhões LP LI LO; Cargill Castro LP e LI; Evonik LP e LI; Castrolanda LP e LI; Sig Comb blok LP LI LO; Ambev Ponta Grossa LI; Sumitomo LP LI LO E Coquepar LP e LI.
- Sistema Informatizado de Gestão Ambiental (SGA) - em implantação, no que se refere ao licenciamento ambiental, com padronização de procedimentos entre os Escritórios Regionais, integração interinstitucional e com os municípios, agilidade na solicitação (protocolo) por parte do usuário.
- Elaboração de Resoluções com objetivo de agilizar o licenciamento ambiental - Descentralização CEMA 88-2013 - descentralização do licenciamento para os municípios e minuta de Decreto de Adequação ambiental do setor sucroalcooleiro.

### **22.10.2.2 Qualidade Ambiental**

- Revisão da Resolução SEMA nº 54/2006, referente a padrões de emissões atmosféricas e da Portaria de automonitoramento de efluentes líquidos.
- Resolução credenciamento de laboratórios.
- Aquisição de equipamento para agilização na avaliação da balneabilidade dentro da Operação Verão.
- Emissão de Relatórios de Qualidade do Ar de Curitiba e Região Metropolitana.
- Realizado Inventário de Fontes Fixas de emissões atmosféricas.
- Projeto e implantação do monitoramento da qualidade do ar *online* (REPAR).
- Desenvolvimento para disponibilizar à sociedade o modelo regulatório de dispersão atmosférica.
- Desenvolvimento de estudos para implantação de indústrias na bacia do Rio Tibagi.
- Ampliação da rede de qualidade de monitoramento de qualidade de água.
- Convênio com OMS para coleta e análises de corpos hídricos da bacia do Prata.
- Recuperar e ampliar a Rede de Monitoramento da Região Metropolitana de Curitiba (08 estações automáticas e 05 manuais fixas - transformação das manuais em automáticas e aquisição e operação de uma estação móvel).
- Expansão da rede de monitoramento para outros centros urbanos do Estado - Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa e Paranaguá.

### **22.10.2.3 Resíduos Sólidos Urbanos**

- Resolução CEMA nº 086/2013 - estabelece diretrizes e critérios orientadores para o licenciamento e outorga, projeto, implantação, operação e encerramento de aterros

sanitários, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e dá outras providências.

- Portaria IAP nº 155 de 24 de maio de 2013 - estabelece condições e critérios e dá outras providências, para o licenciamento ambiental de Barracões para Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos Não Perigosos.
- Portaria IAP nº 187 de 27 de junho de 2013 - estabelece condições e critérios e dá outras providências, para o licenciamento ambiental de Unidades de Transbordo de Resíduos Sólidos Urbanos Não Perigosos.
- GT Compostagem - instituído Grupo de Trabalho para elaboração de Resolução Estadual para estabelecimento de critérios para licenciamento de Unidades de Compostagem de RSU.
- Definidos Termos de Referência para todos os estudos cabíveis para empreendimentos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos.

### 22.10.3 Diretoria de Restauração e Monitoramento da Biodiversidade (DIREB)

- Produção nos viveiros do IAP de 3.495.626 mudas de espécies nativas para a restauração de áreas degradadas (áreas de preservação permanente, reserva legal, etc.).
- Coleta, beneficiamento e armazenamento de 1.897,35 Kg de sementes florestais nativas.
- Visitas de escolas nos viveiros e laboratórios de sementes.
- Resultados gerais da entrega das mudas - 3.112 produtores atendidos; 1,7 milhão de mudas destinadas a plantio (pelos municípios e IAP) e 600,8 há de área de semeadura.

RETIRADAS DE MUDAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA

REGIÃO ADMINISTRATIVA	MUDAS DO IAP
Francisco Beltrão	153.955
Cascavel	101.469
Curitiba	231.847
Campo Mourão	130.834
Cornélio Procópio	42.778
Guarapuava	126.582
Irati	82.740
Ivaiporã	68.846
Jacarezinho	42.912
Paranaguá	32.920
Foz do Iguaçu	20.611
Londrina	112.761
Maringá	114.495
Pato Branco	20.685
Ponta Grossa	43.360
Pitanga	50.268
Paranavaí	175.550
Toledo	101.729
Umuarama	44.986
União da Vitória	21.260
Cianorte	4.430
TOTAL	1.725.018

- Realização de 22 visitas técnicas aos Regionais, visando orientar, acompanhar as atividades de produção e destinação de mudas nos Viveiros do IAP; e de Curso de Coleta de Sementes Florestais Nativas do Paraná para os técnicos do laboratório de sementes do IAP.
- Participação no XVIII Congresso Brasileiro de Sementes, com apresentação de 05 trabalhos referentes a experimentos de sementes com o auxílio técnico da UTFPR - Dois Vizinhos, para analisar o potencial das sementes coletadas pelo IA; e no Seminário sobre Monitoramento Ambiental em Programas de Recuperação de Áreas Degradadas.
- Reinauguração do Viveiro de União da Vitória (ERUVI).
- 167 Parcerias, sendo 146 com municípios que atuam na produção de mudas e 21 com entidades (ONGs, universidades, cooperativas e outras).
- Módulo Restauração no Sistema Informatizado de Gestão Ambiental (SGA) – em homologação. O módulo traça todo o caminho desde a semente coletada, beneficiada, armazenada, enviada, produzida nos viveiros do IAP até o envio das mudas para Restauração em campo, fornecendo um banco de dados de sementes Florestais Nativas, Produção em Tempo Real do IAP e as mudas em campo para o futuro Monitoramento da Restauração do Estado.
- Aquisição de duas estufas para produção de mudas florestais, destinadas aos Viveiros dos Regionais de Pato Branco (ERPAB) e Morretes (ERMOR), no valor de R\$ 117,7 mil (fase de instalação).
- Manutenção nas estufas de Produção Florestal dos Escritórios Regionais: ERTOL, ERCAS, ERGUA, ERIVA, ERMAG, ERUVI, ERBEL, ERCMO e na Estufa de Germinação do Laboratório ERCMO e também nos escritórios ERJAC, ERPGO, ERCBA Viveiro e Laboratório de sementes, no total de R\$ 231,2 mil.
- Compra de tubetes e bandejas 280cc, para melhorar a qualidade das mudas produzidas nos viveiros do IAP, no valor de R\$ 33,5 mil; e aquisição de 10.000 sacas de substrato para produção de mudas, no total de R\$ 92,3 mil.
- Compras diretas - adquiridos fertilizantes, insumos, matérias de manutenção dos viveiros, livros técnicos, material didático, participação em Cursos e Congressos e Consultoria para o CAR, no valor de R\$ 37,7 mil; e compras diversas feitas pelos 20 regionais para manutenção dos viveiros e laboratórios de sementes, no valor de R\$ 98,3 mil.

#### **22.10.4 Diretoria Administrativa e Financeira (DIAFI)**

Responsável por organizar, programar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com os sistemas estaduais de recursos humanos, administração geral e financeira, no âmbito do IAP. Tendo realizado a gestão das ações do programa Verão Paraná 2013/2014 no valor de R\$ 396,0 mil, 36 convênios vigentes no total de R\$ 9,9 milhões.



*Secretaria do Planejamento e  
Coordenação Geral*





## **23 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral**

---

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de assessoramento e apoio direto ao Governador do Estado, para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos e programas intersecretariais, bem como da organização base do sistema de planejamento e organização institucional.

Por meio de suas unidades, dos Grupos de Planejamento Setoriais e de suas entidades vinculadas, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, foram desenvolvidas as ações detalhadas a seguir.

### **23.1 Coordenação de Modernização Institucional (CMI)**

A CMI coordena e supervisiona as atividades e projetos relativos à racionalização, modernização e reestruturação da Administração Pública Estadual, garantindo perenidade ao processo de inovação da gestão institucional e sintonia com mudanças administrativas.

Atividades realizadas:

- Reestruturação e Regulamentação: das Secretarias de Estado da Saúde, de Governo, da Casa Civil, da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, do Esporte e do Turismo, da Cultura; da Controladoria Geral do Estado; da Polícia Científica do Paraná; da Paraná Edificações; do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná; do Instituto Agrônomo do Paraná; da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná; do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências; da Comissão Estadual da Verdade; do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil e da Gratificação pelo Exercício de Encargos de Membros de Banca Examinadora (GEBET) e da Gratificação pelo Exercício de Encargos de Instrutor de Curso de Reciclagem para Condutores Infratores (GIRCE) aos servidores públicos lotados no Departamento de Trânsito do Paraná.
- Anteprojetos de Lei para: a) instituição do serviço social autônomo Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR); b) transformação da sociedade de economia mista Minerais do Paraná em empresa pública denominada Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR); c) instituição do serviço social autônomo E-Paraná Comunicação; d) transformação da autarquia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina em empresa pública, mantida a denominação; e) regularização dos cargos de provimento em comissão das Instituições de Ensino Superior; e f) instituição da Região Metropolitana de Cascavel.

- Estudos para criação: do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfego de Pessoas no Estado do Paraná; do Patronato Central do Estado; do Conselho Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná; do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná; e do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas.
- Estudo sobre a situação dos Fundos existentes no âmbito do Poder Executivo Estadual.
- Manutenção do Sistema e-ORG - Estrutura Organizacional do Estado do Paraná.

## 23.2 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA)

No exercício de 2013, os trabalhos da Coordenação estiveram voltados à gestão e melhoria dos instrumentos de avaliação dos programas governamentais que integram o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Ações realizadas:

- Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME) - a ferramenta destina-se à gestão dos Programas e Iniciativas de governo, por meio de monitoramento quantitativo e qualitativo do PPA e da LOA, de forma integrada com o sistema orçamentário e financeiro. Em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), foram realizadas melhorias no sistema, tendo sido aprimoradas as funcionalidades e os relatórios de acompanhamento, assim como o estudo e a definição de como incorporar a revisão das metas e indicadores efetuada, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no PPA.
- BI-PPA - *Business Intelligence* - continuidade no aprimoramento dos estudos de BI, em desenvolvimento pela CELEPAR. Constitui-se de camadas de informação estratégica a partir dos dados disponíveis no SIGAME, referentes ao acompanhamento dos indicadores e metas do PPA e das principais ações e obras da LOA, contendo mapa temático, com georreferenciamento das obras executadas.
- Acompanhamento da LOA 2012: a) acompanhamento das Ações e Obras da LOA 2012, em conjunto com a Coordenação de Orçamento e Programação (COP) e em articulação com as Unidades do Sistema Estadual de Planejamento, no SIGAME, tendo como resultado o novo Relatório denominado Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, contendo informações quantitativas e qualitativas acerca da execução de 731 Principais Ações e 875 Obras previstas na LOA, além de 120 Ações Adicionais, não previstas, mas que foram realizadas ao longo do exercício; b) envio do Relatório ao Tribunal de Contas do Estado, que compõe a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo Estadual; c) encaminhamento do Demonstrativo de Metas Físicas referente ao Relatório de Gestão da SEPL; d) disponibilização do SIGAME às Unidades do Sistema Estadual de Planejamento para informação mensal da execução física do orçamento e a execução financeira para as sociedades de economia mista e empresas públicas independentes, para acompanhamento gerencial.

- Acompanhamento do PPA 2012 a 2015: a) acompanhamento das metas e dos indicadores dos programas do Plano, referente ao exercício de 2012, com a elaboração de pareceres, execução física e orçamentário-financeira; b) atualização da execução orçamentária e financeira e demais alterações da LOA ocorridas no exercício; c) ajustes para os exercícios de 2013 a 2015 após as reavaliações de indicadores, metas e quantidades por meio da LDO.
- PPA Municipal: a) atualização da página [www.ppamunicipal.pr.gov.br](http://www.ppamunicipal.pr.gov.br), com atualização de notícias e disponibilização para download de materiais pertinentes ao tema; b) atualização do sistema informatizado para elaboração do PPA Municipal e disponibilização do mesmo para municípios paranaenses e de outros estados da Federação; c) participação no curso para elaboração do PPA Municipal realizado em Brasília; d) realização do curso “Programa de Capacitação para a Elaboração dos PPAs Municipais” visando à instrumentalização dos técnicos municipais na elaboração de seus Planos, em parceria com a Escola de Governo e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), com nove turmas, sendo sete em Curitiba, uma em Londrina e uma em Cascavel, com a participação de 378 servidores municipais, entre técnicos, secretários e vice-prefeitos, de 171 municípios; e) desenvolvimento de capacitação com ênfase em Gestão para Resultados para os 12 municípios envolvidos no Projeto Puma, em parceria com a empresa Klabin; f) participação no curso para elaboração de projetos do PPA Municipal, realizado em Brasília, e aprimoramento do mesmo para possibilitar sua multiplicação no Estado.
- Sala de Planejamento e Coordenação Geral (SPCG) - acompanhamento do processo de conclusão da Sala da SEPL visando à disponibilização de informações estratégicas para o Gabinete de Gestão e Informações (GGI), bem como a gestão dos Programas do PPA.
- Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa - coordenação, elaboração, consolidação e revisão do documento, com base nos relatórios de atividades das diversas unidades, encaminhada à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa.
- Demais atividades: a) emissão de Informações técnicas diversas e em processos referentes à celebração de convênios e instrumentos congêneres, acerca da compatibilidade com as Metas de Governo e PPA, nos termos do Decreto nº 6.191/2012, até a publicação do Decreto nº 6.956, de 16 de janeiro de 2013; b) participação nas reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS); c) participação em grupos de trabalho, palestras e diversas reuniões.

### **23.3 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG)**

Responsável pela coordenação, elaboração e negociação de projetos centrados na materialização de compromissos preconizados no Plano de Governo 2011-2014, em especial aqueles que buscam financiamento de bancos nacionais e internacionais, a Coordenação chegou ao final de 2013 com saldos positivos.

O presente relatório reúne os principais resultados dos trabalhos realizados ao longo do ano e que traduzem diversos avanços. Neste contexto, é preciso destacar de pronto, estão inseridas dez operações de crédito pleiteadas pelo Governo do Estado para implementação de programas e projetos fundamentais (Quadro 1).

No eixo das atribuições de assessoramento e acompanhamento que também lhe competem, a CDG ainda atendeu a uma gama de solicitações técnicas das secretarias, representou os interesses do Governo em mais de 20 Conselhos Estaduais e participou ativamente do processo de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná.

### **23.3.1 Projetos e Programas em Desenvolvimento e Negociação**

- Banco Mundial - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - operação de crédito autorizada pelo Senado Federal, Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com contrato assinado em 12 de dezembro, porém, sua implementação foi iniciada em janeiro.
- Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - BNDES - contrato assinado junto ao BNDES em junho de 2012 e em negociação com o Governo Federal para autorização do aval da União.
- PROCOPA ARENAS (BNDES) - contrato de financiamento assinado no final do ano de 2012, com a operação de crédito em fase de execução.
- PROINVESTE - Banco do Brasil - aguarda a renovação da linha de financiamento por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), que venceu no dia 30 de setembro.
- Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná - PROFISCO PR - BID - assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2014.
- Paraná Seguro - BID - assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2014.
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria de Infraestrutura Municipal - assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2014.
- Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense - BID - assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2014.
- Programa de Infraestrutura Rodoviária - em fase inicial de elaboração e negociação com o BID.
- Programa de Reestruturação da Dívida do Estado do Paraná representada pela Conta de Resultados a Compensar (CRC) em favor da COPEL - Credit Suisse - assinatura do contrato de empréstimo e desembolso dos recursos previstos para 2014.

### **23.3.2 Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais**

Durante o exercício, a Rede APL Paraná, coordenada pela CDG, manteve-se integrada aos grupos de estudos para políticas de arranjos produtivos locais e participou do Observatório Nacional de APLs. As ações apoiadas foram lideradas por instituições integrantes da Rede APL Paraná, assim discriminadas:

- Elaboração dos novos critérios para reconhecimento de APLs - os novos critérios não descartam os estudos existentes e consolidados pelo IPARDES, e focam em uma linha mais flexível para reconhecimento dos arranjos, considerando critérios qualitativos antes não previstos.
- Apoio para divulgação dos seminários de crédito realizado pela FIEP em parceria com o SEBRAE, Agência de Fomento do Paraná e BNDES.
- Apoio da Rede para candidatura de dois arranjos produtivos no edital publicado pelo Ministério da Cultura para qualificação da gestão de projetos e negócios com foco na sustentabilidade de micro e pequenos empreendimentos.
- A Rede APL e a APEX realizaram, em novembro, o workshop Internacionalização de Pequenas Empresas e Sessão de Negócios.
- Parceria com o TECPAR para atendimento de adequação de produtos e processos do APL de Alumínio de Francisco Beltrão.
- Na linha do desenvolvimento sustentável, a CDG, em parceria com a SEAB e a SETS, organizou duas chamadas públicas para seleção e apoio financeiro a iniciativas de negócios sustentáveis, de natureza coletiva, objetivando aproximar aglomerações produtivas, promover capacitação e elevar o nível de produção para aumento de competitividade, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas. O apoio financeiro deste empreendimento, na ordem de R\$ 20,0 milhões, é oriundo do Governo do Estado e do BNDES, este, disponibilizando recursos não reembolsáveis para os projetos aprovados dentro dos critérios definidos pelo edital. Em 2013, os recursos foram aprovados pelo BNDES e estão em fase de assinatura do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável.

### **23.3.3 Ações em Desenvolvimento Regional**

- Acordo Judicial OLAPA/Petrobrás - no primeiro dia de novembro de 2012, o Governo Estadual, por meio da CDG, colocava para apreciação e aprovação da PGE dois estudos preliminares pleiteando os recursos oriundo do acordo. O primeiro volume reuniu projetos inseridos na Modalidade II, com foco em medidas de enfrentamento de danos decorrentes de eventos meteorológicos verificados no litoral em março de 2011, bem como na prevenção de eventos meteorológicos futuros. O segundo volume, por sua vez, tratou de projetos caracterizados na Modalidade III, visando a execução de

medidas socioambientais e ambientais a serem adotadas na região litorânea. Para o início das ações e atividades previstas no Acordo Judicial, aguarda-se autorização da Justiça para transferência de verba indenizatória depositada na Caixa Econômica Federal para a conta do Estado do Paraná.

- Regiões de Desenvolvimento (REDES) - coordenação do Programa Ações Integradas nos Territórios Priorizados, que pretende potencializar as ações do Estado no entorno de empreendimentos localizados em regiões de baixo IDH ou de vulnerabilidades sociais e ambientais. Neste programa estão inseridos: o Projeto Puma - Klabin, da região de Telêmaco Borba e imediações, com foco em Ortigueira, sede da nova fábrica; o Projeto Cimenteiras, da região de Adrianópolis e entorno, que visa à implantação de quatro cimenteiras; e o Projeto Nova Pontal, envolvendo os sete municípios da região e delineando o plano de ocupação de Pontal do Paraná, entre outros.
- Projeto de Requalificação do Entorno do Aquário Marinho em Paranaguá - tem por objetivo ordenar os espaços públicos no entorno do aquário marinho construído no município litorâneo, pela empresa Cattalini, como medida compensatória ao acidente envolvendo o navio Vicuña. Com a requalificação da paisagem e abertura do aquário à visitação deverá haver a valorização do Centro Histórico de Paranaguá, e o litoral receberá um equipamento importante para o desenvolvimento do turismo.

QUADRO 1 - RESUMO DOS PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO PELO ESTADO DO PARANÁ

continua

PROJETO/CONTRATO	ENTIDADE FINANCEIRA	VALOR (EM R\$ 1,00)	EXECUTORES	OBJETIVO
Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - BIRD	BIRD	1.569.128.000	SEED SESA SEMA SEAB SEPL SEFA SEAP	<p>O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná tem como principal objetivo a modernização da gestão do setor público para melhorar a prestação de serviços e tornar o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais justo e ambientalmente sustentável no Estado do Paraná.</p> <p>O Projeto está estruturado com dois componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No Componente 1, foram contemplados nove Programas com ações finalísticas das Secretarias Estaduais de Agricultura, Meio Ambiente, Saúde e Educação. Estes Programas estão organizados em quatro setores ou subcomponentes: Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão Ambiental e de Riscos de Desastres, Educação e Saúde;</li> <li>• No Componente 2 estão contempladas ações de apoio técnico e financeiro à implementação do Componente 1 e às atividades de modernização da gestão do setor público, envolvendo também as Secretarias de Fazenda, Planejamento, Administração e Previdência, Casa Militar (Defesa Civil) e Casa Civil (Controle Interno). As ações, deste Componente estão reunidas no Setor Gestão do Setor Público e organizadas em oito subcomponentes: Qualidade Fiscal, Modernização Institucional, Gestão Mais Eficiente de Recursos Humanos, Apoio a Agricultura de Baixo Impacto Ambiental, Apoio a Modernização do Sistema de Gerenciamento Ambiental, Apoio a Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde.</li> </ul>
Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - BNDES	BNDES	157.787.000	AFPR	Aporte de capital na Agência de Fomento do Paraná com o objetivo de financiar obras públicas dos municípios do Estado.
PROCOPA ARENAS	BNDES	131.168.000	AFPR	Objetiva captar recursos que serão destinados ao Fundo de desenvolvimento Econômico - FDE, que por sua vez, efetuará contrato de financiamento com a Sociedade de Propósito Específico - SPE cujo principal acionista será o Clube Atlético Paranaense vinculando o fluxo de recebíveis do negócio Arenas e segregando da atividade de futebol para obras de ampliação do estádio, obras relativas a barracas gastronômicas e para voluntários, obras em afiliados comerciais, obras em hospitalidade comercial e projetos básico, executivo e complementares.
PROINVESTE	BANCO DO BRASIL S.A.	816.831.241	SESP SEIL BRDE	Apoiar o Governo do Paraná na modernização e ampliação da Infraestrutura Rodoviária, Segurança Pública e potencializar a capacidade do Estado, através do BRDE, no financiamento de obras públicas aos municípios do Paraná.

PROJETO/CONTRATO	ENTIDADE FINANCEIRA	VALOR (EM R\$ 1,00)	EXECUTORES	OBJETIVO
PROFISCO	BID	23.375.000	SEFA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aperfeiçoar a gestão estratégica da Receita Estadual;</li> <li>Fortalecer a cooperação interinstitucional nacional e internacional;</li> <li>Aumentar a eficiência e eficácia da administração tributária com a adesão efetiva do Estado aos projetos nacionais e o desenvolvimento de projetos estratégicos da Receita Estadual;</li> <li>Aumentar a eficiência e eficácia da administração financeira e patrimonial, visando a efetividade e qualidade do gasto público;</li> <li>Aperfeiçoar os mecanismos de transparência administrativa e comunicação com a sociedade;</li> <li>Utilizar de maneira eficaz os constantes avanços da tecnologia da informação para o aperfeiçoamento dos serviços internos e externos;</li> <li>Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos privilegiando o planejamento das ações e o monitoramento da conduta ética.</li> </ul>
PROGRAMA PARANÁ SEGURO	BID	246.400.000	SESP SEDS	Reduzir os níveis de violência e criminalidade em Curitiba, Região Metropolitana e nos municípios da triplíce fronteira paranaense. Os objetivos específicos são: (i) aumentar a efetividade das polícias civil e militar paranaense no controle e prevenção da criminalidade dentro da filosofia de desenvolvimento de uma polícia comunitária e profissional; (ii) reduzir a incidência delitiva dos jovens de 15 a 24 anos em condições de alta vulnerabilidade na área de influência do Programa, buscando soluções conjuntas para recuperar a vida em comunidade e despertar na comunidade a importância da organização preventiva a favor de uma cultura de paz; e (iii) reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei.
PROGRAMA PARANÁ URBANO III	BID	330.000.000	SEDU / PARANACIDADE	Ampliar a capacidade de financiamento de ações estratégicas de apoio aos municípios e satisfazer a demanda por serviços básicos e bens públicos cujos benefícios resultam na melhoria da qualidade de vida da população do Paraná, sem comprometer, no médio prazo e na continuidade, o endividamento do Estado.
PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE	BID	220.000.000	SEDS	Promover a melhoria das condições de vida e o protagonismo das famílias em situação de maior vulnerabilidade social do Paraná, através da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com as necessidades de cada família e das especificidades do território onde reside. Será focado em dois componentes: Fortalecimento Institucional em Nível Estadual e Municipal e Promoção da Infraestrutura Social e Urbana.
PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	BID	945.567.000	SEIL / DER	Melhorar a infraestrutura logística e de transportes do estado para dar suporte ao desenvolvimento econômico do Paraná, melhorando a segurança viária, reduzindo o custo do transporte, com sustentabilidade ambiental, promovendo a integração intermodal e o desenvolvimento do sistema de Planejamento do setor de transportes.
CRC COPEL	CREDIT SUISSE	1.234.031.488	GOVERNO DO ESTADO	A totalidade dos recursos do empréstimo será aplicada na liquidação integral da dívida de responsabilidade do Estado com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, representada pelo saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC, conforme Termo de Ajuste celebrado em 04 de agosto de 1994, com base no art. 5º, § 4º da Lei Federal nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, e na Lei Estadual nº 10.637, de 14 de dezembro de 1993, bem como nos respectivos termos aditivos, sendo o último celebrado em 21 de janeiro de 2005. A Dívida CRC tem vencimento em 30 de abril de 2025 e o saldo devedor é atualizado pela variação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, acrescido de juros remuneratórios de 0,538% (quinhentos e trinta e oito milésimos por cento) ao mês, equivalentes a 6,65% (seis inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

## 23.4 Coordenação de Parcerias Público-Privadas (CPPP)

As Parcerias Público Privadas (PPPs) são um mecanismo de concessão de serviços públicos, na busca da distribuição das obrigações e dos riscos da concessão entre um parceiro público e um parceiro privado, com foco na minimização do custo total de prestação do serviço e na maximização da qualidade do serviço prestado. No contexto do aumento da agilidade e da eficiência dos serviços públicos, o Estado volta atenções para a fiscalização e regulamentação.

Seguindo essa tendência a Secretaria recebeu, organizou e avaliou procedimentos de manifestação de interesses provenientes de potenciais parceiros privados, bem como analisou e avaliou o primeiro projeto de parceria entregue à apreciação do Estado: o Programa de Atendimento Integrado ao Cidadão, denominado Tudo Aqui Paraná.

Essa primeira experiência de parceria tem como principal finalidade expandir a área de atuação do Estado em serviços de atendimento ao cidadão, em diversas áreas, bem como melhorar, aprimorar e dar eficiência aos serviços públicos estaduais.

Outras oito manifestações de parceria foram recebidas e aprovadas pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) para elaboração dos estudos e projetos, nas áreas de Duplicação e Modernização de Corredores Rodoviários, Sistemas de Monitoramento Veicular e Expansão da Rede de Dutos da COMPAGÁS. Outras quatro solicitações para elaboração de estudos em PPPs aguardam aprovação do Conselho.

Em 16 de maio, foi criada a Coordenação de Parceria Público-Privada (CPPP), unidade da SEPL, responsável, desde então, pelo acompanhamento dos estudos e projetos, emissão de parecer técnico conclusivo, coordenação dos trabalhos junto aos Grupos Técnicos Setoriais e demais tarefas pertinentes às PPPs.

Dentre as atribuições regimentais estão a proposição ao Conselho Gestor de PPPs de projetos prioritários no regime de PPP; a coordenação de Procedimentos de Manifestação de Interesses; a elaboração de minutas de resoluções de chamamento público e demais instrumentos convocatórios; a elaboração de pareceres técnicos; o acompanhamento de realização de estudos técnicos relativos a PPP; o assessoramento técnico às Secretarias referentes aos projetos de PPP; o desempenho de outras atividades.

### **23.5 Unidade de Coordenação Estadual de Programa Nacional de Apoio à Modernização do Planejamento e Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE)**

Responsável pela execução e implementação do programa junto a SEPL e SEAP, desenvolveu as seguintes ações:

- Certificação Cadastral dos Imóveis do Estado - concluída a execução do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Estado do Paraná e a empresa ENPROL Engenharia e Projetos Ltda., para a implementação do Projeto Piloto de Certificação Cadastral dos Imóveis do Estado, tendo sido realizada a certificação cadastral de 921 imóveis, com movimentação financeira na ordem de R\$ 975,0 mil, tendo como gestora do contrato a Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAP.
- Modernização dos Equipamentos de Informática - realizada a instalação e operacionalização de equipamentos do Sistema Estadual de Planejamento, no montante de R\$ 303,7 mil, nas seguintes especificações e quantidades:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Estação de Trabalho Básica	20
Estação de Trabalho Intermediária	36
Estação de Trabalho Avançada	20
Notebook	4
Impressora	2
Tablet	5

- Prestação de Contas Final do Contrato de Repasse do PNAGE, junto à Caixa Econômica Federal, dos recursos recebidos por conta do Contrato de Repasse nº 019/2006MP/CAIXA/PNAGE, para execução do Programa, que totalizou R\$ 7,5 milhões, sendo R\$ 2,2 milhões de repasse federal e R\$ 5,3 milhões de contrapartida, com aplicação financeira nos seguintes componentes: a) fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas, R\$ 66,8 mil; b) modernização de estruturas organizacionais e de processos administrativos, R\$ 3,7 milhões; c) modernização da gestão de informação e integração dos sistemas de tecnologia da informação, R\$ 2,8 milhões; e d) Administração do Programa, R\$ 13,8 mil.

## **23.6 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)**

Autarquia vinculada a SEPL, o IPARDES produz estatísticas e estudos socioeconômicos, com o objetivo de subsidiar as ações governamentais e acrescentar elementos às discussões relativas à sociedade paranaense. A instituição é responsável também pela Base de Dados do Estado (BDE), que integra o Sistema Estadual de Informações.

### **23.6.1 Diretoria do Centro de Pesquisa**

Tem entre as suas atribuições o desenvolvimento de estudos e pesquisas socioeconômicos, com foco no Estado do Paraná, incluindo a análise de conjuntura, a avaliação dos movimentos demográficos, o exame do contexto ambiental, o acompanhamento da questão rural, o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), o monitoramento das políticas públicas, entre outros.

Atividades realizadas:

- Publicações: a) Boletim Análise Conjuntural; b) Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD); c) Caderno IPARDES - Estudos e Pesquisas; d) Boletim de Comércio Exterior; e) Boletim de Ciência & Tecnologia; f) Comunicados para o Planejamento; g) Indicadores de Sustentabilidade Ambiental.
- Cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Paraná e dos seus 399 municípios, referente ao ano de 2011.
- Estudos e levantamentos para o Programa de Transferência de Renda do Estado do Paraná.
- Estudos para o reajuste do Salário Mínimo Regional.
- Elaboração da Matriz Insumo-Produto do Estado do Paraná.
- Atividades no âmbito da Rede IPEA: a) Governança Metropolitana; b) Migrações; c) Vulnerabilidade Social e IDH intrametropolitano.
- Monitoramento dos Programas do Projeto Multissetorial, financiado pelo Banco Mundial (BIRD).
- Elaboração de cenários econômicos para a COPEL.

- Apresentação sobre a economia paranaense e brasileira para a COMPAGÁS.
- Participação no Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná.
- Desenvolvimento de metodologia para o levantamento de informações sobre Ciência & Tecnologia.

### **23.6.2 Diretoria do Centro Estadual de Estatística (CEE)**

Tem por objetivo o levantamento, organização e disponibilização de estatísticas socioeconômicas relativas ao Estado do Paraná, sendo ainda responsável pela gestão da Base de Dados do Estado (BDE); pela geração mensal do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do município de Curitiba; pelo levantamento e disponibilização mensal da taxa de desemprego da Região Metropolitana de Curitiba, em conjunto com o IBGE; e pela elaboração do Índice Paraná de Desempenho Municipal (IPDM).

Atividades desenvolvidas:

#### **Área de Pesquisas Periódicas:**

- Levantamento em campo de informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), pelo convênio IBGE-IPARDES, para estimativas de indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Curitiba; e de informações do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba. E elaboração e disponibilização de boletins mensais da PME e do IPC.
- Cálculo de Cesta Nutricional em aproveitamento das informações coletadas para o IPC.
- Implantação de nova estrutura de pesos do IPC e da etapa de campo da Pesquisa de Preços de Materiais de Construção em cooperação técnica com a SEIL.

#### **Área de Base de Dados:**

- Manutenção da Base de Dados do Estado (BDE), compreendendo levantamento e atualização de dados, disseminação de informações e geração de produtos (Perfil das Regiões e Cadernos Municipais, entre outros).
- Conclusão e disponibilização no *site* do IPARDES, do Anuário Estatístico do Paraná - 2012 e a respectiva elaboração de mídia eletrônica.
- Atendimentos diversos sobre a BDE, como ao Ministério Público do Estado do Paraná e a estagiários do DETRAN; e discussões técnicas, testes e revisões do desenvolvimento de melhorias no sistema BDE, em implementação pela CELEPAR.
- Preparo de material estatístico em formato de bancos de dados ao Tribunal de Contas do Estado.
- Apresentação da BDE em evento do IPPUC e na Escola CEBJA Ulisses Guimarães.
- Implantação efetiva de regionalização do Estado do Paraná segundo Comarcas e Foros na BDEweb em atendimento ao Tribunal de Justiça.

#### **Área de Métodos Quantitativos:**

- Análise estatística e acompanhamento da Pesquisa de Preços de Materiais de Construção em cooperação com a SEIL.
- Desenvolvimento de plano amostral para a COMEC, com vistas à pesquisa do transporte urbano na RMC.
- Elaboração do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) para o ano de 2011.
- Desenvolvimento de estudos amostrais em atendimento a propostas de pesquisas do IPARDES; e de plano amostral para o Projeto Avaliação do Estágio de Implantação da Rede Mãe Paranaense, em execução pela Diretoria de Pesquisa.

#### **Área de Informática:**

- Desenvolvimento de novo sistema de levantamento de informações e atualização tecnológica do sistema de coleta de dados do IPC e de nova plataforma de gestão do IPC; desenvolvimento e implantação de novo sistema de gestão do acervo da biblioteca do IPARDES.
- Apoio em tecnologias de informação às diversas áreas de atividade do IPARDES; gestão de processos de aquisição de equipamentos e outros itens de informática; e apoio no preparo de material estatístico em formato de bancos de dados ao TCE-PR.

### **23.7 Serviço Social Autônomo Paraná Projetos**

O serviço social autônomo, sem fins lucrativos, ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, de interesse coletivo, passou a denominar-se Paraná Projetos, a partir da Lei nº 17.745 de 30/10/13 e tem como finalidade a promoção, a elaboração e o gerenciamento de projetos, visando à implementação do desenvolvimento integrado do desenvolvimento do território paranaense, segundo princípios de sustentabilidade local e regional.

Em 2013, teve como principal tarefa o planejamento, desenvolvimento e implantação de projetos relacionados ao turismo, com ênfase ao turismo em áreas naturais, em cooperação com o poder público, e conforme os seguintes objetivos básicos: a) planejamento, promoção e gerenciamento de ações relacionadas ao turismo e ao desenvolvimento do turismo em áreas naturais; b) implementação de ações que assegurem o fomento e desenvolvimento do turismo por meio da execução de atividades de atração, incentivo à criação, ampliação e preservação de empreendimentos, bem como a disponibilização e exploração de áreas de interesse; c) implantação de programas e projetos de estímulo às atividades econômicas relativas ao turismo, de acordo com a política estadual existente; d) celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos com outras instituições públicas ou privadas, com o objetivo de garantir a qualidade ambiental; e) promoção do desenvolvimento do turismo nas áreas e regiões relacionadas aos projetos.

Tem por missão promover o desenvolvimento do turismo em áreas naturais como instrumento para proteção e conservação do meio ambiente e fomento à geração de emprego e renda. Nesse sentido, executou os programas a seguir.

### **Turismo no Espaço Rural:**

- Projeto Viva Paraná Rural - visa fortalecer e qualificar produtos e roteiros turísticos no espaço rural, com ênfase no Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), no Paraná, tendo como público alvo os produtores rurais e prestadores de serviços dos municípios que possuem roteiros (em fase inicial de implantação e/ou estabelecidos na RMC e no Litoral) e promover o turismo no espaço rural.
- Elaboração de briefing e pesquisa de logomarcas.
- Articulação com a Prefeitura de Guaratuba para iniciar os trabalhos do guia de turismo rural do município, tendo sido realizada visita ao Salto Parati e a região do Cabaraquara para levantamento de informações.
- Reuniões com o DETRAN para viabilizar parceria na orientação e acompanhamento de projetos de sinalização viária e turística, para tratar do Protocolo de Intenções e, com os municípios contemplados no lote 1, para formalização dos convênios.
- Elaboração de proposta preliminar do projeto de visita técnica com técnicos e agricultores em destinos nacionais consolidados de turismo rural.
- Reuniões com a Prefeitura da Lapa, SEAB, EMATER, COMEC, SEBRAE e SENAR para discutir proposta de qualificação do *stand* de turismo rural na Feira Sabores do Paraná e sobre o Encontro de Turismo Rural na Agricultura Familiar na Lapa.
- Reuniões com os municípios da RMC e com a empresa Chociay para organização do estande de turismo rural da Feira Sabores do Paraná.

### **Turismo em Áreas Naturais:**

- Projeto PARANATUREZA - visa estruturar a formatação de produtos turísticos do entorno do Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), tendo sido realizada a apresentação e entrega do Diagnóstico Turístico e da Cadeia Produtiva do turismo do entorno do PEVV; e a elaboração do Termo de Reciprocidade.
- Reuniões: sobre turismo rural no Distrito de Itaiacoca - Roça Velha (apresentação Paranatureza e projeto de inovação da gestão do uso público PEVV); sobre as ações do PARANATUREZA com a UEPG - Curso de Turismo; sobre potenciais de turismo e sobre proposta de educação patrimonial cultural na escola da Vila Jardim Vila Velha com a SEEC.
- Visita técnica nas propriedades rurais da comunidade de Biscaia: Cachoeiras Boa Sorte e Vinícola São Victor.
- Reconhecimento dos potenciais turísticos na Vila Jardim Vila Velha.

### **Turismo Náutico:**

- Projeto Navega Paraná - visa estruturar a formatação de produtos e roteiros náuticos em áreas potenciais do Paraná, qualificar e promover o Turismo Náutico.
- Alteração da ação por solicitação da SETU para elaboração do Termo de Referência dos Projetos executivos para implantação de trapiches na Ilha do Mel, Vila das Peças e

Superagui, construção da Base Náutica de Guaratuba, e readequação do Terminal de embarque e desembarque de Pontal do Paraná.

- Apresentação na sede da APPA do conceito inicial pelo Porto de Houston e Instituto Hyogo; participação em videoconferência internacional para detalhamento do projeto do Terminal de Passageiros; reunião para delimitação de papéis das instituições e coleta de subsídios para o Projeto Executivo do Terminal de Passageiros.
- Participação na FEIPESCA.
- Elaboração da estrutura preliminar para o desenvolvimento de Guia Navegação Pesca e Mergulho do Litoral do Paraná.
- Visita técnica e reunião com a Pullmantur para operação no Porto de Paranaguá; e visita técnica e estudo conceitual do Terminal de Embarque de Pontal do Paraná.
- Reuniões técnicas para elaboração dos termos de referência para contratação de projetos de estruturas náuticas e sistema ciclovitário no litoral paranaense; reunião para definição de visita técnica e agenda coordenada na Costa Rica; reunião para alinhamento da Parada de Navios de Cruzeiro na temporada 2013/2014; reuniões na COPEL sobre o projeto Navega Paraná e sobre a estrutura náutica em Foz do Areia; realização da 6ª e 7ª Reunião Ordinária do GT Náutico Paraná; reunião em Londrina sobre o II Workshop de Navegação em Águas Interiores.
- Elaboração do termo de referência e estudo preliminar arquitetônico da Estação Náutica de Guaratuba.







## 24 Secretaria de Estado da Saúde

---

O Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), elaborado em 2011, define sua missão, visão e valores. A Missão - "Formular e Desenvolver a Política Estadual de Saúde, de forma a organizar o SUS no Paraná, exercendo sua função reguladora, garantindo atenção à saúde para a população com qualidade e equidade". A visão de futuro - "Ser até 2020 uma instituição inovadora, Modelo de Gestão em Saúde Pública no Brasil, articulada com outras áreas governamentais e sociedade civil, garantindo atenção à saúde e qualidade de vida a todo cidadão paranaense". Quanto aos valores, a SESA se rege pela Ética, Transparência, Competência, Compromisso e Senso Democrático.

Após a definição do Mapa Estratégico e de suas prioridades, a SESA, finalizou o Plano Estadual de Saúde do Paraná 2012-2015, aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná (CES/PR), por meio da Resolução CES/PR/006/12 de 18 de junho de 2012. O Plano Estadual de Saúde possui 16 diretrizes a seguir relacionadas, que norteiam as ações da SESA:

- Diretriz 1 - Organização da Atenção Materno-Infantil, por meio da Rede Mãe Paranaense.
- Diretriz 2 - Implantação dos Componentes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências.
- Diretriz 3 - Implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD).
- Diretriz 4 - Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Mental, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas.
- Diretriz 5 - Implantação da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa.
- Diretriz 6 - Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde do SUS no Paraná (APSUS).
- Diretriz 7 - Melhoria do Acesso e do Cuidado das Comunidades Vulneráveis (população negra, indígena, populações privadas de liberdade).
- Diretriz 8 - Fortalecimento do Desenvolvimento Regional na Atenção à Saúde (COMSUS).
- Diretriz 9 - Estruturação dos Serviços Próprios.
- Diretriz 10 - Promoção do Acesso da População a Medicamentos Seguros, Eficazes e de Qualidade, garantindo sua Adequada Dispensação.
- Diretriz 11 - Promoção do Acesso da População a Serviços de Qualidade, com Equidade e em Tempo Adequado às necessidades de Saúde, por meio do Complexo Regulador.
- Diretriz 12 - Implementação da Política de Vigilância e Promoção em Saúde, coordenando e regulando as ações de forma articulada e integrada, setorialmente e intersetorialmente e com a sociedade civil em âmbito estadual e regional.
- Diretriz 13 - Democratização da Gestão do Trabalho.

- Diretriz 14 - Desenvolvimento da Política Estadual de Educação Permanente.
- Diretriz 15 - Ampliação e Fortalecimento dos Espaços de Participação da Sociedade e do Controle Social.
- Diretriz 16 - Qualificação dos Gastos e Ampliação de Recursos no Financiamento do SUS.

Seguindo essas diretrizes, a SESA implantou e implementou prioritariamente, no ano de 2013, as ações a seguir.

## 24.1 Ações Estruturantes do Programa Saúde para todo Paraná

Na organização da atenção materno-infantil, por meio da **Rede Mãe Paranaense**, a Secretaria prestou apoio técnico e financeiro aos municípios, visando à melhoria da estrutura das ações e dos serviços de Atenção Primária em Saúde (APS), investindo na construção e ampliação das Unidades, bem como em equipamentos para as mesmas. Foram destinados R\$ 44,0 milhões para construções e ampliações.

A Rede Mãe Paranaense realizou um encontro em maio para comemorar o primeiro ano de sua implantação, em que foram capacitados 1.574 profissionais do SUS-Paraná, sendo: 416 enfermeiros no curso Enfermeiros da APS; 395 Agentes Comunitários de Saúde; 257 Médicos da APS; 417 Secretários no curso Gestores Municipais de Saúde; 50 gineco-obstetras no curso Suporte Avançado de Vida em Obstetrícia (ALSO); e 39 pediatras no curso Reanimação Neonatal.

Por meio de convênios com a Associação Brasileira de Enfermagem - Paraná e com a Sociedade Paranaense de Pediatria, foram capacitados ainda 1.941 profissionais da equipe de enfermagem da atenção primária e hospitalar de todo o Estado e 200 médicos pediatras.

No Paraná, até novembro, tinha-se disponível 386 leitos de UTI neonatal para a atenção ao recém-nascido de risco e prematuro, 118 leitos a mais que no final de 2010. Resultado do investimento nas unidades hospitalares, que ampliou o número de leitos de UTI neonatal nas regiões necessárias: 09 leitos no Hospital Angelina Caron, 10 em Ponta Grossa, 01 em Irati, 07 em Guarapuava, 02 em União da Vitória, 05 em Cascavel, 08 em Sarandi, 02 no Hospital Universitário de Maringá, 05 em Umuarama, 08 em Santo Antônio da Platina, 04 em Toledo e 02 em Ivaiporã, perfazendo um aumento de 63 leitos de UTI neonatal no Paraná, em 2013.

Com o objetivo de garantir a vinculação do parto, deu-se a implantação da Estratégia de Qualidade ao Parto (EQP) para 90 hospitais, que atenderam aos requisitos definidos para atendimento com qualidade à gestante e à criança de risco habitual e risco intermediário. Os recursos programados foram de cerca de R\$ 4,5 milhões para hospitais sob gestão estadual e municipal.

Quanto à **Rede de Atenção às Urgências e Emergências**, em abril ocorreu o lançamento oficial da Rede Paraná Urgência com investimentos por componentes, visando o acesso do cidadão ao atendimento com qualidade. Como decorrência, houve a ampliação do parque de equipamentos por meio das ações do Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos (HOSPSUS), com abertura de 10 leitos de UTI adulto no Hospital do Trabalhador e 10 leitos de UTI adulto no Hospital Bom Jesus de Toledo.

O **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)**, principal componente da Rede Paraná Urgência, atingiu 80% da população paranaense em 289 municípios. Em 2013, foram destinados recursos na ordem de R\$ 32,5 milhões para financiamento de custeio de 07 SAMUs Regionais - Litoral (Paranaguá), Metropolitano (Curitiba), Sudoeste (Pato Branco), Foz do Iguaçu, Norte (Londrina), Centro-Norte (Apucarana), Norte Pioneiro (Cornélio Procópio); e 04 SAMUs municipais - Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel e Maringá. Iniciou-se a operação do SAMU Regional Noroeste (Umuarama), consolidando 12 Serviços no Estado.

A SESA entregou 60 ambulâncias para a ampliação e qualificação do serviço do **Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE)**, vinculando-o aos SAMUs Regionais, e mais 128 foram repassadas a municípios e rede própria. Foram abertos processos licitatórios para a compra de 235 novas ambulâncias, num total estimado de R\$ 22,6 milhões.

Iniciou-se a implantação de serviço de resgate aeromédico de pacientes críticos operado em conjunto pelo Grupamento Aeropolicial e Resgate Aéreo (GRAER) e SAMU Regional Norte (Londrina), para atendimento das regiões Norte, Norte Pioneiro e Centro-Norte, bem como a licitação do contrato de empresa especializada no resgate aeromédico para atendimento com avião de todo o Estado e de helicóptero nas regiões Oeste, Sudoeste, Centro e Noroeste.

Quanto à qualificação das equipes assistenciais da Rede de Urgência e Emergência e das equipes de Vigilância em Saúde, abrangendo o processo de classificação de risco e protocolos assistenciais, foram capacitados: 400 profissionais do SAMU Metropolitano e Norte, além dos Serviços de Emergência da Região Metropolitana de Curitiba e de Londrina em curso de Emergências Neurológicas; 700 profissionais dos SAMUs Regionais no Sudoeste (Pato Branco), Oeste (Cascavel) e Noroeste (Umuarama) em curso de Regulação Médica de Urgência. Foram implantadas duas Unidades de Acidente Vascular Encefálico (AVE), sendo uma no Hospital de Clínicas da UFPR, com 10 leitos, e outra no Hospital Nossa Senhora do Rocio, em Campo Largo.

Como incentivo de custeio aos hospitais qualificados no Programa HOSPSUS, foram destinados recursos de aproximadamente R\$ 63,0 milhões, R\$ 37,1 milhões para convênios de obras e equipamentos para hospitais públicos e filantrópicos, e mais R\$ 2,3 milhões destinados a hospitais municipais (HOSPSUS Fase III).

Como suporte às Redes é necessário um **Complexo Regulador**. No ano de 2013, houve a implementação do Sistema de Gestão Estadual de Regulação Assistencial do SUS com treinamentos no Sistema Estadual de Regulação dos módulos: a) Consultas - nas quatro Macrorregiões de Saúde, envolvendo 21 Regionais de Saúde, 378 municípios e 1.193 pessoas; Leitos - em duas Macrorregiões de Saúde, envolvendo 12 Regionais de Saúde, 183 municípios e 663 pessoas. Foram investidos recursos na ordem de R\$ 6,3 milhões para aquisição de Solução de Radiocomunicação Digital para o Complexo Regulador, a ser instalado nas Centrais de Regulação e ambulâncias do SAMU.

Na implantação da **Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD)**, 18 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) aderiram ao Plano Nacional dos Direitos da PcD - Viver sem Limites. Em Curitiba, no Centro Regional de Atendimento Integral ao Deficiente (CRAID)

foram prestados 37.525 atendimentos e no Centro de Atendimento ao Fissurado Labiopalatal (CAIF), 15.870 atendimentos, até setembro. Foram habilitados, junto ao Ministério da Saúde, cinco Centros Especializados em Reabilitação (CER) e a construção de 02 Centros em Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão.

Na **Rede de Atenção à Saúde Mental**, a SESA alocou mais recursos para custeio de contratos de leitos psiquiátricos no valor total de R\$ 18,0 milhões (em 2012, foram R\$ 14,0 milhões) e instituiu o Incentivo Financeiro Estadual para Implantação de Centros Integrados de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas e Unidade de Acolhimento Regional, tendo destinado R\$ 543,8 mil para municípios no final de 2013.

No que se refere à **Atenção à Pessoa Idosa**, destacou-se: a capacitação de 200 profissionais em parceria com as Sociedades de Cardiologia e Endocrinologia; a articulação com outras áreas de atuação para atendimento integral das demandas da população idosa, com transmissão mensal da teleconferência (TELEGERO) para as 22 Regionais de Saúde do Estado; e a entrega de 10.000 Cadernos do Líder à Pastoral da Pessoa Idosa.

Em relação ao **Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde (APSUS)**, ampliaram-se os recursos do Incentivo Estadual de custeio para 391 municípios com R\$ 32,2 milhões liberados. Com o objetivo de qualificar o trabalho das equipes de APS, foram distribuídos 200 computadores para 46 municípios do Paraná; adquiridos R\$ 4,6 milhões em equipamentos para unidades de saúde para a Atenção Primária em Saúde e R\$ 3,6 milhões em mobiliários.

Na **Educação Permanente**, envolvendo as Regionais de Saúde, municípios e Universidades, foram realizadas Oficinas de Planificação da Atenção Primária à Saúde para aproximadamente 35.000 profissionais de saúde.

Nas ações de **Controle do Câncer**, foram realizados 546.392 exames citopatológicos do colo do útero e 263.204 mamografias pelo SUS em todo o Estado. A SESA adquiriu e distribuiu kits para coleta de citopatológico do colo de útero, bem como blocos de requisição de exames citopatológico e de mamografia, e agulhas grossas para biópsia de mama para os municípios do Estado. Estruturaram-se as Unidades de Mama nas Macrorregiões de Saúde do Estado do Paraná (Maringá, Londrina e Cascavel), com a aquisição de 03 mamógrafos digitais. Ocorreu a capacitação de 450 profissionais das Regionais de Saúde e de 155 prestadores em Citologia, Anatomia Patológica e Mamografia, no Sistema de Informação do Câncer (SISCAN).

Realizou-se a organização do Movimento Outubro Rosa, articulando ações com as Regionais e municípios com o intuito de chamar as mulheres para realização de mamografia, com atenção especial para as que pertencem ao grupo de risco. Foi elaborado e distribuído material educativo de câncer de colo e de mama para a população por meio de 100.000 folders para divulgação de ações de prevenção do câncer de colo de útero, 200.000 folhetos e 30.000 cartazes para divulgação de ações de prevenção de câncer de mama.

Nas ações de **Saúde Bucal**, houve a distribuição de 430.000 sachês de fluoreto de sódio para o Programa Estadual de Bochechos com Flúor aplicado nas escolas públicas, em crianças na faixa etária de 06 a 15 anos de idade, e a implementação do Programa de Monitoramento da

Fluoretação das Águas de Abastecimento Público no Paraná com a criação de um Comitê de Apoio. Aquisição e distribuição de 70 equipamentos odontológicos para as Unidades de Saúde da Família, no valor total de R\$ 811,3 mil.

Para a **Melhoria do Acesso e do Cuidado em Saúde das Comunidades Vulneráveis** a Secretaria destinou o incentivo estadual para as comunidades quilombolas, localizadas em 18 municípios (Adrianópolis, Agudos do Sul, Campo Largo, Cândói, Castro, Cerro Azul, Contenda, Curiúva, Dr. Ulisses, Guairá, Guaraqueçaba, Ivaí, Lapa, Palmas, Ponta Grossa, São Miguel do Iguaçu, Tijucas do Sul e Turvo), no montante de R\$ 316,8 mil. Foram realizados dois Seminários Macrorregionais de Saúde da População Negra, em Foz do Iguaçu e Guarapuava, para a Implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

O **Programa Estadual de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde (COMSUS)** é a principal estratégia da SESA para o Fortalecimento do Desenvolvimento Regional na Atenção à Saúde. O COMSUS visa qualificar a atenção ambulatorial secundária, com a implantação dos Centros de Especialidades do Paraná, por meio de parcerias entre a SESA e os Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS).

Em 2013, foram mantidos os convênios com 22 Consórcios Intermunicipais de Saúde do Paraná para repasse de recursos de custeio, visando ampliar a oferta de serviços ambulatoriais especializados (programados R\$ 10,0 milhões). Destinaram-se ainda R\$ 26,9 milhões para aquisição de equipamentos pelos Consórcios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Cornélio Procópio e Toledo e para as obras dos Centros de Especialidades do Paraná de Cascavel, Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

A SESA possui uma rede própria de 16 hospitais em funcionamento, prestando atendimento nas especialidades: geral, pediatria, fisiologia, psiquiatria, hanseníase, reabilitação e infectologia. Com o objetivo de minimizar o déficit de leitos no Estado do Paraná, ampliar a cobertura assistencial e o acesso da população, foram adotadas estratégias para a ampliação e qualificação de leitos nos Hospitais Próprios do Estado.

De 2011 a 2013, foram implantados 122 novos leitos hospitalares, destes 22 de UTI adulto e 17 de UTI Neonatal. Com a oferta destes novos leitos, a população passou a contar com um total de 156 leitos de UTI nos Hospitais Próprios da SESA, o que representou um acréscimo de 24%. Os Hospitais próprios integram as Redes de Atenção à Saúde do Estado do Paraná, cujos leitos estão disponibilizados na Central de Regulação, a fim de possibilitar o seu uso dinâmico e garantir a retaguarda a pontos de atenção de menor complexidade.

A qualificação dos leitos implicou em readequação física e tecnológica com vistas à qualificação da assistência, aquisição dos equipamentos de maior valor agregado, disponibilidade de recursos humanos compatível com o porte hospitalar e assistencial, eficiência dos leitos, reorganização dos fluxos e processos de trabalho, realização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos necessários à complexidade dos casos, desenvolvimento de atividades de educação permanente para as equipes. Foram investidos R\$ 61,5 milhões em equipamentos e obras, incluindo adequações de infraestrutura, estruturação de Centros de Diagnóstico por Imagem, Centros Cirúrgicos, leitos de UTI, dentre outros.

Foram programados recursos para os hospitais universitários públicos estaduais, envolvendo R\$ 319,7 milhões para pessoal, R\$ 36,5 milhões para custeio, R\$ 3,0 milhões para equipamentos e R\$ 14,1 para obras nos HU de Cascavel e Maringá, Clínica de Órtese e Prótese da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Clínica de Fisioterapia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

O **Programa Farmácia do Paraná**, cujo objetivo é a promoção do acesso da população a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, iniciou a estruturação das farmácias das Regionais de Saúde (RS) em 2011. Em 2013, foram inauguradas cinco farmácias nas RS de Cascavel (10ª RS), Toledo (20ª RS), Telêmaco Borba (21ª RS), Londrina (17ª RS) e Jacarezinho (19ª RS).

No que se refere ao apoio técnico e financeiro aos municípios, a SESA implantou o Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica Básica com o repasse de R\$ 2,7 milhões, beneficiando os 312 municípios com até 20 mil habitantes. Ao Consórcio Paraná Saúde, que abrange 391 municípios, destinaram-se R\$17,9 milhões de contrapartida estadual. Para a assistência farmacêutica básica e insumos para diabetes, foram destinados R\$ 7,7 milhões aos 08 municípios não consorciados. Por meio do CEMEPAR, a SESA distribuiu diretamente R\$ 87,4 milhões de unidades de medicamentos, num total de R\$ 478,6 milhões, às Unidades Próprias e às Regionais de Saúde com posterior repasse aos municípios paranaenses.

Ressalta-se que no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), referente aos medicamentos relacionados às linhas de cuidado das patologias contempladas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde, com responsabilidades compartilhadas entre as três instâncias gestoras do SUS, o Paraná atendeu a 115 mil pacientes cadastrados.

Dentre as ações para implementação da **Política de Vigilância e Promoção em Saúde**, destacam-se:

- Implantação do Programa de Qualificação e Fortalecimento das Ações de Vigilância em Saúde (VigiaSUS), com repasse de R\$ 30,0 milhões, sendo R\$ 18,0 milhões para custeio e R\$ 12,0 milhões para capital/investimento, com a adesão de 100% dos municípios do Estado. Com este incentivo, dezenas de municípios puderam fazer o enfrentamento adequado da dengue e adquirir 230 veículos para as ações de vigilância em saúde.
- Apoio à implantação de Núcleos de Prevenção de Violência e Promoção da Saúde (NPVPS), com repasse de R\$ 780,0 mil a 26 municípios.
- Entrega de 557 computadores para 397 municípios participantes do Programa Estadual de Fortalecimento da Rede de Informação em Saúde do Trabalhador no Paraná.
- Reforma do Núcleo de Entomologia de Guaira.
- Elaboração do Projeto para ampliação da Fase II do Laboratório Central do Estado (LACEN/PR), Unidade Guatupê, com área de 2.500m<sup>2</sup>, no valor de R\$ 238,0 mil.
- Implantação da Unidade de Campo do Centro de Informações e Respostas Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) em Curitiba, Bairro CIC, com reforma do antigo prédio do Laboratório de Produção de Alimentos.

- Investimento no parque tecnológico do LACEN e do Centro de Pesquisa e Produção (CPPI), na aquisição de 219 equipamentos no valor aproximado de R\$ 2,0 milhões.
- Enfrentamento da epidemia de dengue, com apoio técnico aos municípios, capacitação de profissionais, distribuição de testes rápidos para diagnóstico, apoio laboratorial pela Rede Latim, material educativo, 2.040 equipamentos de proteção individual, 210 máquinas costais de aplicação de inseticidas e 39 veículos para aplicação de “fumacê” disponibilizados. Além disso, ações integradas com órgãos como Ministério Público, SEED, Conselhos de Saúde, entre outros.
- Enfrentamento da reemergência de casos de gripe mediante: distribuição de 300 mil tratamentos com o antiviral oseltamivir (Tamiflu), apoio laboratorial; informação à população e profissionais de saúde; monitoramento dos vírus respiratórios por meio de 54 unidades sentinelas; implantação de nova metodologia - inédita no Brasil - de pesquisa de 26 vírus respiratórios; dois seminários e diversas videoconferências para organização da assistência, integrando a Atenção Primária aos pacientes; integração com as sociedades científicas; entre outras ações.
- Cura de 90% dos casos novos de hanseníase e acompanhamento de mais de 90% dos contatos dos doentes (o 1º Lugar no Brasil). Além disso, foi realizada a reabilitação de pacientes com sequelas, resultando 51 cirurgias pelo Centro Hospitalar de Reabilitação.
- Reestruturação da rede de atendimento de Tuberculose com a metodologia do Tratamento Diretamente Observado (TDO) em todos os municípios, resultando em mais de 95% de cura dos pacientes.
- Investigação de 100% dos óbitos ocorridos no Paraná, percentual alcançado somente pelo Estado do Paraná.
- Implantação da Rede de Atenção aos portadores de hepatite C, com a introdução de dois novos inibidores de protease.
- Capacitação de 2.391 profissionais para realização de teste rápido de diagnóstico de HIV, Sífilis e hepatites B e C.
- Realização de todas as campanhas vacinais do calendário oficial, com alcance das metas preconizadas.
- Desenvolvimento da política estadual de atenção integral à saúde do trabalhador, com diversas capacitações, ciclos de debates com todos os segmentos envolvidos, ampliação das fontes de notificação, entre outras ações.
- Coordenação do Projeto Vida no Trânsito no Paraná de forma articulada com outras instituições como o DER, SESP, DETRAN, SEED e aprovação de Decreto Estadual nº 8.389, de 18/06/2013, que instituiu a Comissão Estadual Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito.
- Realização da Operação Verão 2012/2013 com ações conjuntas com municípios do Litoral, com a inspeção em serviços de alimentação e de venda de alimentos em geral, realização da Campanha Fique Sabendo (teste rápido HIV, Sífilis e Hepatite C),

monitoramento de acidentes com animais peçonhentos, distribuição de material informativo, entre outras ações. Além disso, o Grupo de Trabalho Saúde Litoral, em parceria com a Administração de Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), promoveu várias reuniões com órgãos municipais e estaduais, construindo estratégias conjuntas de organização dos municípios do litoral, apoio e desenvolvimento de ações de acordo com os objetivos previstos no Decreto nº 3.911/2012.

- Execução, em conjunto com o município de Foz do Iguaçu e Governo Federal, das ações de vigilância em saúde no Evento X GAMES - Extreme Games, realizado em Foz do Iguaçu, em abril.
- Realização pelo Latim e sua rede de 08 laboratórios regionais de 274.618 exames de epidemiologia (controle de doenças) e 69.192 da área de vigilância sanitária e ambiental. Também foi indicado pela ANVISA para fazer parte da Rede de Monitoramento de Resistência Microbiana como Referência da Região Sul.
- Publicação da Resolução Estadual SESA/PR nº 62/13, que instituiu as bulas para medicamentos manipulados no Paraná, regulamentando a Lei Estadual n.º 17.051/13.
- Implantação do Projeto Mãos Limpas Paciente Seguro em 75 hospitais que possuem unidades de terapia intensiva, com o objetivo de estimular a correta e oportuna higienização das mãos por parte dos profissionais de saúde na assistência ao paciente como principal medida para a redução da incidência de infecção hospitalar.
- Monitoramento de culturas de frutas, verduras e legumes comercializadas no Paraná quanto ao nível de agrotóxicos, dentro do Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA), com a análise de 54 amostras coletadas no CEASA pela vigilância sanitária de Curitiba e diretamente das propriedades rurais pela ADAPAR/SEAB.

Quanto à **Gestão do Trabalho**, a SESA possuía em seu quadro, em outubro, 8.923 servidores efetivos com 1.777 em estágio probatório. No ano de 2013, foi autorizada a nomeação de 946 novos servidores. Com o objetivo de estabelecer um fórum permanente de negociação entre gestores e trabalhadores do SUS, a Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS (MENP-SUS/PR) esteve em funcionamento, com a realização de 11 reuniões.

A Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP) e o Centro Formador de Recursos Humanos na reforma administrativa da SESA foram unificados nesta gestão potencializando o desenvolvimento da Política Estadual de Formação e Educação Permanente para o SUS. Em abril, a ESPP foi credenciada pelo Sistema Estadual de Educação para a oferta de cursos próprios em nível de especialização, garantindo maior autonomia.

Em 2013, formaram-se 3.354 profissionais para o SUS, sendo 2.359 em cursos de formação profissional para o trabalho e 995 em processos de aperfeiçoamento profissional, atendendo às necessidades dos municípios e demais serviços do SUS. Por meio de parcerias, a ESPP possibilitou a formação de 820 profissionais e a inclusão de mais 301 em cursos de especialização que permaneceram em desenvolvimento até o final do ano.

Em relação à **Estruturação das Ouvidorias do SUS no Paraná**, que são espaços para a participação social, destacam-se: implantação de mais 94 ouvidorias municipais de saúde; capacitações para as 22 Ouvidorias Regionais de Saúde; implantação de Ouvidorias de Saúde em 17 Unidades Próprias da SESA e em 22 Consórcios Intermunicipais de Saúde e o lançamento da Cartilha de Direitos dos Usuários de Saúde.

A Ouvidoria Geral da Saúde recebe ligações pelo 0800-644-4414, por meio de um Sistema Inteligente que reconhece o município de origem e transfere a ligação à sua respectiva Regional, e fazem registro das manifestações por meio do Sistema Integrado de Ouvidorias (SIGO).

No que se refere à Diretriz de **Qualificação dos Gastos e Ampliação de Recursos para o Financiamento do SUS**, o Governo do Estado investiu no aumento de recursos para a área de saúde desde o início do governo. Considerando somente os recursos do tesouro estadual, o incremento do orçamento inicial de 2012 para 2013 foi R\$ 318,2 milhões, passando de R\$ 1,7 bilhão para cerca de R\$ 2,0 bilhões. Ao final de novembro, o total orçamentário da fonte 100 alcançou o valor de R\$ 2,3 bilhões, o que corresponde a mais R\$ 300,0 milhões sobre o Orçamento Inicial.

Em relação à aprovação do novo arranjo legal do **Fundo Estadual de Saúde (FUNSAUDE)** foi publicada a Lei Complementar Estadual nº 152, de 10/12/2012, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 7.986, de 16/04/13.

A SESA estabeleceu a Modernização Administrativa como uma de suas prioridades, sendo a revisão do organograma de funcionamento uma das ações prioritárias. Por meio da Lei Estadual nº 17.464, de 02/01/13, ocorreu a reestruturação dos cargos de provimento em comissão na SESA. A Resolução SESA nº 158/2013, de 04/03/13, instituiu a Comissão para estudo e elaboração do novo regulamento, tendo em vista a aprovação da Lei nº 17.464.



*Secretaria da Segurança Pública*



**A MAIOR  
CONTRATAÇÃO  
DE POLICIAIS  
DA HISTÓRIA  
DO PARANÁ.**

POLÍCIA MILITAR    AMBIENTAL    CIENTÍFICA    BOMBEIROS    POLÍCIA CIVIL

**PROTEÇÃO  
À VIDA.**  
METAS DE REDUÇÃO  
DE HOMICÍDIOS ATÉ 2015  
(A CADA 100 MIL HABITANTES)





## 25 Secretaria de Estado da Segurança Pública

---

O campo de atuação da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) compreende a manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade pública, pela prevenção, apuração e repressão das infrações penais e dos atos antissociais; a identificação humana, civil e criminal, nos termos da lei; o registro e controle das informações criminais, garantindo os direitos individuais, o cumprimento da lei e o exercício dos poderes constituídos; a realização de exames de corpo de delito; a prevenção e a extinção de incêndios e a realização de buscas e salvamentos.

Preliminarmente, é importante informar que a coleta dos dados referentes aos registros de ocorrências policiais no Estado do Paraná é feita por meio do Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) e preenchido pelas polícias civil e militar do Estado do Paraná, alimentando um único banco de dados. Esse sistema possui filtros que ajudam na diminuição considerável das duplicações de informações.

Os dados relativos aos crimes de homicídios, cujo tipo penal foi utilizado para balizar a redução da criminalidade e indicador de metas para ser alcançado nos anos de 2012/2015 (taxas por grupo de 100 mil habitantes informados no PPA 2012/2015), são extraídos do Sistema de Controle de Ocorrências Letais (SCOL), alimentado pela Polícia Civil e que registra cada vítima, o que proporciona uma alta confiabilidade dos números dessa natureza criminal.

A **Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE)**, unidade da Secretaria, é responsável pelo controle de qualidade desses números, verificando diariamente possíveis variações.

O tratamento das informações produzidas pela CAPE é feito por analistas (policiais civis e militares) com criteriosa depuração nos números, sempre auditados por um segundo analista, todos treinados em diversos cursos, inclusive pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça (SENASP/MJ).

Os processos utilizados são constantemente aprimorados, buscando a excelência no tocante às estatísticas de segurança pública, em parceria com outras Secretarias, autarquias e instituições do próprio Estado do Paraná e/ou outros estados da Federação.

Neste diapasão, compete a CAPE a promoção da sistematização do tratamento das informações e dos dados e registros efetuados pelas polícias civil, militar e científica; a análise dos eventos criminais e o planejamento das ações a partir de um modelo sustentável; a promoção da integração das informações oriundas das instituições envolvidas nas questões de segurança pública no que concerne ao planejamento de ações policiais de prevenção e repressão criminal; a implantação de um amplo processo de capacitação e conscientização dos envolvidos no processo; o subsídio com análises geocriminais, socioeconômicas e mapas georreferenciados para as instâncias superiores responsáveis pela tomada de decisões nessa área, promovendo o planejamento de ações para a segurança pública do Estado; a sistematização das estatísticas criminais do Estado, bem como a promoção de estudos específicos de natureza socioeconômica e treinamentos nas áreas de estatística e de análise criminal.

Tendo em vista o plano de metas instituído pelo Governo do Estado do Paraná, para a área de segurança pública, no que tange, principalmente, à redução da criminalidade urbana e rural, a CAPE elaborou um caderno com a apresentação da Metodologia de Cálculo dos Quantitativos de Homicídios, com foco no alcance da meta fixada no Plano Plurianual 2012/2015, que estabelece as taxas de redução de vítimas de homicídios para os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente, em 26,0, 24,5, 23,0 e 21,5, por grupo de 100 mil habitantes.

Destarte, mediante o compromisso de promover, de forma efetiva, a redução da criminalidade e tendo a CAPE como unidade de controle e de acompanhamento das metas, é norma interna da Coordenação a elaboração de relatórios mensais com a exposição estatística individualizada de cada uma das 23 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), apresentando os números absolutos e metas a serem atingidas no transcorrer do ano.

Diante de todo esse fato de natureza complexa, que é a redução da criminalidade, utilizando-se como indicador o crime de homicídio, o Estado do Paraná, por meio das instituições policiais civil e militar e a realização de diversas ações e/ou operações policiais nas áreas da prevenção e repressão, promoveu a redução do número de vítimas do crime de homicídios no curso do ano de 2013 (números absolutos), bem como o atingimento da meta estipulada para o período de janeiro a outubro.

Fazendo um estudo comparativo do período acumulado de janeiro a outubro, com igual período de 2012, constatou-se a redução de vítimas do crime de homicídio no Estado do Paraná, no percentual de 17,8%, salientando que no período acumulado do ano de 2012 foram 2.567 vítimas e 2.110 no mesmo período de 2013, com uma redução de 457 vítimas.

Por outro lado, no que tange à meta estipulada para o mesmo período, apura-se que o Estado do Paraná também atingiu o patamar almejado com situação descrita como sendo de “dentro da meta acumulada” para o período, ou seja, o estimado seria de 2.234, todavia, obteve-se como valor absoluto acumulado o número de 2.110 vítimas, fato que caracteriza o atingimento da meta e com 124 vítimas abaixo do estimado.

Por fim, em face do diagnóstico e estimativa estatística e, ressalvado o fator histórico e relevante de que o quarto e último trimestre dos anos anteriores (outubro/dezembro) vem se apresentando com maior número de ocorrências do crime de homicídios, pode-se esperar de forma significativa a redução do número de vítimas no Paraná e atingimento da meta estipulada para o ano (2.681 vítimas) e da respectiva taxa por grupo de 100.000 mil habitantes (24,5).

A **Polícia Civil do Paraná** é responsável pela atividade de polícia judiciária em todo o Estado, pelo desenvolvimento de ações do governo de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranqüilidade pública e a proteção da sociedade contra violações e malefícios.

O Departamento da Polícia Civil (DPC), mesmo diante das adversidades ocasionadas pelas crises financeiras, econômicas e sociais que afetam a área da segurança pública, tem pretendido sempre, diretamente com as suas unidades operacionais e administrativas e, de forma integrada, com o apoio de outros órgãos da administração pública, da iniciativa privada e da sociedade civil, proporcionar o melhor em qualidade de vida aos cidadãos e a toda comunidade paranaense, com

o efetivo exercício dos serviços de Polícia Judiciária, cuja missão preponderante é a preservação da vida, a manutenção da paz e da tranqüilidade, em estrito cumprimento ao que prevê o texto constitucional e as metas governamentais estabelecidas, em consonância com os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Para isso, tem incessantemente procurado desenvolver estratégias e mecanismos eficientes para o combate à criminalidade dentro do território estadual, conforme se demonstra sucintamente a seguir.

Durante o ano de 2013, o DPC, por meio das suas divisões, grupos e Escola Superior da Polícia Civil (ESPC), executou projetos e cursos de capacitação, reestruturação, treinamento e formação de profissionais.

O quadro de pessoal da Polícia Civil foi acrescido de mais 59 policiais civis, sendo 30 por nomeação e 29 por determinação judicial. Além desses, foram incluídos 33 funcionários do quadro administrativo e comissionados, totalizando 92 pessoas. Houve também a exclusão de 219 pessoas, por motivos de aposentadoria, falecimento, exoneração, entre outros.

Com o objetivo de aprimorar as atividades de polícia judiciária e o atendimento ao público, foram realizados os cursos de formação profissional pela ESPC, para as carreiras de Escrivão de Polícia (duas turmas), Investigador de Polícia (duas turmas), Papiloscopista (duas turmas), Guarda Municipal de Campo Largo (uma turma), Guarda Municipal de Curitiba (uma turma). A ESPC realizou também cursos de capacitação de Atendimento ao Cidadão, Trekking e montanhismo, Aikido - Vivência de Autoconhecimento, Curso Tático de Neutralização, Curso de Operações de Inteligência para grandes eventos, Negociador Policial em Ocorrências de Crise; Escolta, batedores e segurança de dignitários; treinamento do uso legal da arma de fogo para policiais civis do Estado do Paraná, treinamento para Instrutores e Tiro, treinamento sobre o Novo Sistema de Gestão de Pessoas a ser utilizado pelo DPC, no interior do Estado; treinamento de Padronização de Técnicas para Policiais da Delegacia de Homicídios; treinamento de Padronização e Técnicas para a Divisão de Estadual de Narcóticos (DENARC) - em Cascavel, Curso de Local de Crime para Profissionais de Segurança Pública - nível multiplicador - SENASP, além de diversas palestras sobre assuntos inerentes à segurança pública e de conhecimentos gerais.

O Centro de Operações Policiais Especiais (COPE) promoveu diversos cursos de capacitação, dentre eles os de pilotagem de motocicletas, tiro com fuzil; operadores de motonauta (*jet ski*); operadores de pistolas elétricas (Taser), abordagem, condução de suspeitos e instrução de defesa pessoal; promoveu palestras para funcionários e para outras instituições, além de prestar apoio a diversas unidades policiais da Capital e do interior do Estado; atendeu cerca de 122 casos de roubos a caixa eletrônicos, inclusive com a prisão de quadrilhas envolvidas com este tipo de crime.

O Núcleo de Inteligência e Operações Especiais da Corregedoria Geral da Polícia Civil, além das atribuições de ordem disciplinar interna, inscreveu funcionários no Curso de Assuntos Internos com o FBI; Curso de Segurança Corporativa com a ABIN e o II Seminário Internacional de Segurança Pública, Tecnologia e Inovações em Segurança Pública, com a UFSC.

A Delegacia de Explosivo Armas e Munições (DEAM) tem como uma das principais atribuições a vistoria e fiscalização de produtos controlados em empresas químicas, mineradoras,

fogos de artifício, blindagem, armas e munições, entre outras. Em 2013, realizou mais de 1.137 vistorias e inscreveu servidores nos cursos de capacitação em Manutenção de Armas, em Porto Alegre-RS, Blaser Pirotécnico, Capacitação e Fiscalização de Produtos Controlados, Intervenção em Incêndio de Cargas Perigosas e outros, em Curitiba. Foram capacitados 963 policiais, em cursos realizados na ESPC e mais 1.745, que assistiram às palestras e frequentaram programas permanentes, totalizando 2.708 alunos capacitados.

O Grupo Auxiliar de Planejamento (GAP) tem como atribuições a elaboração orçamentária, o controle de informações, pelo Setor de Estatística e a elaboração de projetos para o DPC, com recursos oriundos, principalmente da SENASP e do FUNESP. Em 2013, foram elaborados 12 projetos relevantes, como o que visa à reestruturação das Subdivisões Policiais com a criação da Subdivisão Policial de Cianorte, reequipamento da recém-criada Coordenadoria das Delegacias da Mulher (CODEM); reestruturação das Delegacias da Mulher, padronização de uniformes; aquisição de software para análise e gestão de informações, reequipamento para as Delegacias do Adolescente e NUCRIA, Seminário III e do Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação; preparatório de seminário sobre violência infanto-juvenil e reestruturação do Centro Antitóxicos de Prevenção e Educação; reequipamento das Delegacias de Homicídios do Paraná, do DENARC e dos Núcleos de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas (NRTID) e outros.

As Delegacias Especializadas, Divisões e Subdivisões Policiais, Grupos Especiais, Agência de Inteligência e Núcleos são unidades policiais essencialmente operacionais e independentemente das atividades rotineiras, elaboram e também participam de operações policiais que, em obediência à Ordem de Serviço nº 008/2013, devem ser coordenadas pela Assessoria de Planejamento Operacional (APO), para fins de controle e quantificação. Embora algumas operações policiais sejam programadas de forma permanente, outras repercutiram em nível nacional, como é o caso da Operação Évora, que investigou banco de ossos clandestino, em Londrina; o caso do Hospital Evangélico, que envolvia o aceleração das mortes de pacientes na UTI daquele hospital; a Operação Narciso II, fases A e B, em ação conjunta com o Conselho Regional de Educação Física e Vigilância Sanitária, visando combater o uso de anabolizantes em Curitiba e Região Metropolitana e a Operação Paraná em Ação, que envolveu a participação de outras instituições oficiais.

Ressalte-se que no Interior do Estado do Paraná houve a realização de, pelo menos, 240 operações policiais, com grandes apreensões de drogas, veículos, armas e diversas pessoas presas. Algumas dessas operações policiais abrangeram todo o Estado e foram realizadas por etapas, como é o caso da Nhapecani, Operação Liberdade, Cataclismo, Exposições Agropecuárias, shows e eventos, Operação Cinturão (Região Metropolitana), PC-27 (fases I e II) e outras, que totalizaram aproximadamente 320 ações neste sentido. Todas as operações policiais realizadas tiveram resultados expressivos, com destaque para a Operação PC-27, que resultou na prisão de 585 pessoas.

A manutenção do DPC foi realizada de forma comedida, sem a expansão das atividades, tendo em vista que os recursos disponibilizados ficaram aquém do necessário.

Foram adquiridas 343 viaturas e diversos equipamentos por meio do FUNESP, e distribuídos para Delegacias de Polícia da Capital e do interior do Estado e também para equipar e

mobiliário unidades policiais recém-instaladas como a Coordenadoria da Delegacia da Mulher (COEDM) em Curitiba e as Delegacias de Homicídios de Londrina, Cascavel e Maringá. Foram também realizadas pequenas reformas com a utilização de recursos do Fundo Rotativo, que atendeu mais de 200 Delegacias de Polícia na aquisição de material de consumo e realização de serviços de terceiros.

Em 2013, no âmbito da reestruturação e ampliação das instalações físicas das unidades da Polícia Civil, foram concluídos os projetos de implantação de nove Delegacias Cidadãs, sendo três em Curitiba (Tarumã, São Lourenço e Sítio Cercado) e seis nos municípios de Fazenda Rio Grande, Colombo, Araucária, Pinhais, Matinhos e Guaratuba, com licitações das obras previstas para dezembro de 2013 e janeiro de 2014. Ainda no âmbito das Delegacias Cidadãs, foi contratada a elaboração do Projeto Padrão 1-A, que consiste em uma delegacia com área de pouco mais de 300,00 m<sup>2</sup> para implantação em municípios com população reduzida.

A antiga sede da Delegacia de Vigilância e Capturas de Curitiba encontrava-se em estado estrutural crítico e em novembro foi demolida. O setor de manutenção de rádios que funcionava no local foi realocado para a nova sede que fica no prédio ao lado.

O Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA) tem previsão de reforma e ampliação das sedes em Ponta Grossa, Londrina e Paranaguá. As licitações foram realizadas em novembro e a licitação para o NUCRIA de Paranaguá foi dada como deserta.

A Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba possui em desenvolvimento projetos de reforma e ampliação com previsão de entrega para março de 2014. Encontra-se em trâmite a solicitação de elaboração de projetos de implantação de Delegacia Cidadã nos municípios de Ivaiporã, Laranjeiras do Sul e Almirante Tamandaré, de reforma e ampliação para o 11º Distrito Policial da Cidade Industrial de Curitiba e de projeto de implantação da Agência de Inteligência da Polícia Civil, em Curitiba.

No âmbito do **Instituto de Identificação (IIPR)**, as principais realizações em 2013 compreenderam a formalização de convênio com o DETRAN, para prestação de serviços de ambas as instituições em espaços físicos comuns, proporcionando maior comodidade à população; termo de cooperação com a SEJU para identificação dos custodiados junto ao Sistema Penitenciário do Paraná; convênios com prefeituras para prestação de serviços públicos de identificação civil, com posterior expedição de carteiras de identidade, bem como atestado de antecedentes criminais e demais certidões à população; convênio com a SEED - Identidade Cidadã nas Escolas, para implementação do serviço de emissão de Carteiras de Identidade por professores nas escolas da rede estadual de ensino.

Foram implementados novos serviços à população, compreendendo: agendamento eletrônico *online* para confecção da Carteira de Identidade; serviço de SMS para celular referente ao agendamento Eletrônico realizado; Serviço de Atendimento Automatizado via Telefone (URA) e avanços tecnológicos, tais como: implementação do Business Intelligence (BI) como ferramenta de gestão da informação do IIPR; ampliação de 33 Postos Totalmente Informatizados (PATI); ampliação do Sistema Parcialmente Informatizado (PAPI) em 256 unidades.

Outras ações relevantes: implementação do Complexo Técnico em Londrina (disponibilização dos serviços de Perícia em Local de Crime, Coleta Papiloscópica e Necropapiloscópica, Laboratório, Retrato Falado e Museu); implementação de Postos de Atendimento em Unidades do Sistema Penitenciário (Casa de Custódia de Curitiba/Piraquara); conclusão da reforma do Posto de Atendimento Bacacheri - P.005; integração dos serviços IIPR/DETRAN em Londrina e Nova Aurora.

Avanços científicos compreendendo: 1º Encontro sobre a Interoperabilidade do IIPR (CELEPAR/MJ-RIC/MPlan/INI/SEJU/TJPR/IIRS/IISC); participação na formação da Instrução Normativa (TJ/SESP/PC/MP/SEJU); reunião técnica sobre o Uso da Tecnologia Biométrica no Estado do Paraná; nomeação de 06 novos papiloscopistas.

Além das ações elencadas vale salientar: aquisição de 06 viaturas (SESP); aquisição de equipamentos de laboratório - câmera de fumigação, chapas de aquecimentos, lanternas; aquisição de 160 computadores, 20 notebooks, 04 *scanners*.

ESTATÍSTICA DOS DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELO IIPR

EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS	EXERCÍCIO 2013 (JAN/OUT)
Carteiras de Identidade (produção em Postos)	482.568
Carteiras de Identidade (Eventos de Cidadania)	14.387
Atestados de Antecedentes Criminais	43.312
Relatórios de Antecedentes Criminais	32.900
Certidões Negativas	3.172
Certidões (INSS/Cadastro)	2.594
Laudos Papiloscópicos	1.352
Laudos Necropapiloscópicos	9
Pareceres Técnicos	4.504
Relatórios de Confronto Papiloscópico	1.248

ESTATÍSTICA DOS SERVIÇOS REALIZADOS PELO IIPR

SERVIÇOS	EXERCÍCIO 2013 (JAN/OUT)
Atendimentos - Locais de Crime	1.027
Coletas Papiloscópicas	3.222
Coletas Necropapiloscópicas	2.684
Representações Faciais Humanas (Retrato Falado)	136

A **Polícia Militar do Paraná (PMPR)** está presente em todo o Estado do Paraná, atuando ostensiva e repressivamente, com todo o seu efetivo, nas cidades, estradas, matas, rios e mar. Com a moderna filosofia do Policiamento Comunitário, a PMPR trabalha para garantir a paz, a proteção de vias e de bens de toda a comunidade paranaense. As principais operações policiais realizadas em 2013 foram as seguintes:

- Operação Verão 2012/2013 - realizada no período de 16 de dezembro de 2012 a 18 de fevereiro de 2013, com o envolvimento das Unidades Operacionais dos Comandos Regionais, além do Corpo de Bombeiros e dos órgãos de direção e apoio da PMPR, desenvolveu ações isoladas e em conjunto com outros órgãos de segurança pública, de fiscalização e de proteção e defesa comunitária afins da esfera federal, estadual e municipais, no policiamento ostensivo, preventivo e repressivo fardado, nas áreas urbana, rural, rodoviária e ambiental, para garantir o exercício dos poderes constituídos, atuando preventivamente como força de dissuasão nos locais onde seja presumível a perturbação da ordem e repressivamente, realizando atividades de busca, salvamento e socorro público, prevenção e combate a incêndios, prevenção de acidentes de trânsito urbano e rodoviário, propiciando o máximo de segurança e tranquilidade aos veranistas.
- Operação Carnaval - realizada no período de 08 a 13 de fevereiro, com o envolvimento dos Comandos Regionais e do Comando do Corpo de Bombeiros, com o objetivo de estabelecer formas de coordenação e de atuação conjunta e integrada dos efetivos policiais-militares e bombeiros-militares, com integrantes de outros órgãos de segurança pública, de proteção e de defesa comunitária e de fiscalização das esferas federal, estadual e municipais, principalmente o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guardas Municipais, Conselhos Tutelares, DETRAN e órgãos municipais de trânsito. Foi realizado o policiamento ostensivo geral e de trânsito nas áreas e locais de concentração popular, vias, ruas, logradouros, espaços abertos destinados aos festejos carnavalescos.
- Operação Nhapecani - todo o efetivo operacional da PMPR intensificou as ações de policiamento ostensivo, principalmente por meio de bloqueios de via, batidas policiais e abordagens, em locais selecionados de forma estratégica em todo o Estado (principais rotas utilizadas pelo crime, fronteira, divisas, locais com preocupante incidência de crimes e etc.) em períodos que compreenderam três dias em média em cada versão da operação. Foram realizadas nove versões da operação até novembro, com resultados expressivos como a abordagem de 305.560 pessoas e 166.234 veículos, apreensão de 4.011 quilos de maconha, 32 quilos de cocaína, 93.060 pedras de crack, 742 prisões em flagrante e lavratura de 19.878 autos de infração de trânsito.

O ano de 2013 foi marcado por diversas manifestações em todo o país, eventos estes deturpados pela presença e ação de marginais e vândalos que promoveram desordem, diversos danos ao patrimônio público e privado e outros crimes. No Paraná a PMPR se articulou com diversos outros órgãos para se antecipar a estas práticas criminosas, mobilizando grande efetivo principalmente na Capital do Estado, conseguindo resultados positivos na prisão desses vândalos e prevenindo a prática desses tumultos em todo o Estado. Dentre as diversas operações policiais destacou-se a Operação Independência na qual mais de 400 policiais foram aplicados no policiamento ostensivo e velado, para prevenir e reprimir manifestações violentas no Centro Cívico de Curitiba, durante o desfile de 7 de Setembro, com grande êxito.

Outras operações de grande envergadura como Bloqueios Coordenados, Parênteses, Simultânea, Porto Rico, Agosto Seguro, Ilha Grande, ENEM e Reintegração de Posse do Conjunto Habitacional Iguazu III, em Curitiba.

Disponibilização de helicópteros pelo governo estadual para as operações policiais e auxiliar o esforço primário, na atividade de policiamento preventivo, na busca da redução da criminalidade. O policiamento realizado pela Operação Aeronave foi aplicado nos locais, datas e horários de maior incidência de delitos com a finalidade de aumentar a eficácia da PMPR durante a execução das atividades de preservação da ordem pública, prestar apoio à tropa empenhada em terra, participar de ações de socorro público, propiciar aumento na sensação de segurança da comunidade, melhorando a operacionalidade e o tempo de resposta da Corporação.

Além das operações planejadas pelo Estado-Maior da PMPR e desenvolvidas em todo o Estado, os Comandos Regionais também desenvolveram operações próprias em suas respectivas regiões, compreendendo as ações das Unidades Operacionais dos Batalhões da Polícia Militar que utilizam o emprego temporário de meios operacionais, em eventos previsíveis que exijam esforço específico tais como: concursos, datas festivas e comemorativas (Dia Internacional da Mulher), manifestações grevistas, escoltas de times, carnaval, bazares beneficentes, leilões judiciais, Natal, combate a perturbação do sossego, campeonatos desportivos diversos, debates políticos, combate ao trabalho infantil, outras atividades comunitárias, parada da diversidade, provas de pedestres, Jeep Clube, desarmamento, policiamento em shows diversos, desfiles cívicos, festivais de música, Ação Integrada de Fiscalização Urbana (AIFU), apoio a outros órgãos, *blitz* de trânsito, escolta de presos, escolta de valores, cumprimento de mandados judiciais, rodeios, barreira sanitária, vistoria em estabelecimentos prisionais, redução de homicídios, saturação, festas de igrejas, quermesses, festas típicas, *rallys*, corridas rústicas, Operação Ágata, em parceria com o Exército Brasileiro (fronteiras), pagamento, jogos escolares, Fórmula Truck, Stock Car, Operação Corpus Christi, Operação Safra, feriados diversos.

Operações Feriados da Páscoa, *Corpus Christi* e XV de Novembro, utilizou o efetivo disponível nos Comandos Regionais em ações preventivas, intensificando o policiamento nas vias que dão acesso ao Litoral e Interior do Estado, no início e final da operação, garantindo segurança e fluidez nas vias públicas.

Operações ordinárias realizadas pelas Unidades Operacionais dos Comandos Regionais desenvolveram-se com a aplicação de efetivo em Rondas Ostensivas Tático-Móveis (ROTAM), para recobrimento da malha protetora, como segundo esforço operacional, em apoio às ações anteriores; aplicação de efetivo integrado e conjugado conforme resultados dos índices de criminalidade e violência obtidos pela análise dos bancos de dados existentes; aplicação de efetivo integrado e conjugado em operações que exijam emprego rotineiro para prevenção a delitos de maior repercussão, tais como Operação Proteção ao Trabalhador, executada nos períodos de pagamento dos funcionários das empresas em geral, Operações de Fiscalização Integradas, entre outras.

As Unidades Operacionais de Área, com apoio das Unidades especializadas da PMPR, realizaram policiamento ostensivo por meio de ações de batida policial (abordagens) a

estabelecimentos comerciais, veículos de transporte de passageiros, veículos de particulares e busca pessoal em pessoas sob fundada suspeita, direcionando o policiamento ordinário em operações presença, utilizando-se de cartão programa cobrindo eixos comerciais (pontos de vendas de combustíveis, farmácias, bares, lojas, lojas de conveniência, panificadoras, pequenos e grandes mercados, mercearias, locadoras de vídeo e lanchonetes), visando proporcionar a necessária segurança e tranquilidade pública, inibindo os crimes contra a vida.

Mediante esforços conjugados e individuais das unidades subordinadas aos Comandos Regionais, foram executadas as atividades de polícia ostensiva, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a preservação da ordem pública, o exercício dos poderes constituídos, atuando de maneira preventiva e repressiva quando da constatação do cometimento de ilicitudes ou perturbação da ordem, garantindo o cumprimento de mandados de reintegração de posse, em todo o Estado do Paraná.

O policiamento no Estado foi intensificado no final do ano nos eventos: Natal no Palácio Avenida, Maratona de Curitiba, Operação Papai Noel, com aplicação de um maior número de policiais militares nos locais e horários comerciais até às 23 horas, quando aumenta o número de pessoas em circulação.

Somam-se a estes resultados as atividades das Unidades Especializadas (UEsp), como o Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) e o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA).

O Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv) desenvolveu ações preventivas, como a participação em 14 edições do Paraná em Ação, atingindo um público estimado de 60.000 cidadãos. Objetivando a diminuição de acidentes, foi intensificada a fiscalização em operações baseadas em estudos dos pontos críticos, em locais mensurados de acordo com o número de acidentes, mortos e feridos. Com base nessas informações, os 58 postos fixos de fiscalização realizaram, diariamente, operações permanência, radar fotográfico e etilômetro, aumentando o número de notificações com o objetivo de diminuir acidentes.

De janeiro a outubro, foram fiscalizados nas rodovias do Paraná 588.705 automóveis, dos quais 146.010 autuados, sendo que, mesmo com todo o esforço despendido, o número de acidentes atendidos no mesmo período foi de 9.592.

As ações de fiscalização contribuíram, sobretudo, para a apreensão de armas e entorpecentes, sendo 24 armas de fogo, 11.049,602 kg de maconha, 628,347 kg de cocaína, 8,090 kg de crack e 235.899 pacotes de cigarros contrabandeados do Paraguai.

Em cada cidade sede de Companhia da Polícia Militar Rodoviária há uma Escola de Trânsito, em ação conjunta com o DER, com vistas à divulgação de conhecimentos de segurança no trânsito para crianças do ensino fundamental, da rede estadual de ensino, tendo sido atendidas 826 escolas, proporcionando conhecimento a 47.908 alunos.

Outra atividade preventiva realizada pelo BPMRv foram as palestras e ações educativas, tendo sido realizadas, janeiro a outubro, 09 campanhas educativas, alcançando um público estimado de 470 pessoas, e 10 palestras, com público estimado em 960 participantes.

Até outubro, o BPMA executou atividades de policiamento ambiental em todas as localidades do Estado, sendo expedidas 27 ordens de serviço de ações e 29 ordens de operações. Foram atendidas 9.684 ocorrências das quais 3.845 somente relacionadas às atividades lesivas ao meio ambiente. Deixou-se de lavrar Autos de Infrações Ambientais, pelo motivo de suspensão do convênio IAP/PMPR/BPMA, desde novembro de 2011. As atividades de fiscalização de flora resultaram na apreensão de 1.645,79 m<sup>3</sup> de madeiras nativas, 3.522 unidades de palmito *in natura*, 2.392 vidros de palmito industrializados, 3.620 kg de pinhão, 10.304,16 m<sup>3</sup> de lenha nativa, 55 motosserras, 87.236,50 kg de carvão e 544,58 hectares de área desmatada fiscalizada. Nas atividades voltadas à fauna, foram apreendidas 4.615 aves e 881 animais. A fiscalização de pesca resultou em 65.658 metros de rede apreendidas e 2.392,23 kg de pescados, 1.197 kg de camarão e 1.536 unidades de caranguejo. Ainda, foram apreendidas 251 armas de fogo e 2.419 munições. Bloqueios de via e abordagens resultaram na apreensão de 3.560,158 kg de maconha, 23 pedras de crack e 0,005 kg de cocaína. Foram presos e autuados criminalmente 532 infratores.

O Comando do BPMA realizou um trabalho de educação ambiental junto a escolas e entidades públicas e privadas, levando a população, principalmente às crianças, a importância da proteção ambiental. Em 2013, foram atingidas aproximadamente 12.000 pessoas por meio de atividades como palestras e exposições de materiais apreendidos, por meio de *blitz* educativas, Paraná em Ação, Programa Guardiões da Natureza, Programa de Proteção a Flora e demais atividades de educação Ambiental.

Essas ações são fundamentais para mostrar à comunidade um pouco do trabalho executado pela Polícia Ambiental, bem como para difundir a legislação ambiental vigente, com a formação de 392 alunos do Projeto Guardiões da Natureza.

A realização de *blitz* educativas, por ocasião de bloqueios de vias nas pequenas localidades do interior do Paraná, visa à conscientização das pessoas mais humildes e que normalmente desconhecem a ilicitude de alguns de seus atos frente ao meio ambiente, tais como a derrubada de uma árvore ou o abate de animais.

Foram implantadas mais duas Unidades do Paraná Seguro (UPS), sendo uma no bairro Guatupê, no município de São José dos Pinhais e outra em Colombo, no bairro Zumbi dos Palmares.

A Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), por intermédio da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), juntamente com os núcleos de ensino espalhados pelo Estado, no cumprimento de suas metas de ensino, nas áreas de formação, especialização, aperfeiçoamento, habilitação e capacitação de recursos para a Polícia Militar, realizou cursos para 2.943 policiais e bombeiros, entre os quais: Curso Superior de Polícia, com 32 formados no mês de dezembro; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, com 71 formados no mês de dezembro; Curso de Formação de Oficiais, com 315 alunos divididos pelos três anos de curso; Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, com 99 alunos formados; Curso de Formação de Soldados, com 547 formados entre abril e novembro; e 1.879 policiais especializados em cursos diversos como Segurança de Dignitários, Gerenciamento e Primeira Intervenção em Crises, Planejamento Operacional,

Policiamento em Estádio de Futebol, Agentes de Defesa Civil, Controle de Distúrbios Civis, Multiplicadores de Polícia Comunitária, dentre outros.

Além disso, foram recrutados 2.433 novos militares, sendo 2.223 policiais e 210 bombeiros, que iniciaram o curso de formação em novembro.

Em termos de estrutura logística para o policiamento ostensivo e às atividades de bombeiro destaca-se a aquisição de 797 novas viaturas de diversos tipos, realizada pela SESP.

No campo de ação da reestruturação e ampliação das instalações físicas, estão sendo finalizados os projetos para construção do Canil do BOPE, no bairro Pilarzinho em Curitiba, da Marina Integrada da Polícia Militar e Polícia Civil em Guaratuba, do Centro de Material Bélico em São José dos Pinhais, da Sede do 21ºBPM em Francisco Beltrão, e da Sede do BOPE em São José dos Pinhais.

Foram licitados os projetos para construção da 3ª Cia/21º BPM de Santo Antônio do Sudoeste, reforma do Destacamento Policial Militar de Ubiratã e demolição do muro existente e construção de novo muro de arrimo no 3ºBPM em Pato Branco.

Os projetos da Sede do 7º BPM em Cruzeiro do Oeste foram finalizados e se encontram em trâmite para processo licitatório da obra.

A Sede do 18ºBPM em Cornélio Procopio e o Destacamento de Batalhão da Polícia Militar em Honório Serpa encontram-se em construção.

A construção do 3ºBPM em Santo Antônio do Sudoeste e a reforma do Bloco 03 da Academia Policial Militar do Guatupê encontram-se em andamento.

Ao Corpo de Bombeiros do Paraná compete emitir pareceres técnicos sobre incêndios e suas conseqüências, a supervisão sobre o disposto na legislação quanto às medidas de segurança contra incêndios, inclusive instalação de equipamentos e a orientação técnica na elaboração da legislação sobre prevenção contra incêndios.

Destaca-se ainda o início de uma nova escola de Soldados, contando com 230 alunos, distribuídos em Núcleos de Ensino da Corporação em todo o Estado.

O trabalho desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros por meio do FUNESP permite uma grande melhoria nas condições em que são desenvolvidas as atividades de prevenção no Estado do Paraná, pois a abrangência do mesmo leva em conta principalmente o potencial de risco das atividades, visando à manutenção da tranquilidade e salubridade pública.

No ano de 2013, destacou-se a aquisição de 36 viaturas tipo Auto Transporte de Pessoal, sendo 20 viaturas modelo Renault Duster e 16 viaturas modelo Mitsubishi Pajero, no programa Paraná Seguro.

Foram atendidas 124.072 ocorrências de bombeiros entre incêndios, acidentes de trânsito, agressões, buscas e salvamentos, quedas, prevenção e auxílio à população, queimaduras, choque elétrico, sendo 966 salvamentos realizados durante a primeira fase da Operação Verão, nos meses de janeiro e fevereiro, além de 218.169 vistorias durante o ano.

Em termos de ampliação de estrutura física, foram iniciadas as obras para reforma e ampliação do Quartel do Corpo de Bombeiros de Apucarana, a construção da nova sede do Quartel do Corpo de Bombeiros da CIC. A reforma e ampliação do Quartel do Corpo de Bombeiros de

Ponta Grossa, realizada em três fases distintas - construção de Bloco Frontal, construção de Bloco Lateral e reforma em área existente, construção do Quartel do Corpo de Bombeiros em Matinhos, Construção da Piscina do Centro de Treinamento Aquático em Ponta Grossa, a construção da Marina do Corpo de Bombeiros em Guaratuba e a instalação de 20 Postos Guarda Vidas no litoral do Paraná até o início da Operação Verão, em dezembro de 2013.

Ainda no âmbito da construção civil, foram entregues os projetos de construção do canil do Grupo de Operações de Socorro Tático (GOST), os projetos para reforma e ampliação do 7º Grupamento de Bombeiros do Cabral e os projetos de construção da Base Integrada PMPR-CB na Ilha do Mel. Em fase de execução de projeto o Quartel do Corpo de Bombeiros de Castro e Jaguariaíva, a Escola de Bombeiros, a ser implantada na Academia Policial Militar do Guatupê e contratada em 2013 a elaboração de Projetos Executivo e Complementares da nova sede do Quartel do Corpo de Bombeiros em Palmeira.

O **Grupamento Aeropolicial - Resgate Aéreo (GRAER)** é unidade especializada da Polícia Militar do Paraná da SESP, responsável pelo apoio aéreo no policiamento ostensivo, no socorrimento público, nas ações de defesa civil, nas ações e operações policiais militares e de bombeiros militares, no apoio a órgãos Federais, Estaduais e Municipais em todo território nacional em missões de segurança pública e/ou de defesa civil, no transporte de autoridades e em todas as demais ações de preservação da ordem pública, sendo que, dentre as atividades desenvolvidas, merecem destaque as seguintes ações:

- Com relação a investimentos, foram adquiridos 80 conjuntos de trajes de voo (macacão, boné, camiseta, luvas de voo, botas de voo); 40 armários para o vestiário; uma viatura VW Amarok; 25 notebooks; 03 cofres; um compressor de ar; 04 escadas de alumínio, ampliação e melhoria da rede interna e da central telefônica do GRAER; instalação das divisórias cedidas pelo DETRAN/PR, aquisição de um garfo para reboque; 02 aspiradores de pó; uma Unidade de Abastecimento com capacidade de 7.000 litros; e aquisição de rádios Policiais (harris) para as aeronaves Bell Jet Ranger 206.
- Manutenção de aeronaves - realizada manutenção na aeronave BEECHCRAFT B58 Baron de prefixo PT-WSA, deixando-a em condições de aeronavegabilidade; contratado seguro emergencial para todas as aeronaves do GRAER; efetivação de 90% das discrepâncias relatadas da aeronave Eurocopter EC130-B4 de prefixo PR-BOP; implantação do Quadro de Controle de Manutenção Aeronáutica; contratação da empresa Rolls Royce para a realização do 1º e 2º estágio da turbina da aeronave Bell Jet Ranger 206 de prefixo PP-EJH; troca da turbina em Exchange da aeronave Bell Jet Ranger 206 de prefixo PP - EJI.
- Treinamento para qualificação de dois pilotos de helicópteros como comandantes desse tipo de aeronave, com execução de técnicas de infiltração/exfiltração por meio da técnica de Puçá, Maca, Helo Casting e Carga Externa, com a utilização das aeronaves Falcão 02 (PP-EJH) e Falcão 04 (PR-BOP).

- Treinamento de pilotos e tripulantes operacionais, em janeiro, visando o nivelamento do efetivo para atuação na Operação Verão 2012/2013; e em dezembro com vistas à Operação Verão 2013/2014.
- Treinamentos teóricos em solo (Ground School) para pilotos de helicópteros, em escolas homologadas, a fim de que os mesmos tenham os conhecimentos necessários dos sistemas e características operacionais das aeronaves BH06 e EC130 B4, antes de suas instruções em voo.
- Instruções iniciais de voo para pilotos de helicópteros (policiais, bombeiros militares e policiais civis), visando prepará-los para o ingresso na escala de copilotos; instruções de voo de avião, visando preparar os pilotos de asas fixas do Grupamento para o cheque de Piloto Comercial e assunção das funções de comandante de aeronave; e instrução de capacitação à operação da Pistola PT 840, com aulas teóricas e práticas no estande de tiro do 17º BPM.
- Envio de um Oficial da Polícia Militar do Paraná, piloto do GRAER, para realização de estágio operacional no GRPAe da Polícia Militar do Estado de São Paulo, durante os anos de 2012 e 2013; envio de dois policiais militares pertencentes ao GRAER, à cidade de Guaratinguetá/SP, a fim de realizarem o Curso Especial de Mecânica de Aeronaves para Militares das Forças Auxiliares (CEMAFA), ministrado pela Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR) no período de 24 de junho a 08 de novembro; envio de dois policiais militares, tripulantes operacionais do GRAER, à cidade de Maringá/PR, a fim de realizarem o Curso de Qualificação de Operadores de Fuzil modelo G26CV, ministrado pelo Departamento de Polícia Federal do Paraná, no período de 18 a 29 de novembro;
- Instruções a outras OPMs, como a ministrada aos alunos do Curso do SIATE do 7º GB, sobre os procedimentos de segurança nos atendimentos em que se faça necessário o transporte aeromédico.
- Até o mês de novembro, o GRAER realizou 664 operações aéreas, destas 314 missões policiais, 197 missões de bombeiro e 171 operações aéreas diversas; transportou 171 vítimas com suporte avançado de vida; apoiou ações de prevenção e combate a incêndio; operações de fiscalização ambiental; realizou buscas e salvamentos de pessoas nos meios terrestre e aquático; transportes de órgãos; além de operações de defesa civil e outros serviços prestados a população paranaense nas diversas regiões do Estado e em outras unidades da federação, totalizando 1.137 horas operacionais voadas no ano.

A Polícia Científica do Paraná é responsável por reconstituir a materialidade do delito, com o objetivo de orientar a investigação policial e o processo criminal. É a prova pericial que demonstrará, por exemplo, se o acusado por um determinado crime realmente o praticou ou não, ou se agiu em legítima defesa. O Instituto Médico Legal (IML) e o Instituto de Criminalística (IC) integram a Polícia Científica do Estado do Paraná.

Criação do primeiro Banco de Dados de Perfil Genético de Criminosos do Brasil, medida que poderá trazer um enorme avanço nas investigações da Polícia Civil a partir da coleta de amostras do DNA de infratores condenados pela justiça.

O IML é pioneiro entre os órgãos nacionais a prestar atendimento às mulheres e crianças vítima de violência em hospitais nas 72 horas decorrentes do caso.

Foi nomeada a Direção Geral e criado o Conselho da Polícia Científica.

O IC realizou aproximadamente 25.000 perícias e 357 exames de DNA no ano e o IML realizou cerca de 33.920 perícias, entre exames necroscópicos, toxicológicos, dosagem alcoólica, conjunção carnal, ato libidinoso, lesões corporais, sanidade mental, entre outros.

Em 2013, no que se refere ao campo de pessoal, destacam-se as ações referentes a contratação temporária, por Processo Seletivo Simplificado, de médicos-legistas, auxiliares de perícia e motoristas para as seções do IML, a promoção de peritos oficiais auxiliares de perícia oficial e a implantação do subsídio para toda a classe.

A Polícia Científica do Paraná realizou, pela primeira vez, o curso de Integração e Reciclagem para servidores do IML e do IC, com o principal objetivo de aprimorar o atendimento prestado ao cidadão que precisa recorrer aos órgãos em situações de emergência. O curso tem duração de um ano, realizado uma vez por mês, com a participação de servidores dos dois institutos.

Os investimentos na Polícia Científica incluíram a locação de 25 veículos adaptados para o transporte de cadáveres, que foram distribuídos às 18 seções do IML.

A Polícia Científica recebeu 56 novas viaturas, sendo 20 unidades para o IML e 36 para o IC, distribuídas para as unidades da Capital e interior do Estado, no valor de R\$ 3,9 milhões.

O IML de Curitiba ganhou novo cromatógrafo, equipamento que detecta substâncias ilícitas no sangue e o antigo aparelho foi consertado. Esse investimento possibilitou colocar em dia as amostras biológicas e drogas brutas que aguardavam perícia. Foram investimentos aproximadamente R\$ 7,0 milhões em obras, equipamentos, materiais de consumo em geral e insumos para laboratório.

No Instituto de Criminalística, para os Laboratórios de Genética Molecular Forense - DNA, de informática, de química, de balística e de documentoscopia foram feitos investimentos em equipamentos e insumos de mais de R\$ 5,0 milhões, possibilitando aumento da capacidade de processamento das amostras forenses, aumentando a velocidade na conclusão dos inquéritos policiais.

No âmbito da construção civil, em fase de conclusão de obra, encontram-se a nova sede do IML de Maringá e a nova sede do IML de Paranaguá. O IML de Curitiba está em construção no bairro Tarumã e ficará localizado em frente à nova sede do Instituto de Criminalística, que se encontra em fase de execução de projetos.

Outra obra que também se encontra em execução é a nova sede do IML de Londrina, que teve início em 29/10/2013. Em Londrina também será instalada uma nova sede do Instituto de Criminalística, que iniciou a fase de execução de projetos em 23/10/2013 com prazo de 150 dias. A elaboração de Projetos Executivo e Complementares para o Instituto de Criminalística de Maringá foi licitada, com elaboração de contrato prevista para dezembro.

O **Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR)** tem seus gastos públicos definidos pela prestação de serviços à população paranaense, com fulcro nas determinações da Lei Federal nº 9.503/1997 e demais legislações pertinentes. Possui arrecadação própria e autonomia de gerenciamento de seus recursos, os atos que implicam na efetivação de despesas seguem o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 15.608/07 e suas alterações.

Definem-se como metas de trabalho, em face à sua área de atuação, a atualização e manutenção de cadastro e emissão de documentos pertinentes a condutores de veículos automotores e todas as suas vertentes, ao registro da frota de veículos e todas as suas ações, registro e controle de infrações de trânsito, atividades relacionadas à educação para o trânsito, assim como a fiscalização de parceiros envolvidos nas atividades tais como, Centro de Formação de Condutores, Despachantes, Clínicas Médicas e Psicológicas e Fábricas de Placas e de Lacres.

Além da manutenção das atividades fim, são desenvolvidos programas para promover maior eficiência dos serviços oferecidos, a redução de acidentes e maior segurança no trânsito do Estado do Paraná, por meio de desenvolvimento de Planos de Sinalização Viária Urbana, programas de Educação para o Trânsito, parceria em programas de recuperação da malha viária estadual, otimização dos mecanismos estruturais, operacionais e gerenciais da autarquia, assim como em programas do Estado, com participação junto ao Departamento de Estrada de Rodagem (DER) envolvendo cerca de R\$ 128,0 milhões, ao Tesouro Geral do Estado com R\$ 16,0 milhões, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) com R\$ 69,3 milhões e ao Fundo Estadual de Segurança Pública (FUNESP), com R\$ 211,6 milhões.

Dentre as principais ações desenvolvidas pelo DETRAN, destacam-se:

- DETRAN Fácil - aquisição e transformação de veículo tipo caminhão furgão, no valor total de R\$ 387,2 mil, tendo como principal inovação a renovação automática da carteira de motorista, por até 15 anos.
- Conductor Infrator - o Paraná é o primeiro Estado a cumprir a norma via sistema de Gestão de Infrações de Trânsito, desenvolvido em plataforma *web*, com integração com o sistema de habilitação do DETRAN e que faz comunicação com os órgãos de trânsito estaduais e municipais.
- Modernização da Área de Sistemas e Informática - renovação do parque de máquinas tendo sido trocadas 1.980 máquinas no Estado, sendo 640 em Curitiba e 1.340 equipamentos na Região Metropolitana e interior.
- Totem de Serviços - o contrato prevê a utilização de 300 totens, sendo que 50 terminais foram instalados em 22 cidades do Paraná, com mais de 58 mil atendimentos.
- Sinalização de Trânsito - 53 cidades tiveram os projetos contratados e aguardam o início da execução das obras e outros 12 municípios em fase de contratação de projetos.
- Concurso Público para Despachantes - abertura de edital de processo seletivo para o credenciamento de novos despachantes, com 706 vagas para atuar em 324 municípios.
- Novo lacre em placas de veículos - a obrigatoriedade do lacre numerado foi instituída pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), pela Portaria nº 272/2007 e o

Paraná, por iniciativa e parceria com a Associação dos Fabricantes de Placas (AFAPLACA) inseriu um *QR Code - Quick Response*.

- Parceria DETRAN e Instituto de Identificação - convênio para prestação de serviços de ambas as instituições, onde haja espaço físico disponível, proporcionando maior comodidade à população paranaense.
- Parceria DETRAN e SEED - implementação da educação para o trânsito em todas as fases e diretrizes curriculares, começando das sextas até as nonas séries, assim como implementação de ações educativas.
- Abertura da Arrecadação - o Banco SICREDI também realizará a arrecadação de taxas do DETRAN.
- Novos Serviços prestados e disponibilizados nas cidades de Ourizona (13ª CIRETRAN/Maringá - Posto implantado); Cerro Azul (1ª CIRETRAN/Curitiba - Posto implantado); Salto do Itararé (88ª CIRETRAN/Siqueira Campos - Posto implantado); Morretes (3ª CIRETRAN/Paranaguá - Posto implantado); Colombo (1ª CIRETRAN/Curitiba - curso de reciclagem); Nova Aurora (90ª CIRETRAN - nova sede); Pato Branco (5ª CIRETRAN - exame médico especial); Guaratuba (99ª CIRETRAN - nova pista de exame prático de moto e primeira habilitação); Reserva (101ª CIRETRAN - exame prático de direção).
- Serviços na Área de Veículos - do total de 851 despachantes credenciados, houve 40 advertências, 16 suspensões, 04 cassações e 15 descredenciamentos. Da frota de 6.092.009 de veículos, houve a movimentação de cerca de 3,3 milhões de processos relacionados ao Registro de Veículos Automotores, emissão de cerca de três milhões de Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV).
- Serviços na Área de Habilitação - realização de mutirões, com abertura de vagas extraordinárias para exames práticos de direção veicular, abrangendo diversos municípios paranaenses, totalizando cerca de 4.050 exames e cerca de 1,1 milhão de processos finalizados referentes à Habilitação de Condutores de Veículos Automotores.
- Vistoria em Centro de Formação de Condutores (CFCs) - dos 893 CFCs foram vistoriados 351, decorrendo 103 penalizações e 38 CFCs bloqueados.
- Curso de Reciclagem - realização de 1.120 Cursos de Reciclagem, com a participação de 29.274 condutores infratores.
- Participação no 43º Encontro Nacional dos DETRANs, promovido pela Associação Nacional dos Departamentos de Trânsito (AND), realizado em Brasília, com todos os estados e o Distrito Federal. O encontro abordou temas como processo de suspensão e cassação de CNH, dirigir sem possuir a CNH e talonário eletrônico de multas.
- Trânsito na fronteira - representantes consulares do Brasil, Paraguai e Argentina se reuniram, na sede do DETRAN-PR, em Foz do Iguaçu, para discutir a entrada de veículos estrangeiros sem documentação no País e os problemas enfrentados na fiscalização da tríplice fronteira.

- Educação para o Trânsito - campanhas educativas do DETRAN se destacaram em prêmio de comunicação, sendo o Governo do Estado premiado em quatro categorias com peças produzidas pela SECS, no prêmio GRPCom. Foram vencedoras as peças Celular e Moto (Prêmio Rádio Institucional), Mouse Lento (Prêmio Digital Institucional) e Celular (Grand Prix Digital), produzidas pela Tif Comunicação. As peças Vacilo e Crash Test (Prêmio Televisão Curitiba Institucional), criadas pela Vivas Comunicação, também ganharam o prêmio GRPCom.
- Projeto Mundial Vida no Trânsito - em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Fundação Bloomberg Philanthropies, envolvendo 10 países, tendo por objetivo o desenvolvimento de ações especiais de segurança e educação no trânsito.
- Campanhas Educativas - Operação Verão 2012/2013; Paraná em Ação: Mutirão pela Cidadania Ação Global; Dia Estadual de Prevenção de Acidentes de Trânsito; UPS - Desenvolvimento e Cidadania: Sociedade em Movimento para a Cultura da Paz; Dia do Consumidor; Programa Justiça no Bairro: Tribunal de Justiça PR; Se liga no Trânsito, Se beber não dirija; DETRAN Móvel; MOTOFEEST: 12º Encontro Nacional de Motociclistas; Brasil Motor Cycle Show; com público total de 68.670 pessoas.
- Investimentos em construção, reformas e reparos das edificações nas sedes de Curitiba e CIRETRANS em diversos municípios, totalizando R\$ 1,0 milhão.

Na Área de Saúde, o **Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE)** presta atendimento às vítimas de traumas em vários níveis, desde uma fratura em ambiente doméstico até acidentes automobilísticos com várias vítimas. Além disso, o SIATE é composto por equipes especializadas que estão à disposição da população 24 horas por dia, no Corpo de Bombeiros. Para chamar os socorristas do SIATE em todo o Estado basta discar para o número de telefone 193.

Em 2013, foram atendidas pelo SIATE 100.471 pessoas feridas, sendo 38.324 em atendimento pré-hospitalar.



*Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária*



**MAIS TRABALHO  
MAIS PARANÁ**





## 26 Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS) baseou suas ações nas diretrizes governamentais, buscando assegurar que a missão de inclusão social atendesse conjuntamente aos princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência.

Os principais programas desenvolvidos bem como os resultados alcançados, durante o ano de 2013, estão a seguir relatados.

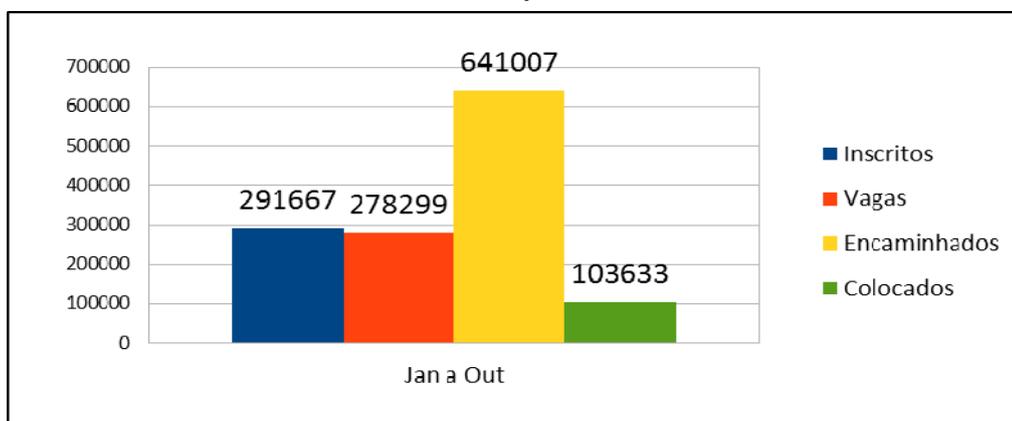
### 26.1 Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (DETER)

Realizou ações de aprimoramento e de integração dos programas, destacando-se o credenciamento das Agências do Trabalhador existentes no Paraná, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, o que permite receber recursos, por meio de Convênio do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT).

#### 26.1.1 Programa Intermediação de Mão de Obra

As Agências do Trabalhador têm como objetivo a colocação do trabalhador no mercado de trabalho e o suprimento de força de trabalho adequada aos empregadores, com qualidade e rapidez. Em 2013, realizou a colocação de 103.633 trabalhadores no mercado formal de trabalho, para 278.299 vagas captadas, atingindo um índice de colocação de 37,2%, representando 10,3% do total de admitidos, registrado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - gráfico 1.

GRÁFICO 1 - RESULTADOS DO PROGRAMA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA - PARANÁ



FONTE: SETS - MTE/Mais Emprego Janeiro/2013 a Outubro 2013

### 26.1.2 Programa de Orientação Profissional

Realizou as Oficinas para a Melhoria das Competências para o Trabalho, via satélite e ao vivo, qualificando 2.000 trabalhadores por meio das telessalas.

### 26.1.3 Programa Jovem Aprendiz

Atendeu 4.927 jovens na modalidade Jovem Aprendiz.

### 26.1.4 Programa Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho

Realizou a colocação de 1.117 pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal.

### 26.1.5 Programa Habilitação ao Seguro Desemprego

Promoveu a concessão do benefício ao trabalhador desprovido de renda ou de emprego e que busca nova colocação, acessando para tanto a intermediação de mão de obra, a orientação e qualificação social e profissional.

Foram habilitados ao benefício 334.735 trabalhadores, representando 78,0% das habilitações do Estado, considerando que também são executores da política no Paraná, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e as Prefeituras de Londrina, Curitiba, Ponta Grossa e Maringá. O Programa atendeu também outros estados, principalmente, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina, destinando-se ao pescador artesanal, trabalhador dispensado involuntariamente, empregado doméstico, trabalhador com suspensão temporária do contrato de trabalho e trabalhador identificado em situação análoga ao trabalho escravo.

#### HABILITADOS PELO SINE/PARANÁ

PRODUTO / SERVIÇO	QUANTIDADE	PREVISTO		
	Realizado até setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Trabalhadores habilitados ao benefício nas modalidades: formal (295.488), bolsa (1.188) e empregado doméstico (959)	297.635	32.832	32.832	32.832
Pescador artesanal habilitado ao benefício seguro desemprego	1.724	0	3.600	1.737
<b>TOTAL</b>	<b>299.359</b>	<b>32.832</b>	<b>36.432</b>	<b>34.569</b>

#### ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO SEGURO-DESEMPREGO

TODOS OS CONVÊNIOS	VALOR PAGO (R\$)
Beneficiário seguro-desemprego - modalidades: formal, bolsa, empregado doméstico	1.306.831.636,41
Beneficiário seguro-desemprego - modalidade pescador artesanal	13.678.173,52
<b>TOTAL</b>	<b>1.320.509.809,93</b>

## 26.1.6 Programa Qualificação Social e Profissional

Executado o gerenciamento da Política Pública de Qualificação desenvolvendo os seguintes programas de qualificação profissional:

- Plano Nacional de Qualificação - financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com contrapartida do tesouro estadual, na modalidade do Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ).
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens na modalidade Projovem Trabalhador, programa financiado com recurso federal e contrapartida estadual.
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) - na qualidade de demandante de qualificação profissional e membro do Comitê Gestor Interinstitucional - CGI/Qualifica Paraná.

PLANTEQ /2012 - PLANO TERRITORIAL DE QUALIFICAÇÃO

INDICADORES	PLANTEQ
Meta	1.074
Inscritos	1.062
Concluintes	Em andamento
Municípios	57
Recursos Federais – FAT	1.932.000,00
Recursos Estaduais – Contrapartida	216.000,00
Total de Recursos	2.148.000,00

FONTE: Divisão de Qualificação, 22/11/2013

PROJOVEM TRABALHADOR

INDICADORES	PROJOVEM TRABALHADOR
Meta	7.000
Jovens Enturcados/Em curso	6.887
Municípios beneficiados	140
Números de Cursos / Arcos Ocupacionais	16
Recursos Federais	10.413.480,00
Recursos Estaduais	2.603.370,00
Total de Recursos	13.016.850,00

FONTE: Divisão de Qualificação, 22/11/2013

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

INDICADORES	MTE	MDS
Pactuação	12.036	39.207
Pré-matrículas	4.891	22.593
Matrículas	3.517	15.098
Municípios	81	338

FONTE: <http://spp.mec.gov.br/relatório>, 22/11/2013

Com a participação de nove Secretarias de Estado e cinco entidades ofertantes, o Governo do Estado instituiu o Comitê Gestor Interinstitucional - CGI/Qualifica Paraná, tendo realizado no período 11 Fóruns Regionais de Apoio à Formação e Qualificação Profissional nas mesorregiões paranaenses, onde congregou a participação de 3.190 pessoas e 340 municípios. O

principal impacto dessa ação foi o aumento expressivo de 62,8% em pré-matrículas e 53,3% em matrículas. Outro impacto foi a adesão de 86% dos municípios paranaenses ao PRONATEC, consolidando 342 municípios.

Com relação às ações pontuais e focalizadas em empreendimentos instalados no Paraná, como a Klabin, em Ortigueira, e a Tecquint, em Pontal do Paraná, foram desenvolvidas ações no âmbito do PRONATEC diretamente com as entidades ofertantes: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

## **26.2 Departamento de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN)**

O DESAN tem sob sua égide a Divisão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Leite das Crianças.

### **26.2.1 Política de Segurança Alimentar e Nutricional**

Desenvolveu atividades de articulação intersetorial e apoio técnico das políticas, ações e programas, em âmbito estadual, tendo como referência a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada e a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Além do suporte técnico ao CONSEA/PR, destacaram-se as seguintes atividades:

- Execução do convênio nº 140/2010 MDS/SETS, que prevê a implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios do Estado do Paraná, com a realização da 1ª e 2ª Etapa das Oficinas Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional nas 18 Regionais da SETS.
- Finalização (revisão e impressão) do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e do Documento Orientativo aos municípios para adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).
- Coordenação da Comissão Técnica da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PR).
- Participação nos Encontros das CAISANs Estaduais para definição dos critérios para adesão dos municípios ao SISAN, da constituição dos fóruns Bi e Tripartite e outras pautas da política de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Análise e emissão de parecer para adesão dos municípios ao SISAN.

### **26.2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

As ações do Programa foram realizadas no sentido de apoiar estratégias solidárias de organização em rede para a produção, comercialização e consumo de alimentos provindos da

agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento local, resultando em geração de trabalho, renda e inclusão social de parcela da população sob risco nutricional. Com um aumento gradativo no número de municípios e de famílias de agricultores participantes, o PAA passou a atender 293 municípios, representando 73% dos municípios do Estado.

Principais resultados do PAA, entre as entidades sociais:

- Complementação da alimentação ofertada nas instituições sociais, que na maioria passou do conjunto chá e bolacha para a refeição completa arroz, feijão, verduras e carne.
- Qualidade do alimento da agricultura familiar - avaliação superior em comparação aos alimentos industrializados e/ou adquiridos em mercados locais.
- Aproximação do meio urbano com o rural, influenciando na compreensão e entendimento sobre a forma e funcionamento do meio rural.
- Desconstrução de vários preconceitos, entre eles o de que crianças não aceitariam frutas e verduras, entre outros alimentos, em suas refeições.
- Investimentos na estrutura física e de pessoal das cozinhas das instituições, pois o alimento *in natura* necessita de mais profissionais para prepará-lo, assim como de espaços adequados para armazenagem e preparação.

Principais resultados e impactos do PAA, entre os agricultores:

- Aumento da renda familiar, em muitos casos, conquista de renda familiar.
- Garantia de demanda e de preço no período em que participa do Programa.
- Aumento na diversificação de alimentos produzidos para posterior comercialização e abertura de novos canais de comercialização, como venda direta nas residências, pequenos mercados, feiras livres, entre outros.
- Melhoria da infraestrutura, da embalagem e do transporte.
- Envolvimento do jovem na produção da propriedade e elevação da autoestima dos agricultores, que se sentem valorizados tendo seus alimentos consumidos pela comunidade.

QUADRO EVOLUTIVO DO PAA NO ESTADO - 2004/2013

ANO EXECUÇÃO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	CONVÊNIOS FIRMADOS	AGRICULTORES BENEFICIADOS	ENTIDADES ATENDIDAS	PESSOAS BENEFICIADAS	RECURSO APLICADO (R\$)
2004	33	40	935	306	92.289	1.635.000,00
2005	81	91	2.864	964	367.374	5.008.000,00
2006	204	230	5.658	1.995	791.567	10.631.000,00
2007	215	227	5.662	2.354	828.488	10.433.000,00
2008	-	-	-	-	-	-
2009	236	243	5.058	2.362	799.008	15.086.000,00
2010	274	287	6.874	2.925	980.289	9.207.000,00
2011	274	287	6.865	2.925	985.079	15.345.000,00
2012	281	294	9.253	3.025	1.379.110	24.552.000,00
2013	293	294	9.811	3.571	1.380.100	26.814.000,00

### **26.2.3 Programa Leite das Crianças (PLC)**

Tem como objetivo auxiliar no combate à desnutrição infantil e consiste na distribuição gratuita de um litro de leite por dia às crianças com idade entre 06 e 36 meses, integrantes de famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo regional. Em 2013, 53 usinas fornecedoras credenciadas captaram o leite de aproximadamente 6.400 produtores rurais, atendendo, em média, 146.000 crianças por mês, com um investimento anual de R\$ 71,0 milhões.

Pela sua natureza, o Programa é intersetorial, englobando ações da SETS, da SEAB, da SEED, da SESA e da SEDS. No âmbito da SETS, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Credenciamento das usinas do leite contratadas para o fornecimento no período de 01/05/2013 a 30/04/2014.
- Introdução do pagamento pela qualidade do Leite, que consiste na criação de três escalas de valor de referência para o preço do litro do leite, de acordo com os padrões de qualidade do leite cru refrigerado.
- Reformulação das normativas que disciplinam as ações e execução do Programa regional e local com formalização dos Comitês Gestores Municipais.
- Cadastramento das beneficiárias por meio do Número de Identificação Social (NIS) do Cadastro Único.
- Distribuição de 700 freezers às escolas estaduais que servem de ponto de distribuição do leite, além de 1.000 caixas térmicas, adquiridas pela SEAB.

### **26.3 Departamento de Políticas Públicas de Fomento à Economia Solidária, ao Microcrédito e Empreendedorismo (DESME)**

Desenvolve programas de geração de renda, apoiando investimentos e custeio para a constituição e/ou consolidação de empreendimentos de economia solidária, do artesanato e do microcrédito.

No período foram executadas as seguintes atividades:

- Execução do Convênio nº 053/2012, no montante de R\$ 2,6 milhões, objetivando fomentar, articular, capacitar, constituir, estimular e/ou apoiar a formalização de 50 Empreendimentos Econômicos Solidários, apoiando Redes de Apoio à Comercialização Solidária nos Territórios da Cidadania: Norte Pioneiro, Ribeira, Paraná Centro, Centro Sul e Vale do Ivaí, nas áreas de alimentação, confecção e artesanato, trabalhos manuais, com foco no desenvolvimento local.
- Execução do Convênio nº 011/2013, no montante de R\$ 2,9 milhões, objetivando fomentar, articular, capacitar, constituir e estimular a formalização de 20 Empreendedores Econômicos Solidários, formados por Catadores de Resíduos Sólidos, nas áreas de abrangência dos Consórcios Intermunicipais de Aterros Sanitários e a implantação de três Usinas de Reciclagem.

- Apresentação e participação de palestras na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e Pontifícia Universidade Católica (PUC) divulgando as políticas públicas da área de Economia Solidária.

### 26.3.1 Programa Banco do Empreendedor

A execução do Programa conta com a parceria dos municípios, sendo que as linhas de crédito podem ser acessadas por meio das Agências do Trabalhador e/ou em outros espaços disponibilizados nos municípios. Coordenado pela Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR), em parceria com a SETS, tem como objetivo a concessão de crédito produtivo orientado, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e a AFPR, com linhas de financiamento para pessoas físicas e/ou jurídicas nos valores de R\$ 300,00 a R\$ 3,0 milhões, de acordo com porte/tipo do empreendimento/empresa.

No que refere às linhas de microcrédito, o valor teto de oferta é de R\$ 15,0 mil, podendo ser acessado por pessoas físicas, microempresas e microempreendedores individuais (MEIs) com subvenção da taxa de juros que varia entre 0,5% e 1,1% ao mês.

Foi elaborada a linha Paraná Juro Zero, com concessão de financiamentos de R\$ 300,00 a R\$ 4,0 mil para as famílias em situação de risco e vulnerabilidade social identificadas pelo Programa Família Paranaense da SEDS.

O Programa Banco do Empreendedor está disponível em 272 municípios, financiando 2.327 contratos, na modalidade de microcrédito, no valor de R\$ 21,0 milhões.

QUADRO COM A DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR MESORREGIÃO QUE CONTAM COM A OFERTA DO PROGRAMA BANCO DO EMPREENDEDOR

ATENDER EMPREENDEMENTOS SOLIDÁRIOS DO ARTESANATO E MICROCRÉDITO										
Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	TOTAL
18	13	22	28	31	51	24	38	17	29	271

### 26.3.2 Fomento ao Empreendedorismo e Geração de Trabalho e Renda

O fomento à capacitação e formalização dos empreendedores do Estado, por meio das Agências do Trabalhador e instituições parceiras, possibilitou o aumento de 52.249 Microempreendedores Individuais (MEIs), que além do acesso a direitos previdenciários e sociais, podem acessar as linhas de financiamento do Programa Banco do Empreendedor, na modalidade de pessoa jurídica. Com esse crescimento, o total de MEIs passou a ser de 189.097.

### 26.3.3 Programa do Artesanato Paranaense

- Reuniões com Associações, Cooperativas e artesãos para divulgação do Programa, bem como, orientação sobre o cadastramento no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB).
- Participação em eventos, divulgação e promoção do artesanato paranaense.
- Foram encaminhados 890 cadastros de 46 municípios, conforme quadro a seguir:

MUNICÍPIOS QUE ENCAMINHARAM CADASTROS DE ARTESÃOS/TRABALHADORES MANUAIS										
Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	TOTAL
07	06	01	10	09	04	01	05	01	02	46

### 26.4 Departamento de Políticas Públicas de Relações do Trabalho (DERT)

Desenvolveu ações visando promover a democratização e a modernização do sistema de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores.

Entre as metas do Programa, foram alcançados os seguintes resultados:

- Implantação da Agenda Paranaense do Trabalho Decente.
- Participação da negociação do salário mínimo.
- Implantação do Observatório do Trabalho.
- Participação no evento do dia 1º de maio - Dia do Trabalhador.
- Revitalização e/ou reativação de 60 Conselhos Municipais do Trabalho.

*Secretário Especial para  
Assuntos Estratégicos*





## 27 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

---

Por meio do Decreto nº 8.545/2013, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) passou a ser vinculada ao Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, que assumiu a presidência do Conselho de Administração e o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (COSIT).

Por meio do Decreto nº 9.084/2013, o Sistema Estadual de Informações do Governo (SEI) passou a ser coordenado pelo Secretário.

### 27.1 Telecentros - Espaço Cidadão

Os telecentros foram transformados em um espaço aberto para que todo paranaense possa investir em seu desenvolvimento.

Com o nome Espaço Cidadão, a estrutura deixou de ser apenas um local de acesso à internet para se tornar em um centro de aperfeiçoamento profissional e repasse de conhecimento para quem procura crescer na carreira, começar um novo ofício e, com isso, melhorar cada vez mais a qualidade de vida.

Para tanto, foi investido fortemente em capacitação e melhoria da infraestrutura, obtendo os seguintes resultados:

ESPAÇOS CIDADÃO	QUANTIDADE	MUNICÍPIOS	LINKS
Ativos até 2012	268	256	259
Ativados 2013	84	62	80
À ativar 2013	29	27	17
Subtotal	381	345	356
Desativados 2013	24	1	14
Total em 31/12/2013	357	344	342

Além dos Telecentros Espaço Cidadão instalados, foram recebidos em doação 1.046 computadores, utilizados para a atualização ou complementação dos espaços.

### 27.2 Parcerias

- Parcerias: a) mantidas - Vice-Governadoria, SEED, SEEC, SEDU, SEDS, SEJU, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); b) firmadas - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Programa Intel Aprender no Paraná; c) em tramitação – SEMA e Secretário Especial de Relações com a Comunidade.

- Programa de Formação de Gestores para o Terceiro Setor - elaboração do curso em parceria com a Vice-Governadoria, Escola de Governo, Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), SEBRAE, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial (SESI/CPCE) e CELEPAR, com início previsto para março de 2014.

### **27.3 Cursos e Capacitações**

- Capacitação para Atendentes dos Telecentros - ofertadas sete turmas presenciais, entre abril e outubro, com 120 vagas (parceria com a CELEPAR e municípios) e 72 vagas na modalidade a distância por meio da parceria com Escola de Governo e CELEPAR.
- Programa SENAC de Gratuidade - na modalidade a distância, foram disponibilizadas 150 vagas distribuídas entre os telecentros, nos cursos de Contabilidade Básica, Excelência em Vendas e Informática Básica.
- Programa de Inclusão Digital, Português e Matemática - em parceria com o SENAR, na modalidade a distância, foram disponibilizadas 200 vagas distribuídas entre os telecentros, nos cursos de Clareza de Expressão, Competência para o Sucesso, Conhecer Regra de Três, Excel Intermediário, Medidas áreas e volumes, Mercado de Trabalho para jovens, O computador e os dispositivos de Hardware e Software, Primeiros passos na internet e Primeiros passos no Excel.
- Curso Federação das Indústrias do Estado da Paraíba/SESI/SENAI - sem limites de vagas para todos os telecentros do Estado, nos cursos Os Especialistas e Programa Competências Transversais.
- Programa Caminho da Profissão - na modalidade presencial, com a oferta de 240 vagas em parceria com SESI e SENAI.
- Programa Intel Aprender no Paraná - curso de mediador, na área de Tecnologia e Comunidade, com 512 vagas, sendo a primeira etapa a distância e a segunda etapa presencial.
- Gestão e Empreendedorismo - foram ofertados cursos da Fundação Getúlio Vargas e do SEBRAE, sem limite de vagas, na modalidade a distância.

### **27.4 Webconferências**

Em 2013, foram 13.570 web espectadores, nas seguintes webconferências:

- 09 webconferências com a participação das Escolas Públicas e telecentros.
- 04 webconferências, em parceria com a Associação Gente de Bem, voltadas ao depoimentos de jovens em torno dos temas: Drogas, Superação e respeito às diferenças, Sexualidade e gravidez na adolescência, e o Seminário Internacional sobre o Sistema de Educação na Finlândia.

- 02 Webconferências em parceria com o SESI/CPCE, voltadas ao Terceiro Setor: 6º Reatiba, Novos Caminhos para a Inclusão, Segundo Workshop do Terceiro Setor, Elaboração de Projetos e Captação de Recursos.
- 34 Webconferências em parceria com a SEDS.
- Transmissão da Reunião Técnica do programa Agenda 21, em parceria com a SEMA.

## **27.5 Espaço Cidadão Móvel**

Ônibus exclusivo para o curso de corte e costura, que atendeu 10 associações de Curitiba, de setembro a novembro, capacitando 213 pessoas.

## **27.6 Encontro com Prefeitos e Vereadores**

Realização da 4ª edição do encontro entre lideranças municipais e secretários de Estado para discutir os programas e as metas da administração estadual com a participação de cerca de 80 vereadores da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste (ACAMSOP) e de seus membros, além das microrregiões 13 e 14.

## **27.7 Programa Rede 399 - Internet para Todos**

Lançamento da Rede 399 - Internet para Todos - Decreto nº 9517, de 02 de dezembro de 2013. O programa estabelece a implantação de um conjunto de ações que estude, viabilize e proporcione uma internet cidadã, fomentadora social, de grande valia, com manutenção duradoura e de baixo custo como previsto no objetivo programático do atual governo, e uma parceria entre organismos multilaterais, níveis de governo, setor privado e sociedade civil.

A Rede 399 atua sobre três eixos do Governo: internet de baixo custo, prefeituras mais eficientes e empresas mais competitivas.

## **27.8 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)**

Pioneira entre as empresas de governo na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a CELEPAR completou 49 anos de fundação. Indutora das ações de inteligência no Governo do Estado, a empresa responde diretamente pelo desenvolvimento de soluções de TIC voltadas à modernização da gestão pública do executivo estadual.

Pelo segundo ano consecutivo, a CELEPAR se destacou como a empresa mais eficiente do Sul do país no setor de informática e automação, de acordo com o ranking Grandes & Líderes elaborado pela Revista Amanhã, em parceria com a consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC), que analisou o desempenho de mil empresas.

Pela primeira vez, a CELEPAR passou também a integrar o seleto grupo das 100 maiores empresas do Paraná, ocupando o lugar de número 96. Em relação ao Sul do Brasil, a companhia subiu 65 posições, deixando a 318ª colocação do ano passado, para ocupar agora a de número 253.

Entre as realizações de 2013, destacam-se:

- Rede Executiva - ferramenta inovadora para a gestão de governo, em que a alta gerência das secretarias de Estado está interconectada e com acesso a informações estratégicas e relevantes em tempo real, ganhando mobilidade, agilidade, independência e redução de custos na tomada de decisões ([www.redeexecutiva.pr.gov.br](http://www.redeexecutiva.pr.gov.br)). Em 2013, contou com um grande incremento de informações.
- Gabinete de Gestão e Informação (GGI) - solução inovadora que permite integrar dados de todas as secretarias de Estado para o monitoramento de resultados da administração. A sala informatizada fica no Palácio Iguazu e o governador pode acompanhar em tempo real o desenvolvimento das ações nas diversas áreas de governo. Em 2013, houve continuidade do projeto, tendo sido instaladas três salas e projetadas mais quatro.
- Centro Integrado de Informações Estratégicas do Estado do Paraná (CIIE-PR) - inaugurado em novembro, é uma solução de Inteligência para a Gestão Pública. Visa instrumentalizar o Governo, a partir da integração colaborativa das informações (business case-BI) para obtenção dos subsídios necessários à comunicação estruturada do conhecimento aos gestores públicos, abrangendo visões setoriais e regionais, possibilitando assim o acompanhamento e definição de novos planos de ação garantindo o efetivo uso dos recursos humanos e financeiros disponíveis. São mais de 100 *cases* de *Business Intelligence* (BIs), entre eles o da população carcerária, que o governador apresentou na ONU.
- Portal de Mobilidade do Governo ([m.pr.gov.br](http://m.pr.gov.br)) - disponibilizadas informações úteis ao cidadão que podem ser acessadas a qualquer momento por meio de iPad ou smartphone. Em 2013, o portal permaneceu em processo de atualização, com 181 serviços disponíveis.
- Conquista do certificado nível G do Programa de Melhoria do Processo do Software Brasileiro (MPS.Br), adequando a companhia em relação às melhores práticas do mercado nacional e internacional na área de desenvolvimento de software.
- Aumento na oferta de serviços eletrônicos, ampliando o conceito de Governo Eletrônico, que registrou mais de dois milhões de serviços diários executados por meio das soluções de TIC que a CELEPAR disponibiliza nos sites da administração estadual e aplicativos móveis nas plataformas Android e Apple.
- Implantação do novo Datacenter Corporativo do Governo do Estado – inaugurado em novembro, localizado nas dependências da CELEPAR, coloca à disposição da administração pública e da população uma moderna estrutura para garantir mais segurança e disponibilidade aos dados processados e armazenados na empresa.

- *Storage* - adequação tecnológica voltada a soluções para o armazenamento de dados, por meio da ampliação da sua capacidade de armazenamento de dados críticos de 42 Terabytes para 174 Terabytes, totalizando um volume de crescimento do ambiente de 324 Terabytes. Encontra-se em execução um projeto de ampliação do volume para 632 Terabytes.
- Desenvolvimento do Portal da Transparência para municípios, que ajudará as prefeituras do Estado a se adequarem às leis de transparência e de acesso à informação, em parceria com o TCE-PR e o Ministério Público do Paraná.
- Socialização da pessoa idosa – ação do Governo do Estado iniciada com a finalidade de promover a socialização da pessoa idosa por meio da internet e das redes sociais. A Companhia responde pela revisão e adequação técnica dos laboratórios de informática destinados aos treinamentos, pela capacitação da equipe de monitores, pela linha programática dos cursos, bem como pela oferta do material didático.



*Secretário Especial de Relações  
com a Comunidade*





## 28 Secretário Especial de Relações com a Comunidade

Dentre as ações realizadas pelo Secretário Especial de Relações com a Comunidade, em 2013, destacam-se:

- Coordenação do Programa Brasil Quilombola do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos do Paraná.
- Levantamento das demandas específicas por comunidade para inclusão no Programa Brasil Quilombola na esfera, municipal, estadual e federal para implementação na comunidade.
- Orientação à chamada de Assembleia Geral para eleição de nova coordenação da associação quilombola tendo seu órgão de maior representatividade legalmente constituído.
- Representação nos Conselhos de gênero, raça e cidadania; e participação no Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA).
- Articulação da titulação expedida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) para a Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) Tobias Ferreira.
- Participação e acompanhamento das políticas referentes aos povos e comunidades tradicionais do Paraná.
- Planejamento e ações referentes ao mês da consciência negra.
- Assessoramento a entidades representativas de quilombolas, na elaboração de projetos de intervenção.
- Cadastro das famílias quilombolas para acesso às políticas públicas e melhoria das condições de vida das comunidades quilombolas, conforme segue:

CADASTROS REALIZADOS

continua

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES	MULHERES AGRICULTORAS	SOLICITARAM CASAS
Adrianópolis	João Surá	15	
	Praia do Peixe	01	
	Porto Velho	10	
	Sete Barras	13	
	Córrego das Moças	12	
	São João	05	15
	Córrego do Franco	15	37
	Estreitinho	04	11
	Três Canais	02	06
Bocaiúva do Sul Com. Bocaiúva Sul	Areia Branca	08	18
Campo Largo Com. Campo Largo	Palmital dos Pretos	10	32
Candói Com. Guarapuava	Despraiado	68	93
	Vila Tomé	18	18
	Cavernoso	12	12
Curiúva	Água Morna	13	23
	Guajuvira	08	25

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES	MULHERES AGRICULTORAS	SOLICITARAM CASAS
Dr. Ulysses	Varzeão	12	31
Guaira	Manoel Ciriaco dos Santos	08	07
Guarapuava	Invernada Paiol de Telha	37	10
Guaraqueçaba	Batuva	17	30
	Rio Verde	12	33
Lapa	Restinga	10	66
	Feixo	40	380
	Vila Esperança	15	50
Palmas	Adelaide Mª Trindade Batista	Não tem	81
	Castorina Maria da Conceição	Não tem	24
	Tobias Ferreira		58
Ponta Grossa	Sutil	35	67
	Santa Cruz	02	10
São Miguel do Iguacú	Apepu	05	04
Turvo	Campina dos Morenos	08	05

- Acompanhamento dos trabalhos em andamento: a) Adrianópolis, na Comunidade João Surá, referente a problemas na construção com as empreiteiras e a entrega das casas fora do prazo estipulado e instalação da energia elétrica para as CRQs de São João, Estreitinho, Três Canais, Córrego do Franco; b) Bocaiúva do Sul - instalação de energia elétrica na CRQ de Areia Branca; c) Nos municípios com terras devolutas pertencentes ao Estado do Paraná - trabalhos do grupo estabelecido pelo Governo do Estado para titulação do território quilombola em terras devolutas do Paraná, formado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, Ministério Público e Procuradoria Geral do Estado.
- Reuniões comunitárias para aproximação das lideranças comunitárias, levantamento das expectativas de trabalho em parceria e divulgação das ações do Secretário Especial, em Curitiba nos bairros: Cajuru e Boqueirão, com 108 líderes; Portão e CIC, com 104 líderes; Matriz, Boa Vista e Santa Felicidade, com 110 líderes; e Pinheirinho e Bairro Novo, com 120 líderes.
- Trabalho em parceria com o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos para implantação dos Telecentros Espaço Cidadão, a fim de disponibilizar computadores com softwares livres e Agentes Locais de Inclusão Digital que trabalham na capacitação da comunidade. Foram encaminhadas mais de 49 solicitações.
- Implantação do Telecentro Dr. Antônio Corat, em 10/09/2013; e realização da primeira turma do curso de Inclusão Social da Pessoa Idosa, de 05 e 08/11/2013, no Telecentro.
- Reuniões semanais com lideranças de Curitiba e RMC, para implantar unidades de Telecentros nas comunidades, com a participação de 500 lideranças.
- Visita técnica, semanal, com grupos de lideranças comunitárias de Curitiba e RMC, ao Palácio de Governo, para conhecer o Gabinete de Gestão e Informações (GGI) e a forma

de diagnóstico e monitoramento do Governo do Estado, com 500 lideranças de setembro a dezembro.

- Visitas de comitivas do interior do Estado: Telêmaco Borba (23/05); Lapa (02/10); Pinhais (23/10) e São José dos Pinhais (23/10).
- Edições do Programa Paraná em Ação (Mutirão da Cidadania), nos municípios de São José dos Pinhais, Turvo, Ortigueira, Curitiba, Colombo, Foz do Iguaçu, Goioerê, Piraquara, Campina Grande do Sul, Matelândia, Ibiporã, Morretes, Assis Chateaubriand, Chopinzinho e Paranavaí, além de atendimentos nas UPS-Cidadania, realizadas em Curitiba, Londrina e Cascavel, com o objetivo de promover cidadania e inclusão social da população, por meio de serviços gratuitos, tais como, saúde, documentação, lazer, recreação, oficinas de geração de renda, atendimentos judiciários, entre outros benefícios, para um público-alvo de aproximadamente 154.800 pessoas, que gerou 486.088 atendimentos.

Nas UPS-Cidadania foram realizados 61.368 atendimentos para um público de 15.300 pessoas.



*Escritório de Representação do Governo*





## 29 Escritório de Representação do Governo

---

O Escritório tem por finalidade atender os interesses do Estado do Paraná em Brasília e outros locais, servindo de base de apoio à articulação do governo com os diferentes organismos da Administração Pública Federal e outras unidades da federação, com a atuação voltada às áreas de: suporte técnico, político e administrativo aos órgãos da Administração Direta e Indireta e à iniciativa privada junto às instituições federais sediadas na Capital Federal e apoio do Estado do Paraná junto aos órgãos de comunicação social, em aspectos econômicos, políticos e sociais.

As atividades mais representativas, em 2013, foram:

- Congresso Nacional – apresentação e acompanhamento de propostas para emendas no Orçamento Federal de 2014 (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); atuação junto aos Deputados Federais, Senadores da República e Lideranças Partidárias e de bancadas, notadamente a Paranaense, em defesa dos projetos apresentados pelos órgãos da administração estadual paranaense; acompanhou a tramitação e a votação do PLP nº 266/2013, que trata da redistribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), visando minorar o impacto negativo nas contas públicas e nos repasses mensais ao Paraná; acompanhou a tramitação e votação da Medida Provisória nº 592, que regulamenta a distribuição dos royalties de petróleo e gás entre os entes da federação; articulação junto aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e um Fundo Constitucional de Investimento para a Região Sul, no âmbito do Ministério de Integração Nacional, com ênfase na Comissão Permanente na Câmara dos Deputados.
- Exterior – representação do Estado do Paraná na Missão Oficial do Congresso Nacional, com participação de parlamentares, membros da sociedade civil e governos, nos Estados Unidos da América (Washington e Pittsburgh), com apoio da Embaixada do Brasil naquele país, com ênfase na “perspectiva de exploração do gás de xisto”, tendo ao lado o Presidente da COMPAGÁS, Luciano Pizzatto; participação na Comitativa Oficial do Governador na posse do Presidente do Paraguai, Horácio Cartes, em Assunção, bem como na despedida do ex-Presidente do Paraguai, Federico Franco.
- Embaixadas - realizou contatos com a Embaixada da Índia no Brasil com o objetivo de firmar projetos de cooperação entre a Índia e o Estado do Paraná e com as Embaixadas de países do MERCOSUL, e representou o Governador em solenidades oficiais, como nas Embaixadas da China e Israel.
- Relacionamento Empresarial – participação na elaboração de propostas às empresas do setor industrial de Defesa e Tecnologia de Informação em Monitoramentos de Fronteiras, para viabilizar a instalação de unidade industrial no Paraná; auxiliou na aproximação e futura associação da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), para estudos e desenvolvimento de produtos de combate à guerra eletrônica, tendo por base o Centro de Comando de Guerra Eletrônica do Comando do Exército, com a aprovação do Conselho de Administração da CELEPAR; articulação para que a segunda fase do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), do Ministério da

Defesa/Comando do Exército, seja realizado no Paraná, nas fronteiras internacionais com o Paraguai e a Argentina; atuou também na atração de empresas para instalarem-se no Paraná, tendo como ponto de contato, as entidades empresariais, embaixadas, e principalmente o relacionamento já existente no Estado.

- Relacionamento Institucional - participou de negociação juntamente com o Comando Geral do Corpo de Bombeiros do Paraná, por solicitação do Secretário de Estado de Segurança Pública, perante a INFRAERO, tendo em vista a renovação do convênio entre Infraero e Governo do Paraná, visando o reequilíbrio econômico-financeiro a favor do Paraná; auxiliou na regulamentação e liberação do X Games Internacional, em Foz do Iguaçu, perante o Ministério do Esporte e da INFRAERO, com apoio da Prefeitura de Foz do Iguaçu; acompanhou propostas e pronunciamentos do PAC 2, por solicitação do Chefe da Casa Civil e dos Secretários da SEDU, da SEPL e da SEEG, em audiência com a Ministra Mirian Belchior e Ministro Aguinaldo Ribeiro, com ênfase no PAC da Mobilidade em relação à COPA, Corredor Metropolitano da Capital, Projetos de Mobilidade e o investimento no Metrô de Curitiba; acompanhou a tramitação de processos no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atendendo solicitações da Secretaria de Estado da Educação e de Prefeituras do Paraná; identificou e informou aos interessados impedimentos no andamento e liberação de processos de reformas, construção e melhorias em escolas públicas estaduais e municipais, também no FNDE; representou o Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, junto ao Ministério do Esporte, em reuniões do Programa de Voluntariado COPA 2014; representou e defendeu interesses do Estado do Paraná em negociações com a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) e com o Ministério de Minas e Energia, para pagamento devido de royalties pela exploração de petróleo e gás de xisto em território paranaense e o município de São Mateus do Sul (o pagamento está sendo feito desde janeiro de 2013 e a revisão dos valores bem como o pagamento do retroativo está sendo debatido na ANP, PETROBRAS e MME); auxiliou na inclusão da Bacia do Paraná no leilão de petróleo e gás convencional e não convencional, com a participação de 14 blocos na 12ª Rodada de Leilões, em novembro; prestou apoio às Secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, com as avaliações da Secretaria de Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, em relação às pendências relativas aos empréstimos nacionais e internacionais em andamento com o Paraná; auxiliou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Instituto das Águas do Paraná a receber, por convênio, recursos do Ministério de Integração Nacional para aquisição de conjuntos de perfuração para poços a serem realizados no interior do Paraná; e auxiliou a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) nas seguintes questões: a) ramal ferroviário, a ser licitado, entre Maracaju-MS e Paranaguá, na Ferrovia Norte Sul (que atravessa o Paraná com destino ao Rio Grande do Sul); b) nas tratativas da nova legislação aplicada ao Porto de Paranaguá e Antonina e no novo porto de Pontal do Paraná; e c) nas tratativas com a ANTT e Ferrovia Centro Sul Atlântico, em conjunto com a FERROESTE, para a doação e/ou opção de compra de locomotivas.